

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

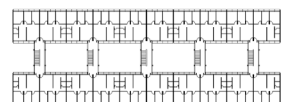
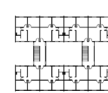
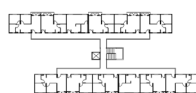
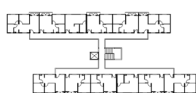
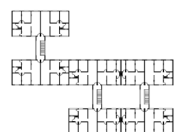
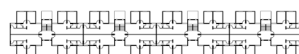
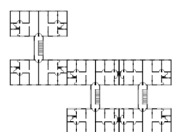
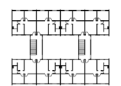
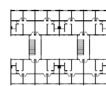
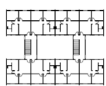
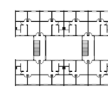
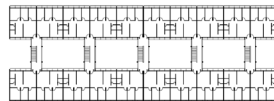
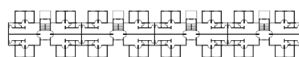
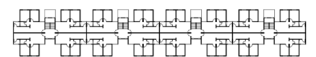
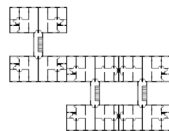
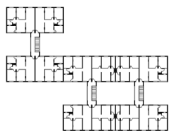
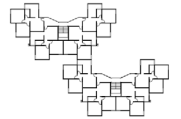
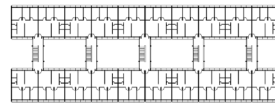
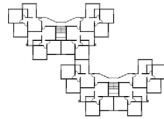
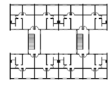
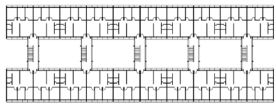
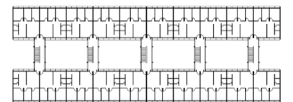
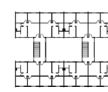
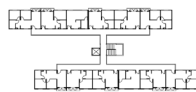
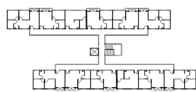
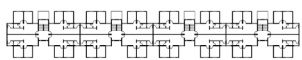
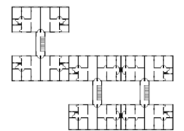
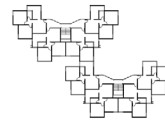
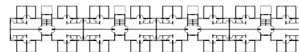
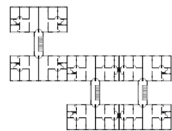
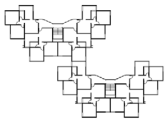
# DAS FRONTEIRAS DO CONJUNTO AO CONJUNTO DAS FRONTEIRAS

GUILHERME MOREIRA PETRELLA

ORIENTADOR: JORGE HAJIME OSEKI

ORIENTADOR *HAD OC*: ANGELA MARIA ROCHA

SÃO PAULO 2009



# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



GUILHERME MOREIRA PETRELLA

## **DAS FRONTEIRAS DO CONJUNTO AO CONJUNTO DAS FRONTEIRAS**

DISSERTAÇÃO DE Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Área de Concentração: Tecnologia da Arquitetura

Orientadores: Jorge Hajime Oseki (in memoriam) e Angela Maria Rocha

SÃO PAULO 2009

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL: guilhermepetrella@usp.br

P494d Petrella, Guilherme Moreira  
Das fronteiras do conjunto ao conjunto das fronteiras /  
Guilherme Moreira Petrella. --São Paulo, 2009.  
378 p. : il.

Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: Tecnologia da Arquitetura) - FAUUSP.

Orientadores: Jorge Hajime Oseki (in memorian) e Ângela Maria Rocha

1.Conjuntos habitacionais – São Paulo (SP) 2.Mutirão  
3.Urbanização 4.Industrialização da construção 5.Espaço urbano (Produção) I.Título

CDU 711.582(816.11)

O PRESENTE TRABALHO FOI REALIZADO COM O APOIO DO CNPQ,  
CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – BRASIL.

#### **AGRADECIMENTOS:**

A todos os entrevistados, arquitetos e não arquitetos, presentes nessa dissertação: eles compõem meu ponto de partida. Agradeço à Biblioteca da FAUUSP pelas fotografias do Zezinho Magalhães Prado; à Maria José da FAU Maranhão pelos ajustes finais, Edson Tsutsumi e Usina pelas fotografias do Copromo; Peabiru pelos desenhos e fotografias e Patrícia Samora pelo trabalho do Parque do Gato; Fabiana Valdoski, José Paulo Gouvêa e Diego BIS pelas *derivas* na cidade. Paulo Bruna, Jorge Grespam, Amélia Damiani e Ana Fani pelos seus cursos dados. Sônia Regina Gomes e Isabel Duprat por compreenderem que é necessário relacionar a prática à teoria. E também Flávia, Mauricéa, Tone, Paula, Eros e Yara, pela paciência e incentivo de sempre.

#### **AGRADECIMENTOS ESPECIAS:**

A todos os companheiros do grupo de leitura de «O Capital» e de «A Produção do Espaço», tempo e espaço onde as idéias se põem em movimento; aos parceiros de «baldinho» Dani e Sérgio que me ajudam a prolongar as discussões nos botequins noturnos; à Beatriz Tone pelas discussões e leituras cotidianas, momentos em que se apresenta como minha co-orientadora; Tais Tsukumo e Luciana Ferrara pela partilha dos momentos de orientação e desorientação; José Paulo Gouvêa e Cesar Shundi pelos horizontes. Agradeço especialmente ainda à Renata Paolielo pela leitura dos textos e pela fundamental orientação ao campo; Aída Nogueira e Daniela Motisuke pelas leituras e comentários, Paulo Cesar Xavier Pereira pelos textos inspiradores, além da leitura e discussão precisas. À Maria Antonieta Vieira, Amélia Luisa Damiani e Khaled Goubar, por, além de tudo, terem participado de minha banca de qualificação, cuja conversa se realizou com rigor e generosidade. Uma boa parte dessa dissertação se deve a vocês! Por fim à Angela Rocha pela orientação e leitura dos textos, ampla e detalhada, precisa e estimulante, que nesse momento se fez muito importante, a partir do qual pudemos desenvolver alguns rumos já trilhados e ainda criar novos.

De repente, não mais que de repente, me dei conta que não escrevia para alguém em geral, como se dissesse um indefinido «*on lit*». Percebi que escrevia especificamente para o Jorge Oseki, mestre generoso, crítico e instigante. Nesses últimos seis anos mostrou que as idéias e os atos não podem se fixar... Porém, de uma coisa eu já sabia. Minha formação a ele se deve.

Para quem *dedico* esta dissertação simples.

## RESUMO

O *Conjunto Habitacional* é resultado de um processo de produção do espaço que articula diversos agentes interessados em valorizar seu capital num processo produtivo. Como conjunto de experiências, pode ser observado a partir de suas especificidades materiais, realizadas em cada um de seus contextos históricos e geográficos determinados, e também como um processo de produção que se percebe de maneira genérica, constituindo-se deste modo como uma *forma social de produção*. Contudo, se esse conjunto de experiências se identifica com políticas econômicas, também o faz com as políticas sociais, nas quais diversos arquitetos se engajaram como meio de contribuir com o processo de desenvolvimento da sociedade. Esta dissertação estabelece uma comparação entre experiências (consideradas exemplares) realizadas no âmbito da Região Metropolitana de São Paulo, visando compreender e superar os limites referentes à forma de produção do espaço por meio de Conjuntos Habitacionais. Se, por um lado, tenta olhar criticamente seus produtos, também o faz com relação às formas de produção e seus produtores. E se há limites impostos pela própria forma capitalística de produção do espaço, mediada pelas relações entre salário, lucro e renda, há também nas concepções críticas do pensamento arquitetônico. Deste modo, se for possível a superação da Forma Conjunto Habitacional, isso deverá se dar em conjunto.

### PALAVRAS-CHAVE:

Conjuntos Habitacionais (CECAP Zezinho Magalhães Prado, COHAB Cidade Tiradentes Santa Etelvina, Mutirão autogerido COPROMO, CDHU Iguatemi, Parque do Gato e Cingapura Zaki Narchi); Habitação e Urbanização (aspectos políticos-sócio-econômicos); Indústria da Construção Civil; Produção do Espaço.

## RESUMEN

El *Conjunto Habitacional de interés social* es el resultado de un proceso de producción del espacio que articula a diferentes agentes interesados en valorar su capital en un proceso productivo. En cuanto conjunto de experiencias, se puede observar a partir de sus especificidades materiales, realizadas en cada uno de sus contextos históricos y geográficos particulares, y también como un proceso de producción que se percibe de manera genérica, constituyéndose, de este modo, como una forma social de producción. No obstante, aunque este conjunto de experiencias se identifica con algunas políticas económicas, también lo hace con ciertas políticas sociales, que cuentan con el apoyo comprometido de muchos arquitectos quienes ven en ellas una manera de aportar al proceso de desarrollo social. Esta disertación establece una comparación entre algunas experiencias (consideradas como ejemplares) realizadas en el marco de la Región Metropolitana de São Paulo, buscando comprender y superar los límites relacionados a la forma de producción del espacio mediante los Conjuntos Habitacionales. Si, por un lado, se intenta dirigir una mirada crítica hacia sus productos, se lo hace igualmente en lo que se refiere a sus formas de producción y sus productores. Asimismo, si existen límites impuestos por la propia forma capitalística de producción del espacio, mediada por las relaciones entre el salario, las ganancias y las rentas, se los encuentra también en las concepciones críticas del pensamiento arquitectónico. De este modo, si es posible la superación del formato del Conjunto Habitacional, esto se deberá dar en conjunto.

### PALABRAS CLAVE:

Conjuntos Habitacionales de interés social, Industria de la construcción civil, Producción del espacio.

## SUMÁRIO

1. ENTRADAS...	1
2. INTRODUÇÃO	
a. Problemas iniciais	6
b. O Desenvolvimento da Dissertação: os cinco Capítulos subseqüentes	16
3. CONJUNTO DE SITUAÇÕES	
a. Introdução ao Campo	18
b. Visitas, Derivas, Entrevistas e Comentários	20
4. CONJUNTO CONCEBIDO	
a. Introdução	122
b. Companhias de Habitação	123
c. Entrevistas com Arquitetos que participaram desses processos	152
5. RECUO HISTÓRICO	
a. Introdução	208
b. Acumulação primitiva pela produção do espaço: do IAP à escravidão	209
c. Submissão do Homem à Coisa: os Modelos Concebidos <i>a priori</i>	228
d. Implicações sobre o Conjunto Habitacional	242
e. Movimentos no Pensamento	251
f. Conjunto Habitacional: Forma contraditória da «Crise da Habitação»	266
6. CONJUNTO DE CONJUNTOS	
a. <i>Jouez la scène à six!</i>	274
b. Unidades Habitacionais, Tipos e Implantações	274
c. Mapas Censitários	315
d. Questões para adiante	331
7. APONTAMENTOS: ABRINDO UMA CONCLUSÃO	
a. Introdução	338
b. Através do Problema da Alienação	342
c. Abrindo uma conclusão	359
8. BIBLIOGRAFIA	365





DAS FRONTEIRAS DO CONJUNTO AO CONJUNTO DAS FRONTEIRAS

## 1. ENTRADAS...

*"Fôssemos infinitos*

*Tudo mudaria*

*Como somos finitos*

*Muito permanece"*

(Bertold Brecht)

Diante de meus olhos, uma descoberta: é um produto humano! Uma forma de ser no mundo, em seu tempo e em seu espaço. Como se fosse uma tradução, uma interpretação... Uma intervenção. O espaço que se constrói aparece como um meio e, deste modo, um projeto, um destino, um *sentido*, e a arquitetura como uma atividade que se dirige tanto à «coisa», materialidade produzida mediante técnicas e relações sociais, como à «não-coisa», os atos humanos objetivos e subjetivos, suas formas de apropriação. Então como configurar espaços? Pisos, paredes, tetos, materiais, texturas, luzes... Atos e tempos! *Habitat* e *Habitar* se encontram numa unidade possível, que induz e é induzida a partir das e para as relações sociais. Situações que estão para além da própria atividade: a arquitetura se funda naquilo que não é arquitetura. Ou como se pode dizer "arquitetura não é isso... isso não é arquitetura". Negatividade imposta a si e por si que a põe em movimento. Seu *au-delà!* Diante das maneiras, diante dos conformismos ou derrotas, diante do mundo da miséria e da miséria do mundo, impõe-se à atividade e a si próprio enquanto a(u)tor uma necessidade de utopia: construir um lugar.

Talvez totalidade. Talvez ingenuidade...

Como se pudesse dizer, a humanidade projeta no espaço seu corpo e sua natureza, «reais ou imaginários», o *Cosmo* e o centro do mundo, os símbolos das trevas e da luz como o absoluto divino-criado, a razão, a idéia, os fetiches da abstração. A história do espaço e o espaço da história. Tempo, tempo, tempo, tempo... Olhamos para trás a partir da catástrofe, daquilo que está se destruindo, porém com os olhos (de)formados por aquilo que já se construiu<sup>1</sup>. Campos cegos! Lentes cegas! Niilismo? Luta mortal? Da repetição nasce o novo. Dos limites e fronteiras, o horizonte. Elucubrações metafísicas? Não. As experiências realizadas, contestadas e mortas, devem nos apresentar possibilidades. Saídas. A potência fundadora da Arquitetura Moderna, que se fundamenta em criar novos espaços para o novo homem, apesar da hipostasia idealista e das misérias materiais, se preserva como sentido e finalidade.

Mas como é que diante das possibilidades da técnica, dos espaços diversificados e fluidos, como uma expressão de liberdade em relação às determinações da natureza e da privação-fragmentação impostas pelas relações sociais da propriedade e do trabalho, a arquitetura, enquanto atividade e produto, se reduz às experiências laboratórios, restritas e fragmentadas, e às experiências miseráveis feitas para reproduzir a miséria? Deste modo se engendra de um lado um circuito autocelebrativo diversificado, mas como uma corte de "ismos", que introjeta o mundo do cinismo; e de outro lado a repetição funcional à mercadoria, à empresa, ao Estado, que introjeta o cinismo do mundo. Falta de consciência e de vontade política? Não: irracionalidades produzidas no interior dessas racionalidades. Não se trata, não pode se tratar, não poderia se tratar, de uma luta mortal de todos contra todos, mas sim "todos contra todas as formas de fragmentação e estranhamento!". Mas, como se diz, "isso não é arquitetura!"... Arquitetura é apenas isso!

Diante da possibilidade de se produzir a totalidade do espaço de relações sociais, sendo a Arquitetura Moderna um momento desse possível, o *Conjunto Habitacional* representa sua maior riqueza e sua maior pobreza. É expressão de formas de militância de uma atividade inconformada com os processos sociais de produção, que busca dar sentido e criar novas formas de vida nas cidades; mas também é expressão da reprodução conformada dessas relações, mediadas pela tendência à homogeneização, hierarquização e fragmentação do espaço e dos atos. O *Homem* se reduz aos ritmos das *Máquinas*.

<sup>1</sup> Cf. OSEKI, Jorge Hajime. *O único e o homogêneo na produção do espaço*. Em MARTINS, José de Souza (org). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo, Hucitec: 1996.

Dentro de seus limites e fronteiras, são demarcadas as cisões entre as espacialidades e entre as especialidades, autores e autoridades. São relações espaciais e sociais que se desenvolvem como a divisão do trabalho: sua potência está em sua fragmentação. A unidade torna-se impotente, concebida apenas mediante o espetáculo, o aparente, quando o *verse* sobrepõe ao *viver*. Uma (ideo)lógica universal e abstrata.

Neste sentido, os *Conjuntos Habitacionais* são um momento desse movimento. Surgem como uma forma de superação de relações sociais arcaicas, o colonialismo assentado sobre o campo ou os ambientes precários decorrentes da miséria da industrialização e da urbanização. E são ainda presentes. Campo e cidade fragmentados pela tradição, pela família e pela propriedade. Pela troca dos mercados e dos mercadores. Mas são produtos humanos! O Homem produz e assim produz a si mesmo. Obras no espaço, espaço como obra. Paisagens... Agir sobre o país e o mundo enfim se encontra uno. A totalidade do globo terrestre, a presença humana no universo, *pode ser* enfim humanamente realizada, produzida pelo homem e para o homem, assim como a natureza interior e exterior aos nossos corpos. Deus é morto, mas algo escapa. Mas em algo ainda se crê e é uma crença alienígena... Metafísica. A potência da indústria, como forma humanamente engendrada de produção e apropriação da natureza, de superação das carências, é *industrialização*. A potência do urbano, como local e meio das relações e diversidades de encontros, multiplicidade de apropriação da natureza construída, é *urbanização*. Ambas, juntas ao *Estado*, provedor ou presente-ausente, representam o fim das possibilidades. Torna-se impossível. São formas históricas de reprodução das relações de produção: capital, terra e trabalho. E o Conjunto Habitacional, enquanto forma abstrata e concreta, que se vive, que se percebe e que se concebe, induz e é induzido por essa miséria.

Mas todo fim é um recomeço.



DAS FRONTEIRAS DO CONJUNTO AO CONJUNTO DAS FRONTEIRAS

## 2. INTRODUÇÃO

## PROBLEMAS INICIAIS

A provisão pública de moradias e equipamentos coletivos, realizada por meio de *Conjuntos Habitacionais*, identifica uma produção do espaço urbano que permeia várias experiências distintas, em contextos históricos e geográficos específicos. É uma tipologia arquitetônica e urbanística que se define por uma homogeneidade das soluções espaciais e construtivas utilizadas em um mesmo empreendimento, que por sua vez, decorre de seus aspectos produtivos, seriação e normatização típicas da indústria, mas também da própria *lógica* do Estado como agente organizador e financiador dessa produção: fragmentos comercializáveis e hierarquia institucional. Assim, a produção de Conjunto Habitacional poderia se definir como uma *forma*, como um conceito genérico-abstrato ligado a uma prática social concreta.

Esta *forma* abstrato-concreta se encontra, de um lado, nos debates e experiências da Arquitetura Moderna, que visavam dar soluções construtivas e ambientais para o processo industrial de produção. Soluções que, por sua vez, tinham como fundamento as transformações sociais ocorridas no processo de expansão das relações capitalistas de produção. Assim, torna-se central nessas concepções a organização de *novos espaços para o novo homem*. A família se transforma, as relações sociais se transformam, as possibilidades de produção se transformam. O espaço, por decorrência, deveria se transformar. Nesta perspectiva a produção de Conjuntos Habitacionais engajou gerações de arquitetos militantes, que impunham à sua atividade a necessidade de contribuir com o processo de emancipação social. Mas por outro lado, essa produção também se fundamenta no processo de desenvolvimento econômico que se dá através da relação entre a indústria da construção civil, a propriedade fundiária e imobiliária e o Estado. Relação que contribui para a acumulação capitalista e para a expansão das fronteiras urbanas. Embora aquelas experiências militantes buscassem a transformação social, acabam por realizar justamente o seu oposto: a arquitetura se conforma com a reprodução das relações sociais e deste modo a produção em massa enfim se realiza, através das estruturas oficiais de produção que se desenvolvem a partir da exaustão de modelos anteriores. De que modo isso se realiza? Como as experiências *militantes* são funcionais às experiências *conformadas*? O que há de conformismo nessas experiências militantes?

O Conjunto Habitacional é uma política social. Mas é também uma política econômica. O desenvolvimento econômico se realiza, segundo a crítica da economia política, através da exploração da força de trabalho. O valor que se acumula, condição de seu desenvolvimento, é o valor que se deixa de pagar como equivalente em salário para o *trabalhador*. A riqueza da nação é a pobreza do produtor! Porém, a um só tempo, o Conjunto Habitacional equivale à parte do salário do trabalhador, a moradia como item necessário à reprodução da força de trabalho, e à parte dos lucros e rendas dos capitalistas, cuja produção serve como elemento de valorização e reprodução ampliada do capital, baseados na indústria da construção civil e na terra. Deste modo, sua tipologia de produção se desenvolve historicamente para que se tornar cada vez mais *eficiente* sob esse duplo aspecto. Por se realizar através de um aparente equilíbrio entre trabalho, capital e terra (e suas correspondentes formas de remuneração – salário, lucro-juro e renda) parece encontrar uma *demandada infinita* para a sua realização no processo de urbanização, que se expressa tanto na expansão das fronteiras periféricas quanto nos processos de renovação das áreas centrais. Isso nos coloca uma outra contradição: a decomposição da cidade e do campo através do processo de precarização do ambiente construído, o caos urbano em geral, e a redução das possibilidades do vivido com instauração das relações de reprodução no cotidiano.

A problemática do *ambiente* se fundamenta na contradição entre a tendência à fragmentação do modo de produção capitalista e a tendência à totalidade da natureza. Essa *fragmentação* decorre da própria forma de produção e venda de mercadorias, em particular das mercadorias no espaço e do espaço como mercadoria. Mas também é fragmentação dos saberes em conhecimentos parcelares, instaurado pela divisão do trabalho. Os trabalhos privados se tornam sociais apenas mediados pelas coisas. Pelas trocas. Já a *totalidade*, por sua vez, decorre das determinações da natureza em si, um todo inapreensível (a não ser, justamente, através de fragmentos com finalidades determinadas), um todo «harmonioso e conflituoso<sup>1</sup>». Problemas ambientais resultantes do modo de produção, tais como trânsito, poluição, falta de saneamento etc., exigem soluções *sustentáveis* ou *ecológicas*, que por sua vez, extrapolam os limites estabelecidos pela propriedade privada da terra e dos meios de produção: relações históricas que instituem e legitimam as separações, o *estranhamento*.

A efetividade humana, como parte específica da natureza, se realiza mediada pela indústria sob o capitalismo, como unidade entre o *processo de trabalho*, poderes humanos para satisfazer suas necessidades e desejos a partir da transformação da natureza, e o *processo de valorização*, acumulação de capital a partir da extração de mais-valia do trabalho alheio<sup>2</sup>. Essa efetividade, por se realizar de forma *estranhada*, isto é, através da separação entre o produtor, o produto e a própria atividade (propriedades alheias), acaba por engendrar uma *segunda natureza*, o ambiente construído cujo produto humano se volta hostil aos homens. Quanto mais se desenvolvem os poderes humanos, mais desumanos se tornam esses poderes. Uma forma particular deste modo de produção é o *urbano*, o lugar da reprodução das relações de produção, com a instauração do cotidiano e da fragmentação funcional do espaço moderno. Assim nos alienamos do potencial paisagístico da *natureza humana construída*, meio e reflexo da produção social do espaço.

O Conjunto Habitacional é uma *forma urbana* resultante do processo de trabalho que integra diversos agentes sob direção do Estado: construtores, fornecedores, financiadores, proprietários fundiários e os trabalhadores diretos, grupo social a que se destinam essas habitações e equipamentos coletivos. É uma tipologia historicamente engendrada para se resolver o *problema da habitação* identificado à precária *situação da classe trabalhadora*, cuja precariedade ambiental, sócio-espacial, resulta do processo de acumulação de capital baseado na remuneração e privação da propriedade fundiária e imobiliária: o *mercado rentista* e os processos de construção doméstica nas periferias urbanas. O Conjunto surge então como uma potência contida nas relações de produção da *indústria* e nas concepções da *arquitetura e urbanismo modernos*: racionalidade produtiva, modulação e redução dos elementos tipológicos e construtivos para serem produzidos em série, repetição e sucessão de tarefas, concentração e hierarquização de infra-estruturas, produção estandardizada de grande massa de produtos que satisfazem necessidades humanas determinadas para o «novo Homem». Mas, no entanto, ao longo de sua realização, essa *potência* acaba por produzir espaços miseráveis. Qual miséria? Não se trata de uma carência material em absoluto, mas sim da carência de humanidade do homem: um processo de produção e reprodução que reduz o Homem à Coisa. As coisas se relacionam como humanos e os humanos como coisas. Esta inversão se dá através da sua funcionalidade ao modo de produção capitalista: por um lado a partir da redução das necessidades às mínimas satisfeitas para produzir e reproduzir o trabalhador como *trabalhador assalariado* (a reprodução da força de trabalho); e por outro lado

<sup>1</sup> Formas sociais que são *projetadas* sobre a natureza para justificar e legitimar uma relação particular como *universal*, como se fosse *natural* da sociedade.

<sup>2</sup> Cf. MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*, Volume I (Capítulo V). São Paulo: Nova Cultural, 1985.



pela extração de trabalho não-pago no seu processo de produção e reprodução, reduzindo as relações sociais e a natureza às determinações estritamente funcionais à reprodução das relações de produção do Capital. O mundo mediado pela troca.

Neste sentido, se temos como horizonte a possibilidade de se restituir à Arquitetura e Urbanismo Moderno toda a sua *potência*, devemos fazê-lo a partir da crítica à sua funcionalidade histórica para a reprodução das relações capitalistas de produção, na qual a *abstração funcionalista* do espaço moderno é uma delas. A partir desta forma de pensamento, que se baseia nas ciências e na Indústria, concebem-se os atos e produtos *em função* de uma determinada relação de produção. Assim, o perpétuo movimento da máquina parece subtrair de seus conteúdos o *tempo* e o *corpo* humanos. Suas relações e natureza. Portanto, se objetivamos criticar o funcionalismo na produção do espaço, e em particular nos Conjuntos Habitacionais, podemos fazê-lo a partir da restituição do *tempo* e do *corpo*. Isto significa que a produção do espaço deve se realizar não mais a partir da redução às finalidades determinadas das relações capitalistas de produção, mas sim pelas e para as múltiplas possibilidades do vivido, complexo e contraditório, instituídas através de necessidades, desejos e processos de lutas. Restituir supõe a superação da fragmentação social. As finalidades estreitas à reprodução capitalista devem ser *praticamente* substituídas por finalidades especificamente humanas. Sendo assim, a partir da problemática do ambiente surge a possibilidade virtual da *produção do espaço* se realizar como um momento de *superação efetiva da alienação*. Uma atividade e uma ciência do espaço que têm como possível a superação da divisão entre os trabalhos teóricos e práticos no momento mesmo de realização efetiva. Uma unidade dialética entre *Homem, Trabalho e Natureza*. Um Desenho Ambiental? Atividade teórica e prática, engendrada a partir do enfrentamento entre os conhecimentos parciais das ciências do homem, do trabalho e da natureza. O trabalho social não se voltaria hostil na medida em que sua finalidade seria a auto-produção da humanidade do homem, e o ambiente seria sua obra, seu meio e espelho. Mas essa atividade científica, ou ciência ativa, não poderia ser resolvida especulativamente, a partir da abstração dos indivíduos e das contradições reais, e sim a partir da experiência concreta, descrita, interpretada e sucedida, que explicitariam os momentos contidos nas práticas realizadas, em unidade com suas formas de produção.

A problemática da *reprodução* se fundamenta na instauração do *cotidiano*, que é a aparente repetição infinita das atividades humanas reduzidas às relações de produção da indústria: o tempo de trabalho e os ritmos determinados pelas máquinas, o tempo de não-trabalho dividido entre a família, os deslocamentos pelo espaço e os lazeres administrados. O cotidiano, portanto, é um momento em que as relações de produção engendram formas sociais que se expressam no *tempo* e no *espaço*, parecendo engendrar o fim da história, dos imprevistos e das lutas, que por sua vez reduz as possibilidades humanas da produção do homem às determinações da reprodução das relações de produção do capital. Homens submetidos às Máquinas. Mas por outro lado, o cotidiano é um método de pesquisa. Através de sua crítica pode-se ir além do momento estrito da produção, reduzido criticamente às estruturas do economicismo, para deste modo ir além das carências materiais imediatas, consideradas «absolutas», subsumidas pelos discursos e pelas imagens que dizem realizar uma unidade social. O *cotidiano* instaura especificidades no homogêneo, novidades na repetição, seja praticamente através dos processos de luta e contradição engendrados contra as relações capitalistas de produção (de quebra-quebra às formas de apropriação do espaço), seja teoricamente buscando formas *residuais* que escapam momentaneamente do capital e das generalizações estruturalistas.

O *espetáculo* é um momento dessa generalização: afirma ser uma unidade, uma vida feliz repleta de imagens que lhe dão um aparente sentido. A crítica ao espetáculo<sup>3</sup> aparece como um desenvolvimento da crítica à forma-mercadoria, cujo processo produtivo institui separações, as quais são unidas novamente pelo espetáculo, sob seus domínios: da aparência, da não-efetividade. O espetáculo diz unir, mas apenas une enquanto separado. Esta crítica, portanto, é também uma crítica ao *fetichismo*: formas aparentes e mistificadoras que encontram no real parte de sua efetividade. O fetiche não é pura ilusão, nem pura realidade. Ele encontra no *real* os momentos de sua realização, e também engendra realizações no real. Deste modo, o *espetáculo* discute formas de sociabilidade engendradas pelas imagens, mas também pela institucionalização de relações sociais. Os poderes estranhos se tornam reais e os poderes reais se tornam estranhos. A *verdade* torna-se uma mentira generalizada propagada pelas instituições, pela burocracia, pelas *vedetes*. São verdades momentâneas que se apresentam como aquelas que desmentem pseudo-verdades anteriores.

As *separações* dividem os momentos essenciais da humanidade do homem, tais como *necessidade*, *trabalho* e *fruição*; e assim constituem de diferentes formas os conceitos de classes sociais<sup>4</sup>. De um lado o proletariado experimenta a necessidade e o trabalho, mas é privado da fruição; de outro lado a burguesia experimenta a necessidade e a fruição, mas é privada do trabalho. Ausência da fruição é uma redução das possibilidades humanas às formas sociais de *reificação*: trabalhos úteis reduzidos a força braçal e gasto de energias vitais. Ausência do trabalho é a negação do momento em que o homem se apropria da natureza: transformação que produz a natureza humana. Portanto, ao se privar, tanto do *produto* do trabalho quanto da própria atividade de *produção*, o ser genérico do homem se aliena da *potência* humana. A produção e o produto em identidade com o produtor têm na *produção do espaço* um momento particular de realização. Momento onde é *possível* realizar teórica e praticamente a efetividade humana, o devir.

Neste sentido, a provisão pública de moradias e equipamentos coletivos por meio de *Conjuntos Habitacionais* proporcionou e proporciona melhorias materiais efetivas à classe trabalhadora. Porém esta forma *determinada* de provisão realiza tais melhorias através da *redução* das possibilidades *urbanas* (a diversidade de usos e funções, as formas de apropriação e encontros, a separação do tecido existente) às determinações estritas de reprodução das relações capitalistas de produção: espaços homogêneos, fragmentados, organizados segundo uma lógica e uma hierarquia de produção, e conectados funcionalmente às áreas de trabalho e de lazer pelos sistemas de transporte. Engendra espaços repetitivos e monofuncionais, reduzidos às necessidades estritas da reprodução da força de trabalho e, conseqüentemente, espaços reduzidos às determinações *do capital*. Esse momento da reprodução tem uma funcionalidade econômica, pois moradias e equipamentos coletivos representam um *quantum* de salário indireto, que provido pelo Estado, rebaixa o salário geral dos trabalhadores. Mas também tem uma funcionalidade *espetacular*: as relações sociais contidas nesses espaços são mediadas pela (ideo)lógica das instituições que lhes administram (procedimentos burocráticos das políticas de educação, de saúde, de lazer etc.). As relações sociais espartilhadas pelos processos de renovação urbana *aparecem* reunidas (justapostas) nesses novos ambientes «amparados» por tais instituições. O tempo do não-trabalho passa a ser organizado por formas *ótimas* engendradas no interior de saberes estranhos aos moradores efetivos. Seria um condicionamento? Evidentemente não! Mas

<sup>3</sup> Cf. DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

<sup>4</sup> Cf. LEFEBVRE, Henri. *Psicologia das classes sociais (capítulo IV)*. Revista GEOUSP – Espaço e Tempo nº 17, 2005.

ao menos o espaço se torna hostil. Se a cotidianidade é a experiência da alienação do espaço funcional moderno, é também, por outro lado, o momento pelo qual se podem realizar formas *residuais* de produção de espaço, através da diversidade de apropriações e de usos. O espaço *clean*, «puro e liso», passa a ser *próprio*, fruto de trabalhos individuais ou coletivos, sejam eles conscientes desta atitude ou não.

Portanto, o *determinismo* econômico contido na produção deve ser relativizado, para não ser *concebido* como totalizante. Do mesmo modo o determinismo unilateral que classifica, especifica e ordena as necessidades humanas que devem ou não ser satisfeitas: desejos e fruições. É preciso superar essa mediação alienadora, que nos aparece como *científica, institucional e técnica*, engendrada a partir das relações de produção desses espaços: estranhamento e mistificação do processo social. Potencializar aspectos da superação já contidos no real, para que, deste modo, a *produção do espaço* possa ser realizada em identidade com a *produção de relações sociais*, momento em que seus conteúdos contraditórios afloram e são resolvidos (ou não) praticamente. Produtor, produção e produtos *imediatizados*.

Mas por outro lado são essas relações econômicas que fundamentam o processo social, inclusive as formas que se nos apresentam como reais, que instituem relações, mas que são efetivamente «invertidas»: o fetiche ou o espetáculo parecem ser o real e o real aparece como desvio. É um raciocínio que parte de formas abstratas, em sua concepção mais *genérica* do processo social, e vai paulatinamente introduzindo conteúdos e contradições históricos. Da mercadoria e do fetiche se chega à renda fundiária, forma social de remuneração do não-trabalho, assegurada pela propriedade privada. Das relações privadas de produção, que extraem o trabalho não-pago do trabalhador assalariado, a mais-valia, chega-se às formas sociais de concorrência entre capitalistas, que faz crer, mistificação e realidade, que *o Valor é produto do capital*.

O Valor é produzido a partir de um *trabalho privado*. Mas se refere a um *quantum* de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria, uma dada *quantidade* de uma determinada *qualidade*. A mercadoria, portanto, é unidade entre trabalhos privados em relação social. Mas o valor da mercadoria é distribuído socialmente segundo qualidades e quantidades, não de trabalho, e sim de *propriedades privadas*, asseguradas por títulos jurídicos que se autonomizam em relação aos processos efetivos de produção e, assim, vela o momento de exploração da força de trabalho. Aparece, portanto, como relação entre equivalentes, como troca entre iguais que são realizadas no mercado. A mais-valia extraída na produção se transfigura em lucro industrial, em lucro comercial, em juro e em renda. Paulatinamente vai se distanciando das determinações *concretas* do trabalho para chegar às determinações *abstratas* da propriedade. É um movimento complexo e contraditório, que inclui conteúdos concretos na forma abstrata da mercadoria, que abstrai determinações concretas do *trabalho* para chegar à pura da *propriedade*. É real, mas apenas de ponta-cabeça!

As abstrações-concretas instituem o movimento do pensamento, um método engendrado pela crítica da economia política, que parte da dialética hegeliana como meio de *exposição*, e do materialismo dialético meio de reflexão<sup>5</sup>. A *economia* aparece deste modo como o momento mais simples pelo qual as relações sociais se dão em sua materialidade e totalidade, através das relações de produção. Mas a economia é uma ciência burguesa, a *Economia Nacional*, e reflete sobre os movimentos do mundo a partir do interior do estranhamento capitalista: o trabalho aparece apenas um momento do

<sup>5</sup> Cf. LEFEBVRE, Henri. *El materialismo dialéctico*. Buenos Aires: Pleyade, 1971.

capital. Deste modo a *crítica da economia política* inverte o raciocínio: é o capital que é um momento do trabalho, pois é trabalho morto, realizado, cristalizado e concentrado nas mãos de proprietários dos meios de produção. O capital é utilizado e consumido para conservar e gerar mais valor. Para reproduzir as relações de produção.

Esse movimento que parte da forma genérica da produção capitalista, a *mercadoria*, passando pela *circulação* do capital, lucros comerciais e juros, e que chega à forma da propriedade fundiária, contribui para a reflexão sobre a produção do espaço urbano, pois a *urbanização* aparece como um processo onde se realizam os trabalhos privados e as formas sociais de troca, distribuição e consumo do produto social. A construção de Conjuntos Habitacionais através do Estado, como relação econômica de reprodução da força de trabalho e de acumulação de capital, é um momento particular dessa urbanização. Deste modo, as relações de produção da indústria da construção civil, da exploração da força de trabalho e da valorização fundiária e imobiliária, engendram um espaço que concentra trabalhadores numa determinada *localização* da cidade e, assim, contribui com o processo de reprodução ampliada do capital, na medida em que aperfeiçoam o fornecimento de força de trabalho assalariado a ser empregada na *indústria* e nos demais serviços. Mas também, a própria produção do espaço se altera em função dessa relação, pois ao incorporar *trabalho à terra* garante rendimentos, na medida em que o produto social pode ser monopolizável em propriedades fundiárias. Tornam-se rendas capitalizáveis.

Pode-se dizer que esse trabalho incorporado se realiza de forma *intensiva* e de forma *extensiva*. A intensiva mediante a incorporação de trabalho à terra onde predomina o *capital constante*, tais como máquinas e instrumentos, *intensificando* o capital dentro de uma determinada fronteira de espaço. A extensiva mediante a incorporação de terra ao trabalho, onde predomina o *capital variável*, salários e força de trabalho, *estendendo* as fronteiras do espaço para o capital. No entanto esses movimentos opostos são complementares. Sua forma *intensiva* consome mais capital e extrai menor massa de mais-valia em seu processo imediato de produção. Inversamente, em sua forma *extensiva* se extrai maior massa de mais-valia, que será distribuída socialmente através das taxas médias de lucro sob as formas sociais de distribuição da *propriedade privada*. Portanto, a tendência à queda da taxa de lucro, representada na produção de forma intensiva, pode ser compensada pela alta taxa exploração da força de trabalho em sua forma extensiva. Dois momentos da produção que ocorrem tanto simultaneamente como sucessivamente no urbano, no tempo e no espaço, que explicita um movimento e seus encadeamentos teóricos e empíricos, do processo de transformação da forma de produção de Conjuntos Habitacionais e da produção do espaço em geral<sup>6</sup>.

A *História da Habitação Social* mostra empiricamente esse movimento. Nasce do combate às formas arcaicas e precárias de assentamento dos trabalhadores urbanos; engendra os meios de produção em quantidade e qualidade para o «novo homem»; aperfeiçoa o processo de produção, aumenta sua quantidade produzida e institui a monotonia e a repetição funcionais ao desenvolvimentismo econômico; passa a ser contrariado pelos problemas sócio-ambientais relativos ao isolamento, depredação, abandono e violência presentes nos Conjuntos; até chegar ao seu *outro*, ao «não-Conjunto»: a preponderância arquitetônica se realiza nas renovações urbanas exclusivistas e excludentes, que se baseiam na valorização e extração de rendas fundiárias, e que se produzem através de situações urbanas e «arquiteturas únicas».

Nascimento, Apogeu e Morte!

<sup>6</sup> Cf. HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

As precárias condições urbanas dos fins do século XIX na Europa legitimam a intervenção do Estado na promoção de habitações coletivas, quando surgem as primeiras leis de habitação de interesse social e suas experiências ainda claramente influenciadas por questões de ordem estéticas *expressionistas*: bulevares, edifícios marcos na paisagem, jardins privativos, usos e equipamentos misturados às unidades habitacionais. Contudo, com a necessidade de se ampliar *quantidade* de produção, ela vai se alterando *qualitativamente* a fim de *reduzir* os elementos tipológicos para serem produzidos em série, através da racionalização, normatização e standardização: identificação ao processo de produção da indústria. No entanto, para satisfazer as necessidades mínimas dos trabalhadores, sem que se percam as qualidades ambientais com esta *redução*, arquitetos engajados na habitação de interesse social expõem e comparam suas experiências: surgem os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna onde são debatidas formas racionais e ótimas de produção do habitat moderno, sua nova forma de organização, suas articulações e, por fim, a própria forma urbana resultante, denominada de *cidade racional*. Constitui-se a forma *paradigmática* da arquitetura e do urbanismo moderno.

Mas a produção de habitações no período subsequente às destruições da segunda guerra mundial assume outro caráter ao se aproximar dos interesses do desenvolvimento econômico, baseados na indústria da construção civil, na valorização do solo urbano e realizados a partir da intervenção do Estado. Com a necessidade de se assegurar um número ainda maior de unidades habitacionais, a forma de produção atinge seu ápice: o maior número de unidades pré-fabricadas engendra a expansão do espaço urbano repetitivo e monótono. Mas gera uma situação de impessoalidade absurda, que resulta na decomposição das fronteiras urbanas e na falta de identidade entre os cidadãos e a cidade. O *Conjunto Habitacional* passa de potência à impotência: com o fim das experiências «áureas» são identificados à crise da arquitetura e do urbanismo modernos, à crise da cidade monofuncional, à crise de desagregação das relações sociais. A catástrofe urbana!

Diante desta constatação a produção teórica e prática da arquitetura e do urbanismo busca outra maneira de intervenção no espaço, tentando resgatar o contexto histórico e cultural situado para além das fronteiras da abstração dos Conjuntos Habitacionais: por um lado através de trabalhos com comunidades, que pretendem realizar sua produção através da identificação a um grupo social determinado, porém de pequena abrangência; e por outro lado, através das renovações urbanas, palco de diversos «ismos» arquitetônicos que não se aliam mais à produção de habitação de interesse social e sim ao grande capital especulativo, restituindo formas de *rentismo* urbano e de financeirização do espaço.

Esta produção recente acentua os *limites* da Arquitetura, pois experimenta *formas* cada vez mais desenvolvidas, em suas multiplicidades estéticas, técnicas e produtivas, mas que são realizadas cada vez mais reduzidas e separadas de conteúdos sociais amplos. São experiências que se desenvolvem a partir de uma certa autonomia da arquitetura (restritas a seus discursos e imagens) que acentuam a fragmentação: a *arquitetura* passa a se realizar fora dos interesses sociais, ou por outro lado, o que quer dizer o mesmo, os *interesses sociais* passam a se realizar fora da *arquitetura*. No entanto, essas realizações se complementam: as renovações urbanas que valorizam as áreas centrais das cidades contribuem para expulsar uma parcela determinada de moradores para as periferias, sendo localizados em Conjuntos Habitacionais *diferenciados* (para usar um jargão corrente). Portanto, são experiências que, apesar de serem concebidas através de formas autônomas de produção, de arquitetura e urbanismo, se situam efetivamente no processo social de produção do espaço que *fixam* determinadas qualidades e quantidades de trabalho em diferentes espaços da cidade. Reproduzindo o movimento.

Embora os *Conjuntos Habitacionais* possam ser identificados a uma tipologia genérica de arquitetura e urbanismo, eles são concebidos, produzidos e vividos em contextos históricos e geográficos diferentes. Cada experiência se constitui efetivamente mediante a relação entre o que ela tem de *único* e o que tem de *homogêneo*. Sua história, portanto, contribui para a reflexão sobre as formas de atuação da arquitetura, seus limites e possibilidades. Deste modo, a partir da produção e da reprodução, pode-se escapar a dogmatismos pré-concebidos, que fetichizam a atividade da arquitetura ao hipostasiar processos de emancipação social, ou rechaçam essa atividade ao se reduzir à sua funcionalidade conformista ao processo hostil de produção capitalista.

Neste sentido, a partir deste universo percebido de problemas, esta pesquisa visa estabelecer uma comparação entre experiências concretas, realizadas no âmbito da Região Metropolitana de São Paulo, em épocas e localizações específicas. Elas, a um só tempo, contém aspectos genéricos da produção de Conjuntos Habitacionais, identificados aos paradigmas da arquitetura moderna, como especificidades, tanto em relação ao processo histórico brasileiro (industrialização e urbanização) e suas formas de realização, como os debates acerca dos *caminhos da arquitetura*. Assim, foram selecionadas seis experiências consideradas como exemplares para estabelecer um universo de comparação. *Exemplares* tanto no sentido de suas virtudes, ainda que isso possa se alterar ao longo do processo histórico e do conjunto de Valores que lhes são atribuídos, quanto no sentido de seus vícios, representados pela perda da qualidade arquitetônica e urbanística identificadas à crise da cidade, às suas formas de produção e de conhecimento. Para refletir sobre esse conjunto de relações elegi seis Conjuntos Habitacionais para serem analisados: o CECAP Zezinho Magalhães Prado, de 1967 em Guarulhos, a COHAB Santa Etelvina IIA, de 1984 na Cidade Tiradentes, Zona Leste de São Paulo, o mutirão autogerido COPROMO, de 1990 em Osasco, o Cingapura Zaki Narchi de 1995 e o Parque do Gato de 2004, na região central de São Paulo e, por fim, o CDHU Empreitada Integral Iguatemi, de 2007 no Distrito Iguatemi, Zona Leste de São Paulo.

O CECAP se situa num momento bastante controverso, pois foi concebido como um meio de emancipação social, mas foi produzido no contexto autoritário da Ditadura Militar, que associou o desenvolvimento das forças produtivas à ausência de industrialização e pré-fabricação em massa de seus componentes construtivos. Ele foi realizado a partir do interior de *formas oficiais* de produção, o Sistema Financeiro de Habitação e o Banco Nacional de Habitação, através da instituição em nível Estadual denominada CECAP, Caixa Estadual de Casas para o Povo. Ele se estrutura a partir das «freguesias», ou uma dimensão espacial que organiza gradativamente as unidades habitacionais e os equipamentos coletivos correspondentes no espaço público, realizando-se através de uma forma urbana setorizada, repetitiva e fragmentada, construindo uma situação urbana periféricas tal qual nos Conjuntos Habitacionais de uma maneira geral.

Esta experiência, enquanto solução arquitetônica e urbanística, e enquanto organização institucional em torno da produção de habitações de interesse social, contribuiu para engendrar as formas posteriores de produção de Conjuntos Habitacionais em São Paulo, como o caso da CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – empresa que nasce de desdobramentos da própria CECAP) e da COHAB (Companhia Metropolitana de Habitação – empresa municipal beneficiada por recursos federais repassados pelo Estado). Estas companhias, neste primeiro momento, atuavam em escala regional como braço do Plano Nacional de Habitação (Sistema Financeiro de Habitação e o Banco Nacional de Habitação – SFH / BNH), e posteriormente, no processo de redemocratização, com políticas habitacionais

e recursos próprios. Nessas instituições são realizados ajustes na forma de produção, que atinge grande escala produtiva e transforma substancialmente a *qualidade* de seus empreendimentos, cujos processos se caracterizam pela paulatina redução dos custos de produção, através do adensamento das unidades habitacionais, de suas dimensões, e da eliminação de espaços de uso coletivo. Podemos dizer que são soluções que vão paulatinamente abandonando os princípios da arquitetura e do urbanismo como elemento estruturador e passam a adotar os relacionados à lógica institucional e empresarial de produção. A partir dos anos 1970 são produzidos nesse contexto os Conjuntos Habitacionais localizados no Distrito de Cidade Tiradentes, a maior aglomeração deste tipo de produção na América Latina. O Conjunto COHAB Santa Etelvina é ali construído a partir dos anos 1980 e vem sendo reproduzido até a atualidade, como os caso dos Conjuntos da CDHU Iguatemi, a partir de 2004.

Com o desgaste destas últimas soluções são engendradas formas «alternativas» de produção, tais como os mutirões autogeridos, organizados na relação entre movimentos sociais, assessorias técnicas e o poder público; e as experiências de urbanização de favelas em áreas centrais. O mutirão autogerido COPROMO é realizado a partir da pressão de movimentos sociais organizados que identifica o processo de *produção do espaço* ao processo de *produção de relações sociais*, mediados pelo controle de parcela dos fundos públicos e de projetos arquitetônicos próprios, discutidos entre a associação de moradores e as assessorias técnicas. Ele se engendra em oposição aos Grandes Conjuntos produzidos por empreiteiras, de precária qualidade ambiental. O COPROMO garante melhorias qualitativas tanto em seu processo de trabalho, cujas relações de produção são definidas coletivamente entre seus agentes, quanto às formas ambientais construídas, suas dimensões, materiais e usos. Melhorias asseguradas pela gestão coletiva dos recursos públicos e pela ausência (ao menos aparentemente) de lucros ou desperdícios tão comuns às formas oficiais de produção. No entanto, situa-se numa área periférica de sua cidade (e da Região Metropolitana de São Paulo), o que reproduz a condição de «cidade-dormitório» característica dos Grandes Conjuntos.

Por outro lado, O Projeto Cingapura Zaki Narchi, em 1995, e o Parque do Gato, em 2004, são projetos realizados em áreas centrais, a partir de processos de reurbanização de favelas que permitiria a melhoria desses ambientes e a inserção de seus moradores nas estruturas públicas de provisão de equipamentos coletivos. O Cingapura ressalta formas menos homogêneas que os paralelepípedos geométricos dos grandes Conjuntos; e o Parque do Gato adota a Locação Social como forma de acesso à moradia. Mas apesar de representarem uma possibilidade de expansão da política pública de habitação, a partir da adequação de áreas urbanas degradadas e já consolidadas, esses Conjuntos são restritos a poucas unidades de moradia (se comparados aos anteriores), o que indica um outro sentido: por serem implantados em localizações urbanas estratégicas (em função de sua grande visibilidade na chamada «cidade formal»), a abrangência dessas *políticas* acaba por se restringir aos ganhos *político-partidários*, que transformam esses Conjuntos Habitacionais em grandes *outdoors* eleitorais.

Desta maneira este conjunto de experiências *exemplares* contém aspectos identificados às formas de produção de Conjuntos Habitacionais em geral, mas também aspectos que lhes são específicos, seus contextos históricos, geográficos e de suas formas de produção determinados. A comparação entre eles é, portanto, um meio que pode revelar tanto limites quanto positivities, aspectos funcionais à conservação das relações de produção e aspectos que contenham virtualmente a possibilidade de emancipação do conjunto da sociedade. Sigamos em conjunto.

CECAP Zezinho Magalhães Prado  
Guarulhos, 1967



COHAB Santa Etelvina  
São Paulo, 1984



COPROMO Associação Pró-moradia  
Osasco, 1990



CINGAPURA Zaki Narchi,  
São Paulo, 1995



LOCAÇÃO SOCIAL Parque do Gato  
São Paulo, 2004



CDHU Empreitada Integral Iguatemi  
São Paulo, 2005





### O DESENVOLVIMENTO DA DISSERTAÇÃO: OS CINCO CAPÍTULOS SUBSEQÜENTES

No Capítulo 3, «Conjunto de Situações», está registrado o produto da pesquisa de campo, tal como as entrevistas, visitas aos Conjuntos Habitacionais, derivas e comentários correspondentes. Começamos por este momento na medida em que insere cada um desses Conjuntos no presente, relacionando deste modo as formas como percebo cada um destes Conjuntos às interpenetrações possíveis em que foram concebidos pelo conjunto de arquitetos e políticas públicas. O *Real*, mediado por minhas interpretações, que articula um Conjunto ao outro, apresenta-se de maneira conflituosa, portanto. Isso é bastante importante, pois pode contribuir com a desconstrução de modelos teóricos concebidos *a priori*, que tendem a ver no real, na cidade, nos respectivos objetos de estudo, apenas a confirmação ilustrativa de seus argumentos. A pesquisa de campo, portanto, visa estender as fronteiras das minhas formas de pensamento.

No Capítulo 4, «Conjunto Concebido», passaremos a ver como cada uma dessas experiências se insere nas políticas habitacionais e respectivas companhias de habitação. Aqui se estabelece um conjunto de contradições que é colocado tanto pelas interpretações da pesquisa de campo (o capítulo anterior), quanto pela atuação dos arquitetos que participaram de algum modo desses processos produtivos. O conjunto de relações que se estabelece formará as bases para a formulação posterior de um conceito abstrato-concreto que é contraditório consigo mesmo, por sua vez chamado de Forma Conjunto Habitacional. Este conceito pode representar um conjunto de relações de produção que articula interesses econômicos e sociais, formas arquitetônicas e urbanísticas e relações de produção e reprodução.

No Capítulo 5, «Recuo Histórico», passaremos a percorrer experiências históricas e formas de pensamento que amparam a reflexão do conjunto da dissertação. Aqui se conceberá seus fundamentos. Neste sentido busca-se explicitar a complexidade social que está incluída na produção de Conjuntos Habitacionais. Se estão situados para além daquilo que é considerado como específico da Arquitetura, mostram que esta determinada atividade se insere no processo social mais amplo que suas fronteiras epistemológicas. Os meios deste capítulo são a reflexão sobre as relações de produção capitalista (em particular do espaço) como forma social que determina e é determinada pelos contextos específicos de produção, os quais impõem, também especificamente, limites e fronteiras às possíveis formas de superação de impasses relacionados à Forma Conjunto Habitacional.

No Capítulo 6, «Conjunto de Conjuntos», retornaremos à análise dos Conjuntos Habitacionais estudados. Porém ela se fará através do conjunto de relações possíveis que se estabelece entre cada uma destas experiências, bem como com as questões apresentadas nos capítulos anteriores. Lançaremos mão à criação de categorias que surgem ao longo das análises comparativas. O «mundo» passará pelos Conjuntos através de suas unidades habitacionais, plantas-tipo, implantações e dados censitários correspondentes a cada uma dessas situações urbanas.

No Capítulo 7, «Apontamentos: abrindo uma conclusão», faremos considerações, não são exatamente *finais*, na medida em que se tenta indicar apontamentos de cada uma desses Conjuntos (no conjunto de suas relações) para a constituição de um processo social de produção, que teria como *possibilidade* contribuir com a superação da Forma Conjunto Habitacional. Este «fim», evidentemente, deve ser interpretado como um «recomeço». O caráter de esboço do capítulo pretende dizer aos leitores que há a necessidade de se apropriar das coisas deixadas em aberto (conscientemente ou não), na medida em que se é possível alguma superação, ela apenas o será pela experiência prática, mas também, pelo Conjunto de seus agentes.

DAS FRONTEIRAS DO CONJUNTO AO CONJUNTO DAS FRONTEIRAS

### **3. CONJUNTO DE SITUAÇÕES**

## INTRODUÇÃO AO CAMPO

Meu encontro com o *Conjunto* se dá através de dois momentos essenciais: entre as concepções teóricas que se desenvolvem a partir da história da Habitação Social e a multiplicidade da experiência vivida em campo. Evidentemente esses dois momentos apresentam contradições. A primeira delas, talvez o ponto de partida, é aquela entre a tendência à Homogeneidade engendrada pela produção dos Conjuntos Habitacionais e sua relação com a Heterogeneidade de formas como são vividos e representados pelos seus agentes. Na primeira situação aparece como um momento particular da expansão das relações capitalistas (industrialização e urbanização), que tende a reduzir tudo e todos à mercadoria e às relações de produção; na segunda situação aparece como um momento de profusão de diferenças, especificidades e particularidades. No entanto, ambos estão na cidade e no mundo! Deve haver conexões: nem de tão longe, nem de tão perto. Deste modo o campo, seja ele através das entrevistas, seja ele através das visitas, derivas, observações e análises, é um momento onde se tem a possibilidade de desconstruir tais estruturas mentais pré-concebidas, que tendem a se apropriar do espaço como uma ilustração, ou mesmo como uma confirmação. A partir do campo se percebe os limites da própria forma de conhecimento. Mas também, por outro lado, não se pode considerar este espaço de relação social *observado* como uma *substância*, como algo que bastasse desvendá-la para se construir uma verdade. Depois de se chegar ao Conjunto, deve-se sair dele: ir para a cidade e para o mundo! Trata-se de perceber suas mediações.

*“Efetivamente, o espaço social se retraduz no espaço físico, mas sempre de maneira mais ou menos confusa: o poder sobre o espaço que a posse do capital proporciona, sob suas diferentes espécies, se manifesta no espaço físico apropriado sob a forma de uma certa relação entre a estrutura espacial da distribuição dos agentes e a estrutura espacial da distribuição dos bens ou dos serviços, privados ou públicos. A posição de um agente no espaço social se exprime no lugar do espaço físico em que está situado (aquele do qual se diz que está «sem eira nem beira» ou «sem residência fixa», que não tem – quase – existência social), e pela posição relativa que suas localizações temporárias (por exemplo os lugares de honra, os lugares regulados pelo protocolo) e sobretudo permanentes (endereço privado e endereço profissional) ocupam em relação às localizações de outros agentes: ela se exprime também no lugar que ocupa (no direito) no espaço através de suas propriedades (casas, apartamentos ou salas, terras para cultivar, para explorar ou para construir, etc.) que são mais ou menos embaraçosos ou, como se diz às vezes, «space consuming» (o consumo mais ou menos ostentatório do espaço é uma das formas por excelência de ostentação do poder). Uma parte da inércia das estruturas do espaço social resulta do fato de que elas estão inscritas no espaço físico e que não poderia ser modificadas senão ao preço de um trabalho de transplantação, de uma mudança das coisas e de um desenraizamento ou de uma deportação de pessoas, as quais suportariam transformações sociais extremamente difíceis e custosas”.*<sup>1</sup>

Bom, a partir daí surgem outras dificuldades. Em primeiro lugar em relação à minha não-formação teórica e prática de antropologia e etnografia. Evidentemente esta pesquisa de campo não visa ser um trabalho de especialista, mas apenas uma abordagem que possa contribuir metodologicamente ao pensamento arquitetônico: o “isto não é arquitetura” aparece como um momento próprio da arquitetura. Em segundo lugar em relação às formas de como são vividas e interpretadas essas situações, mas mais ainda, seus sistemas de valores que estão em jogo: algo que não faz sentido para mim pode vir a

<sup>1</sup> BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2007.

fazer para um outro agente<sup>2</sup>. Estabelecem-se mais fronteiras! Em terceiro lugar em relação àquilo que é visível (o espaço produzido, transformado e apropriado) e àquilo que é invisível (as relações sociais e o espaço, além dos sentidos dessas relações). Em quarto lugar em relação à representatividade estatística dessas análises e experiências: seis Conjuntos Habitacionais, horários diferentes, diversas idades, gêneros, renda, situação de emprego e trabalho, concepções de lazer... Só sei que nada sei! No entanto o campo pode ser rico, pois ele oxigena nossas idéias e nos indaga a pormos em movimento nossas reflexões. A gente é agente!

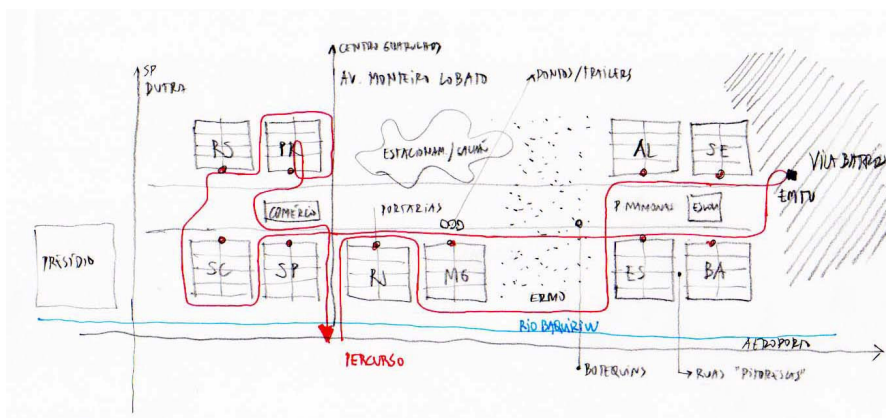
Sendo assim, qual seria a estratégia do campo? Talvez se deparar com aquilo que nos aparece como absurdo! Aquilo que não tem sentido diante de nossas formulações teóricas. Aquilo que nos é evidenciado pelo estranhamento no confronto entre tais concepções com relação às experiências do vivido no cotidiano. Como se pudesse dizer (ou pensar): "mas o que é isso?!". Formular o problema para depois tentar entendê-lo, interpretá-lo. Mas o que? Em particular as transformações e as formas de apropriação realizadas no espaço ao longo do tempo. Seriam questões relativas aos espaços em si ou às relações sociais que ali se estabelecem? Ou ainda, seriam questões dos Conjuntos Habitacionais e seus espaços empiricamente dados ou do processo social que se situa para além de suas fronteiras? Talvez a estratégia seja partir do estranhamento dessas relações com destino às indagações que possam interpretá-las. Os movimentos. Porém, são seis Conjuntos Habitacionais. Uma *tipologia* arquitetônica e urbanística que se repete nestas situações. Um processo de produção que se realiza através do Estado, da indústria da construção civil e da valorização da terra. Mas são seis experiências. Foram produzidas em situações urbanas e em momentos históricos diferentes. Cada uma se insere de um jeito diferente nas políticas de habitação e de desenvolvimento urbano. Cada grupo social se institui de uma maneira específica. Cada Conjunto se constrói a partir de concepções técnicas e estéticas também diferentes. Sem se esquecer de suas intenções! Deste modo, devemos pô-los em jogo! Só saberemos aonde se chega ao final da partida.

Foram realizadas algumas entrevistas com moradores e ex-moradores dos Conjuntos. Cada um tem sua idade e sua forma de inserção no mundo. Parti com um roteiro de entrevista, mas pouco a pouco fui deixando-o para trás para poder se estabelecer mais tranquilamente uma conversa. Cada entrevista, neste sentido, se sucede na outra. Num determinado momento, descobri as comunidades do Orkut (indicada pelos primeiros entrevistados). De lá pude ter contato com seus debates e alguns personagens que se dispuseram a me conceder entrevista por e-mail. Um conjunto de representações. Somados a essas conversas realizei visitas aos Conjuntos e derivas pela cidade, onde predominam minhas (e dos colegas que me acompanharam) observações e registro de situações: esquemas e fotografias. Outras representações. A cada momento se destituem antigas fronteiras e se estabelecem novas. Depois, realizei algumas conversas com arquitetos que se ligaram de algum modo aos respectivos processos produtivos. Suas idéias, intenções e intervenções dadas a partir dos respectivos contextos históricos, que serão expostas no próximo capítulo<sup>3</sup>. Seriam, por assim dizer, suas origens: diante do mundo algumas formas de ação possível.

Se iniciamos pelo momento da «não-arquitetura», posteriormente volta a ser «arquitetura» novamente.

<sup>2</sup> Cf. GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989 & BOURDIEU, Pierre. *Raisons pratiques*. Paris: Seuil, 1994.

<sup>3</sup> Cf. Capítulo 4 «Conjunto Concebido».



PERCURSO PELO CECAP

VISITA AO CECAP – 06 DE DEZEMBRO DE 2007. POR VOLTA DE 12H00.

Chego através das freguesias Rio de Janeiro e Minas Gerais. É um vazio silencioso. Há alguns poucos idosos sentados à sombra. Crianças, algumas. Só os pássaros povoam efetivamente. Um grande número de carros novos ocupa as garagens da *freguesia*, termo que os moradores substituíram por condomínios. Essas freguesias são cercadas e estão arborizadas. Muita sombra. Lá dentro do condomínio Minas Gerais há uma quadra e posso ver, através das grades, alguns adolescentes que estão a utilizando. Enfim, sigo em frente, em direção ao Espírito Santo, pela Avenida que margeia o conjunto, em paralelo à via que vai até o aeroporto. Entre esses condomínios há um espaço enorme. Completamente vazio, com a exceção do vento, do cavalo amarrado e dos grilos que o ocupam. É ermo. Chego ao Espírito Santo e parece haver alguns «olhos vigilantes» atrás das cortinas. É um condomínio, por assim dizer, mais seco. Há menos árvores, predominam os arbustos. O tempo parece ter interferido menos nesse espaço, que faz com que a lembrança dos condomínios Rio de Janeiro e Minas Gerais seja mais agradável. Enfim, sigo pela via que separa o Espírito Santo do vazio ermo. Lá no fim, há um botequim: homens, cervejas e música. Chego à Avenida que corta todos os condomínios do lado norte da Avenida Monteiro Lobato. Passam os ônibus, as peruas e os caminhões. Porém, nada muito intenso, a não ser pelo som que é espalhado pela pavimentação de concreto intertravado. De um lado dessa avenida estão os condomínios Espírito Santo e o Bahia. Do outro lado, a praça rebatizada de Mamonas Assassinas, a escola pública e, mais ao fundo, a outra rua que margeia a praça e os condomínios Alagoas e o Sergipe. Então cruzei a praça. Passo pelo estacionamento e por um outro quiosque. Havia um sujeito lendo jornal, sentado no banco. Impera o silêncio. Chego ao Alagoas e por fora vejo a placa do GRECA «Grêmio Recreativo do CECAP Alagoas». É uma área coletiva construída dentro da freguesia. Sigo pela rua em direção ao condomínio Sergipe e ao «fim» do Parque CECAP. É o ponto final de vários ônibus da EMTU, que faz divisa com a Vila Barro, um loteamento popular cheio de pequenos comércios. Neste momento me chega um senhor e me pergunta “Você sabe onde é a antiga fábrica da *Chicletes*?.. Me disseram que tinha que atravessar uma favelinha...”. Bom, não sabia o caminho! Prossegue ele “É difícil andar por aqui!”. Pergunto: “por que? Se perde?”, “Não, não...”.

Este lugar é mais movimentado, tem os ônibus, os pequenos comércios, as pessoas passando, chegando ou indo. É 12h55min. Tem uma movimentação de peruas escolares, crianças uniformizadas passando, balburdia. Estou perto da escola. Não dá pra ver dentro, ela está atrás de cercas metálicas e arbustos. Volto para a Avenida que corta todas as freguesias,



#### CONDOMÍNIOS ALAGOAS E SERGIPE

agora em frente ao condomínio Bahia. Estou indo em direção à Avenida Monteiro Lobato. Passo novamente em frente ao lugar ermo. De um lado e de outro, vazios. Em frente ao condomínio Minas Gerais, do lado oposto ao momento anterior, há, novamente, aqueles quiosques. São uns trailers que oferecem lanches, refeições, bebidas e, também, uma sombra. Paro lá. Há uma senhora que comanda o negócio além de uma mesa com uns senhores papeando. Ela me oferece uma refeição. Aceito. Almoço. Fico de butuca na conversa dos outros. Um diz que o preço da picanha aumentou no supermercado... “Nesse condomínio não tem o Extra”, “Descobriram que o pobre não como só feijão”. Enquanto isso algumas pessoas passam de carro ou a pé. Param e se cumprimentam. É nesse lugar, fora do condomínio, que as pessoas se encontram. São as praças comerciais engendradas nas proximidades dos deslocamentos. Seriam como as rotas e os portos? No além mar deste universo parece estar o novo mundo. Sigo em frente. As ruas menos movimentadas são mais arborizadas. Situam-se transversalmente às principais. Elas têm um ar pitoresco. Não parecem ser tão áridas, funcionais, quanto às movimentadas. Enfim, caminhando chego à Avenida Monteiro Lobato.

Do lado de lá, para onde estou indo, estão os primeiros condomínios realizados, o São Paulo, o Santa Catarina, o Paraná e o Rio Grande do sul. Além do centro comercial com suas lojinhas, pequenos serviços, caixas eletrônicos e o supermercado. A impressão que me dá, neste percurso, é que o espaço não é tão homogêneo como eu pensava. Há formas diferentes de relação entre o indivíduo ou grupo e o espaço. É uma pequena cidadela. Atrás do centro comercial, entre os condomínios Rio Grande do Sul e Santa Catarina, há outra praça. Algumas crianças, alguém lendo um jornal e uma mulher com um cachorro. Ela está com um ar filosófico! Ao fundo tem um talude ascendente e a Dutra. Ninguém passa por lá. Volto em direção à Monteiro Lobato, mas percebo que o portão do condomínio Paraná está aberto. Entro! De cada lado quatro blocos de 60 unidades cada um. Sento num banquinho sombreado. É uma calma e tranquilidade! Até parece uma pracinha do interior, a não ser pelos prédios e suas escadas que se impõe como se estivessem dizendo “Eu sou indústria!”.

As fronteiras mais evidentes são as vias expressas. Quando se depara com uma forma urbana diferente, tal como o loteamento periférico, é “passar por uma favelinha”. Aí parece ser o *outro*. No entanto, os moradores do CECAP, aqueles do botequim, por exemplo, se intitulam como «pobres», buscam conhecer bem de perto os preços das coisas. Por outro lado o espaço não é tão homogêneo ou hostil. Temos o interior da freguesia dominada pelo silêncio e pela tranquilidade de uma praça arborizada. Enquanto observo, chega uma viatura da PM, de policiais-moradores, que pára e encontra o filho de um

dos soldados. Um gesto banal, comum. Cotidiano. Na freguesia, além dos trabalhadores que estão limpando ou pintando as áreas do edifício, silenciosamente, predomina o convívio familiar.

Nas vias onde estão localizadas as entradas dos *condomínios* (uma forma de distinção em relação aos *loteamentos* situados em redor) se estabelecem alguns pontos de ônibus ou lotação, e alguns quiosques ou botequins. Evidentemente áreas não-condomínio. Alguns têm aspecto de construção formal, alinhados uns aos outros, como àquele que parei para almoçar. Outros parecem ser ocupações, situadas nos lugares ermos, onde predominam os homens acima dos 40 anos, algumas músicas e algumas bebidas. Já os lugares onde eram previstos os equipamentos comerciais, funcionam bem. São movimentados, mas são apenas comércios. Os outros espaços são completamente vazios, ocupados pelos grilos e pelo cavalo. Muito vento! Entre as portarias e os locais que cruzam os sistemas de deslocamentos, os pontos de ônibus e peruas, associados aos botequins, são os que apresentam alguma forma de sociabilidade mais evidente. No resto predomina o privativo e o familiar ou o vazio funcionalista das articulações.



CONDOMÍNIOS PARANÁ E RIO GRANDE DO SUL

ENTREVISTA REALIZADA COM RENATO E PATRÍCIA, EX-MORADORES DO CECAP, DIA 24 DE JANEIRO DE 2008, EM SUA CASA NO CENTRO DE SÃO PAULO.

*Quando é que vocês foram para o CECAP?*

**RENATO:** Fui para lá [quando] tinha uns quatro ou cinco anos, saí de lá quando tinha uns vinte, vinte e dois.

**PATRÍCIA:** Eu fui [quando] bebê, um ano ou dois. Eu rodei um pouco, mas acabei voltando para lá.

**R:** E você [Guilherme] já foi ao CECAP alguma vez?

*Eu fui uma vez, num dia de semana e quero voltar num fim de semana e em épocas diferentes. Fui pouco, devia ter ido mais.*

**P:** É longe também, não é?

*Na verdade parece longe, mas é fácil de ir.*

**P:** É!

**R:** [Via] Dutra!

*Fui de metrô até o Tatuapé e de lá peguei um ônibus que vai até o aeroporto, passando na frente [do CECAP]. Achei bastante simples, na verdade, mais fácil do que ir para outros conjuntos (...) Posso pegar meu roteiro [de entrevista-conversa] agora?!*

**R:** Trabalho de mestrado dá um trabalho não é?!... Na verdade vira uma carreira. A graduação é uma formação, quando chega no mestrado você engata.

*Agora, uma coisa curiosa é que, pelo menos na arquitetura, eu acho, que é difícil seguir uma carreira exclusivamente acadêmica, [pois] ela tem uma dimensão prática. Acho que dar uma graça no mestrado, ou doutorado, não sei, é tentar investigar sobre [aquilo] que foi feito.*

**R:** O arquiteto tem que pôr a mão na massa também! Não é só ver, é realizar. Não sei. Não é obrigação, mas é o legal da coisa.

\*\*\*

*Bom, eu não imaginei fazer [como se fosse um jogo de] "pergunta-resposta", assim certinho. Acho que é mais uma conversa. Tenho umas questões aqui (o roteiro), mas*

*não queria [me prender a elas]. Se vocês quiserem perguntar também...*

*Imaginei começar a conversa [dizendo que] a arquitetura moderna que gerou os Conjuntos [Habitacionais] (passo a ler o roteiro que fiz previamente) "surge como uma forma de produção do espaço associada à indústria, uma forma de produção em série, estandardizada e de alcance para todos", isso é o que se diz. Então o Conjunto Habitacional, dentro da Arquitetura Moderna, representa essa forma mais exemplar porque, além de formalmente e esteticamente produzir a construção com a lógica da indústria, como a seriação, ainda trabalha com a idéia do «habitat moderno», uma forma para todos e contra...*

**R:** Até com um certo trabalho de paisagismo? Tem essas coisas?

*É, tem. Ela surge, vamos dizer, contra uma situação precária de habitação que existia antes...*

**R:** Falta de habitação.

*É, falta de habitação. Não é presa num território específico, constrói um território inteiro, faz habitação, espaço de lazer, espaço coletivo. E se funda na idéia de uma família nuclear [em torno de] pai, mãe e filhos, que trabalham, estão livres da dependência doméstica etc. É para a modernidade, no fundo o conjunto habitacional é uma coisa do cotidiano em geral.*

**R:** Olha que bacana esses condomínios<sup>4</sup>, tinha essas áreas verdes no meio daqui, lembra um pouco a Esplanada dos Ministérios.

*Quando que elas ("freguesias" ou os condomínios) foram cercadas?*

**P:** Década de 80.

**R:** De 85 para frente. Eu me lembro que em 89 já estava cercado.

**P:** Era cercado, mas, assim, não tinha uma preocupação tão grande com segurança no começo, porque tinham uns portões que ficavam abertos, não tinham aquela grade

<sup>4</sup> Os condomínios são as áreas denominadas "freguesias" na concepção dos arquitetos. Neste momento eles estavam folheando o livro de Vilanova Artigas que levei para a conversa – ARTIGAS, João Batista Vilanova. *Arquitetos brasileiros*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi / FVA, 1997.



em cima. Daí é que houve a preocupação com segurança, acho que em 90, 90 e pouco, coisa das portarias, dos guardas... A galera assim, no final dos blocos era uma coisa meio escura, ficavam meio uns inferninhos, o pessoal ia fumar maconha ia *ficar* nos finais de semana... Então isso tudo foi, começou a rolar uma censura, cercaram, colocaram guardas lá dentro. Foi quando a coisa entrou.

*E isso para cada condomínio?*

**P:** É!

**R:** Cada condomínio passou a... Eu não sei como administrativamente foi isso, se era uma coisa toda administrada por uma central, que eu acho que era, tinha o centro chamado "Zezinho Magalhães Prado", acho que era uma administradora central e aí depois quando cercaram cada condomínio, meio que passou a se auto-administrar, foi uma coisa meio assim, deve ter acontecido isso.

*[Para mim, que sou de fora], quando chego lá [no CECAP] essas transformações estão todas prontas, eu não conheço [o processo]. Então, queria saber que fatos [foram] marcantes, do dia a dia, relacionados com, não necessariamente à forma da arquitetura, mas do cotidiano mesmo.*

**R:** O que mudou ainda a ver com essa coisa de cercar?

*Não! Em geral, na verdade...*

**R:** Ah! Vamos falar do cotidiano de lá. Bom, eu acho assim, a minha percepção do CECAP é a percepção de criança e de adolescente. Hoje eu já não moro mais lá e eu tenho uma outra visão de lá hoje. Quando criança, eu sei que era um espaço extremamente... Assim, acho qualquer criança lá vive muito feliz. Têm quadras... Tem *playground* agora em todos os condomínios, em todas essas áreas internas que são arborizadas agora, agora tem tudo *playground*, quadra, tem equipamentos para a criançada. Mas naquela época a gente inventava muita

brincadeira, a gente não tinha esses equipamentos e a gente tinha meio que bolar as coisas.

*E onde que rolava?*

**R:** Rolava entre os blocos, você está vendo (apontando no livro)? Aqui esses blocos são interligados pelas escadas, mas esses outros aqui têm um espaço interno, têm um jardim interno, e aí era onde rolava a maior parte das brincadeiras, porque aqui é pavimentado, concreto. Tem esse pavimento entre esses dois [blocos] daqui, então, no meio, andar de bicicleta aqui era *show*, um puta espaço para andar de bicicleta, brincar de corda, polícia e ladrão. N brincadeiras tinham lá. E é muito coletivo: você descia da tua escada, teu amigo descia da outra escada, o outro amigo descia da outra e juntava uma galera, a galera do bloco nove, a galera do bloco onze e aí a molecada...

**P:** Então, acho que o engraçado é assim: quando a gente é criança, o espaço promovia muito a sociabilização. Desde dentro do teu apartamento, dentro da tua família, porque, você sabe como é o CECAP: cozinha, o banheiro, e os três quartos dando para as áreas comuns, então, inclusive o primeiro quarto dá pra a sala que é aberta para o corredor, que é comunitário. Para mim fica a coisa do coletivo muito forte. E quando você é criança e predispõe à sociabilização é fantástico! Do seu quarto você vê as meninas descendo, as brincadeiras acontecendo naquele espaço. É muito curioso! É muito tesão! Mas eu acho que é assim, pelo menos para mim, e para algumas pessoas, quando você começa a ficar adolescente, quando você quer individualizar um pouco, é complicado. Seu quarto dá para a sala que dá para o corredor! E aí eu acho que com o tempo, isso eu acho engraçado também, ao mesmo tempo em que é legal essa coisa social e coletiva, eu acho que o CECAP evoluiu para a individualidade, então as pessoas pegaram, muitas pessoas, aquele primeiro quarto que dava para sala,

transformaram numa sala de jantar, muitas mudanças dentro dos apartamentos eu comecei a perceber, que não tinham antigamente tanto, as pessoas reformularam lá dentro.

*E dava para reformular?*

**P:** Dava porque as paredes eram de gesso, elas eram moveis. Então, minhas tias mesmo, que moram lá até hoje, elas reformularam para que se tenha um quarto que seja um pouco mais privativo. E aí as pessoas começaram a colocar grades entre as portas...

**R:** Entre os dois apartamentos...

**P:** É, apesar de que as grades vieram de fora para dentro.

**R:** [Entre dois apartamentos] tem um quintalzinho, então as pessoas na beira da escada colocam um portão, desses de grade de alumínio, e aí cria uma espécie de uma varanda, para dois apartamentos, porta colada uma na outra, mas com uma varanda na frente.

*Mas isso seria mais, vocês acham, por conta da história, do momento histórico em que a gente vive, ou por que o espaço é muito, vamos dizer, coletivizante?*

**P:** Então, eu pensando agora aqui comigo, nunca havia pensado nisso, se você pensar que no CECAP tiveram pouquíssimas histórias assim de violência, [de] entrar no apartamento e roubar coisas, acho que foi uma mistura das duas coisas. Tem a coisa da violência, por exemplo, a Vila Barros é uma periferia ferrada. Mas, eu acho que teve uma mistura das duas coisas.

**R:** Primeiro o que fizeram foi colocar janelas de alumínio na lateral (das escadas), essas esquadrias de alumínio com vidro, bem nessas laterais aqui (aponta no livro) tem essa parte meio vazada, aqui no lado das escadas. Essa foto é super antiga, porque não tem vidro, aqui nesses espaços vazios começaram colocar as esquadrias de alumínio, de um lado e do outro, meio que para cortar a chuva. E a partir daí, virou uma extensão do apartamento:

para colocar uma outra porta aqui (fazendo a varanda) foi um passo. Às vezes fizeram tudo ao mesmo tempo.

*Ao mesmo tempo tinha que dividir esse lugar, essa varanda, com o cara do lado.*

**R:** Do lado! Então você fazia de um lado, o outro cara do outro e a porta rachava entre os dois. Aí as pessoas penduram umas plantas, já fazem um jardinzinho, uma entrada... Tem a ver com segurança, tem a ver com querer um espaço a mais, ampliar, evitar a chuva que molhava a porta, a entrada.

*Vocês foram para lá pequenos. O que levou seus pais, ou a escolha da família, ir para um conjunto, morar no CECAP?*

**R:** Eu me lembro que meu pai falava que, conversando com minha tia, era uma oportunidade, por conta do financiamento, era uma facilidade que tinha, não sei bem quem financiava isso, se era o SFH (Sistema Financeiro de Habitação), um banco que bancava isso com um financiamento bem barato. Por essa facilidade. Meu pai também trabalhava com metalurgia, e a Região de Guarulhos é cheia de metalúrgica. Acho que também foi uma coisa que ele queria trabalhar próximo de onde morava. Na Dutra tem várias empresas e meu pai trabalhou em várias empresas ali na Dutra.

**P:** Eu acho que é uma mistura. Na verdade, minha tia foi morar primeiro, porque, mesma coisa, financiamento. O meu tio trabalhava na Nestlé, tinha a facilidade, eles tinham acabado de casar, aí, minha família muito unida, e ali foi fácil para todo mundo morar perto.

*Vocês já falaram um pouco, mas vou perguntar de novo, como é que vocês definiriam a Casa, como é que vocês a descreveriam? A unidade da moradia, interna, ou a relação dela com o espaço externo, em termos gerais.*

**R:** Eu acho extremamente pequeno...

**P:** Ah! Será?! Será?!

**R:** ... Se comparado com os apartamentos de hoje, que são muito menores, uns quarenta ou cinqüenta metros quadrados, lá tem sessenta e poucos metros... É uma coisa assim: não dá para ter muita privacidade lá. Primeiro que as paredes que dividem os quartos são de gesso, logo, nem seus pais têm muita privacidade lá, nem seus pais. É meio um caixote, sabe. O CECAP é meio um caixote. Enfim, o interessante é que a vizinhança toda, você conhecia todo o mundo. Tinha muita proximidade com toda a vizinhança, porque, visualmente, é fácil você visualizar vários condomínios. Você sabia o que estava acontecendo na casa do outro a todo o momento: quem estava lá, quem não estava, se tinha alguma briga, se não tinha, se tinha alguma festa. Tudo lá era exposto! Exposto o tempo todo. Eu, particularmente, acho que vivi muito mais fora de casa do que dentro. Lá. Por que, pelo fato do coletivo, de ter muitos amigos. Meu pai, eu me lembro que a gente descia para brincar e quando davam seis horas da tarde, quando começava escurecer, ele soltava um berro lá de cima. Era o chamado: "vem pra casa!". Porque, de resto, eu podia ficar na rua o dia inteiro. Tinha a escola e tal, mas ficava na rua até umas seis horas da tarde. E muitas crianças até hoje são assim. Agora que tem os equipamentos centralizados, de quadra e tudo, já não é mais... A gente ficava brincando em baixo das escadas, jogava bola e tudo. Agora com os equipamentos centralizados as crianças ficam lá e as mães, eu me lembro que fui algumas vezes lá, as mães iam para lá levar as crianças pequenas, ficavam lá. É um espaço também de socialização das mães.

*Em que bloco vocês moraram?*

**R:** No condomínio Rio Grande do Sul, eu morei no onze e ela no dezesseis.

**P:** Eu, assim, a questão de dentro do apartamento, foi uma coisa que sempre me incomodava um pouco, para

falar a verdade. Me incomodava aqueles quartos dando para as áreas comuns. Não tinha nenhum momento em que você conseguia ficar, a não ser que você fechasse a porta, ficasse uma coisa meio agressiva. Eu pensei muito, é uma coisa que quando eu morava lá pensava muito: "pô, esses quartos dando para a sala, ou direto na cozinha!". Isso me irritava! É, eu lembro bem disso. E hoje, eu vejo o pessoal que reformulou o espaço e perde muito...

**R:** Para criar um corredor interno, ligando os quartos ao banheiro...

**P:** ... Tira um pouco a coisa da ventilação e da iluminação. Ele era muito claro, era muito aberto o apartamento. E as pessoas que mexem deixam ele meio estranho... Mas me irritava! Dentro do apartamento me irritava, muito, pra falar a verdade.

*É uma coisa mais de falta de privacidade...*

**R:** É porque aqui em São Paulo<sup>5</sup>, meio que todo mundo se isola. Com o prédio verticalizado, o pessoal entra no seu apartamento e dificilmente você tem contato.

**P:** É o que eu falo, acho que é assim, é coletivo e predispõe à sociabilização. Mas depende da personalidade. Se você é uma pessoa "extro" total, é fantástico. Você quer estar à mostra...

**R:** ...Quando eu era criança eu ia na casa de um monte de menino...

**P:** ...Então, para quem gosta de um pouco mais... [de privacidade]... Aí não tem. A não ser que você feche a porta e fique no seu quarto. Mas tem as janelas que dão pro segundo ou terceiro andar... Eu, particularmente, acho isso.

*Eu tinha pensado em fazer uma pergunta, assim...  
Porque a idéia do conjunto, também, vem de um termo*

<sup>5</sup> Hoje eles moram numa casa na Rua Frei Caneca, região central da cidade.

que chama «Habitação Mínima», que necessidades mínimas seriam importantes para serem garantidas. Tanto dentro da habitação, quanto no conjunto delas. Ai, nesse conjunto em específico, tem uma idéia de gradação de espaços, [desde] o individual à coletividade: a habitação, o conjunto delas, que viram esses espaços em volta, que [os arquitetos] chamam de “freguesias”, com um certo auto-reconhecimento das pessoas, aí vai aumentando a escala, tem as escolas, os mercados, até as coisas, que não foram realizadas, que eram equipamentos da escala da cidade de Guarulhos, como o estádio de futebol, igreja. Foi feito cerca de metade das coisas [planejadas]. Talvez fosse um ponto de vista pragmático do que seriam essas necessidades para serem satisfeitas, vamos dizer. Desse ponto de vista, que necessidades, vocês acham que foram realizadas (definidas), que foram satisfeitas?

P: Lá dentro?

*Em geral, no conjunto.*

R: Eu acho que agora está num ponto legal. Porque faltava um hospital e agora tem. No tempo em que a gente morou lá, não tinha. O hospital foi construído recentemente. O aeroporto é necessário? É! É bom ter aeroporto próximo. Mas não acho que as pessoas viajam tanto para ser um equipamento essencial. Bacana. Tem muita gente que mora no CECAP que trabalha lá, muita gente...

P: ...Opa! Muita!...

R: ...A escola foi um negócio bem legal, uma boa escola lá, uma escola estadual. Campo de futebol e a quadra eram bem utilizados também. O centro comercial é essencial. Agora ele está num nível legal também, mas na época que a gente morava lá era muito tosco...

P: ... Lamentável...

R: Era um prédio... Tudo bem, precisava de um mercado para poder comprar as coisas...

*... É onde é o “Barateiro” hoje?...*

P: É!

*Bem perto do condomínio Rio Grande do Sul.*

R: Entre os condomínios. É esse aqui (aponta no mapa).

P: Não sei o que era previsto para ter, o que eles chamam, vocês chamam, de condições mínimas. Mas durante muito tempo “condições mínimas” eram condições mínimas. Tinha um lugar pra você comprar comida, tinha uma unidade básica de saúde que fazia triagem, tinha a escola, onde morar e um lugar para lazer que era pouco estruturado. Com o tempo, a própria comunidade se organizou, aí você tinha uma creche e uma pré-escola, e daí você tinha um centro que podia chamar de cultural, que ficou passando a ser [o lugar] onde tinham as “domingueiras”, as aulas de dança...

R: ... Aí é o clube...

P: ... Era o mínimo mesmo. Eu sentia falta, por exemplo, acesso à cultura, essas coisas...

R: ... Mas se você for pensar, um bairro, por ser “perifa”, planejado, que fizeram, por exemplo, uma escola, que hoje tem muito bairro que reclama por não ter escola...

P: ... Então, era o mínimo...

R: ... Aí mercado, padaria, farmácia, fizeram um conjunto comercial, área de lazer com campo e quadra poliesportiva e fizeram um clube, com piscina e tal, acessível a todos os moradores. Tinha que pagar um título, comprar, mas era muito barato...

P: ... Como se fosse dez reais, oito reais...

R: ... Aí você tinha acesso às piscinas. No nível de um “CEU” no meio da “perifona” brava. Era um “estilão CEU”. O básico estava tudo legal, garantido.

*E no tempo que vocês moraram lá, vocês viviam mais tempo dentro do conjunto ou na cidade...*

R: ... Dentro do conjunto...

P: ... Dentro do conjunto...

R: ... Dentro do conjunto... Até quando adolescente. Até quando adolescente ficava dentro do conjunto.

*Mas o que rolava, no dia a dia, normalmente?*

**R:** Bom, vamos falar do tempo de adolescente, por que criança... O que rolava era assim: teve uma época que aqui nessa praça, junto do centro comercial (entre os condomínios Rio Grande do Sul e Santa Catarina), tinha uma época que essa praça foi um parque, colocaram uns brinquedos desses de playground e a gente ficava lá. Uma outra época essa praça foi transformada, várias pessoas montaram uns trailers, desses de puxar com carro e tudo, e um vendia cerveja, outro vendia pastel, outro vendia cachorro quente e virou uma espécie de encontro da moçada, a rua da balada. E aí todo mundo ia para lá, vinha gente de todos os condomínios, formou um centrão.

*Ele era um centro do conjunto como um todo?...*

**R:** ... Para os adolescentes. Velhos, casados, não.

*Não era um espaço restrito, vamos dizer para o [condomínio] São Paulo...*

**P:** ... Não...

**R:** ... Era aberto pra todo mundo...

**P:** ... Sempre houve um lugar para esses encontros, em geral. Mas a gente ficava dentro daquele espaço do conjunto.

**R:** Tinha uma época que era a padaria, antes até da praça, bem antes, a padaria era um local que ficava toda a galera lá. Ficava todo mundo lá, um monte de gente. Tinha uma padaria e uma lanchonete, ai a galera ia lá, tomava uma cerveja e, os mais velhos, e os mais novos ficavam passando, olhando, se enturmando, se conhecendo, crescendo. Ai migrou pra essa praça. O que aconteceu: cercaram essa padaria, o centro comercial, ai foi se desenvolvendo, hoje está um mercado bacana, uma padaria bem mais legal, hoje tem vários outros serviços, reformaram esse centro comercial. Hoje está bem mais legal. Hoje tem mais serviços.

**P:** Outros tipos de serviços, inclusive de saúde, particulares. Mudou um pouco o perfil. Se você precisar

fazer um curso de inglês, você tem ali, se você precisar comprar uma bicicleta, reformar sei lá o que... Seu carro... Antes era muito básico mesmo: comida, escola, triagem de saúde.

**R:** É, agora está mais desenvolvido.

*É, talvez, até porque como foi um espaço novo, construído, conforme vai precisando, dando pra fazer, vão surgindo, quer dizer, tem hoje uns quarenta anos, já se mistura um pouco mais com toda a cidade.*

**P:** Mesmo a questão da...

**R:** ... Acho que agora está bem mais misturado com a cidade do que antes. Depois do aeroporto...

**P:** ... Mesmo o nível sócio-econômico. Hoje em dia chega muita gente lá que não tem mais o perfil de conjunto habitacional. Tem gente que tem três apartamentos, quebraram e criaram um espaço enorme.

**R:** Quebram as divisórias e juntam tudo?

**P:** Te juro!

**R:** Nossa, eu nunca fui num desses...

*Deve virar um palácio.*

**R:** Mas eles abriram portas entre os ap's?

**P:** Opa! Quebraram as paredes e abriram. Juntaram os apartamentos.

**R:** Pelo que eu sei são paredões de concreto...

**P:** Mas eles quebraram. O da Paulinha é quebrado.

*Bom, não caiu não é!*

**P:** Entendeu? É assim, a solicitação dos serviços também mudam. Muita gente, também, cresceu como a gente lá e tinha condições de sair, comprar um outro tipo de moradia, mas continua lá.

**R:** Às vezes gosta do lugar e vai ficando e pra tornar melhor, amplia, compra um do lado, sei lá... Eu não vi ainda duplex! O cara fazer uma escada caracol, eu não vi ainda. Será que dá pra fazer? Perfurar uma laje em baixo, assim nunca vi.

*É... É uma laje meio poderosa, né!*

**P:** O delas são três. É uma coisa assim... Absurda.

*Esses prédios foram concebidos assim: faz os pilares, apóia-se a laje, como se fosse uma mesa, depois sobem essas paredes, depois vai apoiando o resto. Como se fosse uma coisa de montar mesmo.*

**R:** Bem linha de montagem...

*Saem da indústria as peças e monta.*

**P:** Agilidade.

*Produz em larga escala e fica um custo unitário menor. Toda aquela discussão (...). Como é que vocês definiriam o Conjunto, o CECAP?*

**P:** A palavra "coletivo" para mim é...

**R:** ... Coletivo! Muita sociabilidade...

**P:** ... Coletivo é para mim...

**R:** ... Embora, atualmente, acho que tem pessoas que estão morando lá, já com uma outra... Sempre há diversidade em todo o lugar, mas há muitos anos atrás, antes do aeroporto, as famílias predominavam, crianças, mães e filhos, meio que de fixar mesmo no local, lá, ficar lá. Tanto é que a gente morou uns vinte anos lá, por aí. Aí, essa geração que cresceu, os pais morreram, uns ficaram lá, casaram, continuam lá, mas aí a cidade veio englobando e começou a vir muita gente de fora comprar os apartamentos. Tem cara lá, que trabalha no aeroporto, por exemplo, sei lá, que deve ser comissário, que nem fica muito lá. O cara está trabalhando, fica um dia ou dois no apartamento, sai... Já tem essa mescla.

**P:** Os arranjos de moradores, os arranjos familiares também mudaram com o tempo. Mas...

**R:** ... Não sei se essa da coletividade mudou bastante...

**P:** ... Mas é que agora tem essa mescla. Tem gente que mora ali porque é barato e o cara trabalha no aeroporto, tem...

**R:** ... Aí, já nem se relaciona muito com os vizinhos...

**P:** ... É Diferente!

**R:** Na época que eu morava lá, eu conhecia todos os vizinhos de porta, todas as mães e pais, eu ia na casa de todo o mundo, sabia da história de todo mundo...

**P:** ... Era [uma] coisa de "Eduard, mãos de tesoura", sabe aquela coisa, eles chegam todos juntos, estacionam os carros [todos ao mesmo tempo], era essa a sensação...

**R:** ... Conhecia todos os horários de todo mundo... E a escola? A escola, a molecada ia tudo para a mesma escola, praticamente. Todos se conheciam e iam para a mesma escola, salvo alguns que tinham um poder aquisitivo melhor, já começavam a mandar os filhos para Guarulhos, pro centro, que tinham os colégios particulares. Eram poucos os casos. A maioria estudava lá. (...) E aí, teve essa praça, depois a praça foi reformada de novo... Eu acho que eu o definiria como...Coletivo!

**P:** Agora eu acho que é uma mistura de coletivo com funcional. É barato, é pequeno, mas dá para dividir [com outro moradores].

*Hoje em dia, assim, o que vocês vivem "na cidade" como um todo, que não rolava aqui no conjunto?*

**R:** Acho que a vida cultural. Lá, por exemplo, não tinha um cinema. Não tem até hoje. Acho que o único espaço assim mais cultural é o clube mesmo. Mas não é bem um espaço cultural, é mais um espaço social...

**P:** ... É de vivência...

**R:** ... É de vivência...Convivência. Mas é assim, cinema, não tem. Não tem, biblioteca. Não tem...

**P:** ... O que eu vivo hoje, que não vivia lá, é a possibilidade de escolha. Lá você fica meio tolhido. É claro, se você não resolver: "não, eu vou sair daqui...". Naquele contexto, você fica assim, se você vive ali, fica só ali, você não tem essa possibilidade de escolha. Você não vai ao cinema, você vai em outro mercado que seja para uma "do lar", sei lá. É a possibilidade de escolha. E a questão cultural é punk! Não tem o que fazer! Não tem

como consumir, porque hoje em dia tem essa coisa da interatividade, tem Internet, tem tudo. Mas, assim, naquela época você tinha que sair para consumir.

**R:** O máximo que chegava lá, às vezes era um circo...

**P:** ... Que era fantástico! Que eu lembro até hoje!...

**R:** ... Não! Chegavam umas coisas toscas! Aqueles caras montavam aqueles parques com "chapéu mexicano", luta livre...

**P:** ... As pessoas vão. (...) A comunidade fazia muita festa, assim. Festa Junina...

**R:** ... Festa Junina é um negócio louco que tinha lá!... Eles faziam no clube e reunia todo o mundo, todo o mundo! Todo mundo ia naquilo lá. A festa começou a ser tão freqüentada, que eles já passaram a estender mês de Junho, Julho, Agosto. Ia embora, que era lucrativo. A galera não ter o que fazer de Sábado e Domingo a noite, ia todo mundo pra festa junina no clube. Lotava, bombava!

*Vocês mudaram de lá em que época?*

**P:** Eu mudei quando entrei na faculdade e com a segunda faculdade eu fui para uma outra cidade. Sai!

**R:** Eu também saí de lá quando entrei na faculdade. Do CECAP para o CRUSP! A coisa não mudou muito, não evoluiu muito...

*E hoje vocês moram aqui. Como é que vocês comparam esses dois lugares, esses dois momentos?*

**R:** O que eu mais senti, quando saí de lá, foi a falta do coletivo, mesmo. Porque tinha tanto contato, com tanta gente lá, que eu sentia muita solidão morando em São Paulo, no começo. Porque cheguei aqui, não tinha muitos amigos, aqui. Mas eu ia muito para lá, voltava direto para lá, meio que pra dar conta disso, também. Eu não sei nem qual o número de pessoas que eu conheço lá.

*Você tem uma turma [de amigos] lá?*

**R:** Tem! Tem! Está bem menor, mas ainda existe. A gente encontra, tem churrasco no clube, ainda tem algum cara que tem casa na praia, a gente viaja, tem contato com a galera lá... Eu senti muita solidão morando em São Paulo. Fui morar em apartamento e foi estranho, ficava muito isolado.

**P:** Eu já tinha uma sensação diferente. É que a gente tem uma personalidade diferente. Eu guardo ainda amigos de lá, é claro, eu até falei pro Renato que a gente podia ir lá ver uns amigos nossos, mas quando eu saí de lá a sensação que eu tive foi de liberdade, de conhecer outras coisas... Porque, também, você carrega um peso de todo mundo te conhecer. Tem uma coisa assim: não é que você deva satisfação, mas você fica meio vigiada. Quando eu saí de lá, tive essa sensação: "puts! Começou de novo, eu vou conhecer outras pessoas...". Não quero ser tão assim vigiada, todo mundo perto. Eu tive essa sensação. Que é uma coisa que eu tenho hoje, ainda.

**R:** Para mim não...

**P:** ... Ele já não...

**R:** Todos os meus amigos lá e de repente você rompe e sai, vai fazer a faculdade fora.

**P:** Eu achei, é claro, teve um componente libertário para mim, eu achei legal.

*O que se ganha e o que se perde nessa mudança?*

**R:** Se ganha o acesso à cultura, sem falar que entrei na faculdade e, eu penso assim, eu voltei lá uns dias e vi alguns amigos meus que sempre ficaram lá, nunca saíram de lá. É claro que eles viveram muitas coisas, mas parece que os caras ainda estão naquele tempo.

**P:** É muito legal isso.

**R:** Eles continuam com as mesmas relações, ali, se encontram na praça, que era o lugar que eles se encontravam e meio que, quando eu fui lá, tem acho uns quatro meses, estava até vendendo o meu apartamento,

encontrei uns amigos na praça, lá, e foi um *déjà-vu*...

Nossa! Cara!

**P:** O cara usando a mesma roupa, tem a mesma moto...

**R:** ... Na mesma situação ainda! Achei meio doido!

**P:** Também acho!

**R:** Não eram todos. Era uma parte dos amigos, alguns.

*Primeiro, queria apenas falar uma coisa, de onde estou pensando o "Conjunto Habitacional", e depois queria saber sobre a própria conversa, para poder desdobrar[-la] e pensar nas outras. Na forma como eu cheguei na questão do "Conjunto Habitacional" como uma forma, abstrata e geral, é uma forma urbana realizada para resolver os problemas de moradia e equipamentos coletivos e aparece no debate de arquitetura e urbanismo de uma forma contraditória, vamos dizer, por um lado, representaria uma forma de emancipação, na medida em que se busca garantir espaços funcionais, salubres, belos, a partir de uma técnica racionalizada, da ciência, do conhecimento, da arte. Enfim, um modo de assegurar o bem estar humano na cidade, o prazer de viver, etc; e por outro lado, representaria uma forma de privação, na medida em que produz espaços repetitivos, fragmentados, homogêneos, muito expostos e tal, além de tudo é funcional à Indústria da Construção Civil, para a lógica do lucro, da valorização da terra, o Estado que organiza e tal. São duas idéias bem abstratas, retiradas dos livros. (...) Eu queria saber como é que vocês vêem isso!*

**P:** Eu acho engraçado, porque assim, você tirou isso das leituras com relação ao Conjunto, e é mais ou menos o que a gente fala mesmo, eu tenho essa sensação. Tem uma lado bacana, que é um espaço pensado, essa coisa da sociabilização... Realmente, tinha o verde entre os condomínios e tudo. Mas essa coisa, repetitiva e exposta, é também um lado que não é tão legal. Acho que é por aí.

**R:** O legal é que você percebe uma coisa assim, claro, o conjunto habitacional pressupõe mesmo uma racionalidade. Então, você vê uma coisa organizada, um bairro organizado. As ruas organizadas, planificação. E para uma classe de pouco poder aquisitivo, é difícil você construir casas... A gente percebe nos bairros, por

exemplo, mais afastados da periferia, que a coisa foi sendo meio ao deus-dará, cada um vai montando seu puxadinho, você puxa um, você puxa outro, e vira uma coisa sem uma estética, sem uma coisa pensada, vai ficando... Não sei se estou falando corretamente...

*... Ué?! Está!...*

**R:** ... É mais ou menos isso, vai ficando uma coisa meio...

**P:** ... Feia...

**R:** ... Feia. Fica uma coisa mal organizada. Eu acho que isso (o conjunto), deu para essa parte da população um bem-estar, nesse sentido, foi um bem-estar. Se pegasse essa população e cada um tem seu terreno, tem seu lote, e "vê aí o que vocês fazem...". Meu! Ia ficar caótico!

**P:** Caos!

**R:** Agora, por outro lado, as pessoas não têm, também...

Ficam privadas de fazer a sua própria casa: está posto.

Você não tem muita possibilidade de modificação, a não ser decoração interna, não tem muito que fazer, não tem como ampliar, a não ser que você compre o apartamento do vizinho e faça isso. As pessoas meio que se diferenciam aonde? Comprando um carro mais legal que o do outro. Fica todo mundo meio igual. Todo mundo tem um apartamento igual.

**P:** Dá uma homogeneizada.

**R:** Fica Homogêneo.

**P:** Independente da tua personalidade, do teu arranjo familiar, tem que se encaixar naquele formato. Isso para mim era cansativo, eu achava chato. E a coisa também: muito exposto. Isso me irritava! Mas é interessante, agora pensando, é interessante. Era confortável. E eu volto a falar: confortável para criança, no período da infância era confortável, é legal. Claro, dentro daqueles arranjos familiares. Não sei como está hoje, porque as coisas mudam muito.



**R:** O que falta hoje lá... Sei lá. Não sei o que está faltando...

**P:** Acho que não falta muito, não.

**R:** Tudo o que é necessário tem ali... Falta um espaço de cultura mesmo, um cinema. Será que comportaria um cinema?

**P:** Guarulhos deu uma melhorada na questão cultural, hoje tem muita gente que pensa nisso, lá. E é próximo também. Não é um absurdo você...

**R:** ... Ir até Guarulhos, ao centro de Guarulhos... Dá uns dez quilômetros?...

**P:** ... E as pessoas também têm que se organizar para criar um centro cultural, desenvolver alguma coisa.

**R:** Um teatro, um cinema.

**P:** As pessoas não se organizaram nesse sentido.

*E os bairros mais em volta?*

**R:** Tudo "perifona"!

*Mas não chegava de alguma maneira a interagir?*

**P:** Pouquíssimo.

**R:** Interagia, assim, tinha Cumbica e (...): não interagiam muito. O CECAP era só um local de passagem para ir para Cumbica. Aquela Avenida Monteiro Lobato era um corredor, que os ônibus passavam. Agora eu não sei se eles desviaram pra outra avenida. Mas a Monteiro Lobato era um corredor, todos os ônibus que vinham do centro de Guarulhos passavam ali pelo meio e iam para Cumbica e outros bairros. Bairro dos Pimentas, Bom Sucesso...

**P:** ... Vila Barros...

**R:** ... Vila Barros. A única interação que eu lembro que tinha era o seguinte: tem um espaço enorme em frente ao clube que era um varejão, uma feira gigante, lá, de Sábado. E aí essas pessoas dos bairros do entorno vinham até esse varejão aos Sábados pra fazer a feira, e depois

pegavam os ônibus de volta e voltavam para lá. Acho que o maior contato era esse.

**P:** Mesmo assim, por exemplo, tinha a base aérea. Os filhos de pessoas que trabalhavam na aeronáutica, na base, na escola, eles eram diferenciados. Eles chegavam num ônibus, mas pode ver que as pessoas não se... Eles tinham dificuldade de se inserir.

**R:** Já era uma classe média.

**P:** Quando tinha uma pessoa de fora, ele era "o de fora dali" daquele contexto. Não tinha, não rolava uma inter-relação entre os bairros, não.

**R:** Mas eu me lembro, quando a gente era adolescente, pelo menos os homens, as mulheres não...

**P:** ... A há!...

**R:** ... Só ia homem lá! A gente começou a ter catorze, quinze anos, a gente começou a ir para a base aérea, porque tinha um baile lá, de Sábado...

**P:** ... Mas eu também fui...

**R:** ... Você foi?

**P:** Opa!

**R:** Você foi quando? Eu era freqüentador assíduo...

**P:** ... Como você é careta, meu amor...

**R:** ... Ah! Não vem não! Você está querendo...

**P:** ... É claro que eu fui! Todo mundo foi! Que bobinho! Pobre alma! "Só os homens iam!".

**R:** Não... Pelo que eu me lembro, ia uma galera todo Sábado lá. Eu estou falando que eu ia com freqüência, todo sábado, só aquela galera que ia. A gente pegava ônibus, oito, nove, dez horas da noite e voltava as três ou quatro horas da manhã. Você chegava lá, tinha que deixar o documento e era tudo acertado, ia pro baile, depois saía, pegava o documento de volta...

**P:** Não era uma coisa que a gente vivia ali, não rolava.

**R:** Tinha uma época, dos meus catorze ou quinze anos, que eu ia muito lá. Uns vinte moleques! Todo Sábado ia para lá! Foi uma fase, vai...

**P:** Pois é, não se criava grande vínculo. A gente não tinha amizade com as pessoas da base aérea.

**R:** De lá do entorno, foi o máximo que a gente ia. Porque a gente não ia pra Vila Barros, que é um bairro colado lá. Vila Barros já é mais favela... Já era mais bocada. A Base não, já era outra coisa. Balada.

*Quais seriam as fronteiras do CECAP? Como vocês entenderiam "aqui é CECAP" e "ali não é"? E por que?*

**R:** Bom, a [Via] Dutra é um fator de total...

**P:** ... Contenção de tudo...

**R:** ... Contenção. Depois uma outra estrada que vai para o Aeroporto. O Aeroporto não é CECAP, sem dúvida, totalmente fora do CECAP. Mas muitas pessoas utilizam aquela pista que vai pra lá, pra andar de bicicleta, fazer *Cooper*, porque ali é bem arborizado. Depois do Aeroporto vem o Hotel, aí fizeram uma pista, atrás do condomínio Rio de Janeiro. Agora está bem mais legal. Antes era um matagal, tinha um laguinho onde a molecada ia nadar. Ali, a fronteira era essa, era o mato, era o brejo, era o brejo a fronteira. Você não podia passar dali, ali acabou a urbanização. Mas agora não, mudou com o Hotel, com as coisas, com as escolas, os bairros já melhoram bem.

**P:** Mas para mim era bem compartimentado. Tinha a [Via] Dutra. A unidade básica de saúde e o colégio, para quem não era católico, como eu. Para quem ia à missa, ainda tinha uma extensão que era aquela igreja. E aqui, no final aquela rua que ia pra Vila Barros também, ninguém, não existia. Era bem delimitado. Pode prestar atenção. Era bem assim: passou daqui era... Ninguém estava ali. Não era um espaço fluido.

**R:** Tinha a [Avenida] Monteiro Lobato, que passa no meio. Você atravessar para ir para o outro lado, onde tinha o [Condomínio] Rio de Janeiro já era um...

**P:** ... Nossa! Durante um tempo aquilo foi tão dividido que era "os novos" e "os velhos". As pessoas de lá não se relacionavam...

**R:** ... Condomínios novos e condomínios velhos. Era dividido dessa forma. Agora, não. Agora já é uma coisa só!

**P:** Não sei se é de agora ou conforme a gente foi crescendo a gente foi galgando os espaços ali dentro. Mas no começo sim. Era assim: de dentro do teu prédio, conforme você foi crescendo, você podia brincar no teu bloco, depois você podia ir até os outros blocos, depois você podia sair do seu condomínio, você podia ir para os novos. Foi uma coisa que foi ganhando espaço conforme a idade. Eu acho.

**R:** Mas não é que os espaços se integraram, não! Porque, só botaram cerca!

**P:** A gente é que foi galgando, a gente que foi indo.

**R:** Era mais integrado antes. Eu não sei como é isso. Precisa ver também, como os adolescentes do começo viviam lá, como os adultos do começo viviam lá.

**P:** A gente foi galgando. Mas nunca foi uma coisa muito fluida: dali a gente ia e ficava, se relacionava com o pessoal da Vila Barros, ou ia e se relacionava com o pessoal que morava perto da Monteiro Lobato: Não! Ficava compartimentado. Porque o limite, até social, era ali. Depois, quando a gente envelheceu mais, a gente quer sair, quer uma balada, a gente pegava o carro e saía dali.

**R:** Às vezes acontecia de vir um cara de fora que se enturmava.

**P:** Era raro e ele era um elemento de interesse. Não era?

**R:** Era!...

**P:** O cara era assediado pelas mulheres, a menina era assediada pelos homens, era interessante, era uma pessoa que estava fora.

*“Ah! Vem os caras de fora!...”*

**R:** ... Alguns viraram meus amigos...

*Lá tinha lugar para subversão?*

**R:** (...) O campo era um lugar mais ermo. Era escuro, ficava próximo dos condomínios, a galera usava pra usar drogas. A praça também, durante um tempo... Nossa! Maconha, era um “fumassê” total, a ponto de toda hora reclamarem. Nos condomínios, dentro mesmo dos condomínios, tinha uns cantos lá que a galera ia fumar escondido. Começaram a colocar vigia noturno, policiamento. Aí começou a ficar meio pesado.

*Eu li, naquelas comunidades do Orkut, que as pessoas faziam bastante referência à grupos, os caras que gostavam de brigar... Os caras que gostavam do baile...*

**R:** Teve uma época que tinha isso, tinha umas turmas, eles deram até nome para as turmas.

**P:** Tinham uma jaqueta específica...

**R:** Eram várias “facções”. Mas eram grupos que se reuniam pra brigar e iam embora. Invadiam os bailinhos. Tinham vários bailinhos nos apartamentos.

**P:** E nem brigavam muito...

**R:** Era mais, assim, fazer uma moral! Chegar e apavorar!

**P:** Teve um período que os grupos diferentes se caracterizavam, de formas parecidas, mas tinham nomes. Eles tinham uma disputa em dança, lembra? Tinha o grupo do Silas, que dançava, do Xandão, que era um outro grupo que dançava, e eles competiam.

**R:** Pelo status, “a galera mais legal”. Nessa época eu tinha uns treze, catorze anos e era uma galera de uns dezenove, vinte. Eu não andava com eles. Não tinha acesso a essas coisas.

**P:** Mas. Não rolava briga! Um puta pau! Não tinham grupos tão contrários... Tinha uma coisa de drogas pesadíssima...

**R:** ... Teve uma época, lá no clube, que tem uma quadra, que começou a rolar umas domingueiras, um baile domingo à noite, mesmo. Vira e mexe havia a organização de algum evento. Tinha a festa Junina que foi muito sucesso. E aí, todo mundo ia para lá também. Aí, rolava umas briguinhas, aquelas de disputa por mulher, aquelas coisas que sempre rola. Aí, depois, veio uma fase de droga, fodida...

**P:** ... Fodida...

**R:** Que está até hoje lá. Gente se drogando nas praças... Nessa época dos trailers, principalmente nessa época dos trailers, pó e maconha ficou rolando direto. Tanto é que muita gente lá evoluiu pra injetar na veia, morreu por compartilhar seringa, de AIDS, pelo menos uns quatro ou cinco casos.

**P:** E fora essa coisa pesada, as pessoas que vivem lá são meio des-sensibilizadas para as drogas. O pessoal usando cocaína na frente dos filhos que estavam jogando bola.

**R:** É que lá, o que aconteceu, a coisa aparecia meio ampliada. Na nossa sociedade, muita gente usa, mas lá, devido a concentrar, as pessoas, o coletivo, você via aquilo borbulhar muito. Então a galera usava coletivamente. Ah! Quem ia buscar? Dava pra um buscar, voltava... Era toda a hora e a Vila Barros era a boca.

**P:** Era comum. Bem comum.

**R:** Nessa última época que a gente morou lá, era a parte mais pesada das drogas.

*E o que vocês acharam da entrevista? Um comentário!*

**R:** Ah! Não sei. Acho que você capturou uma história pessoal, duas histórias pessoais, é uma visão da coisa,

mas é óbvio que muita gente que pode falar muitas coisas interessantes de lá, a gente não viveu, a gente não sabe...

(...)

Outra coisa, por que é que tem os nomes dos Estados?

Você sabe por que isso? Já pensei nisso.

Será que é um projeto de Brasil?



CONDOMÍNIOS BAHIA E ESPÍRITO SANTO

CONVERSA COM AIDÊ E FLEURY, MORADORES DO CECAP, FOI REALIZADA DE MANEIRA INFORMAL NO TRAILER DE AIDÊ, EM FRENTE AO CONDOMÍNIO ESPÍRITO SANTO, DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2008.

*(Esse trailer é um pequeno botequim que serve refeições e bebidas. Ela ficou viúva a cerca de um ano, foi casada com um arquiteto chamado Guilherme e disse terem conhecido Vilanova Artigas durante as obras do conjunto CECAP. Ela divide o trabalho no trailer com a sua irmã, também moradora. Os outros personagens da entrevista são uma espécie de público cativo).*

*Você disse que conheceram o Artigas aqui...*

**AIDÊ:** Eu conheci, só por isso, porque o projeto aqui é dele, né! E esse projeto é um mega-projeto. Acho que igual a esse aqui deve ter poucos. Você conhece o apartamento?

*Conheço.*

**A:** São muito funcionais, são grandes, bem divididos. Acho que por ser de quarenta anos atrás, os primeiros lá do [condomínio] São Paulo, por ter sido idealizado quarenta anos atrás, isso aqui era muito futurista!

*É, muito futurista. E como é que é o dia a dia aqui, morar aqui.*

**A:** É o que você está vendo aí! Essa moleza que você está vendo, essa beleza.

*É tranquilo...*

**A:** É bem tranquilo. Cada condomínio tem a sua portaria, tem seu modelo de segurança, interfone, as crianças brincam lá dentro. Cada condomínio tem uma quadra, a maioria deles, uma quadrinha para as crianças, uma pracinha dos aposentados, um comérciuzinho lá dentro, tem o vestiário dos funcionários... Cada condomínio virou um mundo: são 480 apartamentos cada condomínio, um é a zeladoria e outro é do zelador. Se você pensar que tem uma média de quatro pessoas por apartamento, não é...

*Quase duas mil pessoas...*

**A:** É, por condomínio. Cada condomínio tem seis blocos (ela começa a contar os blocos)... não, são oito blocos.

*É bastante gente, né!*

**A:** Aqui elege deputado! Elege vereador! Se bobear elege prefeito. Tem muita cidade que não tem a população que tem aqui.

*E vocês passam mais tempo aqui, no conjunto?*

**A:** Acaba passando. Eu mesmo, que trabalho aqui no comércio... Agora, o pessoal que tem uma vida comum... A nossa vida não é comum. Mas é muito fácil circular por aqui, tem condução para todo o lado.

*É muito fácil. Eu vim de condução para aqui.*

**A:** De onde você veio?

*Eu vim lá de Santa Cecília. Metrô até o Tatuapé e um ônibus que vai até o Aeroporto.*

**A:** Você não fez um caminho muito comum, não. O mais fácil é no Metrô Armênia.

*De lá tem condução pra cá, direto?*

**A:** Tem pra qualquer lugar de Guarulhos. Tem pra cá, tem pra Vila Barros?

*Onde é que é a Vila Barros?*

**A:** Você caminhando aqui chega à Vila Barros.

*E lá não é o conjunto? O que é lá?*

**A:** Não, lá é bairro. Acabou se tornando bairro. Não é da... Como é o nome mesmo da CECAP?

*Caixa Estadual de Casas para o Povo. (...)*

**A:** Você devia falar com a síndica. Ela tem um material de uma pesquisa sobre o CECAP.

*Ah! Legal. Mas eu gostaria de conversar, também, com os moradores, pra saber seus pontos de vista, opiniões...*

**A:** Ah! Tem muita opinião diferente, aqui. Ele, por exemplo (aponta o freguês amigo, não tenho seu nome, será chamado de X), já teria saído daqui se não fosse a mulher dele que enraizou aqui. Por ele, ele teria saído daqui. Mas aqui tem muito, o povo se acomoda. É bem uma vida de interior, você vai morar numa cidade de interior e depois se acomoda. Aqui não é interior, é uma capital, tem tudo de uma capital, mas você se acomoda. Você entra no seu apartamento e se enraíza.

*Isso é bom ou ruim?*

**A:** Eu acho bom! Eu saí daqui e em 1999, no final de 2000 eu voltei. Não consegui ficar na casa.

*E por que?*

**A:** Não sei! Não me adaptei. Já estava acostumada com aqui. Meus filhos faziam faculdade na época, já estava tão acostumada com aqui, chegava com carrinho lá embaixo, entrava, já estava no apartamento... Em casa não, tinha que sair do carro, abrir o portão.

*E seus filhos ainda moram aqui?*

**A:** Um casou e saiu. É difícil encontrar um apartamento aqui.

*É difícil? Tem muita procura?*

**A:** Está muito valorizado. Diz que foi avaliado, pra você ter uma idéia, em R\$ 110.000 a R\$ 120.000 o apartamento.

*E se você fosse definir o CECAP, como você o definiria?*

**A:** Como assim?

*Ah! Como se fosse: "o CECAP para mim é..."*

**A:** Eu considero hoje que o CECAP é ideal. Um lugar ideal para você criar uma família... De classe média, é lógico! Média mesmo. Você tem que trabalhar para poder viver,

para ter o seu carrinho. Eu considero um lugar ideal para se viver.

*E quem é o "morador típico" do CECAP?*

**A:** Eu acho que nós somos. Eu, ele... Aposentados. Eu acho que é essa família de classe média, que tem o seu carro, tem um filho, dois ou três, que fazem faculdade, estudam. Hoje tem casais que estão voltando a morar no CECAP, casais começando a vida aqui. Que nem eu que comecei minha vida aqui, vinte e oito, vinte e nove anos atrás. Se você andar por ali (no interior dos condomínios, entre os blocos), nos parquinhos, você vai ver que tem um monte de crianças brincando. Vale a pena você entrar para ver. Fala com o guardinha, acho que ele não vai proibir, não. Mas não só esse (o Espírito Santo), vá ver todos. Cada condomínio é um mundo!

*Cada um de um jeito...*

**A:** É! Depende do síndico, principalmente. [Começa a conversar com o Fleury, um outro freguês amigo, sobre o livrinho de palavra-cruzada. Eles passam uma boa parte do tempo da conversa tentando resolver esses enigmas].

*Você falou que antes era mais aberto...*

**A:** Não tinha cerca, não tinha nada...

*E quando é que começou a fechar?*

**A:** Acho que nos anos oitenta, oitenta e nove, quando a violência começou a tomar conta... E era, também muito aberto e o trânsito [pedestres] era muito livre. Podia entrar qualquer um. Mudou muito... Eu digo isso: é o lugar ideal para se viver.

*A senhora fica mais por aqui ou vai para Guarulhos, São Paulo?*

**A:** Sempre acabo indo. Eu fico bastante por aqui porque tenho meu comércio, mas vou bastante para lá. Para morar é ideal, principalmente por causa da segurança. Aqui ficou tipo um bairro nobre de pobre. (...) Por que

você mora no CECAP (pergunta ao freguês amigo, que aqui será chamado de X)?

**X:** Porque não tenho outra alternativa.

**A:** Mas você gosta de morar aqui?

**X:** Não muito. Quem gosta é minha esposa.

**A:** É o que eu disse. Tem que ter alguém que gosta muito.

*E quando é que vocês vieram para cá?*

**X:** Faz oito anos.

*E o que precisou [se] fazer para vir morar para cá?*

**X:** O que?

*Como comprou o apartamento, ou alugou...*

**X:** Ah! Eu aluguei direto na imobiliária.

**A:** Você mora de aluguel, né? Nunca quis comprar?

**X:** Da um trem desses (pede um salgado). Dava pra ter comprado um aqui, financiado e tal, mas eu quero uma casa!

**A:** Aí! Está vendo!

*Mas por que você não gosta daqui?*

**X:** Aqui o pessoal toma mais conta da sua vida do que da deles! Não é verdade Aidê?

**A:** É isso mesmo!

**X:** Em vez de a turma cuidar da vida deles, vai cuidar da vida dos outros...

*É muito "ti-ti-ti", assim?*

**X:** Você dá um peidinho a mais a turma já reclama! Já ligam pra portaria: "Olha, o cara lá está peidando alto! Está incomodando".

*Dá pra ouvir muito a conversa do vizinho?*

**X:** Virgem! Se falar um pouquinho mais alto...

**A:** Não é só conversa, não!

**X:** Nossa senhora! E dá pra ver...

**A:** A minha irmã estranhou aqui, quando ela morou fora, e eu também, tinha uma briga na rua. Aí ela saiu na rua e

não tinha ninguém na rua, só ela. Foi pra rua ver a briga...

**X:** Aqui, não! Todo mundo sai na janela e dá uma olhadinha. O condomínio todo!

**A:** Você fica na janela, dá uma olhadinha, sai na calçada... Mas por outro lado, tem a solidariedade. Eu não posso negar. Esse problema que eu tive com o Guilherme (seu marido), o condomínio todo...

**X:** É que você está a trocentos anos aqui, né!

**A:** Mas é muito legal ver a briga dos outro...

**X:** É igual ontem, saiu todo mundo pra ver [o eclipse d]a lua. Uma hora da manhã, estava eu lá olhando, todinha vermelhinha. Aqui é assim... Dava pra ver de todo o CECAP. Mas você não pode fazer um churrasquinho, não pode fazer um aniversário dentro de casa. Não pode fazer nada!

**FLEURY:** Você sabe onde você mora!

*E você morava onde, antes daqui?*

**X:** Morava com a minha mãe, lá em Nazaré Paulista.

*E o que mudou de lá pra cá?*

**X:** Como assim?

*Você morava em outro lugar, veio para cá e o lugar é diferente, né...*

**X:** Agitação! Lá é sossegado, lá é pra velho, pra velho aposentado.

**F:** Era! Te mandaram embora de lá!...

**X:** Me mandaram embora de Nazaré pra cá... Lá a cidade é muito calma. Não tem diversão, não tem coisa nenhuma lá. A única diversão que a molecada tem lá é a padaria. Senta o rabo na padaria pra tomar cerveja.

*E você trabalha aqui por perto?*

**X:** Agora eu estou trabalhando como autônomo. Primeiro eu trabalhava na Prefeitura, era funcionário público. Aí, montei meu negociozinho e saí da Prefeitura.

*É por aqui?*

X: É no CECAP! É no meu apartamento! Eu mexo muito com escola, eu tiro cópias.

*E pra você, o que falta aqui?*

X: Falta tudo! Não é Fleury? O que falta aqui? Falta tudo!

*E o apartamento é bacana? Como é que é?*

X: O apartamento é bacana. Se não fosse tanta coisa aqui, até que era gostoso morar... O condomínio é alto, você não pode fazer nada, não tem uma... No meu condomínio não tem uma quadrinha pra molecada brincar de bola...

*Qual condomínio você mora?*

X: Paraná.

*Muita coisa mudou de quando você veio pra cá até hoje?*

X: Continua a mesma coisa. Aqui é difícil mudar... Aqui é difícil mudar. Tudo é a mesma coisa, não muda nada aqui! Não tem nem como mudar aqui!

*E por que não tem como mudar?*

X: Ué! Não tem espaço! Está uma luta aqui. Brigando por esse terreno aqui, pra um parque, qualquer coisa pra molecada [atrás do trailer, em frente do condomínio Espírito Santo]. Já disseram que o fórum ia vir pra cá, a prefeitura, o trem ia vir pra cá... Mas isso não aparece nunca!

*Mas o que isso melhoraria?*

X: Mais coisa pra fazer...





CONVERSA REALIZADA COM RONALDO, EX-MORADOR DO CECAP, DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2008, EM SUA CASA NO JARDIM CARMELO, EM GUARULHOS.

*Quando é que você mudou para o CECAP?*

**RONALDO:** Eu mudei em 82.

*E por que você buscou um apartamento lá?*

**R:** Porque na época a oportunidade que eu tive foi aquela.

*G: E o que você precisou fazer, ir atrás de que tipo de financiamento, em que lugar...?*

**R:** Na verdade, a princípio o financiamento foi feito de gaveta. Depois é que foi refinanciado e passou para o meu nome.

*Você comprou de outra pessoa?*

**R:** É, de outra pessoa. Fiquei pagando no nome dele, depois, foi na época do Sarney, ele deu anistia pra quem tinha esse problema de contrato de gaveta, pra regularizar tudo. Foi na época que eu tive a oportunidade de passar para o meu nome... E ficou no meu nome.

*E onde o senhor morava antes?*

**R:** Antes eu morava no Jardim Joamar.

*Zona Norte... E o que mudou de um lugar para o outro?*

**R:** Ah! O CECAP é bem melhor!

*Por que?*

**R:** Devido à condução. Acho bem mais fácil a condução daqui, para se locomover, do que a de lá. Lá era uma linha só. Aqui são várias linhas. Então, você tinha opção para se locomover. E aqui é muito bom, o CECAP eu só larguei porque sou louco por casa, se não estava morando até hoje lá. Fiquei 26 anos lá.

*E o que do dia a dia de lá [do CECAP] você achou mais marcante?*

**R:** Tanta coisa... Da gente que tinha lá na pracinha, como na época dos "Mamonas [Assassinadas]", quando eles morreram fizeram muitos eventos por lá, comemoração, pra fazer uma homenagem, a cada aniversário da morte deles fazia uma homenagem. Foi muito marcante ali.

*Você morava em que freguesia?*

**R:** Eu morava no condomínio Alagoas.

*Ah sim! Condomínio...*

**R:** Condomínio.

*E como é que era a casa?*

**R:** Como assim?

*O que vocês faziam dentro do apartamento, a relação com os vizinhos...?*

**R:** Os vizinhos sempre foram bons. Nunca tive problema com os vizinhos... Só tive problema com um lá, que era muito folgado, mas demorou pouco... Logo foi embora. O resto era todo mundo gente boa. Nunca tive problema com vizinho, não. Apesar desse lá, que sempre foi um calo no sapato, mas...

*Você trabalhava por lá perto?*

**R:** Não. Eu trabalhava no Bom Retiro, na época.

*Então a maior parte do dia você ficava fora?*

**R:** Ficava fora! Depois saí do Bom Retiro e fiquei trabalhando com vendas externas... Trabalhava fora também.

*E no Bom Retiro o que você fazia...*

**R:** Trabalhava com vendas.

*Mas em termos da cidade o que tinha lá que não dava para fazer no Conjunto? Das coisas que você faz, no seu dia a dia.*

**R:** Do que eu trabalhava, lá não tinha nada pra eu fazer... Somente chegava em casa pra deitar e dormir, só. Passava bastante tempo fora.

*E o que definiria o Conjunto, o CECAP, que questões você achava interessante...?*

**R:** Ah! É muito bom! O CECAP em termos de moradia é ótimo.

*Por que?*

**R:** Ele é muito tranquilo. Tranquilo e seguro. Lá não tem esses problemas com assalto... E cada condomínio é cercado, tem sua própria segurança também, então não tem problema nenhum. É muito seguro. Até ao redor, também, é muito seguro. Dá algum maconheirinho, mas é gente conhecida. Mas não tem perigo nenhum, não.

*E vocês criaram bastantes amigos por lá?*

**R:** Ah sim! Sempre tem uns amigos... CECAP é muito bom. Principalmente onde eu morava, no condomínio tem um clube social, construído recentemente, eu já estava quase de saída foi inaugurado... Tem até um shoppingzinho dentro do condomínio [Alagoas], quadra de esporte coberta, uma infra-estrutura boa lá. É um dos condomínios mais bem administrados. Por incrível que pareça, lá pra vender não precisa nem anunciar! Se alguém souber que está vendendo, já vai atrás. O meu, por exemplo, eu tinha visto em algumas imobiliárias, aí por acaso eu resolvi vender lá, eu estava fazendo um financiamento e não tive como... O banco me negou, só porque eu não tinha carteira assinada, aí eu fui obrigado a vender, pra comprar aqui. Era pouca coisa, o restante eu tinha pra completar, mas eu precisava de um pouco pra completar que o homem queria a vista aqui, nessa casa, e por acaso uma imobiliária me ligou perguntando se eu não estava querendo vender o apartamento, "estou vendendo!", perguntou quanto eu queria, dei meu preço, fechei na hora. Até o corretor falou "se você pedisse mais você conseguia". É assim mesmo, fazer o que, né? Eu dei meu preço. Já chutei alto! Pra mim, eu chutei alto! E a pessoa aceitou. Se eu tivesse pedido mais um pouquinho,

dava. Antes de eu vender, eu fiz uma pesquisa pra saber os preços como é que estavam, e chutei um pouco mais alto do preço que eu estava informado.

*Isso é em geral em todos os condomínios ou...?*

**R:** Olha, que eu saiba o Alagoas é o mais procurado. Até nas imobiliárias também, a gente sabe, que no Alagoas é mais procurado. Não é que é bem centralizado, é bem administrado.

*E como que é essa história de administração? Tem um síndico por condomínio?*

**R:** Cada condomínio tem seu síndico, morador de lá mesmo. Isso já vem desde quando foi... Desde quando terminou a construção começou o síndico, porque precisa né. É tipo uma mini-cidade lá dentro, tem tudo lá dentro. Tem uma administração muito boa. Inclusive já participei da administração.

*O que você foi lá?*

**R:** Eu fui conselheiro. É o Vereador! Inclusive, na época que eu participei disso aí, a síndica lá, nossa senhora, tinha roubado tanto que o condomínio estava entregue. Daí, os moradores tomaram de conta e foi quando nós fundamos uma associaçõzinha, e começou a trabalhar, me candidatei a conselheiro e teve eleição pra síndico, e os conselheiros também, porque é tudo votado, e fizemos uma nova administração e aí começou a funcionar. Graças a deus o síndico lá, agora, é bom. Nós colocamos em ordem e daí seguiu. Cada morador sabe que quando sai dinheiro do bolso o bicho pega! Aí foi quando conseguiu erguer tudo! Inclusive esse salão social era da minha época, esse projeto. Na minha época tinha esse projeto lá e o síndico teve medo de construir, o custo era muito alto, mas agora eles construíram. E não foi tão alto, não. Porque foi votado, tem as reuniões lá, é tudo votado,

tudo, tudo, tudo. O pessoal lá tinha que aprovar. Se não aprovar, não sai.

*Tem sempre essas assembléias...*

**R:** Exatamente, assembléias...

*Isso surgiu nessa época que você entrou lá como conselheiro, ou já tinha antes...?*

**R:** Não, o projeto já tinha! Só foi construído na administração desse síndico agora. Já está com dois mandatos.

*Dura quanto o mandato?*

**R:** Dois anos. Logo no primeiro mandato ele já construiu. Dura dois ou três mandatos que ele está. Três mandatos... Ele é bom! (...) Só ele teve peito de tirar o cara de lá. Tirou e transformou numa administração mesmo, reformou tudo. Não tinha administração, a gente teve que fazer em baixo, aproveitar um vãozinho lá que tinha, pra fazer uma quartinho para uma administração. Na verdade tem um lugar, mas quem morava era o zelador. Agora não existe mais zelador, não existe mais nada. Lá é o síndico, tem uns funcionários.

*Interessante. Eu fui num outro condomínio que quem gerenciava era uma empresa de fora...*

**R:** ...De fora... Eu sei como é que é.

*E no caso do Alagoas, não.*

**R:** Que eu saiba, geralmente, é tudo morador...

*Qual que é melhor, que vantagem que teria?*

**R:** Eu acho que é melhor que seja morador. Porque é todo mundo conhecido, né! E os custos caem mais, não precisa ser tão alto. Eu acho que terceirizado, os custos são mais altos.

*Tem que pagar a empresa...*

**R:** Exatamente. E pra nós, não. Sempre foi um morador. A única coisa que foi terceirizada lá, uma vez, foi a tentativa

de melhorar a segurança, estava aparecendo uns bandidinhos lá, uns roubos, foi contratada uma empresa particular de segurança patrimonial e não deu muito resultado não. Foi trocado por polícia mesmo, botou polícia acabou tudo. Policiais à paisana ficaram lá, foram trocando devagarzinho...

*Esse grupo de conselheiros e o síndico o que faziam mais, como atividade...?*

**R:** A atividade era administrar mesmo, manutenção, compras... Precisa trocar lâmpadas, é material de limpeza... Tanta coisa.

*É um salão, uma sede social que vocês fizeram, não é?*

**R:** Lá foi construído um salão social, um salão pra festas, pra reunião.

*E tem mais alguma coisa que vocês precisaram fazer que não tinha antes?*

**R:** Não, não. Só a cerca. Não era cercado na época.

*E quando que foi cercado?*

**R:** Logo que eu comecei a morar lá. Passava muita gente por dentro, bagunçando, às vezes de manhãzinha passava aquele pessoal de fogo, riscando carro, jogando pedra nas janelas... Aí resolvemos cercar. Aí todo mundo cercou. O Alagoas foi o primeiro que começou, houve uma firma que havia feito uma espécie de... Como é que chama...?

*Uma licitação, uma concorrência?*

**R:** É! Chamaram várias firmas. Uma ganhou, foi feito uma promissória para cada morador, todo mundo pagou e aí começou a melhorar.

*Melhorou por conta dessas pessoas que deixaram de entrar...?*

**R:** Exatamente! Segurança... Depois começou a aparecer gente de lá mesmo, os ladrõezinhos, pra roubar vídeo-

cassete, televisão, som... Esses negócios. Aí começou a pôr polícia lá e pronto.

*Desde quando você mudou pra lá, o que mudou mais, dentro do Alagoas e em geral?*

**R:** Ah! Mudou muita coisa. Depois a prefeitura foi tomando de conta, fazendo praça, até então não tinha a praça lá da frente (a «Mamonas Assassinas»). Hoje você passa lá no CECAP é a coisa mais linda. A praça dos “mamonas”, do outro lado tem bastante planta, uma pracinha também, lá do outro lado, perto da Dutra, tem uma praça enorme, escola, posto de saúde... Uma infra-estrutura boa. Perto também tem o Hospital geral, um suporte a mais para o pessoal.

*Como é que você descreveria o Conjunto? O que é o CECAP?*

**R:** O CECAP é um Conjunto Habitacional muito bom. Onde começou com o condomínio Santa Catarina, foram os primeiros construídos, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo, os primeiros que foram construídos.

*Pra lá da [Avenida] Monteiro Lobato.*

**R:** É. Próximo à Dutra. Depois foram os do lado de cá, na seqüência, os condomínios Rio de Janeiro, Minas, Espírito Santo, Bahia, dá a volta tem o Sergipe e o Alagoas. Então o Conjunto, em termos assim, é muito bom. Tem uma infra-estrutura boa.

*E essas transformações que foram acontecendo ao longo do tempo foram...*

**R:** Só pra benefício do pessoal mesmo.

*E antes era muito isolado do resto, do entorno?*

**R:** Olha, logo que começou era. Logo que o pessoal começou a morar lá, era meio dificultoso. Agora não. Agora é uma beleza.

*Difícil em que sentido?*

**R:** Em tudo! Supermercado, não tinha na época. Padaria, só tinha do lado de lá. Do lado de cá, não tinha. Agora tem aqui próximo, na Vila Barros. Aí, já tem tudo, uma infra-estrutura boa. Mas na época... Meu deus! Era difícil. Tinha aqueles quiosquezinhos que vendiam alguma coisinha, pra alguma emergência, de imediato. Depois a prefeitura foi cuidando de tudo e começou a melhorar as coisas.

*E lá no Jardim Joamar tinha todas essas coisas?*

**R:** Lá, tinha!

*E como foi essa transformação?*

**R:** Eu... Antes, eu morei no Jardim Joamar quando eu casei. Minha esposa já morava lá, então aproveitei a casinha que ela morava e fiquei lá. Foi até quando nasceu meu primeiro filho, fiquei lá, mais uns dois anos, mais ou menos. Eu já tinha um terreninho, estava construindo também, e graças a deus consegui comprar o apartamento, antes de terminar lá a casa. Estava construindo aos poucos, né! Aí surgiu essa oportunidade no condomínio Alagoas e eu comprei.

*Querida a casa própria?*

**R:** É, queria a própria. Foi na época que consegui, aí mudei de lá. Mas quando eu cheguei aqui estranhei bastante, porque não tinha nada perto! Tinha que ter carro pra você sair pra comprar esses negócios todos. Graças a deus eu tinha um carrinho.

*E o fato de ter casa própria, o que melhorava em relação à casa que era alugada?*

**R:** Ah, em tudo! Inclusive as despesas caíam um pouco, principalmente o aluguel...

*Ficava livre do aluguel. Dá pra investir no que é seu...*

**R:** Claro, exatamente. Outra coisa, o apartamento novinho, não precisava fazer nada. Fui fazendo depois...

Não tinha armário embutido ainda, não tinha. Fui fazendo aos poucos. Deu certinho.

*E era bacana o apartamento?*

**R:** O meu, graças a deus, foi. Depois eu me separei da minha primeira esposa, casei novamente (com a Célia), aí fiquei morando ali. A outra casa terminei, e minha ex-esposa ficou com ela, uma boa casa também. Tem que dividir, mesmo. Não deu certo mais pra a gente viver junto... Ela foi pra lá e eu fiquei com o apartamento, que estava vinculado a mim porque ainda estava pagando. Tinha que ficar comigo porque eu era o titular. Deu tudo certo. Quando eu fui pra lá, fiz uma reforma no apartamento, era [com] papel de parede, mandei tirar tudo e fiz pintura. Piso, também mandei trocar.

*O senhor comprou de outra pessoa...*

**R:** É, comprei de terceiros. Eu fiz porque tinha mudado, casamento não pode ficar a mesma coisa. Fiz outros armários... Quando vendi, lá é tudo muito bem construído, ganhei uma nota até boa!

*O pessoal fala que o apartamento é bastante iluminado, ventilado...*

**R:** É, é! Bastante iluminado. Inclusive, as janelas são todas grandes e altas. Muitas vezes o pessoal bota vidro cancelado, que nem esse aqui (aponta pra o de sua casa). O meu era vidro liso, mesmo. Só que eu gradeei, de um lado e de outro.

*Que andar era o seu?*

**R:** Era o terceiro. Era muito bom. Sinceramente, morar tinha que ser o de cima, ninguém está incomodando lá em baixo, você chega e ninguém te incomoda. Os outros têm que ficar passando na frente da porta e às vezes fica com a porta aberta, é ruim a gente estar passando, não fica muito a vontade, não.

*O pessoal fala que, às vezes, tem o problema de ouvir muito a conversa do vizinho, briga, essas coisas...*

**R:** Os apartamentos são muito próximos uns dos outros. Tem aquele que é mais estabanado e grita mesmo. Têm outros que não. A maior parte lá era gente boa!

*E vocês mudaram para cá, disse a Célia, a cerca de um ano...*

**R:** Não fez um ano ainda. Foi no dia 14 de Julho.

*E por que vocês vieram para cá?*

**R:** Eu vim porque sempre gostei de ter uma casa. Surgiu a oportunidade e eu vim para cá.

*E qual a diferença daqui, do bairro e da casa, e de lá, do bairro e do apartamento?*

**R:** É muita diferença, porque lá o bairro é muito bom. O CECAP é bom demais. Apesar de que aqui, também, não é ruim, é tranqüilo. Mas casa, você sabe, tem sempre que ficar de orelha em pé do que em apartamento. Lá não, tinha segurança... Outra [coisa]: aqui passa muita gente pedindo. A gente não via isso. Antes subia, mas tivemos umas reuniões e vamos cortar isso... Não estava tendo mais privacidade! Aí não subia mais ninguém.

*Ficava do condomínio para fora?*

**R:** Do condomínio para fora. Aqui não. Dez horas da noite, onze horas, toca a campainha: "tem isso pra me dar?".

*Qual a vantagem de ter vindo para cá?*

**R:** Eu sempre gostei de casa. Mas eu estou estranhando um pouquinho. A gente vai acostumando aos poucos. Mas dá pra fazer uma festinha, uma festinha de aniversário é melhor, no CECAP já não podia, começava mais cedo porque dez horas tinha que parar mesmo, pra não incomodar... E aqui não. Aqui pode ir até o amanhecer o dia... Sendo no Sábado pro Domingo, não

tem problema. Durante a semana, tem que respeitar um ao outro. Todo mundo trabalha.

(...)

*Se você fosse definir o morador do CECAP, quem ele é?*

**R:** Rapaz! Por incrível que pareça, o morador do CECAP come ovo e arrotta caviar! Tem muita gente boa, mas um pouquinho metido. Não sei porque, mas o pessoal lá é um pouquinho metido. Eu não tenho frescura, não. Eu só compro se eu puder. Se eu não puder, não compro. Tinha muita gente que tinha carro novo e passando fome... Você sabia, o pessoal é muito conhecido, um fala pro outro, fala pro outro... E carrão novo. Se eu não puder, fico na vontade. Graças a deus eu consegui vencer na minha vida. Não tenho muita coisa, mas pelo menos, minha casa eu tenho, minha família está bem amparada.

*O CECAP é um lugar mais para a liberdade ou para a privação?*

**R:** Acho que os dois! A privacidade, claro, a gente tem. E tem a área de lazer, também, que é muito boa, aquela praça na frente, com aqueles barzinhos... Eu gosto muito do CECAP. Eu só mudei porque sou louco por casa, gosto muito de fazer um churrasquinho e lá não tinha essa chance.





FOTOS: CECAP

VISITA AO CECAP – 21 DE FEVEREIRO DE 2008. POR VOLTA DE 15h00.

A impressão que dá é que esse espaço reproduz o «velho esquema comunitário», entre a solidariedade e a superexposição. Os ventos trazem o ar parado no tempo: “tem tudo o que precisa”. Parece que a redução das necessidades, às estritas necessidades mínimas, engendra a redução das fruições. É um lugar para a classe média, *nobre e pobre*, alguns itens de consumo que se reproduzem no dia a dia. Cotidianidade. No entanto, conforme as entrevistas, esse espaço potencializa, tanto o que é novo como o mesmo. É uma ambigüidade entre a carência efetiva do momento pré-conjunto e de uma mesmice cotidiana. De fato, um bom lugar para se viver. É um espaço de sociabilidade rural e comunitária, a um só tempo pré-urbano e paradigma da modernidade! “Comprei, aluguei e criei raízes!”. É interessante como seus agentes têm clara percepção do espaço, decifrado e reconhecível: blocos, lajes, espaços comuns, ventilação, iluminação, divisórias leves etc., fazem parte de seus discursos.

VISITA AO CECAP – 24 DE FEVEREIRO DE 2008. POR VOLTA DE 12h00.

Um Domingo. Assemelha-se ao dia a dia de trabalho: carros passando, pessoas sentadas nos térreos das freguesias, alguns botequins ocupados. As exceções são os campos de futebol, as canchas de bocha. Espaços cheios, movimentados, barulhentos... E masculinos. Onde estão as mulheres?

VISITA AO COPROMO – 06 DE MARÇO DE 2008. POR VOLTA DE 15h00.

Este conjunto é mais rigorosamente separado do espaço público. Se no CECAP há espaços públicos no interior de suas fronteiras, no COPROMO esta distinção é evidente. Para se chegar nele é preciso passar pela portaria. Entrei. O lugar não se revela de imediato. É preciso percorrê-lo. O seu espaço central é um «grande sertão», é uma praça viária, apenas asfalto e carros estacionados. O calor que incidia neste dia proporcionava a refração do ar como uma miragem. É árido. Os edifícios parecem lhe voltar suas costas convexas. É preciso atravessar esse deserto para chegar ao seu coração. Chegando próximo aos edifícios, que conformam recintos, eles se revelam! Lugares de uma comunidade que se engendram em oposição ao resto: tanto em relação ao seu centro árido, como ao entorno urbano. Sucessão de concavidades e convexidades. A noção de comunidade é mais efetiva, porém em detrimento do mundo. É bastante acolhedor. Ao percorrê-lo percebemos suas sombras, suas árvores, os barulhos de painéis de pressão, as conversas entre as comadres, os passarinhos. A forma côncava produz recintos, não pátios. O espaço se desdobra nessa sucessão, perspectivas delimitadas que indicam caminhos. Uma visão serial<sup>6</sup>. Alguns eventos se repetem: os tapetes pendurados na janela, as cadeiras e as samambaias nas varandas. Mulheres conversando, crianças brincando, adolescentes circulando. Tem vida, mas neste dia não estava repleto de pessoas.

O CECAP aparece como uma forma universal, porém abstrata. Embora seus espaços estejam radicalmente delimitados, contém a possibilidade do infinito. Algo que se expande a partir de um marco zero genérico e alcança o todo. Porém, precisaria superar as suas próprias fronteiras. Já o COPROMO aparece como uma forma particular e concreta, delimitada e específica ao seu campo de ação. Não se expande. Aparece, portanto, como uma negação determinada, não sucumbe ao espaço que é produto da abstração, o seu entorno. O COPROMO é uma ilha que se encerra em si mesma. Define as separações, restitui a propriedade.

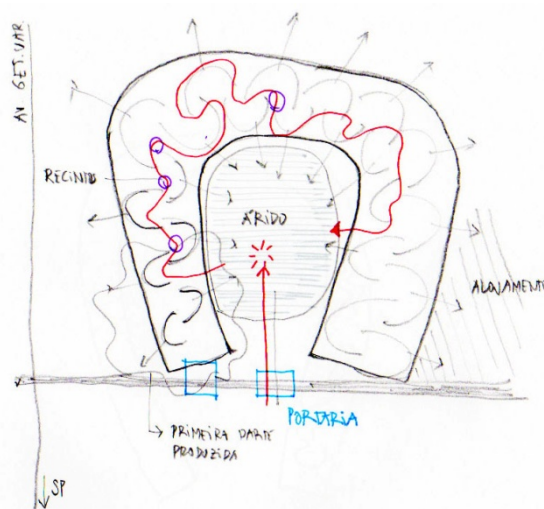
<sup>6</sup> Cf. CULLEN, Gordon. *Paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70, 1983.





FOTOS COPROMO: PRAÇA VIÁRIA E RECINTOS

Não quero dizer com isso que o CECAP não seja a propriedade restituída. Ao contrário: ao abstrair esse movimento, esse processo social, o CECAP quando passa a ser vivido perde a sua essência, os espaços-sem-fim. O vivido lhe impõe fronteiras. A *presença* do CECAP está no todo. A separação entre o dentro e o fora é menos evidente, embora assim o seja com o risco de abstrair esses momentos, de aniquilá-los. No entanto esse espaço é bastante delimitável, como unidades autônomas, ainda que só se reduzam suas fronteiras aos limites da própria freguesia, do próprio condomínio. Os blocos de apartamentos não se autonomizam, eles se mantêm dependentes dessa forma social de demarcação.



No COPROMO, parte-se de uma negação: é o não-entorno. É todo o conjunto que se autonomiza ao virar as costas para o real contraditório e proteger o seu interior. Porém não é o seu interior mais evidente, a praça de asfalto e carros estacionados, inóspito e árido, mas sim os recintos misteriosos que se põem ao desfrute apenas pelo percorrer, pelo caminhar, pelo tempo. O espaço revela suas surpresas. O Bloco, por sua vez, é a unidade mínima, portanto, pode ser cercado com apenas alguns metros de grade. Tende a uma maior facilidade de fragmentação. O condomínio do CECAP contém 480 unidades habitacionais. O condomínio mínimo do COPROMO contém 20. Tanto no CECAP, quanto no COPROMO, prevalece o fragmento. Cada um a seu modo, não consegue superar a separação sócio-espacial decorrente do nosso próprio processo histórico.

Prosseguindo. O CECAP é uma forma *extrovertida*: tudo está à mostra, para o bem e para o mal. O COPROMO é *introvertido*: só se descobre sua virtualidade lhe indagando, atravessando seus desertos. E como têm desertos! O COPROMO para se fazer acolhedor, cria uma concavidade, cujo outro lado é a convexidade, por assim dizer centrífuga. Ela expele. Seria possível aliar essa concavidade acolhedora a um espaço sem-fronteiras? O CECAP só pode ser sem-fronteiras na medida em que a hipostasia. Ao concretizar esse espaço, ao torná-lo próprio, mata-se sua essência: são estabelecidos limites. Deus está morto! E a homogeneização fragmentária fornece todas as ferramentas para isso. Mas não é apenas o CECAP que morre com a definição de fronteiras num espaço sem fim. O COPROMO também morre: a forma alternativa de produção social, identificada a esse espaço, sucumbe à casa como refúgio. Porém, seriam mortes matadas ou mortes morridas? O processo social que engendra o assassinato ou a contradição interna a cada um desses momentos? E se identificássemos o espaço e o social que o produz, poderíamos superar essas alienações? O que a *arquitetura* contribui para isso?

Num momento reclama-se a autonomia idealista: CECAP. Num segundo uma denúncia utópica: COPROMO. Esse duplo em contradição tem alcance: o primeiro supera o anacronismo do real, embora apenas idealmente. A técnica abstrata aparece como suficiente (embora seja necessária) para resolver o problema. O segundo parte de uma constatação conformada: "o mundo é um moinho!". Nega-lhe, separando um grupo virtuoso. Nessa negação explícita há uma reprodução «do mal» implícita. Seu poder de transformação se restringe ao pedaço. Converte os convertidos. No CECAP não há conversão. Há uma bruma que nos convence, cegos dos olhos bem abertos, que a intuição não se deixa convencer.

CONVERSA REALIZADA COM SIMONE, EX-MORADORA DO CECAP, DIA 5 DE ABRIL DE 2008, NO TEATRO PADRE BENTO, EM GUARULHOS. ELA PEDIU PARA SEUS AMIGOS RENATO E DA PATRÍCIA QUE ENTRASSEM EM CONTATO COMIGO, POIS GOSTARIA DE FALAR SOBRE O CONJUNTO

(Mostrando um trabalho sobre as brincadeiras de crianças que ocorriam nos anos de nossa infância)

**SIMONE:** (...) O que eu falo aqui no trabalho é que com as mudanças no mercado de trabalho, as mulheres entrando bastante no mercado de trabalho, não ficando mais em casa, as crianças passam muito mais tempo na escola. Estou falando aqui da educação pré-escolar e o quanto é importante essa educação da escola levar em conta essa realidade, da necessidade dessas brincadeiras, desse repertório fazer parte da realidade dessas crianças, que vão pra escola. Porque o que a gente tinha nos anos 80, que não faz muito tempo, como possibilidade de brincar com outras crianças em espaços comuns. Retomando aquela idéia mesma, do surgimento da educação escolar, educação infantil, surge lá com Mário de Andrade, com a coisa dos Parques Infantis, que é onde as crianças se encontravam, pra brincar, e é daí que surge a escola como um movimento de aglutinação dessas crianças. Lógico, não com essa idéia do que é hoje! Mas que foi uma idéia levada ao extremo, porque hoje as crianças passam muito tempo na escola, às vezes o dia inteiro, e é onde elas vão ter a socialização, o processo de socialização vai se dar na escola, não mais em casa. Então, aqui quando eu falo do Parque CECAP, estou falando da minha realidade. O que acontecia? A gente brincava muito e claro que possibilitado pelo espaço, pela concepção de espaço, que foi feito pra isso, para as pessoas se verem, para as

pessoas se encontrarem. Então, a criançada brincava muito. Aqui você vê (na fotografia do trabalho), tem uma, duas, três, quatro, cinco, seis! Seis meninas brincando. Era daí pra mais. Dez, quinze, vinte! Juntava vinte crianças ao mesmo tempo, ali, brincando. Era algo bastante forte. O que eu acredito, e por isso que talvez eu tenha essa preocupação, dessas atividades na escola, é por que essas coisas vão se perdendo, mesmo, as pessoas vão se fechando, e que a idéia lá não era essa. Agora mudou totalmente, mas você imaginar um condomínio assim (aponta para a foto, dos anos 80), onde era tudo aberto. Aqui agente estava de patins e a gente descia aqui essa rampa (entre os blocos). E aqui em cima tinha outra, que agora não tem mais...

*Esse condomínio qual é?*

**S:** Esse é o Rio Grande do Sul, onde eu morava. Morei lá uns vinte anos.

*Você nasceu lá, praticamente.*

**S:** Eu fui com três anos. Morei na Vila Maria e com três anos de idade fui pra lá. Eu morava nesse bloco da foto. Então, a gente brincava aqui, tinha uma outra rampa em cima, que descia para os dois lados, e a gente também andava de patins lá. Aquela rampa era mais perigosa. Eu tenho várias marcas no joelho dessas aventuras de patins...

*Cai e rala no concreto.*

**S:** Até hoje tenho (essas marcas). Então, a gente aqui (na foto) estava descendo essa rampinha. Hoje você tem a grade em todos os condomínios, eu tinha uma amiga muito próxima que morava no condomínio ao lado e quando colocou a grade foi um sofrimento pra gente porque...

*Você lembra quando foi?*

**S:** Que colocou a grade?

É!

S: Olha, se isso daqui foi [nos anos] oitenta, foi [nos anos] noventa, viu!

*Mas por que, qual foi o movimento, a justificativa de chegar com a grade?*

S: Quando se começou a falar nessa coisa de grade, primeiro que já tinha um movimento de alteração das coisas conforme foi mudando a característica das pessoas que foram morar lá no CECAP, a idéia no começo era de ser de moradias populares, uma estrutura muito simples, paredes de gesso, apartamento extremamente pequeno. Hoje você tem apartamento de cem mil reais menor que o do CECAP, no mercado aí...

*Esses lançamentos novos...*

S: É! Mas pra época, o que as pessoas estavam acostumadas como moradia, quando fizeram o CECAP o pessoal achava extremamente pequeno, mas enfim, era algo pra ser moradia popular. Começou as pessoas, não sei, a terem uma estabilidade, ou mudando, ou revendendo, ou alugando, ou comprando outras coisas, enfim, foi mudando a característica e cada vez mais a necessidade de as pessoas mudarem o... De ter um diferencial dentro do seu apartamento! Então, mudar a janela. Lá a janela é de vidro, no original é vidro de fora-a-fora. Quer dizer, uma idéia do poder ver e ser visto. Não que você não pudesse pôr uma cortina, mas era algo muito próximo então as pessoas também se incomodavam com aquilo, então passaram a pôr veneziana de metal e virou esse comércio da veneziana, e aí mudando todo o apartamento por dentro. Depois disso, começou a ter essa preocupação de segurança mesmo, de violência, que não dá nem pra entender o que é! Porque é mais um movimento, acredito, mais geral, das pessoas acreditarem que condomínio tinha que ter... Porque a visão de condomínio que se tem hoje é isso, o que se

vende. Por que é que se tem que morar num condomínio? Segurança. Se eu moro num condomínio, tem que ter uma portaria, tem que ter uma grade, tem que ter um controle de quem entra e de quem sai. Começaram a pensar nisso e levaram até as últimas conseqüências. Hoje, você tem cada condomínio muito diferente, com uma portaria muito diferente, com uma série de intervenções no espaço e que ninguém para pra pensar, "olha, isso aqui é muito importante porque na verdade de uma escada, no final de um bloco, eu consigo ver a última escada no final do outro bloco".

*Mas então você acha que essas transformações podem ter sido em função dessa idéia de segurança, mas também, um pouco por uma certa forma de distinção?*

S: É!

*Você acha que tinha uma certa igualdade muito generalizada e que precisava ser diferente ou a questão de buscar um pouco de privacidade...? Você acha que poderia ser uma coisa muito opressiva no sentido de ter que ser igual e aí você precisar ser diferente?*

S: Eu acredito que as duas coisas são a mesma coisa, assim bem juntas. A idéia da necessidade de ser diferente tem a ver com a questão da competitividade mesmo que tem no sistema, que é uma coisa própria do capitalismo. Claro que ali não foi feito com essa intenção, mas nós vivemos numa sociedade capitalista, então as pessoas têm essa necessidade. Então a coisa da privacidade tem a ver com isso também. As pessoas não achavam, não acham que podem ter essa coisa mais próxima uns dos outros. Na verdade a gente vive numa sociedade em que cada vez mais as pessoas têm medo de partilhar da sua vida, seja com os problemas, seja com a felicidade. As pessoas estão cada vez mais fechadas nos seus apartamentos. Os condomínios normais, vamos dizer assim, eles vendem essa idéia, aquilo que a gente estava falando no começo. Então, "por que morar num

condomínio?” É a privacidade, é a sua piscina, é o seu jardim, enquanto que... Eu moro numa casa térrea, eu adoro, eu acho o máximo. Mas meu irmão, meu pai, eles não aceitam morar fora de um condomínio.

*Por conta dessas questões?*

**S:** É. E eu acho que não tem a ver. Eu acho que a violência, ela existe, é uma realidade e ela não vai se resolver com a cerca. Que é a música do Rappa fala, “as grades do condomínio são pra trazer proteção, mas também trazem a dúvida se é você que está nessa prisão”. Então, assim, quando colocaram a grade, eu lembro que teve um movimento dos revoltados... “Pô, vão colocar grades!”. Eu lembro que eu fiquei... “Poxa!...”. Eu não tinha a consciência que eu tenho hoje, mas eu falei “poxa, não deviam!”. Eu lembro que eu sentia porque eu queria ir à casa da minha amiga e eu cortava caminho, daí eu tinha que dar a volta...

*E você acha que essa barreira que a grade gerou para as crianças nessa época também se refletiu nas pessoas de mais idade, nos pais? Porque a criança, como essa foto mostra (a o trabalho), inventa sua sociabilidade, suas brincadeiras, no meio e quanto maior for, maior a multiplicidade das coisas. Vai de qualquer jeito...*

**S:** Eu acho que não. Eu acho que as pessoas gostaram. As pessoas falavam que era difícil não pensar nisso, que tinha que ter grade mesmo. E até acho que se hoje estivesse sem grade ainda seria algo como um mundo à parte. Eu gosto dessas coisas, eu ficaria muito feliz se lá tivesse um movimento de resistência, uma comunidade... Mas não é a realidade. Eu acredito que algo muito mais simbólico dentro de cada um que acreditava nisso. Então pra mim, pelo fato de não acreditar nessas grades, de olhar essa foto com saudosismo, não só pela minha infância em si, mas que eu sei que as crianças de hoje não estão lá. Mas o problema delas não é a grade! O problema é toda uma sociedade que faz com que a gente

viva de uma outra forma e que as crianças não possam mais ter a liberdade que tinham. Porque isso significava liberdade.

*Você foi com três anos para lá, não sei se você vai lembrar de antes do CECAP. Vocês moravam lá na Vila Maria e lá também tinha esse tipo de coisa?... Porque você chegou a comentar que o espaço aqui do CECAP proporcionava uma certa sociabilidade e ele é diferente do se que constrói de uma forma comum na cidade. Você acha que era diferente na Vila Maria, por algum motivo?*

**S:** Então, acho que sim. Eu não... Pela pesquisa que eu fiz, fui ver [por exemplo] crianças no interior... Eu registrei algumas brincadeiras. Uma coisa bem mais acanhada (se refere ao espaço, registrado na fotografia). Isso aqui já foi em 1995. [Essa situação] é um trem, passando, e eu tirei a foto das crianças, não estava perto deles, não conversei, não sei os nomes. Assim, teve duas coisas, acredito que teve uma mudança geral mesmo, nesse sentido de como era nossa infância naquela época e como está sendo hoje, mas o que tem lá no CECAP, quando eu falo desse espaço, que proporciona... Essa coisa que eu falei para a Patrícia e para o Renato, que eu queria falar para você, é que eu tenho vontade de falar um dia sobre o quanto de artista tem lá no CECAP. Então, o que eu acredito? Que esse espaço possibilita um olhar diferenciado, ele possibilita um exercício da sensibilidade, ele possibilita a troca de experiência. Então, eu acho, que pelo fato de ser um condomínio, e é contraditório porque a gente está criticando aqui os condomínios, é algo que criava todo o ambiente propício para que as pessoas se encontrassem e conversassem, que é quando você sai da porta do seu apartamento, você já vê a porta do outro e já vê todo o mundo. Não é parede! Você está vendo de um lado, está vendo de outro, está vendo lá em baixo.

*O convívio é muito intenso.*

**S:** Muito intenso! Então, eu acredito que esse espaço teve todas as mudanças como tem qualquer lugar, mas lá, especificamente, juntou as duas coisas, a mudança do sistema e a mudança do ambiente. Eu acho que caminha junto mesmo, não tem jeito. As pessoas vão, como eu te disse, a não ser que lá a gente tivesse um movimento de preservação, que as pessoas compreendessem a importância, por que é que o cara pensou aquela arquitetura daquele jeito, que nem eu mesma não sabia. Quando eu fui fazer uma pesquisa, alguma coisa, eu descobri que o arquiteto era o Artigas, acho que eu vi na televisão um documentário, enfim, alguma coisa assim, e estava falando sobre expressionismo na arquitetura, um negócio assim, falei “nossa, será que o prédio que eu moro é expressionista?”. Eu estava estudando arte e tal, e aí fiquei pensando e achei muito legal, e tudo aquilo que eu já sentia, que eu achava, que eu acreditava, falei “poxa, é verdade, é mesmo!”. Eu entendi um pouco mais do que o arquiteto pensava. E também no prédio do Conselheiro aqui, não sei se você conhece, uma escola pública, o Conselheiro Crispiniano, uma das principais escolas públicas de Guarulhos e também a arquitetura é dele.

*Sei qual que é! É muito legal... É perto daqui?*

**S:** É mais ou menos.

*E o que você acha que o Artigas imaginou na hora de conceber o prédio, o conjunto de prédios e a relação deles com a cidade?*

**S:** Ele imaginou isso! Ele imaginou uma comunidade...

Claro, tem essa questão do acesso, que as pessoas pudessem comprar, porque como eu te falei tinha parede de gesso... Hoje em dia praticamente nenhum mais lá tem parede de gesso, foi mudando muito. Minha família mesmo, a gente chegou a ter dois apartamentos lá

abertos no meio. Depois quando meus pais se separaram, ficou com um.

*Tem essa possibilidade...*

**S:** É! A gente chegou a ter dois apartamentos. Não chegou a fazer aquela reforma que a gente tinha pensado, porque meus pais se separaram, mas a idéia era fazer uma “reforma”.

*É um do lado do outro?*

**S:** É! Um do lado do outro, na mesma escada, C13 e C14. Então eu acho que ele imaginou uma comunidade que as pessoas pudessem se relacionar, que pudessem ter uma convivência comunitária, no sentido comunitário mesmo da palavra, então ele fez algo que tinha grandes áreas comuns, enormes áreas comuns, tudo em baixo muito grande, então, os banquinhos em baixo... Quantas e quantas horas nós passávamos ali brincando, depois conversando. Porque era aí o grande negócio.

*Nesses térreos dos blocos.*

**S:** É! Embaixo dos blocos e entre blocos. São oito blocos em cada condomínio. Então entre cada dois blocos tem essa área comum aqui. Entre um bloco de quatro blocos e o outro bloco de quatro blocos, tinha uma outra área. Era um gramadão! A gente descia dando cambalhota lá de cima até lá em baixo! O que eles (os moradores) fizeram? Rua! Transformaram em rua. Porque quando colocou a grade, como é que os carros iam entrar por aqui? Então, o que é que precisou fazer? Uma rua interna! Olha a tragédia!

*Quer dizer, antes entrava [pela rua entre os condomínios, rua transversal aos blocos] e depois que cercou teve que eliminar todas essas entradas e fazer uma entrada central [na rua paralela aos blocos] e eliminar todo esse gramado no centro.*

**S:** Isso. Quando eles cercaram, eles perderam todas essas entradas.

*Engraçado. Eu fui ao CECAP algumas vezes. Tem aquelas ruas, vamos dizer, que são as principais (paralelas aos blocos). E essas ruas, que antes davam acesso (as perpendiculares aos blocos) meio que perderam o sentido. No fundo, está entre duas grades. E antes não, elas tinham um sentido porque distribuía...*

**S:** As ruas entre os condomínios, você está falando?

*É!*

**S:** Por exemplo, aqui está o Paraná e aqui está o Rio Grande do Sul. No meio tem uma rua... E assim por diante nos outros, entre o São Paulo e o Santa Catarina... É! É por isso! O que eles fizeram? Tiraram o gramado e meteram uma rua interna. Aí tirou a rua e colocou um parquinho, uma quadra... Resolve? É o que fizeram. E isso em todos! Então eu acredito que o impacto disso é muito grande, porque a gente perdeu o espaço com essa coisa da segurança. Isso aqui virou um outro tipo de espaço.

*E por que é que seus pais buscaram um apartamento aí no CECAP?*

**S:** Foi a possibilidade de poder pagar uma casa própria.

*Antes era uma casa alugada?*

**S:** É! Moravam num lugar alugado, meus pais eram muito jovens, estavam começando a vida, se casaram tal, e era a possibilidade que meu pai podia pagar. Então foi isso. Pra gente isso é muito significativo, meu pai trabalha com jornal e o jornal dele começou lá, ele é fundador do centro comunitário, que é o clube lá hoje, clube de mães, que hoje virou uma escola particular, minha mãe foi fundadora lá, o jornal do meu pai começou em função desse centro comunitário, dando as notícias ali do CECAP, depois saiu de lá e hoje é o Diário de Guarulhos e tal, surgiu lá no CECAP, depois virou o jornal Olho Vivo. Meu pai já tinha uma história anterior, mas ele começou ali no CECAP. A gente tem um vínculo muito forte com esse lugar. Mas, então, foi por isso que a gente acabou indo pra lá e depois acabou criando raiz, mesmo.

*Hoje tem gente da sua família que mora lá ainda?*

**S:** Eu moro numa casa com meus filhos... Não tenho mais nenhum parente lá, só amigos.

*E por que você resolveu, ou precisou mudar de lá?*

**S:** Então, eu fiquei morando lá até 96 e aí eu tive a oportunidade de comprar um apartamento, porque eu morava na casa dos meus pais, mais ou menos como foi quando meu pai comprou lá, algo que dava pra eu pagar e tudo. Comecei a pagar e depois saiu o apartamento, aí eu mudei. Depois vendi o apartamento e fui morar nessa casa. Foi o que eu consegui comprar, pagando à prestação e aí eu mudei.

*Mas como é que você compararia morar nessa casa e esse momento anterior de morar no apartamento?*

**S:** O CECAP é como eu estava te falando, se fosse algo diferente, se fosse um diferencial, como era antes, que as pessoas pudessem conviver, tudo bem. Mas não. Não é mais isso, é um condomínio como outro qualquer. E pra mim não justifica. Eu moro numa casa porque não me interessa morar em condomínio. Eu fui morar no prédio porque é o que eu tinha conseguido comprar na época, mas eu não pretendo mudar da minha casa. Foi uma casa construída, que a gente desenhou, eu e meu marido, a gente desenhou a casa, do jeito que a gente imaginava que devia ser, eu fiz o primeiro desenho e meu marido levou para um amigo dele que é arquiteto, que fez o desenho conforme a arquitetura manda. A gente fez a nossa casa, como a gente queria. É uma coisa assim muito nossa, que a gente fez de um jeito que a gente acredita que é legal, deixou uma área no fundo, que tem coisas plantadas, figueira, maracujá, é bem legal a casa. Então, é algo bem diferente. Se fosse como... Eu gostaria muito que meus filhos pudessem conviver num ambiente desses, embora meus filhos moraram no CECAP também, conviveram lá um tempo, brincaram, parquinho, tiveram

essa convivência com outras pessoas, mas não é mais desse jeito. Por conta de tudo isso e do jeito que as pessoas pensam mesmo. Estava vendo que aqui em Guarulhos estão lançando um grande empreendimento. A propaganda dos caras é que [o empreendimento] tem tudo! Dentro do condomínio tem cinema, tem teatro, tem academia, tem não sei o que... Se chama Condomínio Parque Clube. Então é assim, você não precisa de mais nada, enquanto que o CECAP era assim pra gente, era feira, era clube, eram os festivais de dança, que a gente montava os palanquinhos pra dançar, os colegas tudo imitando banda... Eu me apresentei muito no CECAP, fazendo dança, fazendo dublagem, fazendo monte de coisa. Eu comecei minha carreira artística no CECAP. A gente tinha muito esse tipo de atividade. Então, assim, eu acredito que a forma que a nossa sociedade vem se desenvolvendo possibilitou tudo isso. Eu estou vendo os carros na garagem (na fotografia) e estou lembrando que começou a ter o seguinte problema lá, as pessoas que têm mais de um carro.

*Não cabia na vaga...*

**S:** Não tem onde pôr. Ou outra coisa que também começou a acontecer, estou lembrando agora, na época da grade, os caras começaram a ter um carro muito bom e tinham medo que entrassem e mexessem no carro, roubassem o carro. Sei lá o que. Então tinha que ter guarda e uma coisa vai puxando a outra. São necessidades assim sem fim. Eles estão fazendo reforma nas guaritas, daqui a pouco vão botar câmeras, só não vão botar elevador porque não... Mas de repente o cara vai falar "meu, eu tenho condição de morar num lugar que tem elevador! Eu não vou ficar morando aqui!". Lá virou lugar de pessoa que trabalha no aeroporto, muita gente que trabalha no aeroporto começou a alugar apartamento ali, se cotizar em três ou quatro pessoas...

*Ficaria mais como um lugar de dormir...*

**S:** Está muito assim. Não sei, fica difícil falar porque não moro mais lá. Quando vou na casa de algum amigo, que mora lá, eu verifico que é muito o ambiente normal das pessoas que ali se mantiveram, que eram os proprietários, que não mudaram, que estão ali... Mas é muito assim, é grade, é portão, é vidro na escada, é portão na escada.

*Cada vez mais vai tendo mais barreiras...*

**S:** E mais coisas diferenciando, também. Piso e mais isso, e mais aquilo... Cheguei lá, na última vez no condomínio Paraná, e era assim, eles colocaram uma plaquinhas, "família não sei o que, família não sei o que lá"...

*Tipo lápide...*

**S:** O que é isso gente?! "Ah! O pessoal fez aí...". Então eles entraram numa assim, mas eu acredito que deve ser por causa desse movimento... São famílias, são...

*Também identificar aquele espaço como uma coisa que ele faz parte...*

**S:** É! Acredito que sim. E quando eu voltei lá, faz uns dias, estava na casa de uma amiga, falei "nossa! Eu tinha a impressão que isso aqui" (o pé-direito do térreo) "era mais alto!"...

*Essa imagem de criança...*

**S:** É engraçado, porque eu nem fiquei muito tempo sem ir lá e, lógico, não fiquei sem ir lá desde criança. É engraçado como a gente fica com essa imagem. Engraçado. Mas é isso, eu acredito que lá, em Guarulhos, é onde tem mais artista.

*Você falou, nisso dos artistas, que essa sensibilidade se potencializa por causa dos encontros, da densidade das relações. Você acha que é por isso que no CECAP surgem os artistas?*

**S:** Eu acho! É um lugar que possibilitava o exercício do olhar. Do olhar! Eu acho que quando o Artigas, quando ele fez, ele pensou muito nisso. Aqui na foto dá até pra



você ver um pouco, um pouco o que eu fico imaginando, se você olhar nesse vão, você vê lá longe... Eu me lembro de eu olhar muito esses horizontes, da janela, das escadas, quando você está no corredor esperando alguém, você olha de uma escada você vê a Dutra, você vê lá longe...

*E como é que fica, vamos dizer, essa aparente contradição de uma comunidade, em que as pessoas se reconhecem, um grupo fechado, e esses horizontes sem fim? Por que, no fundo, o condomínio é um pouco disso...*

(Silêncio...)

**S:** Eu acho que o conceito mesmo de comunidade, acho que tem a ver exatamente com isso, acho que não é contraditório. Porque comunidade é você ver... Porque essa coisa do olhar, de você ver o outro, é algo que eu venho aprendendo também, eu acho que com-vi-ver, coisa comum, é você olhar e você respeitar o *outro*, como ele é. E você só consegue respeitar quando você vê de verdade o que o outro é. Às vezes, o medo de enxergar a realidade é tão grande que a gente tenta afastá-la, afastar a realidade da gente, porque é muito assustador ver o outro. Então, o que é que imagino?! Que essa comunidade que vê o horizonte longe, que vê várias perspectivas, que vê o perto e o longe, que possibilita o encontro, a troca de experiências, eu acredito que isso seria a verdadeira comunhão. Eu não acho que é uma comunidade algo que está entre grades. Não é, é cada um dentro do seu apartamento. Na verdade ela quer ter certeza que fechou a sua porta e que tem, também, uma grade ali e que ela sabe que termina em algum lugar.

*No fundo, o que você está dizendo é que a comunidade precisa ter o outro, que você se reconhece nele, e as grades e as portas acabam te deixando mais solitários, sozinho, cercado, preso.*

**S:** É! Porque assim, ali quando enxerga o horizonte, quando se vê o outro, se vê a realidade. (...)

[De dentro da sua casa] você não está vendo só parede, você está vendo a Dutra! Quando tinha um acidente na Dutra... Um dia atropelaram um cara lá na Dutra, nós todos saímos correndo pela grade e fomos lá ver, nós demos dez passos e estávamos na Dutra. A gente morava do lado da Dutra, mesmo! Porque não tinha grade. Quando pôs a grade, ficamos um tanto quanto longe da Dutra, mas ela passa ali, ela faz parte de nossa realidade. Eu lembro que nós fomos lá e vimos o cara todo estraçalhado no meio da Dutra, então isso fazia a gente pensar, "mas o que esse cara estava fazendo aqui?"... Primeira vez que eu parei para pensar que acontecia alguma coisa com as pessoas que estavam jogadas no meio da rua, alguém dizia "ah! É um indigente!", mas o que é um indigente? Então ali, você tem a possibilidade de ver a realidade. Caía caminhão... Um dia caiu um caminhão de mamadeira.

*Ah! Essa história, acho que já ouvi...*

**S:** Acho que mamadeira de vidro! Na época. Então eu parei... As pessoas foram lá, uns pegaram mamadeira, mas enfim, parei pra pensar, "o que é que essas mamadeiras estão fazendo aí?... Pô! É a Dutra! Passam caminhões com coisas aqui", eu era criança, você vai pensando. Algo muito simples de dizer! Mas na escola ninguém diz, "você mora perto da Dutra, então o que é a Via Dutra?". A escola não faz isso.

*Quer dizer, seu espaço se expande...*

**S:** A escola não comenta isso! A escola não faz isso! Eu duvido que, até hoje, as crianças que moram ali beirando a Dutra estão estudando sobre o que é a Dutra, onde que ela começa, onde que ela termina, quem que está transitando nesta pista, como é que é... Transporte de coisas, ali, que passam ali, é muito grande. A gente nunca parou pra pensar, mas é algo que está muito próximo.

Então, esses horizontes, quando eu paro pra pensar... Se você subir nessa primeira escada desse bloco, na escada A, chegar no primeiro, segundo, terceiro andar, enfim, e olhar pra frente você vai ver o mesmo ângulo na última escada no [condomínio] Paraná.

*Está tudo alinhadinho...*

S: Certo!

*É bonita essa perspectiva... Esse horizonte.*

S: É isso que você vai ver. E ao mesmo tempo, se você subir e você olhar para a Dutra, lá do Paraná, você vai ver, lá longe no horizonte, alguma coisa. Você tem que subir várias vezes lá e ficar olhando... Quando eu subo, fico olhando. Qualquer um que eu estiver, eu olho pra ver o que é que estou vendo. É muito legal. Tudo bem, depois eu fui estudar arte e vai ficando cada vez mais louco, aí você começa a prestar atenção. Claro que não dá pra dizer pra você que ele (Artigas) viu isso, não sei se ele visitou a obra, de todos [os condomínios] ele não deve ter subido em todas as escadas, isso eu não sei, mas alguma coisa ele deve ter visto, deve ter pensado, e é isso que eu estou te falando, dependendo do lugar que você está, você vê diretinho lá atrás... Esses vidros, eu subia pra limpar, porque não dava pra limpar por dentro, você tinha que ficar do lado de fora pra limpar esses vidros, um era fechado e o outro era aberto...

*Em cima desse armário... E o vidro está um tanto recuado.*

S: Um "tantinho" assim...

*E você saía nesse "tantinho" pra limpar os vidros?*

S: Todo mundo! Todo mundo!

*E Alguém caiu nisso?*

S: Será que é só isso mesmo?... Será que estou mentindo?... É uma coisa pequena. Bom, a gente saía pra limpar, era uma festa, "ah! Vou limpar os vidros!", ficava

muito sujo. Acho que é por isso que as pessoas resolveram trocar. Mas o da minha casa, até quando a gente mudou, era de vidro, original.

*E você acha, em que medida o Parque CECAP contribui para que as pessoas tenham essa visão de espaço que você está dizendo, dos horizontes... Ou que não teria isso em outro lugar da cidade... Você acha que a idéia que você tem do olhar vem daqui?*

S: Ah! Com certeza.

*Por que?*

S: É por isso que eu tenho essa teoria dos Artistas... Como eu sou artista também, conheço vários lá, e vários são meus amigos. E vários moram lá ainda! O Kiko, o Lú, o Ricardo, a Márcia, que não mora mais lá e é professora aqui com a gente, de dança, a Ana Lúcia que é professora de dança contemporânea... É tudo gente assim...

*Da pesada!*

S: ... Muito boa no negócio! Eu acredito que é, mesmo com todas as mudanças que tem, pelo que eu observo... Fora o monte de bandinha de música que tem... Mas acredito que é ainda, talvez não tenha a mesma visão porque não estou morando lá, um diferencial sim, ainda hoje, apesar das grades. Falo das grades não só porque a gente tinha mais troca de experiências dentro do condomínio, mas como nos condomínios vizinhos. Era mais acessível. Mas independente de qualquer coisa, acho que cumpriu a sua função, porque foi construído na década de 70, três décadas aí...

*Quais seriam as fronteiras, os limites, do Parque CECAP?*

S: (Silêncio...)

Um limite, acho que é o Aeroporto, que a gente costumava fazer umas caminhadas longas. A Dutra é um limite bem concreto. Depois... Cumbica. Quando começa ali, acabou o CECAP. Passou a ponte é Cumbica.

*Pro lado de que condomínio?*

**S:** É assim: Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e São Paulo. Aí tem a [Av.] Monteiro Lobato e começa o lado de lá, Rio de Janeiro e tal. Aqui é uma ponte. Ou você vai para o Aeroporto, ou você vai para Cumbica.

*Entendi. Passa perto do [Rio] Baquirivu.*

**S:** E do outro lado tem a Vila Barros. Depois é o Centro! Depois do CECAP, pra mim, é o Centro. Pra mim é CECAP, o Centro, o Aeroporto, a Dutra e Cumbica.

*E como é a relação com a Vila Barros? Tem aquele Conjunto de Habitação (CDHU) logo do lado...*

**S:** Aquilo ali (o CDHU) descaracterizou tudo. Não podia ser daquele jeito. Ali eu não sei como vai ficar, porque não tinha nada a ver. Meu pai falou "está certo, tem que ser diferente...", lembro que a gente discutiu alguma coisa sobre isso. Agora a Vila Barros, no começo, era uma coisa assim muito distante, parecia que era muito... Vila Barros era muito distante, era, também, um lugar muito simples no começo. Mas depois a Vila Barros acabou se desenvolvendo muito e ficou um Bairro vizinho, um bairro irmão, muito próximo. Mas no começo não era, não. Vila Barros era muito simples, rua de terra. CECAP já tinha uma urbanização e lá era mais precário.

*Um loteamento popular.*

**S:** Mais popular. Mas agora acho que não está mais assim. Do lado de lá, do CECAP, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo e Bahia, aquele últimos lá, desenvolveu já um comércio, que é na Vila Barros. Esse comércio que atende o lado de lá do CECAP já está na Vila Barros. Então acredito que também deu uma juntada, ficou um bairro irmão. CECAP não era bairro, mas virou, porque tem mais de 16 mil habitantes. Cada condomínio tem 480 apartamentos.

*E como é que você definiria o CECAP?*

**S:** Ah! Uma maravilha. Eu adoro. O CECAP tem todas as contradições da sociedade muito condensadas. Tudo o que a gente está falando vai remetendo a tudo que a gente tem na nossa sociedade. É assim: tudo o que é bom ou o que é ruim, fica potencializado. "Ah! Mas tem muita droga!". Tem. Nessa hora é difícil mesmo. Quando você vai observar a perspectiva, o horizonte... Você vai observar gente usando droga, amigos seus praticamente morrendo por causa disso... Essa convivência também possibilita isso. Um acesso muito fácil à droga, um acesso muito fácil à situações de promiscuidade, de violência... De tudo o que tem na sociedade! Vai encontrar lá também. Eu tive o desprazer de ver gente usando droga injetável em baixo do meu bloco. Não é algo que... Eu já tinha meus filhos pequenos. Estou falando isso, porque é ruim o preconceito, "Ah! Lá tem isso. O pessoal usa muita droga!". Tem isso mesmo. O acesso é muito fácil. E hoje eu não vejo o tanto de eventos que a gente via na época, bailinho todo domingo... Não estou convivendo ali, então não sei, mas acredito que tenha isso, essas contradições muito fortes. Se você brigava com o seu marido no apartamento é claro que todo mundo ficava sabendo, se vocês se davam bem, também todo mundo ficava sabendo, se você se separou, todo mundo fica sabendo, se seu filho se machucou... Entendeu?! Tudo é potencializado para os dois lados e em compensação, se você passou por algum problema, também alguém já vem ajudar, você nunca vai estar sozinho, você pode deixar seu filho com o vizinho, é coisa muito rápida, não tem problema, está ali... Eu tenho uma amiga que quando eu morava no CECAP era vizinha de porta. A gente tem um vínculo muito forte. São vínculos fortíssimos que a gente tem. Claro que tem o peso das pessoas, o que as pessoas são, mas o que a gente é, é da onde a gente se constituiu. Eu tenho o maior orgulho de ter morado no

CECAP, é um lugar onde me referencio o tempo todo. Comecei a fazer teatro no CECAP... É um lugar muito importante e eu acredito mesmo que tem tantos artistas lá porque esse lugar possibilita mesmo que as pessoas enxerguem as outras, que você passe pelas pessoas o tempo todo, que você cumprimente as pessoas, encontre no mercado, na padaria, vai estabelecendo uma série de vínculos, que por um motivo ou por outro, você chega nas pessoas, um dia.

*O que é um Conjunto Habitacional, pra você?*

**S:** O Conjunto Habitacional, pra mim, a referência que eu tenho é a do CECAP. Pra mim foi um lugar de convivência, de aprendizado, um lugar de comunhão, de partilhar as coisas boas e as coisas ruins. O Conjunto Habitacional é o lugar onde as pessoas... Moram. Mas acho que hoje, essa idéia do "Morar" é cada vez mais sucinta. As pessoas moram. Elas dormem nas casas. Morar perdeu muito o sentido da personalidade. Virou funcional.

(...) Aquilo que eu te falei, as pessoas estão vendendo a idéia de condomínios. Mas o que as pessoas estão vendendo? Funcionalidade. "Não precisa sair daqui pra ser feliz"! Enquanto que a felicidade é algo tão... Subjetivo. Tão difícil... O que é ser feliz? A felicidade é vendida como um pacote de bolacha! Quer dizer, das 16 mil pessoas que moram no CECAP, que possam estar em casa agora, umas 10 mil?... Quais deles estão pensando nisso? "O que é um Conjunto Habitacional?". É um lugar pra morar, mas... Quando o Artigas pensou a idéia da moradia popular, ele pensou algo pelo qual as pessoas poderiam pagar, motivo pelo qual meu pai comprou lá, mas ele pensou que essas pessoas, trabalhadores e trabalhadoras, não era o rico que ia lá comprar, não era a classe média, ele sabia do que se tratava... Então ele pensou algo pudesse possibilitar, justamente, que as

pessoas se conhecessem, se juntassem, se mobilizassem, se organizassem! Não digo que ele pensou que as pessoas iam fazer uma revolução, mas iam se organizar, ia ser orgânico, comum a todos. Nós temos vários movimentos desses lá no CECAP e um desses, eu acredito, é esse movimento artístico. "Vamos ter um movimento de artistas no CECAP!". Não! Mas é algo que é mais sensível do que isso. Então, um Conjunto Habitacional, quando você fala isso pra mim... Talvez por isso não consiga morar em outro condomínio, porque a referência dali é muito forte. Mas eu não acredito que seja necessário morar num condomínio pra se ter segurança. Eu prefiro morar numa casa! Num bairro, mas eu sempre tenho uma preocupação de conhecer as pessoas, que é algo que aprendi lá! E que acho que outras pessoas sabem disso sem ter nunca morado no CECAP. Tem pessoas que são assim, que cultivam isso. Também não dá pra dizer como é que seria se eu não tivesse morado lá. Não dá pra dizer como é que eu seria. Não dá pra saber. Muito provavelmente sim... Mas respondendo a sua pergunta, acho que um Conjunto Habitacional é um lugar para se morar... Mas por que «Con-junto»?

*É! Boa pergunta! Por que é «Con-junto»?*

**S:** Por que é «Con-junto»?! Por que não fica cada um morando sozinho, já que você tem tanto medo dos outros, pra se fechar numa grade, por que morar junto com os outros? Se você não está preocupado com quem vai morar na sua frente, por que você vai morar num *Con-junto* Habitacional? Seja ele de classe A, B, C, D...

*Por que é «Con-junto» se é isolado?!*

**S:** Por que é Conjunto? Não sei! Parei pra pensar agora! Porque tem um condomínio ali no Jardim Maia [que é] chiquérrimo. Mas a casa... Os caras estão fazendo «apartamentos-térreos». Conclusão que eu cheguei, o

que significa isso, é o formato de um apartamento só que ele não está no prédio. Ele dá a idéia de liberdade e tal, porque é uma casa... Acho que o custo aumenta por causa disso, não?! Terreno... A casa, que é uma fortuna, uns 300 mil, não sei... Eu não troco a minha casa, como casa, como prédio mesmo (edifício, construção), pela casa [de] lá, que é o preço de ser um condomínio. Não tem nada na casa pra custar aquilo! Não dá pra entender, daria pra pessoa comprar uma casa bem melhor, fora dali. Mas me parece, ainda, que é mais a idéia de que aquilo confere *status*, isso ou aquilo, por que... Não que todo mundo que busca um condomínio procura *status*. Não é o caso do meu pai, não é o caso do meu irmão, que gostam de morar em condomínio, podem ter a tranquilidade de uma portaria... Eu prefiro ter a minha liberdade, a minha individualidade ali na minha casa do que morar num condomínio... Eu prefiro. Agora, se fosse algo diferente, uma comunidade alternativa, é algo que me interessaria. Mas não existe. Aqui em Guarulhos não tem. O CECAP também não é. Então prefiro morar na minha casa mesmo. Eu não voltaria para o CECAP, não. Até pensei uma época, mas seria uma coisa mais de saudosismo... É outro sentido hoje, tem esse movimento de contaminação da ideologia burguesa, da classe média, "meu apartamento vai ter isso, vai ter aquilo outro!". Sabe essas coisas? E muita gente que não, também. Eu conheço um casal lá que fez um apartamento uma graça e não tem esse negócio, fizeram porque é a casa deles, pra deixar bonitinho... As pessoas têm uma outra idéia. Mas, também teve um outro tempo que as pessoas chamavam de Pombal... E aí eu lembro, quando a gente foi fazer cursinho, tinha um professor que fazia piada lá do CECAP, "lá no CECAP o pessoal toma café na cama!". Querendo dizer que o quarto é junto com a cozinha... Agora, o banheiro sim, sempre foi ruim porque é perto da

cozinha, fica praticamente dentro da cozinha. Isso a gente reclamava bastante. Então as pessoas, quando faziam um corredor, ficava bem legal, ficava mais interessante.

Dava uma quebrada!



CONVERSA COM WILTON, MORADOR DO COPROMO, REALIZADA DIA 8 DE ABRIL DE 2008, NA VARANDA EM FRENTE AO SEU APARTAMENTO, EM OSASCO.

*De todo o conjunto, esse aqui foi o primeiro, não?*

**WILTON:** Pelo que eu lembro, o João Marcos (arquiteto da Usina) já falava, que com financiamento da CDHU em mutirão nós éramos os primeiros.

*Você trabalhou aqui como mutirante?*

**W:** Desde 1991. Ocupar a terra... Quando eu cheguei aqui na associação, ela já estava aqui na terra. Só que ela estava vazia. Mas já tinha um barracão muito bom onde fazia reunião, organizava o pessoal. Daí a gente foi lutando pela terra, lutando, lutando, assembléia. Graças a deus conseguimos. Tudo o que tinha era nosso, a gente estava brigando por tudo isso aqui (que inclui áreas que ficaram para a Prefeitura de Osasco), hoje onde tem a FITO, a AACD, o Hospital... A gente queria tudo, porque era muita gente. Mas na época o prefeito fez um acordo com a gente, e a gente ficaria com essa parte de baixo e ele com a da frente: "você ficam com a parte de baixo e a gente fica com a parte de cima". Não dava pra pôr todo o povo que a gente tinha, mas também...

*Quanto tempo você ficou?*

**W:** Eu entrei em 91, e nós viemos inaugurar em 96. Tem uma despesa de 5 anos. Até nivelar tudo, fazer o projeto, fazer em volta, a entrada. Naquela época, quando os técnicos da CDHU vinham, eles eram muito cri-cri... Eles queriam é que a CDHU construísse! No padrão deles. Não no padrão nosso. A Associação bancou, pagou, e a Usina fez o projeto, do jeito que a gente queria. A Usina fazia "como é que vocês querem?", até chegar como chegou.

*O fato de vocês escolherem o projeto...*

**W:** ... Eles não queriam!

*... O pessoal da CDHU não queria?*

**W:** Não! Não digo todos. Os técnicos é que não queriam. Os burocratas mesmo. Aqueles técnicos que estão lá dentro, que assinam projeto, não queriam. Um dia chegou um cara, chegou a falar pra mim, um técnico lá, que não gostava desse projeto (Copromo-Usina). Falou pra mim. Bom, falei "pra você não interessa, mas interessa para nós, somos nós quem vai morar lá dentro!". Ele não tinha nada que ver com isso. Não queremos que você goste, a única coisa que nós queremos é que você aprove o projeto, porque era um cara que... Existiam duas pessoas lá, um assinava e um outro analisava. Esse que analisava não se metia.

*E qual é a vantagem de poder escolher o projeto?*

**W:** A vantagem, não sei se você já foi em algum da CDHU, algum empreendimento da CDHU...

*... Já!*

**W:** Então não preciso nem te falar. É pequeno, não tem uma sacada como a gente tem aqui, isso aqui é ótimo, é uma coisa bem bolada. Maravilhoso. Você sai do apartamento e está numa sacada. Na CDHU você entra por uma escada que é por dentro, duas portas aqui e duas portas lá, ou se não você está dando pra um corredorzão comprido com uma porta ali, escuro e abafado. É totalmente diferente você optar.

*Antes de começar a trabalhar você conhecia os mutirantes?*

**W:** Não! Na realidade, foi até uma coisa assim: eu pagava aluguel na época, morava longe, ainda em Osasco, e trabalhava em Cajamar. O ônibus que eu trabalhava passava aqui nessa avenida (próxima ao Conjunto). Sempre quando a gente passava aí tinha uma reunião de umas pessoas e a gente não sabia o que era. Muita gente mesmo. Eu só passava, via aquela gente e não tinha

conhecimento do que era. Um dia, tive a necessidade de tirar a segunda via da minha carteira profissional e eu estava lá, em Osasco, no Ministério do Trabalho, estava na fila e tinha uma pessoa do meu lado, um rapaz, conversa vai, conversa vem, “você mora onde?”, e eu falando, “você paga aluguel, rapaz!”, e ele começou a falar “tem um tal duns movimentos ali, que é dum vereador, não sei o que... E diz que lá eles vão dar casa pras pessoas”. Eu falei “Onde é que é isso?”, “É ali em baixo, na capelinha...”, aí ele explicou tudo e “Ah! Já sei onde é. Sempre passo lá e verifico o movimento que é...”. “Ah! Vai lá e tal, não sei o que...”. “Você mora por lá? Então vamos juntos!”. Aí eu cheguei lá e ele falou “Esta vendo o barracão lá no fundo?”, cheguei lá, conversei com o pessoal, expliquei tudo, “Ah! Você tem que fazer inscrição, traz o documento direitinho, a gente faz a inscrição...”. Aí voltei com todos os documentos que eles pediram, os xérox, e fiz a inscrição. Naquela época peguei o número dois mil, setecentos e três-lá-lá.

*la esperar bastante...*

**W:** É! la ficar numa lista de espera, mas tudo bem, seja o que deus quiser e vamos lá. Aí, falaram o seguinte “Todo o final de semana tem que vir pra cá, tem reunião, marcar presença”, pra ver se você é uma pessoa que tem frequência, não é aquele lá que você some e não aparece mais. Aí, todo final de semana eu estava aqui. Todo final de semana. A gente ficava naquela ansiedade “Tal dia começa... Tal dia a gente começa”. Aí a gente foi se formalizando, foi fazendo amizade com o pessoal da coordenação, que estava junto com a Usina, aí fui conhecendo o pessoal da Usina também, e eles já mexendo com os projetos, “Não, porque a gente está falando da mesa, do não sei o que...”. O João Marcos, o Wagner. O Pessoal lá do comecinho. A gente naquela expectativa, todo final de semana, depois a cada quinze

dias. Até que um dia o vereador fez uma reunião, uma assembléia com a gente, e na realidade tudo era ele, era o cabeça da coisa, aí ele falou “Olha, a semana que vem nós vamos limpar a terra. Vamos limpar a terra: quem tiver enxada, facão, foice, tudo o que tiver traga, carrinho... Traga pra cá que nós vamos fazer um mutirão mesmo. Vamos limpar, pegar a área todinha”. Aí nós viemos no final de semana, sábado e domingo.

(...) A gente lutou, lutou, lutou... Nessa época, a terra era da COHAB-SP. Aí a gente arrecadou o dinheiro pra poder comprar aquela terra. E na semana que a gente ia pagar pra COHAB, o prefeito de Osasco (Francisco Rossi) fez um decreto desapropriando a área. Aí a diretoria se reuniu e falou, bom, já que o prefeito está desapropriando a área, e ele colocou que era pra uma função social... Moradia é função social. Já que é assim, nós não vamos pagar. Já que o prefeito desapropriou, nós vamos ficar na área, a área já é nossa. Aí a gente começou a fazer a negociação, o direito que era nosso.

*Vocês já estavam na terra...*

**W:** E não tinha como tirar. Se fosse pra tirar mesmo tinha morrido gente. Graças a deus, nem isso, nem bateram, nem polícia. Teve alguns incidentes, mas nada desse tipo. Aí ele (o prefeito) chamou a gente pra conversar e falou, “Está bom, vocês precisam da área, eu preciso da área também, eu cedo essa parte de baixo, divido a terra no meio, vocês ficam com a parte do fundo e eu fico com a parte de cima”. Está bom. Nós não queríamos a avenida, nós queríamos o local... E isso a Usina já estava trabalhando. Até que a gente chegou pra Usina e disse “Nós vamos começar isso sem estar aprovado mesmo”.

*O pessoal da CDHU demorava muito pra aprovar?*

**W:** Rapaz! Mas os caras não queriam...

*Arrumavam alguma desculpa...*

**W:** É! Eles não queriam, não. Tudo era empecilho: a Usina levava o projeto lá e eles mandavam um monte de revisão. “Revisa isso, isso, isso...”. Os caras da Usina já estavam de saco cheio... Tinha revisão que não tinha necessidade. Eles já estavam num estado que não agüentavam mais, “Ou a gente vai estourar com esses caras ou...”, tinha reunião lá que os caras só não saiam no tapa não sei por que... Os técnicos eram muito intransigentes. Aí a gente começou, fizemos terrapleno aqui e ali, tudo feito à mão! A Usina deu as cotas, o topógrafo marcou no terreno, você vê que é diferenciado, esse é mais alto aquele é mais baixo (a partir da varanda do último andar, onde mora, Wilton aponta os prédios em seus diferentes níveis). Nós fizemos tudo isso na mão, essa terraplanagem. Começamos o bate-estaca por esse prédio, depois o outro, fizemos a fundação. Quando chegou nos finalmente, que a CDHU veio liberar o primeiro dinheiro para nós, tínhamos aqui dentro 25% de obra já, com recurso nosso.

*Tudo com recurso da associação e dos mutirantes?*

**W:** Isso! A associação foi fazendo um fundo de caixa, tem a mensalidade, tem tudo, então quando eles vieram fazer a primeira medição, falaram “Não é possível, a obra já está a 25%!”. Eles pagaram pra nós e nós devolvemos para a associação, porque esse dinheiro era de todos os associados, né!

*O dinheiro da associação envolvia outros mutirões?*

**W:** É! Outros mutirões daqui mesmo. Porque é assim, o primeiro projeto é de oito prédios, 160 unidades. Tinha mil associados, porque o projeto deles era pra mil apartamentos, só que 300, no meio do caminho, fizeram por conta, eles bancaram. Hoje eles não devem nada pra ninguém, estão dentro de seus apartamentos. A CDHU só bancou 700 apartamentos, porque o resto foi por conta.

*O trabalho em mutirão foi feito em todos esses daqui?*

**W:** Todos! Esses lá, fizeram por conta própria, mas no regime de mutirão também. Porque é assim, são quatro prédios ali e um ali, cinco prédios. 100 famílias. Se reuniram, cada prédio 20 pessoas. Então você fazia parte de lá e no final de semana você vinha trabalhar. Você trabalhava no seu prédio, lá! Os outros vinte em outro prédio e assim por diante. Aqui não! Os 160 trabalharam em todos! Mas eles fizeram assim, eles individualizaram a coisa.

*Mas lá tinha algum tipo de assessoria técnica?*

**W:** Tinha! O mesmo daqui. O projeto era o mesmo.

*A Usina estava acompanhando lá, também?*

**W:** Estava. Eu dava uma passada lá. Eu era o mestre daqui e de lá. Dava uma acompanhada lá, dava uma acompanhada no outro lá de baixo. Mas eles tinham um encarregado, lá também.

*E como é que era o trabalho no mutirão?*

**W:** Do povo, em si?

*É! Do povo. Do trabalho. Cavar as coisas...*

**W:** Olha, homem, mulher, menos criança. Idade... Desde que agüentasse trabalhar... Não tinha problema nenhum, estava na luta. Senhor, senhora, nova, jovem, tudo chegava e pegava a picareta, pegava a pá, pegava a enxada, pegava o carrinho, o outro já aprendia a trabalhar na alvenaria, de carpinteiro, outros de pedreiro. Saiu várias coisas. Teve vontade de aprender uma coisinha, aprendeu. Outros só queriam mesmo o apartamento, faziam as coisinhas. Essa parte da fundação todos fizeram na mão. Todos esses prédios, cavando na picareta, tirando pra fora. O mutirão, também, depende de uma mão de obra especializada, por que se você fosse trazer só o mutirante de final de semana ia demorar muito. Já demora porque o poder público, em gestão de



dinheiro é muito lento. Parece que é pra não dar certo mesmo. E tanto que, a CDHU e a COHAB não quer mais esse tipo de coisa. Eles estão parando, eles estão só com a última geração e não vão fazer mais. É assim: você tem a associação, e ela apresenta lá pra COHAB ou pra CDHU a assessoria e eles constroem, depois o pessoal vai morar. Não querem mais isso, que as pessoas trabalhem, que as pessoas se envolvam na obra em si, porque você se envolvendo, você parece que tem mais amor, pega mais... É diferente do que você só comprar a casa.

*Você acha que é legal essa relação com a obra que vocês tiveram?*

**W:** Eu acho muito legal e tem um ponto que é muito importante, veja bem, por exemplo: uma pessoa que vem de... Tem vários casos, uma pessoa que trabalha de doméstica, não tem como comprovar renda. Pessoa que é viúva, uma pessoa que faça faxina, uma pessoa que venda as coisas na rua, não têm como comprovar renda. Tem uma caso lá em São Mateus, o cara vende mangueira, essas de jardim, ele pega aqueles rolos de mangueira e vai vender na rua. Agora, pega um cara desse e vê se ele pode comprovar renda! Passa lá num contador e faz um atestado... Pega esse documento e vai lá na COHAB ou na CDHU...

*O pessoal não vai aceitar...*

**W:** Você entendeu? Eles começam a analisar lá e falam "Não, está fora dos padrões da CDHU e da COHAB". Aqui dentro, você chega e se cadastra tudo direitinho, e o que acontece? A associação dá uma cartinha que você é associado e que você comprova aquela renda. Então pra gente, isso daí é uma ótima coisa. Pra pessoa de baixa renda, pra pessoa que não poder comprovar renda. Nós fizemos várias cartas pra as pessoas que não tinham renda. Tinham renda! Não tinham como comprovar! A associação fazia a cartinha e quando eles pediam a

comprovação de renda, mostravam e eram aceitos. Eram aceitos. Hoje em dia não sei se é mais... Não sei como é que está o processo. Quer dizer, além da relação que você tem com a obra, com as pessoas envolvidas, aqui dentro do condomínio, algumas pessoas já saíram, mas a maioria é gente conhecida. Então tem aquela relação de amigo, você encontra e cumprimenta. Envolve isso. É diferente de você simplesmente comprar o apartamento e chegar aqui. (...) Isso é muito interessante. Eu sempre falos pras pessoas. Eu estava lá em Itaquera, acabei 120 apartamentos, estava trabalhando lá, em regime de mutirão também. Saí de lá agora, dia 29 de fevereiro terminou, não a obra em si, mas a verba que tinha pra mim, como mestre, ia até 29 de fevereiro. Me desliguei de lá, quer dizer, vou lá todo final de semana dar apoio para eles, trabalho com eles ainda, todo final de semana. Mas eu sempre falo isso com as pessoas, que a forma de a gente entrar, ter a casa, via associação é muito bom. É demorado, mas é uma forma mais prática, mais simples, você não tem aquele constrangimento que eu te falei, de você ir lá e ser barrado. A gente sabe que é desse jeito, você vai numa instituição financeira, num banco, é assim.

*Quer dizer, o fato de ter a associação, conseguir se organizar pras pessoas é melhor?*

**W:** É melhor! Bem melhor! É desgastante, mas no final é compensador. O desgaste que você teve nesse período, você compensa quando entra no apartamento. Graças a deus consegui aquilo que demorou tanto tempo pra acontecer.

*E quando vocês mudaram pra cá, como é que foram os primeiros dias?*

**W:** Olha, na época, é sempre assim... Eu comecei em mutirão em 1991 e parei agora dia 29 de fevereiro de 2008. Então, imagine, são 17 anos só trabalhando em mutirão. Aí, no dia 3 de março, entrei numa firma, hoje

estou trabalhando numa construtora, saí lá do mutirão, mas eu estou sentindo falta daquele negócio! É muito tempo, são 17 anos! Foi um bom casamento, não durou bastante, mas foi ótimo. A única diferença, o único problema que eu acho que tem no mutirão, que eu até já coloquei, nesse último que eu estava trabalhando com o pessoal da Peabiru, que eu coloquei o seguinte: se eu voltar a trabalhar no mutirão, no Domingo eu não vou trabalhar, eu não aconselho. O mutirão não tem que trabalhar no Domingo. No Sábado sim, se você pode durante a semana sim. Porque você está usando as suas horas que você tem de folga, não o teu final de semana, porque sábado e domingo é muito desgastante. É compensador, mas é desgastante demais.

*Mas como é o dia a dia aqui, morando já esse tempo todo?*

**W:** Ótimo! Eu não tenho nenhum problema com vizinho. Por que? Eu saio cedo e chego tarde. Mas apesar disso, o dia que eu estou em casa, só fico dentro de casa. As pessoas mais íntimas mesmo são aqueles dois meninos ali e esse outro aqui (vizinhos de andar). Mas é assim, quando chego aqui eu falo "Oi fulano" e entro em casa.

*Essa própria varanda contribui pra encontrar...*

**W:** Contribui! E não tenho problema nenhum.

*Antes de você vir pra cá onde você morava?*

**W:** Eu morava no Dezoito, pagava aluguel.

*E o que mudou de lá pra cá? Como você compararia a época que você morou lá e a época que você mora aqui?*

**W:** Tudo, tudo de bom! Só o fato de você pagar aluguel, parece que é uma coisa que... Um saco sem fundo, todo mês vem, você pagou, logo vem outro e você não sabe pra onde vai o dinheiro. Aqui, pelo menos, estou pagando, mas eu sei pra onde vai. Aqui é meu! A hora que eu terminar de pagar, é meu! Então, é muito

diferente, é totalmente diferente. Se realmente tivesse mais apoio, até dos governantes mesmo, pra isso, seria bom. Mas infelizmente estão acabando com esse sistema, não sei até quando vai continuar. Eu acho que não vai continuar. Não mais no sistema de mutirão. Simplesmente de construir e você chegar lá e só... E outra coisa, pela CDHU você é sorteado e onde você cair você vai.

*Quer dizer, você vai onde te levarem...*

**W:** Isso! Por exemplo, se você mora aqui e foi sorteado lá pra Itaquera, lá "no meu deus do céu", "Ah! Pra lá eu não vou!", aí você deixa a vaga pra outro.

*Como é que você definiria o COPROMO, o condomínio que você mora?*

**W:** Eu definiria... Não tenho nem palavra pra falar. Porque, é uma coisa, como é que se diz, tão boa em todos os sentidos, se você pensar, desde o trabalho com o povo, o tempo que a gente falou, e onde você está morando. É tudo de bom. A gente mora num lugar ótimo, todo mundo maravilhoso, sabe, sem encrenca, sem briga... Não é porque hoje está chovendo que você vê calmo assim: é calmo todos os dias. Problemas a gente tem em todos os bairros, até nos de classe média e alta. Eu não tenho do que reclamar. Eu também fui muito persistente. Muita gente desistiu no meio do caminho. Esse período entre 91 e 96, muita gente saiu, "Ah! Isso nunca vai sair!". O pessoal pensa negativo. De vez em quando o pessoal passa por aí e "Desisti! Hoje está todo mundo aí, morando...".

*Se você fosse definir o morador aqui do COPROMO, como é que ele seria?*

**W:** (...) Eu não sei... Como definiria? O morador? Os moradores? Rapaz, vou te falar uma coisa, não tenho nem palavra pra dizer. Porque todas as pessoas, eu não tenho rixa com ninguém, todas as pessoas são legais. Pra mim, todas as pessoas. Respeito todo mundo, considero

todo mundo. Nunca tive problema com ninguém. Na obra sim, eu era muito responsável, então você faz alguma inimizade, você cobra e o nego não gosta muito... Eu era muito rígido. Pegava no pé, podia ser quem for. Mas pra mim, todo mundo é ótimo, tudo boas pessoas. Só quero agradecer a deus e a todos eles. Porque numa coisa dessas, num empreendimento desses, não sou só «eu», somos «nós». Quem sou eu? Nós! Existe todo o povo, existe a assessoria técnica, tem eu, tem as pessoas pra trabalhar, pra você coordenar, pra você orientar. A pessoa fala assim "Ah! Você fez!" ... Não! Nós fizemos, nós trabalhamos. Nunca tive esse negócio de eu que fiz. Em primeiro lugar vamos agradecer a todos! Não só eu. Quem sou eu? Se não fizer direito como é que faz? A coisa não anda! Se não estiverem todos envolvidos, a coisa não vai. Isso aqui não está no meu currículo... Somos nós. Nós! A pessoa elogia, "Nossa como você trabalha!" e o outro responde "É... É... Realmente...". Não tem jeito! Esse aqui foi o primeiro que a gente fez, depois foi aquele ali, trabalhando com a Usina, construímos 512 unidades, aí depois saí da Usina, quer dizer, não fui mais trabalhar com a Usina, passei a trabalhar com outro pessoal, a trabalhar por conta e agora faz um bom tempo que estou trabalhando com a Peabiru. Só mutirão. Trabalhei em urbanização de favela, com a Peabiru, lá em Santo André. Gostei também, nunca tinha trabalhado, foi a primeira vez, muda a coisa. Você passa o dia lá e vê como é que são as coisas. Às vezes a gente reclamava aqui, mas lá...

*E o que é a autogestão? Porque se fala mutirão e autogestão.*

**W:** Autogestão é o seguinte: o recurso vem pra associação. A CDHU não interfere na grana. Quem gere tudo isso é a associação. A associação contrata, compra, ela administra tudo, compra de material, a qualidade do

material. O que nós temos que fazer pra CDHU é prestar contas. Então, entrou lá 200 mil reais e nós temos lá o que vamos fazer com aquele dinheiro. Então está tudo lá, esse prédio aqui está em tal laje, aquele outro ali em tal laje, o outro na cobertura... A grana vem pra isso. Chega no final do mês, tudo que está na planilha tem que estar pronto. Aí fica a autogestão. A associação que organiza e faz tudo.

*E você acha que com o mutirão e com a autogestão se conseguiria fazer outras coisas pra além da habitação?*

**W:** Acredito que sim. Porque tudo tem que ter organização. Tudo tem que ter pessoas capacitadas e pessoas idôneas. Pessoas que se envolvam com o negócio do trabalho e não se envolver apenas com grana e essas coisas. Porque isso existe. A pessoa quando vê dinheiro já muda as coisas... Mas se forem pessoas que trabalham direito, que querem fazer as coisas direito, eu acho que isso aí dá. Funciona em qualquer outra coisa. Um empreendimento como esse aqui não é fácil. Aqui, mesmo sendo 160 unidades [habitacionais], é muita grana que rola. Agora, se você não tem as pessoas certas, que trabalham direitinho, você não consegue. Você chega no final de um empreendimento como esse e estão faltando dois prédios desses. Se não são as pessoas que vão morar ali, que estão gerando isso (...) se são pessoas que não têm vínculo nenhum, a mesma vontade, a mesma garra, das que vão morar... Chega aqui, se deu, deu. Se não deu, se faltou um prédio, não faz diferença. A gente não. A gente estava aí no dia a dia. Você controla tudo! Por isso, eu não vou dizer que não existe uma associação destas (que só pensam no dinheiro, que não controlam a obra...), a gente ouviu falar que houve esse tipo de coisa, de desviar (verba), não sei o que... Não acabou a obra... Por isso que às vezes as coisas não dão certo. Por causa de um, queima os outros. Aquele que está fazendo as

coisas direitinho, paga pelo que fez errado. Aí você ouve falar “Por isso que o mutirão não dá certo. Por isso que eu falo que mutirão não presta”. Quer dizer, tudo dá certo. Mas por causa de um só, todos pagam o pato! Porque se for tirar exemplo desse nosso aqui, ótimo. Se eu for tirar exemplo desse que eu estava agora (Mutirão Che Guevara), ótimo. Graças a deus. Eu trabalhei lá com pessoas que se entregam mesmo à obra. Já, a gente ouvia falar que em tal lugar... Ih! Não deu certo.

Lá no mutirão que eu estou, quando a gente entrou lá, as janelas e portas eram todas de ferro. Aí a gente colocou de alumínio. “Ah! Mas vai sair caro!”. Vai! Mesmo assim colocamos e, graças a deus, estamos terminando a obra lá. Daqui uns dois ou três meses a gente entrega lá. Já está tudo formadinho, canteiro, calçada, tem uma pracinha que a gente fez lá também.

*Essas praças, essas árvores todas aqui, foram vocês que fizeram também?*

**W:** Foram. A gente plantou no comezinho. Quando a gente estava inaugurando, a gente plantou tudinho. A pracinha foi feita depois. Ali só estava cercado.

*Ah! É ali a pracinha. Não tinha visto... (Estava de noite...).*

**W:** Depois nós fizemos a ardósia, colocamos uns banquinhos lá. Só depois mesmo que ela ficou pronta.

*E como é que vocês fizeram isso, como é que foi? Quem que teve idéia, como é que a coisa se organizou?*

**W:** Então, essa parte daí é assim: terminou a obra, eu tive a necessidade de sair, pra trabalhar fora. Aí já foi o condomínio que começou a mexer com essas coisas. O que a gente deixou pronto, foi o arruamento... A praça foi o condomínio, já foi organizando. Aí eu já não tive mais participação, não.

*E quais são as fronteiras, os limites aqui do conjunto?*

**W:** Como assim?

*Até onde ele vai... Até onde ele está legal. Onde ele não está...*

**W:** Olha, essa parte nossa, beleza. Ele vai até ali atrás... Atrás daquele prédio ali passa uma grade. Esse muro que vai aqui e lá naquela portaria tem uma outra grade. Então nós deixamos essa parte aqui separada de lá. Por que? Porque na época, a gente já estava morando e lá eles estavam em construção. Então como isso aqui era aberto, o povo passava por dentro e ia pro outro lado, e você não tinha controle! Não sabia quem era quem. Aí, o que a gente fez? Nós cercamos. Colocamos, na época, uma tela. Aí agente foi melhorando, melhorando, e hoje tem umas grades. Mas, por isso só, apenas pra dividir por causa dessa coisa. Só que aí foi ficando, eles terminaram a obra deles... Aí ficou. Já houve até problemas por causa de que “Não! Agora tem que tirar muro!”. Mas já ficou tão bom assim que não tem jeito de tirar... “Deixa assim!”. Pra entrar aqui tem que passar, vir por ali (deve-se dar a volta, sair de um condomínio para entrar no outro) e passar pela portaria. Já está com tanto tempo, doze anos desse jeito, fechado... A outra lá, lá em baixo, eu não sei. Quase que eu não vou pra lá, só sei que em alguns lugares lá, faltam algumas coisas, falta uma rua assim, mas é pouca coisa. Agora, formadinho que nem esse nosso, só uma parte lá em baixo. Têm uns condomínios que não têm árvore, só umas coisinhas pequenas, baixinhas... Mas eu não vou muito pra lá... No mutirão eu trabalho sábado e domingo, tiro um dia de folga. Então, eu chego no meu dia de folga, entro pra dentro de casa e tiro meu dia todinho descansando. Não saio! Eu só saio se vou tratar de algum negócio. Por isso não vou lá (em baixo). Se brincar tem um ano que não vou lá, e é aqui do lado! Porque não dá mesmo.



ANDANDO PELOS RECINTOS DO COPROMO

## COMENTÁRIOS

A paisagem do CECAP é bem marcada pelo rigoroso alinhamento geométrico de seus edifícios. Essa repetição impõe uma certa monumentalidade, apesar da baixa altura. É uma geometria que se cola diretamente à idéia de razão, não apenas formal, mas aquela que é fruto de uma radicalidade exemplar, ao eleger o estritamente necessário. Elimina-se o supérfluo: é também uma forma de produção. É uma técnica. Mas o construído mediante a razão ainda não é tudo, pois a beleza do espaço, seu «erotismo», se funda nos vazios, naquilo que poderíamos denominar de entre-formas, ou entre-coisas, nos espaços que amparam a vida cotidiana do Conjunto: as áreas coletivas. São estas as mais «prejudicadas» com as transformações espaciais, principalmente através dos fechamentos. Nisso se funda duas idéias complementares: a indústria do medo e o *poder simbólico* dos condomínios fechados, que começa a se erigir na passagem da administração estatal para as organizações privadas dos moradores. Talvez seja apenas sob a tutela estatal que se pôde ter uma unidade irrealizável.

O espaço tem significações distintas de acordo com a faixa etária e a inserção nas relações de trabalho: ele é vivido intensamente pelas crianças e adolescentes, que apropriam do espaço em função do alcance de suas relações. A coletividade exacerbada possibilita múltiplos encontros e experiências. Mas conforme se «envelhece», conforme se integra às divisões de trabalho, essa coletividade vai tornando-se paulatinamente incômoda. Faz-se necessário a criação de individualidades e sucessivamente formas de distinção. Para quem lá vive e está fora dessas relações, sejam os desocupados, sejam os desempregados, o Conjunto parece lhes retirar o tempo, separar-lhes do convívio urbano. É tranquilo... O poder do condomínio permite ainda uma nova definição em oposição à «habitação popular»: apesar da proletarianização efetiva, a solidão brutal dos homens reduzidos às coisas, são essas mesmas coisas que lhes confere distinção. Porventura eles são seus carros, seus jardins de entrada, seus revestimentos. Vestígios de uma vida pequeno-burguesa dentro de padrões de consumo. Objetos de desejo que lhes confere sentido?

A *idéia* de habitação popular neste Conjunto é concebida diferentemente da possível associação que se tem entre *popular* e *pobre* ou entre *popular* e *precário*. Aqui se funda na noção de que as relações sociais devem se libertar das amarras do colonialismo, das relações arcaicas e tradicionais. Como forma de fruir a liberdade. Espaço aberto ao uso. O imponderável! Mas é uma concepção que se justapõe às relações sociais. Não se fundam uma na outra. Seus meios? A provisão de equipamentos e serviços necessários à classe trabalhadora, habitações salubres, baratas e próximas dos locais de trabalho. A potência da grande intervenção está em prover em grande intensidade as infra-estruturas necessárias ao cotidiano. É necessário, mas talvez não seja o suficiente: “é pouco, queremos cultura!”. Nisso se reduz as possibilidades de encontros e as possibilidades do urbano: a cidade da fruição não é a mesma da cidade do trabalho. Querem de fato a cidade, são seres urbanos.

O Conjunto se estabelece a partir de rigorosas fronteiras: o seu *ser* e o seu *outro*. No interior estão locadas as necessidades; para além, está o vazio. Mas conforme vai passando o tempo ocorrem transformações, de dentro para fora e de fora para dentro. Há um emburguesamento aparente. Seus moradores se enriquecem, ou deixam o espaço para «resgatar o valor» que está contido nessa espécie de equivalente geral que representa a Casa Própria. Paulatinamente deixa de ser «Conjunto Habitacional», seja pela sua morfologia, ao se misturar com o entorno, seja pelo seu grupo social, ao se tornar condomínios fechados. Sucessões e simultaneidades.

Nessa homogeneidade social, que reduz as pessoas às suas faixas de renda, qualquer fato de diferenciação tem um alcance enorme: como num esguicho, as demandas reprimidas têm vazão ampliada. Mas se por um lado tolhe os indivíduos, os liberta das tradições comunitárias. A *repetição* que aparecia inicialmente como um reducionismo é interpretada pelos seus agentes como uma virtude da razão se comparados ao *laissez faire* dos puxadinhos amontoados das autoconstruções. O *belo*, ganha um sentido. Nas casas autoconstruídas sua conformação física parece ser mais maleável aos desejos de seus ocupantes, que a transformam livremente no interior de sua intimidade; mas os edifícios os colocam em relação: o aspecto «futurista e expressionista» que lhes fugia ao repertório. É a potência do coletivo e da troca de experiências. Dependendo das formas de organização social, pode-se engendrar transformações mais amplas: das necessidades mínimas às fruições máximas. Talvez o problema não esteja no espaço concebido, mas sim na sociedade que o habita... Mas este espaço carregado de *intenções* apenas se justapõe a esta sociedade, que pode ser interpretada como «anacrônica». A produção do novo espaço não foi acompanhada pela produção de novas relações sociais. Neste espaço o *trabalho* não se faz presente essencialmente: não se sabe quem construiu, nem se trabalha lá. A «cidade dormitório» se acessa mediante a compra. No entanto, ainda que seja insuficiente, é necessário para a apropriação dos olhos e corações mais sensíveis.

Já o Conjunto COPROMO estabelece uma diferença importante: ele se produz pelo grupo social que se formou com esta finalidade. Nasce de um encontro. A primeira etapa foi ocupar o terreno, depois construir o galpão comunitário. Torna-se uma centralidade: a produção de um novo espaço se realiza mediante a produção de novas relações sociais. Mas aqui, diferentemente do CECAP, as *intenções* são diretamente ligadas às contradições do processo social de produção, sejam as estruturas burocráticas, sejam as condições gerais de precarização da força de trabalho. De fato ele não se realiza «pela metade», mas se realiza colado a essas contradições. A sua virtude é a de conseguir empreender espaços de qualidade no interior de formas oficiais de produção, áreas maiores, materiais duráveis, configuração de recintos; que são construídos mediante relações de trabalho diferentes, através da participação e apropriação do processo de trabalho pelos trabalhadores. Mas por outro lado o seu vício é não poder interferir nas estruturas sociais. De certa forma as reproduz, ainda que sob melhores condições.

Essas duas construções, o CECAP e o COPROMO, são frutos de concepções militantes do ato de arquitetura. Cada uma à sua época e com seus instrumentos. Talvez a primeira seja uma presença idealista, e a segunda talvez materialista. Esta diferença, que pode ser identificada apenas como retórica, na verdade tem um rebatimento no espaço: numa o universal e abstrato, noutra o particular e concreto. Numa os horizontes vastos e longínquos do possível, perspectivas monumentais e os alinhamentos: são novas técnicas de produção para as relações sociais existentes; noutra a proximidade comunitária, seus recintos e sucessões de percursos delimitados: novas relações sociais para as técnicas de produção existentes. Porém, as novas técnicas se realizam mediante relações de produção em canteiros existentes, e as técnicas existentes sobre novas relações de produção. O novo se mistura ao existente, mas em ambas as situações são conservadas formas sociais que reiteram, em certa medida, a condição de exploração da força de trabalho. De qualquer modo, cabe salientar que uma experiência não se constitui exatamente como negação da outra, embora possam ser interpretadas como tal. Apesar de suas diferenças, elas se complementam. E diante dessas presenças, talvez o que esteja ausente seja o materialismo dialético.

VISITA AO COPROMO – 08 DE ABRIL DE 2008. POR VOLTA DE 19h00.

O COPROMO é exclusivamente residencial. A idéia de *condomínio* privativo é reforçada pela ruptura evidente com a *cidade*. Diante de suas portarias me lembro do CECAP: há espaços internos que ainda são externos às freguesias. Há, portanto, espaços públicos (com toda ambigüidade que a noção de *público* possa ter). Portanto, há pedaços a serem ocupados. Mas no COPROMO a *produção* desse espaço não é alheia: ela não se funda em mitos. A produção é luta social, é processo e é história. E é, principalmente, reconhecida pelos seus agentes como tal. Constitui-se uma experiência, que é narrada e discutida. Seria um momento de autoprodução? O produtor, a produção e o produto se refletem como se estivessem diante de um espelho. Quando pergunto sobre o *cotidiano*, a resposta que aparece é sobre a *produção*. Não sei se se é em função de um saudosismo, a festa no canteiro, ou se é por causa das condições de reprodução da força de trabalho, que impedem que os trabalhadores esgotados de sua energia se encontrem nos espaços coletivos. A produção é trabalho penoso que garante a casa como refúgio, mas também sociabilidade intensa e, porque não, emancipadora.

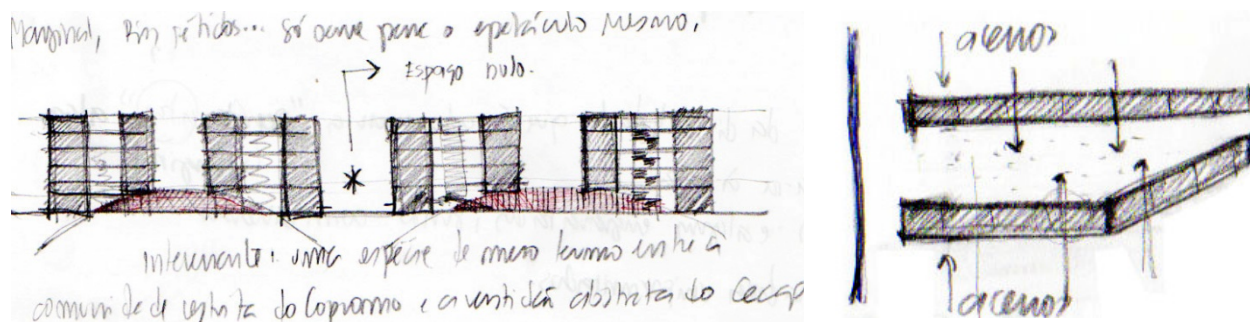
E o dia-a-dia (deste dia)? Ao anoitecer pode se ver as pessoas circulando pelos recintos. Têm pressa, estão cansadas. Elas vão diretamente às suas casas. Pelo lado de fora, podemos ouvir algumas conversas, panelas no fogo, televisões ligadas. É o momento mesmo da reprodução da força de trabalho, a última jornada do dia. Essa imagem cotidiana que ilumina o Conjunto aparece como uma pequena frustração. O que gostaríamos de ver nessas situações? As possibilidades de um espaço coletivo capaz de revolucionar os meios de vida!... Mas, talvez esta revolução tenha sido a de mostrar que foi possível outra forma de produção. E nesta, os trabalhadores chegam enfim às suas casas, fazem as coisas que todo mundo quer e pode fazer também, descansam, conversam, alimentam-se e dormem para ter energia para enfrentar o dia seguinte.

Por outro lado, essa normalidade pequeno-frustrante, que incomoda apenas aos olhos desejosos de situações imaginadas, talvez possa mostrar que a integridade desses espaços, sua relação por assim dizer, harmoniosa com o grupo social que lhe vivencia, é uma grande virtude. Se não é uma superação efetiva, ao menos é uma negação da negação.



UMA VISÃO SERIAL DO COPROMO





VISITA AO PARQUE DO GATO E AO CINGAPURA ZAKI NARCHI 17 DE ABRIL DE 2008. POR VOLTA DAS 14h00.

Estive no Parque do Gato três anos antes. Ele estava recém inaugurado. Quando fui novamente, nesta vez, a primeira impressão que tive foi de abandono. Os edifícios estão mal conservados, com aspecto de sujos. E seu lugar de implantação é péssimo! Embora esteja no centro da cidade o Conjunto é rodeado pelas sagradas vias expressas e pelos canais condutores do esgoto metropolitano. É fétido! Porém, depois, ao percorrer seus espaços centrais, entre os *pilotis*, a situação dá um certo conforto. Nesse Conjunto pode se perceber um número bem maior de pessoas, se comparado aos dois Conjuntos anteriores (CECAP e COPROMO). Parecem ser trabalhadores desempregados ou desocupados. Vou à praça central, lá quase todos os equipamentos estão quebrados. Tem um ou outro trailer. Muita coisa amontoada. As pessoas também parecem estar amontoadas. Fazem uns pequenos bicos, recolhem e armazenam materiais a serem reciclados, desmontam e montam equipamentos. Terrenos desocupados. Resolvo voltar aos *pilotis*. A implantação dos edifícios é perpendicular à via expressa ou ao rio Tamanduateí. A via e a margem não são paralelas, criando uma angulação entre os edifícios. Com os *pilotis* esses espaços se interagem, através das visuais e perspectivas delimitadas, dos movimentos e percursos. Parece ser um meio termo entre a comunidade restrita do COPROMO e a vastidão abstrata dos horizontes sem fim do CECAP. Uma síntese? Ele circunscreve ao mesmo tempo em que expande. Os *pilotis* entre os edifícios configuram um recinto fluido, uma praça bastante interessante. Lá, em oposição à degradação dos edifícios, o espaço está mais bem cuidado. Seus ladrilhos hidráulicos, os bancos, as gramas cortadas e as palmeiras. São extensões das unidades habitacionais.

É um conjunto habitacional que tem entorno urbano. Depois de se conseguir atravessar a «sagrada» alça da Marginal Tietê, chega-se diretamente ao Bom Retiro. Depósitos e galpões, alguns retalhos de tecido. É rua. Parece conter a imprevisibilidade que um Conjunto Habitacional não tem. Por outro lado, talvez essa mesma proximidade com a «cidade» faça do Parque do Gato um Conjunto devassado. Muita gente passa perto de suas janelas... Mas quem são essas pessoas? Talvez isso não importe para sua função de escala metropolitana. Cadastros, políticas.

Sigo caminho. Estou indo para o Cingapura Zaki Narchi, que está situado para além da outra margem do Rio Tietê, à Norte. Mas vou pegar um metrô, Estação Armênia, que está para além do Bairro do Bom Retiro. É próximo, mas é distante. O metrô mais próximo ao Cingapura é o Carandiru, hoje ocupado pelo Parque da Juventude. Atravesso este lugar e, contornando a longa quadra chego ao Conjunto pela sua face oposta ao metrô. O Cingapura é um espaço sem mediações: é casa e é rua. Sua implantação é meio *non sense*: Duas fileiras de edifícios colados em suas faces laterais. As entradas para as escadas se dão pelas extremidades, pelas ruas. O espaço entre essas fileiras, seu centro, na verdade é um fundo! Um

estacionamento. Lá estão alguns carros e um amontoado de coisas e pessoas. A sensação de abandono e amontoado persiste. Sigo percorrendo esse espaço e nele há muita gente, muitos jovens e algumas mães. Volto para a rua. Cerca de um metro e meio de calçada separa o alambrado do Conjunto Habitacional da via. Entre o alambrado e o edifício, pequenos recuos. Alguns destes são ocupados por atividades ou bicos. Pequenas barraquinhas, borracharia, alguma instalação elétrica, som. Neste percurso não cheguei a algum lugar tranqüilo. Resolvo ver seu entorno. Ele é de um casario baixo, tipo vila de bairro. Algumas empresas ou fabriquetas. Trabalhadores e trabalhos. Talvez por ter sido o Carandiru existam diversas instituições religiosas. Uma espécie de alento à alma!

Tanto no Parque do Gato, como no Cingapura, o entorno é mais presente. Esses conjuntos não se encerram em si. O entorno faz parte de sua *territorialidade*. O que não ocorre com o CECAP nem com o COPROMO. Porém, o entorno existe aos pedaços, além de ser inóspito. Esses Conjuntos se assentam nos restos da cidade industrial, seus zoneamentos, suas monofunções. Galpões e vias expressas. Nesses Conjuntos o aspecto de amontoado se sobrepõe a qualquer forma de ilusão mistificadora, de um sonho feliz de cidade. Poderíamos chamá-los de realidade? O Conjunto Habitacional como uma forma político-econômica do espetáculo, que se erige sobre os desocupados? Seriam formas super conformistas? Limites?



FOTO SUPERIOR: PARQUE DO GATO. FOTOS INFERIORES: CINGAPURA ZAKI NARCHI

## CONSULTA ÀS COMUNIDADES E AOS FÓRUMS DE DEBATE DO ORKUT

Por orientação dos meus primeiros entrevistados, passo um dia consultado as comunidades do CECAP no *Orkut*. Extraio delas algumas frases. O conjunto delas me deu impressões.

São mantidas as formatações originais das frases extraídas desses fóruns.

## FORUM "APRESENTE-SE":

26/06/04 – "Mesmo sendo difícil alguém também do cecap não reconhecer o outro... Apresentem-se aqui..."

12/08/04 – "... eu morei 13 anos no bahia<sup>7</sup>!!! cofesso q num curtia muito morar lá.. a galera lá num é muito sociável... mas tenho muitos amigos do cecap.. inclusive a thais q estudava cumigo no sesi... kem lembra do ônibus do zick, q levava a galera do sesi!?!?"

13/08/04 – "Olá para todos, eu sou Albino e moro no cecap a apenas 4 anos e meio... acredite quem quiser, demorou 3 anos pra minha vizinha de porta responder o meu 'Bom Dia'. Adoraria conhecer pessoas por lá mesmo que seja só pra descer e bater um papo, ou tomar uma breja... moro no minas"

14/08/04 – "como é que é o nome do Peralta, hahahaha, na minha época ja era Peralta... Morita não cheguei a conhecer...que legal... alguém ai lembra de quando o centro comercial era todo aberto, pintado de bege por fora, e por dentro o teto era dividido por quadrados grandes com cores manja , tinha um quadrado do teto que era roxo, e um outro amarelo... Lembro que naum tinha grades né...e ali tinha uma cabine que era tipo ponto final de algum onibus... Bom...lembro tb do açougue nessa época.. Tenho 22 anos. Morei até ums 6 anos no Bahia...e depois continuei indo ao cecap todos os dias até muito pouco tempo atras...Pois meus avos moravam no São Paulo... é isso ai....lembrar é viver... falowsssss... Estudei até no clube de mães..."

14/08/04 – "moro no condominio sao paulo há 21 anos e nao conheco qn ninguém dessa comunidade. Alguém me conhece? Agora estou em outro país, sentindo falta do pastel do Paulo e do x salada da barraca em frente do minas."

16/08/04 – "Aê, eu sou a Flávia e morei 24 anos no Cecap... cond Paraná!!!! Vc pode não se lembrar de mim, mas quem participou dos jogos entre condomínios... hand feminino, futsal, TUP, Independente, Explosão... vai se lembrar da minha irmã Juliana, a Férrer q jogava pelo Paraná... e como jogava!!!! Ela destruíá!!!! Mudei do Cecap há 4 anos, depois q me casei... mas continuo frequentando pq minhas irmãs e minha mãe continuam lá..."

20/08/04 – "Olá pessoal!!!! Eu sou a Eli, morei no SC bloco 5 durante 27 aninhos, e em junho me mudei p/ o Alagoas (saí da casa da mamãe...rsrs...) Putz, tbm sou da época do Morita, da tia do doce, dos montinhos de argila do SC....aiiiii, acho que tô véinha...hehehe"

31/08/04 – "Eu morei no minas até o mês de junho, deste ano, ou seja os 20 anos de minha vida. Hoje moro no Centro de São Paulo, perto da Av. Brig. Luiz Antonio, perto de onde estão matando os mendigos. Quase todo o final de

<sup>7</sup> Condomínio ou Freguesia Bahia.

semana eu estou de volta por essas terras pra visitar a mama e os bons e velhos companheiros. Mas nunca fui de ficar circulando pelo CKP, mesmo morando ai, eu vinha muito pra são paulo, nos centros culturais e etc. quando mudei pra cá, o Adamastor foi inaugurado.. hehehehe.. que bosta... Então, nem conheço muita gente além do meu condomínio.”

31/08/04 – “Eu moro no Paraná desde os 2 anos d idade (praticamente minha vida toda), mas não tenho muitas amizades pelo bairro. As pessoas q conheço são da época d infância. É q eu quase q só durmo em casa... hehehe. Mas nunca é tarde p/ conhecer as pessoas e fazer novas amizades. Tá aqui uma oportunidade.”

21/09/04 – “Morei 20 anos no CKP (cond.MG) e há quase 11 (não façam as contas da minha idade rrsrrsrrskkkk) estou na Vl.Galvão! Meus pais eram os donos da barraquinha em frente ao Minas ("seu" Mário / dona Néia). Putz, CKP até no Orkut!!! É o máximo!! Chique no urtimo, benhê!!!!”

25/09/04 – “Eu soh eduardo "Bulhoes" ...acho q o pessoal nem me conhece muito pq nem fiko muito aki no cecap...mas tem muita gente fmza aki...e eu moro no cond Alagoas.”

28/09/04 – “Essa é para os mais experientes. Morei no Minas de 79 até 94 (minha mãe ainda mora lá), fui integrante dos grafiteiros e pixadores Andarilhos Da Noite, estudei no brejão e no chicão. Vcs lembram das pancadarias que rolava entre MG e SP?.....eu estava no meio. Paloma, eu estudei com vc no chicão na quinta série, lembra? Por acaso alguém lembra do elefante vermelho, escolinha que funcionava no rio de janeiro?”

22/02/05 – “Sou Ex RJ ha 13 anos atras. Kraca qto tempo, este fim de semana fiquei ai no trailer do Dudu pra matar um pouco a saudade, morei no cond. RJ uuuuu muito tempo q não vejo meus amigos pra ser exato ha 12 anos, Ítalo, Ricardo Henrique, Bilão, Kleber... etc saudades do Chicão (mais cabulava do q não sei o q), do clube q ficava a tarde inteira, do Peralta q robavamos varios chocolates e comiamos na praça atras, faziamos embarcações de isopor no rio Baquirivu q era a ceu aberto, jogava bola nos gramados prox. ao aeroporto, fazia fogueiras pra assar batata durante a construção do antigo Hotel Deville, passava por baixo da Helio Smidth pra nadar no lago da Base Aérea... etc. Foi uma parte de minha infância.”

22/02/05 – “Meu nome eh Christopher e minha mae mudo pro SP esses dias ae... um abraço a todos... ”

23/02/05 – “Oi eu sou Glauco e moro faz pouco tempo no São Paulo.”

27/02/05 – “eu fiz parte dessa galera que detonava onde passava. Morava no minas gerais, agora moro no japao. mais conhecido como china pau. ”

27/02/05 – “Eu sou Priscila, moro aqui há 25 anos e tenho que confessar: "Adoro esse lugar!!!" ”

06/06/07 – “SOBRE O 5 DE JUNHO: Estamos comemorando mais uma Semana dedicada à Ecologia. Termo que se resume em viver bem na cidade, a Casa de todos. Todas as dificuldades quase sempre tem a ver com esta falta de vontade política. Algo do tipo: “nada facilito a quem não é do meu Partido”. Este descaso com a nossa cidade não se justifica. Querem porque querem fazer uma linha de trem executivo Aeroporto/Capital sem passar pelo centro de Guarulhos, preferem nos deixar ilhados na cidade e vivendo de promessas a cada pleito eleitoral. Um acesso ao metrô é o que mais precisa a população que trabalha, mora ou estuda nas duas cidades. E a questão da poluição sonora, dos aviões que praticamente passam jogando óleo por cima da cidade. o nosso Aeroporto

poderia gerar mais empregos na cidade ,e, também pagar impostos para compensar a população que tanto faz sofrer. Os transportes municipais poderiam também gerar mais equilíbrio Ecológico, com ações simples. Já que no dia a dia os moradores precisam se deslocar em longas distâncias, e perdem tempo precioso nos pontos de ônibus. as empresas deveriam informar, em cada parada de ônibus, os horários de saída dos pontos inicial e final, para ônibus com maior periodicidade, para o povo se organizar. Os motoristas ao se preocuparem em parar os coletivos junto as plataformas facilitam o acesso de idosos e crianças. É a soma de muitas pequenas atitudes ecológicas que melhoram a Ecologia do município. A questão Ecológica não pode estar divorciada da ética. devemos cumprir a própria obrigação e alertar as outras pessoas para tal fato. A atitude anti ecológica de uns não pode se tornar justificada pela convivência. Guarulhos é a nossa casa. É a segunda maior do Estado. E, é bom lembrar que temos que fazê-la boa de morar e viver. Não pode ser tratada de qualquer jeito. Não pega bem. Principalmente para as futuras gerações. (ARI CARLOS DA ROCHA, SOCIOLOGO)”.

FORUM “VOCÊ CONHECE A PESSOA DE CIMA???”<sup>8</sup>:

16/03/05 – “rá, não vai me dizer que já saiu briga no samba do clube??? aí é foda!!! a coisa tava indo bem pra caramba!!! espero que não descambe!!! mas acho que não vai descambar não!!! eu acho que a diretoria do clube tinha que proibir a entrada de quem arruma briga. brigou na primeira, já nem entra na segunda!!! ahhh, keila um bjãozão!!! felipe, vamo armá outra festa lá no fênix!!!”

16/03/05 – “Ae Cacá... o pior é q a briga foi d mulher... mininhas!!! mas num foi nada d mais... E q história foi akela d q tinha gente kerendo bater na Luli e no Lucas sábado??? Me disseram q vc bateu nos caras... é verdade??? Mas aí, na hora q vc quiser a gente faz outra festa dakela... DEMORÔ... ABRAÇO PRA VC E PRA TODO MUNDO Q EU CONHEÇO E Q NUM CONHEÇO TB... ”

16/03/05 – “atropelaram um moleque na frente do posto e foram pra cima do lucas falando que foi ele quem atropelou, aí... deu no que deu. mas na real, eu só apanhei, hehehe. eles tavam nuns 30 e tinha uns armados. e a gente em menos de 10!!! mas beleza. o foda é que o moleque que foi atropelado morreu e só tinha 16 anos. meu, jogaram garrafa em cima da minha irmã e do lucas!!!”

30/03/05 – “parece o cara que eu dei uns socos no LUA NUA. mas naumsei se é!!!!”

31/03/05 – “Não é eu não. Nunca fui lá...hehehehehe ”

22/04/05 – “Ae Caê... pq vc num pindura uma melancia no pescoço???”

15/07/05 – “Conheço tanta gente de vista, mas pena que ninguém me conhece. Mesmo assim, tudo bem...”

02/08/05 – “Nossa eu naum conheço ninguem e ninguem deve me conhecer hauahauhauhua”

10/05/06 – “nao conheço, alias moro a 15 anos no cecap e não conheço quase ninguém. Onde será que o pessoal se esconde???”

14/06/06 – “continuando a saga do ninguem conhece ninguem, eu tb naum te conheço!”

<sup>8</sup> A “Pessoa de cima” se refere à pessoa anterior que postou uma mensagem nesse fórum.

04/07/06 – “Pior! Estou no CECAP há 5 anos, e além de NÃO conhecer NINGUÉM deste tópico, posso afirmar categoricamente que NUNCA os vi também!... NEM no meu condomínio, NEM nas ruas e praças do bairro, NEM no centro comercial, NEM no sacolão... Antes de dizerem-me: "Vem cá!... Eu te conheço?...", respondam-me, primeiro: Vocês têm plena convicção de que estamos mesmo no Conjunto Habitacional "Zezinho Magalhães Prado" - Parque Cecap - Guarulhos - SP - Brasil - América do Sul - Continente Americano - Planeta Terra - Sistema Solar - Via Láctea - Universo?!?!?!”

12/04/07 – “Somos novos moradores do Cond. RJ. por esse motivo não conhecemos ninguém. a não ser o cachorro da vizinha que não para de latir . dá a vizinha grita o nome do cachorro. .. então, a 1ª pessoa que conheci foi o cachorro da minha vizinha... rrsrsrs ”.

#### FORUM “LENDAS DO CECAP”:

20/08/04 – “mulher cachorro!!!! vou falar da classica mulher cachorro q ficava nas proximidades da delegacia..... as vezes no matagal..ou as vezes no fundo do s.p e q um dia alguns molekes foram se atrever a desvenda-la e quase ficaram sem calças”

21/08/04 – “Ela correu atrás de mim uma vez, tinha mordido uma mulher um dia antes, a dona lidia do bloco 2 (tem cicatriz até hj). Corri atrás dela no dia seguinte. Eu, Cacá, Alemão... mas não pegamos o bicho. teve até van vindo do Espírito Santo para a escrota. Ela ainda está por lá. Quem sabe um dia desse ela volta pro São Paulo. Eu não reconheceria o seu latido.”

29/08/04 – “Tem a das bolinhas de gude que o Japa falo... Achei que muita gente já ouviu... inclusive que mora no terceiro andar... de repente... um barulho de bolinha de gude quicando... como se em cima do seu teto tivesse alguém brincando com uma bolinha de gude... eu ouço inúmeras vezes... e até hj não sei o que é Sei que minha vizinha de mais de 80 anos não tem mais idade pra isso... huauhauha”

06/10/04 – “aquele que deram uma paulada na kbça e foi estupro. Lá na Bahia ele é lenda, lembro até da musikinha Cocosinho, Cocosão, mãe galinha e pai cuzão. (Meu tio deu uma tijolada na Mãe dele, ngm gostava dela)”

16/10/04 – “ixi véio.... a da Bolinha de Gude é sinistra mesmo... quase todo dia eu escuto elas aqui em casa... tá certo q aki em cima mora um garoto.. mas eu sei q, sempre q acontece, ele não tá em casa... mó estranho...”

17/10/04 – “A ESMERALDA DO SANTA CATARINA: Essa é lenda, e a galera que quiser ainda pode conferir, a mulher parece recortada de uma foto do passado, anda com roupa tipo anos trinta, sabe da vida de todo mundo, (detalhe, da vida particular, ninguém conta), inimiga número 1 do Silvio Santos, tem um sofá cheio de bonecas e a tv virada pra parede, por causa do sr D, que ela afirma que aparece na tv, da martelada na parede, tinha uma cruz azul pintada na entrada a porta, no lugar do tapete, é zoada por gerações aqui no Santa, a galera daqui a conhece e o pessoal antigo, tem muita história dela pra contar, já é velha trocentos anos, mas não muda cara, a não ser a dentadura nova, que tá maior ainda, notei isso quando ela tava brigando com as plantas do jardim, lenda é ela, merecia uma comunidade no Orkut, aí daquele que pisar na garagem dela, quando ela estiver dando seu passeio matinal”.

21/03/06 – “Nossa eu ouço direto essa porra dessa bolinha de gude maldita! direto mesmo! moro no primeiro andar e tem dia que acontece mais de uma vez! parece mesmo uma bolinha que fica quicando e rolando! tem outra lenda do santa catarina do menino índio que apareceu durante as construções do condomínio e pediu que não erguersem mais prédios naquele terreno por que era perto de um lugar sagrado para os índios que um dia viveram por lá, etc... também já ouvi a lenda de uma mulher de branco que aparece andando e chorando pelos blocos e se voce falasse com ela ela desaparecia na sua frente. e teve uma época no chicão que rolou uma estória de um cachorro que engoliu uma bombinha no pátio que explodiu na boca dele e o seu ferreira teve de juntar os pedaços do bicho e enterrar no fundo da escola. a e falando em seu ferreira alguém se lembra de quando ele criava galinhas soltas pela escola?”.

#### FORUM “FATOS QUE MARCARAM A NOSSA MEMÓRIA”:

18/02/06 – “qdo ainda atras do cond. SP nao tinha aquela delegacia e era um terraço baldio... eu passav as tardes lá com a Billy, Karen, Andréa ambas do Bloco 4 brincandod e casinha e fazendo papinha de banana pras bonecas... não existiam cercas nos condominios... aquela lanchoete era uma pizzaria que todo sabado pegavamos feijoada... pegavamos doces do mercado... iamos pro terreno atras do Cond Parana onde tem o posto de saude e ficavamos empinando pipa e andando com carrinho de rolema.... depois chegou a civilização... nos privaram das delicias e cercaram tudo, construíram delegacias... Lembram-se onde esta a praça em frente ao Santa e RGS que era um parquinho e ficava o pai do zezinho e ele vendendo doces??? depois o Zezinho surtou e virou traficante, crente, jaspion e hj nao sei o que rolou com ele... comecei a ter amizade com a galera do RJ em diante na minha adolescencia, namorei com o Márcio Vovô do MG e com o Marcos Zóio do RJ... eles tão bem? sei que o Vô já tem 1 filho(a)... ai quantas saudades..... rsss... ta passando um filme na minha cabeça”

18/02/06 – “Sr. Jaime deixou uma verdadeira legião, no Bl.4 em montar as Árvores, ainda hj sua esposa continua montado juntamente com outros moradores que cada ano ficam mais lindo, não só o bl 4, mas em todo cond. Também me empoguei nesta tarde de sabado..rss, que não se lembra ou melhor um fato marcante para mim pelo menos, quando passava a uma Perua Kombi acho que de cor amarela dizendo:

“ÁGUA DE LAVADEIRA, TRAGA LITRO OU GARRAFÃO, DETERGENTE, AMACIANTE, DESINFETANTE, ÁGUA DE LAVADEIRAAAAA” TRAGA LITRO OU GARRAFÃO!!! Alguém lembra? era um Sr. de idade meio ruivo de olhos com aquelas luvas verdes, que quando ele passava nossas mães ia atrás da perua e formavam aquela fila...quem lembra?????” [E MAIS...] “Tb lembro Sandinho, boa lembrança, tb lembrei das chuvas fortes, que depois delas, em baixo dos blocos ficava cheio de sapos enormes e, ainda que iamos andar nos tubos de cimento nos fundos do RJ e MG, que ainda estavam pra ser entregues, as vezes andavamos por dentro do tubo e, tb iamos fumar cigarro escondido dos pais, lá (pelo menos eu era só cigarros hein!!! risos\*\*\*), e quando a gente subia em cima dos prédios e via a vista de todo o CKP lá de cima!! era um barato e de um fato triste, talvez o único (até aquela época), da Senhora que pulou do 3º andar do SP bl.6-B(C)-33 e morreu e pior... o

velório foi no apt.!! e do trágico acidente na ponte da Dutra do Expresso Brasileiro, que houve várias mortes!! fatos tristes, mais marcantes! abração a todos!”

- 21/02/06 – “Lembram, quando não tinha onibus e todos pegavam o onibus do Eletro para fazer compra no centro de Guarulhos... Os circos sempre que chegavam alguns de nós ajudavam a montar... para não pagar ingresso. Os campeonatos de futebol no campo perto do Chicão. As entradas na mata da Base. O campinho escondido do Sta onde todos iam jogar futebol. Quem lembra das brincadeiras??? -Bolinha de gude, pião, mãe da mula, policia e ladrão e quem lembra os encontros nos registros dos blocos...sempre tinha alguma turma... Quantas lembranças...muito bom”
- 03/03/06 – “Me lembro da vila barros do mercado surita, da chicletes adans, do canção dava pra ficar andando dentro o cheiro deveria ser horrível mas nem me lembro se reparava.... costumava pular as escadas em vs de degrau por degrau ...lembro de quando colocaram as grades ficou muito chato... aquela grarita era um saco tinha que ficar se identificando ... e dos bus verde e amarelo e da banca de revista na frente do ES (Espírito Santo) todo mundo ja trabalhou la, do campinho do bahia e da lagoa onde o pessoal da Vila barros ia "tomar banho" he he.... o ceu ficava cheio de balão na época junina.. e na copa as ruas ..... era so bandeiras pintadas... jogavamos voley no meio da rua, e os bailes...cada noite na casa de um... Everytime You Go Away não podia faltar esta lenta... vou parar por aqui...meu cerebro ta pegando fogo...abraços.”
- 07/30/06 – “Quem lembra da Lagoa Azul, dos acampamentos secretos na mata da base aérea, dos passeios nas margens do baquirivu, do gato preto, do gezemap, do tanquinho, do volei no fundo do Santa Catarina, do acidente do ônibus expresso brasileiro que caiu da ponte ao Id do santa, da exibição de filmes em telão no centro comercial com bancos de madeira, onde hj é a padaria, dos velórios na loja do centro comercial, da fanfarra escolar do chicão, das merendas escolares (na pascoa bacalhau com arroz), da professora miriam de inglês, professora nair, cantora simony quando criança se apresentando em caravana na praçinha, dos circos com artistas conhecidos tipo sérgio mallandro etc.. atrás do SP e no jardim entre o RJ e SP, dos parques de diversão entre o SP e RJ no canteiro central, do antigo matadouro no macedo que cheirava mal a bessa, do pantanal onde hj é RJ/BA/SE/AL, queda do avião 707 cargo da transbrasil, as gigantescas turbinas das hidrelétricas de itaipu, da ásea, dos parques instalados na praçinha (hj mamonas) das dezenas de olarias e lagos onde hj é a penitenciária, dos prédios multicoloridos, da construção das garagens no SP (que não tinha dos dois lados) das centenas de sapos na época das chuvas, quem lembrar que conte mais...”
- 16/03/06 – “Oi em 1973 eu tinha 20 anos e morava aí a 2 anos lembro que a gente fazia bailinho embaixo do bloco7 do SP onde morava na escada D e tinha uns irmãos no bloco 8 que chamávamos de Jackson Five porque pareciam com o Michael Jackson e os irmãos, fazia um frio danado, e tinha brigas com os rapazes do bloco 7 e 8 com os do 2 e 4, lembro que um dia foi uma visita e meu pai falava aqui todos são amigos e nisso saiu o maior quebra pau la em baixo, minha amiga hoje é minha comadre Eliana e mora em Itanhaém, lembro da lanchonete feita em frente ao Paraná, tinha festa junina em frente ao SP com direito ao pau de sebo e tudo”



- 21/03/06 – “Sabe o que eu acho legal? Minha família foi morar lá, no cond. Sta Catarina, bloco 6, C11 em 1974. As ruas eram de terra, não tinha grades, tudo aberto. Nós brincávamos lá, durante toda a década de 70, na maior liberdade e nem se falava que poderia ter "sequestro de crianças", "pedofilia", "estupro". Isso era uma coisa que não preocupava nem as crianças, nem os adultos. Nós éramos livres, não sei se foi por causa da época ou do Cecap. Nós íamos à escola pela manhã e passávamos a tarde inteira brincando, correndo... qdo era verão todos desciam à noite, inclusive os adultos... e ficávamos todos ali, as crianças correndo e os adultos sentados, conversando nos bancos. Tudo era tão mágico. Após nossa saída de lá, ainda sonhei com o Cecap durante muitos anos. Em sonho eu estava sempre por lá. Marcou minha vida. Foi uma infância feliz. E completando: bailinhos tipo "dancing days" nos aptos, jogos de taco, jogos de volei, esconde-esconde, pega-pega, beijo-abraço-aperto de mão, corrida de bicicleta no centro comercial (inclusive ganhei uma delas)... tudo isso e muito mais.”
- 24/03/06 – “O Oscar em 1900 e guaraná com rolha um dia contou uma história tipo de terror que houve um cemitério de índios em baixo do Cond. São Paulo e lá pelas tantas podia se ouvir gemidos e correntes pelas escadas, e também estes índios protegiam um tesouro que era procurado pelos bandeirantes, e durante uma guerra muito morreram adivinha a onde? sobre o Cond. São Paulo e deve ter caído um ou dois no Santa Catarina é claro. Vocês lembram desta e outras estórias? Lembram quando a Loira apareceu no banheiro feminino do Chicão?”
- 08/04/06 – “pra começar do meu apelido..rs... "FIFA", e lembro de muuuuuitas brigas, afinal embora eu fosse do paraná, eu fazia parte da "turma do Sao Paulo", reninho, sandro, véio, rafa, jacaré, marcão, joão cavalo, dirceu, zelão, silvinho canola... e realmente brigávamos muito, principalmente quando tinha alguém de fora, vila fátima, era porrada, lembro dos bailinhos do gezemap, do Professor Orestes (ciências) ele era ótimo, quando inauguraram as quadras atrás do paraná, de um japonês maluco que esqueci o nome tentando se jogar do ap lá no paraná, aliás, se jogou e não aconteceu nada, tinha 7 vidas... guerras de sapos depois da chuva debaixo do bloco do sp, violãozinho sentado nos registros, eu e o Reninho, do maritaca, do fumaça tocando tbém, do avental branco do chicão..rs, quando inaugurou o Peralta a gente roubava vinho e matava aula pra beber escondido..., do piso amarelo do meu AP antes de reformarem, nossa, quando inauguraram a padaria, era linda...hahaha... o frank era o balconista, depois a lanchonete do régis né, se não me falha a memória, bom, qdo lembrar de mais coisas eu volto, mas parabéns pela iniciativa, foi um momento maravilhoso pra mim lembrar de uma época tão pura, tão especial, onde amizade falava mais alto e nossos problemas não eram problemas....rs.. abraços.”

Os conjuntos habitacionais COPROMO, Parque do Gato, Cingapura Zaki Narchi, COHAB Cidade Tiradentes, têm suas comunidades nesse *site*. No entanto, não existem fóruns de debate.

## COMENTÁRIOS

O anonimato e a superexposição parecem se unir. Todos estão sob os olhos alheios. Talvez por estarem à vista de todos, a homogeneidade impõe a necessidade de se estabelecer diferenças: lugares e usos reconhecíveis por e para uma turma de amigos, a fidelidade exacerbada entre seus “membros”. As pessoas que ficam por lá parecem criar laços de sociabilidade extremamente fortes. Quando de lá saem, voltam para revê-los. Há um saudosismo. Mas tem aqueles que moram no CECAP e não *vivem* o CECAP. Estes mal se reconhecem como moradores. É como se fosse uma *estadia*, um momento transitório. Relações de trabalho. As pessoas que participam dessas comunidades pesquisadas no *Orkut* são predominantemente jovens. Registram seus momentos de pré-adolescência à juventude, aos quais se desmancham por causa dos caminhos que suas vidas levaram. Neste *site*, eles se reencontram. É uma febre recente! Aparecem também, as turmas dos *delinqüentes*: se revoltam contra o espaço hostil? Ou se põem contra o espaço doméstico? De qualquer forma, parece ser um movimento que marcou, cujas pessoas conhecem e se reconhecem. Por que?... É interessante a diferença dos discursos: aquele que fala como *mano*, aquele que é mais erudito, aqueles mais romanceados. No entanto se unem nessas comunidades virtuais. Seriam dê-comunidades efetivas? Representam, de certa forma, a perda de sociabilidade consequência mesma do “processo brasileiro” de destruição social: a violência, as drogas, as relações de trabalho e suas divisões. Um vulto exterior que sombreia as relações passadas nesses espaços.

A fala do “alguém me conhece?” parece denotar uma necessidade de reconhecimento. Mas também demonstra um certo “não-reconhecimento” fruto do próprio processo de homogeneização coletivizante, universal e abstrato. Processo que solapa o indivíduo. Engendra o individualismo? O problema do indivíduo-social, a mútua dependência, a *socialidade*<sup>9</sup>, parece estar longe de ser debatido. Trata-se de extremos: situam entre o anonimato e a superexposição, uma forma de relacionamento social que *distingue* os mais aptos, os mais conhecidos e famosos; dos menos aptos, o tímido, o “só durmo em casa”. Onde se reconhecem? Parece ser apenas nos espaços de sociabilidade infantil: as escolas, as brincadeiras da turma do térreo, das escadas. Os pedaços. No entanto as brincadeiras, entre os blocos e as freguesias, passeios livres, convivem com as brigas com “os de fora”. Essas brigas são as necessidades de estabelecimento de fronteiras ou de demarcações sobre o espaço abstrato? Este estabelecimento, no caso do CECAP, parece ser muito mais fácil de se realizar, em função de sua própria *forma urbana*, a fragmentação em unidades homogêneas autônomas que já institui virtualmente suas fronteiras, ao mesmo tempo em que o processo de homogeneização impõe formas sociais de distinção. Como na lógica, ao afirmar o *Ser*, afirma-se o *não-Ser*, o outro, aquele a quem se objetiva a *briga*.

O espaço do CECAP, não construído inteiramente como planejado, apenas se constitui ao longo do tempo, nas sucessivas intervenções e modificações. E parece haver uma alegria na constituição dessa sociabilidade, necessária para este espaço novo. Como se esses moradores enfim tivessem conseguido uma melhoria nas suas condições de vida. Ao mesmo tempo, surgem as lendas, talvez em função de uma indefinição de alguns espaços, os espaços ermos, onde poderiam ser (e são) habitados por sujeitos e representações desses mesmos sujeitos. Marginais àquilo que é considerado como o *normal* dentro do Conjunto. Porém, não se trata da necessidade de se definir a priori de todos os espaços. Trata-se da necessidade

<sup>9</sup> Cf. MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.

de reconhecer sua efetiva apropriação. O concebido deve esmiuçar diversas dimensões do possível, mas em relação às formas sociais do vivido se situa no imponderável.

Assim a lenda do *índio*, do *cemitério indígena* e os seus *tesouros escondidos* em baixo dos primeiros condomínios. Este espaço se constitui sobre um passado ausente, ou apagado, ou esquecido. Os arquitetos que projetaram esse Conjunto (Vilanova Artigas, Fábio Penteado, Paulo Mendes da Rocha e equipe) mencionam a existência de um solo turfoso nessa área, que inclusive teria definido o partido estrutural, suas fundações, adotando nas construções: cargas concentradas, vãos de 7,20m. O solo de turfa teria sido consequência de sua anterior utilização agrícola. Eles ainda mencionam os funcionários que cuidavam do terreno antes da construção. Portanto nada tão mítico como o “índio que lutou contra os Bandeirantes”. O CECAP parece se fundar, nessa forma de representação, sobre um mito. O espaço novo sobre os restos mortais daquilo que erigiu o Brasil, os *personagens* periféricos, não-elites, o *Índio* forte e defensor de uma pureza nata brasileira e o *Bandeirante* desbravador do território continental. Algo que compensasse ou justificasse o temor do isolamento nesses novos espaços? Superstições em função do desconhecido? Diante das possibilidades adormecidas do país-do-futuro o CECAP seria o momento de sua realização? Essa espécie de merecimento natural, em função de um passado árduo, parece emergir na forçosa, e possivelmente verdadeira, *paixão* que esses moradores têm pelo seu lugar.

As formas de delimitação do espaço são potencializadas pela forma urbana mesma do Conjunto. Já se têm claramente os fragmentos, bastando apenas cercá-los. Este cercamento parece surgir como uma forma de demarcação contra o “espaço de ninguém”, mais do que de qualquer outro fato objetivo. É o apoderar-se do espaço abstrato, impessoal. Sendo assim, mesmo este cercamento, aparece de forma ambígua, pois em sua positividade representa a sobreposição do vivido concreto, com suas contradições, sobre o concebido abstrato, mas também, em sua negatividade, por reduzir esse mesmo abstrato – o social – ao mundo do privativo. Sem se esquecer que a transformação da «freguesia» em «condomínio», por si, já representa um *emburguesamento* das aspirações do grupo social identificadas a estes espaços, ou dizendo de outra forma, emburguesamento subjetivo apesar da proletarização objetiva. Isso vem da «aparência mais que real» que a *propriedade privada* assegura: a família frente aos desatinos do processo histórico. A *casa* como um refúgio.

Apesar de ser o Conjunto mais antigo (dentre os *seis* estudados), esse espaço social é infantil. Novo e imaturo. Por um lado em função de sua recente existência, pois é objetivamente uma cidadela nova: quarenta anos. O *tempo* ainda está lhe impingindo transformações que mudam qualitativamente seu caráter. Mas, por outro lado, essa imaturidade não é exclusividade sua, é parte de nosso próprio processo histórico. Somos objetivamente um país novo: impregnado de personalismo, sucessos privados apesar dos fracassos públicos, de sociabilidade comunitária e religiosa. A coisa de todos é coisa de ninguém. Ele se situa entre as promessas abstratas de emancipação social e o rebaixamento das necessidades concretamente satisfeitas. O possível e o real. A potência humana então se reduz às determinações estritas da produção e reprodução do capital. As demandas se reduzem às formas de produção. “O que é um conjunto Habitacional?” “É moradia, é escola, é praça, é posto de saúde...”. As formas de produção engendram as formas de consumo. Será que os moradores se alienam das possibilidades do *devir*? Será que eles se reduzem à estreiteza da fragmentação funcionalista do capital? Talvez a pergunta deva ser formulada de outra forma: será que o problema que aparece *para mim* se constitui como um

problema *para eles*? Os problemas que eles formulam se constituem como problemas para mim? A forma urbana dita «militarmente organizada» é vivida e representada de *diversas formas*. Muito além das reduções extraídas de livros. É uma sociabilidade intensa, e infantil. No âmbito da imaturidade, o espaço aparece extremamente libertador, mas apenas libertador no âmbito dessa imaturidade. As crianças fruem. O amadurecimento, que por vezes significa a ampliação de horizontes de sociabilidade, representa também um recrudescimento do espaço: a superexposição individual como uma forma de sua negação. O CECAP é coletivo e coletivizante, mas o processo social conduz ao isolamento: forma aparente de assegurar a individualidade ao indivíduo. Rompe-se uma «crise» entre a forma e seu conteúdo. Não apenas por conta de um possível equívoco das formas concebidas, mas sim pela sua relação complexa com o próprio movimento complexo do social. O espaço da *arquitetura* se relativiza.

O caráter ambíguo das *reformas* realizadas nos apartamentos e nas áreas comuns, embora garantam a individualidade (nos termos da «solidão brutal» de Engels?), é um processo que reduz ainda mais as suas qualidades ambientais. Essa perda não sou eu que lhes digo, mas sim seus próprios agentes. Estabelece-se uma espécie de «razão dualista» que deve ser criticada, entre a superexposição (o universal abstrato da sociedade) e a solidão brutal (o individualismo). Faltam-lhes mediações! As demarcações sócio-espaciais são rígidas. Atuam sobre tais formas abstratas, mas trazem suas contradições. Restituem aspectos rurais destituídos pelo avanço das relações capitalistas de produção? A modernidade concebida é relativizada pelo anacronismo vivido? Anomalia? Então a nossa modernidade é aparente. É espetacular. Vemos seus efeitos, suas formas, mas não a vivemos. Cremos ser modernos ao nos confundirmos com seus objetos «expressionistas». No entanto, há formas de emancipação nesse rural comunitário, em relação à sua mobilidade? Há algo a conservar? A modernização que orienta a uma massificação é uma etapa necessária para produzir, a partir de uma reificação absurda, as condições de uma *revolução social*? O que é melhor: as brincadeiras infantis inventadas onde dá e como pode ou os equipamentos centralizados e alheios? No primeiro caso nos alienamos dos poderes humanos já realizados, rebaixando-se a um mínimo arbitrário; no segundo caso nos alienamos de nosso ser, nossa atividade e nosso produto, localizados nas mãos de instituições *estranhas*. Uma espécie de *conformismo e resistência*<sup>10</sup>. O Homem Abstrato em contradição com as múltiplas «personalidades». Chega-se a um dilema: a concepção pura e abstrata como forma de emancipação *versus* o rebaixamento às prosaicas necessidades oriundas da *participação* do real. Emancipação idealista dos indivíduos que a concebem *versus* rebaixamento decorrente do rebaixamento próprio dos poderes humanos. Eis um ciclo vicioso! O que impõe práticas e soluções práticas. Necessidades estritas (para o capital), representações estritas dessas necessidades *versus* o imponderável. Naquele, a racionalidade abstrata. Neste, o tempo, a produção do objeto, a produção de si.

A ampliação prática das redes de sociabilidade confere a seus agentes uma ampliação de suas fronteiras. Aqueles que ficam no «interior» do Conjunto parecem ter parado no tempo. O espaço da *arquitetura* reduz o espaço da sociabilidade. Deste modo, o *campo* parece estabelecer *limites* à essa atividade. O *campo* aparece de forma negativa, portanto, ao relativizar o alcance da arquitetura. Mas aparece positivamente ao estabelecer limites às próprias formas de crítica à arquitetura, que desconsideram as ambigüidades desse real, demarcando «becos sem-saída» hipostasiados.

São vícios da virtude?

<sup>10</sup> Cf. CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ENTREVISTAS REALIZADAS POR EMAIL COM PESSOAS DE COMUNIDADES DO ORKUT QUE QUISERAM RESPONDER ÀS PERGUNTAS

(foi preservada a formatação original das respostas)

CECAP

1 | DENISE PERRUPATO, 26 DE FEVEREIRO DE 2008

01 | Li no Orkut que você morou cerca de 20 anos no Condomínio Minas Gerais. O que motivou sua família a buscar um apartamento lá no conjunto CECAP?

R: Preço / localização - meu pai trabalhava em Guarulhos.

02 | Onde vocês moraram antes e como era? O que se ganhou e o que se perdeu com essa mudança?

R: Penha/SP. Casa alugada. Ganho = casa própria com prestações acessíveis. Perda = espaço.

03 | O que foi necessário fazer para conseguir um apartamento no conjunto? Como isso se realizou?

R: Empréstimo junto a Cx Econ. Federal.

04 | Nesses vinte anos que fatos do dia-a-dia no conjunto você considera marcante e por que?

R: Passei ali toda minha infância (mudei para o CKP com 5 anos) e adolescência (sai de lá com 19 anos).

05 | Bastante coisa deve ter se transformado ao longo do tempo. Como é que era viver no CECAP nos primeiros anos e que transformações ocorreram ao longo desse tempo?

R: Comércio precário (apenas um mercado / padaria / açougue). Hoje há um centro comercial com mais de 15 lojas!!!

06 | Como era o seu dia a dia no conjunto ao longo desses anos?

R: Eu era muito jovem... Era tranquilo

07 | Como é que você definiria a "casa" e os "espaços coletivos"?

R: Casa = bem distribuída. Espaço coletivo = por fora muito feio, mas os apartamentos eram agradáveis.

08 | Você passava mais tempo no CECAP ou fora dele? O que você fazia fora do CECAP?

R: Eu era muito jovem... Só estudava na época. Fora do CECAP viajava com minha família.

09 | O que você fazia fora do CECAP que não podia fazer nele? (que atividades, trabalhos, lazer...).

R: Compras.

10 | Do seu ponto de vista, o que é o conjunto habitacional CECAP?

R: Um local para pessoas com poder aquisitivo limitado, que caso passem muitas horas fora de casa, esse é o melhor lugar do mundo!!!

11 | Como você definiria o "morador" do CECAP? Quem é o "morador" do CECAP?

R: Tem um pouco de tudo. Pessoas simples com poder aquisitivo limitado e pessoas que por não poderem comprar uma casa / apartamento em lugar melhor (na faixa acima de R\$ 100mil), vivem ali mesmo. Classe C (...se é que ainda existem classes A B C e D).

12 | Quais os limites do conjunto?

R: Vários. Escadarias, espaço, estética do local.

13 | Por que você se mudou do CECAP?

R: Meus pais (idade avançada) não podiam subir / descer escadas. Meu pai conseguiu uma casa por valor acessível (R\$ 80 mil).

14 | Como é hoje seu dia a dia, como é viver fora do conjunto?

R: Bom. Passo grande parte do tempo fora de casa, mas acostumei viver em casa.

15 | Como você compara esses dois momentos, o que se ganha e o que se perde nessa mudança?

R: Ganho = mais espaço. Perda = menos contatos com vizinhos / amigos.

16 | Bom, para finalizar, gostaria de saber o que você achou das próprias perguntas, sobre os temas e sua pertinência. Assim posso ir aprimorando as questões conforme vou fazendo as entrevistas.

R: ...

2 | PALOMA FRANÇA, 01 DE MARÇO DE 2008

01 | O que motivou sua família a buscar um apartamento lá no conjunto CECAP?

R: Acredito que em primeiro lugar, o preço. Depois a infra-estrutura do bairro, com centro comercial, escola, posto de saúde, clube, transporte coletivo, etc. Há ainda a segurança.

02 | Onde vocês moraram antes e como era? O que se ganhou e o que se perdeu com essa mudança?

R: Morávamos em uma casa, em Itaquera. Ganhamos principalmente segurança, e também na infra-estrutura.

03 | O que foi necessário fazer para conseguir um apartamento no conjunto? Como isso se realizou?

R: Não me lembro da história direito, mas acho que meus pais compraram de uma senhora, fazendo um contrato de gaveta. Depois de muitos anos, eles quitaram o apartamento.

04 | Nesses anos que fatos do dia-a-dia no conjunto você considera marcante e por que?

R: Mudamos para o CECAP quando eu tinha 1 ano e 10 meses, e saímos de lá quando eu tinha 12 anos. Foram muitos os fatos do dia-a-dia que marcaram, pois foi toda a história da minha infância, início da vida escolar, até a pré-adolescência, por isso é difícil relatar fatos marcantes, mas fazendo um esforço, me lembro que havia muita integração entre os moradores, que sempre se organizavam para promover festas e eventos, mobilizando todo o condomínio, principalmente em datas especiais,

como Dia das Crianças, Natal, etc. (morava no Condomínio Paraná)

05 | Bastante coisa deve ter se transformado ao longo do tempo. Como é que era viver no CECAP nos primeiros anos e que transformações ocorreram ao longo desse tempo?

R: Acho que a principal mudança foi em relação à segurança. No início todos os condomínios eram abertos, sem grades, e tínhamos muita liberdade. Com o passar dos anos, nosso espaço passou a ficar mais limitado. Até na escola isso ficou evidente, pois ela era totalmente aberta e integrada aos condomínios, e hoje parece um presídio.

06 | Como era o seu dia a dia no conjunto ao longo desses anos?

07 | Como é que você definiria a “casa” e os “espaços coletivos”?

R: A casa era simples, relativamente pequena, mas aconchegante. Os espaços coletivos eram bem utilizados, atendendo às necessidades dos moradores, inclusive de lazer.

08 | Você passava mais tempo no CECAP ou fora dele? O que você fazia fora do CECAP?

R: Sem dúvida passava mais tempo lá. Quando estava fora, era passeando na casa de familiares, ou eventualmente, viajando.

09 | O que você fazia fora do CECAP que não podia fazer nele? (que atividades, trabalhos, lazer...).

R: Não consigo me lembrar de nada.

10 | Do seu ponto de vista, o que é o conjunto habitacional CECAP?

11 | Como você definiria o “morador” do CECAP? Quem é o “morador” do CECAP?

R: Naquela época eram pessoas simples, trabalhadoras, que constituíam família com pelo menos 2 filhos,

viajavam 1 vez por ano, normalmente tinham 1 carro, passavam a maior parte do tempo lá mesmo, e seus filhos sempre tinham muitos amigos vizinhos.

12 | Quais os limites do conjunto?

13 | Por que você se mudou do CECAP?

R: Meus pais resolveram sair da cidade grande, e nos mudamos para Ubatuba, no litoral norte de São Paulo.

14 | Como é hoje seu dia a dia, como é viver fora do conjunto?

R: É muito diferente. Lá nós éramos todos iguais. Não havia muita diferenciação de status social. Fora de lá, sinto que isso fica mais em destaque.

15 | Como você compara esses dois momentos, o que se ganha e o que se perde nessa mudança?

R: Para quem trabalha em São Paulo, como eu, se ganha uma melhor localização, e a oportunidade de morar em um imóvel maior. Isso representa qualidade de vida, mas acho que perde-se na segurança e convívio social.

16 | Bom, para finalizar, gostaria de saber o que você achou das perguntas, sobre os temas e sua pertinência. Assim posso ir aprimorando as questões conforme vou fazendo as entrevistas.

R: Gostei bastante. Foi um agradável momento de nostalgia. Senti-me livre para não responder as perguntas que achei repetitivas ou complexas.

3 | SUELY FUJII, 6 DE MARÇO DE 2008

Estou procurando saber um pouco do dia a dia no conjunto CECAP, para ver as inúmeras possibilidades de interação entre um grupo social, os seus moradores, e o espaço construído que habitam. Por isso tenho ido ao CECAP e conversado com moradores e ex-moradores, para saber seus pontos de vista. Assim, pensei numas perguntas que pudessem tratar de aspectos em geral, do momento que se viveu lá, fatos, o seu ponto de vista... O

que você achar legal, importante, ruim, etc. Por favor, fique a vontade, responda como achar melhor. Então vamos lá:

01 | Você disse que morou no CECAP por trinta anos. O que motivou sua família a buscar um apartamento lá no conjunto CECAP? Que condomínio vocês moraram?

R: Na época eu tinha 7 anos, mas com certeza o motivo foi a oportunidade de meus pais saírem do aluguel, pois se tratando de moradia popular, estava dentro do orçamento do meu pai. Lembro que meu pai viu o anúncio no jornal que iriam começar a construir uns apartamentos populares em Guarulhos e estavam fazendo uma espécie de "promoção", então nos levou para conhecer o tal lugar, chegando lá só tinha mato e uma salinha onde ficavam os corretores e uma linda maquete do que seria então o Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães Prado. Todos nós, eu, meus pais e meus dois irmãos, nos apaixonamos pelo que viria a ser a nossa nova moradia. Meu pai fechou o contrato e tivemos que esperar alguns meses para construírem então o condomínio São Paulo. No dia que entregaram as chaves, fomos os primeiros moradores a chegar com a mudança, me lembro como se fosse hoje minha mãe muito emocionada recebendo um buque de flores de boas vindas e por sermos os primeiros a entrar. Nossa diversão na época, minha e dos meus irmãos, era ficar contando quantos caminhões de mudanças chegavam. Por dia eram cerca de 20 à 30, queríamos conhecer os novos vizinhos e logicamente as crianças.

02 | Onde vocês moraram antes e como era? O que se ganhou e o que se perdeu com essa mudança?

R: Morávamos no bairro do Tremembé em São Paulo, em uma casa alugada, na época éramos em 5 pessoas eu meus pais e meus 2 irmãos, minha irmã caçula nasceu no CECAP, a casa só tinha 1 quarto que era dos meus pais,

eu e meus irmãos dormíamos na sala em camas de armar, era um saco ter que armar e desarmar todos os dias, mas enfim, com essa mudança ganhamos um quarto pra cada e muito espaço pra brincar, isso na minha visão de criança, pois acho que quem ganhou mesmo foi meu pai de ter se livrado do aluguel. Perder, acho que não perdemos muita coisa, mais sim sentimos falta de toda uma infra-estrutura tanto comercial como mercados, padaria, farmácias, etc... como estrutura social, escolas, hospital, etc... Na época mercado só no Centro de Guarulhos, padaria não tinha, era uma perua Kombi que vendia pão e leite vinha 2 vezes por dia, de manhã e a tarde. Era uma fila enorme, tinha que ir pra fila 1 hora antes da perua chegar se não ficava sem pão. Minha mãe mandava cada dia um filho ir pra fila, lógico que ninguém queria, né... atrapalhava brincar... Escola só tinha primário no bairro de São Roque e ginásio na Vila Barros, que na época era muito longe, só existia o condomínio São Paulo, a Av. Monteiro Lobato não era asfaltada, quando chovia era uma calamidade chegar na escola, chegava até os joelhos atolados no barro... (risos). Hoje já estão grudados um bairro no outro.

03 | O que foi necessário fazer para conseguir um apartamento no conjunto? Como isso se realizou?

R: O que foi necessário eu não sei, pois era muito criança na época, mas não foi difícil, já que meu pai tinha uma profissão, estava estável, e como já disse antes estavam fazendo uma grande divulgação e facilitando o financiamento. Lembro do meu pai incentivando meus tios que na época também moravam de aluguel a comprar um apartamento no CECAP, por que as prestações eram baixas.

04 | Nesses trinta anos que fatos do dia-a-dia no conjunto você considera marcante e por que?

R: Passei minha infância e juventude no CECAP, tudo foi marcante pra mim, desde brincar de esconde-esconde na construção do centro comercial, até tomar banho no rio Baquirivu e Lago Azul, fazer parte da primeira turma de alunos do Gesc do Bairro São Roque e depois EEPG Zezinho Magalhães Prado, atual EEPG Francisco Antunes Filho também foi muito importante. Ao longo dos anos ver surgindo os outros condomínios, fazer catecismo dentro dos apartamentos com Padre Jacques e muito mais... Mas acho o que mais marcou e permanece até os dias de hoje, são as amizades adquiridas. Parece que na época não existia tanta maldade nas pessoas, era bem mais tranquilo a convivência no geral. Mantenho meus amigos até hoje, meus padrinhos de casamento eram vizinhos de frente, que hoje moram no interior de São Paulo e hoje somos uma grande família, sem contar que meu marido foi meu treinador de vôlei das quadras 3 Marias e muito mais....

05 | Bastante coisa deve ter se transformado ao longo do tempo. Como é que era viver no CECAP nos primeiros anos e que transformações ocorreram ao longo desse tempo?

R: Realmente tudo mudou, no início era bem mais tranquilo, pra mim que era criança foi maravilhoso, tive uma infância perfeita, verdadeira, de brincar muito, moravam muitas crianças e espaço não faltava, as brincadeiras eram infinitas desde pega-pega, pique-esconde, mãe da mula, tudo que seu mestre mandar, 4 quantos, amarelinha, pula corda, e muito mas muito mais... Nem sei se meus filhos conhecem essas brincadeiras, hoje em dia é só Game e PC, espero que você conheça...rsrsrs

06 | Como era o seu dia a dia no conjunto ao longo desses anos?



R: Meu dia-a-dia era de uma criança normal, levantando cedo, ia pra escola. Voltava fazia tarefas e descia pra brincar, até o horário estipulado pela minha mãe, se não varávamos a noite brincando, o tempo foi passando e a vida se ajeitando, depois que me formei no colégio comecei a trabalhar, nos finais de semana jogava vôlei e a noite curtia uma discoteca {coisa antiga, né} NO Gezemap, Recreativo, One-Way ou Casa do Som que eram as casas Top da época...Eu fazia parte de uma comunidade de amigos que vivíamos organizando eventos para nos divertir, fazíamos festa do sorvete, organizava campeonatos, bailinhos, festa-junina, e etc...sabe de uma coisa... era feliz e não sabia....

07 | Como é que você definiria a “casa” e os “espaços coletivos”?

R: Posso responder com toda certeza que pra todos da família a “casa” é ótima, não é tão pequena qto parece, é bem aconchegante e lógico depois de 3 reformas completas com direito a trocas de todas as paredes internas por concreto celular e tudo bem arrumado...ficou muito mais aconchegante...tanto que quando fui casar procurei muito e não achei nada do “tamanho” do CECAP, e acabei comprando no CECAP mesmo no Condomínio Alagoas. Meu irmão também quando casou comprou um no Minas Gerais. Um dos motivos pelo qual não vendi meu apartamento pra vir pro Japão é justamente esse, o espaço coletivo, um apartamento que tem quadra, salão de jogos, parque infantil, garagem por uma taxa de condomínio baixa, não se acha mais. Meus filhos não querem que venda, tanto que nem alugado está, simplesmente fechamos todo mobiliado e viemos morar aqui. Como agora resolvemos viver aqui, compramos uma casa, então acho que é hora de pensar em alugar.

08 | Você passava mais tempo no CECAP ou fora dele? O que você fazia fora do CECAP?

R: Quando morava aí e antes de ter meus filhos, passava mais tempo fora, porque trabalhava no Centro, depois que nasceram meus filhos, era o tempo todo no CECAP... Nos finais de semana quando ia para a casa dos meus pais, hoje morando no Santa Mena, meus filhos não queriam ir, preferiam ficar brincando no CECAP.

09 | O que você fazia fora do CECAP que não podia fazer nele? (que atividades, trabalhos, lazer...).

R: Trabalhar = Na época era bancária e no CECAP só tinha Banco estadual.

Estudar = Estudava Frances e no CECAP não tinha nem escola de inglês.

Esporte = Fazia Hidroginástica e no CECAP tbem não tinha

Lazer = Ir ao cinema, coisa que até hoje não tem, freqüentar bons restaurantes, etc...

10 | Do seu ponto de vista, o que é o conjunto habitacional CECAP?

R: Morando no Japão e conhecendo os costumes daqui, hoje percebo que o CECAP é um conjunto de apartamentos com toda infra-estrutura para se viver bem e com dignidade, tem de tudo, hospital, mercado, padarias, lojas, locadoras, ótica, pet, etc...o que falta ainda é segurança, mais isso é um problema político nacional.

11 | Como você definiria o “morador” do CECAP? Quem é o “morador” do CECAP?

R: No início eu definiria como um morador mais humilde, mas com o passar dos anos, o morador do CECAP hoje são pessoas que brigam por igualdade social, somos todos nós, trabalhadores que tem que matar um leão por dia pra sobreviver.

12 | Quais os limites do conjunto?

R: Não acredito que haja limites no conjunto, tem sim algumas regras que tem que ser respeitadas. Morando em comunidade, temos que aprender a respeitar os direitos dos outros para ser respeitado. O povo brasileiro ta longe de ter uma boa educação, digo com relação ao governo mesmo. Mas sabe ser solidário com as pessoas.

13 | Por que você se mudou do CECAP?

R: O motivo da minha mudança para o Japão foi meu marido, ele veio à trabalho para ficar 2 anos e não conseguiu ficar longe da família 2 meses, então resolvemos vir todos.

14 | Como é hoje seu dia a dia, como é viver fora do conjunto?

R: Hoje morando no exterior, diria que meu nome é trabalho... Aqui se trabalha 12 horas diárias, com apenas 1 folga semanal. Essa folga tira para ficar com a família, temos uma vida normal, nos divertimos, ainda jogo vôlei, temos um circulo de amizades pequeno, mas bem unido e vivemos bem.

15 | Como você compara esses dois momentos, o que se ganha e o que se perde nessa mudança?

R: Está sendo muito boa essa mudança, há uma troca constante de cultura, aprendizado e conhecimentos, tenho a plena convicção de que foi uma ótima escolha ter feito essa mudança, tanto que resolvemos viver por aqui. A única perda é a falta que sentimos dos familiares deixados no Brasil, nada supera a saudade, mas tudo tem seu preço, não me arrependo de nada.

16 | Bom, para finalizar, gostaria de saber o que você achou das próprias perguntas, sobre os temas e sua pertinência. Assim posso ir aprimorando as questões conforme vou fazendo as entrevistas. Agradeço mais uma vez pela sua colaboração.

R: Adorei ter respondido suas perguntas e ter revivido momentos muito bons do CECAP, teria muito mais a

dizer, mas meu tempo é curto. Acho que depois das respostas, você terá novas perguntas, fique a vontade, só não prometo responder breve e desde já peço desculpas pela demora em responder este.

## COPROMO

1 | HAMILTON BARRETO, 17 DE MARÇO DE 2008

Estou estudando Conjuntos Habitacionais e o COPROMO de Osasco é um desses lugares. Estive por aí algumas vezes, mas gostaria de perceber um pouco mais a relação de seus moradores com o seu espaço, a partir de conversas ou de entrevistas. Assim, pensei numas

perguntas que pudessem tratar de aspectos em geral, fatos do dia a dia, do bairro... Enfim, o seu ponto de vista, o que achar legal, o que achar importante, ruim etc. Fique a vontade, responda como achar melhor. Então vamos lá!

01 | Quando é que você se mudou para o COPROMO e o que motivou você e sua família a buscar uma habitação no conjunto? Em que bloco você mora?

R: Mudei para o Copromo em 2000, acompanhei a obra desde 1994, primeiramente minha sogra ingressou no projeto, porém ela teve problemas de saúde, desde então assumi, nunca trabalhei no mutirão, porém pagava os dias de trabalho ao mutirão. Moro no Bloco 40 Apto. 53.

02 | Onde é que você morava antes de se mudar e como era esse lugar?

R: Morava com meus pais em uma residência no Jardim Novo Osasco, casa bem confortável, em 1994 me casei e comprei um Apto. na COHAB II – Carapicuíba, no início foi um pouco difícil acostumar, logo me envolvi na Administração do Bloco, composto com 36 Aptos., percebi que havia algo errado as pessoas pagavam o condomínio e as contas da Sabesp se acumulavam, nem um benefício seguia. Depois assumi como Síndico,

envolvia as pessoas, fazia campanhas de conscientização sobre a importância de realizar obras e manutenções, onde valorizávamos nosso patrimônio, em 1 (um) ano e Meio, fizemos o que não foi feito em 15 anos, asfaltamos o pátio, terminamos o Muro, iluminamos, colocamos ardósia nas escadas, etc. Feitas às benfeitorias repassei a responsabilidade de Síndico a outra pessoa, pois não tinha muito mais tempo para me dedicar e no ano de 2000 fui morar no Copromo.

03 | Com essa mudança, o que melhorou e o que piorou, como você compararia esses dois momentos?

R: Guilherme, o Copromo é um Conjunto Habitacional muito especial, ótima localização, os cômodos bastante grandes, certamente um Apto neste padrão em custaria mais de R\$ 100.000,00 reais, gosto muito de Morar no Copromo, porém afirmo pra você que na COHAB existe mais organização que no Copromo, pois na COHAB os conjuntos são Blocos de 2 em 2 prédios, dando assim mais ordem e segurança aos moradores.

Já fiz algumas propostas na Associação que deveria ter a sensibilidade de organizar, porém temos muitos problemas com ele, ou melhor, temos muitos problemas com a Presidência e Diretoria da Associação, trata-se de um grupo que forjam o Estatuto, para garantir a permanência deles junto a Associação, simplesmente as 1.000 famílias ficam reféns da incompetência desses. Consigo enxergar um futuro muito ruim para nós moradores, já que a Administração está nas mãos de pessoas incompetentes, tudo que você Guilherme imaginar de irregular eles praticam, contratação de empresas e funcionários com situação que em breve futuro acarretará Processos Trabalhistas, que já é fato existe processos em tramitação. Obras irregulares que além de superfaturada, foi autuada pela prefeitura gerando multa.

04 | O que foi necessário você e sua família fazer para conseguir uma moradia no conjunto? Como isso se realizou?

R: Guilherme, afirmo a você sempre tive um bom nível de trabalho na área de informática há 23 anos, pra ter uma ideia nesses anos nunca recebi menos que 10 salários mínimos, mesmo assim não foi fácil, pois conquistamos nosso apartamento sem empréstimo de CDHU, o investimento foi por conta própria motivo das dificuldades! As metas não são fáceis! As metas ocorriam umas seguidas de outras, Compra de Blocos, Compra de Janelas, Compra de Lajes, compra de Caixa d'água, Compra de fios..... e mais complicado eu não trabalhava na obra pagava dias de trabalho.

05 | Como era o dia a dia nos primeiros meses de sua chegada e que fatos você considera marcantes?

R: No início sempre é difícil, digo a você muitos moradores com problemas de bebidas, briga etc, Hoje melhorou bastante, o povo está mais consciente, acho que a vida de muitos melhorou bem. Houve certamente a inclusão social, porém leva-se em conta que muitos já foram embora, venderam por preço de banana, conheço pessoas que voltaram pra Favela.

06 | Muita coisa se transformou desses primeiros dias até hoje? Como foi?

R: A pergunta anterior quase contempla está, às vezes ainda fico incomodado, há pessoas que não respeitam as condições de vida em comum, ligam sons bem alto, mais no geral até que é tranquilo.

07 | Como é o dia a dia no conjunto ao longo desses anos?

R: Como já citei anteriormente, a moradia digna traz automaticamente a inclusão social, e as pessoas vão se conscientizando e a cada dia melhorando.

08 | Como você definiria a sua casa e o seu bairro? Por quê?

R: Guilherme, acredito que ainda falta coisas fundamentais que ajudariam a integração dos moradores, como por exemplo uma pista de cooper, um lugar para o lazer. Com a péssima administração da Associação eles não possuem capacidade de integrar a Comunidade e transformar o Conjunto em um Bairro, propriamente dito, aqui é bem estranho as pessoas se comportam como estivessem em um dormitório, sem integração, porém acho possível mudar isto, gerando atividades, festas, como por exemplo Festa do Sorvete, onde as pessoas poderiam estar integradas!

09 | Onde você passa a maior parte do seu tempo? O que você faz no COPROMO e o que você faz fora dele?

R: Passo boa parte no trabalho, o escritório que eu trabalho fica no alto nível Itaim Bibi, é bem diferente, nos finais de semana vou a Caucaia do Alto – Cotia, mais gosto até Hoje de freqüentar o Bairro que nasci Novo Osasco, vez em quando vou lá tomar algumas cervejas com amigos. Coisa que não consigo fazer até Hoje no Copromo.

10 | Dessas atividades, o que você só poderia fazer “dentro” do COPROMO e o que você só poderia fazer “fora”?

R: Unindo as idéias, me divertir finais de semana, isto poderia fazer no próprio conjunto, porém teríamos que mudar a Administração e avançar com tarefas sociais na Associação, porém está bem complicado, pois as eleições são fraudulentas, eles impedem a participação de outras chapas através de artifícios “profissionais” já que o presidente já foi Dirigente de um Sindicato cuja reputação é conhecida “Sindicato dos Condutores”

11 | Quais são os limites do COPROMO? Até onde vai o conjunto?

R: É uma área bem ampla, de um lado tem a FITO - Fundação do Instituto Tecnológico de Osasco, seguido por AACD, outro lado passa uma rede de Alta Tensão, e sob a mesma há um Alojamento como é chamado na verdade uma Favela, onde vivem precariamente, porém parece que já um projeto através do PAC para removê-los certamente vai melhorar bastante o Bairro.

12 | Como você definiria o morador do COPROMO?

R: Um dos projetos de construção mais moderno e arrojado do Brasil, criado a partir de lideranças que fundaram a Associação Por Moradia de Osasco – Copromo, que era constituída por mais de 15.000 Associados, porém após estar bem adiantado o projeto, assumiu a Diretoria que mudou totalmente o Estatuto, limitando em 1.000 associados somente os moradores do Copromo, e esta Diretoria resume-se simplesmente em Mal Administrar, e o sua principal figura preocupa-se simplesmente em destacar-se entre políticos, já que o mesmo foi candidato a vereador no último pleito, e hoje é assessor parlamentar de um vereador. Vale destacar que após esta Diretoria assumir nunca mais tivemos Assembléias verdadeiras, não há mais avanços, somente explorações. Vale destacar que há um projeto no CDHU para construção de um Centro Social uma Sede, porém os Gestores não tiveram a sensibilidade em avaliar que o ideal seria construir uma sede preservando o estacionamento, ou melhor, deixando um vão livre no piso.

13 | Do seu ponto de vista, o que é um conjunto habitacional? Por quê?

R: Como o próprio nome já sugere é um Conjunto de Residências, construído de forma racional objetivando a Criação de comunidade. Trata-se de construir de forma mais acessível visando viabilizar inclusão social.

14 | E, por outro lado, o que um conjunto habitacional não é?

Condomínio onde o objetivo é ser para meios de especulação financeira, para fins de investimentos.

15 | Como seria o seu conjunto habitacional ideal?

R: Aproveitando minha experiência de já ter convivido na COHAB e Hoje resido no Compromo, tenho certeza que o conjunto de Casas ou Prédios devem ser Blocaizados para assim facilitar a gestão e ter melhor segurança, o conjunto deverá ser Gerido por conjunto de Moradores, onde tenha regras claras através de estatuto, para melhor organização. Outrossim, vale lembrar da infra-estrutura, se possível esta deverá ter sede recreativa, e lazer para assim os moradores da comunidade tenha melhor integração.

2 | LUCIANA SANTANA, 16 DE MARÇO DE 2008

01 | Quando é que você se mudou para o COPROMO e o que motivou você e sua família a buscar uma habitação no conjunto? Em que bloco você mora?

R: Mudei a 9 anos atrás, viemos p cá pois morávamos na casa de minha avó e meus pais participaram dos mutirões.

Bl: 30

02 | Onde é que você morava antes de se mudar e como era esse lugar?

R: morava na casa de minha vó era casa mesmo em rua.

03 | Com essa mudança, o que melhorou e o que piorou, como você compararia esses dois momentos?

R: Ah antes era criança ainda , mas sinto muita saudade de morar em casa pois apartamento não tenho liberdade gostava mais de antigamente.

04 | O que foi necessário você e sua família fazer para conseguir uma moradia no conjunto? Como isso se realizou?

R: foi meio difícil, no começo tinha q comprovar renda, ir no CDHU varias reuniões

05 | Como era o dia a dia nos primeiros meses de sua chegada e que fatos você considera marcantes?

R: Ah foi tudo meio estranho não conhecia ninguém, nunca tinha morado em APTO, fatos marcantes ? haha vc me pegou eu era criancinha ainda...mas tudo era novidade p mim.

06 | Muita coisa se transformou desses primeiros dias até hoje? Como foi?

R: Sim muitas coisas mudaram ... conheci meus vizinhos , se bem que não falo com todos aqui...o povo só abre a boca p falar mal do outro mesmo vc não fazendo coisa errada sabe , prefiro ficar na minha...

3 | MICHELI ELOY, 17 DE MARÇO DE 2008

01 | Quando é que você se mudou para o COPROMO e o que motivou você e sua família a buscar uma habitação no conjunto? Em que bloco você mora?

R: mudei em 2002, buscamos a moradia do Copromo por ser um custo menor. Eu morava em um bairro próximo ao Copromo, é ate hj é um bairro bom. O que melhorou acho q nada e o que piorou é que eu morava em casa e hj moro em apartamento, tem regras e tem que ser seguidas.

04 | O que foi necessário você e sua família fazer para conseguir uma moradia no conjunto? Como isso se realizou?

R: Não fizemos muito, pois já estava construído o Compromo.

05 | Como era o dia a dia nos primeiros meses de sua chegada e que fatos você considera marcantes?

R: O meu dia a dia era comum e o q foi marcante realmente foi as regras.

06 | Muita coisa se transformou desses primeiros dias até hoje? Como foi?

R: não ouve muitas mudanças a não ser os guardas, que agora tem no Copromo "seguranças".

07 | Como é o dia a dia no conjunto ao longo desses anos?

R: O dia a dia no conjunto é bom, pelo menos tentam fazer tudo ser bom, mas é difícil.

08 | Como você definiria a sua casa e o seu bairro? Por quê?

R: a minha casa em si eu defino boa, pois tenho uma boa família, mas o bairro tem muito o q melhorar. tipo segurança e organização q é péssima.

09 | Onde você passa a maior parte do seu tempo? O que você faz no COPROMO e o que você faz fora dele?

R: o meu maior tempo é em casa e fora do COPROMO estou na casa de meus avos e dentro do COPROMO nada, pois não tem nada de legal a não ser ver os maconheiro.

10 | Dessas atividades, o que você só poderia fazer "dentro" do COPROMO e o que você só poderia fazer "fora"?

R: nenhuma.

11 | Quais são os limites do COPROMO? Até onde vai o conjunto?

R: não tem limites.

12 | Como você definiria o morador do COPROMO?

R: alguns organizados e bons moradores, mas outros péssimos moradores.

13 | Do seu ponto de vista, o que é um conjunto habitacional? Por quê?

R: um conjunto habitacional é um lugar para pessoas de baixa renda morar.

14 | E, por outro lado, o que um conjunto habitacional não é?

R: um lugar civilizado.

15 | Como seria o seu conjunto habitacional ideal?

R: para todos, igual, sem restrição e com regras.

#### CIDADE TIRADENTES

1 | PATTY LIMA, 18 DE MARÇO DE 2008

01 | Quando é que você se mudou para Cidade Tiradentes e o que motivou você e sua família a buscar uma habitação no conjunto? Em que bairro (ou conjunto) você mora?

R: Eu vim para CT em 1987, vir para cohab, pois foi o que meus pais compraram para podermos sair do aluguel, hoje moramos na cohab Santa Etelvina II-A uma cohab que foi formada depois da Cidade TIRADENTES.

02 | Onde é que você morava antes de se mudar e como era esse lugar?

R: Nasci em São Miguel Paulista

03 | Com essa mudança, o que melhorou e o que piorou, como você compararia esses dois momentos?

R: Melhorou Era uma casa nossa e não pagávamos mais aluguel. Piorou começar os amigos tudo de novo eu só tinha 10 anos na época

04 | O que foi necessário você e sua família fazer para conseguir uma moradia no conjunto? Como isso se realizou?

R: Meu pai conseguiu em uma imobiliária lá em São Miguel mesmo

05 | Como era o dia a dia nos primeiros meses de sua chegada e que fatos você considera marcantes?

R: No meu caso era escola, limpar meu quarto pois eu não tinha quarto em São Miguel e brincava muito pois em prédio tem muita criança olha foi a melhores dias da minha vida

06 | Muita coisa se transformou desses primeiros dias até hoje? Como foi?

R: Com certeza tem agora Hospital, praças, lazer tem até céu aqui cresceu muito

07 | Como é o dia a dia no conjunto ao longo desses anos?

R: No meu caso trabalho então saio as 5h e volto as 17h só acho muito complicado o meio de transporte tem muita gente para pouco transportes sofremos muito para chegar nos locais de trabalho no centro de São Paulo

08 | Como você definiria a sua casa e o seu bairro? Por que?

R: Minha casa é linda eu adoro minha casa o meu bairro hoje cresceu muito e fico muito feliz, pois hoje as crianças podem brincar mais, pois têm muito lugar para isso praças

09 | Onde você passa a maior parte do seu tempo? O que você faz na Cidade Tiradentes e o que você faz fora dela?

R: Em casa no meu quarto, Aqui na Cidade Tiradentes eu gosto de passear na praça de caminhada que temos no final da minha rua é muito legal. Fora daqui eu trabalho e namoro

10 | Dessas atividades, o que você só poderia fazer “dentro” da Tiradentes e o que você só poderia fazer “fora”?

R: Fora, trabalhar e dentro caminhar na praça de caminhada e namorar.

11 | Quais são os limites de Cidade Tiradentes? Até onde vai o conjunto?

R: Nossa aqui é a maior cohab da America latina nossa o limite é muito grande

12 | Como você definiria o morador de Cidade Tiradentes?

R: Feliz, triste, complicada, por fim com problemas e crescimento como qualquer outro lugar

13 | Do seu ponto de vista, o que é um conjunto habitacional? Por que?

R: Família, felicidade, união e realizações

14 | E, por outro lado, o que um conjunto habitacional não é?

R: Perto para chegar logo ao trabalho

15 | Como seria o seu conjunto habitacional ideal?

R: Com meio de transportes seguros e rápidos e facilidade perto para todo jovem que queira estudar.

## COMENTÁRIOS

A escolha da moradia em um Conjunto sempre é mediada pela possibilidade de se fugir dos aluguéis. Digo *escolha*, pois este ganho representa para seus moradores a perda de qualidades que são expressas em suas moradias anteriores, normalmente casas alugadas e inseridas em contextos mais urbanizados. Mas às vezes o problema dessas casas não se restringe ao aluguel e sim a superpopulação habitacional encadeada com a chegada de parentes. Com esta opção por Conjuntos esses moradores notam as dificuldades de deslocamentos para as regiões de trabalho, e mais ainda, a perda de relações de sociabilidade. No entanto essas relações são refeitas e, principalmente, com toda a dificuldade que se possam ter, eles se inserem nas alternativas de trabalho e educação: esses territórios estão de fato inseridos na cidade. E são escolhas na medida dos rendimentos de cada família, são escolhas de se fixarem num espaço livre da arbitrariedade dos aluguéis. É verdade que demora anos para isso se concretizar e mesmo às vezes nem se concretiza, pois os financiamentos são duradouros e seus moradores nem sempre são capazes de «honrá-los» até o fim. Estranhamente vira uma questão de honra e não de salários, que além de submetê-los à clivagem de renda, engendra o espaço estigmatizado como *pobre*, como *popular*. Especifica um lugar diferente da *miséria*, mas que também não é a cidade.

Por outro lado, o «fantasma» do Conjunto Habitacional isolado, com suas necessidades mínimas, como falta de cidade, talvez assuste mais aos urbanistas do que aos seus próprios moradores. É verdade, sabemos que esses espaços são engendrados por uma lógica produtivista cujo principal sentido é os ganhos políticos e econômicos, em detrimento da constituição de um *novo homem*. Mas apesar das dificuldades impostas por essa determinada forma de produção esses espaços contribuem para uma conquista: o cotidiano. Se por um lado este é o momento onde a reprodução das relações de produção ocorre de maneira que tende a ser unívoca, é nele também que a prática social engendra novas formas de organização e de espaços públicos de participação política, tais como as gestões condominiais e associações que surgem para além da tutela do Estado. Pode-se perguntar “mas essas formas de organização não se realizam através da precarização das relações, na medida em que se originam no interior do processo de ausência do Estado?”. Qual Estado? O estado de redução das necessidades humanas administradas. Bastaria pensar quais necessidades deveriam ser satisfeitas a fim de provê-las? Neste sentido temos um duplo problema: o real redutor ou o possível amplificador, e sua relação com a constituição de novas relações sociais ou à submissão aos poderes estranhos. Ordem e regra não parecem ser por si fatos negativos. Depende de quem e de onde são engendrados estes valores e práticas. São principalmente experiências práticas que têm como possibilidade a de engendrar um *contra-projeto*.

Isso parece recolocar uma questão antiga, a difícil tarefa da autogestão: o comunismo na abundância.



DERIVA DO DIA 16 DE OUTUBRO DE 2008, REALIZADA COM A GEÓGRAFA FABIANA VALDOSKI.

Chegamos por volta das 10h00 de metrô à Itaquera, onde pegamos um ônibus com destino ao Distrito de Cidade Tiradentes. No entanto descemos no meio do caminho, na Avenida Rageb Chofi, onde se localiza um grupo de Conjuntos Habitacionais da CDHU, construídos em sua maioria entre os anos 2003 e 2005. A Avenida Rageb Chofi margeia a Sul o Parque do Carmo e a Área de Proteção Ambiental Permanente, se estendendo até a Estrada do Iguatemi, cuja ligação configura um sistema viário que conecta o Distrito de Cidade Tiradentes com o resto da cidade: São Mateus e Avenida Jacu Pêssego à Oeste, Guaianases e CPTM à Norte. Nelas, de um lado, remanescentes de mata nativa são entremeados por plantações de eucaliptos, loteamentos populares e pequenos comércios e serviços, clandestinos ou informais: sucatas, ferros, madeiras. Aparecem de modo esparsos alguns prédios da COHAB e da CDHU. Do outro lado, mirando ao Sul, algumas fabriquetas de bloco de cimento.

Vamos em direção aos Conjuntos da CDHU, que foram realizados a partir do extinto programa da Companhia denominado «Empreitada Integral», no qual fica a cargo da empresa vencedora da licitação a definição e a compra dos terrenos, sua incorporação, a compra de materiais, contratação da força de trabalho e a execução da obra. Quando prontos, são revendidos à Companhia, responsável pela sua comercialização e «realização de suas políticas». Esses edifícios fazem um marco na paisagem. Seria um choque de Gestão? Eles se situam em terrenos cujos níveis se apresentam algumas dezenas de metros acima da avenida, uma espécie de peremptório. Seus prédios coloridos e cobertos por telhas cerâmicas, próximos uns dos outros e com suas caixas d'água enormes, constituem uma massa que se distingue do padrão executado anos anteriores pela COHAB, «marca registrada» de Cidade Tiradentes.

Subimos a única rua de acesso. De um lado os condomínios, de outro a garagem de ônibus da extinta empresa Viação Cidade Tiradentes: um grande ferro velho de ônibus enfileirados, lado a lado, ocupando o máximo de seu terreno, da forma mais racional possível. Entramos num conjunto cujos portões estavam abertos. A partir desta entrada se chega a uma espécie de "pátio", uma praça viária que é o estacionamento plano e árido, configurado ao fundo por dois edifícios. Nas laterais estão implantados outros prédios, situados ao longo da elevação do terreno: a baixo se vê os telhados de outros condomínios e o morro do lado de lá da Avenida Rageb Chofi, cuja cobertura vegetal abundante chama atenção: horizonte! Acima, nos platôs mais elevados, outros prédios que compõem o Condomínio Flamingo. Havia alguns trabalhadores executando melhorias nesse estacionamento, além de um pequeno edifício, um centro comunitário, que contava com obras de extensão. Resolvemos então entrar, percorrer os espaços, subindo em direção aos outros prédios. Estava bastante vazio e silencioso. Passamos pelos seus arredores. Contornamos um edifício. Mas quando entramos num recinto mais privativo, um pátio conformado entre as escadas que dão acesso às unidades habitacionais (organizadas em tipologia "H"), passamos em frente das janelas das habitações, as salas de estar, e fomos abordados: "Quem são vocês? O que fazem aqui? O que procuram? Quem os deixou entrar?". Quem nos aborda é Jorge, o síndico do condomínio. Ele estava conversando num dos apartamentos e nos viu passar. Somos estranhos. Ao lhe falar de nosso interesse, nos levou para conhecer o Conjunto. Conversamos com ele e com outras moradoras que estavam por lá naquele momento, e explicou: "Aqui não se pode deixar entrar qualquer um... Temos que ficar de olho". Está certo, é sua casa.



FOTOS: CDHU DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS



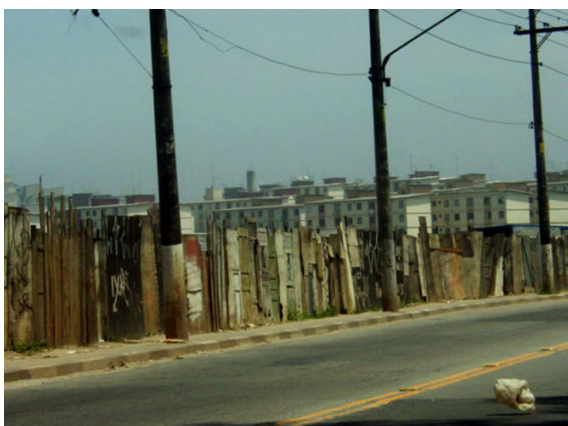
CONJUNTOS DA CDHU VISTOS A PARTIR DA ESTRADA DO IGUATEMI



Este condomínio é formado por quatro prédios de cinco pavimentos cada, com oito unidades habitacionais por andar, organizados por duas escadas de acesso. Somam 160 unidades habitacionais. 50 vagas de automóvel. Prédios, platôs e *parking*. Foi entregue em 2004 e é destinado a funcionários públicos, notadamente Policiais Militares. Faz parte de um programa da Companhia que destina unidades habitacionais a esses trabalhadores. A unidade tem por volta de 38m<sup>2</sup>, considerada muito pequena pelos moradores: “na sala e na cozinha, que são os lugares que recebemos as pessoas, não cabe nada...”. Mas os problemas não se restringem à unidade, pois também falam da distância e da falta de equipamentos e serviços cotidianos da região, como a dificuldade de deslocamento para o trabalho, supermercados, vagas nas escolas. Constitui uma espécie de cativeiro do lugar! E o «Senhor», na verdade «Senhora», é a propriedade privada.

Os trabalhadores que executam as melhorias são por vezes moradores do próprio condomínio: “quem está empregado, trabalha longe e gasta muito tempo no transporte; mas quem não está, tentamos dar serviço aqui mesmo, recebe um pequeno salário e ajuda fazer as melhorias do conjunto”. O próprio síndico é um desempregado, condição esta, segundo ele, em função da dificuldade de deslocamento: “eu trabalhava em Santana! Você sabe quantas horas eu gastava para ir e voltar?”. Hoje ele vive do salário de sua atuação como síndico. Diz também que as obras de melhorias são muito necessárias, na medida em que os edifícios foram entregues sem estar totalmente acabados: sem água, se luz. Crus! Deste modo, o estacionamento foi aumentado, conquistando uma área perdida em taludes: executou-se um pequeno muro de arrimo. Em outros platôs, uma pequena quadra, um parquinho e a área de extensão do centro comunitário: salão de festas e reunião, uma copa. Além do plantio e ajardinamento de áreas, que se deixadas ao léu tornam-se depósitos de sujeira e entulho. É bastante árido: cimento do chão, blocos das paredes. Certa vez perguntei “não há nenhuma árvore nesse estacionamento?”, “É que nós queremos poder ver os carros!”. Um *bem* que aparece como condição de viver a cidade. Condição e condução diante da distância e da precariedade do transporte público.

Jorge nos leva ao pequeno edifício, sede do centro comunitário, no qual se agregou pôr um «puxadinho» a sede da administração deles: “aqui nós fazemos autogestão!”. Essa administração executa basicamente o controle financeiro do condomínio, as cobranças, compras: “preço bom, eficiência e rapidez”. Vantagens cuja administradora retirada não era capaz de oferecer. Os problemas, segundo ele, são expostos de maneira lógica: planilhas bem explicadas, códigos e contas



CHEGANDO À COHAB



por apartamentos, critérios bem definido. Perguntei então: “o que é autogestão?”, “Nós mesmos fazemos tudo!”. Mas essa administração autogerida também se ocupa em resolver possíveis conflitos entre os moradores. Mas diz ele: “aqui não há conflito, é tudo muito ordenado.” Seria uma ordem militar empreendida pelos seus moradores? “Aqui o entorno é barra pesada, se deixar o tráfego toma conta. Essas favelas ao redor...” Sobre a violência externa e os “moradores problema”, diz categórico: “a gente espantou tudo! Mas tudo dentro da lei, pois qualquer um que fizer bobagem vai pra corregedoria...”.

Pudemos notar dois aspectos importantes. O primeiro se refere à lógica da produção empresarial da Companhia, cuja eficiência quantitativa se realiza através da *precarização* de seu próprio produto: ainda que o planejamento seja ideológico, nem mesmo a definição do *local* é dirigida pela empresa. Ausência do planejamento, ou apenas daquele que se refere às localizações. Condensam-se trabalhadores, reduzidos à sua forma aritmética (números, cadastros) em áreas desprovidas, que acentuam sua experiência de isolamento, que dificultam seu cotidiano. Além de obrigá-los a empregar, mediante seus próprios recursos humanos e financeiros, as melhorias que consideram necessárias. Mas por outro lado, esse processo não é exatamente um acontecimento novo: conjuntos habitacionais e loteamentos informais são elementos que constituem o processo expansão urbana das nossas periferias: uma urbanização eficiente.

O segundo aspecto se refere às formas de auto-organização nesses territórios fragmentados, no interior das fronteiras estabelecidas deste processo de produção de Conjuntos Habitacionais. Diante do anonimato, ou da impessoalidade das relações sociais justapostas do entorno próximo, os limites erigidos por esses condomínios delimitam o campo de ação de determinadas relações privadas, impondo às suas fronteiras formas que são estabelecidas a partir desse fragmento. Com a presença ausente do Estado nessas mediações, ou mesmo simplesmente enquanto agente provedor de tais infra-estruturas, as forças sociais impingem ao território suas relações constituídas no interior de valores e normas correspondentes às suas fronteiras. A marca da *ordem*, identificada à hierarquia institucional da Polícia Militar, é evidente e reconhecida como tal. Um valor coletivo. Mas, por outro lado, ainda que possa haver *dispositivos disciplinares*, é nesse lugar que aparece como possível a realização de *autogestão*. Muito embora nesta palavra contenha muitas determinações e ambigüidades. Isso me soa bizarro! De qualquer modo, esta forma de produção reitera um duplo isolamento: diante da cidade, em função da imobilidade, e diante das «intempéries» do seu entorno, fronteiras demarcadas pelos muros, portões e guaritas. E Não se diferencia, em qualidade, dos condomínios fechados chamados de «alto padrão».



RUAS, MUROS E EDIFÍCIOS NOVOS NO HORIZONTE

Seguindo adiante, fomos em direção à Cidade Tiradentes, pela Estrada do Iguatemi, onde é quase impraticável a caminhada: os ônibus e caminhões parecem passar por um triz, no caminho há buracos à frente e aos lados, de terra, de água. “Também pudera, quem disse que isso é uma calçada?!”. Passamos por uma serra de mata, até que aparecem no horizonte os conjuntos. E uma entrada. Hoje há um novo acesso, uma via à direita da Estrada do Iguatemi, construída num primeiro momento pelo uso dos moradores, depois arrumada e oficializada pelo Estado. Certa vez ouvi de um morador: “Cidade Tiradentes só tinha uma porta. Se quisessem trancar a gente aqui...”. Saímos da Estrada e fomos em direção ao Conjunto Santa Etelvina IIA. Não parece ser um condomínio, os acessos são públicos, as entradas são coletivas. É aberto. Mas seu aspecto se assemelha mais a um loteamento periférico. Aparência negada apenas pelo rigoroso ritmo estabelecido, que te atenta a observar os indícios de que ali, antes, era tudo igual, assim como as fronteiras externas ainda bem marcadas, mas em processo de desmarcação: as casas embriões transformadas, as ocupações informais, os comércios e serviços, vão avançando sobre o repetitivo e impingindo a diferença.

Fronteiras internas? Poderíamos chamar de isotopias? As casas embrião se justapõem aos edifícios. Não parecem marcar efetivamente uma distinção. Ainda que essas casas, em comparação aos prédios, apresentem uma maior vitalidade econômica e social – lugares de comércios e de sociabilidade – isso se realiza mediante uma dupla espoliação: econômica, como sobretrabalho do trabalhador, enquanto o Estado se limita a agir em outras situações sócio-espaciais; e ambiental, pois a transformação espacial é aquém do possível realizável, mas que cria sociabilidade e centralidade, ainda que no interior do estranhamento. Porém essa espoliação é nuançada: no seu interior se encontra uma maior possibilidade de provisão de usos e serviços negados pelo Estado e a constituição de redes de sociabilidade engendradas no interior desse processo de remoção e justaposição de trabalhadores num novo espaço.

Os conjuntos de edifícios são definidos por um perímetro de ruas, sendo as «principais» aquelas que se ligam à Avenida dos Metalúrgicos situada no fundo do vale, importante estrutura de acesso aos sistemas de transporte; e as longitudinais, paralelas às curvas de nível que são vias apenas de deslocamentos internos. Entre vias, conjunto de prédios. O muro realiza essa separação, estabelece a diferença entre o público e o privado, configura o *condomínio* composto basicamente por três elementos: prédio, estacionamentos e taludes. O Conjunto é formado pela justaposição de condomínios, não chega a estabelecer fronteiras, mas apenas fragmentações. Os muros, elementos construídos que definem a separação interno-



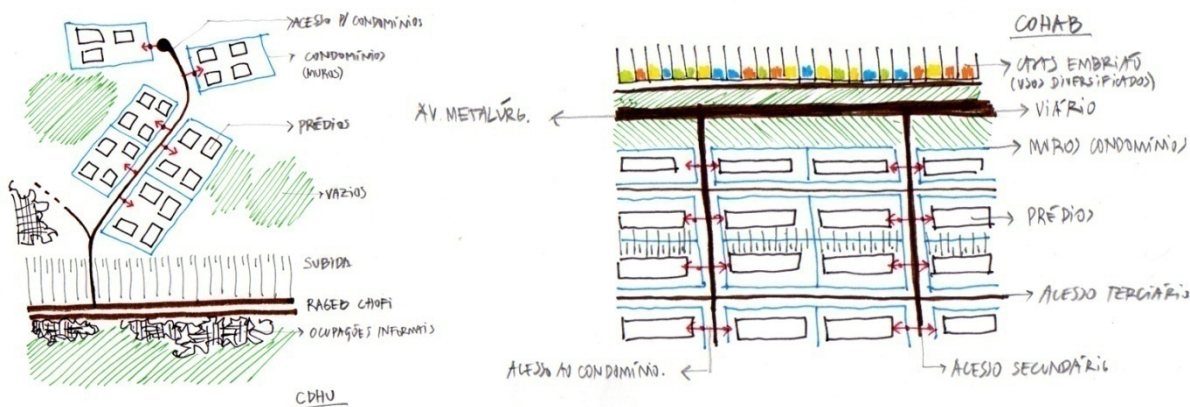
EDIFÍCIOS NOVOS AVANÇAM SOBRE OS VAZIOS

externo, é ao mesmo tempo rompido e vazado, onde se instalam serviços e usos imprevistos, notadamente botequins (eminentemente masculinos), mercearias e manicures (eminentemente femininos). Constituem *lugares* onde antes parecia ser improvável.

Essa forma homogênea de produção (projetos padrão, caminhos repetitivos, espelhados ou simétricos, sistemas hierárquicos de circulação) se assentou sobre uma topografia bastante acidentada, sendo necessários para a implantação dessas unidades habitacionais pesados investimentos em terraplenagem e desmatamento. O resultado de tal «mau encontro», entre o pensamento abstrato, fragmentado e homogeneizante; e a «natureza» geográfica foi a pulverização de pequenos espaços «inúteis» ao longo de todo o território: espaços sem uso, dos taludes, arrimos, pés de muro. Esses espaços, ainda por cima, são mais abundantes nas ruas paralelas ao eixo principal de circulação, nas ruas que não têm as entradas dos condomínios. Numa palavra, em não-ruas: asfalto, sarjeta, guia, calçada e muro. No entanto são nesses espaços improváveis que aparecem, fruto de uma inteligência de seus agentes (inexistente na burocracia maquinista dos técnicos que projetaram o território), os espaços comerciais, situados entre o desnível da rua e da cota de implantação do edifício. No talude-zero, na rua-zero, no espaço-zero. Esse ato «tresloucado» engendra pequenas centralidades comerciais. Aquilo que era o fim (a sobra do pensamento tecnocrático) re-aparece como o começo: o possível. Uma pulsão interna! Evidentemente, uma pulsão que brota no processo de reprodução da precarização. Esta é, também, um sobretrabalho tal qual ao dos «loteamentos», ainda que se introduza um padrão formal mais controlado, reproduzindo o dos edifícios existentes acima.

Seguimos descendo em direção à Avenida dos Metalúrgicos. Percebo que houve uma grande transformação<sup>11</sup> dos espaços exteriores às unidades habitacionais! Os que antes eram espaços vazios tornaram-se prédios altos, praças

<sup>11</sup> Se comparada a outros dois momentos em que vivenciei o Conjunto, primeiro quando desenvolvi meu Trabalho Final de Graduação e depois quando participei da elaboração do “Plano de Ação Habitacional e Urbano de Cidade Tiradentes – Bairro Legal”, cuja autoria divido com os colegas da Assessoria Técnica Usina CTAH. Ver: PETRELLA, Guilherme Moreira. *Espaços coletivos de apropriação cotidiana: Conjunto Habitacional Santa Etelvina Distrito Cidade Tiradentes*. Trabalho Final de Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2002; e USINA CENTRO DE TRABALHOS PARA O AMBIENTE HABITADO (vários autores). *Cidade Tiradentes. Plano de Ação Habitacional e Urbano*. Programa Bairro Legal, Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura do Município de São Paulo, Citties Alliance. São Paulo, 2003.



ESQUEMAS DE IMPLANTAÇÃO DA CDHU E COHAB

arborizadas, equipamentos de lazer e esporte, caminhos pavimentados e, notadamente, grandes equipamentos públicos: Hospital e Centro Educacional Unificado de Cidade Tiradentes. Calçadas vermelhas, edifícios azul e amarelo. Os fragmentos espaciais que eu tinha em mente, agora pareciam estar unificados sob a intervenção estatal «fálica», mas uma de «falocracia» horizontal. O poder estatal assusta! Me pergunto por que, diante das inumeráveis áreas periféricas de São Paulo, em Cidade Tiradentes se concentram tantas intervenções? Cidade Tiradentes sofre com o estigma da violência, de bairro violento. Olhar de fora para dentro? A lógica de conjunto de Conjuntos produzido e re-produzido pelo Estado identificado ao modelo de gueto. Esta *imagem* produz a necessidade de intervenção «nas periferias» com a aparência de políticas sociais amplas e universais, mas que acabam por serem reduzidas às chamadas *experiências piloto*.

Ali contém uma sobreposição dessas experiências, de um lado cenário espetacular de políticas partidárias, que são continuamente desmentidas pelas «verdades» posteriores e, por outro lado engendram melhorias materiais que permitem novas formas de sociabilidade. É nesse processo que acontece a introdução de usos e serviços para além da habitação, transformando-se esse espaço e o aproximando de uma cidadela, uma periferia, por assim dizer, convencional. No entanto, é ainda produzida habitação, porém mais adensada e mais verticalizada, ocupando os pequenos e os grandes espaços residuais. Essas intervenções apenas se realizam nas «áreas oficiais», nas áreas públicas pertencentes à COHAB, reduzindo a «produção de diversidade» às formas burocráticas e fragmentadas das secretarias públicas. Seriam políticas inócuas, placebos que atenuam a crise estrutural de emprego, dando ocupação aos desocupados<sup>12</sup>? Esta «pulsão» transformadora, institucional e institucionalizante, relega ao campo cego o incrível crescimento informal dos loteamentos precários e favelas nos interstícios das «áreas iluminadas»: fundos de vale, atrás dos morros, entre-Conjuntos. O que está em curso poderia ser um processo de decomposição: o fim dos limites e fronteiras. A *forma Conjunto Habitacional* parece tornar-se reprodutora e inócuo. Reprodutora de relações capitalistas de produção, baseadas na produção imobiliária, reprodutora de políticas públicas do tipo piloto-espetaculares, reprodutora de uma cidade em crise num espaço concebido como não-cidade. E inócuo porque não introduz, ao menos aparentemente, um elemento novo. Parece agir de maneira balsâmica sobre as feridas cívicas. O processo se reproduz. As contradições internas?

<sup>12</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre. *A demissão do Estado*. Em BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2007.



COHAB: HORIZONTES EM MOVIMENTO

Mas pensemos também de uma outra forma. Essas relações de produção são mais bem definidas. Quer dizer, por mais que a presença do Estado na produção desses espaços do Conjunto possa aparecer de forma ambígua, nas áreas mais precárias é sua «ausência» que se torna a chave do problema. No *Conjunto* a presença estatal *forma e deforma*. Nos loteamentos, a presença se dá às avessas, pela sua não presença, pela produção de irregularidades que são toleradas no interior do Conjunto, no interior do processo de produção desse espaço homogêneo e administrado, que reproduz nele o espaço do pré-Conjunto. Qual serventia? Por um lado, o sobretabalho, que dispensa o Estado de prover e dispensa de conter esses custos em salários. Acumulação capitalista. Mas também, por outro lado, por trazer para perto de seus moradores o espaço que eles um dia deixaram para trás, assim como suas redes de sociabilidade, seus usos e serviços diversos, sua proximidade com seus locais de trabalho ou bicos: sua inserção informal e «transitória» na cidade.

Deixaram tudo isso para trás para poderem se fixar, se assegurar, e no limite para se reproduzir e deixar esse espaço para os seus: deixam a cidade para se estar numa não-cidade própria, a casa própria e a propriedade privada que legitima esse deslocamento. Deste modo, a segunda cidade, a expansão da informalidade tolerada na não-cidade administrada, *reproduz* a legitimidade a presença do Estado e de suas políticas. Dependências? Demarca a distinção entre o *informal* e o *próprio*, entre aquilo que poderia ser considerado como infra-cotidiano transitório e o cotidiano reproduzível. As desvantagens de um e as vantagens do outro (simbólica, ideológica). No entanto, a passagem de um para o outro, do formal ao informal, é fluida: altas taxas de inadimplência e informalidade no interior da formalidade. De uma maneira geral, esses territórios são situações onde se localizam a classe trabalhadora, que se relaciona com os processos de exploração do trabalho e de espoliação da reprodução do trabalho. É como se a proletarização geral, em escala social e dificilmente apreensível e representável, enquanto *classe*, aparecesse com tonalidades e colorações múltiplas, estabelecendo distinções e separações pseudo-rígidas, pseudo-claras. Seriam esforços individuais...

O desenvolvimento das formas cotidianas de produção do espaço no interior do Conjunto engendra sua decomposição, das suas fronteiras, de sua homogeneidade, de sua fragmentação. No limite, é sua própria negação.



DERIVA DO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2008.

Voltei à Zona Leste com a intenção de visitar os Conjuntos da CDHU situados próximos ao Condomínio Flamingo. É um conjunto de condomínios construídos na mesma época e com as mesmas situações urbanas e tipologias arquitetônicas. Construídos também no mesmo programa de “Empreitada Integral” da Companhia. Seu acesso se dá, do mesmo modo, pela Avenida Rageb Chofi através de uma única rua, com condomínios dos dois lados. Mas aí surgem algumas diferenças, seus muros são mais altos e sua calçada central é ocupada por inúmeras barracas de pequenos comércios, que impedem, com poucas exceções, a transposição de um lado ao outro. Constitui uma «muralha» interna. Era por volta de 14h00. Havia muito movimento nessa subida: jovens com cara de mau, adultos encostados sobre os balcões improvisados dos botequins, crianças correndo e gritando... E eu, um ser estranho! Diferente e percebido como diferente por esses moradores. Noto seus olhares em minha direção. Isso me deixou bastante incomodado. Pesquisa participante? Desisto no meio da subida e retorno à Avenida. Sigo meu caminho em direção à Cidade Tiradentes.



BOTEQUINS E MERCEARIAS CONSTRUÍDOS NOS ESPAÇOS QUE SOBRAM

Entro pelo mesmo acesso de duas semanas atrás, mas resolvo percorrer outro caminho. Não mais pelo meio do Conjunto, mas agora por uma de suas bordas, situada na cumeada do morro. Do lado direito, dezenas de metros abaixo, estão o Rio Aricanduva, seu *piscinão* e acessos a pequenas chácaras. Sei que estão lá, embora não possa vê-los, pois o horizonte é bloqueado pelos prédios e seus muros. Do lado esquerdo, pode-se ver através das ruas transversais, bem ao fundo, a Avenida dos Metalúrgicos. Nesta rua-cumeada quase não há movimento. Um carro, duas pessoas. Transitando. Mais à frente resolvo descer em direção à Avenida e começa a aparecer mais gente: dois homens sentados na calçada, próximos ao portão de uma garagem, ouvem uma música tocada de dentro de um carro; três mulheres sentadas num botequim esperando algum cliente ou o passar do tempo; noutro bar mais adiante, uma mesa com cinco pessoas que falam mais alto; sons, conversas, músicas saem de algumas janelas dos apartamentos; uma mercearia com mesas na calçada ocupada por umas quinze pessoas, conversas e cervejas... Quanto mais próximo à Avenida, maior o número de gente. Chego enfim a ela, no lugar que antes era vazio foi construída uma praça, com seus bancos e equipamentos de ginástica. Sento num desses bancos para observar. Há poucas pessoas paradas, mas muitas, centenas, talvez milhares de pessoas em

movimento. Para onde vão? São pedestres, estudantes, senhoras, carros, ônibus. Nesse dia há uma intensa propaganda política: bandeiras e alto-falantes. Esta avenida é uma centralidade: as casas embrião transformadas em sebo, cabeleireiro, auto-escola, loja de roupa, botequim, manicure, comitê político partidário. Elas se associam aos equipamentos públicos de comércio, bombeiros, escola, hospital. Pontos de ônibus. É um eixo de circulação e de acesso a diversas ruas. Pessoas passando, passando, passando... Mas, onde ficam? Talvez estejam em seus apartamentos, em função dos sons e movimentos nas janelas. Seriam não-trabalhadores, estudantes? É uma centralidade cuja ocupação se dá no movimento. Mas é muita gente! Esses espaços são funcionais à conservação dessas pessoas nesses lugares? Instituições que não os levam a lugar nenhum, mas os mantêm ocupados: escolas, associações e entidades comunitárias, centros culturais. Recursos públicos. Esta Avenida como centralidade não é exatamente um fato estranho: é um eixo de circulação estrutural, que concentra pessoas e encontros num território originalmente constituído sem esses comércios e serviços. Talvez seja por isso que a maior vitalidade econômica e social se situe no processo de transformação das casas embrião, casas geminadas que,



O FORMAL E O INTERSTÍCIO INFORMAL

originalmente, proporcionavam ao trabalhador apenas um cômodo (sala-quarto), mais a cozinha lavanderia. Fica à custa dos próprios trabalhadores sua expansão, contribuindo para o processo de espoliação da força de trabalho e para a precarização do ambiente construído. Esse *habitat* proletário, que realiza a integração desses usos abundantes, anima as calçadas e ruas, dando suporte aos milhares de pedestres que vão e vêm todos os dias. O Estado provedor age apenas antes e depois. Este território se constitui através e pelos fragmentos. Sua lógica de «operação» segue a lógica fundiária: a terra vai sendo comprada passo a passo pelo Estado, onde dá e onde pode, deixando de ser chácaras ou fazendas para se constituir como o «maior estoque de terras para habitação de São Paulo». Fazem as casas. Fazem as ruas. A cidade dormitório se erige como um campo de refugiados de uma guerra urbana pelas *localizações*. As armas? A renda. Mas viver o desastre é impossível: o improvável aparece do fim, esses territórios vão sendo apropriados e transformados. O Estado, perplexo diante de sua obra, tenta corrigir. Ato *sebastianistas* visam regularizar, oficializar, institucionalizar as ações que nasceram diante de uma ausência, no seio da precariedade: recolher impostos, comercializar unidades habitacionais. Mas a informalidade avança, e como se dissesse “para voltar a ser transitório, apenas um pulo”. Ou uma queda.

DERIVA DO DIA 6 DE NOVEMBRO DE 2008, REALIZADA COM O ARQUITETO JOSÉ PAULO GOUVEA.

Chegamos ao mesmo conjunto habitacional “mal afamado” da semana passada, cuja aparente desordem representava o oposto do «conjunto policial». Mas, percebendo melhor, parece ser menos «diabólico». Subimos pela rua das barracas ao centro, pequenos comércios e algumas passagens. Os condomínios não têm mais que cinco anos, apesar de seu aspecto degradado, infiltrações e instalações quebradas. Autoconstrução. Ao final da rua, num *cul-de-sac*, estava um conjunto de portas abertas. Fomos aproximando até que um grupo de mulheres e crianças, umas dez ou doze, se volta a nós e perguntam: “você são os engenheiros da CDHU?”. Fôssemos nós esses funcionários, certamente elas nos levariam a todos os problemas do condomínio. “Não! Somos arquitetos, estamos pesquisando...”, “É bom você pesquisarem, para aprender a não fazer o mesmo!”.

É um conjunto cujo acesso à moradia se deu mediante cadastro e sorteio. A demanda se constitui por trabalhadores que vêm de vários lugares e que trabalham em locais distantes. A justificativa para esse «encontro coagido» é sempre a mesma: “fugir dos aluguéis...”. Porém, a sombra da «casa própria», ainda que muitas vezes irrealizada em função das dificuldades financeiras em «honrar» as prestações, obrigou esse número de sorteados a conviver num espaço cuja diversidade de problemas de execução de obra atormenta seu cotidiano. Problemas de responsabilidade, ou até mesmo de irresponsabilidade, da Companhia, tais como a caixa d’água que não funciona, vazamentos e infiltrações, dimensionamento insuficiente de infra-estruturas. Mas este lugar, apesar de seu aspecto hostil, cuja homogeneidade é aparentemente combatida pela diversidade de cores que é utilizada nos edifícios, possibilita a formação de um grupo social, aqui representado por essas mulheres: “é preciso se organizar para fazermos a manutenção!”. Existem situações criadas por eles próprios: varais coletivos situados no térreo ensolarado, em função das minúsculas lavanderias dos apartamentos; corte e manutenção da grama, construção de pequenas jardineiras, muros e acerto de talude. Arremedos e ausências.



ÁREA DE LAZER E CENTRO COMUNITÁRIO DO CDHU DE SORTEIO

Esse conjunto de moradores, de cadastros e sorteios, parece ter engendrado uma relação cordial. São comuns as falas: “oi tia, oi vó, oi meu filho...”. Os que estavam lá se tratavam de forma bastante afável, seus cumprimentos e saudações. Estão se organizando para usufruir de um espaço mal acabado e ainda por fazer. É uma situação parecida com a do «condomínio policial», não fosse este mais ordenado, controlado, onde os «malandros» foram expulsos, mas que se administra sob o nome de *auto-gestão*: mais barato e mais eficiente. Em ambos os casos «o outro» se faz presente, sejam os «favelados», os bandidos ou os drogados; sejam os moradores do outro condomínio. Há um terceiro conjunto, destinado

à população removida das áreas de risco e de ricos, que, como diz um morador que nos acompanhou pelo percurso, a favela se instituiu: “os seus moradores não fazem melhorias, não se organizam, juntam sucatas, juntam papelão; e os prédios, embora mais novos, parecem ser mais velhos”.

Seguindo o caminho, chegamos a um quarto conjunto, uma espécie de «menina dos olhos». Em fase final de execução, seus edifícios ainda estão tinindo: tinta fresca, calçada bem ajustada, portaria e guarita com interfone. É um mutirão da CDHU, forma de produção que se pode dizer perversa: as construtoras são contratadas para executar as obras de terrapleno, estrutura, alvenarias. Os mutirantes carregam os blocos. Fazem os acabamentos. Pergunto à síndica do «conjunto de sorteio» porque a diferença entre esse novo e o dela, “esse é melhor porque os próprios moradores que fizeram”.

Os quatro conjuntos são resultados de uma mesma forma de produção: unidades padrão (com pequenas variações), emparelhamento das implantações, praças de estacionamento, taludes e pequenos jardins. São situados «sobre o morro», com acessos únicos e produzidos relativamente numa mesma época. Seus ocupantes? Trabalhadores que buscam uma estabilidade prometida pela fuga dos aluguéis. No entanto, quatro situações diferentes, em suas formas próprias de organização. Para o Estado, para a Companhia, para as Empreiteiras, produção homogênea e números realizados. Para os moradores, uma clivagem de renda, valores de condomínios, financiamentos; mas também vizinhança e relações, melhorias e manutenção. Ao redor uma padaria comunitária recém inaugurada, posto de saúde no interior de um condomínio, barracas informais no lado externo, vão dando através de seu trabalho as condições para se (sobre)viver na cidade. O trabalho? Há o emprego distante. A necessidade é próxima.

Nesses condomínios delimitados, a entrada de estranhos (como eu) é percebida de imediato. Fomos abordados e depois de nos apresentarmos, fomos recebidos. Somos acolhidos porque somos observados. Há espaço para a impessoalidade?



ÁREA DE LAZER E CENTRO COMUNITÁRIO DO CDHU DE SORTEIO

“Aqui vêm os engenheiros, tiram as fotos, falamos dos problemas e eles nunca voltam...”. Num outro momento pergunto se posso tirar fotografia do apartamento do mutirão, “não! Este conjunto ainda não está entregue”. Alvo de investidas e do desprezo de burocratas, sua dependência parcial obriga esses moradores, de certa forma, a se relacionar a partir dessa ambigüidade. Os pesquisadores? Quantos deles tiram suas fotos e nunca mais voltam? O desprezo pela forma urbana produzida, que sacia as vontades tecnocráticas, é vivida. Ambivalente! Enfim, nesses conjuntos da CDHU há pessoas nas ruas, lá em seus estares ou deslocamentos: mulheres e trabalhadores. Crianças voltando das escolas. São situações, talvez,

características da Zona Leste da Cidade, onde se assentam trabalhadores, empregados ou ociosos. Nos conjuntos do CECAP e COPROMO impera o vazio: eles estão circulando na cidade. Rotina de trabalho e de estudo. São eles efetivamente dormitórios? Cingapura e Parque do Gato, estes sim densamente povoados. Situados na área central. Parecem ser alojados em habitações e serviços destinados ao paliativo. Demissão do Estado? Talvez não sejam mais «cidades dormitório», mas sim não-cidades da reprodução total! De lá não saem, lá se imobilizam. A cidade a sua volta é que se (cor)rompeu.



CDHU DE SORTEIO, CDHU MUTIRÃO, CDHU DE REMOÇÃO

CONVERSAS COM DIFERENTES MORADORES DOS CONJUNTOS DA CDHU AO LONGO DO PERCURSO PELOS ESPAÇOS QUE NOS LEVAVAM; REALIZADAS DIA 6 DE NOVEMBRO DE 2008, JUNTO COM O ARQUITETO JOSÉ PAULO GOUVÊA, NO DISTRITO DE IGUATEMI, ZONA LESTE DE SÃO PAULO. FORAM GRAVADOS FRAGMENTOS ESPARSOS.

*(Depois de circular pelo condomínio onde mora a síndica Vera, que, mesmo sabendo que não éramos “engenheiros da CDHU”, nos mostrou todos os problemas possíveis de construção e execução de seu conjunto, tanto das áreas condominiais, instalações prediais como das áreas internas; fomos a outros condomínios que ela caracterizava como piores, em função da origem de seus moradores não ser determinada pelos cadastros e sorteios da Companhia, mas sim pelas “áreas de remoção e de risco”; onde se encontrava estacionada uma viatura da polícia militar, que fomentou sua fala).*

**Vera (síndica)** – O que foi agora nesse prédio? (pergunta ao técnico de instalações, também morador de um conjunto da CDHU – situado mais a norte –, que executa o sistema de interfone do condomínio feito em mutirão). Mas é irritante isso nos nossos prédios! No meu eu não deixo! Se eu vejo um cara entrar, falo “esse carro de quem é? É seu? É “frio” ou é “quente”? Porque aqui você não vai entrar!”.

*(Estamos diante do condomínio, em fase final de construção por meio de mutirão, olhando a viatura estacionada mais a frente, diante de um “condomínio-problema”. Os moradores notam nesse mutirão algumas benfeitorias inexistentes nos condomínios “normais”).*

**Técnico de Instalações** – Aqui a gente já tem um porteiro, tem uma portaria...

**Vera** – Nós temos também, mas aqui tem um povo muito folgado, que acha que manda e... No meu não entra bandido, eu brigo!

**Técnico de Instalações** – Se você não tira no começo, já era... Eu sou subsíndico lá [no CDHU que moro]...

**Vera** – Se você não tirar, vira bagunça!

**Técnico de Instalações** – Em qualquer lugar!

*(Vera busca uma mutirante desse conjunto para nos apresentar. Quando ela chega, mudamos o rumo da conversa).*

**Claudia (Mutirante)** – Oi. Tudo bem?

*Vocês fizeram (esse conjunto) por mutirão?*

**Claudia** – É, foi por mutirão. Trabalhamos todos os sábados e domingos.

*E como é que começou? Vocês foram na CDHU?*

**Claudia** – Não. Tem uma associação, fizemos umas reuniões e depois eles liberam o terreno para construir. Depois a gente começa a trabalhar no canteiro, de sábado e domingo.

*E o projeto, os apartamentos...?*

**Claudia** – Aí não! Tem engenheiros, mestre de obras... A gente fala com eles tudo.

*Eles vêm aqui na obra...?*

**Claudia** – Eles ficam aí direto. Tem o presidente da associação, tem os engenheiros, o mestre de obra.

*E o que vocês construíram daqui, as fundações, as alvenarias?*

**Claudia** – Não. Aqui o prédio já estava construído. Estava levantado. A gente faz é carregar blocos, fazer acabamentos... Essas coisas foram tudo a gente.

*Já estavam com as paredes?*

**Claudia** – Já!

**Vera** – Estava no pré-moldado?

**Claudia** – Estava [pronto] quase tudo.

**Vera** – Parede e tudo quando vocês vieram?

**Claudia** – Já!

**Vera** – Tem um sobrinho meu que vai pegar um apartamento.

**Claudia** – Quem é o seu sobrinho?

**Vera** – O Junior.

**Claudia** – Qual “Junior”? O filho da Laurita?

**Vera** – Isso!

**Claudia** – Ah! Sim.

*E vocês que moram, que vão morar, o que vocês acham aqui do bairro?*

**Vera** – Pra mim, que já estou há quatro anos, gosto.

Tenho amizade com todo o mundo, todos os síndicos... A gente até já montou uma associação.

**Claudia** – Legal né...

**Vera** – Você já participou da nossa associação?

**Claudia** – Não.

**Vera** – Nós vamos convidar você pra participar.

**Claudia** – Vou sim.

**Vera** – É para o bem nosso.

**Claudia** – Onde que é?

**Vera** – Estamos fazendo lá no [condomínio] azul escuro. O meu é o azul claro, [o número] 361. E o azul escuro é o do Waltinho.

**Claudia** – Aqui em baixo?

**Vera** – É! (...) Quem é síndico aqui?

**Claudia** – O Márcio.

**Vera** – A gente pode estar conversando com o Márcio também.

**Claudia** – É, pode...

**Vera** – Obrigada, lindinha (ela parece se colocar como nossa "porta-voz", e segue nos mostrando os espaços).

**Outro técnico** – É da engenharia?

*Sou arquiteto...*

**Outro técnico** – Melhor ainda! É o cara certo!

*Vocês fazem instalação de que?*

**Outro técnico** – De câmera, alarme, de incêndio, de água. A gente tem uma boa referência do engenheiro, do mestre de obra. A gente faz um "bem bolado" (ele me vê como uma possibilidade de um "futuro serviço"). Toma um cartão meu...

*Valeu... (Vamos seguindo nossa "visita guiada" para o interior do mutirão, onde estão localizados a quadra e o edifício comunitário, padrão da CDHU).*

**Vera** – Como é chique! No último! Parabéns! Olha, tem quadra para as crianças, interna...

*Vocês estão quase pra mudar?*

**Claudia** – Até o final do ano...

*Ficou quanto tempo no processo de construção, assembléias?*

**Claudia** – De assembléias, eu entrei depois. Aqui no canteiro tem mais de dois anos.

*(Entramos em um apartamento) Você vem de onde?*

**Claudia** – Eu moro lá perto da Rageb Chofi... É pertinho.

**Vera** – Nossas cozinhas são maiores que as suas e as áreas de serviço do tamanho do seu banheiro...

*É um pouco diferente esse apartamento?*

**Vera** – É diferente! A lavanderia é maior, a nossa cozinha é mais comprida. Eu preferia a cozinha aqui e o banheiro menor... É bem diferente.

*(Saindo do apartamento)*

**Vera** – É muito bonito seu CAP (o Centro Comunitário Padrão, cujo projeto também é fornecido pela Companhia).

*(Saindo do mutirão) O que mudou em relação ao [condomínio] de vocês, esse aqui?*

**Vera** – Ah! Tudo aqui é diferente, o jeito que é. Desde a portaria é diferente, a portaria tem uma proteção se chega uma visita, tem quadra, eles ganharam um parquinho já com proteção... O nosso não! Não tem isso.

*Mas por que eles "ganharam" aqui e vocês não tiveram lá no de vocês?*

**Vera** – Pelo fato deles estarem construindo, eles compraram o que tinha de melhor né... (Volta ao portão

do condomínio) Tchau Claudia! Vocês já têm uma administradora?

**Claudia** – Não escolhemos ainda...

**Vera** – Nós estamos com a “X” faz quatro anos e eles são pessoas bem corretas, viu! Ali só gasta o dinheiro se o síndico fizer alguma coisa errada. Porque ali é tudo dentro do papel, tudo certinho.

**Claudia** – A gente está com uns orçamentos para ver...

**Vera** – Então... Vou te falar, o pessoal pegou um monte de administradora e estão todos revoltados... Nós estamos com a “X” faz quatro anos e pouco, eles dão pasta, dão até o tanto que o morador gasta de água, no relógio, o mês anterior, o outro mês... Vou te falar, por eles eu ponho minha mão no fogo! Sei certinho o quanto tenho de dinheiro, quanto deixo de ter... Dá um pulinho lá, alguma hora! Tchau flor! O pessoal que construiu está de parabéns, os meninos e as meninas...

*(Ventava...)*

**Vera** – Lá atrás está os moradores do Jardim Marilu (um loteamento popular). Da CDHU é pra cá, lá (aponta os conjuntos para além do Jardim Marilu) é também CDHU, mas acho que só mora “polícia”. Maioria lá é “polícia” (é o condomínio Flamingo, situado do lado de lá do Jardim Marilu, construído com as mesmas tipologias e no mesmo período).

*(Retornávamos em direção ao seu condomínio...)*

**Vera** – Aqui é uma creche nova que fizeram. Boa hein!

*O que você acha que é preciso fazer por aqui, pra vocês?*

**Vera** – Acho que precisa trazer um mercado, lugares para atividades com nossas crianças, uns cursos... Muitas coisas precisam aqui... (aponta umas construções informais ao longo da rua de acesso aos condomínio) Aqui ainda é de alvenaria, mas lá em baixo é horrível!

(Fala sobre o comércio informal instalado ao longo da rua de acesso, sobre aquilo que seria a ilha do sistema viário: uma sucessão de pequenas barracas de madeira no meio da rua).

*O que é que tem lá embaixo de tão horrível?*

**Vera** – Tem umas padarias, tem até comida lá, lugar que vende...

*(Agora ela mostra um apartamento do térreo de um dos edifícios da CDHU que transformaram sua sala numa pequena padaria. Seus moradores quebraram parte do muro de divisa do conjunto para poder abrir essa sala-padaria para a rua, configurando um pequeno beco).*

**Vera** – Olha! Está vendo onde está chapiscado? O povo acha, você não ouviu o que ela falou, “Ah! Fiquei brava com a tia Vera!”. Mas não é minha obrigação concertar dentro do apartamento dela e outro problema que nós tivemos aqui: teve muita invasão. Então, a partir do momento que tem invasão, o que acontece? A gente não pode fazer nada, pois quem tem que tomar providência é a CDHU. E o morador paga o condomínio, mas não paga pra CDHU. Então ele não pode ir lá reclamar, pra ter algum seguro.

*A CDHU deixa muita coisa na mão de vocês, pra vocês resolverem?*

**Vera** – Não! A gente tem que resolver porque nós somos síndicos. Está entendendo? Vamos até a padaria (uma padaria comunitária recém aberta)?

(...)



DERIVA DO DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2008. POR VOLTA DE 14h00.

Vou em direção ao Conjunto Parque do Gato. O percurso se inicia no metrô, Estação Armênia. Esse lugar já é em si bizarro, suas vias expressas, o trânsito, a feiúra das visuais. Em obras então... É difícil andar: calçadas quebradas, nas grandes faixas de pedestre o farol não abre. O Rio Tamanduateí, ausente das possibilidades paisagísticas da cidade (escondido, tapado, canalizado, aos fundos) se faz fortemente presente: exala seu cheiro nauseabundo. É um dia de feriado, reclamando-se consciência. Sigo em direção ao Bairro, entre o metrô e o Conjunto. Está completamente vazio. Durante sua travessia a sensação que me dá é de passear por uma cidadela de interior, ou por uma cidade fantasma, com seus galpões, as vilas, suas fabriquetas, empresas de segurança e pequenos hotéis. Não há pessoas na rua. Faz muito Sol.

Enfim chego ao Parque do Gato. Do lado de cá da «santa via expressa», repousam sob sombras das árvores alguns catadores de papel e moradores de rua. O único farol de pedestre demora para abrir. Há um grande movimento de automóveis. Fico esperando e observando de longe os edifícios que compõem o Conjunto. Parecem velhos. Estão meio Sujos. Coisas amontoadas. Há várias crianças, nas varandas, correndo, bicicletas. Nos *pilotis*, nos botequins improvisados na praça central, vêem-se pessoas circulando ou sentadas, ouve-se música. Eles estão aqui! O vazio do momento anterior é agora substituído por uma porção de gente. Qual surpresa? A cidade está vazia, lojas, galpões, fabriquetas, os trabalhos e serviços, estão fechados. E eles estão aqui. O que se quer ver? Penso que essas questões me vêm à cabeça por que carrego comigo o olhar, ou a necessidade de olhar e ver o invisível... Ora! São seus moradores em suas casas num dia de feriado! As pessoas estão lá como podem e como querem. Suas coisas estão lá, suas roupas nos parapeitos e guarda-corpos, as barraquinhas, carrinhos de catadores, bancos quebrados... "Como eles transformam seu espaço?". O farol abre.

Esse lugar parece se «absolutizar» diante do olhar «desinteressado», tal como se dissesse "ele é assim, ele é isso!". Pois bem: são cidadãos lá amontoados, mas numa cidade também amontoada. Não se restringe àquele lugar. Seu sentido está para além de suas fronteiras, apesar destas serem fortes e evidentes: os rios e as vias expressas. *L'île!* Essa idéia me incomoda. Este espaço parece não ter nada a dizer: trabalhadores no seu tempo de não trabalho. Estou caminhando em direção à praça central, que mais parece um cenário de destroços de guerra. Sento num banco com a necessidade de ver o «invisível»: a identidade entre a produção do espaço e a produção de relações sociais. Mas o que vejo? Vejo que as pessoas me olham! Fico um pouco incomodado e resolvo dar uma volta, em direção aos *pilotis*, às áreas entre os prédios: crianças brincando, pessoas conversando, músicas tocando... E continuam me olhando. O que há de se esperar de um dia de feriado?

Esse espaço absolutizado, como se sempre assim fosse e assim será, é um lugar onde se aloja um conjunto de trabalhadores e desempregados, que lutam para viver e sobreviver na cidade. Absolutiza-se pela sua aparente *imobilidade*, força inócua de transformação social, como pura reprodução. Morte do Conjunto? É uma forma limite? Será que os esforços dos agentes envolvidos nessa produção dão em nada? Esse lugar parece ser como um outro qualquer, a não ser pela placa que diz "propriedade da Prefeitura de São Paulo, a comercialização das unidades habitacionais é proibida!". Vou embora meio desorientado pela *ausência* e resolvo percorrer caminhos imprevisíveis pelo Bom Retiro, tal como ouvi uns dias anteriores: "deixar se perder pela cidade".



PARQUE DO GATO

O que antes parecia absoluto relativiza-se: ao longo do caminho, lojas fechadas, alguns restaurantes e bares abertos, pessoas conversam, se encontram, circulam. A forma moderna, blocos elevados sobre a praça, dá lugar às ruas e edifícios sem recuo. Penso: “é isso, aqui já é e jaz a cidade”. O Parque do Gato, apesar do lote, apesar da via expressa, apesar do rio espesso, não é totalmente separado. Ele é parte da cidade. E os olhos que os vê também o são. Se se quiser ver *guetos*, verá. Se se quiser ver *resistência*, verá. Mas também se vê as diferenças, as misturas de tempos e de gentes, o Bairro do Bom Retiro imprime uma outra imagem ao Conjunto. Os trabalhadores circulam, trabalham, vivem a cidade. “Obcecado pelos edifícios, deixa-se de ver a cidade”. Ela está lá, comum, prosaica, cotidiana. Encontros e andanças. Tantos esforços!

Num determinado instante me encontro com *Jane Jacobs*<sup>13</sup> e nesses encontros ela sempre diz: “diversidade de usos, de caminhos, de idades, de motivos...”. O Parque do Gato, como parque de *Estado*, opõe-se às ruas e aos prédios produzidos pelo *laissez-faire* do mercado: é num lugar, tudo a um só tempo. O outro é o tempo num só lugar. Lá a *cooperação*, aqui a *concorrência*. Mas diante da eminente derrota formulada em minha cabeça, do modelo *moderno-estatal* sob a pujança do mercado, recuo: mas o que há de positivo nessa experiência? O lugar liberado do lote é a possibilidade de libertação das relações do mercado: «*laissez-être!*» Assim poder-se-ia produzir um espaço de acordo com relações sociais livres da privação da propriedade. O ato engendra o espelho: paisagem e produção do homem. Mas é um possível que se torna impossível. O «ser» se reduz à ordem do «estar»: estado das relações, estado das coisas, estado do Estado. O Parque do Gato só pode existir se em relação ao Bom Retiro. O *possível* em relação ao *real*. O invisível se mostra meio visível: um só existe mediado pelo outro.

Quando me dou conta estou na Rua José Paulino, próximo ao Parque da Luz. Está muito agitado! Eventos nos museus, no parque, restaurantes repletos de pessoas, as lojas. Muitos ônibus fretados. Barraquinhas e rodas de música. Estão lá crianças, adultos e idosos. As putas e os putos. O parque é dos trabalhadores e aqui se revela a dimensão da cidade: encontros inumeráveis, diversidade e intensidade. Mas as esculturas parecem avançar sob as sombras das árvores, dizendo dar vida ao Parque, à cidade. Pior do que a cegueira é a projeção «cinematográfica». Da Luz à Nova-Luz! Triste cenário: quadra inteira demolida, prédios velhos lacrados por paredes de blocos de concreto. Coisas e catadores de coisas. É um dia de feriado. Resolvo seguir meu caminho. A multidão cessa. Paire o silêncio. Este sim é um cenário de guerra. No caminho em direção à Avenida Rio Branco pessoas se amontoam no chão, ouvem-se discussões, brigam. Abordam. Novamente *Jane Jacobs*: “a possibilidade de se mudar de caminho...!”. A destruição é sempre uma construção: renovações urbanas proporcionam novas fronteiras de produção do espaço, *localizações*, rendas, lucros. Novos sentidos aos conjuntos habitacionais... Mãos invisíveis. Uma lava a outra.

<sup>13</sup> Cf. JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DERIVA DIA 29 DE JANEIRO DE 2009, REALIZADA COM OS ARQUITETOS JOSÉ PAULO GOUVEA E DIEGO BIS

Na estação Armênia do metrô, nos encontramos. Partimos em direção do Parque do Gato pela via situada à marginal direita do Rio Tamanduateí. Apesar da via expressa, está calmo, a calçada é larga, o Rio não cheira mal. O conjunto vai aos poucos se mostrando na paisagem, primeiro as torres vermelhas de caixa d'água, as fachadas verdes e desconstruídas dos edifícios, depois seu terreno. Chegamos pela ponta onde um bom número de carrinhos de catadores de material reciclado está estacionado. Coisas e cacos no chão. Algumas pequenas barracas de madeira parecem sugerir que ali irá se erguer, novamente, uma favela. Carros da prefeitura de combate à dengue passam por lá. Não é algo que não se saiba. Entramos, era por volta de 10h00. Alguns jovens circulavam por lá, mas a maioria das pessoas tinha mais idade: senhoras aposentadas, senhores desocupados.

A «balburdia» de outros dias é substituída por uma certa tranquilidade. O dia está fresco e nublado. Ao circularmos pelos recintos percebemos alguns estabelecimentos improvisados, uma pequena oficina mecânica, outro que conserta bicicletas, mais adiante uns balcões de bar sob os pilotis. Há festas. Mas o aspecto de abandonado é marcante. Coisas penduradas pelas janelas, roupas e antenas parabólicas, algumas circulações coletivas fechadas para se tornarem privativas. Muitos problemas de manutenção: portas quebradas, remendos sob os guarda-corpos, bancos e mesas quebrados. Os edifícios parecem velhos. Não sabemos se é o abandono da política de «locação social», a se pensar pelas frases que ouvimos “aqui tem gente que já vendeu, têm outros que não pagam nada... A COHAB não devia deixar isso acontecer!”; ou se é da própria dinâmica desses moradores, rotativos, removidos de outras áreas para lá, ou mesmo despejados de lá quando não pagam suas contas. É um programa público de locação social... “Aqui não pode virar favela, aqui tem gente que não gosta de limpeza, aqui antes era melhor...”. Quem nos fala é Dona Maria, uma senhora que assumiu o posto de síndica de um dos condomínios, por falta de alguém que tivesse se candidatado.

Esse condomínio é composto por quatro edifícios, dois periféricos que chegam até o chão e dois centrais sobre *pilotis*. O condomínio é um recinto. Envolta dos edifícios um gradil que reitera e redundo o condomínio. Fecha. Como se dissesse que não basta ter o número máximo de unidades habitacionais por condomínio, é preciso demarcar explicitamente esse território de administração. Lotes: reais e imaginários. É a expressão de diretrizes e leis que o limitam ao máximo de 200 unidades habitacionais. São problemas de gestão. “O Copan tem 5.000 moradores! É um condomínio só!”. Mas o Parque do Gato se destina a uma demanda que não acessa habitação pelo mercado. Seus moradores, removidos das favelas, muitas vezes se deparam com gastos considerados inviáveis. É um déficit habitacional? Diante do imenso número de edifícios vazios ou sub-ocupados existentes, a provisão habitacional parece inócua. Mas era preciso ocupar esse terreno! Retificação dos rios, concessões de uso, títulos de propriedade complicadíssimos... Mas era preciso ocupar esse terreno e fazer frente aos modelos habitacionais das gestões anteriores, os seus Cingapuras: “isso sim é política de reurbanização de favelas!”. A dificuldade de implantação das políticas sociais de habitação, sua relação com outras formas de provisão ou de crédito, outras secretarias, parecem ter inserido o Parque do Gato numa dinâmica convencional estabelecida pelo mercado: não se paga, despeja-se. Não se fiscaliza, ocupa-se. Mas era preciso ocupar esse terreno... Este condomínio parece se assentar sobre um par: as imagens político-partidárias e os contratos de empreiteiras. Produção e grandes negócios.



FOTOS: DIEGO BIS



PARQUE DO GATO

Seguimos circulando sob seus recintos. Os *pilotis*, as lâminas horizontais permitem algumas visuais. Mas entre esses núcleos, entre esses *cosmos*, há alguns espaços que sobram, que são os fundos, que são as costas. O mato cresce. Penso que é mais um dilema da ordem de como se associar horizontes e recintos, como se pudesse dizer no limite, o homem universal-abstrato e o concreto-restrito. Os «homens»? Estão nas circulações horizontais que são como que grandes varandas. Estão nas lâminas habitacionais que comportam três tipologias: dois quartos, um quarto e quitinete. É o único conjunto dos que tenho visitado que tem variação tipológica. Espaços e famílias. E idiosincrasias da COHAB. Tantos esforços!

Fomos em direção ao Bairro do Pari, onde iríamos encontrar uma outra experiência de locação social construída pela Prefeitura: o Conjunto Olarias. Passamos pelo Bom Retiro, seus galpões, feiras, lojas e restaurantes. Passo a passo a tipologia das construções vai se transformando, “chegamos à cidade!”. Parque da Luz. Avenida Tiradentes. Rumamos em direção à Avenida do Estado. O casario volta a ser mais baixo, aparecem algumas vilas. Atravessamos o Rio. Uma grande quantidade de cortiços aparece, suas portinhas, escadas que descem aos porões escuros, pessoas nas soleiras, nos botequins, nos galpões. Há muito movimento nas ruas. Pouco a pouco o setor varejista começa a dominar, especializados em plásticos, em manequins, em utensílios. Passam-se largos, passam-se ruelas, passam-se praças. E muito comércio.

Enfim chegamos ao Olarias. É um conjunto totalmente inserido da malha urbana, serviços públicos, comércios, residências, transportes. Ele ocupa meia quadra. No restante há uma escola e umas quadras de esporte. É um conjunto de edifícios altos voltado à rua, que configura um pátio interno. As únicas cercas ou portões são aqueles que fecham as entradas. Lá dentro, várias crianças brincando. Do lado de fora, alguns adultos com seus carrinhos de catar material reciclável. Há um espaço que parece servir para a triagem: a coleta faz parte da demanda do conjunto. Se comparado ao Parque do Gato, seu aspecto é melhor, em relação ao estado de preservação dos edifícios. Até parece que estamos falando de patrimônio histórico... Mas estamos falando de uma mesma demanda, de uma mesma política, de uma forma similar de provisão. As pessoas são outras, a situação urbana é outra.

Seguimos adiante, era por volta de 11h30. O destino era novamente a Luz. Mas no caminho os grandes galpões e as pequenas residências eram entremeados por edifícios de habitação construídos pelo Estado, tanto do Governo quanto da Prefeitura. Não se tratam exatamente de *conjuntos*, pois são construções de um único edifício, isolados dentro de um lote. Só se percebe como «Conjunto» em função de suas placas, que evidenciam não suas Companhias de Habitação e sim os nomes dos seus chefes, “Governador tal... Prefeito tal...”. Seria o fim dos Conjuntos Habitacionais? Seria o fim de políticas públicas? Seria novamente o poder do mercado? Ilhas formais pairando sobre o mar de cortiços... Imagem que é regada pela visão da paisagem melancólica que temos quando estamos novamente sobre o Rio Tamanduateí: a Avenida dos Estados, a Vila Economizadora bem à frente e os edifícios encortiçados do Centro de São Paulo mais ao fundo, o ainda São Vito, o Rio, as vias expressas.

Chegamos à cidade, era hora do almoço. Paramos pra comer num restaurante armênio.

## DERIVA 28 DE FEVEREIRO DE 2009

Sábado. Cidade Tiradentes, por volta das 10h00. Chegamos pelo terminal de ônibus que tem o nome do distrito. Logo à sua frente existe uma pracinha recém construída, que estava ocupada por algumas crianças brincando. Há uma movimentação de pedestres num «entra-e-sai» do terminal, mas é muito menos abundante do que nos dias de semana. Posteriormente seguimos pela Avenida dos Têxteis, situada da cumeada do morro. Há Conjuntos de ambos os lados, mas em alguns pequenos vazios pode-se ter a presença do horizonte. Talvez isso tenda a se acabar, pois nesses espaços estão sendo implantados novos edifícios de habitação que, de uma maneira geral, têm a mesma aparência daqueles existentes. Há a exceção de um prédio que possui mais altura, uns dez andares. Edifícios com mais pavimentos normalmente se situam em localizações que os terrenos são mais caros. Aqui seria uma nova forma de produção de habitações? Maior densidade que preservaria os vazios? Maiores rendas familiares? Seguimos adiante. As pessoas estão em suas casas, paradas nas janelas, limpando ou arrumando as suas garagens. É um fim de semana.

Subindo o morro. Descendo o morro. Chegamos à Avenida dos metalúrgicos no lugar próximo ao conjunto Santa Etelvina IIIA, construído na mesma época do IIA. Nesta situação há uma confluência de acontecimentos: uma feira de abastecimento, uma centralidade comercial que se realiza nas casas transformadas, outro pequeno terminal de ônibus (Metalúrgicos), uma praça reformada alguns anos antes, em alguns terrenos vazios novos edifícios de habitação em construção: a cidade não pára. Aqui as pessoas estão mais presentes. É movimentado. O aspecto visual de Conjunto Habitacional é menos evidente. Se parece mais com uma periferia convencional, seus blocos de cimento e cerâmica, seus toldos azuis e amarelos, alguns carros estacionados sobre as calçadas, pessoas e sacolas.

Estamos na Avenida dos Metalúrgicos em direção ao Conjunto IIA. Por um lado grandes edifícios públicos horizontais, o Hospital, a Escola, a Creche e o CEU, por outro o «vale das erosões», que é uma gleba vazia de propriedade da COHAB, ocupada apenas pelos eucaliptos, manacás, cássias, embaúbas. E a terra que escorre. Mais à frente as praças construídas sobre os vazios, seus «bangalôs», bancos, barras de ginástica. E mais edifícios altos, uns cinco ou seis. A paisagem está transformada, toda colorida, foram criados outros «pontos de fuga». Neste momento não há muitas pessoas nesses lugares. Elas parecem estar concentradas nos equipamentos comerciais situados na «paisagem antiga», meio preto e branco, habituais. Encontros.

Conforme nos distanciamos da Avenida, subindo uma das ladeiras do Conjunto IIA, menos pessoas são vistas. Há algumas circulando, outras em alguns botequins. Nas visuais predominam os edifícios, lá sobre os platôs. Seus muros e garagens. Às vezes aparecem novas construções, intervenções pontuais, outras linguagens, mas sempre habitações. Estamos subindo em direção à outra cumeada, que se debruça sobre o rio Aricanduva. As perspectivas se abrem, mais vazios aparecem, matas, hortas, pequenas chácaras. Na outra margem do rio, outro morro. Aquele ocupado pelo mar de prédios novos da CDHU: Cidade Tiradentes se expande para além de suas fronteiras.



CIDADE TIRADENTES NUM SÁBADO À HORA DO ALMOÇO





DAS FRONTEIRAS DO CONJUNTO AO CONJUNTO DAS FRONTEIRAS

## **4. CONJUNTO CONCEBIDO**

## A. INTRODUÇÃO

Aqui neste capítulo faremos um percurso pelo processo histórico que articula a produção de cada um dos Conjuntos Habitacionais estudados<sup>1</sup>. Tentaremos ver como estas experiências se sucedem ao longo do tempo e do espaço, no âmbito de suas formas arquitetônicas e urbanísticas (concebidas e produzidas), de características das respectivas Companhias Públicas de Habitação e com relação ao contexto histórico em que estas produções estão inseridas. Se os contextos não determinam tais produções de forma unívoca, como uma relação entre causa e efeito, ao menos contribui para a mudança de seus paradigmas. Qualidades e quantidades. Assim constituiremos um *movimento* possível.

Iniciaremos a partir do Sistema Financeiro de Habitação e o Banco Nacional de Habitação – SFH/BNH, organização institucional e financeira engendrada em nível federal no bojo da Ditadura Militar. É a partir deste aparato que se produziu em escala regional o Conjunto CECAP Zezinho Magalhães Prado. Posteriormente passaremos a observar os desdobramentos desta forma de produção, tanto no interior da própria Companhia, com a transformação da CECAP em CDHU, quanto nas experiências em nível municipal representadas pela COHAB. Nesta transformação se situam os Conjuntos CDHU Iguatemi e COHAB Santa Etelvina, cujas experiências se inserem no processo de consolidação da produção habitacional de grande escala em nível regional, realizadas em detrimento de políticas habitacionais em nível federal. Num momento seguinte, a partir destas duas companhias (CDHU e COHAB), se inserem as produções dos demais Conjuntos Habitacionais que, no entanto, são construídas com formas de produção diferentes das realizadas em massa. Assim o COPROMO, produzido por mutirão e autogestão, se dá a partir da CDHU através de um programa específico criado pelo do embate entre movimentos sociais organizados e o Estado. Já a partir da COHAB, são realizados através de programas e objetos específicos os Conjuntos Habitacionais na área central da Cidade, tais como a Locação Social do Parque do Gato e o Cingapura. Estes dois últimos, por sua vez, se dão com a presença preponderante de recursos financeiros de agências internacionais (BID/BIRD), o que indica uma outra forma (em nível mundial?) de financiamento das moradias.

Depois passaremos a percorrer entrevistas com Arquitetos que se inseriram em algumas dessas produções. Eles nos mostram desde as concepções arquitetônicas e urbanísticas que engendraram tais Conjuntos, bem como uma série de limitações que são impostas pelos contextos de suas respectivas produções: seu tempo, seu espaço e sua Companhia. São visões da técnica. Estes dois momentos (*Companhias de Habitação* e *Entrevistas com Arquitetos*) devem ser considerados, por você leitor, como complementares. São agentes na história. Neste sentido, eles abrirão caminho para se pensar sobre os limites desta forma de produção, o «Conjunto Habitacional», seja através de seu «confronto» com as determinações do presente, que foram discutidas e representadas pelo capítulo anterior (Conjunto de Situações), seja através de seu «confronto» com suas determinações do passado, que serão discutidos e representados através do próximo capítulo (Recuo Histórico). Esta relação entre os momentos de análise e percepção dos Conjuntos («do presente ao passado») constitui o movimento que se dirige aos apontamentos que o conjunto dessas relações pode indicar como *possível* para formas de superação. Deste modo, peço-lhes que tenham sempre em mente, ou à mão, este conjunto de relações para amparar os capítulos seguintes.

<sup>1</sup> As expressões “Conjuntos Habitacionais estudados” ou “os seis Conjuntos” se referem ao CECAP Zezinho Magalhães Prado, COHAB Santa Etelvina, COPROMO Mutirão e Autogestão, CDHU Iguatemi, Parque do Gato e Cingapura Zaki Narchi.

## B. COMPANHIAS DE HABITAÇÃO

O governo militar se instituiu através de um golpe de Estado. Sua legitimidade, portanto, se dava mediante suas armas de fogo. Nesse momento se buscou, através dessa centralização política de cunho autoritário, o desenvolvimento das relações de produção e da economia: de um lado pelo incentivo às empresas privadas e de outro pelo arrocho salarial. Qual seria o resultado esperado? A acumulação capitalista e o desenvolvimento econômico. No entanto, esses instrumentos (controle de inflação, contenção de gastos públicos, arrocho salarial) poderiam ter altos custos políticos, fazendo com que esse novo regime pudesse perder sua sustentação ideológica. É no interior dessa estratégia que são criados o Sistema Financeiro de Habitação e o Banco Nacional de Habitação (SFH/BNH), que visavam contribuir com o desenvolvimento econômico a partir do incentivo à indústria da construção civil e corresponder à demanda popular por habitação<sup>2</sup>.

Os recursos para esse sistema vinham de forma compulsória de parte alíquota dos salários dos trabalhadores, através do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – e seriam destinados à produção de moradias e infra-estruturas. A ação do BNH visava difundir a propriedade residencial entre as classes menos favorecidas, atuando na eliminação de favelas e cortiços e, conseqüentemente, na melhoria sanitária e ambiental. É o momento em que foi possível uma política habitacional em nível federal, unificada, centralizada e com recursos financeiros disponíveis, na medida em que o combate à falta de moradias através da produção de Grandes Conjuntos pôde ser realizado em função dos instrumentos e estruturas econômicas estarem sob o controle de um governo autoritário. Portanto, é um processo que articula o desenvolvimentismo econômico (desejado por suas autoridades) ao advento universal, ao menos aparentemente, da casa própria e da propriedade privada. Deste modo, o *problema da habitação* passa a ser tratado como um *problema social*, cujo acesso à *moradia* aparece como elemento legitimador e justificador de tais políticas

Para permitir o acesso de maior número de trabalhadores à casa própria, buscou-se reduzir o custo unitário da moradia através da racionalização de sua produção, do aumento da produtividade da indústria da construção civil e da constituição de «estoques de terras baratas» localizadas em áreas distantes da região central das cidades. Mas também através da redistribuição de investimentos, da criação de empregos e de pólos de desenvolvimento. Assim poderia ser assegurada a amortização de investimentos privados neste setor de produção, além de identificar o combate ao déficit habitacional à acumulação capitalista privada. É uma política, a um só tempo, *social* e *econômica*, e que se realiza fundada sobre o trabalhador, pois este aparece simultaneamente como fonte de recurso (FGTS), como fonte de trabalho não-pago (canteiro de obras) e como demanda (realização de valor).

No entanto, a racionalização deste processo produtivo não se realiza da mesma maneira que em outros setores da indústria, onde predomina um modelo de organização do trabalho de tipo *taylorista*. Segundo Benjamin Coriat<sup>3</sup> a produção

<sup>2</sup> "(...) a contenção dos meios de pagamento, a redução do investimento público e do crédito ao setor privado, iriam provocar contrações inevitáveis na demanda e, ao mesmo tempo, reduziriam, necessariamente, o capital de giro do setor industrial. (...) Em outras palavras, isto significa que a saída mais eficaz para as crises conjunturais, digamos «clássicas», ao contrário do corte nas despesas governamentais, é o seu aumento, para criar emprego e demanda a partir do investimento em obras de longa maturação e, preferivelmente, de prioridade secundária, durante os períodos de expansão econômica. O sistema engendrado em torno do BNH conseguiu superar o impasse por meio de uma fórmula que canalizaria para a construção civil recursos gerados no próprio setor privado. Ao mesmo tempo, o setor privado foi liberado do ônus para o qual os recursos absorvidos estavam destinados".

BOLAFFI, Gabriel. *A casa das ilusões perdidas: aspectos sócio-econômicos do Plano Nacional de Habitação*. São Paulo: Brasiliense, 1977. Pág. 49.

<sup>3</sup> CORIAT, Benjamin. *O processo de trabalho de tipo "canteiro" e sua racionalização*. Tradução de Jorge H. Oseki, mimeo, s.d.

baseada na *forma-canteiro* contém especificidades em relação aos demais ramos industriais. Os processos relacionados à repetição dos gestos e tarefas, organização serial de postos de trabalho, padronização efetiva das etapas e elementos da produção, equilíbrio das tarefas sucessivas no tempo e no espaço, emprego de maquinarias, portanto, formas regulares e controláveis, se combinam a elementos que necessariamente impõem *variações* ao processo de produção. Estas características seriam condicionadas, em primeiro lugar, pelo papel central da *terra* como suporte da produção, que por sua vez se associa às formas sociais de valorização imobiliária decorrentes da especificidade de cada *localização urbana*. Neste caso é o próprio processo de trabalho que circula e que deve se adaptar a cada situação concreta. Assim, a *localização* submete as relações de trabalho e a exploração do trabalhador aos lucros presumíveis e possíveis de cada produção. Em segundo lugar, outra característica se refere ao fato de a massa produzida em canteiro ser, necessariamente, heterogênea, pois é dependente da diversidade de usos, programas, técnicas construtivas, dimensões, custos e etc. Em terceiro lugar, em função do *trabalho concreto*, que impõe a combinação de elementos definidos pela organização clássica de tipo *taylorista* (a *forma-fábrica* onde predomina a divisão de trabalho em etapas sucessivas e simultâneas que, por sua vez, contribui com a *banalização* do trabalho e do trabalhador), com elementos não-clássicos, denominada de *forma-canteiro*, que contém a cooperação de trabalhos qualificados, equipes polivalentes e relativamente autônomas<sup>4</sup>.

A produção imobiliária, portanto, se constitui como um complexo processo de trabalho que articula diversos agentes, tais como instituições públicas, proprietários fundiários, incorporadores imobiliários, financiadores, fornecedores, construtores, engenheiros, arquitetos, assistentes sociais, mestres, pedreiros, serventes etc. Cada um desses agentes em particular busca sua respectiva forma de remuneração no processo produtivo. Porém a relação entre os *valores* produzidos neste processo de trabalho se estabelece em função de cada momento histórico, um contexto político e econômico, que determina o acento que é posto na forma de distribuição entre salário, lucro, juros e renda. É uma produção particular, portanto, que se associa às relações sociais de produção, que por sua vez estabelecem as condições de exploração da força de trabalho (seja no canteiro de obras, seja na indústria em geral) com as condições de reprodução da força de trabalho (seja pelas formas urbanas que são destinadas aos trabalhadores, seja pelas suas condições de espoliação).

Aqui se funda a ambigüidade da política SFH/BNH, que pode ser constatada através dos seus resultados, pois o Plano Nacional de Habitação teria beneficiado mais aqueles que o controlavam do que, efetivamente, as classes populares. A maior parcela dos recursos financeiros, extraídos de forma compulsória dos trabalhadores assalariados, financiou a produção de bens de consumo duráveis, habitações e infra-estruturas de transporte, de energia e saneamento que beneficiaram as classes médias e altas. Além de terem sido realizados por empresas de grande poder econômico e político, os quais

<sup>4</sup> Pode-se observar que no nosso processo de desenvolvimento urbano-industrial, as relações de trabalho dentro do canteiro de obras se davam de maneira diferente se comparadas às realizadas numa indústria. Apesar de ambas se relacionarem às formas de valorização, divisão do trabalho e hierarquia, é no canteiro de obras onde a presença de um trabalho mais qualificado é presente. *"Naquilo em que a industrialização, utilizando a tecnologia dos meios de trabalho, não havia degradado o manuseio do material e o próprio trabalhador, se detinha maior autonomia e liberdade e o trabalho, sendo chamado artístico, de forma que aquele que o desempenhava aparecia como trabalhador que sabia e dominava o que fazia. Nesse sentido, era um trabalhador valorizado, oposto àquele que seria reconhecido como operário moderno e que, muitas vezes, tendia a desconhecer o processo de produção do qual participava. (...) No canteiro de obras, a flexibilidade da produção comporta a cooperação simples e uma divisão de trabalho que a aproxima da manufatura industrial, como se ela fosse uma evolução do artesanato. Na construção, o trabalhador mesmo que artesão, no sentido de manter uma relação pessoal e individualizada com suas ferramentas de trabalho, é submetido a uma hierarquia de tarefas, dada pela organização do canteiro de obras".* PEREIRA, Paulo Cesar. *São Paulo – a construção da cidade – 1827-1914*. São Carlos: RiMa, 2004. Pág. 103-105.

poderiam influenciar as estratégias do próprio sistema SFH/BNH, em seu benefício<sup>5</sup>. Porém, era (?...) uma política que se apresentava espetacularmente como provedora do «sonho da casa própria», como meio de incorporar os trabalhadores excluídos à modernidade produzida pelo desenvolvimentismo da ditadura militar. Poderia assim aparecer como que uma «recompensa» pela hostilidade do sistema como um todo e pelos processos autoritários de remoção de favelas em particular. Deste modo, além de sua funcionalidade às políticas econômicas, também atuava como um forte elemento ideológico sobre as tensões sociais. As coisas e as imagens das coisas.

*“Os argumentos dessa estratégia política aparecem com clareza na carta que Sandra Cavalcanti enviou ao presidente Castelo Branco propondo a criação do BNH: «Achamos que a revolução vai necessitar de agir vigorosamente junto às massas. Elas estão órfãs e magoadas, de modo que vamos ter que nos esforçar para devolver a elas uma certa alegria. Penso que a solução dos problemas de moradia, pelo menos nos grandes centros, atuará de forma amenizadora e balsâmica sobre as suas feridas cívicas» (apud Valladares, 1981: 31). Ou nas palavras de Roberto Campos, já na década de 70, justificando novos investimentos no chamado mercado popular, também baseado no pressuposto de que a propriedade habitacional é demanda prioritária das classes trabalhadoras: «A solução do problema pela casa própria contribui muito mais para a estabilidade social do que o imóvel de aluguel. O proprietário da casa própria pensa duas vezes antes de se meter em arruaças ou depredar propriedades alheias e tornar-se um aliado da ordem» (apud Azevedo, 1979: 109)”.*<sup>6</sup>

As experiências do SFH/BNH realizadas por meio do processo de racionalização da produção, desenvolvido segundo *determinadas* premissas da arquitetura moderna, formaram uma grande *quantidade* de moradias e equipamentos coletivos e engendraram uma nova *qualidade* urbana. Esta, por sua vez, visava satisfazer necessidades dos trabalhadores assalariados no seu tempo de não-trabalho. A forma urbana concebida a partir das noções de *habitação mínima* se transformou, no entanto, em *mais-que-mínima*, pois passou a ser restrita e determinada *pela e para* a racionalização desta forma específica de produção, rebaixando a qualidade e a quantidade de necessidades a serem satisfeitas. Esta *racionalidade* se expressa numa *irracionalidade* das localizações, cuja busca de terrenos mais baratos engendra um conjunto de cidades dormitórios desconectadas dos sistemas urbanos existentes, contribuindo tanto para a sua fragmentação e quanto para a fragmentação da provisão de infra-estruturas. Neste sentido, a economia decorrente da racionalidade produtiva é, por assim dizer, compensada pela deseconomia dos deslocamentos dos trabalhadores até seus postos de trabalho, que estendem sua jornada de trabalho em horas improdutivas que, por sua vez, contribui com a espoliação do trabalhador. Evidentemente estes custos não são contabilizados na produção oficial. A isso se soma que essas novas cidadelas desprovidas do produto social, ou seja, da própria *Cidade*, devem ser também compensadas por uma *autoprodução* de seus moradores, atividade que financia a existência de bens e serviços coletivos, jamais contabilizados em qualquer forma equivalente de salário<sup>7</sup>.

<sup>5</sup> Cf. MARICATO, Erminia. *Política Habitacional no regime militar: do milagre brasileiro à crise econômica*. Vozes: Petrópolis, 1987.

<sup>6</sup> ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2000. Pág. 68-69.

Os trechos citados de outros autores (apud) se encontram em: VALLADARES e FIGUEIREDO. *Habitação no Brasil: uma introdução à literatura recente*. Rio de Janeiro: ANPOCS – Bib nº 11, 1981. AZEVEDO. *Política de Habitação Popular: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: IUPERJ – Dados nº 22, 1979.

<sup>7</sup> “Em outras palavras, submetido à engrenagem econômica da qual não pode escapar, o trabalhador, para reproduzir sua condição de assalariado e de morador urbano, deve sujeitar-se a um tempo de fadiga que constitui um fator adicional no esgotamento daquilo que tem a oferecer: sua força de trabalho.

Apesar de tudo, o *sonho* da casa própria justificaria e legitimaria essa forma de produção. Ela representa a *estabilidade* de se fixar numa localização da cidade em constante processo de renovação e transformação. Estabilidade anunciada como possível, mas jamais realizada. A *casa*, embora estivesse num Conjunto Habitacional distante e desprovido de bens e serviços comuns à sociedade, também representa uma forma de ascensão social fruto do trabalho e do esforço individual que, talvez, retome uma gênese rural e cristã, onde os momentos de promessa e de penitência permitem a posterior felicidade imaginada. Mas não é só uma *aparência* mistificadora. Ela é *efetividade*, pois de fato realiza essa incorporação. O morador da casa saneada. Eis o problema do fetiche: a casa própria torna-se uma espécie de equivalente geral de valor, que pode ser transmitido a outrem por meio de herança ou de poupança. Uma renda capitalizável. Torna-se um patrimônio. Ela é símbolo de distinção social, uma forma de fuga de alugueis usurários e de acesso a créditos para o consumo. Direitos e cidadania. Mas é valor de troca. Assim, embora as políticas autoritárias pudessem ter uma clareza quanto à sua forma de ação, que associa o desenvolvimento econômico a cooptação ideológica, do ponto de vista do trabalhador ela se realizaria de forma ambígua, em função da própria ambigüidade que o acesso à propriedade privada representa.

Qual a sua expressão urbana? Os Conjuntos Habitacionais repetitivos<sup>8</sup> e fragmentados. Deste modo as relações de produção, que reproduzem no imobiliário formas de produção da indústria (sem se esquecer as especificidades de «ser imobiliário»), engendrou uma nova qualidade espacial. De um lado como potência, na medida em que a grande produção pode atingir um grande número de trabalhadores, mas de outro lado, como impotência, na medida em que reduz a diversidade de usos e encontros da cidade, além de transformá-la substancialmente. Porém esse jogo de *valores* pode estar contaminado pelo olhar de uma estrutura social que já se foi, tal como aqueles identificados à «cidade comercial» destituída pela cidade industrial. Mas também, o que talvez seja mais importante, é que as relações sociais de produção do presente já são efetivamente industriais, sendo aqueles valores associados à «cidade comercial» uma presença anacrônica nas mentes pensantes, que tende a identificar a pluralidade de formas justapostas no urbano, típicas das cidades históricas européias, com a diversidade de usos e situações. Um aspecto de *urbanidade*. Nesta concepção não se está levando em consideração as possibilidades que uma produção tipicamente industrial, e sua decorrente expressão massiva, tem para o *devir*.

A habitação enquanto mercadoria, no entanto, não se realiza através de sua *integral industrialização*, em função da *terra* como suporte e das formas *não-clássicas* de organização e racionalização do trabalho. Mas também em função das formas de *distribuição* da mais-valia através das taxas médias de lucro. O espetáculo da modernidade, a aparência e a qualidade dos produtos industriais, não se expressam exatamente da mesma maneira na moradia. Há, portanto, uma importante parcela de trabalho que se realiza através da *manufatura*. A cooperação na indústria, em função da

---

*E como essa, pelo menos nos níveis de qualificação mais baixos, é abundante, a engrenagem econômica pode facilmente substituí-la, tão logo o desgaste a que está sujeita faça decair sua produtividade*. KOWARICK, Lúcio. *A espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. Pág. 39-40.

<sup>8</sup> *“A tese prevalecente, que defende a superioridade estética e urbanística dos imóveis diferenciados, e individualizados, está eivada de preconceitos, decorrentes do espírito de imitação que inspira o gosto da pequena burguesia e das camadas mais populares que se iludem com as possibilidades de ascensão social. Enquanto membros de uma sociedade de consumo de massa, todos estão habituados a consumir automóveis, geladeiras, televisões e muitos outros produtos fabricados em série, segundo modelo idêntico produzido às centenas de milhares. Neste produtos, procura-se a qualidade e não a individualidade, mas quando se trata da habitação, os preconceitos difundidos provocam uma inversão de valores que leva a dar mais importância a uma falsa originalidade kitsch do que à qualidade*”. BOLAFFI, *Ob. Cit.* Pág. 19-20. O problema da «repetição», portanto, não pode ser analisado pelo seu aspecto formal, pois isso incorre na *fetichização da forma* (como se não fosse uma relação social), e da própria Arquitetura, como uma entidade salvadora.

especificidade de sua mão-de-obra, é um aspecto de exclusividade e de *individualidade* apreensível e entesourável. Deste modo, o trabalho produtivo deixa suas marcas no produto, que *aparece* diante de nossos olhos como menos mediado pelas máquinas. A exclusividade deste produto manufaturado é a base ideológica de sustento da *casa burguesa*, seus vestígios exclusivos de uma vida apartada<sup>9</sup>. Tão única como nossas casas modernas produzidas com a aparência industrial! Elas incorporam à terra e às respectivas localizações urbanas valorizadas, trabalhos realizados e materiais utilizados.

Capitais constantes e casas-manifesto<sup>10</sup>!

Neste sentido a ambigüidade de como operava o SFH/BNH – política, econômica e ideológica – tem uma espécie de contrapartida no próprio desenvolvimento da sociedade brasileira, que se dá a partir do encontro entre a chegada do moderno e a permanência do arcaico. Uma modernização inconclusa e anômala<sup>11</sup>. Este encontro acaba por reduzir as possibilidades da modernidade às suas *formas*, as quais assumem a oposição com relação aos traços arcaicos e coloniais de nossa sociedade, tais como os tradicionalismos dos pobres migrados do campo à cidade, a cultura popular e as manifestações de pobreza urbana. Essa oposição é fruto de uma visão de *progresso linear*, por sua vez contaminada pelo olhar eurocêntrico, cuja permanência do arcaico no moderno aparece como uma etapa a ser superada e não como um elemento constitutivo. Deste modo, a valorização do «estrangeiro» se realiza através da desvalorização do «nacional», e que se expressa numa determinada modernidade manifesta apenas para nossos olhos. Esse movimento coincide com a exploração e espoliação do trabalhador nacional, cuja miséria não aparece como produto da própria riqueza<sup>12</sup>.

Portanto, podemos pensar que embora a provisão de moradias pelo governo militar pudesse ter como objetivo a catequese mental dos trabalhadores espoliados, visando apaziguar tensões sociais que estavam a ponto de explosão, os meios como esses elementos «balsâmicos» agem sobre estes trabalhadores não se restringem a um sentido determinado e específico. Constitui-se um universo de experiências. Porém, por outro lado, serve para pensarmos como que diante das aparências modernas, originadas a partir dos discursos e experiências de outros lugares, que aqui são transpostos, mas que ignoram as relações efetivas de sua produção, se constitui um falso problema de ordem técnica e econômica. O chão sólido se esfumaça. Apesar da relação entre a *forma* e a *produção*, o governo autoritário pôde se apropriar de diversas soluções arquitetônicas e urbanísticas para o mesmo objetivo. Reduzindo-as às suas determinações. Sem reproduzirmos concepções puras e ingenuamente formalistas, devemos também nos indagar, por outro lado, em que medida determinadas qualidades e quantidades espaciais *efetivamente* poderiam contribuir para a *experiência cotidiana na cidade*. Como é que essas experiências poderiam proporcionar uma espécie de «tomada de consciência»<sup>13</sup>. Quais sejam seus atores.

<sup>9</sup> Cf. «Experiência e Pobreza» em: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas Volume I: Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

<sup>10</sup> Diante da impossibilidade de realização efetiva dos modelos urbanos concebidos pela Arquitetura Moderna, as *casas* aparecem como um discurso daquilo que poderia ter sido. A linguagem industrial tipo *prêt-à-porter* aplicada a estas construções acaba por se realizar como uma «alta costura».

<sup>11</sup> Cf. MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000.

<sup>12</sup> O *moderno* é o seu tempo atual e o seu pensamento crítico. Deste modo não se pode confundir o *moderno* com os *signos do moderno*, visualmente apreensíveis, e por outro lado, não se pode separar do *moderno* a racionalidade econômica que o produz e o reproduz. Sendo assim, a «anomalia» que engendra formas de sociabilidade e de reconstrução cotidiana, se realiza através do *cálculo* dos atos, de seus *meios e fins*. Mas ela também aparece como um resíduo, que mostra a especificidade de nosso processo histórico (que deve se libertar das formulações eurocênicas). O cotidiano seria o portador da consciência e da incerteza diante da *transitoriedade* do novo e do atual, em oposição ao progresso linear que aparece como *infinito*. Cf. MARTINS. *Ob. cit.*

<sup>13</sup> *“Se levamos em conta a historicidade do homem, o homem como autor e protagonista de sua própria história, a história de sua humanização, a modernidade só é possível como momento contraditório dessa humanização. Momento que, por sua vez, cobra do homem o tributo de sua coisificação, de*



É nesse ambíguo contexto do SFH/BNH, através da Caixa Estadual de Casas para o Povo, que é produzido o Conjunto Zezinho Magalhães Prado em Guarulhos. Um processo que relacionou em sua produção os interesses desenvolvimentistas do governo autoritário, as aspirações populares de acesso à casa própria e as concepções arquitetônicas e urbanísticas que visavam contribuir com a emancipação social. Deste modo, justamente por ser uma relação social, não podemos interpretar tal produção como se contivesse um sentido unívoco. Como se fosse uma relação causa e efeito. Dentro de uma «mesma» política habitacional SFH/BNH e de «mesmas» aspirações populares, foram produzidos diversos Conjuntos Habitacionais, dentre os quais se destaca o Zezinho Magalhães Prado, em função deste ter experimentado relações, sócio-espaciais que são ausente nos demais Conjuntos do mesmo período.

O terreno situado em Guarulhos onde se *projetou* o Conjunto é de aproximadamente 180 hectares, que foi previsto para cerca de 55.000 habitantes. Os estudos iniciais visavam prover de equipamentos coletivos não só o Conjunto Habitacional, mas também, em função desta sua escala, a própria cidade de Guarulhos. Ele se situa numa localização estratégica: às margens da Rodovia Dutra, uma importante estrutura viária que conecta São Paulo com as áreas onde se localizam as indústrias, empregos, Guarulhos e ao Aeroporto. Mas olhemos mais de perto o projeto.

Suas unidades habitacionais são agrupadas em edifícios laminares de três andares mais *pilotis*. Cada pavimento contém 20 unidades habitacionais que são organizadas quatro a quatro ao redor das escadas de acesso. Isso compõe um bloco de 60 apartamentos. A cada conjunto de 8 blocos, implantados lado a lado, existe um grande vazio central que é uma área verde destinada ao recreio de seus moradores. Nas extremidades estão os acessos de veículos. Todo o térreo é contínuo em função da permeabilidade possibilitada pelos *pilotis*, que configuram uma sucessão de áreas sombreadas, a projeção dos edifícios, e de áreas abertas, para onde se voltam as aberturas das unidades habitacionais. Estas garantem a insolação e ventilação adequadas e abundantes. O Conjunto se funda nas *freguesias*, uma espécie de unidade urbana que associa 32 blocos de apartamentos (1.920 unidades habitacionais) a equipamentos e serviços coletivos utilizáveis em escala local, tais como centros comunitários, pequenos centros comerciais e de serviços, creches, áreas de lazer, campo de futebol. Entre esses cinco grandes blocos de freguesias seriam implantados os equipamentos e serviços coletivos utilizados em escala regional e metropolitana, tais como postos de saúde e centros comerciais maiores, escolas estaduais de primeiro e segundo graus, escola técnica, hospital de base, estádio esportivo a até um centro de abastecimento.

A construção desse projeto deveria ser realizada mediante a pré-fabricação industrial de seus componentes, tanto para os edifícios como para as infra-estruturas, que seriam *montadas* in loco. Para tanto, foram estudados e detalhados todos esses possíveis componentes, transformando o desenho e o projeto em um *instrumento* de racionalização das possibilidades construtivas existentes, mas também incentivando o desenvolvimento de formas de produção ainda não realizadas. A grande escala de produção justificaria o investimento no aumento das forças produtivas e sua capacidade técnica. É um processo de produção que tenta associar a provisão urgente de unidades habitacionais e equipamentos coletivos em uma

---

*seu estranhamento em relação a si próprio, no ver-se pela mediação alienadora de um outro que é ele mesmo, embora não pareça. A modernidade, porém, não é feita pelo encontro homogeneizante da diversidade do homem, como sugere a concepção da globalização. É constituída, ainda pelos ritmos desiguais do desenvolvimento econômico e social, pelo acelerado avanço tecnológico, pela acelerada e desproporcional acumulação do capital, pela imensa e crescente miséria globalizada, dos que têm fome e sede de justiça, de trabalho, de sonho, de alegria. Fome e sede de realização democrática das promessas da modernidade, do que ela é para alguns e, ao mesmo tempo, apenas aparece ser para todos". MARTINS. Ob. Cit. Pág. 19-20.*



Fonte: ARTIGAS, Rosa (org.). *Paulo Mendes da Rocha*. São Paulo: Cosac Naify, 2000. Pág.184.

dimensão urbana, através de gradação de usos e equipamentos proporcionada pelas freguesias. Essa provisão seria realizada através da produção em larga escala, amparada pela racionalização industrial e a pré-fabricação. Deste modo, se impunha à atividade da arquitetura a necessidade de intervir no processo social, buscando estabelecer formas racionais de produção que pudessem contribuir com o desenvolvimento das forças produtivas, mas também com a emancipação social. Seria a produção de estruturas da *cidade* situadas de forma eficiente e organizada<sup>14</sup>.

No entanto, apesar do projeto do Conjunto Zezinho Magalhães Prado estar situado no interior das políticas habitacionais do Estado autoritário desenvolvimentista, que lhe daria as condições de intervir vigorosamente em seu processo produtivo, sua execução inicial se dá nos moldes artesanais. Os equipamentos e serviços coletivos de uso em escala regional e metropolitana são suprimidos. O número de unidades habitacionais produzido é reduzido à metade. A dimensão unitária do *projeto*, a relação entre as moradias e os equipamentos coletivos locais e regionais, não se acomoda nas formas parciais e fragmentárias de produção estatal existente, que reproduzem no processo produtivo as divisões e cisões da burocracia que a constitui. A totalidade idealizada não rompe a fragmentação produtiva efetiva.

A industrialização pesada de componentes construtivos exige grandes somas de investimento privado em suas linhas de montagem. São *capitais constantes* que se fixam numa determinada forma de produção e apenas repassam seu valor à massa de mercadoria produzida mediante sua depreciação, realizada em um longo período. Se observarmos o contexto europeu de habitação em massa, veremos que esses investimentos foram realizados na medida em que a amortização do capital investido foi assegurada pelas políticas plurianuais de produção de habitação social. Caso particular da França no segundo pós-guerra, que identificava a produção habitacional em massa ao desenvolvimento econômico<sup>15</sup>. Deste modo, o Estado autoritário aqui no Brasil parecia ter em mãos todas as possibilidades de realização de seu projeto

<sup>14</sup> "O plano de abertura proposto pelo Escritório Técnico da CECAP" (Vilanova Artigas, Fábio Penteadó, Paulo Mendes da Rocha e equipe) "em todos os sentidos desde a utilização da área urbana passando pelos processos construtivos envolvendo materiais de construção, até o conceito de unidade habitacional, foi modificar consideravelmente a visão do problema habitacional". FICHER, Sylvia. *Subsídios para um estudo do Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães Prado*. FAUUSP s/d. Pág 4.

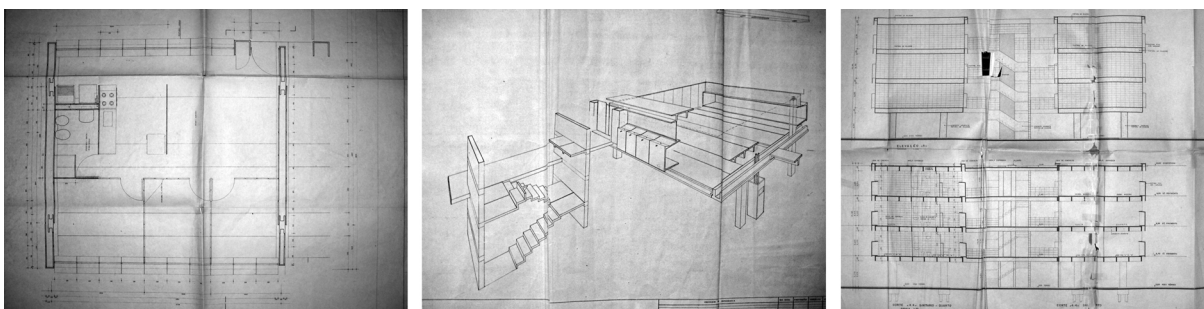
<sup>15</sup> Cf. PRETECEILLE, Edmond. *La producción de los "Grands Ensembles"*. Barcelona: Gustavo Gili, 1976.

desenvolvimentista, mas, no entanto, isso ocorreu baseado nas formas tradicionais de produção e, conseqüentemente, nas altas taxas de exploração da força de trabalho, representadas mais pela presença de tarefas manuais do que aquelas realizadas mediante as máquinas. Neste ponto de vista, o *problema da habitação* aparece como um problema da indústria da construção civil, onde o produto extraído da exploração da força de trabalho é distribuído entre as parcelas de capital e da terra, de acordo com as relações sociais específicas desse contexto. Assim, não se pode resolver esse *problema* só através de soluções de ordem *técnica* ou de *vontade política*, vistas a partir de uma forma unívoca. Embora sejam momentos necessários, não são suficientes, pois eles se constituem no interior das contradições e da luta de classes de um contexto determinado. A *técnica* não é uma forma de conhecimento capaz, por si, de emancipar o conjunto social das contradições do presente. Ela se situa no interior dessa contradição. Mas, também, por outro lado, nela está contida a possibilidade de uma determinada forma de organização social suprir suas carências e necessidades: a forma urbana criada pela implantação dos edifícios, que é identificada por alguns autores como um *alinhamento militar*, em função de sua repetição e paralelismo, decorre de uma racionalidade de produção, que se associada às gradações entre as escalas urbanas concebidas<sup>16</sup>.

De qualquer modo, se fez necessário organizar um processo de produção capaz de reduzir seus custos e prazos, a fim de que se pudessem alcançar as metas planejadas. O *projeto* do Conjunto poderia ser construído tanto *industrialmente*, baseado na capacidade produtiva já instalada, quanto *convencionalmente*, baseado na organização social do trabalho artesanal. O fato é que foi definido a partir da racionalização dos elementos construtivos e das formas de implantação através de módulos pré-fabricados, standardização, planejamento da montagem e execução desses fragmentos no canteiro, tais como a diminuição das espessuras da estrutura de concreto armado, através de seu cálculo estrutural preciso (Figueiredo Ferraz), que proporciona a redução das cargas; a localização racional das instalações hidráulicas (blocos de equipamentos sanitários) e condutores de água pluvial, que otimizam as infra-estruturas; a utilização de piso industrial que elimina o contra-piso de concreto; a utilização de estacas nas fundações que, por um lado, permite concentrar cargas estruturais, eliminando a necessidades de blocos de fundação e baldrame e, por outro lado, permite criar os *pilotis* ao se estenderem até o primeiro pavimento, sustentando diretamente o restante da estrutura dos edifícios. O fechamento externo dos edifícios é realizado através de armários pré-moldados de concreto armado e caixilhos de metal e vidro. Este sistema localizado ao longo de toda a extensão dos apartamentos é um equipamento doméstico fornecido, que proporciona iluminação e ventilação abundantes. Esta forma de organização do *produto* em seu conjunto se realizou em função desses arquitetos se associarem diretamente a engenheiros, assistentes sociais e empresas que produziam e desenvolviam os elementos construtivos. Essa organização proporcionou compor um processo de trabalho realizado de forma cooperada<sup>17</sup>.

<sup>16</sup> "Onde se procura integrar todos os aspectos da habitação, ligados à vida humana, típicas nas grandes concentrações urbanas. (...) A disposição urbanística regular das unidades e a alta densidade de ocupação nos setores de moradia (freguesias) propiciam índices extremamente favoráveis, na utilização dos serviços públicos de infra-estrutura, tais como, rede de água, de esgotos, águas pluviais, distribuição de energia elétrica domiciliar e iluminação pública e distribuição de gás". FICHER. *Ob. cit.*, pág. 12-13.

<sup>17</sup> "(...) para eles..." (os arquitetos)", propor um conjunto habitacional não se resumia na simples composição espacial de uma série de moradias, mas na possibilidade de oferecer as condições necessárias para o desenvolvimento da vida cotidiana, o que inclui os vários serviços que o ambiente urbano pressupõe. (...) O conceito básico de «freguesias» delimita um conjunto de blocos habitacionais capaz de criar uma área de menor intimidade, com o sentido de favorecer um inter-relacionamento mais intenso entre seus moradores". THOMAZ, Dalva Elias. *Um olhar sobre Vila Nova Artigas e sua contribuição à arquitetura brasileira*. Dissertação de Mestrado: FAUUSP, 1997. Pág. 341-2



Fonte: FICHER, Sylvia. *Subsídios para um estudo do Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães Prado*. FAUUSP s/d.

Frente à imponderabilidade do cotidiano, esse espaço buscava garantir gradações e mediações de usos em função de formas de sociabilidade concebidas através de equipamentos coletivos. Se a repetição dessas formas construídas parece sugerir um ar autoritário frente às formas de percepção que nos é contemporânea, identificado à redução das possibilidades urbanas através da repetição formal, por outro lado a amplitude dos horizontes, dos espaços de estar e dos percursos, proporcionaria seu contrário: o morador define seu espaço livremente, a partir de seu uso. Deste modo, a concepção sobre a tipologia Conjunto Habitacional se desenvolve numa extensa corda-bamba, onde a linha que separa a potência de emancipação das reduções violentas é muito sutil. Essas formas construídas podem assumir conteúdos de uma urbanidade revolucionária, capaz de transformar as relações de produção existentes pelo planejamento, ou proporcionar um isolamento urbano reificador ainda maior, imposto pelo sistema como um todo. A forma repetitiva, expressão de uma determinada racionalidade técnica, por sua vez necessária à intervenção no território, não estaria reduzindo a multiplicidade das relações urbanas? O campo de ação e participação de cada indivíduo ou grupo não estaria sendo reduzido à tutela institucional dos equipamentos coletivos, que mediam as gradações? Deixemos duas questões para se pensar...

No entanto o projeto se realiza. Parcialmente, é verdade. Seja em função do estágio do desenvolvimento das forças produtivas, atrelado à produção em massa dessas unidades habitacionais, seja pela gradação de usos coletivos terem sido amputados no momento da realização. Mas a ambigüidade não pára por aí. Esses mesmos arquitetos que são perseguidos em função de suas idéias, consideradas subversivas pelo regime autoritário, e cuja perseguição resultou na cassação de seus direitos profissionais ou acadêmicos, são os mesmos que produzem (a partir dessas idéias subversivas) diversas obras públicas neste momento. Seriam as brechas encontradas no sistema? Essas formas subversivas deixaram de ser efetivamente subversivas? De qualquer modo, o Conjunto habitacional Zezinho Magalhães Prado é construído e ocupado, sua homogeneidade formal é vivida por uma heterogeneidade social que lhe impõe marcas e distinções.

A contradição entre as questões formais, concebidas por ideais emancipatórios e realizadas por sistemas autoritários parece se desfazer quando se observa o momento menos nobre de sua concretude: o processo produtivo. A funcionalidade à indústria da construção civil permite que a reprodução dessas ambigüidades se efetivem apenas em discursos. A *unidade habitacional* é a mercadoria desse processo que se baseia na exploração da força de trabalho, momento onde se extrai massas fabulosas de mais-valia. Mas também se baseia na *terra*, o suporte desta produção que se estabelece no interior das relações sociais da propriedade privada. O investimento nas forças produtivas capazes de emancipar o conjunto social, em oposição às mazelas impostas pelas carências, fixa grande quantidade de capital acumulado previamente nesses sistemas produtivos, impossibilitando sua valorização mais rápida em outros ramos de produção. Já a produção baseada na alta



Fonte: Biblioteca FAUUSP



exploração da força de trabalho, abundante e barata, em função dos processos de migração do campo à cidade e suas formas *informais* de assentamento, proporciona seu contrário: as mazelas são restituídas e o *canteiro* deixa de ser um grande consumidor de trabalho social acumulado para ser um grande fornecedor<sup>18</sup>.

A forma urbana construída se torna menos explícita se for observada apenas através de seu aspecto libertário, em função da amplidão dos horizontes de ação; ou através de seu aspecto autoritário, em função do controle direto das relações sociais pelo Estado. Assim, um pouco distante de teorias conspiratórias, tanto para o bem quanto para o mal, que concebem e fetichizam o momento do *vivido* de maneira unívoca, este espaço é vivido e representado de diversas maneiras. O que implica necessariamente, e é fundamental, que o que se deve questionar é a autonomização da *forma* propriamente dita, isto é, que ela apenas se constitui como real, concreta, na medida em que é mediada pelos *conteúdos* sociais heterogêneos. Os arquitetos, por sua vez, estão inseridos *no* processo social de produção. A partir daí, embora seja extremamente necessária a cooperação entre os trabalhos parcelares e dependentes, sem os quais a atividade social se afundaria num anacronismo ou numa barbárie, ela não é por si suficiente, pois a divisão técnica de trabalho está submetida às relações sociais que a contém. A cooperação, como forma *lógica* de organização de produção, se relativiza através do processo social que se realiza mediante *contradições*. De qualquer modo, essa forma de produção da arquitetura *inconformada*, buscou seu espaço de ação dentro dos processos concretos de realização, a se notar pelo importante debate acerca dos caminhos a serem adotados pela e para a prática profissional, que os arquitetos travavam no momento da construção do Zezinho Magalhães Prado. Debate que situou uma geração de arquitetos, separando-os em caminhos opostos muito delimitados, em função do contraste que o próprio momento histórico lhes impunha<sup>19</sup>.

O intenso debate, realizado no âmbito da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, polarizou posições em relação aos *caminhos da arquitetura* no interior da própria *esquerda* e estabeleceu separações

<sup>18</sup> "(...) concomitantemente, parece ter ganhado espaço uma contundente preocupação técnica com o planejamento e o desenvolvimento das cidades de modo geral. Atento à necessidade de manter o controle sobre essas políticas urbanas, o Estado vai tomando medidas para incentivar práticas que talvez tivessem, meio longinquamente, origem no próprio universo de preocupações manifestas há tempos pelos arquitetos. Se para estes tais preocupações advinham da responsabilidade na intervenção qualitativa nos meios urbanos, é bem provável que para o poder estatal a questão se revestisse de outro aspecto. Para além das formas de controle e intervenção direta, talvez fosse importante abrir caminho para o cumprimento de interesses partilhados com as grandes empreiteiras e com a especulação imobiliária do capital". IDEM. *Ibidem*. Pág. 351.

<sup>19</sup> "As posições que estavam em rota de colisão no Fórum de 68, e que transparecem mais nitidamente no discurso dos arquitetos confrontados diante do «desenho», não estariam, enfim, atribuindo à arquitetura uma força e um poder que, efetivamente, ela não tem? Qual seria o papel social da arquitetura dentro de uma sociedade capitalista?". IDEM. *Ibidem*. Pág. 337. Ver também REVISTA CARAMELO 6. GFAU – FAUUSP, 1993.



Fonte: Biblioteca FAUUSP

dramáticas que se estenderam muito além deste período. Essas posições são personificadas pelos arquitetos Vilanova Artigas, através da dimensão libertária da *técnica* e do *desenho*, e Sergio Ferro, através da crítica radical dessa *técnica* e desse *desenho*, em função de sua dimensão alienada e alienante que é revelada pelo *canteiro*. Talvez os desdobramentos dessa contradição possam chegar numa negação radical da arquitetura, principalmente em relação à sua forma social autônoma. Seja pela *fetichização* de seu momento artístico, que identifica a arquitetura com um discurso sobre a ocupação do território, em detrimento das contradições reais de seu processo de produção; seja pela *fetichização* dos poderes do desenho, que *se põem sobre a cabeça* e se descolam das próprias relações sociais de produção que o engendram como uma forma separada e como um instrumento de submissão do trabalho ao capital. A negatividade expressa nessa contradição talvez seja o movimento de desbancar o papel da arquitetura como agente condutor do processo de produção e situá-la a serviço do processo social. De qualquer modo, ela deve engendrar soluções práticas através do confronto. Situar a prática de arquitetura no interior das contradições do processo social, atuado a um só tempo na produção dos signos da modernidade e no pensamento crítico dessa modernidade<sup>20</sup>.

O CECAP Zezinho Magalhães Prado certamente foi um momento onde esses arquitetos buscaram brechas de atuação dentro do sistema complexo que o geria. Parte de suas propostas se realiza. Em relação aos seus insucessos, eles se devem ao próprio contexto histórico de sua realização, mas também, talvez, à própria crença mistificadora do papel da técnica como capaz de superar por si os *atrasos* de nosso processo histórico. O *Zezinho* se baseia numa arquitetura da indústria, nos princípios da modulação, da repetição, da montagem e etc. No entanto em sua realização, essa *arquitetura da indústria* vai sendo substituída pela *arquitetura da economia*, por uma produção artesanal na medida em que a industrialização de fato nunca se efetiva. As formas projetadas se mantêm enquanto as formas de produção são ajustadas. Mesmo assim, as freguesias são engendradas, unidades urbanas compostas pelas atividades elegidas como necessárias: a habitação, os serviços e comércio e sua articulação funcional através de sistemas hierárquicos de circulação e transporte. A lógica da produção se identifica à lógica da reprodução.

<sup>20</sup> "E não por acaso a peculiaridade da modernidade artística brasileira está, a nosso ver, na disparidade com que esta se distingue do processo de emancipação de todo o conjunto da sociedade, como se a possibilidade de uma realização plena como arquiteto, no contexto da modernidade artística, só pudesse existir ao lado da modernização econômica e principalmente social do país. Para isso, ser arquiteto não era suficiente, por melhor que fosse a qualidade de sua atuação. Era preciso participar da experiência concreta do mundo contemporâneo, para encontrar politicamente as melhores formas de atuação". IDEM. *Ibidem*. Pág. 399-400.



Fonte: Biblioteca FAUUSP

*“Naquele projeto essa lógica era o princípio que ordenava os espaços, que por sua vez eram propiciatórios das atividades humanas (...) isto é, os acontecimentos de vida urbana poderiam ser múltiplos e ocorrerem de diversas maneiras nos espaços do térreo e isso superava qualquer possível geometria da implantação”.*<sup>21</sup>

A «matéria construída» é produzida através da técnica e de relações sociais de produção. Ela expressaria o devir, as relações sociais de encontro e desencontro, aspectos referentes à *urbanidade*. Mas a forma se realiza mediante uma *lógica*, ela é ponderável: têm dimensões, custos, tempos, materiais. São unidades quantificáveis. A urbanidade, no entanto, só se concebe apenas mediante uma *ideológica* que a hipostasia, ela se situa no imponderável. Deste modo, as formas institucionais de organização em torno da produção do *Zezinho* se desdobram. Estabelece-se a necessidade de ampliação da produção e do acesso de trabalhadores a ela. Impõe-se uma determinada racionalidade que rebaixa os custos de produção para poder oferecer estas unidades habitacionais às *faixas de renda* inferiores. O imponderável se reduz ao ponderável. Conserva-se a repetição, a geometria, a seriação, que são produzidas mediante a arquitetura da economia. Eis o «homem abstrato». Ao mesmo tempo são eliminadas as articulações funcionais, unidades urbanas, gradações e mediações espaciais de usos e atividades, as freguesias e suas ambigüidades.

Esses desdobramentos são realizados posteriormente pela CDHU e COHAB. Embora não sejam realizações idênticas ao Conjunto Habitacional produzido pela CECAP, já estão nele contidas. Não são exatamente novas. A ambigüidade do CECAP se redefine dentro dos processos de disputa: a dimensão áurea da arquitetura, tanto em relação aos seus *signos* quanto à sua *crítica*, é posta do lado de fora. Nestes desdobramentos, a arquitetura da economia se transforma na economia da arquitetura, uma negação prática daquela dupla negação teórica representada pelo *Fórum de 68*. Isto representaria uma *involução* arquitetônica, a mesma que proporciona saltos na produtividade do número de moradias. Este processo tem sua origem nas relações econômicas que dão sustento à produção estatal, formada a partir da crise fiscal dos anos 1970 e que vai paulatinamente atravancando o campo de ação da política federal, sua organização baseada no SFH/BNH. Isso obriga que as unidades federativas busquem meios *regionais* de provisão de habitação, que se reestruture essa forma produtiva, mas também que se mantenha o caráter conservador das políticas oficiais da ditadura militar.

<sup>21</sup> PIGNANELLI, Paulo. *Origens históricas e involução da arquitetura: os últimos vinte anos de projetos da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2003. Pág. 103-104.



Fonte: Biblioteca FAUUSP

*"O modelo SFH/BNH, mais do que planejar e executar políticas públicas de universalização do direito à habitação, tinha como papel preponderante a acumulação privada de setores da economia envolvidos com a produção habitacional".<sup>22</sup>*

A política de habitação, portanto, se funda na dupla necessidade, de se atender à demanda social por unidades habitacionais e à demanda privada por capital para a produção dessas unidades, através dos fundos públicos. A *pacificação das massas populares* a se realizar pela satisfação de suas reivindicações se associa à intervenção direta do Estado na reprodução da economia. Deste modo, a *eficiência* dessa política passa a ser medida pelo número de unidades habitacionais produzidas, em detrimento das questões relacionadas ao desenvolvimento urbano. No entanto, com a redemocratização, os governos eleitos deveriam se contrapor à produção do governo militar, a fim de assegurar sua legitimidade. À massa falida do BNH, em função de sua crise financeira, essas políticas regionais se baseiam em formas descentralizadas e participativas de produção, tais como os programas que financiavam lotes urbanizados, infra-estruturas e casas embrião, o PROFILURB de 1975; a erradicação de sub-habitação através da urbanização de favelas e a regularização fundiária, o PROMORAR de 1979; e a autoconstrução assistida, o JOÃO-DE-BARRO, de 1984. Esses programas têm em contrapartida a participação das gestões municipais, através das COHABs, mas essas políticas tiveram alcance bastante restrito, sendo o *número* de unidades habitacionais produzido muito pequeno<sup>23</sup>. No entanto, a desarticulação da política habitacional em nível federal, mesmo depois do fim do governo militar, obrigou sua reorganização em nível regional, através dos Governos de Estado. Em São Paulo, esse processo se dá através da CECAP, Caixa Estadual de Casas Para o Povo, criada em 1949. Mas é apenas em 1964 que esta companhia consegue ter transferência de recursos capaz de realizar alguma produção, sendo uma extensão regional e executiva da política central do SFH/BNH. Em 1967 tem suas primeiras unidades habitacionais, dentre as quais, o Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães Prado<sup>24</sup>.

<sup>22</sup> ROYER, Luciana. *Política habitacional no Estado de São Paulo: estudo sobre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, CDHU*. Dissertação Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2002. Pág. 10.

<sup>23</sup> "A enorme quantia de recursos movimentada pelo BNH era importante na nova política monetária e a disputa entre o Ministério da Fazenda e o BNH, o empresariado da construção civil e os secretários estaduais de habitação não evitou a paradigmática extinção do BNH, símbolo àquela altura da ineficiência do regime militar". IDEM. *Ibidem*. Pág. 24.

<sup>24</sup> Em 1975 a CECAP se transforma numa autarquia em uma empresa pública de economia mista. "Convertida em sociedade de economia mista, a Companhia passava a ter diretoria profissionalizada, conselho de administração e conselho fiscal, contabilidade própria, corpo de funcionários sob sua responsabilidade, e, principalmente, possibilidade de celebrar contratos escapando dos rígidos controles do Direito Público". IDEM. *Ibidem*. Pág. 36.



No ano de 1980 a CECAP conta com a produção de 13.965 unidades habitacionais, sendo 4.680 realizadas em Guarulhos. No ano seguinte ela vira a CODESPAULO, que recebia recursos federais e visava abranger outras funções, tais como a descentralização do desenvolvimento industrial e urbano de São Paulo pretendendo, deste modo, atuar em seu desenvolvimento regional. É neste momento que a crise fiscal se torna aguda e impõe a necessidade de regionalização das políticas habitacionais, gestadas no interior do SFH/BNH. Em 1983 é criada a Secretaria Executiva de Habitação, diretamente ligada ao gabinete do governador Montoro. As enormes dívidas herdadas dos inadimplentes do BNH (os governos locais eram os responsáveis pela execução e comercialização das unidades habitacionais) impuseram a necessidade de uma reorganização administrativa e de revalorização de seu corpo técnico. Em 1984 a CODESPAULO se transforma na CDH, Companhia de Desenvolvimento Habitacional. Esta transformação buscava *simbolizar* a agilidade na produção para o cumprimento dos compromissos assumidos em torno da implementação efetiva de tais políticas, que seriam realizadas através de recursos orçamentários próprios, mas ainda sem uma estabilização dessas fontes.

Esta nova Companhia pretendia basear sua produção na descentralização administrativa e na participação dos trabalhadores. Pretendia estender seu financiamento à população cuja renda familiar compusesse de um a três salários mínimos e associar sua produção às prefeituras municipais. Estas entravam com os terrenos e a assistência técnica (mestres, engenheiros). A Companhia fornecia o projeto da produção e arcava com os custos de seu corpo técnico. O Estado financiava os materiais e assumia os demais custos através de seus recursos orçamentários. Os mutuários forneciam sua força de trabalho na execução de suas moradias. Esta forma de produção custava o equivalente a 25% do custo de produção empreendida pelo BNH. Deste modo, esta forma engendrada pela Companhia associava o discurso comunitário através da participação e co-gestão dos mutuários mutirantes, tidos como agentes do processo, ao discurso da descentralização administrativa que dedicava maior papel às prefeituras municipais. Seu ponto central, de fato, não era o ataque ao déficit habitacional, dramático neste momento, mas a *idéia* de uma política exemplar, um modelo ou tipo. Muleta utilizada na falta de possibilidade de uma política que atinja efetivamente a questão habitacional.

Em 1989 a CDH se transforma na CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, que absorve o DOP – Departamento de Obras Públicas e a CONESP - Companhia de Construções Escolares. Neste momento ela consegue estabilizar seu sistema de financiamento através da alíquota de 1% do ICMS, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, que passava a compor seus recursos. Ela estipulava o financiamento para as famílias em função da composição de sua renda familiar: entre 1 e 3 salários mínimos, a parcela que o mutuário deveria pagar não poderia comprometer mais do que 15 % da renda familiar. Entre 3 e 5 salários, 20 %. Com esta estabilidade de recursos a partir do ano seguinte a Companhia passa a poder produzir em grande escala, ao se associar às empresas privadas de construção. A partir de Quêrcia, as soluções administrativas de caráter empresarial passam a se sobrepor às formas alternativas de produção, tais como as partilhadas e participativas. Deste modo, se reduz a parte subsidiada da moradia e o investimento realizado através dessa nova forma de financiamento deveria retornar à empresa que, para ampliar sua produção, aumenta seu quadro técnico<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> "O corpo técnico de projetistas internos, que antes fazia os projetos e negociava com a população, começou a «ser treinado para gerenciar firmas externas que fazem seus projetos»". IDEM. *Ibidem*. Pág. 61.



Fonte: site CDHU.

É nesse contexto que se engendra a modalidade de produção denominada *Empreitada Global*, particularmente o programa SH3 onde a CDHU passa a contratar empreiteiras e empresas construtoras para o desenvolvimento de projetos e obras. Essa modalidade tem três programas de produção. O SH1, que se inicia ainda no governo Montoro, a partir de 1987. Ele agia na Região Metropolitana de São Paulo principalmente sobre terras desapropriadas pela companhia, mas também, sobre terras de seu patrimônio. Financiava a compra de unidades habitacionais, sendo realizadas casas térreas (33,55 m<sup>2</sup>), sobrados (41,60 m<sup>2</sup>), ou apartamentos (que variavam de 33,92 m<sup>2</sup>, 40,68 m<sup>2</sup> a 50,51 m<sup>2</sup>). O SH2 é engendrado a partir de 1988. Atuava na Região Metropolitana e no Interior de São Paulo através da cooperação com administrações municipais. Tanto os Municípios como o Estado poderiam fornecer as terras para a produção das unidades habitacionais semelhantes às do SH1, com a diferença que também realizavam a *forma embrião*, uma unidade reduzida aos cômodos mínimos e que permite a posterior ampliação a ser realizada pelo morador.

O Programa SH3, de 1990, é o que atinge altos índices de produção. Ele se realiza majoritariamente no Município de São Paulo, cerca de 60 % de sua produção. Quase a totalidade de sua produção se realiza em terras desapropriadas, e executam edifícios verticais cujas unidades habitacionais variam de 36 m<sup>2</sup> a 46 m<sup>2</sup>. Seu padrão qualitativo (materiais e espaços) se reduz para reduzir seu custo unitário e aumentar a produtividade da empresa. Baixava-se o custo sem nada alterar a forma de produção<sup>26</sup>.

O governo seguinte, de Fleury, consolidou o modelo anterior através da produção em massa compartilhada com a iniciativa privada. Suas inovações, talvez, apenas tenham dinamizado essas relações de produção: por um lado, instaurou o programa *Chamamento Empresarial*, através do qual a CDHU contratava a iniciativa privada para a execução integral de um determinado empreendimento, um Conjunto acabado tipo «chave-na-mão»; por outro lado instaurou a *taxa de provisão de subsídios*, que proporcionava a transferência de renda das faixas mais elevadas para as menos elevadas, ou seja, os próprios trabalhadores subsidiando os trabalhadores. Outras formas de ação da companhia vão sendo postas de lado, tais como ação em cortiços, operações urbanas, inovações tecnológicas, renovação urbana etc. Aliás, o *problema urbano* ainda se agrava. A parceria entre o poder público e a iniciativa privada destituía o Estado até da definição das áreas de implantação

<sup>26</sup> "Além de responder aos movimentos de reivindicação e atacar o déficit habitacional, a «mudança de conceito» visava também oferecer instrumento de reação para o setor privado de construção civil. (...) Não se pode deixar de notar que em abril de 1988, praticamente um ano após a posse do novo governador" (Quércia) "o Sinduscon, Sindicato da Indústria da Construção Civil, promoveu o Primeiro Congresso de Construção Paulista, com 300 empresários do setor presentes e a participação de secretários e funcionários do alto escalão do governo estadual. O congresso se repetiu em 1989 e em 1991". IDEM. *Ibidem*. Pág. 65-66.

dos Conjuntos, anulando qualquer possibilidade de planejamento. Os Conjuntos «chave-na-mão» eram construídos em terrenos pertencentes às próprias construtoras ou comprados para esse fim. Essas localizações seriam determinadas em função dos custos de produção e dos lucros presumíveis, definidas pelo menor preço do metro quadrado do terreno, portanto, submetido às leis do mercado de especulação imobiliária.

Nos anos seguintes as formas de administração pública *gerencial* do Estado assumem o comando. Busca-se alterar a organização institucional a fim de se marcar as devidas *distinções* político partidárias. A gestão Covas torna-se crítica à forma de atuação da anterior, pois segundo seu ponto de vista, o *Chamamento Empresarial* estava proporcionando demasiada oferta de serviços em relação à procura, aniquilando a concorrência entre as empresas privadas. Isso estaria tornando seus empreendimentos muito caros. O valor pago pelo terreno estaria excedendo os valores de mercado, além desses Conjuntos Habitacionais estarem sendo *superdimensionados* e concentrados em pequenas cidades. Nestas localizações o reduzido preço da terra proporciona uma maior produção de unidades: grandes glebas e participação proporcional menor do custo do terreno no custo geral da produção. A finalidade empresarial se autonomiza. Mas a partir de 1995 uma onda *civilizatória* atinge a administração pública lhe impingindo reformas estruturais<sup>27</sup>.

Isso implica no enxugamento das contas do Estado, e na alegação da melhoria da qualidade da prestação do serviço público. É o empreendedorismo da retórica neoliberal que atua nesses anos. A CDHU reduz seu corpo de funcionários a 39% e passa a lançar mão da terceirização de serviços para reduzir os seus custos de operação. Nesse contexto se realiza o programa *Empreitada Integral*, onde as empresas eram contratadas *“em processo de licitação, para fornecimento de todos os itens: terreno, projetos e sua aprovação nos órgãos competentes, construção das moradias, implantação de infra-estrutura (sic) básica e averbação do conjunto habitacional”*<sup>28</sup>. A companhia pretendia, deste modo, incentivar o desenvolvimento das empresas ligadas ao setor de construção de habitações populares, bem como de novas tipologias.

No entanto, essa produtividade se iguala à dos anos anteriores, inclusive reproduzindo sua forma urbana e a estratégia de suas localizações. Sua novidade reside apenas no *discurso*, que apregoa a transparência e a eficiência, além da suposta melhorias qualitativas de suas unidades habitacionais, seus materiais e técnicas construtivas. Esse incremento estaria sendo identificado à cidadania. Na prática, a CDHU exacerba sua fragmentação institucional ao orientar sua produção para a conquista de resultados político-partidários, que se expressa na fragmentação de suas políticas, em processos e estruturas de trabalho compartimentados, com sobreposição de funções. Algumas habitações eram entregues sem as infra-estruturas estarem totalmente terminadas. Apenas o *espetáculo* lhe dá a unidade proferida nos discursos<sup>29</sup>. Ensaio sobre a cegueira.

Esta forma de produção tem o seu par em nível municipal na produção da COHAB. Esta Companhia é criada em 1965 no bojo da política habitacional federal, associada, portanto ao Sistema Financeiro de Habitação e ao Banco Nacional de Habitação. A sua produção atinge números fabulosos nos fins da década de 1970 e meados de 1980 onde realiza diversos

<sup>27</sup> *“Privilegiando o ajuste macroeconômico e o serviço da dívida, o governo federal adota um modelo de fragilização das políticas sociais, reduzindo o financiamento estatal das políticas públicas e voltando sua política fiscal à produção de superávits primários garantidores da estabilidade monetária”*. IDEM. *Ibidem*. Pág. 76.

<sup>28</sup> Cf. <http://www.habitacao.sp.gov.br/http/prohab/tenucleo.asp>

<sup>29</sup> *“O que vem ocorrendo é uma aceleração na escala e no volume de produção variáveis ao sabor dos momentos político-eleitorais, nestes há sempre um incremento de produção vinculados aos atendimentos das bases eleitorais já consolidadas ou então ocorre algum incremento em regiões onde é preciso reverter um quadro eleitoral desfavorável e esta situação mostra-se possível e interessante”*. PIGNANELLI. *Ob. Cit.* Pág. 69.



Fonte: arquivo COHAB.

Conjuntos Habitacionais, concentrados principalmente nas periferias Norte e Leste do município de São Paulo. Dentre os da Zona Leste podemos destacar os Conjuntos COHAB Itaquera, Teotônio Vilela, José Bonifácio e, talvez o mais emblemático deles, em função de suas proporções, o Distrito de Cidade Tiradentes, construído sobre uma região antes ocupada por áreas rurais ou floresta atlântica, e que hoje faz fronteira com os municípios de Mauá e Ferraz de Vasconcelos. A produção de cerca de 40.000 unidades habitacionais nesta situação, em tipologias de embriões, casas e edifícios, engendrou o maior complexo de Conjuntos produzido pelo Estado na América Latina. Ela se inicia na década de 1970, inaugurando as primeiras unidades do Conjunto Prestes Maia em 1975. Mas dez anos mais tarde é que se conclui a maior parte de suas unidades em construção, os Conjuntos Santa Etelvina I, VIA, IIA, IIB1, IIB2, IIB3, IIB6, IIIA, IVA, VA e VII, ocupando a maior parte de seu território. Hoje em dia ainda se produz unidades habitacionais em alguns vazios ou áreas de expansão, mas a grande concentração de novos Conjuntos se dá nas beiradas do Distrito, através dos Conjuntos da CDHU.

Embora houvesse uma organização institucional, dotação orçamentária e recursos financeiros fixos para essa produção, formando as condições para a sua política de provisão de habitação, a *forma* de sua implantação não seguiu um planejamento territorial. Os Conjuntos em Cidade Tiradentes são realizados numa sucessão desordenada, tanto no tempo quanto no espaço, produzindo um espaço fragmentado e descontínuo, decorrente do processo irregular de aquisição de terras pelo poder público. Os impactos ambientais são altíssimos. Tanto no que diz respeito às levas de trabalhadores que, do dia para a noite, passam a ocupar esse espaço homogêneo, quanto à sua forma e localização de produção, que contribuiu para danos ecológicos e territoriais de grandes proporções.

Esse espaço além de novo e homogêneo era desprovido de equipamentos e serviços coletivos necessários para receber um grande contingente de trabalhadores, composto por indivíduos oriundos de diversas regiões da cidade, do Estado, ou mesmo de outras regiões do país. Essas pessoas foram justapostas em um lugar novo e desconhecido. As determinações estritas da produção, deste modo, eram postas em oposição a um grupo social que forçosamente haveria de criar laços de identidade, sociabilidade e pertencimento<sup>30</sup>.

<sup>30</sup> "A esperada construção dos vínculos dos moradores com esses novos lugares de morar, a construção de seu espaço de identidade nesse lugar, jamais poderia ocorrer de maneira imediata nos novos conjuntos, isto porque os vínculos, os espaços de identidade, são construídos por um processo e se dão por «todos» os lugares da «vida» dos indivíduos e não apenas com o da moradia, pois a identidade, o sentido de pertencer, não está vinculado apenas à casa, a identidade do lugar, também, pressupõe uma diversidade de formas e intensidade de vínculos, sendo possível que os indivíduos os estabeleçam inclusive com lugares «não-concretos», mais próximos do abstrato, do imaginário". SOUZA, Gustavo. *Do projeto ao vivido, a construção do lugar: meio ambiente na produção de conjuntos habitacionais*. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 1997. Pág. 18.

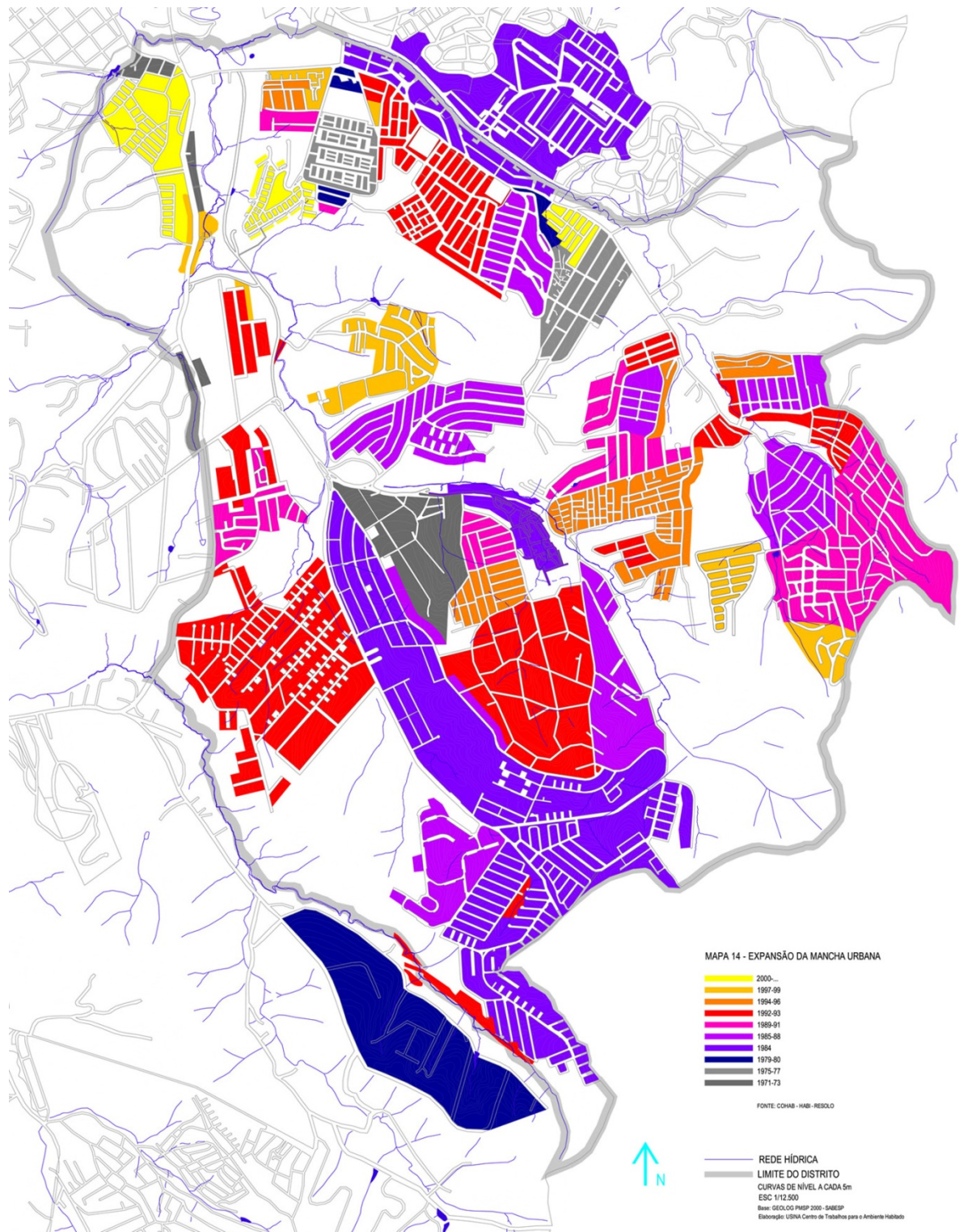
As formas de apropriação do grupo social no espaço vão produzindo lugares de referência, concretos e abstratos, construídos e imaginados. Aspectos que são sociais e espaciais, anteriores à massificação homogeneizante do Conjunto Habitacional que ele tende a eliminar, mas que pode ser restituído ao longo do tempo, no cotidiano, no momento da reprodução da força de trabalho. Ou mesmo a diferença pode emergir da repetição, instituir centralidades, produzir e representar espaços, instaurar conteúdos da heterogeneidade social sobre a homogeneidade espacial. A Atividade social marca e demarca o espaço, mas recria também suas contradições.

No momento da produção desses Conjuntos a contradição também está posta. Sua *lógica* de produção, em larga escala e serial, se expressa e se realiza através de uma arquitetura *tipológica*, reproduzida até a exaustão. No entanto entra em confronto com o seu suporte de produção, a terra, tanto no sentido arquitetônico, suas fundações, quanto no sentido urbanístico, as localizações. Na dimensão, por assim dizer, arquitetônica da terra, a homogeneidade do *tipo* se confronta com a especificidade de cada solo, impondo-lhe soluções também específicas. Mas não é só, essa exaustiva repetição se assenta sobre determinada topografia, recursos hídricos e vegetais, os quais devem ser eliminados, reduzidos ao paralelismo abstrato dos patamares edificadas. Isso envolve trabalhos concretos, desmatamentos, terraplenagem, canalizações<sup>31</sup>.

Quanto ao aspecto urbano, a produção em massa dessas unidades habitacionais, que depende da terra barata para a sua execução, contribui para a fragmentação do espaço da cidade e para a aniquilação de qualquer possibilidade de planejamento territorial. Esses Conjuntos se localizam onde foi possível constituir um estoque de terras públicas, cujas grandes dimensões favorecessem a produção de milhares de unidades habitacionais. Em geral as COHABs da Zona Leste se implantaram em situações onde já havia ocorrido a expansão urbana através dos loteamentos populares periféricos. Os Conjuntos ocuparam áreas pertencentes à Companhia, mas favoreceram o mercado de especulação imobiliária dessas regiões do entorno ao dotar de infra-estruturas de saneamento, energia e transporte, as pequenas glebas e lotes vazios, carentes antes de realização desses Conjuntos<sup>32</sup>. A produção desses Conjuntos da COHAB contribuiu com o processo de transformação de antigas áreas naturais e rurais em urbanas. O processo de urbanização, portanto, associou o trabalho informal dos moradores periféricos (os loteamentos populares) com o Estado como agente de produção desses Conjuntos.

<sup>31</sup> *“Os impactos ambientais negativos das atividades de terraplenagem, exigidas no projeto, assumem maiores proporções em consequência de implementação dos movimentos de terra de forma sistemática e contínua, mesmo que a construção aconteça meses depois, ficando o solo exposto por longo período. Outrossim, desconsideram-se, em empreendimentos habitacionais de interesse social, os projetos paisagísticos, que, além de interagirem na adaptação do empreendimento com o contexto regional da paisagem, também devem participar como parte integrante das obras de contenção. (...) Exemplo tradicional de um conjunto altamente problemático, neste sentido, é o de Santa Etelvina (...). A terraplenagem necessária à implementação do projeto ultrapassou 5.000.000 m<sup>3</sup> (IPT, 1983 – relatório de visita – Santa Etelvina e Itapevi). Esse sofreu intensas instabilizações de terreno, tendo em vista a ação de chuvas sobre o solo exposto. Nos intensos movimentos de terra executados, com a retirada do solo superficial, expuseram-se solos de alteração bastante frágeis com relação à erosão e, além disso, verificou-se até mesmo a construção de aterros sobre vegetação de porte arbóreo, em determinados trechos da gleba, o que tende a ser comprometedor, sob o ponto de vista geotécnico. Para se ter a noção do volume de terra movimentada para a construção do conjunto Santa Etelvina, o mesmo equivale a cerca de 21 % do que foi necessário para a implantação da usina hidrelétrica de Itaipu, uma das maiores do planeta. (...) Considerando-se que se previa, para o conjunto Santa Etelvina, a construção de 40.000 unidades habitacionais, verifica-se ainda que se movimentou o equivalente a 125m<sup>3</sup> de terra, por unidade habitacional. Na época de sua consolidação, estimou-se que o custo de cada residência, ante as obras de recuperação que se tornaram necessárias, teria alcançado o valor de mercado equivalente a um apartamento na Avenida Paulista”.* FREITAS, Carlos Geraldo (coord.). *Habitação e meio ambiente – abordagem integrada em empreendimentos de interesse social*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – IPT, 2001. Pág. 38-40.

<sup>32</sup> Cf. NAKANO, Anderson Kazuo. *4 COHABs da Zona Leste de São Paulo: território, poder e segregação*. Dissertação de Mestrado FAUUSP, 2002.



Este gráfico mostra a produção dos Espaços de Cidade Tiradentes (Conjuntos Habitacionais, Loteamentos Populares e Favelas) ao longo do tempo. Como pode se notar, não há uma lógica de espaço e tempo, mas sim, apenas uma «lógica» de acesso aos terrenos que foram possíveis.  
 Fonte: USINA Centro de Trabalhos Para o Ambiente Habitado



Fonte: arquivo COHAB – Anos 1980.

Outra questão se refere ao processo de adensamento desses Conjuntos ao longo das produções da COHAB. Se tomarmos como ponto de partida o Conjunto Itaquera I, o Teotônio Vilela, depois o José Bonifácio e, em seguida Cidade Tiradentes, poderemos observar que o tamanho das unidades habitacionais, os seus pés-diretos, os afastamentos entre os edifícios, as áreas livres e verdes etc., vão paulatinamente reduzindo duas dimensões e proporções<sup>33</sup>. Situação agravada no caso de Cidade Tiradentes que, diferentemente daqueles Conjuntos anteriores, é um sítio mais isolado. Separado das aglomerações urbanas situadas a norte, como Guainazes, em função de sua distância, mas também de Itaquera e São Mateus, à noroeste e à oeste deste distrito, em função do Parque do Carmo. Estas aglomerações urbanas estão ligadas às estruturas metropolitanas de transporte, como os trens da CPTM, o Metrô e os sistemas de terminais de ônibus, sendo importantes estruturas urbanas para os bairros de seu entorno. À sul e à leste, Cidade Tiradentes faz divisa com os municípios de Mauá e Ferraz de Vasconcelos, suas costas, além da presença de uma topografia bastante acidentada, que atinge altitudes superiores às do espigão da Avenida Paulista.

Assim a construção desse Conjunto foi capaz de segregar e concentrar uma grande quantidade de trabalhadores urbanos, equalizados e reduzidos às suas correspondentes *faixas de renda*, mas também submetidos a um determinado ordenamento espacial, um reticulado homogêneo, que necessariamente instaura outras formas de sociabilidade, além de submetê-los às formas de clientelismo e favor na relação com o fornecimento de serviços e equipamentos públicos escassos. Os investimentos na produção de Cidade Tiradentes foram vultosos, mas várias pessoas foram para lá levadas sob o argumento da redução de custos. Ainda que se tenha produzido um mar de casas sobre o mar de morros, por ser a região do município que concentra seu maior estoque de terras para a produção habitacional, em Cidade Tiradentes ainda se produz novas unidades: em função das remoções realizadas em toda a cidade<sup>34</sup>, das áreas de risco e das áreas de ricos; de processos de produção oficial ou em regimes de mutirão autogerido; e do próprio crescimento vegetativo. Porém, essa produção de habitações não é sempre acompanhada na mesma intensidade pela provisão de equipamentos e serviços coletivos e, quando são implantados, eles se restringem às áreas pertencentes à COHAB, tornando as áreas de ocupação informal, além de precárias, desprovidas desses equipamentos. Apenas recentemente equipamentos de grande porte, tais como os Centros de Educação Unificada e o Hospital Cidade Tiradentes, foram produzidos no distrito.

<sup>33</sup> Cf. DAMIANI, Amélia Luisa. *A cidade (des)ordenada, concepção e cotidiano do conjunto habitacional Itaquera I*. São Paulo: Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – departamento de Geografia, 1993.

<sup>34</sup> Cf. FIX, Mariana. *Parceiros da exclusão: duas histórias da construção de uma "nova cidade" em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada*. São Paulo: Boitempo, 2000.



Fonte: arquivo COHAB – Anos 1980.

Cidade Tiradentes é resultado de uma determinada força produtiva que beneficia as empresas construtoras privadas, que valorizam seu capital através da exploração da força de trabalho nesses grandes canteiros de obra. Porém, essa *racionalidade* engendrou uma sucessão de *irracionalidades*, que são expressas nos fragmentos descontínuos de sua *forma urbana*. As pressões por crescimento se opõem à preservação das áreas livres remanescentes e de matas nativas. As áreas com ocupação informal pelos interstícios e fronteiras se expandem, mas a provisão de equipamentos públicos só se dá nas áreas formais de propriedade da COHAB, acentuando o contraste. Cidade Tiradentes é um grande dormitório, mas a oferta de trabalho e emprego formal não pode se realizar nas áreas de domínio da Companhia. Espaços projetados ficam vazios, e os vazios são apropriados. É terra pública, mas é profusão de entidades filantrópicas. As contradições aumentam e cada vez mais é experimentada cotidianamente pelos seus moradores. Talvez esse seja o único momento, a partir dessa experiência, que se pode interferir neste território, modificando-o, criando relações de sociabilidade e, deste modo, essa ação coletiva, talvez inconsciente de si enquanto *ação*, vá solapando a homogeneidade imposta pela produção em massa da mercadoria unidade habitacional.

Mas a *irracionalidade* se expressa também na inserção desse distrito na Cidade de São Paulo: ele se distancia dos locais de trabalho e de emprego das áreas centrais, obriga seus moradores a deslocamentos diários longos e demorados, encarece a provisão de infra-estruturas urbanas. O distrito é fruto de uma «estratégia» de segregação sócio-espacial engendrada historicamente a partir das disputas pelas *localizações* urbanas. Lá são assentados o conjunto dos «perdedores» deste processo, expressando uma das maiores taxas de crescimento populacional de baixa renda da cidade<sup>35</sup>.

Apesar de tudo isso a provisão habitacional não pára, nem se limita à COHAB. Nos últimos anos foram sendo estabelecidas parcerias entre as instituições financeiras e de produção municipais, estaduais e federais (CDHU e PAR-Caixa Econômica Federal). Os vazios internos ao distrito vão sendo paulatinamente ocupadas por novos empreendimentos, mais altos e mais densos. Mas a provisão ocorre também, e de forma mais intensa, nas fronteiras de Cidade Tiradentes, nos Distritos Iguatemi e Guaianases, notadamente a partir dos Conjuntos da CDHU construídos pelas modalidades de Mutirão, Empreitada Global e Empreitada Integral, que reproduzem a forma urbana monofuncional e fragmentada. São Conjuntos que, apesar de suas diferentes formas de produção e de localização urbana, também reproduzem uma tipologia padrão. Embora sejam implantados sobre grandes glebas, cada agrupamento se restringe a no máximo 200 unidades habitacionais,

<sup>35</sup> Cf. VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998. Tentei trabalhar com esta questão num outro texto: PETRELLA, Guilherme Moreira. *Espaços coletivos de apropriação cotidiana: Conjunto Habitacional Santa Etelvina Distrito Cidade Tiradentes*. Trabalho Final de Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2002.



um limite imposto em função de problemas de gestão levantados pelos trabalhos de assistentes sociais. Deste modo se configura uma sucessão de pequenos condomínios justapostos, compostos por moradias e um centro comunitário. A lógica dessas implantações, que segue a lógica operacional da Companhia, é a de dotar o maior número possível de unidades habitacionais num mesmo empreendimento, e engendra um território descontínuo e fragmentado. Eles, em geral, se situam em terrenos altos às margens da Estrada o Iguatemi, uma via construída sobre fundo de vale, que proporciona inúmeros acessos em aclive exclusivos para tais empreendimentos: Conjuntos Habitacionais localizados em ruas sem saída. Esta lógica viária reproduz, em certo sentido, a estrutura funcional e hierárquica que foi produzida em Cidade Tiradentes: um sistema viário principal e suas ramificações. Mas agora nesses condomínios, ao invés de o Estado criar novas estruturas viárias, passa a transformar a existente na cidade, reproduzindo e introjetando o *laissez faire* do mercado.

A fragmentação urbana é decorrente da lógica de Companhia, cuja produção é relegada às empresas construtoras privadas. A eficiência quantitativa que resulta desta parceria, e que proporciona imagens espetaculares nas propagandas político-partidárias, reduz ainda mais a provisão de moradias e equipamentos coletivos à forma *empresarial*. Praticamente se desiste de políticas de desenvolvimento urbano. “Mas ainda há a necessidade de se produzir habitações, o déficit habitacional é altíssimo”. Ora, o déficit habitacional é um conceito da economia burguesa! Pretende transformar os trabalhadores em consumidores. Mas se são «desabrigados», o são na medida em que não podem comprar habitações a partir de seus rendimentos: salários baixos, lucros altos. Deste modo, para poder proporcionar a venda das unidades habitacionais foi necessário, ainda mais, reduzir seus custos: menor valor unitário (maior massa produzida), materiais mais baratos, força de trabalho mais barata, terrenos mais baratos, menos equipamentos coletivos, menos espaços livres. A troca tende a se sobrepor totalmente ao uso. Mas o que aparece como eficiência produtiva no âmbito privado, socialmente aguça as irracionalidades urbanas e os danos ambientais.

Esses Conjuntos de Cidade Tiradentes e seus arredores expressam um movimento histórico que potencializa a precarização das relações de trabalho em canteiro e das formas de moradia proletária. São duas faces de uma mesma *moeda*. Aliás, esta determina as formas e as localizações da produção habitacional: interesses estritamente econômicos. Diante desta dupla condição metálica, se constitui movimentos sociais organizados que tinham como finalidade atuar em direção de uma produção de moradias e equipamentos públicos a se realizar mediante formas autônomas de organização e gestão. No interior deste processo nascem os *mutirões autogeridos*, uma forma de produção baseada na relação entre o *poder público*, que destina os recursos financeiros para a produção, e os *trabalhadores associados*, que gerem esses recursos e contratam as *assessorias técnicas*, organizações profissionais compostas por arquitetos, engenheiros, agentes sociais e jurídicos, que desenvolvem a construção de um *projeto habitacional* específico<sup>36</sup>.

Essas associações de trabalhadores nascem no interior da constituição de *movimentos sociais* que se organizam em meados dos anos 1970 na luta contra a carestia cotidiana. Engendram-se relações coletivas que buscam atuar em oposição aos problemas urbanos de moradia, de saneamento, dos serviços de educação, saúde etc. Esses movimentos nascem, portanto, a partir da relação de diferentes matrizes discursivas e práticas, seja pelas comunidades eclesiais de base, que atuavam nas periferias da cidade, seja pelos trabalhadores organizados em sindicatos, seja pelos militantes de esquerda.

<sup>36</sup> Cf. ARANTES, Pedro Fiori. *Arquitetura nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefevre, de Artigas aos mutirões*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

*“Embora as pessoas se encontrem, de saída, numa sociedade estruturada já de determinada maneira, a constituição histórica das classes depende da experiência das condições dadas, o que implica tratar tais condições no quadro das significações culturais que as impregnam. E é na elaboração dessas experiências que se identificam interesses, constituindo-se então coletividades políticas, sujeitos coletivos, movimentos sociais.”<sup>37</sup>*

É um processo que contribui para a transformação de *trabalhadores*, assalariados ou desempregados, em *sujeitos sociais*. Tornam-se agentes. Eles reivindicam o direito de reivindicar seus direitos. Constroem um espaço de participação política coletiva onde afloram as diversas formas de identidade e de reconhecimento. Essas associações conseguem pressionar e estabelecer o diálogo com o poder público, através de atos, de manifestações políticas e de ocupação de terras e edifícios vazios. Conquistam o espaço, denunciam contradições. Luta de classe urbana? Os mutirões autogeridos tinham como objetivo criar um espaço na produção de Conjuntos Habitacionais, dominado pelas grandes construtoras e empreiteiras. O processo de produção se transforma. Ele é a um só tempo momento de produção do espaço e de produção de relações sociais: usos e necessidades diversos, suas relações e prioridades, afloram e são estabelecidos junto às assessorias técnicas, através das assembléias e processos de formação política, que se realizam na primeira edificação construída no terreno, um centro comunitário produzido para organizar e produzir espaços e relações. Em consequência, esse espaço que abriga a produção de relações constitui uma centralidade.

Os elementos que constituem o *projeto* e a *obra* são paulatinamente apropriados por esses agentes. Isso permite que eles consigam interferir nas soluções normalmente denominadas como *técnicas*, nas formas de conhecimento específicas de um saber, cuja especificidade engendra separações e distinções nos processos usuais de produção, cujas distinções podem ser apropriadas como uma forma de hierarquia e de dominação. Esses elementos, tais como o programa de necessidades, suas dimensões e formas de organização entre os ambientes, soluções espaciais e construtivas, a sua contrapartida no terreno, as questões jurídicas e etc., são expostas e debatidas através de esquemas didáticos que surgem ao longo de cada experiência. Estabelecem-se nexos com contextos concretos de cada agente, sejam suas referências pretéritas, sejam as situações urbanas que vivem no presente, suas concepções e representações de espaços de moradia e de usos coletivos. Busca-se a produção de elementos gráficos que condensem esse processo de formação. As imagens, os croquis, plantas, cortes e modelos tridimensionais, são produzidos em função da necessidade de exposição de cada situação, além de se apresentarem abertos à interferência desses indivíduos ou do grupo. As questões *técnicas*, por sua vez, não são suprimidas: custos, materiais, técnicas construtivas, relações entre espaços, forma urbana: elas são dialogadas no âmbito da formação coletiva. O papel dos técnicos não é estabelecer *distinções*, mas formas de *interação*. O processo de trabalho aparece com a possibilidade de ser um processo pedagógico. A produção indica um sentido mais amplo. Forma e ação.

Os elementos de *obra* são racionalizados e reduzidos a poucos tipos, como uma maneira de serem apropriados e manuseados pelos trabalhadores mutirantes, os quais nem sempre já haviam atuado na construção civil. Eles são planejados através das discussões e assembléias, que definem as formas de organização do canteiro de obras e da produção. Se alteram ao longo do tempo. Sucessão de experiências. Os primeiros processos de produção se basearam quase que

<sup>37</sup> SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Pág. 45.

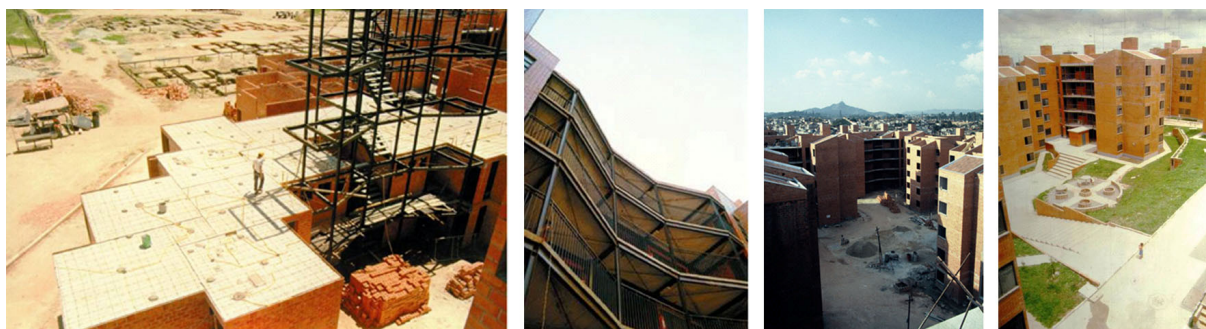


Fonte: arquivo USINA

exclusivamente na força de trabalho, sem a adoção de máquinas ou técnicas produtivas mais complexas. Partia-se da organização dos trabalhadores e da racionalização dos materiais e técnicas construtivas. O uso de blocos cerâmicos estruturais que impõe uma modulação das alvenarias, seus os vãos e vedos, além do planejamento de execução em função de sua interface com as instalações pré-montadas (os kits de hidráulica e elétrica), evitando demolições e desperdícios de material e serviço. Essas infra-estruturas são concentradas em unidades hidráulicas e *shafts*, que otimizam a instalação e reduzem seus custos. Os pavimentos são feitos de lajes pré-fabricadas, com dimensões constantes para todos os ambientes da unidade habitacional, poupando o uso de fôrmas e especificações construtivas complexas.

Paulatinamente vão sendo incorporados materiais e processos produtivos mais complexos. Eles vão sendo desenvolvidos dentro do canteiro de obras, tal como o bloco «J» inventado pelos mestres de obra, que dispensa o uso de fôrmas de madeira no fechamento lateral das lajes dos pavimentos. Mas também vão sendo desenvolvidos fora do canteiro, no momento do projeto, com a finalidade de se aprimorar a produção e de reduzir o esforço físico do trabalhador. Inicia-se com o desenvolvimento de escadas de estrutura metálicas, executadas e instaladas antes das demais etapas da construção. Sua precisão industrial fornece ao restante da obra a referência geométrica para a execução, funciona como um gabarito tridimensional, níveis e prumos para as alvenarias e lajes, ao mesmo tempo em que permite a circulação segura dos trabalhadores entre os pavimentos em construção. Esse raciocínio, por sua vez, se desdobra em varandas, que se tornam importantes espaços de sociabilidade quando os edifícios são ocupados, e mais adiante na estrutura completa do edifício, realizada dentro da indústria.

Nesta última, a estrutura metálica é montada no canteiro e logo em seguida são feitas as lajes pré-fabricadas. A partir daí, os trabalhadores passam a fazer as etapas subsequentes protegidos da chuva e do sol, além de dispensar andaimes e guarda-corpos precários, na medida em que trabalham sob a estrutura concluída, dando-lhes mais segurança no trabalho. Essa incorporação de trabalho externo ao canteiro da habitação popular, custosa e tecnológica, é possibilitada pelas formas de gestão dos recursos públicos pelos trabalhadores associados. O controle dos gastos e dos desperdícios dessa produção, além da «inexistência» de lucros, permite a esse processo a elevação qualitativa das relações de trabalho e de suas formas produzidas. Da produção e de seu produto. Tornam-se experiências virtuosas, mesmo sendo realizadas no interior dos financiamentos públicos para habitação popular, que destinam quantias homogêneas de recursos para diversas formas de produção.



Fonte: arquivo USINA

No entanto esta forma de produção encontra barreiras, por um lado ao questionar a relação entre o Estado e as grandes empreiteiras, baseada na acumulação capitalista e nas altas taxas de exploração da força de trabalho; e por outro lado por reduzir sua «força produtiva», em função de sua organização social engendrar relações de produção menos hierárquicas. Mas se aparecem como um *enfrentamento*, os mutirões autogeridos também reproduzem contradições e idiosincrasias inerentes ao processo de sua formação. O «trabalho árduo» aparece como uma mediação necessária de acesso à terra, uma espécie de redenção teológica. A sociabilidade contida nos processos de produção se transforma, não sem deixar resíduos, a partir do momento em que os trabalhadores entram em suas casas. Chegam-se ao refúgio. O que antes se identificava à constituição de uma luta coletiva torna-se reserva de valor como qualquer outra unidade habitacional: a casa pode ser comercializável. O que difere dos outros Conjuntos? Deste modo, a possibilidade de transformação das relações sociais de produção, contida nesse processo produtivo particular, baseado na autonomia de cada grupo ou associação, é relativizada pelas formas comunitárias de participação, seja mediante a submissão às instituições religiosas ou às político-partidárias, que fixam na *tradição*, na *família* e na *propriedade* os elementos estruturadores desses valores<sup>38</sup>.

Essa relação de produção, por assim dizer de origem rural<sup>39</sup>, estaria conservando aspectos da produção baseados na utilização quase que exclusiva de força de trabalho. Deste modo, a *alternativa* defendida por esse processo, poderia contribuir ainda mais com a precarização do trabalho e do trabalhador, pois estaria sendo baseado na extensão da jornada de trabalho e na utilização do trabalho não-remunerado do trabalhador, que contribui para o rebaixamento geral dos salários. Segundo Francisco de Oliveira isso seria uma *forma* que estaria utilizando o excedente de força de trabalho, trabalhadores desempregados ou desocupados, sendo a universalização desta forma de produção, um meio de se universalizar a incorporação institucional dessa precariedade. As formas que se pretendem emancipatórias, segundo seu

<sup>38</sup> "(...) as duplas indivíduo-pessoa e rua-casa como dois universos contraditórios e complementares, constitutivos do conjunto da vida social brasileira. O mundo da rua é o da «luta pela vida», e o da casa é o do reconhecimento das pessoas. Mas as regras pretensamente impessoais do mundo da rua são a todo momento transgredidas pela utilização das relações pessoais". IDEM. *Ibidem*. Pág. 96-97. Mas também, a dificuldade de se estabelecer no processo brasileiro os momentos de *impessoalidade* e da noção de *coisa pública*, termos afins às teorias da modernização, sendo submetidos às relações personalistas e cordiais. Ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1973.

<sup>39</sup> Cf. CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades / Ed 34, 2001. O *mutirão* é uma forma de sociabilidade das áreas rurais. Os camponeses realizavam a divisão de trabalhos, tarefas e, também, dos produtos da caça e do plantio, bem como as festas, tecendo uma rede de solidariedade que é constituída através das relações materiais e simbólicas de produção. Escassez e culto em comunhão. No entanto, com a expansão das relações capitalistas de produção, a imediação comunitária passa a ser mediada pelas relações técnicas e sociais do capitalismo. Engendram-se novas formas de sociabilidade aos se desconstituírem-se as anteriores. Assim como seus espaços.



Fotos de Edson Tsutsumi

ponto de vista, deveriam engendrar relações de produção que liberassem cada vez mais a força de trabalho, através da incorporação de elementos de produção baseados em máquinas e indústrias, mas também baseadas em relações formais de trabalho, regidas e reguladas por normas impessoais do aparato republicano. O Autor sugere que seria necessário transformar a habitação social num serviço público, nos moldes das políticas do *Welfare State*, sendo doadas aos trabalhadores como forma de se distribuir renda na sociedade brasileira<sup>40</sup>.

Mas o processo se torna mais complexo. Nesta crítica, ele desconsidera as relações de produção e seus resultados: “coisas de psicanalistas e estetas!”. Ao desconsiderá-las elimina práticas sociais concretas que se erigem em oposição às formas *oficiais* de produção, nascidas e desenvolvidas a partir do SFH/BNH, indústria da construção civil e de ideologias legitimadoras criadas pelo governo militar. Desconsidera o resultado material dessa produção, sua qualidade ambiental. O momento da *reprodução* se restringe à sua forma abstrata. O Autor elimina as contradições e idiossincrasias do mutirão autogerido eliminando todo o conjunto de suas experiências. Por outro lado, sua sugestão em “dar habitações”, apesar de apaziguar tensões sociais com a distribuição de renda, se assemelha à forma reformadora de *Proudhon* criticada por *Friedrich Engels*<sup>41</sup>: ela se situa no interior do estranhamento capitalista. Assim, dar a habitação não elimina as formas de

<sup>40</sup> Cf. OLIVEIRA, Francisco de. *O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil*. Novos estudos CEBRAP, 2006.- Nº 74. Este artigo é debatido por outros dois publicados em número subsequente desta revista, que *problematizam* tanto as contradições do processo de produção por meio dos mutirões autogeridos, as formas de inserção dos arquitetos e as relações de produção, quanto as do próprio texto de Francisco de Oliveira. Ver FERRO, Sergio. *Nota Sobre “O Vício da Virtude”*. Novos estudos CEBRAP, 2006-Nº76; e LOPES, João Marcos. *O anão caolho*. Novos estudos CEBRAP, 2006-Nº76.

<sup>41</sup> Cf. ENGELS, Friedrich. *O problema da habitação*. Lisboa: Editorial Estampa, 1975

exploração da força de trabalho contidas no momento de sua produção, nem as formas de espoliação do trabalhador no momento da reprodução. Bem como as relações personalistas do acesso privado aos fundos públicos, ainda mais no caso brasileiro. Dar habitação, ao aparecer como um salário indireto, também contribui para o rebaixamento geral dos salários dos trabalhadores, além de poder fixá-los à terra num contextos de «dêsterritorialização» das relações de produção<sup>42</sup>. O mutirão autogerido é um processo contraditório, mas não hipostasia modelos *a priori* ao experimentar praticamente as contradições, dando-lhes soluções ou se perdendo nelas. Porém, ele se restringe a determinados grupos sociais e localizações urbanas virtuosas. De qualquer modo, as relações de trabalho são concebidas e vividas pelo grupo de trabalhadores. Elas são analisadas. Bem como o seu produto, seu espaço. Carregam consigo um sentido de experiência. Seria a virtude do vício?

Contudo a produção de Conjuntos, sejam os realizados pela *arquitetura inconformada* ou por aquela conformada com as formas de produção oficial, não consegue conter o crescimento do déficit habitacional. A ocupação precária se realiza tanto nas periferias como nas áreas centrais da cidade. Os empreendimentos habitacionais localizados nas distantes periferias contribuem para o aumento do custo de vida e do tempo gasto em circulação de seus moradores, além das dificuldades decorrentes da dispersão da provisão e manutenção das infra-estruturas públicas. As ocupações informais, tipo favelas e cortiços, engendradas nos interstícios das áreas centrais da cidade, são paulatinamente identificados aos processos de desvalorização imobiliária e de violência, que contribui para o movimento de remoção e urbanização dessas localizações.

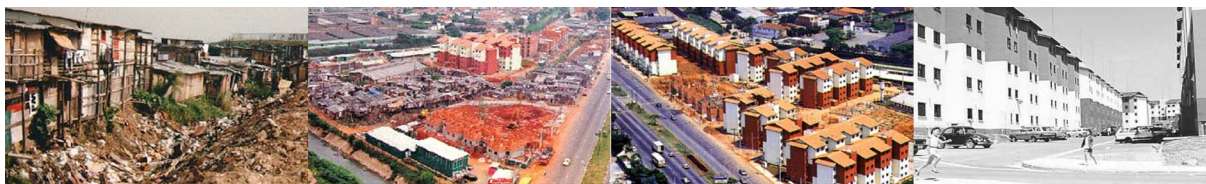
Neste momento, diante da impossibilidade efetiva de se resolver o problema habitacional, a Prefeitura do Município de São Paulo passa a realizar projetos pontuais, carregados de apelo simbólico e imagético: são as marcas da gestão. Associam à provisão das moradias imagens espetaculares, fundados no marketing político-partidário e no apelo propagandístico que essas construções passam a ter, em detrimento de uma política habitacional consistente. O Projeto Cingapura surge a partir de 1993 como meio de urbanizar favelas, o Programa de Verticalização de Favelas – PROVER, que pretende assegurar a permanência dos moradores nessas áreas, mas cujo alto preço da terra impõe a necessidades de adensamento das unidades habitacionais. Esses Conjuntos são realizados a partir de recursos oriundos de agências internacionais de financiamento BID/BIRD, as quais passam a exigir em contrapartida ajustes institucionais e formas específicas de provisão<sup>43</sup>.

Os edifícios do Cingapura são predominantemente localizados em áreas de grande visibilidade da cidade, tais como vias expressas por onde passam milhares de paulistanos diariamente<sup>44</sup>. Essa forma de localizá-los, a um só tempo permitiu que eles se transformassem numa espécie de *outdoor* político, que se exhibe diante da multidão, e também que escondesse atrás dessas edificações as áreas ainda não urbanizadas. Cria uma aparência mistificadora ao mesmo tempo em que nega aquilo que o contradiz. Esses edifícios adotam uma *linguagem* arquitetônica «diferenciada» se tomada em relação à produção generalizada dos grandes Conjuntos Habitacionais produzidos pela COHAB. Sua imagem reproduz um ideário de casinhas com seus telhados de barro e suas cores, em oposição aos *blocos* cinzentos dos Conjuntos. Esta imagem associada ao *marketing* político agressivo permite a identificação desta produção a uma determinada *gestão* da administração pública.

<sup>42</sup> Cf. HARVEY, David. *A condição Pós-Moderna*. São Paulo, Loyola, 1992.

<sup>43</sup> Cf. ARANTES, Pedro Fiori. *O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2004.

<sup>44</sup> Cf. MARICATO, Ermínia. *São Paulo, entre o arcaico e a pós-modernidade*. Revista Caramelo Nº 9, GFAU USP, 1997.



Fonte: pesquisa na Internet

O Cingapura Zaki Narchi construído a partir de 1994 foi a primeira experiência dessa forma de produção. O Conjunto é composto por 35 edifícios de cinco andares, sendo quatro apartamentos por escada de acesso. Uma planta tipo «H». Totaliza 700 unidades habitacionais de dois dormitórios, com área útil de 41,78 m<sup>2</sup> e área total de 45,88 m<sup>2</sup>. Esses edifícios configuram uma área central onde se localizam quadras esportivas e áreas de recreio infantil, os únicos equipamentos construídos especificamente para esse Conjunto, na medida em que ele está situado numa região da cidade já provida de infra-estruturas de transporte e equipamentos coletivos. Praticamente não há mediações entre suas entradas, dispersas ao longo dos edifícios, e a Avenida Zaki Narchi situada logo à frente, pois são separados apenas por um alambrado. Ele realiza o mínimo: saneamento básico, limpeza e higiene. Seus apartamentos são considerados pequenos e insuficientes para alojar famílias numerosas. Sua funcionalidade à forma espetacular de produção nem sequer proporcionou a regularização fundiária onde está assentado, um terreno privado *ocupado* pela administração do Município, dado a *urgência* de sua realização.

O Projeto Cingapura obtém o sucesso desejado. Apesar das críticas ao seu jeito de produção, considerada estrita, superfaturada, realizada sobre terrenos não regularizados etc., ele emplaca politicamente um sucessor à frente da administração pública da cidade, que conserva a produção. Porém, ao findar desta gestão, muda-se a orientação político-partidária da Prefeitura de São Paulo e a partir de 2004 é produzido o Parque do Gato. Este Conjunto também é concebido com a finalidade de urbanizar favela, mas se associa às políticas de locação social que prevêm, além da provisão de moradias por novas construções, alugueis sociais e cartas de crédito para a provisão pelo mercado existente. O Parque do Gato se erige sobre a favela de mesmo nome, que estava localizada às margens do Rio Tamanduaté próximo ao seu encontro com o Tietê. Esta localização, portanto, é uma situação urbana única e de aspecto monumental.

Este empreendimento está próximo ao Conjunto da Avenida Zaki Narchi, mas surge como forma de produção que se opõe ao Projeto Cingapura. O acesso à moradia pelos trabalhadores se diferencia ao do Cingapura, que é realizado mediante a compra financiada pelo seu programa. O conjunto de apartamentos do Parque do Gato é de propriedade da Prefeitura Municipal de São Paulo, sendo cedidos aos moradores mediante um aluguel social. Este maneira teria sido a encontrada para permitir que as unidades habitacionais fossem produzidas sobre um terreno de situação fundiária complexa e que pudessem ser destinadas a trabalhadores com rendas entre 1 e 3 salários mínimos, padrão insuficiente para acessar os financiamentos públicos para a compra. Mas também que não fossem vendidos pelos seus moradores, que se mudam para áreas mais baratas e precárias, cujo processo reintroduz a carência de habitação. A favela é substituída por um parque, composto por um conjunto de moradias, equipamentos e serviços coletivos: saúde, educação e esporte. Foi concebido para ser densamente arborizado, o que contribuiria para uma melhoria ambiental dessa situação urbana dominada pelas estruturas viárias de escala metropolitana. O conjunto de moradias é organizado através de seus espaços coletivos, seja a

praça central que dá acesso aos edifícios, sejam os térreos criados sob os *pilotis*. É uma solução estrutural cujos pavimentos superiores construídos em blocos de cimento e são apoiados sobre uma espécie de «mesa» de concreto armado.

Os edifícios são concebidos como lâminas e suas unidades habitacionais, de três tipologias, são acessadas mediante um corredor externo, como se fosse uma varanda coletiva, proporcionada pelo balanço da laje de concreto dos apartamentos. A circulação vertical através de escadas (mais a previsão de um elevador) é construída com uma estrutura metálica e conecta duas dessas lâminas, postas uma frente à outra, levemente desalinhadas, e que apenas uma delas tem unidades habitacionais no térreo. Este conjunto formado pelas duas lâminas e a torre de circulação vertical forma um *bloco*, que por sua vez é colocado lado a lado com outro bloco, de forma espelhada, de modo que configura um espaço central entre eles. Os pilotis de cada um desses dois blocos são voltados para essa área central e as unidades situadas no térreo ficam nas extremidades. Deste modo, se configura um espaço contínuo que alterna entre áreas cobertas e áreas abertas, ora as escadas ora os recintos ocupados por vegetação e mobiliário urbano entre os *pilotis*.

Sua implantação permite visuais amplas ao mesmo tempo em que elas são delimitadas pela angulação dos edifícios que as enquadra, criando uma sucessão de espaços que podem ser percorridos. Essa angulação dos edifícios é criada em função de alguns blocos estarem implantados perpendiculares ao Rio Tamanduateí e de outros em relação à alça da Marginal Tietê, que não são paralelos. O espaço entre os blocos paralelos ao Rio e os paralelos à alça conduz o percurso até a praça central, onde são localizados equipamentos coletivos e pequenos comércios. Alguns bastante improvisados. A partir desta praça, pode-se chegar perto da margem arborizada do rio ou à alça, que liga o Conjunto ao restante da cidade, através do Bairro do Bom Retiro.



Fonte: arquivo PEABIRU



O Parque do Gato, de certa forma, restitui à produção oficial uma *inconformidade* dos projetos de arquitetura. Seu sentido está em criar uma qualidade urbana que foi dispensada das produções que privilegiaram a larga escala e, por consequência, as formas economicistas de produção. Seu desenho parece restituir a universalidade contida no projeto do Parque CECAP, através das lâminas, dos *pilotis* e dos longos horizontes, ao mesmo tempo em que situa essa universalidade no âmbito de um convívio concreto e contraditório de seus moradores, presentes no projeto do COPROMO, através de seus percursos pelos sucessivos recintos configurados pelas concavidades dos edifícios. Porém, o Parque do Gato é forma oficial de produção, é COHAB (nos dias de hoje...) e se situa nos mecanismos espetaculares de ação político-partidária. Marcas de gestão que privilegiam o alcance midiático de suas políticas, em detrimento da busca de construção de políticas habitacionais alternativas.

A partir desta experiência, restrita nos termos da quantidade de unidades habitacionais produzidas, mas ampla diante das possibilidades de visuais dos horizontes da metrópole, o problema da habitação parece se resolver mediante imagens: o impacto de suas formas arquitetônicas diante de sua situação urbana contribui para a identificação dessa experiência às marcas político-partidária. Forma espetacular de se resolver a demanda por moradias: enquanto o processo social se desmantela, bem como a própria Cidade, o espetáculo une seus fragmentos. Neste sentido, a carência de habitação é funcional tanto à produção de novas habitações, seus ganhos produtivos e especulativos associados às empreiteiras e construtoras, quanto à produção de novas imagens, mitos salvadores a quem projetamos nossa falta de ação. Pobre de nós que precisamos de heróis... Neste sentido, a produção da habitação gera a necessidade de mais habitação.

Portanto, como uma pequena conclusão, podemos identificar o Cingapura e o Parque do Gato como uma síntese do movimento aqui exposto. Talvez sejam situações limites se os tomarmos com relação aos outros Conjuntos, onde a produção em massa de habitações (identificados às formas lucrativas de produção) tende a uma homogeneização do território. No Cingapura e no Parque do Gato engendram-se formas específicas e pontuais de intervenção no contexto urbano. Se isso, por um lado, nos aparece como saída possível diante do processo de expansão e decomposição das fronteiras urbanas, típicas aos «Grandes Conjuntos», por outro lado também nos deparamos com a limitação de sua própria produção, em função de sua funcionalidade ao espetáculo político-partidário e dos problemas relacionados às questões fundiárias (suas propriedades e rendas). A política habitacional parece se despir de seu caráter mistificador. Ela se restringe às suas *vedetes*. É inócua. O lucro se submete à renda. Os moradores ao espetáculo.

### C. ENTREVISTAS COM ARQUITETOS QUE PARTICIPARAM DESSES PROCESSOS

A partir deste momento passaremos a percorrer as entrevistas realizadas com arquitetos que participaram da produção de alguns dos Conjuntos Habitacionais estudados. Cabe destacar que as suas diferentes formas de inserção no processo produtivo, isto é, se a partir do interior da burocracia do Estado, se mediante contrato de serviços, ou ainda, através da relação estabelecida com o movimento social organizado, pode lhes conferir pontos de vistas específicos sobre a problemática que tentam desenvolver. Mas também cabe destacar que, se por um lado, a relação com a máquina estatal lhes impinge limitação, por outro lado, nos termos da arquitetura e urbanismo estes processos de produção podem ser considerados como uma sucessão de experiências, contendo erros e acertos, os quais devem ser postos em movimento.

CONVERSA COM MARGARETH UEMURA, ARQUITETA E URBANISTA QUE PARTICIPOU NA GESTÃO MUNICIPAL DE MARTA SUPLICY COM A ELABORAÇÃO DOS PROGRAMAS DE LOCAÇÃO SOCIAL E VIVER MELHOR; REALIZADA NO INSTITUTO PÓLIS DIA 3 DE DEZEMBRO DE 2008, NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO PAULO.

*... A idéia é estudar, como campo de comparação, seis conjuntos habitacionais, o CECAP Zezinho Magalhães Prado, o COPROMO, em Cidade Tiradentes o Santa Etelvina [IIA], um CDHU lá por perto que é recente, o CDHU Iguatemi, o Parque do Gato e o Cingapura Zaki Narchi. Seriam seis situações urbanas diferentes, feitos em épocas diferentes e eu gostaria de estabelecer elementos de comparação, para tentar refletir sobre a idéia desta forma de produção da cidade, de habitação social, a partir destas experiências.*

**Margareth Uemura** – E você estava querendo conversar comigo sobre os projetos...

*Eu gostaria de conversar sobre o Parque do Gato, nos termos do programa de locação social, para entender um pouco como foi esse processo, as demandas disso, e também, em relação à Cidade Tiradentes, [o programa] Viver Melhor. Poderíamos falar (deles) ao mesmo tempo, compará-los...*

**M.U.** – Pode ser... É que eu acho que são situações diversas, porque o projeto de locação social tinha um objetivo naquela época, 2003, de atender as famílias de até 3 salários mínimos que estavam excluídas do atendimento habitacional, que já moravam em áreas centrais, precariamente, para que elas pudessem continuar no centro e serem atendidas com habitação adequada. Então a discussão começou por aí. A demanda prioritária dos programas de locação social eram as pessoas que moravam em cortiços, obviamente morador de rua e... Usuário, camelô. Obviamente eles teriam que passar, talvez, por um outro tipo de moradia até conseguir entrar na locação social. Então, o que é que foi pensado na época do [programa] Morar no Centro? Acho que é importante falar porque ele complementava o

atendimento habitacional. Foi pensado que você teria moradia transitória, bolsa aluguel, locação social, PAR e provisão habitacional. E o que estou chamando de PAR? É uma linha de financiamento e é um programa, também. Todas as linhas de financiamento da Caixa [Econômica Federal] estão ligadas a um programa e é uma lógica brasileira (risos)... Então, esses cinco programas fariam atendimento das classes de 0 a 6 salários mínimos. Só o PAR de 3 a 6 e o restante abaixo de 3 [salários mínimos]. Dependendo da demanda, dependendo da situação dessa demanda, ela iria para lá e para cá [apontando em meu caderno os cinco programas falados anteriormente]. De fato, isso constituiu um programa que acho legal, enquanto desenho de política pública, porque ela tinha um corpo de entendimento. Ah! Eu me esqueci de uma coisa... Não é que esqueci, mas é que ela está sendo implementada agora: tinha um programa que era de notificação dos cortiços existentes, que era simplesmente a aplicação de Lei Moura. Acho "simplesmente" porque parece fácil, mas nunca aconteceu, está acontecendo isso agora. Era você pegar a legislação, essa Lei Moura, e ir lá notificar todas as habitações inadequadas, ou seja, todos os cortiços. E isso não foi conseguido na gestão Marta [Suplicy], não era prioridade, várias coisas... E agora está sendo feita pela Subprefeitura da Mooca. Está fazendo esse atendimento e está remetendo a demanda para a CDHU. Era tudo o que a gente queria naquela época. Eles estão aplicando o programa que foi desenhado na época do Morar no Centro, e estão encaminhando para a carta de crédito da CDHU essa demanda desse projeto. Está ficando bem interessante. Esse conjunto [dos cinco programas] junto com a CDHU era tudo o que a gente queria naquela época, em 2003. E o que é que hoje a gente avalia? Que na verdade a Locação Social, a gente não devia, hoje, se fosse para rever o programa, [se fosse]

reeditar o programa, a gente não devia restringir à 0 a 3 [salários mínimos], porque isso cria guetos. Eu estou falando isso por conta do [Parque do] Gato, já entrando no seu objeto de trabalho, e do Olarias, que estão com grandes problemas de gestão de condomínio e com grandes problemas de manutenção. E que eu acho que não é porque juntou só famílias de 0 a 3 [salários], é que isso agrava. Isso agrava a possibilidade de gestão própria, de autogestão. O Poder público, como é um programa para famílias com baixos salários, era muito legal que esses projetos tivessem tutela mesmo. Tutela como tem na França e como tem na Itália. Que eles fossem acompanhados pelo Poder Público. Como a gestão [PT] caiu e [a Locação Social] não é uma prioridade dessa gestão que entrou, quais os projetos que se sustentaram? Aqueles que tinham ou muita organização social, ou eram menores (risos)... E, portanto mais fáceis de o pessoal se organizar. Tem uma questão de escala de projeto e tem uma questão social e isso não é a arquitetura que vai resolver, mas tem uma relação. Porque aí, Olarias é enorme, tem 120 unidades habitacionais, preciso confirmar, e o Parque do Gato tem cerca de 400, divididas em alguns condomínios. Eu acho que isso agrava um pouco mais essa discussão. A gente até está fazendo uma discussão, no Centro Gaspar Garcia, sobre a gestão condominial. Seria legal que você fosse. É uma discussão interessante com o movimento, a partir do ponto de vista do usuário. E aí, por outro lado, pra não dizer que só existe coisa ruim, a Vila dos Idosos que é grande está impecável! Os projetos são sempre bonitos. Acho que é um grande avanço desse período, a produção habitacional mesmo, *arquitetonicamente* falando, que eu acho que é relevante e que deveria ser valorizado. Essa história de criar grandes conjuntos na periferia, e aí tem Cidade Tiradentes, não cria cidade, não tem inserção urbana. E

eu acho que um dos problemas do Gato, não é só isso, mas é também: ele é uma ilha! Por mais que tenha melhorado, ele continua uma ilha na cidade. Ele está bem localizado, mas ele é uma ilha, é difícil chegar lá. Que não é o caso do Olarias. Então não é só isso que faz não se manter. Quais são os ingredientes que fazem com que esses projetos dêem ou não certo? E “dar ou não certo” que a gente diz é a população ser atendida do jeito que a gente quer, com uma moradia adequada, projeto de arquitetura bom, inserido na cidade... Sabe?!

*Você acha que existiu algum tipo de defasagem entre o tipo de demanda da política que foi criada e as possibilidades dos meios de produção disso?*

**M.U.** – Acho que não... Se implementou da maneira que foi desenhado. Por isso que eu falo que a crítica hoje é, talvez um erro de desenho, tendo um programa de locação social só para baixíssima renda, porque a gente queria viabilizar, obviamente...

*... É uma faixa [de renda] que nunca está atendida...*

**M.U.** – ... Nunca está atendida, não tem nenhum financiamento para ela, mas talvez a mescla, e hoje o movimento fala sobre isso e eu acho bem importante, não é uma fala só dos técnicos, é do movimento também... Que eles se sentem “guetos”. Eles se sentem isolados. Isso é interessante, essa fala. Porque eles saem de uma favela, eles saem de um cortiço, que eles são estigmatizados, e o Poder Público os coloca em outro lugar e eles continuam estigmatizados, porque eles vieram de lá... Vieram todos de lá, de um mesmo local. É um dado interessante pra a gente pensar enquanto política pública. A gente pensou nos conjuntos e esses conjuntos não se mesclam, e essa é a grande discussão. O PAR é elite desse conjunto e como a gente não tem financiamento que faça essa *junção*, talvez [programa de] Locação pudesse ser uma modalidade que se tivesse

gente de 0 a 10 [s.m.]. Obviamente isso é um sonho... [Uma forma que tivesse] uma faixa maior daria sustentabilidade em todos os sentidos. Isso é uma hipótese, como a gente não fez, é uma hipótese.

*Agora essa idéia de Locação, por essa de tutela do Estado, quer dizer, normalmente as políticas são de vender a casa para os moradores, transformá-las em propriedade privada deles, em que medida, qual o fundamento [desse programa de locação social]?*

**M.U.** – Eu acho que a gente tinha que não ter como única alternativa de provisão habitacional o repasse da propriedade. A transferência de propriedade. E acho que agora com os instrumentos do Estatuto [da Cidade], com tudo o que a gente tem de legislação disponível, juridicamente falando, e por conta das questões fundiárias que a gente tem na cidade, aliando essas coisas, legislação que dá suporte para você não ser proprietário e ter estabilidade no lugar, que a grande história da propriedade é que aqui no Brasil tem a segurança e, que na verdade, isso passa a ser renda numa situação tão pobre, passa a fazer parte da renda. Então isso é uma outra questão...

*... Ela [a unidade habitacional] pode ser vendida, e vira uma reserva...*

**M.U.** – ... Uma reserva.

*E pode inviabilizar essa própria política...*

**M.U.** – É. Nossa bandeira sempre foi o acesso à moradia, não o acesso à propriedade. Isso é uma coisa que a gente lembra sempre o movimento porque a gente acha importante. Garantir moradia com qualidade e etc. Não garantir a propriedade, desde que o sujeito não esteja numa situação vulnerável. E aí, por que a gente está cada vez mais defendendo esta história? Por causa das questões fundiárias, que às vezes não se resolvem, e, portanto hoje só se consegue produzir habitação se o terreno tiver escritura, se o terreno tiver regular, com

todas as suas medidas corretas... Quer dizer, o número de variáveis é tão grande que se você tiver um programa de locação social se consegue botar projetos em áreas com problemas fundiários sem grandes dramas. Estou falando [do ponto de vista] de qualquer agente público. Está cheio de terrenos públicos com problemas fundiários. O Poder público talvez não possa repassar essa propriedade pro cara, mas poderia fazer o programa de locação social sem esbarrar na lei.

*Na prática o acesso à moradia estaria garantido.*

**M.U.** – Estaria garantido. Obviamente isso tem várias discussões. Eu acho que é uma forma de produção de moradia, principalmente em áreas públicas, que não tem possibilidade de repasse. O Poder público tem muito disso. Passando pelo Ministério [das Cidades] eu vi isso. A União tem... A quantidade de terrenos com problemas fundiários e que você nunca poderia fazer habitação naquele lugar e transferir isso por problemas fundiários...

*Mas que tipo de problemas fundiários?*

**M.U.** – Dos mais diversos: você não consegue transferir a escritura porque não acha o dono original, o documento não está correto, a dimensão do terreno não está correta... Vários problemas. No caso de rio, das áreas portuárias, outros problemas. E assim vai.

*No caso desses conjuntos, do Gato, do Olarias e da Vila dos Idosos, como é que se definiu a localização deles?*

**M.U.** – Então, a localização desses projetos do Morar no Centro, foi definida por levantamentos de vazios, terrenos subutilizados ou coisa do gênero. O que está no Estatuto mesmo: a idéia era ocupar terrenos que estivessem ociosos, abandonados e etc. Isso era um. O Riachuelo não é mais do programa de locação, mas era. É um prédio antigo, inclusive tombado pelo patrimônio histórico, uma área privada. O Gato era uma área pública, onde o poder

público foi abandonando, o terreno foi sendo invadido, ocupado irregularmente e etc., então foi um grande acontecimento isso, além de a favela que estava lá e precisava ser atendida. O Conjunto Olarias era um vazio urbano. Então aqui você tem três exemplos, formas de intervenção, e situações fundiárias, que o Estatuto quer que a gente possa... O Estatuto foi aprovado para que a gente pudesse atuar nessas áreas. Na verdade está ficando [para trás] o processo de desapropriação por dívida, [que] não chegou a ser utilizado o Estatuto da Cidade, que fizesse com que essa área viesse para o Poder público. Se tivesse [sido utilizado], o que era pensado naquela época, junto com esse programa todo (que a idéia era juntar os instrumentos do Estatuto), ia ampliando o estoque de terras públicas. Essa era a meta. Obviamente isso não foi feito porque isso precisa de gestão. Então alguém que está lá, o gestor público, teria que querer fazer isso, que era notificar o proprietário, aplicar o IPTU Progressivo e assim vai. E isso, na época não poderia ser aplicado porque ainda não estava aprovado o Plano Diretor, e o Plano Diretor ficou naquele enrosco que você conhece. Mas isso eu falo porque é legal enquanto situação fundiária diversa e enquanto estratégias de se ocupar esses vazios mesmo.

*Quer dizer, o mesmo programa dá conta dessas diversas situações fundiárias, dessas situações diferentes, que se fosse no molde convencional esbarraria nos problemas de repasse da propriedade.*

**M.U.** – É. Por exemplo no Gato, eles vão conseguir arrumar a situação fundiária daqui a 50 anos! Porque tem de tudo, tem permissão de uso, foram feitas cessões... Agora, o duro é que como também era leito de Rio, tem também a questão da demarcação, de onde estava esse Rio... É isso que estou te contando. Não sou advogada, portanto não posso ajudar nos termos jurídicos, mas é só para você entender o tamanho da bagunça.

*Agora, lá no Gato ainda tem a idéia do parque, os outros programas tipo escola, creche... Isto estava dentro desses programas ou é uma coisa específica daquela forma, daquele lugar?*

**M.U.** – Na verdade, o princípio do programa era incluir o morador de baixa renda em áreas dotadas de infraestrutura. Como [seria] o caso do Gato. E o programa sempre foi inter-secretarial. Como a meta do programa era esta, o caso do Gato não era [exatamente] esse: ele tem cicatrizes urbanas por causa do viário e etc., então a idéia foi "vamos levar para dentro do conjunto a melhor qualidade que a gente conseguir". Foram feitas gestões junto às outras secretarias pra que isso acontecesse.

*Você chegou a ver, passados esses anos, como é que está a ocupação lá?*

**M.U.** – É isso que estou falando... Tem grandes problemas. E tem um abandono do poder público, no caso do Gato e de todo o programa de locação social, porque não é do interesse. Então teve um abandono. É essa discussão que queremos fazer amanhã. Mas é só a falta do Poder Público? Ou tem também um erro de desenho do programa, de ter reunido camadas pobres num conjunto muito grande? Ou tem erro de projeto, no sentido arquitetônico? "Ah! Não devia ter feito predinhos para aquela população", ou "não devia ter colocado elevador em tal projeto...". Os moradores falam muito da conta d'água, mas [o problema da] conta d'água a gente sabia historicamente, a SABESP não topou [fazer] naquela época os medidores individuais... Quer dizer, desde coisinhas de projeto, digo "coisinhas" no sentido de aperfeiçoamento, em falar "você está desenhando para uma população que tem de 0 a 3 [s.m.]", então tem coisa de desenho que não pode fazer. O forro do Gato é móvel, então eles soltaram todos os forros e estão guardando lá, em cima do forro, material de reciclagem, e o negócio veio a baixo, porque é óbvio, o negócio não foi feito para

isso. Depósito de sucata... Você tem que entender que população é essa. Acho que talvez alguns problemas sejam de projeto... E que deve ter manutenção de mais longo tempo, coisas dessa natureza, manutenção baixa, porque você sabe que o Poder Público não vai lá... Não é o síndico do prédio...

*Agora, em relação ao Viver Melhor, é um outro caso...*

**M.U.** – O que eu acho que aconteceu é que são entradas que se complementam. Esse projeto (o Viver Melhor) era inserir a população que alguém, [digo] Poder Público, botou pra fora num período. Então se criou Cidade Tiradentes, se criou [Conjuntos] lá na [Rodovia] Raposo Tavares [Cohab Educandário], para Norte, para Leste, para Sul... Criaram Conjuntos enormes. Aí o Viver Melhor, sua idéia qual era? Vamos replanejar esses projetos de maneira a inserir esses conjuntos na cidade. Esses conjuntos sempre foram isolados, sempre tiveram uma tutela da COHAB por longos e longos anos. Vamos (a COHAB) sair desses Conjuntos, mas vamos entregar à população uma situação urbana melhor. Então era revisão de tudo o que era de propriedade da COHAB abandonada, eram praças que tinham que ser entregues à Regional (Subprefeitura) e não tinham sido entregues, eram equipamentos públicos que deviam ter sido feitos e não foram. Era replanejar esses Conjuntos para que eles tivessem a infra-estrutura adequada, [aliás,] muito mais equipamentos do que de infra-estrutura urbana mesmo. A idéia do Viver Melhor era essa, já que você segregou, pelo menos tentar prover. Então era uma compensação mesmo (risos)...

*E nessas duas situações, como agente consegue, por assim dizer, fazer cidade, ou o que é uma cidade assim possível?*

**M.U.** – Pois é... Eu acho complicado. Como esse modelo de segregação sócio-espacial, que é o que foi feito aí, é

social, é gerado por problemas sociais, por problemas no Estado, de um Estado é patrimonialista e que sempre confundiu os interesses públicos com os privados e, portanto, sempre atendeu o privado e não o público prioritariamente, e que foi então puxando essa população... Eu tenho dúvida se algum dia a gente vai conseguir compensar por programas dessa natureza. Compensar essa população que está tão isolada, que ela não continue segregada. Porque não é justo que uma pessoa gaste três ou quatro horas de seu dia pra se deslocar. Então isso é não-morar na cidade, não é Guilherme?! Então acho que há parâmetros que são difíceis que se revertam totalmente. Então o que era justo, modelo ideal, que a gente falasse assim “então se você mora na Cidade Tiradentes e trabalha em Itaquera, está bom, pode morar em Cidade Tiradentes; se mora na Cidade Tiradentes e trabalha aqui na Sé, você teria que ter um lugar aqui no Centro pra morar”. É claro, num mundo ideal...

*Claro, enquanto uma idéia...*

**M.U.** – Enquanto idéia seria isso. Agora para isso, a gente tem muitas outras coisas, mas no tema em que a gente está [conversando], a gente tem que ter uma política habitacional de amplo, amplo, amplo... Que pensasse essa questão do território, que tivesse possibilidade de outras formas de atendimento a essa população, que não fosse só ficar produzindo [novas unidades habitacionais]... Isso também é uma loucura... A história da carta de crédito, por mais que alguns movimentos achem que ela é ruim, a carta de crédito eu acho genial! Que é você dar crédito para a pessoa ocupar o vaziosinho que tem aqui. Então tem um apartamento aqui no prédio do Viaduto Jaceguai, por exemplo. O aluguel naquele edifício é de R\$200. O aluguel num cortiço é de R\$250, R\$300, ele paga mais do que uma pessoa que mora no Jaceguai, que

fica ao lado da Câmara [Municipal], e que mora bem, num apartamento com um quarto, sala, cozinha e banheiro...

*... A localização do cortiço é boa...*

**M.U.** – A localização é sempre boa. O problema é a situação de salubridade. Então eu acho que essa discussão de deslocamento é um problema a ser tocado, de deslocamento e a possibilidade de lazer.

*Pensar a cidade não só no período do trabalho... Agora, essas políticas sempre tiveram como objetivo a produção em massa. Será que [existe] alguma forma de produção, sem essa tutela do Estado, que consiga ter quantidade e qualidade?*

**M.U.** – Ah! Eu acredito que sim, Guilherme. Eu acho que a saída é você ampliar acessos, acessos de todas as formas! Acesso por programa, acesso por dinheiro, porque eu estou cada vez mais convencida que o nosso problema não é dinheiro. Sobra dinheiro na CDHU, é difícil gastar o dinheiro do Governo Federal, da Caixa Econômica... É difícil por vários motivos. Então não é recurso, mas sim como pensar uma política, que não existe eu acho, que você consiga ter esse atendimento em massa, numericamente falando, mas que não precise ser de produção de Grandes Conjuntos. Até por que isso eu acho que não forma o gueto, não forma... Faz a cidade virar uma Cidade de verdade. Aqui no Centro mora de tudo! E é isso que a gente queria. Em todo lugar, morar de tudo. Aí, essas centralidades outras, que é o que eu falei, o cara mora em Cidade Tiradentes e trabalha em Itaquera. Itaquera é quase uma centralidade hoje. Trabalha em Itaquera ou trabalha no Tatuapé, está legal! Está na região, não é um deslocamento muito longo e aí tem equipamentos públicos, lazer, tem uma certa qualidade de vida. Ele consegue viver bem.

*Interessante que nesse conjunto de programas se conseguiu ter uma maior maleabilidade de intervenção,*

*pele fato do problema de transferência de propriedade esbarrar em outras coisas com o programa convencional. Talvez por essa nossa história patrimonialista, essas dificuldades de demarcação, do rio que mudou e se retificou, da família proprietária que morreu e etc., tem tudo como relação à propriedade do terreno. Aqui sendo uma propriedade pública (o caso do Gato, por exemplo), com um programa um pouco mais maleável, consegue ter uma abrangência [em mais] situações urbanas, vamos dizer. Programas habitacionais...*

**M.U.** – Então, eu acho que você pode ter isso tudo com programas de provisão também, como tinha aqui a modalidade de habitação provisória. Porque não precisa obrigar o cara a morar de locação. Mas o cara [antes] não escolhia [o programa] de locação por medo que depois fosse posto para fora. Na discussão dessa locação pública, o cara tem um pouco mais de estabilidade, isso era um dado. Outra coisa, muitas das pessoas com quem a gente falava dizia “eu não tenho nenhum problema em morar de locação, pois hoje eu moro num cortiço, modo de aluguel, então eu moraria numa locação que fosse privada também”. Por isso criamos o Bolsa Aluguel. O cara tem o aval do Estado, então ele pode morar no viaduto Jaceguai, ao invés de morar num cortiço. Essas coisas que eu acho, na verdade [devem] é ampliar as formas de atendimento para que se tenha a opção de numericamente crescer com alternativas diferentes para todas as faixas. Hoje eu acho que a gente tem uma limitação. A gente trabalhou anos e anos e continua [apenas] com provisão, que é uma camada a partir de 5 ou 6 [s.m.] que pode acessar, e aí vai embora. Toda essa camada que é o déficit (que seriam as faixas de renda não atendidas), continua sem alternativas. E é essa camada que vai crescer a Zona Leste, os Mananciais, nas beiras dos córregos, nos morros caindo. Esse é o quadro que dá pra ser produzido: são os lugares que ela pode ficar, ou no cortiço, ou na favela, ou na perifériazona que ela constrói em lote irregular. Vai lá e ocupa um terreninho.

CONVERSA COM O ARQUITETO WAGNER GERMANO, CO-AUTOR DOS PROJETOS DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS COPROMO EM OSASCO (DESENVOLVIDO NA ACESSÓRIA TÉCNICA USINA), E O PARQUE DO GATO NA FOZ DO RIO TAMANDUATÉ (DESENVOLVIDO NA COHAB); REALIZADA EM SUA CASA NO DIA 3 DE DEZEMBRO DE 2008, NA REGIÃO DO BAIRRO DA ACLIMAÇÃO.

**Wagner Germano** – Eu nunca fiz isso, pelo menos não conscientemente, com alguma metodologia, de comparar o COPROMO, por exemplo, com o CECAP. Nunca fiz isso, assim seriamente, “me deixa entender como é que foi essa história, como é que foi a outra história”, fazer uma leitura que traz alguma discussão entre a comparação desta maneira ou daquela outra. Acho interessante!

*Acho que tem uma dificuldade, em primeiro lugar, que é serem experiências muito distintas, tanto em [relação a] sua época, seu lugar e sua forma de produção. A comparação é uma coisa difícil porque precisa ter elementos comparáveis, e às vezes para se ter elementos comparáveis, você tira de cena aquilo que foi mais interessante que são suas especificidades. Quer dizer, estou tentando pensar desta maneira: encontrados os elementos que se comparam, é [necessário] depois destacar aquilo que é específico. Que é o que faz cada experiência [como] a experiência. E também, algumas formas de entrada, quer dizer, uma forma das pessoas que estão envolvidas na produção, outra das pessoas que moram, sem querer dizer que uma está certa e outra errada, mas são entradas. Até para desconstruir meu olhar sobre essas coisas e a partir dessas diferenças, [é necessário] tentar costurar nesse caminho.*

**W.G.** – Bom. Como você é um cara competente, que tem um orientador que não vai deixar barato as coisas não, porque bobou a gente faz umas leituras meio que óbvias, umas coisas que não precisam pensar muito. Mas eu acho interessante esse tema de trabalho... Mas você pega dois grupos de projetos?

*Não! Não estou separando assim de cara.*

**W.G.** – São seis projetos?

*Sim. Lógico, uns entram de um jeito, outros entram de outro...*

**W.G.** – Bom, o Cingapura e COHAB são produção estatal. Bom, o Gato também é. O COPROMO, de certa forma, também tem uma relação estatal. É que o processo de concepção, de discussão, de definição, sistema construtivo, os tipos de espaço são completamente diferentes. E o CECAP é também um pouco... Não domino muito bem.

*Também é estatal...*

**W.G.** – Também é estatal.

*É, poderíamos dizer que ele tem uma idéia do que era a produção daquele espaço, que pudesse contribuir com o desenvolvimento nacional, com a industrialização. E a partir daí aquela produção igualzinha, pré-fabricada, com racionalização das infra-estruturas, mas ao mesmo tempo ele foi construído sem a indústria. E assim, de uma maneira geral, sua forma contém uma certa homogeneidade, lógicas que abrangem as formas mesmo. Mas mesmo dentro destas lógicas há os diferentes, então no CECAP tinha uma preocupação de se fazer uma certa gradação de usos e equipamentos, espaços, e que quando você vai lá hoje, lógico que já não é um conjunto de trabalhadores, é um conjunto de classe média, seus espaços fechados, se “condominizaram”, e a visão que essas pessoas têm de lá, de uma maneira geral é muito positiva.*

**W.G.** – O CECAP é o conjunto do movimento moderno...

Eu gosto! Eu acho que tem discussões que o movimento moderno faz, dos espaços, da maneira de viver e até do Homem, que eu acho interessantes.

*É! Temos que olhar de uma maneira não-fetichizada: ou tudo é muito ruim ou tudo é muito bom, uma maravilha. Uma coisa que me encanta, a gente pode até discordar, mas é essa necessidade, não só lá, da equipe acreditar no trabalho que faz e tentar engendrar um espaço. Naquela época, com aqueles arquitetos, se engendrou daquele jeito. Não é um simples cumprir-coisas. E de certa forma vejo isso também no COPROMO, também no Parque do GATO. Vejo menos isso no Cingapura, por exemplo, que acho que é uma coisa*



*mais... Bom, mas é uma visão que não tenho certeza e por isso quero conversar com as pessoas que se envolveram nesses processos. Aparentemente existe um certo pragmatismo ao redor de alguns tipos de produção, [pragmatismo] que vence a uma posição baseada na idéia de contribuição, de alguma maneira, com aquele espaço. Quando fui ao CECAP, fui com um incômodo, pois ao mesmo tempo em que Vilanova Artigas, Paulo Mendes da Rocha, Fábio Penteadó são meus mestres, achava aquela repetição, aquele paralelismo, aqueles blocos, aquela homogeneidade, um pouco empobrecedora.*

**W.G.** – Maçante...

*Acho até que talvez seja. Mas lá, o espaço é muito agradável, arborizado, percursos bacanas. O problema talvez não esteja no paralelismo ou não. Se fosse tudo redondinho não quer dizer, necessariamente, que seria melhor. Aí tem uma dificuldade que é tentar enxergar alguma coisa que é invisível: no fundo a relação do espaço com as pessoas, com a cidade. Não está exatamente nas paredes, nos alinhamentos...*

**W.G.** – Bom, o COPROMO também parte de um módulo, que a gente vai compondo um desenho, vai repetindo esse módulo, muitas vezes. Então ele poderia ser monótono. Eu não acho que ele seja monótono, porque os espaços que essa forma engendra, na hora que você entra num desses pátios, numa dessas pracinhas, uma é diferente da outra. Apesar do desenho, em planta, você olhar e ser o mesmo, você chega lá e um é diferente do outro, cada um tem um cuidado, cada um tem uma maneira daquela população que vive ali, de intervir, de cuidar, enfim. Eu acho também que essa história dos percursos, da hora que você sai de uma dessas pracinhas, que passa por uma dessas saídas, desse módulo aqui, que vamos chamar de "quarteirão", e você entra num outro que tem o mesmo desenho, assim, esse percurso te traz uma variedade que, de alguma maneira, ele apaga um pouco, não é exatamente isso, apenas uma forma de dizer, [apaga] aquela impressão que você acabou de ter, que na hora que você faz esse caminho, passa por esse percurso, entra de novo nesse espaço, em um outro

agrupamento que é igual a anterior, mas esse percurso te leva a uma coisa nova.

*Duas coisas que acho muito interessante do COPROMO, uma delas é isso que faz o sentido do todo pelo percurso, mais do que nos outros [Conjuntos] de uma maneira geral, em que seus espaços estão, vamos dizer, mais expostos, que não têm essa graça, esse encantamento; e outra é que acho engraçado, quando fui produzir esses desenhos (estou em mãos com as plantas tipo e as implantações dos conjuntos), estava lá redesenhando, as unidades mínimas, os blocos; e os predinhos aqui (nos conjuntos em barras) eram evidentes (sua configuração mínima, número de unidades por planta tipo e etc.), mas no COPROMO fiquei em dúvida, não saberia dizer se eram essas quatro unidades, ou essas oito unidades (que compõe a planta tipo). Mas ao mesmo tempo, essa vastidão que tem [por exemplo] no CECAP, é interessante. Você vê perspectivas...*

**W.G.** – É uma outra situação...

*Achei muito curioso andar pelo Parque do Gato, que tem esses paralelismos, um sim e um não, têm algumas vastidões, alguns recintos, alguns percursos... Um [bloco] é um pouco inclinado em relação ao outro...*

**W.G.** – E essa era a idéia. Sabe que o primeiro estudo que eu fiz, quando comecei a pensar no Gato, até tinha imaginado tudo sobre *pilotis*. E aí o desafio era, na minha cabeça, quando estava discutindo isso com a Tereza [Herling], na hora que você levanta tudo, a gente quer que aconteça um monte de coisa aqui em baixo. Como é que vamos dar personalidade a esses lugares aqui? Porque a gente quer que sejam *lugares*, para as pessoas poderem ficar, enfim. Não lembro em que momento a gente acabou definindo que uma das lâminas ia encostar no chão...

*... Que além de encostar no chão um dessas lâminas está defasada em relação a outra [em planta].*

**W.G.** – Está defasada... Nesse sentido, e a do meio fica sobre *pilotis*, e a gente espelha isso pro outro lado. Ficam duas no meio [sobre *pilotis*], que formam um território que você dominasse visualmente, que se fecharia no

bloco seguinte. Como se você tivesse uma “bolha”, e em baixo desses *pilotis*, criar uma área de convivência mesmo. Onde tem aquelas mesinhas... Era essa a idéia, um lugar de estar onde as pessoas pudessem se encontrar, enfim. Rolar alguma vida social, alguma vida comunitária.

*Uma sociabilidade.*

**W.G.** – Uma sociabilidade. Lógico que tem um monte de coisa que você imagina, que você projeta, “estou conformando aqui um espaço”, que acho que ele está apto a receber as pessoas, para que as coisas aconteçam. Se vai acontecer lá é outra coisa. E tinha uma coisa, a história de ter ele todo sobre *pilotis*, por um momento tudo sobre *pilotis*, era também uma maneira de você criar naquele lugar uma visibilidade total. Por que uma visibilidade total? De uma ponta do conjunto, embaixo dos edifícios, enxergar até o outro lado. Tinha um pouco a preocupação, discutida em projeto, de uma questão de segurança. O tráfego era complicado lá naquela área, a favela era [composta por] duas linhas de barracos, uma linha interna, vamos chamar assim, e uma externa, aquelas sobre palafitas que ficavam em cima do Rio Tamanduateí. Formava aquele grande corredor. Você só entrava por uma das pontas da favela. Então era um lugar, além de tudo, super controlado, controlável, pelo tráfego. Lá eles controlavam quem entrava e quem saía. Você [sendo um] entranho não poderia entrar assim de bobeira. A gente queria de uma determinada maneira quebrar isso. Bom, aqui [sob os *pilotis*] ninguém controla coisa alguma. É entrar e sair por qualquer lugar, ninguém tem nada a ver com isso. A idéia da gente era essa, ter um lugar que visualmente você não tem nenhum beco, não tem nada escondido. É um lugar pra ninguém ficar “moquifado” (escondido ou escamoteado). A gente queria um lugar aberto, visibilidade total, por questão de

segurança das pessoas. Mas quando pintou essa idéia de descer uma das lâminas, a outra sobre *pilotis*, e o bloco seguinte espelhado, ficou bacana: tem uma área grande, tem essa transparência, tem uma área que favorece essa coisa de as pessoas não se esconderem, de um ambiente não controlável também. Ele é vasto! Não é mais aquele corredorzinho da favela. Cria uma praça.

*Agora tem uma coisa que acho interessante, um dos problemas desses conjuntos mais “massificados”, que é não ter “lugares”: é o prédio e o acesso. E aí se estabelece essa necessidade de criar o lugar. E aí, na hora que se tem no Parque do Gato, isso que você chamou de “bolha”, esse conjunto de lâminas que descem até o térreo e as do meio que estão sobre pilotis; se você pegar uma outra “bolha”, entre esse “lugares”, na hora que junta os blocos, a dimensão é um pouco menor...*

**W.G.** – Sim (“ãh rãm!”)...

*Agora, no COPROMO se tem os recintos, há algumas situações que estão fora dos recintos que abaixam um pouco essa idéia de “lugares”...*

**W.G.** – Sim (“ãh rãm!”)...

*E aí uma dificuldade, porque se você olhar o CECAP, pode-se dizer, que não tem “lugar”, é o vasto!*

**W.G.** – É o vasto...

*Ou é o vasto ou é a solidão total!*

**W.G.** – (Risos!).

*Como é que se resolve essa contradição?*

**W.G.** – Olha, eu também não sei... Não acho que tenha uma receita: “Então é assim! Assim é que é legal!”... O CECAP não é legal?

*É!*

**W.G.** – Então? Ah! É assim que funciona! Bom, mas o COPROMO também não é legal? Essa história dos percursos, no Parque do Gato de se ter esses ambientes, não é legal? É! Acho que é um pouco como a gente constrói essa coisa dos percursos, com é que esses espaços, mesmo esses que são iguais, como é que as

peessoas caminham por eles, saem de um lugar, entram no outro, e essas sensações... Acho interessante isso de repente você ter um percurso que é estreito, de repente chega num lugar que se abre, sabe?! Chama as pessoas para dentro, enfim. Acho que essa variação de sensações que a pessoa pode ter no percurso, no caminhar entre os edifícios, acho que é isso, que de uma certa forma, torna o espaço rico.

*E qualifica...*

**W.G.** – Qualifica.

*E tem uma coisa que é muito agradável no Parque do Gato é que na implantação uma é perpendicular à Via Expressa e outra é perpendicular ao Rio Tamanduateí. É um pouquinho torto [um em relação ao outro].*

**W.G.** – Sabe que isso é uma contribuição do Caio [Santoamore] da [Assessoria Técnica] Peabiru. Porque eu tinha feito, me bateu um modernista, e eu queria uma lâmina limpa, pura. Fiquei muito obcecado por essa idéia. Até porque era muito diferente do que eu tinha feito até então. Os projetos da Usina não são laminares. A gente até fez estudos no passado com edifícios laminares, mas nunca foram construídos. Tem umas maquetes eletrônicas que estão em algum canto. Mas que acabou não se viabilizado. A gente sempre trabalhou nesse repertório do COPROMO, da União da Juta, da Juta Nova Esperança. E aí de repente me bateu uma obsessão total! Queria uma lâmina limpa e queria a partir dela criar esses espaços, que me agradam muito no COPROMO, por exemplo, ou lá na Juta. Era um desafio: de alguma maneira vamos tentar construir esses espaços usando esses elementos lineares, essas lâminas limpas, esses edifícios laminares. Tanto é que a primeira vez que o Caio veio com aquela história, poxa! Eu olhei e não gostei! E lembro que o pessoal [da COHAB] gostou... Sou democrático! Falei "não sei, não sei"... Preciso me apaixonar pela idéia. E aí, depois ficou,

comecei a pensar e falei "legal, legal!". Acho que ter essa visão que vai embora... E ao mesmo tempo não é uma visão que se tem um bloqueio, ela continua. É caminhar um pouco. Você precisa viver, vivenciar o espaço, para perceber isso, pra ver para onde é que ele vai, onde é que ele chega.

*O espaço tem que se descortinar no andar...*

**W.G.** – Exatamente! É uma coisa dinâmica, que você vai construindo e vai te envolvendo. É o *não* à monotonia! Você vai andando e as coisas vão acontecendo, você vai descobrindo e espaço. Tem um movimento. Mas eu confesso que estava obcecado pela lâmina pura... Nunca tinha feito um projeto assim... Porque é assim! Vai deixar de ser o papel em branco. Bom, mais o Gato tem tantas outras coisas. Outros enguiços também. Lembro de uma discussão que a gente fez, virava e mexia, tentavam me fazer tirar do projeto, mas a gente bateu o pé, falei "não, isso é importante!", que é aquela coisa de se ter aquelas varandinhas, que é o cara abrir a porta e sair para fora de seu apartamento, debruçar ali...

*Na face oposta à dos corredores de circulação e caixa de escada?*

**W.G.** – Isso! Naquela que o cara abre a porta da sala dele e debruça, não na circulação que liga todos os apartamentos. Eu defendi isso: "Tem que ter! Tem que ter!". A habitação *popular*, como o pessoal gosta de falar, acho que ela pecou e peca por algumas coisas que acho que é uma reflexão mal feita. Ou pelo menos ela teve algum sentido num passado longínquo e depois foi perdido por aí, e você fica com um monte de regrinhas, um monte de elementos que você fica sempre repetindo. Então, "olha, tem que ser assim: janela? É 1,20m por 1,20m. Porque esse é o padrão popular do mercado." Bom, mas eles não falam da economia de energia, uma

grande discussão hoje. Economizar energia com uma janela de 1,20m por 1,20m?

*Ainda abre só a metade...*

**W.G.** – Metade! E aí você fala lá pro cara: “Olha, economiza luz!”.

*“Compra umas velas”...*

**W.G.** – Eu acho uma conversa mal feita. Mal colocada hoje, enfim. A gente defendeu isso, achando que é importante você ter uma grande janela, muita iluminação, o cara não vai acender a luz durante o dia, a não ser que tenha um eclipse, ou temporal daqueles que o dia vira noite. Mas se não, o cara tem luz o dia inteiro, luz generosa, luz natural. Poder ficar em casa com ela bem iluminada, sem gastar energia, que além de tudo, o gasto com energia é um problema financeiro para essas pessoas. Conta de luz é uma coisa que é cara e as pessoas têm dificuldade de pagar isso, luz e água. Mais a prestação do apartamento... Lá não é esse o caso, pois é locação social. Mas é uma despesa que pesa e o pessoal se queixa. Então tem que ter uma janela grande. E além disso, tem que ter, defendo isso, e confesso que não faço com base em alguma teoria...

*Por pura paixão...*

**W.G.** – Pura paixão... Por acreditar, também, que essa relação que se possibilita, de o cara abrir a janela, a porta balcão, e debruçar na varandinha, sair para fora da sala, do apartamento, e aí estar fora, no espaço que é dele mas do lado de fora, ele tem uma outra relação com o exterior, com o que é comunitário. Com uma janelinha de 1,20m por 1,20m, o cara olha pra fora como se tivesse olhando uma televisão. Aí o outro joga um papel, o outro bate no cara lá em baixo, não sei quem assalta, por aí vai, qualquer tipo de confusão. E o cara [do apartamento] não está nem aí, porque [com] aquela janelinha de 1,20m por

1,20m parece que ele está olhando uma televisão... “É o mundo lá fora que não é meu, isso é público e não é meu!”. É uma tentativa de você construir uma relação do cara com o público...

*O cara quando entra em casa não precisa ficar restrito à sua casa...*

**W.G.** – Ele pode olhar para o mundo, participar do mundo, ele pode olhar e “olha que sujeira que está lá em baixo... A gente precisa juntar todo mundo e fazer não jogar as coisas lá fora!”. Ele vai ver quem jogou. Se um vizinho jogar e ele estiver na varandinha, pode ser que ele seja uma cara que também jogue e não esteja nem aí, mas pode ser alguém que diz “Oh! Meu! Esse lugar é nosso!”. Então é um pouco para estimular isso, esse espírito comunitário, público, pro cara desenvolver e prestar atenção nessas coisas. Eu achava que tinha que... E qual era [o questionamento do pessoal da COHAB], “o que você acha que vai acontecer com essa varanda? O cara vai pendurar toalha, tapete, vai pendurar roupa...”.

*Vai mesmo...*

**W.G.** – É, mas deixa! Precisa falar pra essas pessoas “você já foi para a Itália? Já foi pra Nápoles?”

*Aqui é “ai que horror!” Aí viaja para Europa, essa coisa do turismo, e vira “ai que lindo!”. Acha tão pitoresco...*

**W.G.** – É pitoresco porque é lá! Gastam uma baita grana... Aqui é uma coisa assim, pobre, feia.

*Achei tão engraçado, um dia que fui visitar o COPROMO, fiquei andando por todos os patiozinhos e quantidade de tapetes e sons de panelas de pressão que tinha... Eram tão interessantes os modelos de tapetes... Até engraçado: a mesma forma, o mesmo prédio, os mesmos tapetes e panelas de pressão... Tudo para ser de uma homogeneidade, mas ao mesmo tempo era uma coisa...*

**W.G.** – Então... Mas isso é ainda uma conversa pitoresca. Você argumentava 10 minutos e depois mudava. Agora,

defender perante os defensores, os guardiões do *custo*, do *orçamento*... Isso era um pecado mortal! Porta balcão e fazer um espaço externo com varandinha com um guarda-corpo? "Imagina! Isso vai custar tanto... A cada tantos apartamentos que você puser esse troço dá pra construir mais um apartamento!". Se você for pensar assim, então a gente podia não construir nada e pôr um monte de barracas! Imagina quantas barracas você compra com o preço de um apartamento! Quantas pessoas a gente conseguia colocar, abrigar da chuva e do sol com barracas, ao invés de ficar construindo apartamentos? É, dá no mesmo, não?! É uma conversa...

*A questão do custo é importante, lógico, é uma política, é uma produção, mas ser tão "a verdade final"...*

**W.G.** – Na verdade, é o elemento que condiciona tudo. É o primeiro! "Ah! Estou pensando em...", "Mas e o custo?", "Não, estou discutindo outra coisa...", "Mas e o custo?". O cara pode achar fantástico, legal, mas se o custo não é aquele que as pessoas defendem de uma maneira dogmática para os tais 42m<sup>2</sup>, que custa tanto, se foge disso não é viável...

*"É idealismo!"...*

**W.G.** – Idealismo. Então, eu acho que se cristalizam algumas coisas e se proíbe as pessoas de pensar! Dispensa o pensamento! "Olha, isso é assim; aquilo é aquilo lá e pronto!". Não precisa pensar, "você não vai conseguir fazer nada diferente disso!". Se você pegar um desses elementos e mudar, perturba aquela ordem estabelecida. "Não pode! Não se mexe nisso... Não precisa pensar!". Ah! Eu acho mais divertido pensar... Pra gente se renovar, rever as coisas dogmáticas: tamanhos, custos... Essa coisa toda. Aí você fala "assim está dentro do custo". Mas se eu não colocar essa janelinha de 1,20m por 1,20m e colocar uma porta balcão, fazer a tal da varandinha, tudo bem, vai custar mais caro agora, mas

ao longo do tempo isso vai se pagar com a economia de energia. Além de outras coisas que não são mensuráveis, essa coisa de você proporcionar para o cara vivenciar uma outra relação com o lugar, com o espaço externo, comunitário... Isso não tem como medir. Essas coisas acontecem, contribuem para que as pessoas cuidem melhor do lugar. Isso também é economia! Mas, precisaria ter uma bola de cristal para poder aferir esses custos.

*No COPROMO tem uma discussão em relação à técnica da construção, de uma maneira em que, pelo fato de ser mutirão, as pessoas consigam se apropriar desse processo. A técnica construtiva não é uma coisa ilegível, entende-se, há um processo de organização da produção através das assembléias e o pessoal consegue fazer. E como é o esquema que vocês pensaram lá?*

**W.G.** – Bom, vou tentar falar umas coisas aqui, que se não for exatamente o que você está querendo saber, vai me...

*... Não! Quero saber o que você disse! Não quero ouvir respostas que eu já sei... (risos).*

**W.G.** – (Risos). Tem uma coisa dos projetos que a gente fazia para ser construído em mutirão, que tinha que ter essa compreensão fácil por parte das pessoas que iam trabalhar na construção, que são pessoas que vão morar lá, naquela obra, quando estiver pronto. Grande parte delas, não tem nenhuma vivência na construção civil. Assim como muitos têm. Isso de todos os mutirões: se você fizer uma pesquisa, você vai ver que existe um contingente significativo de pessoas que trabalham, ou já trabalharam em algum momento de sua vida, na construção civil. Mas se tem também muita gente que não tem relação com a construção civil. Isso varia de mutirão para mutirão. Uns com muitas mulheres no canteiro, uns com pouco menos, mas as mulheres sempre presentes em número significativo. Lembro que em Diadema as mulheres eram a maioria. Os homens eram sempre a

minoria, você olhava nos fins de semana e sempre dava uma contada... Sempre tinha mais mulheres. Era uma constante isso, a presença feminina maior que a masculina. Então tinha essa preocupação de tentar fazer um projeto e colocar aquilo numa linguagem, apresentar o projeto, apresentar uma idéia, enfim, de uma maneira em que as pessoas pudessem entender. Lógico que sempre com alguma dificuldade. Tentar reduzir o máximo possível essas dificuldades, fazer um desenho de fácil compreensão. Para isso, se você pegar os desenhos antigos da Usina, tinha assim: planta da primeira fiada (dos blocos estruturais), planta da segunda fiada, desenho dos blocos, para o cara olhar a planta e “bom, vou começar levantar essa parede por aqui, começo nessa ponta com um bloco inteiro, aí vou indo. Como é que vou terminar? Ah! Termino com meio bloco aqui”. Também, se não tivesse desenhado, começou com um inteiro, vai, vai, vai chegar ao fim ou sobra um [bloco] inteiro ou sobra um meio [bloco]. E sempre inteiro e sempre meio. Nunca um pedaço de bloco! Acochambrar? Nem pensar!

*E isso tudo (essa modulação) se resolve antes no projeto?*

**W.G.** – Lógico! Você modula tudo em função do material que vai utilizar, o tamanho de bloco e você estuda os ambientes, que vão ser modulados pelo elemento construtivo, que é o bloco que vai utilizar. A coisa já começava por aí, a maneira de desenvolver o projeto, depois de apresentar o projeto pro povo, tinha um grau de compreensão mais fácil possível. E as coisas de projeto, as questões de projeto, se a sala está junto com a cozinha, se faz separado, se divide com um balcão, se tem dois dormitórios ou se são três, enfim, banheiro ou banheirinho, se a cozinha é maior que a sala ou se a sala é maior que a cozinha... Essas coisas de projeto, quando era possível, e a gente fez isso muitas vezes, a gente

discutia com a população, com aquela comunidade que ia morar lá. Isso se discutia de várias maneiras: produzia cartilhas, levava a discussão por algumas semanas, fazia algumas reuniões pra discutir como seria o apartamento, depois repetia isso em outros mutirões...

*Isso eu vi em outros processos...*

**W.G.** – Você ia e falava para as pessoas “pode ser assim, pode ser dessa outra maneira. O que vocês preferem?”, “Ah! Isso, aquilo... Sala junto com cozinha não, nem pensar...”. Por que? Às vezes o cara tem na cabeça só aquilo que ele estava vivendo, num cortiço, essa sobreposição de funções, que é uma coisa incômoda e pra ele melhorar a condição de habitar, é ter cada espaço para atender uma necessidade específica. Aí você tinha que explicar para as pessoas cada significado específico. Era construir a idéia do projeto e, lógico, com essas idéias, “vocês preferem isso ou aquilo”, aí era o nosso papel, o papel do arquiteto, de juntar essas informações todas e produzir um desenho, um modelo que as pessoas achassem bacana. “Poxa, gostei...”, “Ah! Bacana...”, “Ah! Isso não gostei...”. Mas acordado o projeto, o desenho da unidade habitacional, do edifício, aí o passo seguinte era o desenho de produção, um projeto executivo, as fiadas, “as ímpares são sempre iguais à primeira, as pares iguais à segunda, até a última que acontece isso...”. Fechamentos, vergas, cintas. Isso tudo muito desenhado. Muito claro. Que era para diminuir o risco de as pessoas não conseguirem fazer aquilo que elas precisavam fazer, ou fazer errado na obra. E aí, também um pouco da nossa contribuição, olhar para alguns sistemas construtivos e “esse aqui dá pra usar ali, esse outro a gente consegue fazer tal coisa melhor...”. Eleger algumas coisas que, lógico, dá um pouco a cara do projeto. A história do COPROMO, da estrutura da escada metálica feita antes...

*Que serve como gabarito de obra...*

**W.G.** – Gabarito e você já usa a escada na obra, ela está pronta antes de tudo, para poder se construir o prédio em volta dessa escada. Depois, com o fim da obra, você pinta ela. Já está feita lá. “Ah! Mas estrutura metálica é caro!” É caro! Mas é mais seguro, aumenta a qualidade, você tem os prumos e níveis para gabaritar a obra, enfim, uma série de coisas que são facilitadoras.

*Essa concepção da produção vem tanto da construção como dos espaços, dentro dessa relação com o movimento [por moadia], com as demandas. Agora, quando vocês fizeram o projeto do Parque do Gato, o que muda pelo fato de vocês estarem dentro do Estado, [de uma gestão] da prefeitura, e de ter sido construído por uma empreiteira? E, também, se não me engano, algumas soluções construtivas foram alteradas entre o projeto e a obra...*

**W.G.** – Isso muda, na hora que você tem uma empreiteira para executar o trabalho, você não precisa se preocupar, não precisa ter aquele cuidado, na maneira de apresentar o desenho, porque não está apresentando o desenho para um leigo, tem um engenheiro ali, tem toda uma equipe ali, um mestre de obra, encarregados, todos os pedreiros. Pessoas que estão acostumadas a lidar com aquela linguagem. É lógico que isso te libera, também, de fazer um desenho tão... E as coisas que mudaram do projeto, em relação às coisas que eu tinha concebido nos primeiros estudos, não são nada assim muito significativas.

*Ah! Era só para eu saber e não falar bobagem...*

**W.G.** – Foram coisas eleitas ao longo [do processo], durante o projeto. São coisas que vieram para ajustar, para simplificar talvez, o processo produtivo. Para dar mais velocidade à obra, os prazos que a gente tinha eram um pouco apertados. Mas nada que tenha mudado nossos estudos. Até porque o projeto executivo foi o pessoal da Peabiru que fez e discutindo o tempo inteiro

com a gente. Tudo o que foi alterado, o anteprojeto que a gente tinha feito, foram coisas que a gente foi discutindo e acordando. As sugestões do pessoal da Peabiru, “vamos fazer isso, a gente discutiu com o calculista... Mudar isso aqui, botar uma viga ali...”, soluções técnicas, de desenvolvimento de projeto.

*Lá os pilotis são feitos numa estrutura de concreto e depois sobe alvenaria estrutural? Já os edifícios que não tem os pilotis sobem inteiro com alvenaria?*

**W.G.** – É direto. Na verdade você tem um baldrame, uma viga que contorna o edifício inteiro, enfim. Se você reparar lá, o térreo não é no piso, ele está um pouco elevado e isso a gente achava uma coisa interessante.

*Não fica direto na janela [dos apartamentos do térreo].*

**W.G.** – Exatamente. Tinha que elevar um pouco.

*Agora, as passarelas e as escadas... As passarelas são em balanço, a própria laje em balanço.*

**W.G.** – Um balanço. O guarda corpo está fixado nesse balanço. Muito simples. A laje sai do apartamento e fica em balanço, que é o corredor [de circulação horizontal entre os apartamentos]. Nada muito complicado.

*Agora, essas técnicas que são mais facilmente apropriadas, tipo as utilizadas no COPROMO, talvez não tenham uma capacidade de produção tão veloz quanto essas técnicas mais, vamos dizer, utilizadas por uma empreiteira, do pessoal ligado à obra... Estou querendo pensar o seguinte: se a gente pensar na produção desses Grandes Conjuntos produzidos em massa, na industrialização, na indústria, os canteiros de obra, principalmente no caso europeu, tinham poucas pessoas, produziam em massa, mas ao mesmo tempo ninguém estava sabendo o que estava fazendo ali. Agora, numa situação em que o grupo tem que se apropriar de uma forma de produção, sabe o que está fazendo, talvez seja um trabalho menos alienado ou hostil, mas produz mais devagar. Como é que se poderia superar esse impasse?*

**W.G.** – Olha! Essa é uma questão profunda (risos)... É difícil responder isso. Não sei. Precisaria pensar um pouco nisso. De fato, o comportamento do canteiro num mutirão

é bem diferente do comportamento do canteiro de uma empreiteira. Não sei se dá pra a gente dizer que um é mais alienado que o outro e quanto é mais alienado. Não sei te dizer isso. Isso é uma coisa que a gente vai distraidamente repetindo, ao longo dos tempos. Eu não tenho certeza se o da empreiteira é tão alienado e o outro é tão esclarecido. Acho que se tem sim uma situação que favorece a esse canteiro que é amador, composto pelas próprias famílias, você tem uma condição que favorece com que as pessoas tenham um pouco mais de conhecimento daquilo que elas estão fazendo. Mas também, tenho dúvida se elas têm um conhecimento completo, porque também a gente tinha que ter no canteiro do mutirão divisão de tarefas, se não vira uma loucura! Também tínhamos que respeitar um cronograma, num determinado período, tornar o empreendimento mais viável, enfim, tinha que procurar fazer aquilo num espaço de tempo mais curto possível, e com isso, a gente tinha que montar os grupos de tarefa. As pessoas que trabalhavam no grupo de alvenaria, faziam alvenaria. O pessoal que trabalhava na montagem de laje, trabalhava num grupo de montagem de laje. O pessoal que montava as ferragens, passava o dia montando e dobrando o aço. Então, você também tem uma especialização no canteiro do mutirão. Lógico que se tem uma possibilidade de que as pessoas circulem um pouco. Isso sempre aconteceu. De repente um cara sai da produção de alvenaria, porque cansou, e vai dar uma força pro grupo de laje. Até porque "olha, a alvenaria está num ritmo bom, mas a laje está... Ela é que está sendo largada. Então precisa pôr mais gente lá pra reforçar o grupo de laje". Então, de repente o cara que estava na alvenaria, vai pro grupo de laje. Você também tinha a possibilidade do cara sair de uma atividade e ir para outra. O que num canteiro de empreiteira é algo esquisito: "cadê o armador?", "ah!

Hoje ele resolveu fazer alvenaria...". Lógico que um armador sabe também bater uma laje, montar uma laje. Mas ele tem um trabalho que é específico, ele se especializou naquilo, ele é um armador. Um canteiro de obras amador dá um pouco essa possibilidade que as coisas não sejam assim tão rígidas, mas também não é uma coisa que o cara entra aqui, sai ali, faz o que ele quer, na outra semana vão para um outro grupo... Porque se não, na hora em que o cara domina uma atividade, ele sabe exatamente como fazer, pegou o jeito, pegou o macete, vai mudar... Vai ter que aprender tudo de novo. Aí, vão mais umas duas, três ou quatro semanas. Aí fica bom e vai pra outro... Nada anda! Então, não sei até que ponto o canteiro em mutirão é um canteiro libertário!

*É o perigo daquilo que você disse, de que se ouve e depois começa a se reproduzir... Enfim, não quero taxar. Mas o que você acha que faz mais cidade, o canteiro do mutirão ou o canteiro da empreiteira?*

**W.G.** – Que faz mais cidade? Em que sentido?

*No sentido que você quiser... O sentido dessa pergunta vai de acordo com o sentido que você der a ela...*

**W.G.** – Eu acho que o canteiro do mutirão faz mais... No meu ponto de vista, no meu entendimento do que é "fazer-cidade". No mutirão, talvez ele leve um pouco de vantagem, porque o canteiro de mutirão, o cara que está ali dobrando o ferro, está numa assembléia, há meses, há mais de ano, para discutir como é que vai ser o projeto. Pra dar opinião. Depois, tem toda uma discussão e uma preparação para o trabalho. E a gente ainda fazia uma discussão, em algum momento do trabalho, sobre as questões do condomínio, como é viver em condomínio... Isso era uma experiência que poucas pessoas tinham. Então, acho que no sentido de experiência, de o cara viver a experiência e poder aprender coisas, acho que o canteiro do mutirão é um pouco mais efervescente, diria.



Se o cara está lá, num certo momento discutindo como é que vai ser a casa dele, o projeto, se vai ter estacionamento ou se é uma besteira, ninguém tem carro ou tem que ter porque algum dia... "Hoje estou conquistando a minha casa. Amanhã vou ter meu carro". Esse tipo de discussão acaba estimulando o cara a pensar, pensar na vida e pensar sua profissão, enfim. Então acho que o canteiro, o canteiro como a gente tocava, pois não vou falar de "canteiro em mutirão", porque aí já não sei...

*É, vamos falar da sua experiência...*

**W.G.** – Já vi canteiros de mutirão onde as pessoas eram, se você olhar o comportamento, como as coisas eram feitas, [esses canteiros] eram como de empreiteiras. Pega lá sua tarefinha... O outro faz a tarefa dele... Acaba e vai embora... Tem canteiro de mutirão assim também. Mas nos canteiros que a gente teve a oportunidade de trabalhar, a gente conseguiu viver essa experiência, que eu diria que é mais completa. Discutir a habitação do cara, discutir a moradia, o bairro, os equipamentos do bairro, o que está faltando lá, o que a gente vai fazer naquele conjunto... O canteiro de obras, a gente já construía de bloco, telha cerâmica, uma construção sólida e bacana, para que depois [de acabada a obra] ele ia virar alguma coisa. Bom, o que ele ia virar? Não sei! "Mas o que é que falta? Tem escola aqui?", "Escola tem!", "É creche?", "Ah! Sabe que minha amiga mora na rua de trás e ela tem uma filha de cinco anos e não consegue uma vaga na creche...", "Então, podemos transformar o edifício do canteiro de obras, que vai funcionar como almoxarifado, enfim, a gente pode transformá-lo em uma creche...". Foi o que a gente fez em vários mutirões. Então, nesse sentido é que eu acho que ele constrói mais cidade, porque o cara tem que pensar na cidade, tem que pensar no que está faltando, como é que pode dar conta daquilo que está faltando, o que está ao alcance dele e o

que não está ao seu alcance, que aí ele vai ter que bater na porta do Governo, da Prefeitura ou do Estado. "Olha, isso nós não temos e vamos precisar disso!". Acho que nesse sentido, o canteiro do mutirão dá uma condição de o cara pensar sobre a sua vida, sobre o bairro, sobre a cidade.

*Indo nessa toada, então o que seria esse canteiro da empreiteira na cidade, como ele faz a cidade e, por outro lado, quais os limites do canteiro do mutirão?*

**W.G.** – Bom. O canteiro da empreiteira pode... Não sei. Tenho medo de ficar falando sobre coisas óbvias. Coisas genéricas que não sei se têm... Bom! Deixa um pouquinho mais pra frente, deixa amadurecer essa questão aí. Daqui a pouco a gente volta...

*Agora...*

**W.G.** – Você está falando em canteiro de empreiteira e estou pensando numa experiência minha muito recente. Trabalhei com empreiteira lá na obra da Universidade Federal. Canteirão! Obra de milhões... Estava aqui tentando imaginar como é que aquilo, de alguma maneira, constrói cidade...

*É que fiquei pensando se é possível produzir um hospital em mutirão, um aeroporto, programas e situações mais complexos? Talvez o canteiro de empreiteiras faça mais cidade no sentido mesmo da quantidade...*

**W.G.** – De quantidade, sem dúvida.

*Não sei se essa oposição entre quantidade e qualidade é um caminho para se pensar...*

**W.G.** – Então, eu acho que, em tese, em alguns canteiros de empreiteiras a gente não vê nada disso que eu vou falar: essa coisa de os caras terem acesso à sistemas mais evoluídos, a equipamentos mais modernos, então a gente ficava fazendo alguns exercícios elucubratórios nos canteiros de mutirão, para ver como é que a gente conseguia fazer as coisas, produzir as coisas, com os

recursos e as limitações que a gente tinha. Limitação da escala também, enfim. Coisa que uma empreiteira, que toca muitas obras, pode e deve, mas nem sempre faz, esse exercício de ir se aproximando dos recursos tecnológicos e dos sistemas mais modernos. Nas coisas mais atuais. Primeiro: para melhorar a qualidade do próprio canteiro e, conseqüentemente, do trabalho, da condição de trabalho do operário. Coisa que as empreiteiras... Elas fazem, hoje um pouco mais, porque tem essas certificações de "ISO não sei quanto", e uma vez que o cara é certificado e ele tem que manter... Mas também acho que essas coisas, não sei...

*(Wagner está pensando, está em dúvida)*

Bom: acredito! Elas conseguem o certificado, mas as pessoas não percebem que elas vão ter um trabalho que é cotidiano, um esforço de manter, se melhorou a condição do trabalho geral, melhorou a ordem das coisas, como é que as coisas são feitas, os fluxos de informações, enfim, se melhorou tudo ali na sua obra, isso demandou um esforço. Uma vez atingido isso, elas vão ter que, durante muito tempo, estender aquilo até que isso vire uma rotina absoluta, que você faz sem pensar, como "acordar de manhã e escovar os dentes". Não ficar pensando em como abrir o tubo, levar a pasta até a escova... Não! Você levanta, escova os dentes e, enquanto isso, vai pensando em outras coisas, naquilo que você vai fazer ao longo do dia... Já faz parte de sua rotina, você já interiorizou o processo. Então eu acho que as empreiteiras têm uma certa dificuldade de interiorizar esse processo, de fazer uma rotina. Lógico que existem empreiteiras melhores e aquelas que são uma desgraça total. E eu acho que por ser um agrupamento de pessoas, uma empresa, que seu trabalho é construir, é tocar as obras, eu fico imaginando que esse cara tinha que ficar melhorando, "vou trazer aquilo, vou mudar o canteiro, não vou fazer mais o cara

carregar isso aqui porque é pesado, vou botar aquela maquininha aqui porque melhora esse serviço...". "Poxa! É uma grana! Bom é uma grana e talvez não possa comprar nessa obra, mas vou deixar uma reserva e na outra obra deixo mais uma reserva e, na terceira obra que eu pegar, eu consigo comprar a máquina. Vou investir porque isso vai melhorar meu trabalho, isso vai melhorar o desempenho". E melhorar o conforto e a qualidade de vida dos operários... Então eu ainda vejo, esse ponto para as empreiteiras, como uma obrigação! "Ah! Tenho que fazer aquilo lá para não perder meu certificado!". Ai, faz mais ou menos...

*Tem um lado positivo nisso porque meio que obriga a virar uma prática...*

**W.G.** – Isso. Eu não cheguei a conhecer, mas tem aquelas histórias dos canteiros da Método, que passaram a ver seus operários, a dinâmica da obra de uma maneira completamente diferente. Passou a se investir no operário, alfabetização dentro do canteiro...

*Quer dizer, melhoram-se as condições dos trabalhadores ao mesmo tempo em que deve aumentar sua produtividade e isso ser economicamente mais interessante para a empresa.*

**W.G.** – Exatamente. Mas aí, recentemente convivi com uma empreiteira média. Daí, bicho, contratos... Vai diminuir o ritmo, manda 15 [trabalhadores] embora. Agora precisa aumentar o ritmo, põe a plaquinha [de oferta de emprego] e chama pra fazer teste e não sei o que. É um tiroteio. Porque vem um monte de cara ruim. Aí depois "está ruim aquilo lá, o cara não trabalha bem!", e aí manda embora... Enquanto se está lá com uma equipe redondinha, deu uma enroscada, mas mantenha a equipe, "tenha uma projeção possível de gastos, pra não ficar sofrendo com a qualidade da mão de obra, porque se não eu e seu cliente vamos ficar enchendo o seu saco... Está uma merda!... Faz de novo...". É uma empreiteira da

década de 70! "Ah! Crise!", põe na rua... Aquece o mercado... Contrata.

*E aí é necessário se adaptar a essa precarização do trabalho...*

**W.G.** – E a qualidade vira uma coisa, um artigo secundário... Claro! Com uma mão de obra ruim... As empreiteiras teriam essa obrigação de fazer mais cidade, de fazer com que seus empregados tivessem mais condições de acessar coisas que normalmente não acessam. De alguma maneira melhorar a qualidade de vida das pessoas que trabalham ali. E mesmo sobre o produto final, que vira um troço. Ou se tem problemas crônicos, infiltração, que vai demandar gasto futuro para quem vai administrar aquilo, ou o lugar é feio e mal acabado... E acho que feio e mal acabado são qualidades de um lugar que não me interessam, é uma porcaria. Isso é uma coisa que não agrega nada...

*E se isso for um reflexo daquilo que você faz... Você vai estar bem mal...*

**W.G.** – Pois é... É nesse sentido que acho que as empreiteiras podiam fazer "mais cidade". É o instrumento de trabalho delas, é o objeto de trabalho delas. Elas deveriam fazer isso de uma maneira normal, plena, procurando ver todas as coisas que estão relacionadas a isso, trabalhar de uma maneira positiva e tentar fazer uma cidade com qualidade, uma cidade bonita. Você entra nuns prédios públicos ou eles são reformas em cima de reformas ou eles são mal construídos. Está se fazendo coisas muito feias, se gastando mal os recursos. Não sei...

*(Faz uma pausa. Está pensando...)*

**W.G.** – Você está com um quadro interessante... CECAP, que é um projeto que eu acho interessante, que eu gosto. Tem um projeto, tem um desenho, tem uma intenção. Coisas de figuras consagradas. O projeto do COPROMO é um que é feito no esquema que você conhece muito bem,

aquelas discussões todas, dessas coisas que a gente conversou aqui e muitas outras que não conversamos aqui. Que tem esse processo, que você conhece. O Gato tem a minha experiência e a minha vivência com esses projetos como o COPROMO, mas também tem meu olhar e minha curiosidade com esses projetos alinhados ao movimento moderno, lâminas, volumes puros e limpos. É lógico que você não pode tirar umas coisas que estão em você e pendurar no cabide... "Agora estou ali, para pensar algo completamente diferente do que fiz...". Não! Você é *você*... Aquilo que você faz.

*As coisas se desdobram, se sucedem...*

**W.G.** – Você *faz* sempre com referência às coisas que você já *fez*, já pensou, já viu... A sua idéia. O Gato tem essa coisa do modernismo, que eu passei a estudar e rever, depois que saí da FAU, mas juntando com as coisas que eu já tinha vivido com outros projetos, como o COPROMO. Agora, COHAB, CDHU, Cingapura... É complicado. É complicado. Na verdade COHAB e CDHU eu coloco no mesmo ponto, o que dá pra dizer de um, dá pra dizer do outro, tranquilamente. Até porque os projetos da COHAB, aqueles super secos, são do final da década de 80... Quando digo que dá pra falar das mesmas coisas, digo que eles vêm bebidos da mesma cultura.

*Um até se desdobra no outro, suas formas de produção, de instituição... Agora, para terminar, uma coisa que eu acho curiosa no COPROMO é que... Bom, o desenho é um instrumento: estava lá eu desenhando [a planta tipo e a implantação], a gente sempre vê, mas aí começa a desenhar e vê de uma forma um pouco diferente, que tanto na Juta quanto no COPROMO, tem uma coisa relacionada à forma mesmo, esses quadrados, que vão se desdobrando... No COPROMO, o quadradinho do meio, os quatro ambientes em volta, essa geometria...*

*O que passou pela cabeça de vocês?*

**W.G.** – A geometria do COPROMO. O quadradinho do meio, que se não me engano, tem 1,25m por 1,25m internos, mais a parede, do eixo, dá um quadrado de 1,375m. Bom esse quadradinho é exatamente cinco blocos de 25cm mais um encavalado (mais 12,5cm, que corresponde ao eixo do bloco no encontro da outra parede, perpendicular à anteriormente citada). Pegando a origem, de nosso módulo, que é o bloco, o gerador de tudo. Daí chega-se ao quadradinho, que é nosso módulo básico e os outros ambientes vão acontecer ao entorno disso. Então, esse quadradinho, que é pequeno *hall*, é onde se abrem todas as portas (dos quartos, sala e banheiro). Esse quadradinho é o que forma o quadrado (que são os quartos, sala e áreas molhadas), formado pelo conjunto de 3 por 3 quadradinhos. Aí, formado isto, junta-se quatro e tem o apartamento, que são quatro quadradões articulados pelo centro, pelo tal quadradinho (*hall*), o gerador. Aí você tem um apartamento, que se repete aqui, formando um segundo apartamento geminado e depois, rebate ali, tem-se a planta tipo, pega o outro aqui, gemina ali e acabou... Formou-se o «caranguejinho». Depois vai se compondo, formando-se as pracinhas, mas que cada ambiente é uma coisa, um mais configurado, outro mais aberto... Eu adorava subir numa dessas varandas e olhar na diagonal (das praças e recintos). É muito legal! Essas vistas, estas frestas, você sai de um ambiente e vai ver o que está acontecendo lá fora. Este é um projeto bastante divertido.

*Na verdade a pergunta que eu queria fazer pra terminar, não é a do quadradinho, que é apenas uma curiosidade, mas que, no começo da conversa, você falou "Ah! O CECAP é um conjunto moderno!". Quando você estava dizendo sobre o Parque do Gato, você estava buscando essa pureza das lâminas, como uma leitura moderna de concepção do espaço. E aí a pergunta: o COPROMO não é moderno?*

**W.G.** – (...) Então... Eu posso falar hoje e a amanhã mudar de idéia!

*Tudo bem! Perfeito!*

**W.G.** – Não é uma resposta simples, do tipo "é" ou "não-é". É e não-é com muitas nuances. Então ele é na medida em que ele tem uma construção modular fodida! Tem uma geometria super radical, no sentido que ela vem e organiza tudo. Porque tem essa coisa da repetição, do módulo, do apartamento, vai espelhando, vai desviando, vai configurando esses espaços de convivência... Sociabilidade... Com essas diferenças, coisas que acontecem nesses espaços. Isso é legal, é um espaço que não é nada monótono...

Eu sempre lembro uma vez que levei dois franceses lá. O *Jean* e sua mulher, uma socióloga. Levei-os para visitar o COPROMO. Aí bicho, foi muito engraçado, porque a gente entrou lá pela rua, "vou entrar por aqui" (onde os "caranguejinhos" estão bem frente a frente, conformando um espaço menor, em relação aos demais recintos), porque entrar por aqui, eu acho, você tem uma ordem das coisas e nessa ordem você vê a seqüência toda...

*Tem uma gradação de espaços...*

**W.G.** – É! Pensei "vamos entrar por aqui", então eles entraram, olharam, "interessante" e tal. Bicho! Na hora que eles chegaram aqui no meio, a mulher... (ele se levanta e gesticula imitando-a, como se ela estivesse muito admirada, surpresa, quase sem ar...), esses gestos ela fazia (mãos para cima, quase na altura do queixo). Eu fiquei olhando para ela, fiquei tão impactado pela reação dela, "poxa, ela deve ter entrado em um não sei quantos Conjuntos...". No mínimo lá na França ela entrou em vários. Ela ficou assim, realmente, impactada com o COPROMO, depois a gente subiu num desses aqui do canto e eles ficaram olhando, olhando, nessa diagonal,

ela ficou numa excitação, ficou feliz de estar lá. Essas visitas, com essas pessoas de fora, são super bacanas, pra gente, pra mim, funcionava pra eu entender... Você não percebe que está envelhecendo. Você se vê todos os dias. Agora, quando você vê um cara que não vê há dez anos, o cara vai olhar pra você e "poxa, você está diferente..." , você olha pro cara e "nossa, o cara deu uma envelhecida". A distância te... Como alguém que está olhando para o novo, para o desconhecido. O olhar de todos os dias faz você não perceber, faz você ir se habituando às coisas. Então, achava muito legal quando eu ia com essas figuras, suas conversas, as perguntas, "puxa, isso aqui! Não tinha pensado nisso antes...". Vai melhorando a sua leitura, enriquecendo sua leitura e seu olhar. Mas o que a gente estava falando?...

*Eu perguntei se o COPROMO não é moderno...*

**W.G.** – Acho que tem uma coisa pra mim, que ele é moderno. Essa coisa do modular... Esse espaço, esses pátios, essa praça, é um pouco moderno. Ao mesmo tempo ele não tem essa limpeza das "lâminas que pousam no solo... Um é levantado, outro vai até o chão (Parque do Gato)...". Olhando o Zezinho Magalhães, sobre *pilotis*... Ele (COPROMO) é um conjunto todo no chão! Tem uma negação, então não é moderno. É difícil responder...

*É e não é!*

**W.G.** – É e não é! Nuances... Aquelas coisas que o movimento moderno trabalhou muito bem, conceituou melhor ainda (risos). Então é e não é! Não sei o que você pensa...

*Na primeira vez que eu o vi, sem saber de como era feito nem nada, eu pensei "ah! Isso é pós-moderno"...*

**W.G.** – Pós-moderno é que não é! Se não eu me atiro por essa janela!

*Não, não. Foi por uma pura imaturidade e desconhecimento. Por que? Eu tinha uma imagem que associava o Moderno às lâminas puras, pilotis, formas retas; e esse conjunto não, ele tem uma expressividade formal, com nichos, com os telhadinhos. Assim, para a cabeça de um estudante dogmático, ele aparecia como pós-moderno. Mas na hora em que entendi que essa produção tinha uma especificidade, uma identidade com um grupo social determinado, de pessoas, e que o projeto do espaço se vinculava a uma idéia de produção das relações das pessoas, aí pensei o contrário: não, esse conjunto é super moderno.*

**W.G.** – Sim ("ãh rãm!")...

*No sentido em que vocês projetaram nele, não só a forma, com toda essa racionalidade construtiva, apropriada, mas também como uma utopia, como uma idéia de construção da cidade, do mundo. E os conjuntos modernos que a gente pode considerar, por assim dizer, mais interessantes, do modernismo dos grandes arquitetos, [esses conjuntos] tinham, cada um com sua especificidade, uma utopia.*

*[Mas por outro lado] CDHU, COHAB, Cingapura, são modernos também, mas porque desdobram e exaurem essa forma, mas não têm uma utopia. E aí, chamar de moderno?*

**W.G.** – É isso que você falou, essa questão: eles exaurem o modelo e... Como escovar os dentes! Faz sem perceber...

*Eles não são modernos, mas ultramodernos, ao mesmo tempo.*

**W.G.** – Nesse sentido da produção em massa, unidade habitacional *standard*, igual pra todo mundo. Isso pra mim é o pior do moderno.

*Bom, o COPROMO tem unidades habitacionais iguais para todos (risos)...*

**W.G.** – Mas isso exaurindo (se referindo ao «pior do moderno»). Se você pegar qualquer um dos conjuntos de Cidade Tiradentes, e disser "não, esse tem uma reflexão, tem uma crítica, coisa em relação ao anterior, tem uma discussão que não tinha lá, agora tem...". Não existe! É um grande carimbo (ele bate na mesa, imitando o

carimbar)! O COPROMO eu acho grande, todos nós achamos.

*Grande em que sentido? A unidade, a implantação?*

**W.G.** – São 1.000 Unidades! Eu acho que ele engana bem, com todas essas brincadeiras, esses recintos. Ele te dá condição de viver experiências variadas... Mas tem coisa que você precisa levar umas porradas pra aprender. Que bela porrada! Ainda bem que apanhei... O COPROMO era para ser [com] 2.000 unidades. As que estão lá e mais toda aquela faixa da avenida que tem a faculdade, o hospital em baixo, tudo isso aí era COPROMO. É que a Prefeitura naquela negociação, com o Francisco Rossi, "nós vamos dividir no meio, vamos dar metade para o movimento e metade nós vamos fazer uma escola...". A gente achou que era só para encher o saco, porque estavam a fim de encher o saco mesmo, brigas políticas, essas coisas... "Ah! Ele não vai fazer porra nenhuma!". Bom, mas o hospital [agora] está lá. A faculdade está lá. Poxa, legal, [afinal] são equipamentos importantes... Ótimo! E melhor ainda porque não tem 2.000 unidades. Agora, isso é o movimento (por moradia). Eles queriam 3.000, 5.000 apartamentos. "Olha, tem que fazer sem elevador, tem gabarito máximo...". Aí chegamos numa implantação e falamos "cabem 2.000, no máximo!". Fizemos 1.000. É muito grande! Pra mim, conjuntinho bacana tem 100 unidades. 80, 120... 200 é o limite tolerável, dá pra cuidar bem. Mais que 200, acho que já entra... Lógico, às vezes você faz um de 400 que é muito mais interessante do que um de 120, mas, via de regra, só pra gente falar de números, acima de 200 já está no risco, se não tiver um puta cuidado se pode fazer um conjunto que é uma merda, um troço ruim, chato, sem graça, monótono, que não acolhe, não é suporte para nenhuma relação comunitária, para a sociabilidade das famílias, para acontecer coisas legais,

enfim... Já a Juta Nova Esperança, 530, acho. A 26 de Julho, 561 unidades de casas. Casabranca, 200.

*Recentemente passei por lá e não dá pra reconhecer as casas. Está tudo com seus puxados...*

**W.G.** – É? Casabranca foi assim, trabalhoso. Tinha uns encaixes das unidades que é bacaninha. Um a sala era deitada, outro era comprida...

*Esse negócio dos encaixes é uma coisa recorrente...*

**W.G.** – Acho que a gente devia projetar móveis... Mas uma pergunta? Tudo tem seu padrãozinho, CECAP, CDHU, COPROMO, COHAB, Gato, Cingapura... Por que é que um é legal e o outro não?

*Na forma e na produção da forma. O que é legal de um não é o legal do outro... É uma coisa meio complexa, porque a gente é arquiteto, no fundo trabalha com a forma, com a construção, mas em algum momento é preciso sair da forma e aí, nem que seja pra depois voltar para ela, sair da forma sem desprezá-la e voltar com tudo. Construir a "coisa" para ter a "não-coisa". Como se as escolhas formais fossem resultado de todas as relações que estão envolvidas nesse processo. Mas não é tudo igual, tudo a mesma coisa.*

**W.G.** – Você acha o Conjunto Nacional uma obra legal?

*Eu acho que sua situação urbana é muito legal, a possibilidade de se cruzar a quadra... Poderíamos dizer "é apenas um centro comercial". Mas diante desses shopping centers, que são espaços nulos, nada, acho que o Conjunto Nacional é uma coisa muito generosa, andar em suas calçadas cobertas...*

**W.G.** – *Shopping Center*, você pode demolir todos que não vão fazer falta.

*Pode deixar até o vazio...*

**W.G.** – Mas para mim, se demolisse o Conjunto Nacional eu teria dificuldade de passar pela Avenida Paulista. Essa coisa de atravessar a quadra, chegar ao miolo, tudo muito generoso, as entradas e saídas. Um centro comercial muito do bem feito. E quando entro lá, penso: "que bacana!".



CONJUNTO UNIÃO DA JUTA



CONJUNTO OLARIAS

CONVERSA COM CAIO SANTAMORE E ANDRÉ DRUMOND, ARQUITETOS QUE TRABALHAM NA ASSESSORIA TÉCNICA PEABIRU, QUE FOI CONTRATADA PARA DESENVOLVER O PROJETO EXECUTIVO DO CONJUNTO PARQUE DO GATO, A PARTIR DOS ESTUDOS DESENVOLVIDOS POR WAGNER GERMANO E TEREZA HERLING, PELA COHAB; REALIZADA DIA 4 DE DEZEMBRO DE 2008, NO ESCRITÓRIO, SITUADO NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO PAULO.

*... Feito para funcionários públicos, as mesmas tipologias urbanas, mas as entradas são um pouco diferentes e os espaços acabam tendo suas especificidades, também. E cheguei lá meio sem querer, [pois] tinha uma época que eu ia muito à Cidade Tiradentes e vi esses Conjuntos serem construídos. Resolvi dar uma olhada ali.*

**André Drumond** – O TFG (trabalho fina de graduação) do Guilherme foi em Cidade Tiradentes.

*E depois fiz [na Assessoria Técnica Usina] o [projeto] Bairro Legal, e passei mais um tempo lá...*

**Caio Santamore** – É que eles estão em épocas totalmente diferentes...

*[Os seis conjuntos que estudo] são feitos em épocas diferentes... E é até uma coisa que estava conversando ontem: eu queria comparar essas experiências. Mas tem uma dificuldade na comparação que é eles serem feitos em épocas diferentes, lugares diferentes, contexto do processo de produção... E a comparação, em si, tem o problema que você pode, simplesmente, equalizar de mais e perder o que tem de específico em cada um. Metodologicamente, tento compará-los, em seus aspectos iguais, para depois ressaltar suas especificidades.*

**C. S.** – O que é legal é delimitar o que você quer comparar deles. Porque tem todas as comparações possíveis... A CECAP é mãe da CDHU, o Zezinho [Magalhães Prado] é o primeiro dos grandes conjuntos, talvez. Santa Etelvina é COHAB. Anos 70?

*Esse Santa Etelvina é dos anos 80. Ele começa no Jânio e acaba na Erundina, as questões dos contratos... Mas é resultado de um processo, a produção dos*

*predinhos, que começa lá em Itaquera, depois tem o José Bonifácio e chega em Cidade Tiradentes.*

**C. S.** – Mas ele ainda pega um pouco da COHAB como operadora do BNH?

*É, acho que sim...*

**A. D.** – O BNH vai até 1985, 1986...

**C. S.** – O Jânio está entre os anos de 86 e 89...

*Bom, mas está nesse andamento. Acho que deve ser a última grande produção da COHAB, nesses termos.*

**C. S.** – É! (...) O Zaki Narchi é o primeiro Cingapura, não é?! Eu fui lá quando estava na FAU... É muito louco! Tinha um morro, (ainda tem?), alojamento provisório e os prédios em baixo, atrás... Uma loucura! (...) E o Gato você queria?...

*Vocês desenvolveram o [projeto] executivo e como é que foi... O anteprojeto foi feito na COHAB e...*

**A. D.** – A COHAB fez um estudo preliminar, bem geral. Já tinha a concepção dos edifícios e na realidade, o Caio coordenava o trabalho, eu estava participando também, não desde o começo, mas logo depois comecei a trabalhar nisso também. O Umberto... Era mais nós três.

**C. S.** – É! Mas todos acabaram se envolvendo...

**A. D.** – É, o Jorge também... A gente estava fazendo [os projetos] do Che, do Educandário... Estava uma loucura. Mas no começo teve a concepção inicial, do prédio, e uma implantação.

**C. S.** – É... Foi uma licitação do projeto. Carta convite e a gente ficou em segundo [lugar], mas o primeiro foi desclassificado porque não tinha acervo (técnico) em habitação social. Aí a gente pegou. No material da licitação já vinha o estudo preliminar, "deixa eu pegar...".

**A. D.** – ... Tinha a concepção dos prédios já definida, eram oito apartamentos por lâmina, depois no fim ficou [com] seis [apartamentos por lâmina], sendo dois de dois quartos, dois de um quarto, ou quatro de um quarto, e



duas quitinetes. Enfim, cada lâmina tinha oito apartamentos e eram apartamentos mais generosos. Depois foram espremendo, espremendo, espremendo... Até diminuir. Isso foi no desenvolvimento [do projeto]. Inicialmente era um grande condomínio só, para todos os prédios, enfim. Acho que no estudo preliminar tinha vários pontos... Não foi feita uma pesquisa muito aprofundada na parte de legislação: você nem podia fazer um condomínio daquele tamanho. Depois teve que separar em diferentes condomínios. Tinha a questão dos recuos e a parte ambiental do [rio] Tamandateí e do Tietê, 50m do Tamandateí e aí comeu uma parte grande que estavam sendo previsto... Acho que tinha até um prédio nesse recuo. Alguns prédios entravam dentro desse recuo. E na hora que veio esse recuo de 50m não se sabia se era do eixo do rio, da margem do rio ou se do topo do talude... Mas também, um pouco da diminuição dos edifícios foi por causa dos recuos. Na hora que entrou o recuo precisou espremer tudo e perdeu a unidade.

**C. S.** – (Retorna e abre sobre a mesa o estudo preliminar) Aqui é o campo de beisebol...

**A. D.** – ... Que é um clube público...

*Que já existia... Acho que fizeram umas novas coisas por lá...*

**C. S.** – É ele foi reformado. O Wagner disse que no início pensaram em derrubar tudo, fazer um parque, mas esse estádio, um estádio de beisebol, foi construído para os jogos Pan-americanos nos anos 60...

*Na mesma época do velódromo da USP...*

**C. S.** – É, isso, e aqui tinha um monte de lixo... E até depois voltou tudo, o Galpão da Gaviões da Fiel...

**A. D.** – A idéia era fazer um negócio de geração de renda, de moda, da indústria têxtil.

**C. S.** – ... Enfim. Tinha o projeto da unidade, que era mais "certinho", ele tinha duas quitinetes, dois de um quarto...

Oito apartamentos. Tinha sido projetado como uma super-quadra. Um acesso único e aqui um centro comercial e a creche.

**A. D.** – Já tinha a história dos *pilotis* em apenas uma das lâminas...

*Tinham quantas unidades?*

**A. D.** – 82 por prédio.

**C. S.** – Seiscentas e tantas unidades... E aí, ganhamos a licitação, começamos a estudar o projeto, essa coisa de legislação, os recuos. Entrou a história dos rios, recuos de 50m do Tamandateí, 100m do Tietê. Já inviabilizava essa implantação (a do estudo preliminar). Uma outra coisa é essa história dos condomínios, de como é que ia ser feita a gestão, esse parcelamento. Como era tudo uma gleba, não tem título, não tem nada... Isso é fruto de retificação dos rios. Aqui eram vários clubes, desses municipais, "Bola Preta", "Clube do Sargento"...

*É uma questão fundiária complicada...*

**C. S.** – É! Na verdade insolúvel. Não se tem *um* título daqui. E eram concessões pra esses caras, campos de futebol...

**A. D.** – Tinha a história de abrir esse clube (o estádio de beisebol) para o público...

**C. S.** – É concessão para os japoneses... A proposta do projeto era integrar isso tudo e transformar num "Parque do Gato". Era isso, umas seiscentas e poucas unidades. Quando a gente começou a conversar, começou essa história, "não, tem que ficar mais ou menos uma quinhentas unidades, dá um número razoável", e como é que iria se fazer esse parcelamento. Então ia ser "uma área aqui, outra ali e outra ali...", como é que... Na verdade nosso contrato [se restringia à] fazer o estudo, o anteprojeto, do comércio e escola, e o [projeto] executivo do conjunto.

**A. D.** – Desenvolver as bases para os projetos complementares...

**C. S.** – [Os projetos] complementares, básico e executivo. Aí começou essa história, já não dava para implantar assim, [conforme o estudo preliminar], depois “vai ser um condomínio único?”...

**A. D.** – Se fosse *um* condomínio, como é que ia ser a gestão disso. Uma conta de água só, para 480 apartamentos... Como é que isso ia se organizar, era um programa de locação social que ainda estava iniciando, em discussão na prefeitura, tinham várias dúvidas. Nesse aspecto do condomínio, muito em função da própria ocupação. Como é que ia ser isso.

**C. S.** – Tinha também uma discussão que a gente fazia, que a gente achava inadequado isso aqui, fazer um conjunto deste tamanho, no Centro [de São Paulo], quando se tem um monte de prédios vazios. A gente acompanhava essas coisas meio por alto... Bom, tem um monte de prédios vazios no Centro, isso aqui é uma ilha que fica entre a via local e a expressa da Marginal do Tietê, não tem acesso...

*Embora seja uma área central é difícil chegar...*

**C. S.** – Os caras colocaram um farol aqui...

*... Que demora para ficar verde [para os pedestres]...*

**C. S.** – É! .

**A. D.** – E é um tecido urbano que vem de um jeito aqui (os galpões e fabriquetas do Bom Retiro) e de repente fica diferente.

**C. S.** – E esse farol, lembro que o Wagner tinha falado, que o cara da CET, quando se falou que ia colocar o farol, disse “vou jogar meu diploma fora... Porque é um absurdo colocar um farol numa via expressa”. Aí o Celso disse que tinha uma idéia de fazer uma passarela ou uma passagem por baixo. A CET ia fazer uma passarela para

[os pedestres] fazerem essa transposição, aí tiraria o farol. Mas está lá até hoje. Enfim. Daí o pessoal de HABI é que começou a... Bom, a gente fez um outro projeto, mais nos moldes de como ele ficou. A gente fez várias discussões com eles, mas é uma coisa meio estranha, [pois] a gente foi contratado para fazer o executivo, então não tinha uma viagem, assim do projeto, da autoria, a gente compartilhava bastante essa autoria com a COHAB, [pois] era um projeto importante para a gestão, não sei o que... Aí lembro que a gente fez uma maquetinha e levou lá para estudar as possibilidades, “deslocar esse eixo aqui...”.

**A. D.** – Porque [os blocos, até então] estavam todos paralelos.

*A implantação de hoje tem uma rotação...*

**C. S.** – Tem seis prédios aqui, paralelos, e mais três aqui... Aí a gente levou essa maquetinha e o Wagner chamou todos os arquitetos da gerência para olhar, e o Rubênio, que era o gestor, “não chama, pelo amor de deus! Quanto mais arquiteto, pior!”. Ele não se conformava. E então teve essa história dos condomínios, de criar condomínios, e foi uma coisa que a COHAB apresentou pra gente, como uma demanda de HABI. Um pouco pela experiência de gestão de todos esses empreendimentos.

*São três condomínios lá?*

**C. S.** – Quatro.

**A. D.** – Três condomínios de dois prédios e um de três. Esses [prédios] da frente são o [condomínio] maior e os outros são no fundo.

**C. S.** – Dois de dois, depois tem a rua e a praça e mais um para lá.

**A. D.** – Ainda não tinha essa praça.

**C. S.** – É que, se você fecha isso aqui (o acesso para aquilo que veio a ser a praça situada entre os

condomínios do “fundo”), vira uma rua louca! Quem faz a manutenção? Prefeitura ou o condomínio?

**A. D.** – Se você fechar tudo... Se bem que é um conjunto público, de locação social.

**C. S.** – Mas mesmo assim, pois estaria dentro do condomínio...

**A. D.** – ... Mesmo subsidiado...

**C. S.** – ... Estaria dentro do condomínio.

**A. D.** – Também a idéia de integração disso tudo, se você tivesse uma área fechada, cercada, ficaria estranho.

Também o fato de se ter dentro do condomínio uma circulação, tráfego, uma coisa pública, é a possibilidade de você controlar...

**C. S.** – O que a gente questionava um pouco é que se essa tipologia era adequada para esse tipo de implantação, de condomínio. Se não era melhor ter uma coisa assim tipo COPROMO, predinhos menores que fossem configurando as pracinhas, ou enfim, a Juta... Ter uma outra... Uns predinhos mais fechados e configurando umas pracinhas entre eles. Eu lembro do Wagner falando “não, é uma...”. Ele entrou na viagem modernista, sabe?! Um as lâminas implantadas em paralelo, uma super-quadra.

*Como é que vocês viram essa forma de implantação?*

**C. S.** – Eu achava adequada. E acho ainda hoje. Pelo lugar que ele está, pela escala [urbana] que ele está. Uma via expressa... Bom, aí a gente foi mudando, pôs uma rua aqui, tem uma outra aqui que tem um «birinaites» assim (ela não está totalmente reta, ela faz uma espécie de chicana, um “S”), que ela é muito longa e para quebrar essa perspectiva, aí tem um *cul-de-sac* aqui e outro ali, e aí ficou uma praçona, um condomínio aqui, dois ali e um outro condomínio aqui (apontando no desenho). Tudo isso aqui é área pública, que faria a integração com o rio [Tamanduateí], possibilitaria essa integração. Entre esses

condomínio também essa área pública que possibilitaria essa integração aqui (entre o condomínio da frente e o de trás, ladeados pelo centro comercial e a creche). Aí configurou um lote, que era da área comercial e o outro lote maior que era da creche.

*Essa creche está feita já.*

**C. S.** – Ela foi feita junto com o conjunto.

*E o centro comercial?*

**C. S.** – É um projeto do [escritório] do [Antônio Carlos] Barossi, mas que acabou não sendo feito. Ficou uma tripinha, bem compridinha para o centro comercial. O que acabou acontecendo? Tinha esse negócio desse “H” deslocado (as quatro lâminas em paralelo, sendo que as do meio estão sobre *pilotis*), esses deslocamentos que vão formando essas pracinhas. Então os lotes, na verdade, seguem a [geometria dos prédios], eles vieram depois da implantação. Se o condomínio era assim (sua geometria), o lote ficava assim (seguindo a geometria “tortuosa” dos edifícios). [Deste modo], mesmo que você dividisse, cercasse, se manteria no desenho do lote essa relação entre os prédios (desenha os lotes sobre o projeto).

*Quer dizer, mesmo cercando se continua com a possibilidade de criar esses espaços...*

**C. S.** – Criar essas coisas... E agora no Conselho [Municipal de Habitação], a cada três reuniões entram na pauta o Parque do Gato, o Olarias e a Vila dos Idosos. Três projetos de Locação Social, que ninguém sabe o que fazer: ninguém paga e aí, agora, é que vão cercar! Que é uma coisa totalmente estúpida!

**A. D.** – (Risos). Na verdade “vamos abrir!”. Já que ninguém paga...

**C. S.** – Não tem lógica! Porque você, de fato isola, está cercando uma área pública! E é até uma coisa que eu falei na reunião, “se está fazendo um negócio que...”,

“ah! Não! Mas a população quer que feche...”. E daí, né?! Tem aquela puta praçona, essa área que eram umas quadras...

*Que estão sendo feitas agora...*

**C. S.** – É, foi feito alguma coisa.

*E esse esquema do parque mesmo, da implantação...*

**C. S.** – Ah! Depois foi o [arquiteto paisagista] Raul Pereira que foi contratado. A gente fez o paisagismo [da área das habitações] e a COHAB jogou fora e contratou o Raul Pereira para fazer o projeto do parque todo.

**A. D.** – Lembro de uma vez que vi o projeto e tinha até uma proposta de uma passarela para [a outra margem do rio], que incluía essa área, do outro lado do Tamanduateí, como uma área verde. O nome do negócio é “Parque do Gato”, então, você tem essa área habitacional, mas você tem uma área pública, verde, enfim, que pudesse usar esse outro lado, a praça, que pudesse usar o clube também. Agora, você perguntou sobre essa implantação, acho que ela tem sentido... Acho meio estranha. O local que ela está na cidade... A proposta é interessante, talvez, se ela estivesse numa outra situação... Eu não sei como se dá o uso aqui, ou como se daria numa outra situação, se tivesse esse parque mesmo, se abrisse esse clube... Essa área (o bairro do Bom Retiro) não é muito residencial, tem uns galpões, umas coisas.

**C. S.** – Mas é assim, se você tem uma política que faz, que pega os prédios vazios, também acho [estranho] fazer. Mas você conseguiria fazer 480 unidades? Até agora não se fez nada!

**A. D.** – É, concordo.

**C. S.** – Tem uma coisa da gestão que era fazer um empreendimento que...

**A. D.** – Um marco... E os prédios vazios têm mil problemas de posse, de dívida e até se conseguir fazer alguma coisa...

*De certa forma como o problema fundiário que tem aqui...*

**C. S.** – É, mas aqui é certo que é da prefeitura, da EMURB. Dessa parte não tem essas negociações.

*Teria alguma dificuldade aqui se precisasse repassar essas propriedades para os moradores, como é da própria prefeitura, não precisa.*

**A. D.** – O discurso que estava junto era essa história do parque...

*(André vai atender o telefone...)*

**C. S.** – Mas, enfim, acho que acabou ganhando em dividir o condomínio. Isso tinha uma implicação grande para o projeto, porque na época tinha que ter um número mínimo de vagas [de automóveis] e agora é no máximo tantas, não tendo um número mínimo. Cada condomínio tem as suas vagas de garagem, cada um tem a sua vaga de deficiente físico. A gente manteve até [quase] o final, uma única caixa d’água, nessa área central, no meio da praça...

**A. D.** – Oito metros de diâmetro (risos)...

**C. S.** – Aí a gente ficou viajando num desenho, que pudesse ser super legal... Lembra que o Jorge ficou fazendo mil maquetinhas eletrônicas? A gente ainda falou assim, “a gente vai fazer esse projeto por...”, quanto custou, acho que R\$120.000? “Depois contrata o Paulo Mendes da Rocha por R\$500.000 pra fazer o projeto da caixa d’água” (risos).

Era um negócio super tenso, porque o secretário, na época, achava que tinha que ser um projeto com um arquiteto, com nome de peso...

**A. D.** – Foi uma briga na COHAB para fazerem o projeto internamente, a concepção, e [depois] ser desenvolvido [por um escritório contratado] por uma licitação.

*Nessa época foi desenvolvido, também, o projeto [que faria a cidade de São Paulo concorrer como sede] das Olimpíadas.*

**C. S.** – É e foi bem nesse lugar. O Wagner falava que numa reunião, chegou a Fernanda Barbara (do escritório Una Arquitetos, que desenvolveu parte dos estudos desse projeto das Olimpíadas, junto ao arquiteto Paulo Mendes da Rocha), e falou assim “não, aqui vai ser não sei o que das olimpíadas...”. [Wagner diz:] “Não, não, já está licitado!”. [Fernanda:] “Mas isso é um absurdo...”. Tinha essa coisa das Olimpíadas, essa tensão.

**A. D.** – Foi bem na mesma época.

*Nesse projeto das Olimpíadas havia as habitações bem aí, não é?*

**C. S.** – É, mas [foi] depois [que] eles acabaram usando como habitação. Nas primeiras conversas não era. Enfim. Mas eu acho que teve um ganho em ter feito essa divisão de condomínio, em ter feito essa divisão das áreas públicas e tal, que dava mais um caráter de, na condição que é, de uma ilha isolada pelas vias expressas, dava uma condição [por assim dizer] *urbana*: ter uma praça pública. Aí, os espaços condominiais, internos, ficaram restritos à parte de baixo dos *pilotis* e ao estacionamento.

**A. D.** – O resto é público.

**C. S.** – O resto é público. Tudo público. Ele vinha até o limite. O recuo, a gente foi estudando, “se você faz divisa com uma praça, você pode fazer um recuo menor do que 5m”, por exemplo. Aí a gente foi colocando sempre os recuos mínimos, por aqui, para configurar esse lote, que era configurado no limite dos prédios (o menor recuo possível). Foi feita a implantação e depois se organizou esse parcelamento, que é um negócio meio estranho, do

ponto de vista urbanístico, [pois] normalmente se faz [primeiro] o viários, o loteamento...

*Inverte o processo.*

**C. S.** – Criando um monte de área pública [cuja] manutenção ficava pra Subprefeitura da Sé. Vai lá e planta, quebrou um banco, troca...

**A. D.** – Falando desse processo, que tinha sido [por assim dizer] tenso, como era um projeto que tinha uma certa polêmica mesmo dentro da prefeitura, e as informações legais, enfim, recuos, loteamentos, como se deve fazer a parte de infra-estrutura urbana... Ela não teve uma pesquisa inicial que a COHAB forneceu, “Ah! Isso aqui é o que vocês devem obedecer...”. Tem coisas que agente foi descobrindo durante o trabalho, e aí, a gente descobria uma informação que mudava tudo!

**C. S.** – Tipo o melhoramento viário dessa [via local da Marginal do Tietê,] a Castelo Branco de 15m. Aí tinha os 50m de recuo do rio...

**A. D.** – Cada informação que vinha mudava o projeto e eles queriam que terminasse rápido porque queriam construir na gestão.

**C. S.** – Eu estava falando com a Dani esses dias, lá em Santo André, a maioria das pessoas que estão em órgão público, nunca desenvolveu um projeto executivo de cabo à rabo. Então não tem noção do... Porque aqui era um inferno! Tinha uns seis [escritórios de projetos complementares] contratados, tinha hidráulica, elétrica, estrutura, paisagismo, geométrico do viário, que era uma coisa específica porque era pública, pavimentação e sondagem-parecer. Então era uma equipa de terceirizados super grande.

**A. D.** – Tinha infra-estrutura pública, condominial e predial.

**C. S.** – É! [O projeto de] rede pública, de água, esgoto e drenagem, era [feito por] um.

**A. D.** – A parte condominial era outro.

**C. S.** – Foi super tenso... E “entrega pra amanhã!... Isso é um negócio que acontece. Então a gente entregava um pacote [de desenhos] e depois é que chegava [o projeto] da estrutura. Chegava depois.

**A. D.** – Depois tinha que compatibilizar.

*Revisões que precisariam ser feitas...*

**C. S.** – E a gente tinha, também, pouca experiência de projeto executivo [nesses moldes]. A gente tinha feito... Tinha outros projetos ao mesmo tempo, [com] uma equipe pequena. Aí, da edificação, dos edifícios, a gente começou a trabalhar. Os primeiro projetos, o apartamento de dois quartos tinha uns 50m<sup>2</sup>, uma coisa assim. A gente foi, arrumou a modulação da alvenaria, só que não tinha...

**A. D.** – Não é! É no final que ficou com 50m<sup>2</sup>, antes tinha mais.

**C. S.** – Ah! É!

**A. D.** – [O apartamento de dois quartos] era de 48m<sup>2</sup>, de um quarto 38m<sup>2</sup> e a quitinete 29m<sup>2</sup>. Aí foram diminuindo...

**C. S.** – Eles foram diminuindo... Porque era uma coisa assim, “não vou fazer uma apartamento aqui, de 50m<sup>2</sup> quando do lado, o padrão COHAB, é 43 ou 44m<sup>2</sup>”. O apartamento de dois quartos. E ele (o Gato) tem uma puta área de circulação, em relação à economia do edifício, tem uma área de circulação grande, esses corredores, enfim. O prédio foi diminuindo para poder encaixar no terreno, foi tirando unidade pra ter um número razoável para a sua gestão, a gestão de condomínio, e o tamanho da unidade por conta da adequação ao padrão da COHAB. E de custos também, a gente tinha orçado com janelas de alumínio, pensando que é um apartamento de locação social, mas tinha que ter coisas com menos manutenção. Mas é assim, vai

cortando, cortando, cortando... Faz tudo no padrão mesmo, chapa dobrada e não sei o que.

*(vendo os desenhos)*

**C. S.** – As áreas do condomínio são também uma loucura, do ponto de vista do aproveitamento do terreno, ele tem uma densidade baixíssima. Você tem muita área pública.

*(Ele passa a mostrar no desenho as delimitações dos lotes, dos condomínios, da creche e do centro comercial).* Isso aqui virava uma via de pedestre. O receio da COHAB era na hora que um outro prefeito viesse, fechasse essas coisas. E que na verdade é o que está acontecendo. Estão fazendo um muro.

**A. D.** – Nesta área aqui tem umas coisas de reciclagem (próximo às quadras que estão sendo executadas hoje). Esse negócio, acho que não foi levado muito em consideração, uma dinâmica econômica ou o uso das famílias. Os catadores. O que acabou acontecendo é que nos prédios não tinha onde pôr o material de reciclagem.

**C. S.** – Na verdade, esse centrinho comercial aqui era para gerar renda.

**A. D.** – Mas era padaria. Nada a ver com o negocio dos catadores. Tinha apartamento que se entrava e tinha um monte de coisa. Começaram a fazer isso nos *pilotis*, lugar para guardar o carrinho [de coleta].

*Você vai lá hoje e as coisas estão relativamente em ordem. Quer dizer... Tem um aspecto bastante detonado. As coisas da praça quebradas... Mas não está tudo ocupado, [sob] os pilotis. Você vê as pessoas trabalhando...*

**C. S.** – Parece que a prefeitura estava num trabalho... Parece que tem uma ONG. No Olarias está [se] fazendo esse trabalho de gestão do condomínio. Talvez a gente tenha um material aqui, de como o Conselho está procedendo com as famílias. Acho que a Diagonal fez um levantamento de todas as famílias e tinha família que

comprou [a unidade habitacional], teve muita comercialização...

*Comprou não sei de quem...*

**C. S.** – É o cara comprou do cara que morava lá. Tem família que o cara falou “sai!” (fazendo um gesto de apontar uma arma na cabeça da pessoa a ser expulsa), “sai que é meu...”. Tinha de tudo e isso acabou mudando o padrão de renda e tudo, que tinha. O que a prefeitura estava avaliando agora era de recadastrar tudo e ver “tem família que é original, mas melhorou de renda, pode ter uma carta de crédito e ir para uma moradia definitiva”. “Tem outro que não é original, mas se enquadra no perfil que tem que ser, de locação social”. “Tem um outro que não tem renda nenhuma, nem para pagar um aluguel, então vai ter que ter subsídio de 100% no aluguel”. De estudar essas situações de cada família para se ter uma proposta de atendimento. Porque é assim, no conselho tem um cara da OAB que fala assim “está provado, está claro que esses programas são um fracasso, tem que tirar esses pobres com polícia e vender isso para a classe média” ... Ele fala assim, deliberadamente.

**A. D.** – Nossa! Que lindo...

*Desses que não têm nem vergonha de dizer...*

**C. S.** – Não! Não!

**A. D.** – Mas em relação ao edifício, não sei qual é seu interesse, você tinha falado em relação à obra...

*Na verdade estou querendo entender esses conjuntos, a partir de algumas entradas. A situação urbana é importante, a produção é importante...*

**A. D.** – Do ponto de vista de projeto, uma coisa que em alguns momentos me incomodou, a gente ficou incomodado, foi essa diminuição do tamanho dos apartamentos, diminuiu não foi de uma vez, tipo “passa de quarenta e tantos para quarenta e dois”. Foi uma coisa assim “diminui mais”, “diminui mais” ... Diminuímos

umas três vezes... Só que isso de diminuir tudo, interfere no prédio, no urbanismo, em tudo... Uma morosidade nessas definições que, primeiro pelo fato [em si] de estar diminuindo a unidade, o apartamento, e segundo por causa das mudanças que isso ocasionava no projeto.

*De onde é que vinha, especificamente, essa demanda?*

**C. S.** – Ainda não era nem a parte de custo. O custo depois entrou “com a janela de alumínio é muito alto, vamos pôr chapa dobrada” (para as janelas). Mas isso era nos materiais. [Essa demanda] era uma diretriz da Companhia mesmo, do tamanho da unidade... Eles falavam “como é que vou fazer um empreendimento que tem 48m<sup>2</sup>, sei lá, ou cinquenta e tantos, quando eu tenho de 42 ou 43m<sup>2</sup>...”

**A. D.** – ... Num terreno que é muito mais barato, que não tem a localização que esse tem. No centro, com apartamento grande.

**C. S.** – Isso era louco. Porque chegava uma informação pra gente: “muda aí!”.

**A. D.** – Teve uma reunião que a gente ficou analisando a história dos *pilotis*, porque, construtivamente...

**C. S.** – ... Ah! Desculpa. Porque isso é importante, em relação à concepção do projeto: lembrei aquela história do desnível (as unidades situadas no térreo estão levemente acima do nível das áreas externas)...

**A. D.** – 90cm.

**C. S.** – A gente pôs o maior segmento de rampa possível, que é de 90cm pela legislação de acessibilidade, e subiu aumentando o pé-direito dos *pilotis* e isso aqui é uma preocupação lá do pessoal de aprovação [legal], que é você não poder ter vaga de automóvel coberta. Pela legislação de HIS (Habitação de Interesse Social). Agora eu não sei, mas na época... Que descaracteriza [habitação] como HIS. Daí, então, a gente fez essa rampa,

que é meio estranha, porque ela fica no meio dos *pilotis*, mas que tinha essa intenção de criar um obstáculo para que isso aqui (os *pilotis*) não se transformasse num estacionamento.

*Ah! Mas é simpática essa rampa...*

**C. S.** – Ela é legal! Eu acho também... Ma o que você estava falando [André]?

**A. D.** – Estava falando que, construtivamente, ele tem um prédio que é de alvenaria estrutural desde o chão, do embasamento; aí você tem uma parte que a estrutura é de concreto [armado]...

*Como uma mesa.*

**A. D.** – Que é assim, a gente até está fazendo um projeto agora que usa [essa solução], mas por conta dos estacionamentos; mas quando se trabalha com alvenaria estrutural e com os *pilotis* em baixo, você acaba tendo umas vigas de transição enormes, porque você tem as cargas [estruturais] distribuídas (alvenaria estrutural), que têm que passar para uma carga pontual, do pilar. Ficam umas vigas enormes. Isso já tinha desde a concepção inicial. Ainda tinham as escadas [de estrutura] metálicas. Então você tinha estrutura metálica, concreto armado moldado *in loco* e alvenaria estrutural... Desde a concepção tinha essa mistura de soluções construtivas, de compatibilizar essas coisas. E a estrutura de *pilotis*, para você erguer um prédio de alvenaria estrutural em cima, tinham essas transições que, na hora que fomos fazer o projeto, os *shafts* de hidráulica (dutos vazios e verticais por onde passam as instalações, ligando os apartamentos às infra-estruturas condominiais), por exemplo, que caíam em cima das vigas de transição, que eram umas vigas de 80x50cm de largura. Aí teve que fazer uns furos na viga. Inclusive, depois, fomos discutir com o Yopanan (engenheiro civil responsável pelo cálculo estrutural)...

**C. S.** – O *shaft* estava aqui. Aí você ia passar a viga aqui (mostrando no desenho). Então a viga tampava o *shaft*. Aí, como as vigas precisavam ser altas (em função dos esforços estruturais), na hora de levantar esse nível (dos apartamentos do térreo, 90cm acima do nível dos pisos externos), precisou fazer essa viga mais larga (para diminuir um pouco sua altura). Tampando totalmente o *shaft*! E para ajudar, o *shaft* está fora dos pilares, pois os pilares estão [sob o alinhamento] das paredes. E tinha que trazer esse encanamento (dos *shafts* até os pilares e assim chegar-se ao chão e às infra-estruturas embutidas no solo). Você tinha um projeto com uma concepção não-completa e [a gente ia] desenvolvendo sem poder mudar muito.

**A. D.** – Acabou que no final, a viga tinha um rasgo no meio (uma espécie de “U” de ponta-cabeça por onde passariam os canos).

**C. S.** – A tubulação descia pelo *shaft*, furava a viga e corria horizontalmente até os pilares, para poder descer até o chão.

**A. D.** – Essa história do pilar foi, inclusive, uma loucura. Tinha uma determinada modulação do pilar, mais ou menos nos eixos das alvenarias.

**C. S.** – A gente pôs um pilar a cada eixo de alvenaria.

**A. D.** – Tinha um monte de pilares. Daí a gente fez umas perspectivas, um cara da COHAB fez uns desenhos, e a Tereza Herling falou “acho que tem muito pilar! Vamos tirar um tanto!”. Como assim tirar “um tanto”? A gente já estava no [projeto] básico, calculado... Como assim tirar uns pilares?! “Estou achando que tem muito pilar, essas perspectivas...Vai tampar muito”. Então é assim, teve que tirar os pilares. O Yopanan quase matou a gente! Teve que refazer todo o projeto de estrutura, que estava caminhando para o projeto executivo... Aí é que vieram essas vigas enormes, porque o vão aumentou, aí o



pé-direito para passar em baixo das vigas ficou ruim, teve que achatar a viga...

**C. S.** – Porque subia essa rampa e tinha que passar em baixo dessas vigas...

**A. D.** – Foram surgindo essas coisas, no projeto, que a gente estava desenvolvendo, mas não tinha toda a autonomia para mudar o que a gente quisesse, tinha sempre que ter essas conversas com a COHAB... Tinha problemas, tanto de concepção [do projeto arquitetônico] quanto dos condomínios, esse negócio dos recuos dos rios...

*Vai se desenvolvendo [o projeto] e se ajustando.*

**C. S.** – Tinha uma outra coisa também, essas varandinhas, que a gente mudou. Ele era mais chapadão (o edifício, sua fachada). A varandinha era um balanço para fora, totalmente. A gente recuou um pouco [as alvenarias para dentro], que dá um movimento [nas fachadas]. Em baixo das janelas, também, a gente acabou usando um bloco de vedação de 9cm, fazendo uma sombra. O projeto da COHAB, inicialmente, era um janelão, direto de cima a baixo, mas isso não passa no bombeiro, porque tem que ter 1,20m de altura (os peitoris), por causa da labareda [num eventual incêndio]. Coisas de bombeiro, cada cabeça uma sentença.

**A. D.** – Tem aquele projeto da [Assessoria Técnica] Passo, em Diadema, que as janelas são maiores, mas elas são desencontradas de um pavimento ao outro. Lá era alvenaria estrutural também, mas esse ziguezague na alvenaria estrutural...

**C. S.** – E aqui não dava [pra utilizar esse tipo de solução]. Enfim, foi um jeito de utilizar essas janelas padrão e não ficar uma coisa meio... “janelinha”. Dar uma volumetria na fachada... E a história dessas caixas de escada, vinha do Wagner, lá da Usina, do Copromo, que faz ela antes e inteira metálica.

**A. D.** – Quando se fala da obra, comparar as coisas feitas em projeto e depois como aconteceu na obra... A gente não acompanhou a obra, porque não fomos contratados para isso, que ia ser feito por uma construtora. Até te mandei por e-mail, [uma construtora] que se chamava Erevan, que ganhou a licitação, aí as coisas que a gente foi pensando durante o projeto, por exemplo, o guarda-corpo, que me lembro de ficar desenhando uns três meses, pensando como era a sua modulação... Haviam muitos guarda-corpos, então como é que iam ser produzidos, a industrialização, que se produzisse um módulo a ser repetido... Chegou na obra o cara falou “não, põe um guarda-corpo corrido aí...”, módulo nenhum.

**C. S.** – Mudou o desenho do guarda-corpo, que eram com umas barras horizontais... Depois mudava a rampa, que tinha um módulo aqui, um curvo, depois um reto, esse igual àquele, mas ao contrário... Tinha um padrão...

**A. D.** – Uma lógica...

**C. S.** – Chegou lá, não tinha nada a ver. E a escada [se produzida antes das demais etapas de construção do edifício] “é pra fazer a circulação vertical dos materiais”, constrói-se a escada antes e depois sobe com os materiais. A gente chegou lá na obra, o pessoal mandando bala nas alvenarias, cravando estacas... E a escada só chegou ao final da obra. Então eles faziam umas coisas ridículas...

**A. D.** – Era muito bizarro! Tem umas fotos disso aí: você tem o prédio, a passarela e a caixa de escada que deveria estar lá, só que as escadas começaram a ser feitas quando tinham uns quatro ou cinco prédios já prontos; e como não tinha escada para subir, os caras faziam uma espécie de balancinho, eles cravavam umas vigas metálicas na laje, faziam um patamarzinho e colocavam

uma escada de madeira! Saía [da projeção da laje de circulação] com uma escada de madeira.

*Nossa!...*

**C. S.** – Um negócio tosco! Um negócio apoiado com sua escadinha pendurada...

**A. D.** – E isso feito em série, tipo “industrializado” (risos)...

*Isso se “industrializa”...*

**C. S.** – São essas coisas que a gente pensa no projeto e que cada empreendedor tem um plano... Provavelmente, o que aconteceu? A liberação da frente [de trabalho] da alvenaria era muito mais fácil do que a da escada, que tem que encomendar... Não vai esperar produzir todas as escadas para começar a alvenaria.

**A. D.** – ...Tinha uma laje aqui e os caras cravavam umas vigas metálicas na alvenaria, em balanço, depois faziam uns pisos de madeira, uma proteção, e uma escada de madeira...

*Nem a pau!...*

**A. D.** – (Risos)...

**C. S.** – O negócio dos guarda-corpos, o cara falou assim “a gente faz tudo... Solda na obra”. São coisas que a gente fez no projeto sem falar com o “time adversário”, sem combinar como é que vai...

**A. D.** – A gente escuta várias vezes, “como é que o arquiteto está distante da produção mesmo, da obra, das construtoras”, enfim. A gente foi visitar o canteiro daquela obra da Universidade Federal, que o Wagner e o Joel estavam trabalhando lá, fazendo a ponte entre a Universidade e a Construtora, e aí o Joel estava contando que algumas soluções de projeto, que se chega na obra e “nem a pau que vou fazer isso!”. Lá tinham umas empenas (paredes cegas) de concreto aparente, de 8m de comprimento por, sei lá, cinco andares de altura, e os

caras especificaram lá “usar tábuas de 20cm” (para fazer a fôrma)... Meu! Nunca! “Vamos fazer pré-moldado! Muda o projeto!”.

**C. S.** – Eles tinham feito aquelas cubetas, uma laje nervurada, aí o Joel falou “vai concretar, vai dar bicheira (quando o concreto vaza das fôrmas e não fica bem acabado, às vezes até prejudicando o cobrimento necessário da armação de aço), depois vai ter que ficar tapando bicheira...” . Acabaram mudando para pré-moldado.

**A. D.** – Lá tiveram várias mudanças da estrutura de concreto por conta de se agilizar a construção, facilitar a obra.

*É muito louco... Torna-se um fetiche de um modo construtivo, que na verdade tem que ser racionalizado. Era assim porque naquele momento que se utilizavam essas tábuas era assim que se fazia...*

**C. S.** – É! A estrutura do térreo é muito pesada para esse prédio (os *pilotis* do Parque do Gato)...

**A. D.** – É uma mesa mesmo, do concreto armado, enorme...

**C. S.** – Que ainda mandam tirar alguns pés...

**A. D.** – ...Tirar uns pés, para assentar um prédio em alvenaria estrutural...

**C. S.** – Porque se fosse tudo de concreto armado, por exemplo, poderia ter ficado uma coisa mais leve, ou tudo metálico... Sei lá. É uma loucura, porque se mistura alvenaria [estrutural] com concreto armado e estrutura metálica, no mesmo prédio, com situações diferentes.

*Eu estava vendo a estrutura do CECAP e é muito parecida nesse sentido, pois... Bom, tinha se concebido a construção tudo em pré-moldado... Sobe-se as fundações, que viram os pilotis, e tem uma laje grande, como uma mesa, e depois as paredes sobre essa laje.*

**C. S.** – Mas aí eram paredes...

*No projeto de pré-moldado, eram paredes de concreto, assim como os armários que fazem a vedação dos apartamentos.*

**C. S.** – Não tem pilar para cima... Mas era um andar a menos...

**A. D.** – Três [andares] mais os *pilotis*.

**C. S.** – Tem uma outra coisa que eu acho muito estranho, que são esse banheiros gigantescos... Os apartamentos têm que ser adaptados a deficientes físicos. Você pega um apartamento tipo quitinete, olha o tamanho do banheiro em relação ao apartamento. A idéia era fazer acessibilidade universal e por isso que tinha o espaço para o elevador. Foi deixado, mas não vai ser implantado nunca... Poderia destinar algumas unidades acessíveis e as outras, otimizar com um banheiro... Um banheiro de 5 ou 6m<sup>2</sup> num apartamento de...

**A. D.** – (Olhando os desenhos das plantas tipo dos conjuntos habitacionais que levei), são muito parecidas...

*O desenho original do CECAP tem uma coisa bem bonita, que é as áreas molhadas concentradas e a cozinha e a lavanderia ficam em volta... Mas a planta de três quartos que foi executada é muito parecida com as plantas do CDHU e da COHAB.*

**C. S.** – É isso que eu estava falando, não tem muita escapatória, você tem que otimizar as áreas de circulação... Há 50 anos que se faz a mesma coisa.

*Talvez se pudesse tentar coincidir as prumadas hidráulicas com a circulação vertical...*

**A. D.** – O Gato é um pouco diferente porque é mais estreito, o prédio.

**C. S.** – O Gato tem essa linha que concentra toda a hidráulica. Tem uma outra coisa que eram as lajes assentadas transversalmente à dimensão linear, mas em conversa com o Yopanan se resolveu fazer uma laje maciça para poder contraventar (que é uma forma de dar maior rigidez à estrutura, contra movimentações provocadas pela exposição do edifício aos ventos) todo o

edifício, imagina, uma lâmina fina... Uma outra coisa que a gente tentou fazer, inclusive era uma história do Zezinho [Magalhães Prado], que eram os armários hidráulicos em volta dos pilares (nos *pilotis*, para se ter acesso às infra-estruturas, no caso de necessidade de manutenção, sem se precisar quebrar paredes, mas sim apenas abrindo portinhas ou divisórias). A gente fez um desenho que era com umas cantoneiras grandes e um compensado, um armário parafusado, e aí desciam as prumadas, e em alguns podia-se guardar vassouras... Chegou lá [na obra] fizeram de alvenaria... Ficou [com a aparência de] um pilar gigantesco.

**A. D.** – [No nosso desenho] o armário não chegava no chão, ficava solto...

*Como [se fosse] uma caixinha...*

**A. D.** – E aí eles fecharam tudo...

**C. S.** – E isso eram umas oito pranchas [de desenho], o guarda-corpo e esses armários (risos)...

**A. D.** – A própria escada, o desenho da escada, [acabou sendo] a própria empresa que forneceu a escada que fez o desenho, o projeto...

**C. S.** – E até que ficou razoável...

**A. D.** – Eles acabaram não seguindo direito o projeto de estrutura.

**C. S.** – Cada projeto tem uma história, tem sempre uma desculpa para as cagadas que você fez (risos)...

**A. D.** – Tem um texto do [Josep Maria] Montaner que rolou na internet, sobre o Parque do Gato e aquele projeto do Paulo Mendes em Santo André, o Sabina...

**C. S.** – O legal é a resposta da Tereza, que é quase como quem diz o seguinte "nós arquitetos pensamos tudo, o problema são as pessoas que vão morar lá" (risos)... Não falava isso, não! Tinha um pouco de "a nossa utopia, como arquitetos, pensando, só que chega lá na hora..."

**A. D.** – ...“Vem aquele bando de pobre e detona tudo...” (risos).

**C. S.** – E é um negócio que até hoje a prefeitura não sabe como proceder... E o Olarias ainda é pior, pois ele é verticalizado. Instalaram o elevador três vezes lá! Instalavam o elevador e os caras arrancavam a abotoeira do elevador inteira...

*Sério?*

*(Chega na mesa a arquiteta Joana Barros, integrante da equipe da Peabiru)*

**C. S.** – E aí Joana, você que é arquiteta...

**Joana Barros** – Sim, sou super arquiteta (dizendo com ironia)... “Mas a arquitetura não conseguiu resolver até hoje o que? O problema das pessoas?”.

**C. S.** – Não. É que o Montaner veio para cá e fez um texto...

**A. D.** – Sobre o Parque do Gato e o Sabine, projeto do Paulo Mendes...

**C. S.** – E fez umas críticas (ao Parque do Gato) assim, bem pertinentes...

**J. B.** – Tipo “a arquitetura que não considerou que tinha gente lá!” (Risos).

**C. S.** – E aí a Tereza respondeu, “ah! Fiquei pensando tanto no que você escreveu, mas nós arquitetos sempre querendo resolver as coisas...”.

**J. B.** – Sei...

**C. S.** – “Olha só essa criança andando de bicicleta, as pessoas estavam tão felizes no dia da inauguração...”.

**J. B.** – Mas moram no meio do lixo... E a arquitetura é tão bonita, as lâminas... (Ela vai saindo em direção à sua mesa).

**C. S.** – “E é verdinho e azul...”.

**A. D.** – Quando for publicar a gente só pode usar foto preto a branco... (risos).

**J. B.** – Só preto e branco pra ficar mais bonito!

**A. D.** – Sem pessoas! Pede pra todo mundo sair que a gente vai tirar uma foto. Ou então põe uma pessoa de cachecol, ou sobretudo...

(...)

**C. S.** – E a COHAB fazendo pressão sobre a gente, e a gente atrasava tudo...

**A. D.** – Estava pensando nisso, enfim, em função dos projetos que a gente está fazendo hoje. É impressionante como o processo de projeto, de aprovações e burocracias é muito mais demorado que a obra! Para se construir, demora um ano e meio. Pra fazer o projeto, aprovar tudo, são dois anos, três anos. Como é desestruturado! Como as informações vêm aos poucos! Acarreta milhões de... Ninguém sabe direito, essa discussão dos recuos dos rios perdeu um tempão, a gente fez o projeto pensando que era 50m da linha da água, e depois de um tempo descobriu que era do topo do talude, aí comeu mais uns três metros. Do topo do talude! Perdeu uma área gigantesca. Até a própria discussão de “Área de Proteção Permanente” no Rio Tietê! E tem uma via expressa de seis pistas do lado...

**C. S.** – A mata ciliar...

*É, a coisa que menos tem nesse rio é água...*

**A. D.** – Tem até uma questão, a gente foi falar com uns caras, e se você tirar o esgoto do Tamandateí seca o rio! O lençol freático rebaixou...

*É um esgoto mais industrial... Sei que quando fui ao Parque do Gato, pela primeira vez, “ah! Que legal, a margem do rio...”. Quando chegamos perto, nossa! Não dava pra ficar, deu uma dor de cabeça em todos... Intoxicou!*

**A. D.** – Acho que essas coisas de obra, deve ter paralelos em todos esse conjuntos que você está estudando. A história da pré-fabricação do CECAP, mas na hora de executar arruma-se outra coisa... Em muitas situações tem

esse descompasso entre aquilo que se projeta e na hora de executar...

**C. S.** – É muito louco!

**A. D.** – Desde o CECAP se tem essa conversa. É cotidiana. É sempre uma questão do desenho que vem como se o cara que fosse construir aquilo...

*Às vezes as demandas que vêm para quem está fazendo o projeto são maiores que a capacidade de efetiva do corpo [burocrático] em produzir.*

**A. D.** – Na hora da prática não realiza, nem tem como realizar.

*São horas de trabalho perdidas... Ainda, como vocês falaram, que o tempo de projeto é maior que o da obra, esse corpo burocrático, às vezes pedem muito mais do que podem fazer.*

**A. D.** – Mas acho que se conversar, tinha um problema sério de pagamentos, de repasses da construtora durante a obra, então talvez, esse atraso, essa demora em relação às caixas de escada metálica, tenha sido em função de algum problema de liberação da prefeitura, não sei.

**C. S.** – Ou mesmo acertar a encomenda, porque você encomendar isso daí, uma empresa que faz estrutura metálica demora. Ela vai produzir tudo isso, nove prédios.

**A. D.** – Deve existir diversas histórias assim, que a gente não sabe porque não acompanhou isso [de perto]. A gente foi lá duas ou três vezes. Mas, por exemplo, a Erevan, [quando] mudou a gestão, pediu concordata porque tinha um contrato de 16 milhões [de reais], tinha recebido, sei lá, um terço, tinha dois terços pra receber ainda e o [José] Serra parcelou em doze anos... “Tem uma dívida de 12 milhões que não vou receber...”. Um milhão por ano. Daí, pediu concordata. E a pressão [da prefeitura na gestão Marta] em cima da construtora deve ter sido imensa, para eles terminarem antes de Dezembro.

*Com a inauguração um pouco antes para ela poder cortar a faixa...*

**C. S.** – (Lendo o caderno de Locação Social produzido pela gestão Marta), essa aqui é demais: “uma vez definido o programa de atendimento e a demanda, foi intensificado os trabalhos entre a Prefeitura e os moradores da área, os quais realizaram diversas reuniões...” Aí, “uma dessas reuniões, realizada no segundo semestre de 2002, entre a equipe técnica da COHAB e de HABI e o grupo de representantes da população, teve como objetivo de apresentar uma maquete do conjunto habitacional. Essa maquete ficou em exposição durante uma semana” (lê acentuando a exclamação) “com a equipe técnica à disposição dos visitantes para esclarecimentos necessários. Constatou-se então o comparecimento de 80% da população moradora da área da favela, que buscaram mostrar satisfação e interesse diante da proposta...” (risos). “Mostraram-se satisfeitas” é demais... (risos). “A gente ficou muito satisfeito, muito legal!”.

(...)

**A. D.** – Não tinha uma história dos edredons?

**C. S.** – Ah! É.

**A. D.** – As técnicas de HABI...

**C. S.** – Falavam assim “a área de serviço é muito pequena...”. Falei “poxa, é do tamanho da área da minha casa...”. “Ah! Mas você leva seu edredom na lavanderia...”. Responder isso, não dá né?!

**A. D.** – Elas acharam que a lavanderia era muito pequena porque não dava pra pendurar um edredom, daí... “É de casal?...”. “E se for de solteiro, dá?”.

CONVERSA COM O ARQUITETO PAULO MENDES DA ROCHA, CO-AUTOR DO PROJETO DO CONJUNTO HABITACIONAL CECAP ZEZINHO MAGALHÃES PRADO EM GUARULHOS, REALIZADA EM SEU ESCRITÓRIO NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO PAULO, DIA 13 DE JANEIRO DE 2009.

**Paulo Mendes da Rocha** – O que você tem que fazer como discussão é isso: “o que é a cidade e o que é a questão da falta disso ou daquilo”. Aqui, eu acho que deveria ser mesmo um estímulo ou uma epígrafe, para a sua tese, uma reflexão que é de um filósofo, de um matemático ilustre, que é o nosso Mário Schenberg aqui da USP. Ele que disse isso, eu li, depois eu vi reiterado, comentava que a nossa *riqueza* pode ser exatamente as nossas *necessidades*. Isso dito por um cientista, então é interessante: onde eu vou aplicar isso? “Quanto mais eu não tiver, mais eu posso ter sucesso”. Desejo e possibilidade de fazer. Portanto a falta das casas, para nós com um passado colonial, tudo isso... Quem somos exatamente? No caso particular da América e do Brasil, é um tema em tanto! Se você for resolver o problema da *casa* você está frito! Não é essa a tese. [Mas sim] é o que significa isso! Então, vamos dizer, a cidade é feita das casas. Se você for medir a cidade pelo número de museus... O que? É de casas! As cidades de 5 milhões [de habitantes], as nossas, no caso São Paulo, são 20 milhões de moradores... A cara da cidade deve ser feita das casas. Então começa a ser rico e interessante, o [conjunto habitacional de] Guarulhos, no caso, e não sei, você podia começar por extremos, que é sempre mais interessante. Exemplos, digamos, *exemplares*: então é Guarulhos e Copan [do Oscar Niemeyer]! Duas soluções apresentadas por arquitetos, da mesma época. Copan e Guarulhos, para esse assunto, para essa cidade. [A diferença de] 10

anos, 20 anos, não faz muita diferença. Do ponto de vista que estamos enfocando, da política e mesmo da técnica. O que é que a técnica de construção evoluiu nesses 20 anos? Sim, talvez isso tenha evoluído no sentido de [sua] aplicação. Não é que não se sabia. Usinas de concreto... Mas assim mesmo... Tanto que o Copan foi calculado, por exemplo, por um professor da FAU. Como se chama nosso querido amigo, Helena? Foi ele que calculou o Copan, fazia parte do grupo. Era o mais inteligente... Lembra?

**Helena** – Vitor?

**PMR** – Souza Lima? Não. Aquele menino que depois tinha loja de móveis... Lembra, [ele era] muito engraçado, nariz muito pequeno...

**Helena** – Margarido?

**PMR** – Não... *Mobilinea*, uma coisa assim...

**Helena** – Ah! John de Souza!

**PMR** – John de Souza! “John de Souza” é um nome interessante porque é [do] Inglês, a origem. Souza: Inglês. Existe essa família. Não sei porquê o cara chamava “de Souza”... Inglês, da Inglaterra, trouxe para o Brasil. John de Souza, grande calculista, mas que sempre foi assim... E depois deixou de trabalhar naquele escritório. Ele foi o chefe do cálculo do Copan. Então você vê [que] o cálculo do Copan é contemporâneo ao do Figueiredo Ferraz, [que] fez o Guarulhos. Só que o John de Souza não se tornou... Acabou montando (ele tinha uma fortuna de família), uma indústria, por paixão. A *Mobilinea*, que até hoje existe, pra fazer mobília. Muito engraçado o John de Souza. Muito meu amigo ele era. Contemporâneo, nada melhor que você dizer “eu me lembro muito bem, é o Zezinho, não é!”. É isso que é *contemporâneo*, os homens, trabalhávamos e bebíamos juntos. Na cidade!

... É...

**PMR** — Era a nossa reflexão! O homem dizia isso: “A necessidade é justamente o grande estímulo, a grande riqueza”, então, “vamos fazer!”. O que fica na raiz de tudo, e até te recomendo [ir] por essa via, [que é] a questão *política*. O que é que decide então, se o desejo e a necessidade são a riqueza (desde que eu saiba fazer), o que remanesce? [Como se dissesse:] “então não há problema?!”. [Mas] a casa popular fica no arrabalde, não a associa à riqueza efetivamente já aplicada e com sucesso, o metrô o transporte... [Mas dizem:] “Ah! Só beneficia a própria empresa, porque operário chega mais cedo!”. “Mas ele tem que morar mais longe”. Então o Copan é um exemplo dramático de Centro de Cidade e o outro poderia ser... Um exemplo também dramático, por várias razões... O que eu acentuaria onde está o drama? De extensão da cidade aos seus arrabaldes, mas sabe onde o Guarulhos marca uma posição interessante, do ponto de vista do planejamento? Bom, primeiro a política. Então você vê no caso do Copan onde está a política? Está por contradição mesmo dentro da especulação [imobiliária]. A motivação é a mesma que fez a [Avenida] Paulista inteira, que é um *desastre*. Mas, na Paulista há um exemplo dessa motivação imprevisível, mas quem é inteligente, a parte inteligente, que é o arquiteto no caso, não vejo outro que tivesse nesse caso incluído, como Inteligência peculiar, urbanista e arquiteto: “Ah! Vou aproveitar!”. Uma grande área... Porque você tirar uma casinha, mesmo que a casinha fosse um palacete, e fazer um prédio vertical [no mesmo lote], você está editando o *novo*, que é uma virtude, seria [uma virtude], na matriz anterior! O erro já é fatal! Lá você tinha a quadra inteira, acho que você já me viu comentar isso: só as garagens, é uma saída só pela rua secundária. Os outros [edifícios] todos ficam vomitando automóveis, com suas rampas de 20% na calçada.

*(Forma burocrática, pragmática e legalista de se resolver o problema, que reitera as formas sociais e urbanas existentes).*

**PMR** — Não existe Avenida Paulista, não existe passeio público. O Walter Benjamin ia se decepcionar... Não realiza a idéia de “Avenida”. Você topa com um automóvel a cada 15 metros. Então a quadra inteira [em] disponibilidade. Que do ponto de vista político foi acidental: mas lá estava o arquiteto e ele soube perfeitamente [o que se poderia fazer]. Tanto no caso do Conjunto Nacional, quanto no caso do Copan, se poderia fazer um conjunto de «predicos», por que não? Para copiar, para defender a tolice da liberdade... Fazer cada prédio de uma cor... Então você vê que a questão é política. No caso do Conjunto Nacional e do Copan, de como isso se realizou: vários tipos de habitação, quarto e sala, três quartos, você não sabe quem tomou o elevador... Mas junta o sentido de imagem da cidade. O chão! Liberado para o pedestre da rua, tanto um como o outro. Cinema de 1.000 lugares, quer dizer que é exuberante! Hoje é “Igreja de Cristo”. Você vê que degeneraram as coisas.

*É, mas está lá o espaço.*

**PMR** — Sim! Do ponto de vista do projeto. Mas é pra dizer que até o que é feito de “pedra e cal” se degenera. Lojas e etc. Ou seja, a cidade flui como se nada houvesse. Recursos que a técnica permite. No Conjunto Nacional também, galerias no térreo... Então você vê, no caso de Guarulhos, para fechar, essa circunstância outra de já ser arrabalde. A fralda da cidade. Porém, se você considerar que o mercado de trabalho, no sentido do local de trabalho, é fundamental para essa classe menos favorecida, você está em Guarulhos com a área reservada do lado da Dutra. Tanto que o projeto, que você conhece, fazia-se dos dois lados, com túnel de

passagem, lembra que tinha um remanescente (onde hoje é o presídios) e nós fizemos, [Vilanova] Artigas fez questão de marcar que a Dutra passava no meio. Você vê o tempo que o operário gasta, você já experimentou isso na sua tese, de transporte. Se você vai à Dutra e toma um ônibus, naqueles vinte ou trinta minutos, você gasta, até muito mais, você vai trabalhar em São José dos Campos na indústria aeronáutica. Para não falar do trem... Portanto é um local interessante.

Aí você comenta o que achar. Acho que em Guarulhos, o mais... De cara, o mais espantoso ou intrigante: a *repetição*. "Mas a repetição passa a ser uma virtude que vou exagerar". Aí entra Artigas, (...) um marxista, um sábio: "sim, eu repito e economizo!". E enfrentou sem discutir. Achou que não era o momento para a discussão, mas aproveitar para *realizar*. Qual seja a questão, por exemplo, elevador ou não. Pode ser uma burrada! Se o elevador serve dois [apartamentos] por andar, que seja, o caso do Copan em algumas torres, mas para 40 andares, são 80 apartamentos. Paga-se a máquina! Mas como lá [em Guarulhos] isso, de qualquer modo, 30 andares, 20 andares... O ideal era aceitar o que era o paradigma. É uma questão de manobra com o Governo, para não... "Está bem, três andares mais os *pilotis*!". Três andares de escada mais o térreo livre. Hoje todo mundo tem automóvel, não era essa a idéia, mas serve para tudo, ampara um pouco essa degenerescência, durante um tempo. Já essa liberdade do chão, eu não sei se no futuro poderia ser um comércio...

Outra questão interessante, e o paradigma pode ser a política soviética mesmo, que até estive em Moscou, vi de perto, muitos desses conjuntos, não era o caso de Guarulhos, a idéia não era essa... Mas chega a ser, quando você repete massivamente, com pré-fabricação que se constrói da noite para o dia, num programa, que

nós não tínhamos, mas a União Soviética tinha, tinha efetivamente, demolir tudo em dez anos, um plano para dez anos... Primeiro se precisava morar para depois pensar nos problemas futuros. Educar os filhos e etc. O outro projeto você faz em outro lugar, demole aquele... Me lembro de um dia que um russo, um colega, estava me mostrando e tinha vaidade em mostrar... Imagina você que entramos num conjunto pré-fabricado e ele pegou um lápis, botou no chão para ver o lápis rolar, [mostrando] que não era nem em nível. Era tão ruim, tão mal feito! "Fizemos, mas agora o pessoal está aqui! Bota todo mundo no metrô! Está todo mundo trabalhando e no próximo quinquênio...". É uma visão de planejamento que não é só os fins de cunho espacial e arquitetônico. É o planejamento da própria economia, do futuro.

*É o projeto do País, da Nação...*

**PMR** – E eu não vou discutir nem defender nenhum radicalismo, mas são as reflexões da época. Então Guarulhos foi feito assim, você sabe, que era para ser todo pré-fabricado. O governo não pôs em concorrência de modo a poder montar a quantidade, começou a fazer por pedaços, por parcelas. Os empreiteiros mesmos recomendavam, que [a pré-fabricação] ia ser antieconômica, pois depois você fica lá com uma usina... O Ferraz adaptou o cálculo para a concretagem em *loco*. Foram feitos apenas alguns pré-moldados. A idéia é essa, é amparar um processo que não é definitivo, mas é um andamento. Acho interessante. Entre nós mesmos foi discutido (eu não discuti), você sabe que o grupo era formado pelo Artigas, Fábio [Penteado] e eu. O Fábio propunha que se fizessem alguns prédios... Mas Artigas achou que tinha que ser uma demonstração! Ele não dava muita bola para esses casos, de jeito nenhum. Ou qualquer coisa assim: "nem vem, que não tem!".



E há os paradigmas que pra vocês são banais, você sabe, prumadas, hidráulicas, instalações... Uma coisa que você pode reproduzir e executar com excelência. Não exige este esforço sobre a banalidade, [o esforço] da indústria, do próprio operário. E a idéia de excelência mesmo, uma vez que [por exemplo, o] piso, você especifica um, escolhe o melhor concorrente, sobre todos os aspectos, durabilidade... Houve até uma empresa que era mais ou menos nova, me esqueci seu nome, [que fazia] um piso plástico. Fez uma coisa interessante: assim que já estavam [prontas] as estruturas, a gente podia comprar qualquer piso daqueles [disponíveis]. Ele (da empresa de pisos) fez nos relógios de ponto [dos operários] pelo canteiro, desde a primeira concorrência, que não sei se eram 1.000 ou 2.000 [unidades habitacionais]... São 12.000 ao todo, mais ou menos. 60.000 habitantes em 12.000 unidades. São 12.000 ao todo, mais ou menos.

*As cinco freguesias grandes e aquela menor, do outro lado da Dutra.*

**PMR** — É... 60.000 habitantes é uma cidade! Era uma cidade esta além do próprio município. Tinha uma visão *regional*, coisa de planejamento.

**Helena** — Seriam 11.000 unidades [habitacionais], previstas. Construídas 5.000.

**PMR** — Você conhece Helena, nossa colega?

*(Ela está sentada na mesa de computador, próxima à mesa em que estamos reunidos).*

*Não.*

**Helena** — É que eu fiscalizei essa obra...

**PMR** — Ah! Você podia entrevistar a Helena!

**Helena** — Não! Não! Não posso!

**PMR** — Como "não posso"? Não digo hoje, mas lá pelas tantas... Porque a CECAP, não tem nada que ver com Artigas...

**Helena** — ... Nem me lembro mais...

**PMR** — ... diretamente, não é o grupo do Artigas. Apesar de ter sido aluna dele, formada na FAU. A CECAP contratou uma empresa especializada, a *Falcon Bauer*, e Helena foi trabalhar lá. Ela acompanhou a concorrência de materiais. Isso que estou te contando eu sabia, mas até esqueci.

Sabe o que a empresa fez? Montou um tapete, uma área de 4m<sup>2</sup> ao pé dos relógios de ponto, pra provar, [com] os operários, que batiam o ponto três vezes ao dia, durante seis meses, um ano, que o piso agüentava. E ganhou a concorrência!

*Porque podia...*

**PMR** — Fez isso: ofereceu e a empresa aceitou. "Põe lá e a gente vai ver...". O pé cheio de areia, obra. Fez um assim sobre-elevado de cimento, ficou um altar, um pódio para o relógio de ponto, ficou uma maravilha (risos). Coisas assim. Pra te dizer que a própria *Indústria* se interessa quando a coisa tem um paradigma. Nessa bobagem que está hoje, com certeza teriam rachado, metade para uma empresa, metade para outra. "De jeito nenhum. O melhor possível!". Louças sanitárias...

Porque acontece uma coisa interessante nesse âmbito da habitação ou da construção massiva, porque habitação falta: doze milhões no Brasil. Quer dizer, será sempre, ou não, vai se enfrentar o problema, ou não. Estabelecer alguns parâmetros. É interessante na política também, você perceber no processo deles, uma educação para nós mesmos, que Artigas convocou para colaboradores. Uma visão de política, que é possível demonstrar com clareza, que a idéia de *popular* para a habitação é imbecil. O piso não pode ser *popular*: é o melhor piso. Depois essa empresa começou a fazer muito hospital, demonstrando isso, que resiste à abrasão, limpeza. Ou seja, que

estabelece uma política inclusive de caráter tecnológico. A questão é política mesmo. Você enfrentar aquilo que pode experimentar muito, livre desta especulação da propaganda fútil. Mas eu não disse com clareza o que eu queria dizer: você desvenda a sombra obscurantista da *idéia de popular* e de *elite*, ou de excelência. A latrina não pode ser popular, a louça tem que ser perfeita...

*Como se popular fosse precário.*

**PMR** – ... não pode armazenar micróbios, a cerâmica, a rede de esgoto, o [seu] tratamento, o kilowatt! Não tem kilowatt popular! Então enfrentar os problemas desmistifica e desmantela os argumentos torpes, vamos dizer, dessa bobagem que alguns ainda insistem de chamar de «fenômeno urbano». Não há fenômeno nenhum! É tudo fruto de uma política maligna de exclusão. Veja essa bobagem de dizer que “é excelente este conjunto habitacional privado!”. Na verdade é porque o terreno é barato. O cara vai lá longe e aí monta o condomínio. Já é a política da *City*. (Como se estivesse desenhando na mesa) Puseram aqui a hidroelétrica, enfiaram logo a linha de bonde e, com muita maldade, fazia a linha onde era necessários só que depois dava uma puxada lá no meio do mato, fazia o balão e voltava. Comprava isso barato... Jardim América, Jardim Europa, Companhia City... Tudo deles mesmos, lotearam, venderam e está essa merda aí. Ninguém sabe o que fazer com o Jardim Europa. Impede de mexer, mas a casa pode ser transformada em loja de vender *Maserati*! O pior é que o discurso, que é evidente que se realiza a própria cidade, é desmoralizante. Você vai ver a cidade e não há! Uma coisa horrível. Você descer da Avenida Paulista até o Rio Pinheiros atravessando lojas de automóveis é uma coisa meio maluca. “Dando vinte e poucos anos vêm chegando uma crise aí”. Precisa financiar agora essas indústrias para continuar esses

automóveis brilhando nas vitrines. Uma coisa maluca. Está chegando um desastre total, que já vem de longe: o pessoal que projetou Guarulhos já sabia da crise, que estão chamando agora. Estourou agora! Então não há ação sem resultados. Não se iluda que se você fez uma burrada, se agora não estoura, estoura lá para adiante.

Um menino que nasce numa casa em que o pai fica de bermuda, fazendo churrasco no «terraço gourmet», num conjunto fechado, vai ser um cretino! É inexorável!

*Perde justamente o melhor da cidade, que é o contato com os outros...*

**PMR** – Estão aí os filhos deles todos abrindo restaurantes *granfinos* em São Paulo. Como é que se chama esse menino que tem *Cozinha?*(...). O avô dele, colega de meu pai, foi Secretário de Obras Públicas de São Paulo. Construiu aeroportos. Era um engenheiro ilustre. O Neto tem uma cozinha gourmet! (...) Se fosse só ele, não tem mal nenhum. Mas há vários aí. “O engenheiro que virou suco!”. Fazer até uma brincadeira nesse sentido. Montou uma loja de suco e desistiu da engenharia... O que você sabe não vale nada!

Então a questão de Guarulhos é essencialmente política e naturalmente, como tudo que é político, não é a toa que o outro diz “precisa ter vontade e oportunidade”, pra não dar murro em ponta de faca! De repente a circunstância se mostra favorável para quem tem cabeça ligada. Você aplica a idéia estratégica de *necessidades e desejos*: “vou fazer!”.

O diretor da Caixa Econômica, que financia habitação, no fundo financia todos os planos de habitação, o BNH no fundo quem financia é a Caixa Econômica, era dirigida em São Paulo por um homem ilustre, que não era outra coisa

se não filho do Lásar Segal: Maurício Segal. Você está acompanhando isso na sua tese?

*Não, ainda não vi.*

**PMR** – Quem financiou a CECAP era a Caixa Econômica, e financeira fosse o que fosse. A CECAP, por outro lado existia. Uma estrutura governamental que usava até um privilégio da fundação, pra pegar uma faixa que não estava muito organizada, não precisava ter plano. Qualquer funcionário público que tivesse um problema individual, ou quer comprar seja o que for, vai à Caixa, faz a proposta, a Caixa examina e financia. Um caso isolado: “o meu apartamento”. Isso é que era a CECAP: Caixa Estadual de Casas para o Povo. A política faz com que esse cidadão que tinha muita cabeça, o Zezinho Magalhães Prado, que vem de uma família ilustre de Jaú, que depois se tornou prefeito de Jaú... Não é à toa. Presidente de CECAP. Ele examina a questão e “por que é que eu não faço” ... Em vez de ficar «catando milho», esperando que o cara venha pedir, “será que eu não posso fazer um empreendimento?”. Chama um homem de esquerda, chama Artigas pra lhe ajudar. “Será que não haveria um terreno?...”. A própria Caixa que financia, tem muita hipoteca, tem muito terreno. Quem é o presidente da Caixa? Oscar Segal. Não é porque ele é de família rica, filho (ou neto!) do Lásar Segal... Irmão do Maurício, um grande professor da USP, meu colega do Conselho Universitário: é educação! Leva a proposta pra ele e “vamos dar uma olhada”. Chama os técnicos, “tem isso, tem isso... Aquele terreno ali na Dutra, dentro de São Paulo, com essas circunstâncias”. Estava se fazendo ainda, era muito falado e muito importante: o Centro Técnico de Aeronáutica, por exemplo. Principalmente a questão da oportunidade de uma força no planejamento do país, as expectativas do país, que são os eixos transversos: “isso é a Dutra, lá é o

Atlântico”. Que liga ao Porto São Sebastião. Isso é muito importante. “Põe os trabalhadores aqui!”. “Fariamos isso?”. O Zezinho: “vamos fazer!”. Todos toparam. O Maurício topou, a Caixa destinou o terreno, fez os estudos, o Governo aprovou, achou mesmo que era um plano interessante, que de fato é até hoje. Modelar e exemplar, com todas as críticas que se possam fazer, que são justas.

O Aeroporto veio depois. Havia esse córrego que faz com *o haver*, no caso, entra como oportuna a presença de um problema de águas, que aqui foi tudo arrebitado, o Tamandateí... Vamos fazer no Baquirivu uma pequena represa, um lago, faz um centro esportivo. Aí vem todo o plano, que não é só as casinhas, mas quadras, freguesias, escolas. E apesar de tudo, digo «apesar» em relação ao bom resultado, veio 1964, Artigas teve que cair fora, eu fui cassado, já não pude ser contratado para as seguintes etapas. Artigas até continuou, porque ele não foi proibido de trabalhar na República. Eu fui.

Até precisa amparar a própria política. Esse projeto dá um contrato, Artigas não é bobo, é muito inteligente, já falou “não vamos fazer esse tipo de coisa”, contratos escandalosos... Quanto vai dar para o arquiteto? O Governo pode contratar como consultor e o que é que diz lá as leis: o salário máximo de consultor é de R\$5000, equivalente a isso hoje, renovado a cada seis meses, isso vai durar anos... Está bem. Não [é] que seja equivalente a um belo contrato, mas assim era contratado eu e ele. Quando fui cassado não podia ser mais contratado, ficou só o Fábio e Artigas. O projeto ainda estava no final. Com todos esses percalços ainda se conseguiu fazer. Artigas foi expulso da universidade, mas não foi proibido de trabalhar, continuou. Depois a coisa apertou com o processo de Partido [Comunista], ele caiu fora para o Uruguai, mas ai já estava em obra. Não parou. Muito

difícil ainda por cima! Então, além da ideologia da classe dominante contra tudo isso, houve o golpe e diz até “não, você não pode mais entrar aí no escritório!”. Sabe que foi assim! Nós tínhamos que refazer o contrato, porque já era a terceira vez que refazíamos, de seis em seis meses. Já íamos separados, cada um ia naqueles dez dias, “entre hoje e o dia tal...”. Era um cara também ilustre de São Paulo, um advogado, tinha uma mesa com cristal em cima. O cara enfia a fotografia da família (entre o cristal e o tampo da mesa), manja? O advogado? Aí eu cheguei, aí como você está (um de frente ao outro), vou sentar aqui para assinar de novo, geralmente eu chegava “olá, como vai?”, éramos amigos. Ele era da diretoria do Clube Paulistano, que em 1959 eu tinha ganhado o concurso (para o projeto). Eu conhecia o cara. É de uma família de advogados muito conhecida, mas agora esqueci o nome. Ele simplesmente tinha pego o Diário Oficial que tinha saído o artigo, que eu tive a ilusão que não iam levar a sério, e ele pôs junto da fotografia da família, pôs virado para mim. Disse assim “a coisa não...”. Fui-me embora. Já estava fora. Com uma elegância, digamos amarga, mas com um senso político de oportunidade na ocasião. Os colegas diziam “sai fora e não diz nada!”. Vão parar aquele trabalho? Então Fábio e Artigas continuaram e eu não pude continuar.

*Situação bem complexa...*

**PMR** – Então além do «momento de inércia da viga principal», tem todos esses problemas... Numa republiqueta latino-americana. Porque só pelo território não deixa de ser uma republiqueta. Não é pelo tamanho do território que não pode se chamar.

*É a noção da coisa pública mesmo...*

**PMR** – A vida não é brincadeira! E tudo isso faz com coisas assim... Com a anistia, por que eu voltei para a

FAU? Por causa de tudo isso, solidariedade. Artigas fez aquilo tudo, não ia deixar de voltar. Eu também. Era assistente dele. No fundo a vida é um *script* que você não deixa de ser agente, não é que você seja passivo, mas que é não resultado direto, mas tem que levar em consideração a situação em que você está. Que é ampla e multi-significativa. Envolve o mundo! O nosso golpe militar, todo mundo sabe, é reflexo e consequência mesmo da condução da política dos Estados Unidos da América do Norte... Agora está aí de novo, vão arranjar qualquer Iraque aqui. Venezuela, Equador. Está na cara, interesse da política... Se o governo tem que pôr agora bilhões...

*(Neste momento Paulo vai atender a um telefone. Fala sobre questões relacionadas a um desenvolvimento de projeto, orçamento... Um tempo depois, volta)*

**PMR** – Desculpe a interrupção!

*Imagina!*

**PMR** – Como você viu, estão fazendo aquele troço lá de Vitória, Museu e Teatro na frente do mar. É muito bonito. Está em concorrência, só que o Governo é malicioso, tem PT que é a prefeitura e o Governo, que é o bacana, no caso. Não é uma concorrência? Não inaugura, tem que ficar pronto e não fica pronto. O Teatro tem cortina, cadeira, piano... Pra fazer a concorrência? A empreiteira vai fornecer o piano? É só tirar isso aí, se quer tirar alguma coisa (para reduzir o orçamento). Eu não posso tirar do *projeto*... Poltrona! Não precisa. Faz o teatro, depois você vai ver. O outro governo... É maldadezinha política rastaquera.

A Arquitetura não é só uma questão de arquitetura! Eu acho que se você procurar, se conseguir enfatizar, assim, sem precisar se aprofundar, mas “é essa a

questão!", na sua tese: política! Urbanismo é política pura. "A casa é a cidade"<sup>45</sup>... é isso.

*São resultados de disputas...*

**PMR** – É o raciocínio, que eu gosto muito, li uma vez e fiquei encantado pro resto da vida, que é o raciocínio do Paládio, lá no *quatrocento*. A cidade na antiguidade era feita com monumentos. Eis que surge, ele está em Veneza, a monumentalidade *da cidade*. Esse «eis que surge» é muito interessante, a burguesia tornou-se rica com as navegações. Se cada um vai fazer um palácio é melhor encostar um no outro e construir *Veneza*, por exemplo. A cidade toda se torna a *Grande Arquitetura*. Então não tão é recente, não é uma coisa dos dias de hoje. Fica muito evidente nos dias de hoje, mas é uma reflexão [feita] há muito tempo. Não se trata de confundir, de enfrentar enquanto complexidade... Arquitetura e Urbanismo é uma coisa só! O objeto da Arquitetura é a Cidade. Os fatos isolados conforme a técnica. Disseminados de um modo que o Paládio viu, tal desastre que cada um quer fazer um palácio, mais na esquina... E arrebeta aquilo que seria *a Cidade*. Arrebeta principalmente no ponto de vista de *não realizá-la*. Não é que fica feio ou bonito, é que não há *a cidade*. Com o mesmo investimento, talvez maior. Aliás

<sup>45</sup> "No ensaio de Heidegger, destaca-se a casa como criação. A cidade industrial é a casa da sociedade nova. Eles criam-se mutuamente aos poucos. Vemos, quase todos, a cidade como obra de arte. Discordo das posições que escondem o lado artístico e criados do urbanismo e aceitam uma espécie de colonização pela ciência, revelada no processo de limitar à coleta de dados na «natureza» social a organização dos padrões para a forma urbana. Acabam num estruturalismo imobilista. Estão para a cidade, como a construção está para a casa. A construção só existe como tal, enquanto a humanidade não pode desenvolver plenamente sua criatividade. Certamente os obstáculos para transformar uma atitude em prática, em ação, são grandes. Mas importante é a atitude. /As cidades como as casas. /As casas como as cidades." Em «Arquitetura e Construção» em ARTIGAS, João Batista Vilanova. *Caminhos da Arquitetura*. Cosac & Naifi Edições, 1999. Pág. 85.

muito maior! Porque agora o transporte tem que ir onde não precisava ir...

*Fica muito mais fragmentado...*

**PMR** – E pra levar a classe trabalhadora, o faxineiro que tem que ir lá no conjunto<sup>46</sup>... O jardineiro, a cozinheira. Eles vêm de automóvel e voltam com todos os filhos, quatro ou cinco carros na garagem. O desastre é muito grande. Não era nem para ficar, como arquiteto, resolvendo se o automóvel cabe ou não cabe. É uma questão de caráter mesmo filosófico, de reflexão. Como é que dizem os filósofos? "Filosofia útil!". Eu li de um deles aí, não sei... Hannah Arendt. Uma utopia... Não! Um conceito de filosofia útil. É um raciocínio que pressupõe uma ação. Não é só fazer o raciocínio.

*Não é uma especulação pura, mas é engendrar um projeto...*

**PMR** – Uma especulação com "sai da frente que vem baioneta, flecha envenenada!", o que você quiser. Vem a revolução! O raciocínio filosófico, de uma certa maneira, é sempre revolucionário, porque se não contestar, não é raciocínio. É uma repetição, portanto, do ponto de vista também filosófico, se chama revolução. Não precisa comprar [as armas], é só uma metáfora, a imagem da baioneta. Não é?

*Não ser apenas uma repetição, mas sim um ponto de vista crítico daquilo que você está vendo.*

**PMR** – Exato. Conhecimento. É como diz o outro "a necessidade é a nossa riqueza". Ainda bem que faltam 2 milhões de casas. Só que as políticas não fazem casa nenhuma e está aquela merda. Só dá banqueiro e juros. Agora a pressuposição estimulante de tudo isso que nós estamos falando, é que resolver assim com esse nível de liberdade as necessidades como virtude, o futuro vai ser

<sup>46</sup> Refere-se aos «condomínios fechados» como «conjunto habitacional privado», que em sua essência quer dizer a mesma coisa.

outro! Porque senão ficaria pronto e você também vai dizer “vamos chegar a um novo impasse!”. Então a crise não vai ser essa, mas seria outra. Não! Aí nós vamos às estrelas, vamos fazer a MIR, laboratórios espaciais... Quem sabe! A expansão da vida humana no universo seja mesmo o estímulo para o futuro. Coisa que já está por aí, não é tão quimérica a idéia. Não é tão fantasista, pura e simplesmente. E [é] consciente. Formação da consciência e da linguagem. Superpopulação, a sexualidade nossa já está em processo avançadíssimo de transformação, consciência sobre *masculino* e *feminino*. Tudo isso tem a ver com o conjunto Zezinho Magalhães Prado. É só um capítulo<sup>47</sup>.

*De certa forma eu estava tentando...*

**PMR** – É muito interessante considerar, eu acho que a Universidade de São Paulo não pode, por mais que possa parecer à primeira vista um «pisar muitas vezes na mesma lama», porque é fácil fazer essa crítica grosseira, mas eu acho que era indispensável a Universidade de São Paulo, a FAU, no caso, você, uma tese seja qual for, nesse caso, a formação marxista do Artigas... Esse projeto é carregado de conceitos fortes. Só repetição absoluta... Chamam também os filósofos de «ação exemplar», “agora eu preciso fazer uma ação exemplar! Não vou ter outra oportunidade!”.

É Copan, Conjunto Nacional e Guarulhos.

Assim como... Aliás, em Guarulhos, fala-se muito, eu mesmo estou cometendo até certo ponto, seria um desvio, uma reiteração errática. “As casas, a repetição das casas”. Precisa [se] ver a organização das quadras, que Artigas chamou de *freguesia*. Chamou de freguesia só para se opor ao Lúcio [Costa]. Aí tem uma brincadeira toda intelectual, ele tem direito às suas, é quase uma

anedota. É uma réplica ao Lucio Costa, que ele não gostava nada, da idéia de *Superquadra*. Ele fazia caçoada do «super», o «hiper», «supermercado», «hiper-não-sei-o-que». Então ele achou uma palavra brasileira, da língua portuguesa: a freguesia. Foi a primeira unidade que ele estabeleceu entre várias daquelas quadras de casas... Se o outro fez a *Superquadra*...

O centro comercial, a freguesia, as escolas, uma escola de formação mais alta, profissional que tem lá, o centro comercial fundamental, que é muito lindo o projeto, são dois grandes pavilhões em arcadas, com lojas em baixo e comércio em cima, pequenos escritórios, despachantes, advogados: uma cidadela! Uma cabeça que passa o [rio] Baquirivu, com o estádio de futebol, que é um teatro, que ele já sabia, antes de mais nada. Está aí o Frank Sinatra no Maracanã. É muito bonito o estádio, um campo de futebol com umas arquibancadas, uma passarela alta. A fonte no meio da praça, que é muito bonita: do chão saem os fios d’água, as crianças podem atravessar e se molhar, se quiserem. É muito bonito. Tudo muito carregado de uma lírica e de uma poética que, no caso se torna, na minha opinião, se torna sublime, do ponto de vista das *idéias* da cidade, do futuro, da alegria das pessoas... Uma certa visão erótica da própria vida, que dá para ser lindíssima!

*O contrário do que é esse desastre que é a nossa cidade.*

**PMR** – Conceito de beleza, poderia se dizer. Esses grupos, essas palavras à toa. “Qual é o seu conceito de beleza?”. Então o cara faz um prédio todo de espelhos. O poente se torna um absurdo! Esse poente tão desejado... Agora é um desastre porque o prédio mata quem está na frente. O outro não ganhou a batalha naval com espelho? Não existe esta história famosa? As *Termópilas*, aquela das batalhas, das fantasias... O outro falou, qualquer coisa

<sup>47</sup> Como quem diz, “o eterno inacabamento do homem”.

das flechas, que eram tantas... Que vamos combater a sombra. Melhor! "Combateremos a sombra!". Os sábios da época mostravam o espelho, a reflexão, lente que concentra o calor e queima, essas experiências... Ele imaginou pôr uns espelhos nos navios para jogar o Sol contra, queimar a esquadra do outro. (Risos). Existe esta [história], não sei se é lenda ou verdade... Época dos grandes guerreiros, como é que chama, das flechas que cobriram a luz do Sol, de tantas... Bom, enfim.

Altos ideais do gênero humano estão envolvidos nesta questão da habitação. Da história. Do colonialismo da América e da África. Se você pega, por exemplo, até ganhei um livro lindíssimo que vou te mostrar, esse desastre evidente, e acha que entre nós não está havendo também, na mesma posição de caráter colonialista, de conquistar o outro, aniquilar. O que os espanhóis viram, foi isso (mostrando o livro que pegou), e não viram que estavam diante, digamos, de um Egito, enquanto uma civilização do porte, como se fora. Não. Massacraram tudo. Isso é a América Latina: laboratórios astronômicos... Isso foi desmantelado. É o México hoje. Eles não viram nada disso. Como não se vê agora essas evidências. Então é não ter medo de ser sábio! Há um pudor muito grande do intelectual diante da opressão da mídia hoje. Você passa por um calhorda! Por que? Você vai defender?... É uma revolução necessária sempre.

Então o conjunto fechado, fora da cidade, que produz todo esse desastre, os automóveis... É a mesma coisa que você massacrar. É não ver evidências. Do conhecimento. Esta que é a questão. O que você está destruindo é algo difícil de recuperar que é o *conhecimento*. Por que é difícil? Não aplicado numa época certa, o desastre, cada vez a correção é mais difícil de ser empregada. A própria arquitetura está desmoralizada, porque tem que admitir que os grandes arquitetos fazem o que? Quais são as

encomendas? Deturpou o desejo! Você diz que o desejo é esse, mas está errado. Errático! É um andamento errático ou não. Se é um andamento errático não tem concerto. Não dá para apaziguar: tem que ser radicalmente outra coisa.

Só um recurso como o metrô, que é muito dramático, transporte público, eficiente... Apesar de uma meleca, que é o metrô, [como é feito], vai atrás, pra suprir... Tem que ser inaugural no planejamento... O [que] outro fez é o lucro, botou o Bonde no mato, longe. Comprou o mato, fez um loteamento e ficou uma merda. Essas casas... Alto de Pinheiros... Só a área asfaltada da casinha, que tem uma densidade de 50 habitantes por hectare, 100 habitantes por hectare, alguns dados que já se tem, aritméticos como exemplo... Porque é fácil defender Copacabana com 1000 habitantes por hectare, ou até mais, porque o banho de mar é interessante. Mas o trabalho, o conforto, a educação? Fica esse panegírico. Uma estupidez. A virtude é estúpida. A grande questão da política nacional, num país como o nosso, hoje, é a educação. Mas a educação inclui uma visão espacial absolutamente necessária. A formação dos professores, no âmbito da Universidade, a localização das escolas, a distribuição em relação à demanda.

O menino ir a pé à escola. É fundamental! Na educação, a primeira aula é ir a pé, despedir na porta de casa e vai sozinho para a escola. Não pode ir de automóvel. O ensino pago é um absurdo. Você pagar para aprender... Nós devíamos pagar para ensinar, é um dever transmitir o conhecimento! O conhecimento só serve se for passado.

*Se não ele morre...*

**PMR** – Está na essência da idéia de formação da consciência e da linguagem. O estudante sempre recebeu dinheiro para estudar. Na União Soviética era assim, por

exemplo. No sentido da palavra «exemplo», uma tentativa.

Uma valorização do conhecimento. Você sabe que na Rússia o ensino era assim: você entra na faculdade de arquitetura, que você conhece bem, por exemplo, se você é obrigado por alguma razão ou quiser, a questão da «vontade» também é muito importante, não precisa ser por opressão, precisa trabalhar, abandonar o curso, só no primeiro ano, você recebe um diploma de topógrafo. E assim por diante. Não é que você perdeu. Coisas tão simples, no fundo. Você dá dignidade ao próprio estudante.

Agora você pega um jovem e oprime desde o primeiro dia que ele vai para escola. Até ele receber o diploma de arquiteto, na FAU, por exemplo, é muito provável que o cara saia massacrado, por mais que seja um bom estudante. Sai com a língua de fora... Agora casa, ganha um emprego, vai sustentar a família, pega um financiamento por vinte anos, compra um apartamentinho... Porra! Não entusiasma ninguém! Educação é uma questão espacial também. Na cidade a escola brilha, até mais talvez se pudesse dizer, quando no intervalo das aulas você vai ao boteco e conversa com o outro. O operário conversa com o jornalista que conversa com o cientista, tomando cerveja. É importantíssimo que você tenha tempo, questão do lazer, tempo livre. Não confundir descanso e trabalho, prazer no trabalho. Tudo isso é cidade contemporânea e influi na questão de como se organizar os espaços.

Conjunto Zezinho Magalhães Prado!

É isso. A Dutra tem muita importância, no caso. Por ser ali, inclusive, que é importante.

*É interessante como o problema da habitação não é só uma necessidade pragmática, mas é um sentido de ser na cidade.*

**PMR** – É não fazer da questão uma carência que exclui. Que oprime uma classe, [que] precisa oprimir de algum modo. “Ah! O senhor sabe tudo isso? Vou fazer uma igreja católica por cima!” ... Na Praça do México.

*Que horror!...*

**PMR** – E não é por ser católica. Podia ser muçulmana, maometana... Qualquer ideologia. Nazista! “Agora eu! Você não sabia nada!”.

*É transformar o outro num objeto de suas paixões... Não vê o outro.*

**PMR** – É Especulação mesmo! É transformar em escravo! (...)

*Bom... (Peguei o gravador achando que ia findar a conversa, mas o papo engata novamente).*

A questão da pré-fabricação é um paradigma interessante, também, ainda que não tenha sido realizado, o desenho todo é para isso.

*Foi adotada a não pré-fabricação por conta, do que você comentou, das empreiteiras...*

**PMR** – As empreiteiras pediram, e o calculista conversou, adaptou o cálculo, a ferragem. O desenho é o mesmo. Já que não é pré-fabricado vou fazer o que? Pode fazer. De qualquer maneira o ritmo, a modulação, a repetição, as formas...

*É uma racionalização.*

**PMR** – Claro!

*A concentração das prumadas todas... (...) Você chegou a ir para lá recentemente?*

**PMR** – Eu fui, o equivalente à «recentemente», porque não mudou nada. Depois de muito tempo as mudanças são previsíveis. Muita companhia aérea hoje tem apartamento lá, pra circulação...



*Acho que uma coisa que eu vi...*

**PMR** – De qualquer maneira está lá, de pé, não está muito feio parece. Agüentou! Mais do que qualquer “São Vito” aí, como é que chama essas bobagens?

*Não. Está super inteiro. Talvez a questão que representa com maior força foi fechar as freguesias tornando-se pequenos condomínios...*

**PMR** – Bom, fizeram grades no MuBE! Até aí... Se você resolve, [se você] cultiva a ideologia do medo, da insegurança, é um desastre programado. Cultivar o medo.

*Isso dá dinheiro depois, é uma indústria.*

**PMR** – A questão é muito complexa. Tão complexa como possa ser a totalidade da questão [que] no exemplo aparece. Aparece com todos os sintomas. É difícil!

*Está lá, toda a contradição...*

**PMR** – Divisão mesmo! Pobre e rico. Trabalhador e o outro que vive de renda. E demonstrar a diferença. Tanto que feito o Copan, durante muito tempo ele foi desprezado, ninguém queria morar lá. Hoje não! A coisa tem as suas contradições. Hoje há muitos estudantes, inclusive arquitetos. Pessoas que sabem onde está a virtude: o metrô na Praça da República, o Teatro Municipal... Agora você vê a maldade, a malignidade dessa ideologia da classe, de tal tamanho, que o dia que o metrô passou na porta do Caetano de Campos, desativaram a escola e puseram uma burocracia: a sede da Secretaria de Educação do Estado. Já não é mais escola. Quer dizer, o menino não vai à escola de metrô!

*Na Praça da República...*

**PMR** – “O Centro da Cidade não é lugar para a criança...”. Aí, não dá! A Escola de Comércio Álvares Pentiado no Largo São Francisco... A Universidade de São Paulo era instalada dentro da cidade. A Escola Politécnica... Eu sou do tempo que os meninos da

Politécnica (eu nunca estudei na Politécnica) iam a pé para remar no Tietê. Eu remei no Tietê, como estudante! Havia olimpíadas entre as escolas. Eu tenho três medalhas! O Clube Espéria e o Clube Tietê amparavam o movimento universitário esportivo, cediam os clubes para você treinar e disputar medalha. Entre as pontes das Bandeiras e da Casa Verde. Eu! Em uma geração o Rio apodreceu! Já era um pouco pesado, mas ainda era permitido. Se você caísse no rio não teria prazer em nadar, mas não precisava ir pro hospital. Não chegava a esse ponto. Em poucos anos... E tirou-se a Universidade. [Estavam no Centro] a Politécnica, a Medicina, a Faculdade de Direito...

*A Faculdade de Arquitetura, a Filosofia na [Rua] Maria Antônia...*

**PMR** – E você vê: chamaram de «Cidade» Universitária! Você vê a contradição. Agora o estudante é um cretino, que fica de bermuda, andando de skate na rampa do prédio... Não acompanha o movimento político. Não tem como acompanhar...

Tudo isso faz parte do mesmo processo.

*O mesmo processo de se transformar a cidade, de apartar, de isolar dos contatos...*

**PMR** – Havia um presídio na frente da Politécnica, onde tem hoje um teatro, foi o Gasperini que fez, foi desativado. Toda a Politécnica caberia ali. Onde era a Politécnica antiga, na Rua Três Rios.

Que a fundação da Universidade, na sua origem, é fundação de cidades: *Heidelberg*, a *Sorbonne* em Paris. Esse Campus [da USP] é uma visão norte-americana. Pádua... São universidades que fizeram a cidade, são fundantes de cidade, as cidades já modernas. Que essa história, também, de *modernismo*... Não existe isso! A dona Hannah Arendt diz que o mundo moderno se inaugura com a contestação de dogmas feita pela visão

protestante. Galileu e Colombo. Ele comprova como uma dádiva de um astronauta que vai lá. Isso é que pode se chamar o «mundo moderno»: que é o mundo que se vê e que se foi lá. E etc. Que é o planeta que gira em torno [do Sol]... É muito recente! Mas assim mesmo Galileu foi condenado à fogueira...

À luta! Você não tem que aprender! Você tem que ter coragem pra dizer que sabe! Eu tenho certeza que eu não te disse nenhuma novidade. Talvez a única novidade tenha sido o fato de dizer que é isso mesmo! Tem nada que explicar como é a janela... O resto é uma *trovata* de detalhes da sinfonia. Mas a concepção, que o armário fica na frente, porque janelas, porque cria uma superfície, um transverso, de parede gorda que é melhor pra qualquer janela... Ao mesmo tempo pega o tamanho inteiro do quarto, como armário, pode ser pré-fabricado, aquelas caixas. É inteligente *dentro* da idéia!

*Tendo um sentido, se dá as soluções...*

**PMR** – De qualquer maneira há um *vis-à-vis*, então a janela alta não deixa de ser oportuna. O armário já fica ali, é interessante a espessura. O caixilho, que é difícil pôr um «caixilho-pele». Chuva. Às vezes um pouco de Sol. É muito inteligente. Um metro e cinquenta [de altura]. Você senta e tudo bem (fica «protegido», não vê fora, as relações espaciais, pela visualidade, se alteram). Dá um armário direitinho, você põe a roupa pendurada... É diferente daquele armário burro ao lado da porta, perde todo o tamanho da porta. Depois não sabe onde pôr a cama... Ou cria o mesmo problema em relação às camas. Então põe lá e pega tudo! (Toda a extensão do apartamento). Nem sei se é novidade, acho que naquelas coisas do *Le Corbusier, Marseille*... Ninguém está preocupado com a novidade! Não precisa ser inédito,

basta que seja uma bela aplicação daquilo que já se sabia.

*Talvez seja o mais difícil: a bela aplicação daquilo que já se sabe...*

**PMR** – O *Frank Gehry* deve achar mais fácil fazer as coisas que ele faz... Deve dar menos trabalho. Põe uns rabiscos no computador e a turma faz. É complicado! E cada vez mais, porque agora, parece até ingênuo, você tentar, você não vai resolver os múltiplos encontros...

Se você for ver a frota de tanques de guerra, que agora a gente vê agora em Israel... Estão dando não sei quantos bilhões para salvar a *General Motors*, a *Chrysler*... E quem fabrica os tanques? Isso aí ninguém tem coragem de falar... Vão ter que manter essa guerra aí! Vão ter que expandir! É um pouco apavorante!

Ao mesmo tempo é interessante, antes de ser apavorante, que a guerra é a mesma, não tem surpresa, [é assim] faz tempo...

*É que quando você passa a entender a totalidade do problema, como você está dizendo, é... Lembro uma vez de ter visto um outdoor em Havana, que falava algo assim "vinte minutos de publicidade de armas nos Estados Unidos é o preço de uma escola nossa aqui..."*

**PMR** – É o pior que se você põe o «frango-não-sei-o-que» que vê na televisão, na propaganda, e ele custa «isso»; quando você compra o frango você está pagando a propaganda... Se você comprar um frango, você é vítima de um mal que pagou! Você financiou! A propaganda, em tese, é um absurdo!

*Ela tem que criar em você uma necessidade e um desejo.*

**PMR** – É na ponta da língua que você escolhe uma cerveja. Não é porque está escrito «não-sei-o-quê» e tem garota pelada. Dá-lhe dinheiro jogado na estupidez, na imagem!

*Parece que você deixa de viver as coisas só para ver as coisas. É um poder terrível, nesse sentido... Como se a foto de uma paisagem valesse mais que ir ao lugar e vivenciar as coisas.*

**PMR** – Foi longe... Foi muito rápido. Eu sou do tempo de passar em baixo de uma goiabeira e ficar namorando as forquilhas que dão um belo estilingue. Foi muito rápido! A goiabeira é a melhor madeira para fazer estilingue: pela qualidade da madeira e pela sua formação simétrica. A goiabeira produz o «Y» direitinho. Dá pra escolher pequenininho, conforme o que você vai fazer... Desde que apareceu a câmara de ar da bicicleta e do automóvel! Eu sou do tempo em que nós víamos em revistas, umas revistas importadas, que um ou outro tinha, o cicleteiro geralmente tinha, que mostravam essas coisas todas que não tinha para comprar, lá em Vitória pelo menos, por exemplo, máscara e *snorke*/pra mergulhar. Nós fazíamos! Inclusive a arma, que chamava lagosteira. Num cicleteiro, que era a oficina mais acessível, eram uns amigos que tinham tudo, solda... Então com um aro de bicicleta a gente fazia a flecha, mas punha um arpão de cobre, articulado. A arma com elástico, a gente fazia a máscara com borracha, de pneu de automóvel e um vidrinho... Pra pescar lagosta. Voltávamos com três ou quatro lagostas pra a casa.

É uma época interessantíssima!

Os engenhos estavam aparecendo: automóveis, bicicletas, pneumáticos... Apareciam essas oficinas de homens muito engenhosos, [que] montavam... Um borracheiro, numa oficina mecânica... Mas tudo... Não tinha «SENAC», «SESC». Tudo autodidata. Pessoas muito engenhosas.

*Na prática...*

**PMR** – O que eu quero dizer, que é o fundamental, é que os meninos conviviam com essa turma (essas pessoas muito engenhosas). Eram os «amigos», os «companheiros», os professores, os gurus! Eu ia lá falar

com eles, “vamos falar com o Seu Arthur que ele resolve...”. A medicina, os médicos da Santa Casa, o que eles improvisavam... Inventavam os instrumentos. Anos 30, 40. Depois veio a guerra...

Então muita coisa do que se comenta, nós assistimos também. Tem essa. A Universidade sair do âmbito da cidade foi um desastre para São Paulo. Não sei o que vai ser, qual vai ser a luta. Eu imagino que se tenta muito privatizar a USP. Deve ter uma corrente... Acho que no Conselho Universitário deve ter uma corrente de privatização e a facção que defende, pelo menos, o *exemplo*, antes que se negue a escola paga, manter a outra como *exemplar*. Salvar uma idéia de diálogo entre o público e o privado, mas evidente que a força da *privatização* é avassaladora, essa *idéia* de privatizar. Ninguém quer «quanto pior, melhor...». Se fosse ficar tanto pior, que possa ser bom, você não vai ver... Ninguém está afim disto. Se não trabalhar, não faz...

Mas então, o seu conjunto é interessante, mas a chave é política. A questão da política chama a habitação. Não devia ser problema: “é a solução!”. É isso que eu queria te dizer com a citação do Mário Schenberg.

A necessidade é a virtude.

*A necessidade engendra o nosso trabalho...*

**PMR** – É saber botar o *tamanho* da necessidade! Não é só “tantas casas”. Precisa, antes de qualquer coisa, de uma *qualidade*. Não é só uma quantidade.

*Muito legal, muito bom ter conversado com você!*

**PMR** – ... Pra você ver, o Maluf tentou verticalizar a habitação. Mas ele fez questão de fazer horrível: é tudo mal localizado, pintado de cor de abóbora, e a maior infâmia é que o térreo é a mesma habitação. Um absurdo. O povo se vira: ninguém que mora no térreo deixa de

abrir a janela para vender empadinha. É claro! Dormir com o ônibus batendo na calçada! Não é «os *pilotis* do Le Corbusier», porque tem essa maldade também, “Ah! Vai fazer *pilotis* como Corbusier?! Só faltava essa!”. Livrar o chão, porque a cidade tem que fluir! Não é uma questão de «*pilotis*»... Se no amanhã se conseguir levitar, com campo magnético... Puro absurdo! Reduz as coisas a coisas ridículas. Você não pode morar no térreo!

*O térreo é muito diferente dos outros andares...*

**PMR** – Na cidade. Você faz um prédio que tem casa até o chão, todo torto na implantação, em blocos separados... À toa! Pinta de abóbora e amarelo... De fato fica uma habitação muito *popular*... Apesar do kilowatt, do esgoto, da latrina... Aliás, tem elevador. Você não pode fazer elevador de *segunda*. Avião? Não pode ter de *primeira* e de *segunda*, “um avião que cai mais que o outro...”. Basicamente é isso. Você deve ter muita informação e agora vê se encaixa o *contraditório*. Você sabe que uma tese não precisa concluir nada! Pode ser de vários tipos, pode ser uma *Tese Cortázar!* Mais confusão...

*(Risos) Provavelmente vai ser desse jeito... Eu acho que essa visão do mundo, do trabalho do arquiteto, é mais importante para a reflexão do que uma visão que se constitui em cima da habitação como um programa pragmático...*

**PMR** – A Arquitetura é uma questão muito importante, inclusive no âmbito da Universidade. É uma forma peculiar de conhecimento, histórica, dentro do domínio do outro, essa visão *tectônica*, “aqui fazemos isso, ali aquilo”. É importantíssimo. Ela é solicitante da Universidade. Não é um parasita que lucra da Politécnica, que lucra da Filosofia... Ela também diz de volta uma indagação.

*É uma imagem muito bonita...*

**PMR** – Arquitetura é uma forma peculiar de conhecimento. Peculiar ao gênero humano. Que envolve tudo, [mas] você não pode ser sábio em tudo. É uma forma de apreensão do real peculiar, *sui generis*. Arquitetônica: disposição espacial ideal diante do *caso*. O que se quer fazer. Que não é você: é o que se quer *ser*. Está se tornando um *cursinho*, pago, o cara estuda numa casa qualquer, faz escola... Está se exagerando muito. A virtude da FAU, a nossa, principal, advém do fato de ter sido fundada, digamos, na concomitância da Politécnica e da Filosofia. Ao mesmo tempo a técnica com visão crítica. Esse é o valor da nossa FAU. O Departamento de História desse curso, como departamento de história e crítica... Flávio Motta e Artigas. Não são [só] eles, mas [eles] são paradigmas. Não é uma escola tecnicista, nem uma escola de divagação, mas é uma escola que procura saber *como* e *por quê*. *O que* e *como*, ao mesmo tempo. É fundada na Crítica e na Técnica.

As nossas teses devem estar amparadas sobre esse ditongo, uma visão dialógica, dialética. *Como* e *o que*.

*[Neste momento parei de gravar, achando que estávamos terminando a conversa, mas, novamente, ele "engata" noutra assunto, mas não houve o registro. Apesar de todo o risco de «pôr palavras em sua boca», tentarei escrever de modo sucinto este momento:*

*Falava sobre o processo de renovação da área central da cidade a partir de centros culturais, notadamente a reforma ocorrida no edifício do Banco do Brasil, que além de ter sido resolvido de uma forma ruim, seus usos e a funcionalidade dos espaços, segundo seu ponto de vista, o problema consistiria, antes mesmo, numa questão de sentido: se é sede de um banco estatal, por que não utilizar o edifício exatamente com essa finalidade? Pois se trata do Centro de São Paulo.*

*Depois se referiu ao mesmo processo, ocorrido anteriormente na cidade do Rio de Janeiro: a transformação da sede nacional do Banco do Brasil em um centro cultural. Com a diferença de que, neste caso, esse edifício foi empreendido pela corte de Don Pedro com a finalidade explícita de ser monumental, em função de um projeto: ao se associar o banco às empresas estatais de construção de infra-estrutura, de ferrovias, se conformava um par financiamento e construção fundamentais ao processo de desenvolvimento do país.*

*Deste modo, o trabalho do arquiteto em resolver problemas de ordem de sentido errático, consistiria por si num erro, identificável a uma crise de sentido, a uma crise da própria atividade de arquitetura, cujos fundamentos seriam assentados sobre o par técnica e crítica, anteriormente falados.]*



CONJUNTO NACIONAL E COPAN

#### CONVERSAS REALIZADAS COM TÉCNICOS DA CDHU, PELO TELEFONE OU POR E-MAIL.

Liguei para uma colega de disciplina do Mestrado, a arquiteta Assunta Viola que trabalha na CDHU, para que eu pudesse me informar a respeito de técnicos ou secretarias que fossem interessantes para conversar e visitar. Ao telefone ela acabou por me «despejar» informações e questões sobre a forma de operar da Companhia, que tentarei transcrever aqui. Evidentemente não é a *sua* fala. Aqui, ela se media por mim, além de eu poder interpretá-la, refleti-la.

O primeiro passo é o *planejamento estratégico* da Companhia, que tem mais um caráter político do que técnico (o enfrentamento do déficit habitacional). A partir daí se indica a oferta de moradias numa determinada região. “A moradia, por mais que seja subsidiada, deve ser um produto de mercado. Ela deve ser, portanto, vendida”. É uma propriedade privada, embora possa ser o produto de um programa de erradicação de favelas, de *desfavelamento*. O Estado, deste modo, entra como um agente que transforma territórios informais em parcelas comercializáveis. No entanto, se a *favela* é reproduzida pelo processo de renovação urbana, preço da terra, se reproduz também a demanda para todo o processo, que por sua vez aparece para o «núcleo duro» da Companhia como “mais político do que técnico”. De fato, Assunta não explicitou qual seria esse caráter político, mas penso que seja em função de benefícios político-partidários conquistados em função da *provisão pública*, uma espécie de clientelismo eficiente, além da relação privilegiada que se estabelece com empresas do setor privado de construção civil<sup>48</sup>. Apenas indagações...

Depois das estratégias, são buscadas as áreas possíveis de implantação de conjuntos. O processo passa ao setor de *terras*, que constitui um estoque a partir da oferta privada, quem quer vender, ou por iniciativa da Companhia, quem quer comprar. Rege a lei do mercado fundiário. A parte administrativa estuda então a viabilidade desses terrenos, para assim poder comprá-los e integrá-los ao seu «bolsão de terras». Mas parte dessas análises consiste em avaliar a capacidade de implantação de unidades habitacionais, das tipologias existentes: ver o que cabe no terreno. É sabido que os «projetos padrão<sup>49</sup>» imprimem uma grande dificuldade na sua utilização, em função das situações urbanas diversas em que são aplicados. Por outro lado, sua funcionalidade se caracteriza pelos procedimentos de contratação de serviços e compra de materiais que já são quantificados e orçados. A partir dessas análises é que se constroem de fato os conjuntos.

O uso da tipologia padrão é em função desse processo de racionalização produtiva para se construir um maior número de unidades habitacionais. Mas essa racionalização tipológica engendra uma irracionalidade urbanística, na medida em que é necessário antes «construir o terreno», através de cortes, aterros e terraplenagens; para viabilizar a implantação dos edifícios-tipo. Essa racionalização, ainda, não se funda na industrialização dos componentes construtivos, mas sim na reprodução dos procedimentos burocráticos e administrativos. Isso de certa forma abre uma brecha para a produção de *projetos especiais*, pois as tipologias fechadas «amarram» a intervenção em áreas já ocupadas, sendo estas uma possível forma de expansão das fronteiras de produção da Companhia.

<sup>48</sup> Durante a eleição do então Governador Mario Covas foi publicado nos jornais um possível esquema de favorecimento de empresas privadas do setor da construção civil. A empresa supostamente beneficiada com as obras públicas era a que mais financiou a então campanha. Essas obras se referem às reformas dos edifícios antigos do Centro de São Paulo e sua reconversão em Centros Culturais, tais como a Pinacoteca e a Sala São Paulo; mas também a construção de conjuntos habitacionais, por meio do Programa de Empreitada Integral, como o caso dos CDHU visitados. Cf. FSP: “Empreiteira monopoliza obras da Cultura”, “Empresário nega irregularidades”, “Empresas são especializadas, afirma Mendonça”, de 04/07/1999; “Tucano nega benefício à empresa”, de 07/07/1999, “Envolvidos negam contribuições ilegais” de 19/11/2000, “Denúncias resultaram em 20 ações judiciais”, de 11/02/2001.

<sup>49</sup> Segundo Assunta há na Companhia, embora de forma bastante residual, estudos de formas diferenciadas de implantação.

A *localização* dos conjuntos habitacionais da Zona Leste não se define apenas ao acaso, ela é também determinada deliberadamente, inclusive sendo expressa pela direção do zoneamento da cidade: as áreas onde poderiam ser implantados os conjuntos situam-se naquilo que foi o cinturão urbano entre as áreas rurais e as industriais da região: os trabalhadores localizados próximos às áreas de trabalho, mas distantes – e separados pelas indústrias – das áreas «habitacionais», das áreas consolidadas. O Conjunto Habitacional aparece como a fronteira limite de uma determinada forma de intervenção: o *urbano* produzido pelo Estado. Cinturões cinza sobre o cinturão verde. Além dele é o rural ou as áreas informais (campos cegos para essa política); aquém, a indústria, base de produção econômica e da situação urbana que segrega os trabalhadores. “Nada é espontâneo!”: centro consolidado, indústrias e serviços, Conjuntos Habitacionais, áreas rurais. Apesar do que sugere este esquema *longitudinal*, as áreas informais vão entrando nesse corte *espaço-temporal* unívoco: seria um processo de periferização das centralidades, através da ocupação de interstícios e fragmentos.

Essa forma, no entanto, engendra uma nova problemática urbana. A quantidade vira qualidade. O processo se ajusta, ele *se azeita*, se modifica para se conservar. Os grandes conjuntos configurados em condomínios passam a sofrer restrições: “no máximo 200 unidades habitacionais!”. Problemas de gestão acabam por impor condições ao tamanho dos empreendimentos: “se são 1.000 unidades habitacionais, são pelo menos cinco condomínios”. Fazem-se os muros, os centros comunitários, as portarias. Tem se as administradoras. Antes seria uma, agora são vezes cinco!



EMPREENDIMENTOS DA CDHU NO DISTRITO IGUATEMI

DAS FRONTEIRAS DO CONJUNTO AO CONJUNTO DAS FRONTEIRAS

## **5. RECUO HISTÓRICO**



## A. INTRODUÇÃO

Neste Capítulo abordaremos a problemática dos seis Conjuntos Habitacionais estudados por meio de suas relações com questões históricas mais amplas, que serão desenvolvidas em de cinco momentos. O primeiro momento, a partir do contexto brasileiro, se dará com a discussão da especificidade do nosso processo histórico de industrialização e urbanização, que teria encontrado na *produção do espaço* a sua forma de acumulação primitiva de capital. Esta peculiaridade põe acento na relação entre capital, trabalho e *propriedade privada da terra* como forma de expansão das relações capitalistas de produção, que por sua vez se identificam aos aspectos ideológicos que dão legitimidade social para esse movimento. Faremos então um percurso que se inicia com o Conjunto Habitacional Pedregulho, projetado por Affonso Eduardo Reidy, passando pelas experiências dos Institutos de Aposentadorias e Pensões, até relacioná-los a aspectos da urbanização periférica e suas origens no sistema escravocrata.

O segundo momento, a partir do contexto europeu, se dará com a discussão do processo de concepção *a priori* de modelos ambientais e urbanos que, em paralelo às relações sociais de produção, contribuíram com a subsunção (formal e real) do *homem à coisa*. Esta forma de subsunção, por sua vez, potencializa a expansão das relações capitalistas de produção, que também tem identidade a aspectos ideológicos que dão legitimidade social para esse movimento, ainda que o processo de constituição do *trabalho livre* em contexto europeu seja muito diferente do caso brasileiro, tanto no tempo quanto no espaço. Faremos um percurso que se inicia com as experiências e debates dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna e suas relações com os modelos ambientais dos Socialistas Utópicos.

No terceiro momento, veremos como aqueles dois anteriores implicam na problemática do Conjunto Habitacional, seja em seus aspectos da técnica (a Arquitetura, por exemplo), seja em seus aspectos do trabalho (as relações de produção), seja em seus aspectos da terra (a forma de expansão urbana). Esse conjunto de implicações se forma, ao longo da experiência histórica, como um particular na forma capitalista de produção (inclusive do espaço). Neste sentido, discutiremos a exploração da força de trabalho (produção) e a espoliação do morador (reprodução) como momentos da produção em geral bem como da reprodução da força de trabalho, que são funcionais à reprodução das relações de produção.

No quarto momento, faremos uma breve reflexão sobre os meios teóricos que amparam estes movimentos anteriores, que, a partir da *crítica da economia política*, parte da desconstrução de formas vulgares de pensamento (o utopismo francês, o idealismo alemão e a economia política inglesa) para se constituir como *lugar* da explicitação das contradições sociais os momentos da produção e da reprodução. Estas por sua vez encontrarão no *espaço* uma contrapartida nesse movimento e também uma forma de atualização.

Por fim, o quinto momento poderá compor os fundamentos nos quais se apóiam a construção dos seis Conjuntos Habitacionais estudados. O termo «construção» está sendo usado tanto no sentido de suas experiências empiricamente dadas (relações técnicas, estéticas e urbanísticas de produção), mas também quanto à sua *forma*, isto é, um conceito abstrato ligado a processos sociais concretos e contraditórios. A constituição desta *forma* contraditória visa, por um lado, contribuir com a desconstituição de formas vulgares de pensamento, que ora fetichizam a técnica, ora o trabalho, ora a terra, devendo constituí-las em relação. Por outro lado, amparar a relação que se estabelece entre esta Forma contraditória e os *possíveis* apontados por cada uma das experiências dos seis Conjuntos, que serão trabalhados nos próximos capítulos.

## B. ACUMULAÇÃO PRIMITIVA PELA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

O Conjunto Habitacional Pedregulho é concebido como uma unidade urbana auto-suficiente. Destinada aos servidores municipais de baixa renda<sup>1</sup>, ela se caracteriza por um complexo urbano que inclui diversas tipologias de habitação distribuídas em quatro grandes edifícios laminares<sup>2</sup> (incluindo o maior e mais famoso deles, de implantação «serpenteada»), além de serviços e equipamentos coletivos administrados pelo Estado, tais como escola primária, ginásio esportivo, piscina, posto de saúde, mercado, padaria, lavanderia coletiva e áreas de lazer. É um modelo, portanto, que visa prover a satisfação de todas as possíveis necessidades à classe trabalhadora em seu tempo de não-trabalho, numa situação urbana que, por ser situada próxima aos locais de trabalho e emprego, permite a redução da perda de tempo e de custos com os deslocamentos diários intra-urbanos. Isso, de certo modo, visa dar as condições ambientais adequadas aos trabalhadores empregados nas indústrias e serviços próximos à habitação.

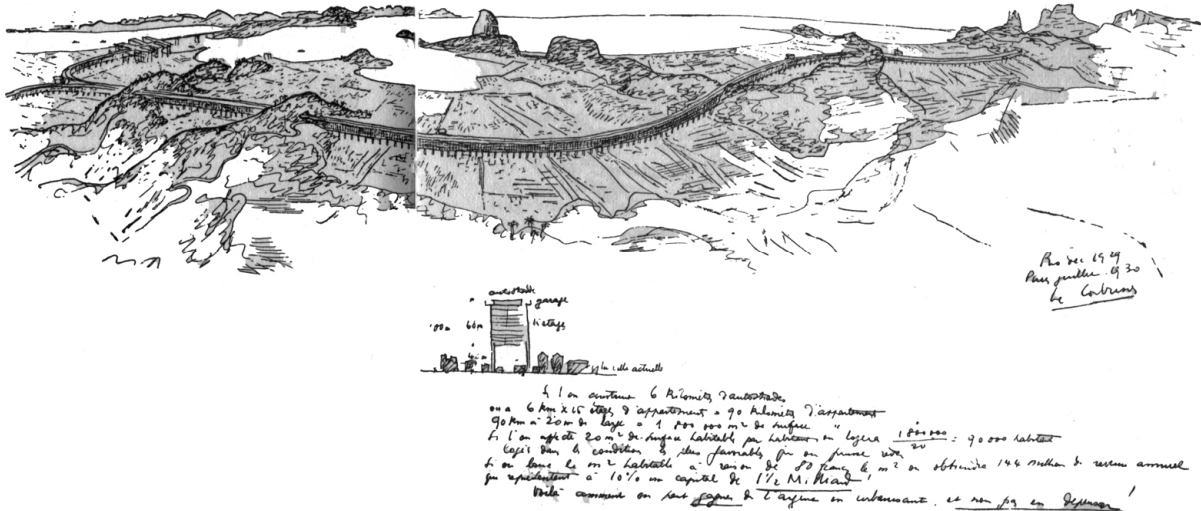
Seus edifícios são organizados em função dos espaços coletivos. Seja diretamente relacionado às unidades habitacionais, tais como o pavimento intermediário da «serpente» onde se localizam a creche e o serviço social do Conjunto, ou as circulações-corredores de todos os edifícios que possibilitam o acesso e a organização das unidades habitacionais dispostas num edifício laminar; seja em relação aos equipamentos maiores, tais como a escola, lavanderia, posto de saúde, que são dispostos ao longo de circulações e caminhos externos implantados em meio ao verde. Os espaços coletivos integram e dão unidade aos fragmentos justapostos no território. Essa unidade, por sua vez, é potencializada pelos elementos visuais que compõem o Conjunto, tais como a utilização de *brise-soleil*, construídos com elementos vazados que reproduzem as formas tradicionais do cobogó, que se associam ao uso de painéis e murais de artistas consagrados (como Burle Marx e Cândido Portinari), propondo uma unidade estético-artística entre o tradicional e o moderno, entre a funcionalidade produtiva e o conforto ambiental.

Deste modo, sua forma de produção se realiza mediante concepções técnicas e estéticas que são ligadas às formas de desenvolvimento da indústria, onde aparece como paradigma a utilização de materiais e técnicas possíveis de serem utilizados mediante a pré-fabricação e a racionalização das estruturas e infra-estruturas, que compõem o conjunto das edificações. O cuidado na forma de implantação dos edifícios sobre o terreno bastante acidentado, proporcionando a solução de «serpente» que acompanha as curvas de nível, por exemplo, faz com que eles «toquem» o terreno através dos *pilotis* e suas cargas concentradas, evitando cortes e aterros excessivos. Esta forma de implantação permite maior densidade construída, que proporciona, por outro lado, a presença dos espaços livres e abertos para a paisagem da cidade e para os encontros entre seus moradores. São as áreas livres e verdes destinadas ao lazer e à recreação que proporcionam um ambiente mais saudável, ventilado e iluminado.



<sup>1</sup> Cf. BONDUKI, Nabil. *Afonso Eduardo Reidy, arquitetos brasileiros*. São Paulo: Editora Blau e Instituto Lina Bo Bardi, 2000.

<sup>2</sup> Foram construídos apenas três edifícios, aquele que serpenteia o morro e dois paralelos abaixo.



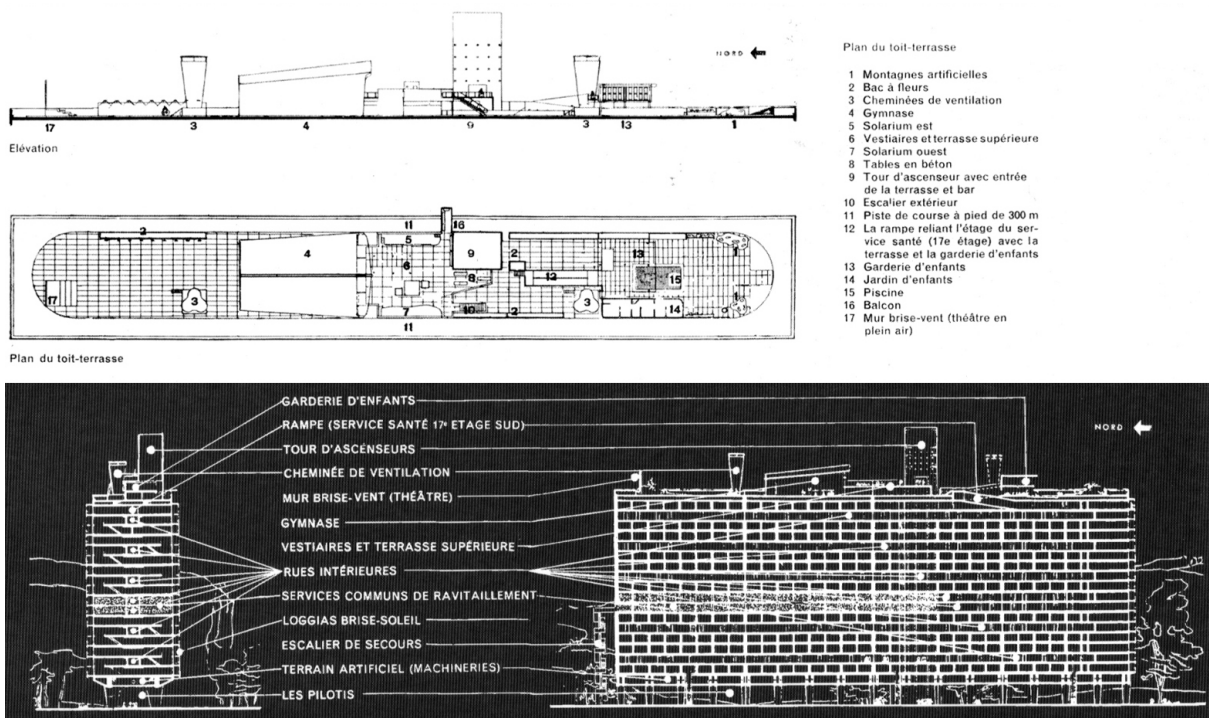
O *croqui* acima é um estudo de Le Corbusier para o Rio de Janeiro, feito no ano de 1929. Ele mostra, além de uma influência sobre a solução serpenteada adotada posteriormente no projeto de Reidy, uma visão de unidade entre arquitetura e urbanismo, ao agir sobre o território como um todo. Não cabe aqui discutir seus problemas ou mesmo insanidades, mas apenas ressaltar que as possibilidades contidas nessa atitude, mediada pelo domínio da técnica, revelam alternativas para a intervenção de uma maneira que extrapola os limites impostos pela divisão do espaço através das propriedades fundiárias, que devolve ao urbano um emaranhado de problemas referentes à circulação e a provisão de infra-estruturas. De qualquer modo, este projeto atrela a uma imensa construção os programas concebidos para uma cidade moderna, associando à habitação propriamente dita, equipamentos e serviços coletivos, que são cobertos por uma autopista da dimensão da cidade. É uma solução em que se adensam as unidades habitacionais e proporciona um grande vazio para áreas verdes e para as belas praias, além de localizar de uma maneira *adequada* os locais de trabalho. Seus negócios e indústrias.

Nesse viés, alguns anos depois, (em 1946, no mesmo ano do projeto do Conjunto Pedregulho), é projetado um outro ícone da Arquitetura Moderna, a chamada *Unité d'habitation: «la Cité Radieuse»*. Neste edifício, Le Corbusier experimenta radicalmente a integração de diversos usos e programas associados à moradia. Constitui-se assim uma «unidade mínima» de arquitetura e urbanismo, um único edifício que é concebido como o essencial para a provisão de espaços para a vida moderna, a ser realizado mediante as técnicas construtivas desenvolvidas no período. Trata-se do momento da reconstrução do segundo pós-guerra europeu. Mas também cabe destacar que essa forma de organização interna dos ambientes, tanto em relação às moradias, aos equipamentos coletivos, quanto na organização geral desses usos sob a mesma construção, constituiu um modelo de *habitação coletiva* que foi reproduzido ao longo do mundo. Tal reprodução se deu tanto em relação aos aspectos formais da edificação, quanto às formas pelas quais se buscou garantir a satisfação de necessidades cotidianas, concebidas e classificadas sob a organização científica desses mesmos momentos.

Essas formas de concepção da *habitação coletiva*, que visam prover a satisfação da totalidade de necessidades cotidianas dos trabalhadores, são realizadas a partir de um ambiente transformado a partir das possibilidades da *indústria* e

de seu encontro com a *natureza*. Cada uma dessas formas busca se erigir a partir da totalidade do espaço e busca atuar, portanto, em oposição às idiossincrasias do passado, identificadas as relações sociais da propriedade privada fragmentada. Através dessa totalidade espacial, essas experiências arquitetônicas buscam intervir no processo social como um todo, tanto no momento da produção quanto da reprodução. Visam contribuir, em certa medida, com o desenvolvimento social. Essa visão de *totalidade* visa romper barreiras.

No entanto, voltando ao Pedregulho, veremos que essa experiência virtuosa resultante de uma inteligência e sensibilidade incomuns dos seus agentes envolvidos nessa construção, deixa transparecer uma certa contradição, que aqui será chamada de *incompletude*, pois a sua aparente totalidade é resultado de uma justaposição de fragmentos. Cada um de seus edifícios e seus usos correspondentes é implantado de forma isolada e autônoma. Nesse sentido a pretendida *unidade* se dá apenas em função de realizar uma *unidade visual*: os módulos de vãos, os elementos construtivos e de vedação, planos abertos, verticais fechadas, os belos elementos vazados, painéis artísticos e etc. Embora estes elementos sejam implantados em franca harmonia, não conseguem superar a fragmentação *efetiva*, correspondente às separações formais, que são submetidas às instituições específicas que os administram. Deste modo, cada momento da reprodução da força de trabalho é classificado, especificado, dividido e administrado. Quais seriam seus efeitos? Os espaços coletivos se esvaziam, ou são apropriados de maneiras não previamente pensadas, apesar das boas e belas intenções. As formas concebidas *a priori* não são correspondidas diretamente pelas formas que esses espaços são vividos. Essa ação de ordenamento ambiental, que é um paradigma de nossas concepções de modernidade, racionalidade e beleza, empregada com o objetivo de emancipação do conjunto da sociedade, se realiza pela constante divisão em parcelas de *atividades humanas*, operadas de forma alheia aos seus agentes efetivos. Isso se dá em função de se engendrar *formas* que são destinadas a um ser





universal e abstrato, tal qual o *trabalhador moderno*. Mas, por outro lado, essa mesma «incompletude» realizada experimenta uma virtualidade do possível. Qual seja? Mediante as soluções e possibilidades da técnica, temos uma intervenção no território que se apresenta de maneira total, que não reitera o parcelamento decorrente da propriedade privada e do lote urbano. Ainda que isso possa ser idealizado ou hipostasiado. Esta forma de implantação, no entanto, evidencia um descompasso entre o espaço que é concebido e a forma como ele é vivido, que por sua vez engendra uma contradição.

Se há uma contradição, isso nos aponta para a necessidade de uma superação efetiva. Mas como conceber esse movimento de superação? Talvez seja justamente este o problema: os exercícios mentais que formulam modelos *a priori* que solucionam os descompassos entre o espaço e a sociedade, mas só podem fazê-lo de maneira idealizada. Substituem uma ficção por outra. Mas, por outro lado, é a partir dessas experiências idealizadas, mediadas pelas formas em que são vividas, que se pode perceber como a contradição se realiza efetivamente. Tanto sua positividade quanto sua negatividade.

Assim, como uma espécie de problematização preliminar, se observarmos o Conjunto Pedregulho a partir dos seis Conjuntos Habitacionais estudados (CECAP, COHAB, COPROMO, CDHU, Parque do Gato e Cingapura), podemos indicar três questões que se relacionam. A primeira em função da possibilidade de intervenção na totalidade do território, a segunda em função das formas construídas e os respectivos processos de trabalho em canteiro, e a terceira em função da gestão desses espaços. Em primeiro lugar, a intervenção na totalidade do território deve se relacionar às formas de distribuição da «natureza socialmente construída», seus aspectos físicos e ambientais, no conjunto de fragmentos de propriedades privadas, por sua vez asseguradas por títulos jurídicos. Em segundo lugar, que as formas construídas e as relações de produção desses espaços podem contribuir com a constituição de relações sociais que intervêm (dependendo das relações que são efetivamente estabelecidas) no processo de eleição das necessidades mínimas a serem satisfeitas, seus meios de satisfação e, também, de como se realizam a organização e administração das etapas de trabalho sucessivas em canteiro, se fundadas na exploração econômica da força de trabalho, o mundo da troca, ou se fundadas na constituição de necessidades de autoprodução do homem, o mundo do uso. Em terceiro lugar, depois de construídos e ocupados esses espaços, com relação às formas de organização de gestão, que pode ser identificada a autoridade organizadora da reprodução da força de trabalho como um poder estranho, o Estado, suas instituições burocráticas e suas lógicas correspondentes, ou a um poder constituído pelo e para os próprios moradores, que instituem suas relações.



Essas questões, evidentemente, não serão respondidas com uma «fórmula mágica». Mas são aqui colocadas como indagações necessárias para serem trabalhadas a partir de experiências futuras, de situações e conteúdos sociais concretos e específicos, de possibilidades contidas no devir; e por outro lado, pelo que se faz necessário perceber de como elas se definem ao longo do processo histórico para, deste modo, compreender o que as produz e reproduz. Como se instituem suas barreiras ou horizontes. E isso é uma empreitada pretenciosa! Talvez não consigamos chegar a lugar algum, mas ao menos tentaremos estabelecer uma problematização, a qual nos servirá como forma de reflexão. Sendo assim, que se ponha ao jogo! Aos argumentos e debates. Mas sigamos adiante.

#### INSTITUTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES

A produção do Conjunto Pedregulho está inserida no bojo do processo instaurado pela Ditadura de Getúlio Vargas (1930-1945), que visava promover o desenvolvimento da industrialização, sendo um de seus aspectos a provisão de moradias através dos Institutos de Aposentadorias e Pensões. A produção dessas habitações se dava através de três formas: o denominado *Plano A*, que visava locação e venda de unidades habitacionais providas em Conjuntos, produzidos ou comprados pelos institutos; o *Plano B*, que visava o financiamento para a construção ou compra de imóveis ou terrenos por particulares; e o *Plano C*, que visava fazer empréstimos hipotecários, a forma mais rentável para o setor empresarial<sup>3</sup>. Os Conjuntos Habitacionais do *Plano A* são aqueles identificados às propostas habitacionais da *arquitetura moderna*, e que representavam investimentos vultosos e muitas vezes deficitários, mas que produziam uma imagem espetacular do empreendedorismo desejável pelas políticas populistas do desenvolvimentismo.

Nesse contexto, essa produção se vinculava às categorias de trabalho e seus sindicatos operários específicos, reforçando mecanismos populistas e assistencialistas do Estado Novo. Constituiu-se uma espécie de *Welfare State Pop*, um processo institucional dirigido para a criação de uma *política habitacional* a partir da estruturação burocrática do Estado, da formação de recursos financeiros oriundos dos sistemas previdenciários, da capacitação técnica de funcionários (arquitetos e engenheiros), além do reconhecimento pela sociedade da importância da questão da moradia, em função da «crise da

<sup>3</sup> O “Plano C” resultou no investimento de cerca de 80% dos recursos em unidades para as classes médias e altas, “... assim, além da polêmica entre rentabilidade ou função social dos investimentos dos IAPs, havia uma disputa por recursos públicos entre os que lutavam por uma política social de habitação e os incorporadores imobiliários privados, interessados na construção e venda de apartamentos de luxo”, em BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. Pág. 105.

habitação» que se expandia neste momento. Mas essa política deveria se equilibrar sobre a ambigüidade em que foi montada: por um lado a sua função de seguridade social na produção de obras e equipamentos, mas por outro lado em função do instrumento de capitalização de recursos. Esses fundos viriam, principalmente, dos próprios trabalhadores, de forma compulsória como parte alíquota de seus salários. Em decorrência de inicialmente ter muito mais receita do que gastos, o montante de dinheiro acumulado foi uma importante alternativa financeira para que o Estado pudesse pôr em prática suas políticas de cunho desenvolvimentista, a partir da implantação de infra-estruturas necessárias á industrialização e, conseqüentemente, para a urbanização.

Mas de que modo a produção dessas habitações poderia contribuir com o desenvolvimento econômico? Vejamos o movimento. O trabalho empregado na indústria tem como finalidade produzir *mais-valia*, que é a diferença entre o valor final de um *produto* e os valores adiantados para a sua *produção*. Este excedente constitui a parte do trabalho que não é paga ao trabalhador, que por sua vez, acumulada nas mãos do capitalista, deve se reproduzir para se conservar e gerar ainda mais valor e, desta forma, reproduzir o modo de produção e suas relações de produção. O trabalhador se «submete» a esta exploração por possuir apenas sua *força* de trabalho, sendo a reprodução de sua existência, inclusive como trabalhador assalariado, condicionada pela venda de sua força ao capitalista. Esta condição é sustentada por este possuir o monopólio dos meios de produção, tais como o processo de trabalho, a terra e o dinheiro<sup>4</sup>. A parte do trabalho que é paga ao trabalhador é o *salário*. Seu *valor* é uma decorrência do custo de reprodução da força de trabalho, sendo que um dos elementos fundamentais na configuração do custo de vida do trabalhador é o *preço de sua habitação*. Portanto, a produção capitalista da habitação é condição e meio da reprodução do modo e das relações de produção, na medida em que na sua produção empiricamente dada fornece o excedente necessário à acumulação capitalista, através da exploração dos trabalhadores empregados no *canteiro de obras*, mas que por sua vez se realizará, enquanto mercadoria, no *consumo* destes espaços pelos próprios trabalhadores que ali irão morar. Mas para realizar o acesso do trabalhador à casa própria, foi necessário um desenvolvimento técnico capaz de reduzir os custos de produção das moradias. Daí uma das contribuições dos Arquitetos e Engenheiros para a produção de habitações populares:

*"(...) na racionalização dos sistemas construtivos, redução do padrão de acabamentos e dos pés-direitos, mudança no código de obras, estandardização das unidades, normatização dos materiais, combate à especulação imobiliária e a viabilização do acesso à periferia".<sup>5</sup>*

Outro aspecto relevante que se relaciona à produção das habitações é o que se refere a um item fundamental à composição do custo da moradia, isto é, o *preço da terra*. Ele é historicamente constituído na relação com o trabalho humano socialmente objetivado no espaço. Quanto mais trabalho social incorporado em um determinado espaço, maior o preço desta localização. Isso nós veremos mais à frente. De qualquer modo o *preço da terra* aparece para a produção das habitações como um custo de produção, em função da terra ser seu suporte material. Sendo assim, para se reduzir o custo unitário de cada moradia é necessário reduzir a parcela do preço da terra que incide sobre o preço de cada uma dessas unidades. O preço da terra deve ser distribuído por toda a produção. Desta forma, quanto maior é o empreendimento,

<sup>4</sup> Cf. MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*, Volumes I, II, IV e V. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

<sup>5</sup> BONDUKI. *Ibidem*, pág. 89.

quanto maior é o número de unidades habitacionais, menor é a participação do preço da terra na composição dos preços da moradia. Por outro lado, com o processo de urbanização em andamento, apenas as glebas mais distantes das áreas centrais da cidade teriam as dimensões e os preços necessários para que fosse possível a produção de grandes quantidades de moradias. Porém, neste sentido, quanto maior é o empreendimento, maior a distância entre essas novas moradias e os locais de trabalho e de serviços. Deste modo, o modelo urbano de provisão que integra diversos usos à moradia, concebidos e experimentados tanto por Reidy como por Corbusier, caem como uma luva à necessidade de se prover *pequenas cidadelas* distantes das áreas centrais das cidades. Mas o movimento não pára por aí, pois esses mesmos grandes Conjuntos, para se realizarem efetivamente através da racionalização e estandardização de seus elementos construtivos, precisam que haja um desenvolvimento da própria indústria da construção civil, que é amparado, por sua vez, pela organização institucional e financeira do Estado Novo. Não por acaso, chamado desenvolvimentista.

Esta situação ainda aparece como uma forma do Estado agir sobre o desenvolvimento econômico baseado na indústria e na urbanização. No entanto é uma forma que se erige sobre a problemática ambiental causada pela crise da moradia, intensificada nos anos anteriores ao Estado Novo. Esta crise se associa ao período em que predominava uma produção habitacional privada destinada ao aluguel, o denominado *mercado rentista*, que de certa forma foi combatido pela nova configuração de forças políticas do Estado Novo. Esse *mercado*, em função de seus rendimentos serem oriundos da espoliação dos locatários, e não da venda de novas moradias, contribuía com a estagnação do desenvolvimento econômico e com a precarização das condições de reprodução da força de trabalho. Podemos observá-lo em dois momentos: o primeiro, no qual havia uma certa regulação dos padrões construtivos, tais como as vilas operárias, que podemos identificar como uma espécie de embrião privado dos Conjuntos Habitacionais públicos na medida em que destinavam um conjunto de moradias em localizações específicas da cidade para os trabalhadores; e os cortiços, que podemos identificar como uma espécie de embrião de vilas operárias na medida em que exploravam os parcos rendimentos dos trabalhadores através do aluguel de moradias mínimas.

#### MERCADO RENTISTA: VILAS OPERÁRIAS E CORTIÇOS

As *vilas operárias* eram construções promovidas ou por empresas para seus funcionários diretos, sendo realizadas em menor número, ou por investidores do mercado imobiliário, a maior parte delas. A *vila-empresa* (a Vila Maria Zélia, por exemplo) continha um caráter filantrópico, pois buscava harmonizar a relação entre *capital* e *trabalho* ao atrair para esses pequenas cidadelas, com todas suas funções necessárias, os trabalhadores empregados numa determinada indústria. Por outro lado, esse trabalhador submetido ao ritmo do apito da fábrica, ficaria constantemente sob a *tutela* do seu patrão ou da empresa (que coincide com o proprietário desses imóveis), submetido deste modo, aos dispositivos disciplinares instituídos para além do tempo de trabalho. O trabalhador deveria introjetar um padrão comportamental considerado como adequado à ordem e à moral burguesa a fim de garantir sua *casa* e seu *trabalho*. Além desse aspecto, essas vilas-empresa eram para o capitalista-proprietário um investimento bastante seguro, na medida em que seu aluguel era descontado diretamente dos salários dos funcionários, reduzindo-se os riscos de inadimplência.



Já a *vila-particular* (Vila Economizadora, por exemplo), produzida pelos investidores do mercado imobiliário, caracterizava-se pela implantação de um renque de casas que visava o maior aproveitamento do solo urbano, realizado através de altas densidades construídas e pela racionalização de seus projetos e da sua produção: a economia dos materiais e das localizações urbanas. Esse mercado imobiliário se conservava como um setor de investimento bastante vantajoso, tal como se dava pelos fundos de pensão e de previdência privada de sua época<sup>6</sup>. Este tipo de produção para aluguel gerou um modelo de expansão urbana baseado em residências unifamiliares, cópias em miniatura dos palacetes burgueses, marcados pela ideologia de europeização da sociedade que utilizava a mão-de-obra estrangeira especializada para sua construção.

As vilas operárias foram construídas num momento em que se passou a regular a produção de moradias através de códigos de obras e edificações, que passaram a se basear em parâmetros sanitários e científicos, tais como quantidades mínimas de insolação, ventilação e iluminação dos ambientes. Isso engendrou uma série de indicadores para a construção, que determinavam as suas aberturas, a dimensão mínima de pé-direito, os afastamentos entre edificações, a especificação de materiais utilizados, as densidades construídas. É uma *normatização* colocada como condição de acesso aos financiamentos e subsídios públicos, e que, por outro lado, interviria na *liberdade* de exploração pelo proprietário dos imóveis, na medida em que exigia tanto melhoramentos a serem feitos como novas construções.

Esse conjunto de normas se institui sobre a situação precária das moradias providas através dos cortiços, um mercado resultante de um amontoado de unidades habitacionais. Os cortiços eram construídos, não a partir de parâmetros sanitários ou científicos como as vilas operárias, mas sim através de parâmetros *estéticos*, tais como o alinhamento entre os edifícios, a proporção formal entre alturas e a largura dos arruamentos, motivos ornamentais ou decorativos etc. E é nesse contexto que proliferam os problemas sanitários e ambientais de maneira veemente, em função da necessidade de redução dos custos de produção através da economia de materiais, das formas de disposição espacial de baixa qualidade, das altas densidades realizadas para o aproveitamento máximo dos terrenos (como forma de se amortizar seus custos), além da inexistência de manutenção e reparos na edificação. Essas condições proporcionaram que esses lugares se degradassem e passassem a ser identificados aos problemas sanitários da cidade. Institui-se a partir daí a idéia de *crise da habitação*.

O problema da habitação torna-se então uma questão social: por um lado a carência de moradias destinadas aos trabalhadores tornava-se obstáculo ao desenvolvimento urbano-industrial, na medida em que o próprio fornecimento de força de trabalho corria o risco de perder seus excedentes, os trabalhadores ceifados pelas doenças; e por outro lado, o problema em torno do *perigo à saúde pública* na medida em que os males que atingiam os trabalhadores, em função da «imoralidade e promiscuidade» em que viviam, pudessem se alastrar para além de seus limites, afetando a burguesia. Além, é claro, de não corresponderem à ideologia burguesa baseada na habitação unifamiliar e patriarcal, representando a possibilidade de se produzir e alastrar ideais subversivos.

Foram nessas áreas onde se assentou majoritariamente o contingente populacional urbano decorrente das migrações internas e externas, e que configurou a massa abundante de trabalhadores a baixos custos disponíveis para os serviços e indústrias da cidade. Para estes trabalhadores foi destinada a produção privada de moradias destinadas ao aluguel. Um

---

<sup>6</sup> "Parte desses recursos foi aplicada, com freqüência, na construção de vilas de casas de aluguel, além de também financiarem venda de casas a seus sócios". IDEM. *Ibidem*. Pág. 52.

investimento privado rentável e seguro, já que, por um lado, protegida pelo monopólio da propriedade privada da terra, cerca de 70% das moradias era *alugada* em São Paulo<sup>7</sup> e, por outro lado, sob as determinações do liberalismo econômico, essa produção de moradias não sofria interferência do Estado, nem em sua produção, nem em seus contratos de aluguel<sup>8</sup>. As modalidades desses cortiços de aluguel podiam variar de acordo com o valor dos investimentos e com a renda que eles poderiam proporcionar aos capitalistas-rentistas. Proprietários que possuísem um pedaço de terra ocioso poderiam transformá-lo em cômodos alugados, tais como cortiço-improvisado, casa-de-cômodo, cortiço-pátio, hotel-cortiço etc., e assim extrair uma pequena renda a partir dos alugueis cobrados aos trabalhadores.

Neste sentido, esses produtos de uma mesma forma de produção privada (a vila operária e o cortiço) significavam um adiantamento de capital que seria *imobilizado* em propriedades fundiárias para garantir rendimentos por meio do aluguel. Um tipo de negócio não exatamente *produtivo*, na medida em que seus benefícios financeiros não se baseavam estritamente num sistema de *produção de mercadorias*, mas sim em rendas obtidas através do monopólio da propriedade fundiária e imobiliária. Sua rentabilidade não significava, portanto, uma *produção social*, mas apenas uma expressão de concentração de renda, ou uma espécie de capital usurário que se beneficia sem produzir, a expensas do conjunto social. Portanto, o «poder absoluto da propriedade privada» (defendido pelos proprietários) teria engendrado a crise da habitação, que por sua vez, legitimaria a intervenção do Estado na produção de moradias. No entanto, esta intervenção no mercado de aluguéis não pode ser justificada apenas por uma mudança de parâmetro de produção, baseado na melhoria das condições de vida da classe trabalhadora. Esta intervenção se realizou num contexto de disputa para se alterar a própria estrutura de acumulação capitalista de um modo mais amplo e o principal motivo teria sido o desenvolvimento econômico a ser baseado no processo de industrialização e de urbanização.

#### INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO

A disputa acima citada se dava no contexto onde a produção brasileira se realizava predominantemente como agro-exportadora, fonte internacional de matérias-primas e produtos agrícolas. Esse excedente produzido para o mercado externo não poderia ser absorvido produtivamente no mercado interno. Assim, as crises econômicas de 1929 e as guerras mundiais impuseram limites a esta forma de acumulação, pois essa produção não teria mais onde se realizar. Deste modo, havia duas alternativas: ou seria relegada à estagnação econômica, ou mudava-se o padrão de acumulação, a partir de um processo de industrialização, muito a contragosto da divisão internacional do trabalho. A guinada à industrialização como forma preponderante de acumulação capitalista se dá a partir dos anos da Revolução de 1930, marcando a passagem do modelo de produção agrário-exportador para o urbano-industrial. Essa passagem se consolida a partir de uma luta interna entre frações de capitalistas, que se expressa num duplo movimento: a destruição do modelo de acumulação rural associado aos seus produtores e a construção de um modelo de acumulação associado à produção de base urbana.

<sup>7</sup> "As condições de acesso à propriedade imobiliária em São Paulo já estavam totalmente transformadas. O Relatório de 1886 nos indica que somente 2095 chefes de família eram proprietários da casa que habitavam, enquanto que os restantes 6208 (correspondendo a 70%) não o eram, morando de aluguel ou casa cedida". PEREIRA, Paulo Cesar. *Espaço, Técnica e Construção*. São Paulo: Nobel, 1988. Pág.68.

<sup>8</sup> Cf. BONDUKI, *Ob. cit.*

Para que esta fração de classe em formação se estabelecesse como hegemônica era preciso, ao menos em *aparência*, a participação dos trabalhadores, cuja principal forma de cooptação foi garantir benefícios sociais assegurados pelas políticas populistas deste período (que se estenderia até a instalação da Ditadura Militar). Os trabalhadores cooptados dariam legitimidade e sustentação às novas relações de produção dominantes. Essa correlação de forças sociais pôde reformular o aparelho do Estado e criar o novo modo de acumulação, a indústria, a partir da regulamentação estatal entre o *trabalho* e o *capital*. Essa regulamentação, por sua vez, visava interferir na determinação dos preços dos produtos necessários à reprodução da força de trabalho urbana e, conseqüentemente, num novo papel dedicado à agricultura. Essa regulamentação se dá através da legislação trabalhista, presente nas cidades e ausente no campo<sup>9</sup>.

Ao se definir as relações entre empregado e empregador, fixando a remuneração geral dos trabalhos, objetivava-se produzir um contingente de trabalhadores urbanos, cujos salários não seriam estabelecidos em função da oferta e procura por força de trabalho no mercado. Isto liberava os capitalistas do risco de uma concorrência, que poderia gerar pressões por aumentos de preços em função das diferentes produtividades de cada ramo industrial ou qualificações específicas de cada trabalhador. A regulamentação propunha, portanto, um rebaixamento geral dos salários, instaurando um novo patamar de acumulação e produtividade do trabalho. Mas, para que isso se realizasse efetivamente, era necessária a criação de condições para que o custo da reprodução da força de trabalho, equivalente aos bens de sua cesta de consumo, também fosse rebaixado. Estes produtos básicos, como alimentação, vestuário e habitação, produzidos e regulados pela iniciativa privada, se configuravam ainda como preços do *velho mercado*, devendo ser substituídos por *preços sociais* regulados a partir das novas funções assumidas pelo aparelho de Estado. Deste modo, para os capitalistas seria liberada uma parte dos recursos anteriormente destinados aos salários para que pudessem contribuir com a consolidação de um mercado interno.

O rebaixamento do preço da alimentação foi viabilizado pela manutenção de relações arcaicas de produção no campo, através de altíssimas taxas de exploração da força de trabalho, por sua vez, asseguradas pela ausência das leis trabalhistas e de salário mínimo presentes na cidade. O alimento produzido a baixo custo no campo contribui para o rebaixamento do custo da reprodução do trabalhador na cidade. As relações agro-arcaicas teriam se beneficiado também com a conservação das estruturas de poder, as classes proprietárias rurais e os ganhos da divisão do produto social, pois lhes era assegurada à produção destinada à exportação (como bens de capital antes de serem bens de consumo), realizada através de altas taxas de lucro. O problema agrário fundava-se, portanto, no uso *intensivo* de mão-de-obra e no uso *extensivo* de terras com baixa capitalização, e a acumulação, como se verá mais adiante, se daria a partir da expropriação de excedentes que se formam na posse transitória da terra. Para rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho urbana, deixou-se de lado a questão da distribuição regular da propriedade rural.

O rebaixamento do custo de reprodução e, conseqüentemente, dos salários, proporcionou uma alta produtividade dos setores industriais (sem que, no entanto, fosse urgente o desenvolvimento técnico), o que contribuiu para uma maior concentração de renda. A produção industrial, para realizar sua finalidade de acumulação, visava por um lado a oferta de

<sup>9</sup> (A legislação trabalhista é) "*a cumeieira de um pacto de classes, no qual a nascente burguesia industrial usará o apoio das classes trabalhadoras urbanas para liquidar politicamente as antigas classes proprietárias rurais; e essa aliança é não somente uma derivação da pressão das massas, mas uma necessidade para a burguesia industrial evitar que a economia, após os anos de guerra e com boom dos preços de café e de outras matérias-primas de origem agropecuária extensiva, reverta à situação pré-anos 1930*". OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo, 2003. Pág. 64.

bens de consumo modernos às elites detentoras de dinheiro; e por outro lado a oferta de produtos necessários à cesta de consumo do trabalhador. Esta oferta de bens de consumo para o trabalhador pôde se realizar no extenso crescimento dos estabelecimentos de serviços urbanos do período, que por sua vez, absorveu a abundante mão-de-obra urbana. O crescimento desses serviços urbanos é acompanhado pelo crescimento dos assentamentos precários dos trabalhadores, realizados pelos seus próprios recursos humanos e financeiros. A forma predominante desta moradia é a autoconstrução, que proporciona a redução dos custos referentes à habitação no conjunto de gastos do trabalhador. Isso se dá, dentre outras coisas, em função da ocupação irregular de terras e do trabalho realizado em regime de mutirão, pois ambos reduzem os gastos de produção e mesmo de manutenção dessas moradias. Esta redução, por sua vez, permite que o custo referente à moradia possa ser subtraído do salário, que, conseqüentemente, se reduz também. Deste modo, se reproduz na produção das habitações (e da cidade) relações arcaicas de produção, sendo a posse transitória da terra, os loteamentos clandestinos e favelas no constante processo de *renovação urbana*, uma possibilidade de expropriação de excedentes. Portanto, o processo de urbanização que se engendrou é associado, essencialmente, aos mecanismos de acumulação capitalista: serviços realizados à base de pura força de trabalho, baixos coeficientes de capitalização e remuneração, resultando na transferência do excedente a partir do acúmulo de mais-valia (trabalho não-pago) na produção do espaço<sup>10</sup>.

Deste modo, as condições históricas que permitiram a entrada do Estado na produção de habitações populares, associam-se diretamente ao desenvolvimento urbano-industrial, que se dá através da relação entre os setores produtivos desenvolvidos e aqueles que se realizam mediante altas taxas de exploração da força de trabalho. O industrial, portanto, não destrói o agrário, mas sim o conserva. As relações arcaicas de produção se reproduzem nas cidades, nos setores de serviços que aparecem como um *suporte domiciliar* ao setor secundário, e que contribuem com a acumulação capitalista em função do baixo custo de reprodução da força de trabalho ou do consumo direto das mercadorias que são vendidas.

Neste sentido, a urbanização deste período pode ser caracterizada como uma forma que dinamizou a segregação sócio-espacial, destinando aos trabalhadores, por um lado, os cortiços insalubres, as vilas operárias próximas às fábricas e os loteamentos periféricos; e à elite econômica, por outro lado, as áreas centrais beneficiadas com a maioria dos investimentos públicos, os embelezamentos urbanos e as redes e infra-estruturas de transporte, energia e saneamento; localizações que se identificam à idéia de progresso de nossa *modernidade congênita*. Nesse sentido, se institui uma espécie de «dialética das distâncias», uma mediação instaurada pela prática entre a eficiência de se segregar massas de trabalhadores longe das áreas nobres da cidade e sua ineficiência decorrente do aumento do custo com sua locomoção, para o fornecimento de mão de obra. Este processo associa a exploração da força de trabalho no momento da produção à espoliação do trabalhador no momento de sua reprodução, dadas as condições urbanas periféricas onde localizam suas moradias<sup>11</sup>. Se isso contribui com a acumulação capitalista, em função do rebaixamento dos salários e decorrente aumento dos lucros industriais, também o faz em relação às rendas que o monopólio da propriedade do solo permite assegurar. No entanto, esse monopólio assegura rendas distintas, em função da determinada localização urbana em que se realiza a produção, central ou periférica, o que

<sup>10</sup> "Com a continuidade da expansão industrial, esta vai compatibilizar-se com a ausência de acumulação prévia, que financiasse a implantação dos serviços, lançando mão dos recursos de mão-de-obra, reproduzindo nas cidades um tipo de crescimento horizontal extensivo, de baixíssimo coeficiente de capitalização, em que a função de produção sustenta-se basicamente na abundância de mão-de-obra". IDEM, *Ibidem*. Pág. 55.

<sup>11</sup> Cf. KOWARICK, Lúcio. *A espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

determina as relações de exploração da força de trabalho no momento mesmo da construção, da produção do espaço. Neste sentido, a «dicotomia centro-periferia» se põe em relação, se complementa, embora cada um desses momentos contribua com a acumulação capitalista de formas distintas, através de suas formas de rendas<sup>12</sup>.

Deste modo, o processo de urbanização baseado na dicotomia centro-periferia pode ser analisado através de dois momentos em que a extração de trabalho não-pago é realizada mediante a produção do espaço: numa região central, onde o preço da terra é alto, em função de muito trabalho social incorporado à terra, intensifica-se o capital numa determinada fronteira; numa região periférica, onde o preço da terra é menor, estende-se a fronteira da produção imobiliária capitalista. Esses dois momentos assim se dão na medida em que, por um lado, o alto preço da terra numa área central, aparece para a construção como um alto custo de produção, devendo-se empregar ainda mais capital para se garantir os rendimentos; e por outro lado, o baixo preço da terra numa área periférica permite que a massa produzida se estenda a um grande número de unidades, a fim de se garantir rendimentos através de uma maior massa produzida com valores unitários menores.

Neste sentido, quanto menor o valor da força de trabalho, maior os rendimentos decorrentes da produção imobiliária. Como já visto, a redução dos salários pôde ser assegurada tanto pela exploração do trabalhador no momento da produção, quanto sua espoliação no momento da reprodução. Mas, ainda, que esse processo de desenvolvimento econômico, possibilitado pela acumulação capitalista, foi resultado de uma luta de classes nacional com o objetivo de destinar ao Estado o papel de agente regulador, sendo sua presença efetiva ou sua presença às avessas, tanto nas áreas centrais como nas áreas periféricas, um importante instrumento de acumulação capitalista privada<sup>13</sup>.

Retomemos. Em relação à presença efetiva do Estado, nas áreas centrais se expressa pela provisão de infra-estruturas modernas, as quais incorporam trabalho social à terra, que por sua vez é captado pelas propriedades privadas; nas áreas periféricas se expressa pela provisão de moradias, equipamentos e serviços coletivos, por meio de Conjuntos Habitacionais que são realizados pelo maior número de unidades possível, os quais extraem grande massa de mais-valia no momento da construção desses espaços, como exploração da força de trabalho, mas também no momento de consumo, por contribuir com o rebaixamento dos salários na provisão de itens necessários à reprodução do trabalhador. Em relação à presença às avessas, as irregularidades toleradas (a ocupação temporária da terra) em áreas centrais, tais como a expansão de serviços informais, e aquelas toleradas nas áreas periféricas, tal como a profusão da autoconstrução, obriga que os trabalhadores financiem sua própria reprodução, uma espécie de subsistência urbana, que por sua vez desonera os capitalistas produtivos

<sup>12</sup> "O mercado imobiliário consolidado – fusão do mercado de terras, compra e venda de edifícios e locação – tendeu a dicotomizar a produção imobiliária em extensiva e intensiva, segundo o lugar e o momento em que ocorria a construção, levando a diferenciar a determinação dos preços no mercado imobiliário. Essa dicotomia conduziu a uma articulação/direfenciação na determinação do preço do produto imobiliário. Essa diferente relação decorreu do monopólio capitalista da propriedade privada da terra em seu duplo aspecto dentre os monopólios de privatização do espaço e de utilização da terra com fim produtivo. O primeiro diz respeito à privatização de determinado lugar como propriedade, significando a exclusão dos demais, e se relaciona à renda imobiliária. O segundo, ao aspecto do monopólio capitalista proporcionado pela utilização econômica da terra, derivado de diferenças na produtividade do trabalho, e se relaciona à renda fundiária". PEREIRA, Paulo Cesar. *São Paulo – a construção da cidade – 1827-1914*. São Carlos: RiMa, 2004. Pág. 83-84.

<sup>13</sup> "(...) a produção imobiliária se processou por meio de uma ocupação extensa e, também, intensa do território. Nessa polarização, a produção da cidade articulou mecanismos de formação de preços da terra com o de preços dos edifícios. Dessa forma, a determinação destes preços decorreu, ora pela capitalização da renda fundiária, ora pela capitalização da renda imobiliária. Portanto, a partir dessa distinção é possível apreender o significado da propriedade imobiliária no desenvolvimento da construção, pois indica como esta propriedade diferenciou o relacionamento do trabalhador com o capital na construção, provocando, também, sua transformação". IDEM, *ibidem*. Pág. 84-85.

e arrendatários desta função. Deste modo, a provisão de Conjuntos Habitacionais pelo Estado é um momento particular da urbanização em geral, que por sua vez se realiza com relação ao nosso processo de industrialização. Este, no entanto, se realiza através da acumulação de capital baseada na exploração da força de trabalho (produção) e na espoliação do trabalhador (reprodução). É um movimento de duplo sentido: por um lado o rebaixamento dos salários na produção (seja na produção em geral, seja na produção específica da indústria da construção civil), que contribui com a concentração de renda, e por outro lado a espoliação do trabalhador na reprodução (o uso dos equipamentos, serviços e da própria moradia), que encontra no urbano seu meio de realização.

#### O CAMPO E A CRISE DO TRABALHO ESCRAVO

Se o processo de industrialização e urbanização tem como referência a exploração da força de trabalho e a espoliação do trabalhador, isso pode ser considerado como um desdobramento das relações agrárias que têm na produção do espaço e na posse temporária da terra suas formas de acumulação capitalista. Vejamos o desenvolvimento. A *produção* no Brasil agrário se estabelece sobre um terreno onde os entraves feudais da terra não existiam: nós já nascemos modernos... Suas relações são frutos da expansão territorial das relações estritamente capitalistas de produção centradas na Europa, que se estabelece entre a Metrópole e a Periferia, realizando-se no mercado internacional através das trocas comerciais entre equivalentes. No entanto, internamente, nossa economia se fundava na monocultura de exportação e no uso do escravo como *meio de produção*. Assim, se no mercado externo as trocas eram realizadas de forma capitalista, na produção interna as relações de produção se davam de forma não-capitalista<sup>14</sup>.

O *escravo-mercadoria* é um meio de produção que equivalia a um «quantum médio» de trabalho, que se expressava numa determinada massa de produtos, que por sua vez, correspondia a um preço no mercado externo. Ao se comprar um escravo, ao se imobilizar capital na figura da *pessoa*, o senhor teria em mente o *quanto* este lhe retornaria na forma de renda capitalizada. Era um investimento em uma propriedade que futuramente lhe conferiria *renda*. O senhor da terra, portanto, deveria adiantar ao *traficante de escravos*, no mercado internacional, como se fosse qualquer outra mercadoria, uma quantia determinada de dinheiro para o desenvolvimento de sua produção. Mas por outro lado, todo o custo de reprodução desse trabalhador, sua «moradia», alimentação e vestuário, por exemplo, permaneciam como custos internalizados pelo Senhor-Capitalista, como custos internos à produção.

(O escravo) *“antes de ser o produtor direto, ele tem que ser objeto de comércio. Por isso, tem que produzir lucro já antes de começar a produzir mercadorias e não apenas depois (...), representando, pois, um adiantamento de capital, ele não entrava no processo de trabalho como vendedor de mercadoria força-de-trabalho e sim diretamente como mercadoria; mas, não entrava também como capital, no sentido estrito, e sim como equivalente de capital, como renda capitalizada. (...) A escravidão colonial definia-se, portanto, como uma*

<sup>14</sup> À esta relação essencial entre *escravo* e *senhor* se associa ainda uma classe intermediária, os *homens livres*, que também se encontram desprovidos dos meios de produção, e por isso sua existência é fundada na dependência das relações patriarcais e de favorecimento com relação ao Senhor. Porém, por não terem os meios de produção de sua existência, os homens livres são livres na medida em que sua *liberdade* se funda na *privação* do escravo. Os homens livres na produção escravocrata são representados pela figura do *agregado*. Cf. SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

*modalidade de exploração da força de trabalho, baseada direta e previamente na sujeição do trabalho, através do trabalhador, ao capital comercial. Tal como acontece com a propriedade fundiária, o trabalho não é produto do próprio trabalho, não tem valor embora a pessoa do trabalhador possa ter preço no regime de trabalho assalariado. (...) O preço da força de trabalho do operário é medido pelo tempo de trabalho necessário à sua reprodução como trabalhador, isto é, o tempo representado pelo valor criado que retorna ao trabalhador sob a forma de meios de vida. Já sob o trabalho escravo, além do tempo de trabalho necessário à reprodução do trabalhador, é preciso antecipar uma parte do seu trabalho excedente para pagar ao traficante o seu uso, a sua exploração como produtor de valor. Mas, do mesmo modo que na renda territorial capitalizada, o proprietário espera extrair do seu escravo um rendimento econômico que é medido pelo lucro médio, que deve ao menos equivaler ao rendimento que seu dinheiro lhe daria se fosse aplicado em outro negócio. (...) A coerção do cativo encarrega-se de transferir para o próprio escravo o ônus desse trabalho”.*<sup>15</sup>

Deste modo como a *pessoa* do escravo representava um *equivalente geral* de valor, nesta determinada forma social de produção, ele era a condição do capitalista em obter *credito* para produção, além de assegurar as hipotecas para os comissários, agiotas e bancos. No entanto, com as pressões externas para o fim do tráfico negreiro e do trabalho escravo, forma de se desenvolver a indústria europeia que necessitava de mercados *assalariados* para sua reprodução, a valorização de preço do escravo decorrente da diminuição de sua oferta, provocaria a desvalorização de todo o sistema de produção que nele se baseava, em função do encarecimento do crédito e hipotecas, podendo entrar em colapso. Assim, foi se estabelecendo historicamente meios para que se engendrasse um *outro* equivalente geral de valor no lugar do *escravo*, e esse lugar foi ocupado pela *terra*. Dois eventos históricos apontam para isso: em primeiro lugar a *Lei de Terras (1850)* que condicionava o acesso à terra, um *meio de produção*, mediante sua compra, incentivando e desenvolvendo um *mercado fundiário*, e em segundo lugar a *Lei de Abolição (1888)*, que incentivava a adoção de trabalho assalariado e a correspondente expulsão dos custos de produção do valor correspondente à compra e reprodução da força de trabalho do escravo. Os dois eventos se realizam através da subvenção do *Estado*, que dá segurança a essa passagem.

A adoção do trabalhador imigrante na produção do café dinamiza uma outra forma de *remuneração* do trabalho: o que se dava pela *divisão do produto* começa a se dar pelo *salário*, um valor correspondente ao custo de reprodução da força de trabalho, mas que, sob aparente igualdade de trocas realizadas, escamoteia a separação realizada entre o produtor direto e o seu produto. O *Colonato*, ou o sistema de produção agrícola baseado nas *colônias* (pedaços de terra onde se localizam as moradias e as produções de subsistência dos trabalhadores), nasce da crise do trabalho escravo, mas como um *ajuste* do modo de produção: muda-se a forma de remuneração do trabalhador para se manter as relações de produção. Mantinha-se a produção agrícola subordinada ao comércio externo e alterava-se a *forma* de sujeição do trabalho ao capital: o escravo como propriedade direta do senhor dá lugar ao colono assalariado submetido à propriedade alheia dos meios de produção.

Esta transformação reafirmava a *terra* como equivalente geral de valor, na medida em que, por um lado, o colono era obrigado a assumir as despesas pretéritas pagas pelo fazendeiro com a sua *imigração*, o traslado, a alimentação e o alojamento, tendo que trabalhar para pagar um equivalente superior ao custo de reprodução de sua força de trabalho; e por

<sup>15</sup> MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Hucitec, 1986. Pág. 14-16.

outro lado por ter que financiar parcela de sua reprodução através da extensão da sua jornada de trabalho nas plantações de subsistência. Esse *plus*, que assume a forma de *trabalho não-pago*, era liberado do custo da produção pertencente ao fazendeiro, proporcionando-lhe uma maior acumulação, sendo que esta, por sua vez, se incorporava à terra através do trabalho excedente realizado pelos colonos nas plantações do fazendeiro: limpeza do terreno, semeadura e o cultivo<sup>16</sup>.

Com o *Colonato* se institui o movimento de paulatina incorporação de trabalho não-pago à terra, sendo a abertura extensiva de terras destinadas ao plantio, a *produção de espaço*, a forma de se garantir a reprodução do capital. O fazendeiro deixa de adiantar o capital ao *traficante* de escravos, e passa a adiantar capital ao *grileiro de terras*, para as posses, falsificações e demarcações. Essas terras conquistadas pelo capitalista são cedidas temporariamente para os colonos, para que estes possam garantir sua subsistência, mas em contrapartida o colono deve realizar benfeitorias, sem um equivalente em salário. Portanto, a produção do espaço converte *trabalho realizado* em *capital constante*, e deste modo, o monopólio da terra se converte em monopólio do capital. Para se incorporar ainda mais essa modalidade de capital extensivo se fazia necessário expandir ainda mais as áreas de produção, ou seja, suas fronteiras<sup>17</sup>.

Porém, apesar dessa forma de exploração do trabalho, a relação entre o trabalhador e o fazendeiro se dava sob *aparente igualdade*, já que mediada pela compra e venda de mercadorias (força de trabalho, por exemplo), e em função do lucro do capitalista *parecer* ser formado no comércio externo e não na exploração do trabalho interna à produção. Em função dessa «igualdade», caberia ao colono realizar o trabalho árduo que assegura tanto o excedente do fazendeiro quanto o necessário a sua própria subsistência. Neste sentido, quanto mais ele trabalha, maiores são as chances de acumular uma certa quantia de dinheiro e, deste modo, adquirir um pedaço de terra. Esta possibilidade, por sua vez, pode lhe garantir que se livre do trabalho nas terras do fazendeiro, dedicando-se exclusivamente ao trabalho de sua subsistência. Neste sentido, se para o escravo o trabalho era sinônimo de *martírio*, sendo o não-trabalho o momento de fruição, para o colono o trabalho é sinônimo de *liberdade*, na medida em que este pode lhe dar acesso à terra.

A contínua oferta de mão-de-obra, muitas vezes subvencionada pelo Estado, proporciona a reprodução *extensiva* do capital cafeeiro e dos cafezais. Deste modo, a exploração do trabalho se *intensificava* ao mesmo tempo em que se obscurecia: a miséria da vida do trabalhador *aparece* apenas como resultado de seu pouco trabalho, ou de sua pouca economia, e não pelos seus baixos salários. Associado à noção de liberdade contida no trabalho, que dá acesso à terra, isso conduz à idéia de que o acúmulo de riquezas não é fruto da extração de excedentes empreendida pelo capitalista, extração esta que se realiza em função do monopólio da terra e dos meios de produção que, por sua vez, obriga o trabalhador a vender sua força de trabalho em troca do salário para se reproduzir como tal; mas que o acúmulo de riqueza seria a recompensa merecida de muito trabalho e de muito esforço, associada à disseminação da pequena propriedade privada e à ideologia da mobilidade social pelo trabalho empreendido pelo trabalhador autônomo.

<sup>16</sup> "A renda capitalizada no escravo transformava-se em renda territorial capitalizada: num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa (...). No Brasil, a renda territorial capitalizada não é essencialmente uma transfigurada herança feudal. Ela é engendrada no bojo da crise do trabalho escravo, como meio de garantir a sujeição do trabalho ao capital, como substituto da acumulação primitiva na produção da força de trabalho". IDEM. *Ibidem*. Pág. 32.

<sup>17</sup> "Somente através da transferência do ônus de formação do cafezal para o próprio trabalhador, responsável pela produção direta dos meios de vida, é que o fazendeiro podia arrecadar, com os limitados recursos do capital de custeio, o seu capital constante, extorquido diretamente do formador do café". IDEM. *Ibidem*. Pág. 77.



*“O trabalho não é considerado principalmente como atividade que enriquece a burguesia. Ao contrário, o trabalho é considerado como uma atividade que cria riqueza e, ao mesmo tempo, pode liberar o trabalhador da tutela do patrão. (...) A riqueza, no sentido de capital acumulado, torna-se aceitável e legítima porque é produto do trabalho e porque o trabalho é concebido como uma «virtude» universal. (...) Na medida em que a exploração burguesa é ocultada pela ênfase nas virtudes do trabalho do burguês como base da riqueza, temos, em decorrência, que a solidariedade é considerada mais importante do que a exploração”.*<sup>18</sup>

### A ACUMULAÇÃO PRIMITIVA PELA PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A IDEOLOGIA DA PROPRIEDADE

A *acumulação primitiva* é o momento em que os trabalhadores são expulsos violentamente de suas terras e de seus meios de produção. Isto é a condição para que o trabalhador que estava preso à terra passasse a possuir apenas sua força de trabalho, constituindo-se deste modo como um *trabalhador livre*. Desta maneira, para se reproduzir, enquanto ser vivo e enquanto trabalhador, ele deve vender o uso de sua única propriedade, a sua força de trabalho, em troca de um salário e assim, portanto, produzir-se e se reproduzir como trabalhador assalariado<sup>19</sup>. Porém este processo de constituição do trabalho livre se dá especificamente no contexto europeu. Através dos *Cercamentos* as propriedades rurais eram «aprimonadas» e os trabalhadores liberados se deslocavam para as cidades, servindo como fonte de trabalho assalariado para a nascente indústria. No Brasil, porém, não é a terra que era aprisionada, mas sim o próprio trabalhador, tais como o índio e o negro cativos. Na medida em que o próprio trabalhador era cativo, a terra se tornava livre. Não tinha preço<sup>20</sup>.

Porém, com a crise do sistema de produção baseado no trabalho cativo, é a terra que assume o papel de *equivalente geral*, e seu acesso se dá mediante a compra e, portanto, mediante o trabalho. Bom, esse movimento foi visto anteriormente. É neste processo que a acumulação primitiva no Brasil parece ter sido realizada, ou seja, acumulação de capital mediante a produção do espaço. Por que? Porque esta produção se realiza através de momentos sucessivos e simultâneos (no tempo e no espaço) de incorporação de (mais-)trabalho à terra, através de sua posse transitória para que o camponês pudesse garantir sua subsistência ou até mesmo algum rendimento extra. No entanto, esse trabalho não remunerado que se incorporava à terra, passava às mãos dos capitalistas mediante a propriedade privada e sua relação com o Estado (sistemas jurídico e repressivo).

Deste modo, apesar de a *propriedade privada* ser a condição da acumulação primitiva, isto é, a separação entre o trabalhador e os seus meios de produção, forma pela qual se desenvolvem as relações de exploração da força de trabalho e espoliação do trabalhador, a propriedade privada aparece para este trabalhador submetido às *relações de produção* como uma forma de se libertar delas. É uma contradição. E isso se dá em função da posse transitória da terra. *Posse* que é tolerada num primeiro momento, na medida em que expande as fronteiras rurais e urbanas para o uso capitalista da terra, mas vai sendo negada na medida em que fixa ainda mais produto de trabalho no espaço, intensificando o capital na terra.

<sup>18</sup> IDEM. *Ibidem*. Pág. 133.

<sup>19</sup> Cf. MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*, Volumes I, II, IV e V. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

<sup>20</sup> Cf. MARTINS. *Ob. cit.*, e PEREIRA, Paulo Cesar. *Espaço, Técnica e Construção*. São Paulo: Nobel, 1988. Aliás, devo a este autor a «advertência» com relação às especificidades dos processos de constituição do *trabalho livre*, bem como o que ou quem é aprisionado neste processo, se a terra ou se o próprio trabalhador. Estas especificidades engendram outras especificidades com relação ao *trabalho* e a *terra*. Mas fiquemos apenas com as advertências.

Ao longo deste processo o trabalhador é novamente expulso, deixando para trás as «benfeitorias» por ele realizadas, as quais são incorporadas ao pedaço de terra que deixou para trás como se fossem suas propriedades naturais. A terra valorizada passa a se integrar aos ramos de produção mais *produtivos*. Esse movimento reproduz, em certa medida, o processo de acumulação primitiva no interior das relações capitalistas de produção<sup>21</sup>, pois é uma forma que constantemente extrai trabalho não-pago que se incorpora à terra.

Neste sentido podemos conceber a idéia de que a propriedade privada, a um só tempo, aparece ao capitalista como condição de acumulação e ao trabalhador como acesso à liberdade. Estabelece-se uma relação tríade entre terra, capital e trabalho, na qual as relações de produção se reproduzem, e assim o fazem na medida em que associam a extensão das fronteiras de terra para determinado capital com a intensidade de capital para determinadas fronteiras de terra. Deste modo o fazendeiro consegue acumular capital a partir de baixos recursos investidos na produção, e esse acúmulo de trabalho não-pago se incorpora à terra. Esse *plus* liberado do custo da produção agrícola pode ser investido, como valor que se valoriza, em outros tipos de negócio, financiando o desenvolvimento de setores de produção com base urbana, tais como a produção artesanal e industrial, além dos sistemas urbanos necessários ao escoamento das mercadorias ao mercado externo, tais como as casas bancárias, as sedes de comércio, as habitações etc. No limite, a própria cidade em franca urbanização, que se realiza mediante a paulatina intervenção do Estado e a incorporação de capitais internos e externos à produção do espaço.

É o processo de expansão das relações capitalistas de produção que age, a um só tempo, sobre a desconstituição das relações agrárias situadas no campo e a correspondente constituição das relações urbanas nas cidades, mas que se realiza de forma contraditória: as relações modernas que são instauradas no campo (destruindo a identidade de um grupo social com o seu meio, suas técnicas de sobrevivência para a satisfação das necessidades e carências<sup>22</sup>) são acompanhadas pela conservação de relações arcaicas nas cidades (como as formas de solidariedade e religiosidade que se sobrepõe à luta efetiva pelos direitos e justiça, através de processos de ajuda mútua que se conformam frente aos avanços avassaladores das altas taxas de exploração e espoliação da força de trabalho<sup>23</sup>). Esta ambigüidade engendra a urbanização e a industrialização, além de se constituir como uma especificidade deste movimento<sup>24</sup>.

O processo de construção avançava sobre uma base territorial existente, considerada como inadequada pelos parâmetros do higienismo e da expansão produtiva. Ideologia e economia. Deste modo o tecido urbano vai sendo paulatinamente substituído através das demolições e novas construções que possibilitavam a renovação urbana subsidiada pelo Estado. Nesse viés se inserem os planos de melhoramentos urbanos, que permitiam que o velho tecido urbano «inadequado» fosse incorporado aos processos de valorização econômica mediado pela valorização do mercado imobiliário, que por sua vez proporcionaria a realização e amortização dos investimentos realizados nos processos de demolição e

<sup>21</sup> A referência à reprodução da acumulação primitiva no interior das relações capitalistas de produção é controversa, pois se é «primitiva», ou originária, não pode ser «reproduzida». Não cabe aqui argumentar se é ou se não é primitiva, apesar de ser necessário destacar essa controvérsia.

<sup>22</sup> Cf. CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades / Ed 34, 2001

<sup>23</sup> Cf. KOWARICK, Lúcio. *A espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

<sup>24</sup> “Na terceira fundação de São Paulo, a transformação urbana se fez acompanhar dos primeiros planos de valorização do café e de intensa diversificação do capital. A participação dos investimentos estrangeiros na cidade se tornou maior e a intervenção do poder público mais intensa. A renovação urbana, cada vez mais orientada pelo Estado, forjou sua legitimidade no higienismo, concebendo e construindo uma cidade moderna”. PEREIRA, Paulo Cesar. *São Paulo – a construção da cidade – 1827-1914*. São Carlos: RiMa, 2004., pág. 143.

construção da cidade. Mas o que era predominantemente destruído? Eram, justamente, as áreas centrais onde se localizavam as moradias dos trabalhadores: os cortiços insalubres. Em função do processo de desenvolvimento urbano, que incorpora mais e mais capital a uma determinada situação urbana, aumentando seu preço, o valor dos aluguéis dessas «casas mortuárias» subiam dramaticamente, cujas conseqüências seriam ou a expulsão de seus moradores para áreas mais distantes e baratas, ou o maior adensamento populacional nas construções existentes. O trabalhador pagava, através da precarização do ambiente construído, pela valorização imobiliária decorrente dos investimentos em melhoramentos urbanos, seja pelos recursos do Estado, pelos recursos externos ou pelos recursos oriundos do campo, originados através da exploração da força de trabalho e de seu acesso temporário à terra. Mas, por outro lado, esta condição urbana poderia engendrar, como já assinalado, a proliferação de doenças (base de legitimação da intervenção do higienismo), além da proliferação de greves e formas de subversão. Neste sentido, foi sendo gestada uma maneira de atuar sobre essas situações, que resolveria todos os problemas de forma «harmônica»: o acesso à propriedade da casa.

*“Nos cortiços, os inquilinos se viam impedidos de se tornarem proprietários e se sentiam oprimidos por morarem onde não queriam. Em face desse impedimento e do descontentamento que sentiam, a casa de vila, oferecida pela empresa ou pelo Estado, passou de um direito do trabalhador a uma concessão do capital ou do Estado. Abrir a possibilidade ao trabalhador de se tornar um proprietário constituiu o fundamento do discurso burguês, que se utilizou das idéias de esforço individual e propriedade como instrumentos eficazes contra qualquer concepção revolucionária dos operários. Torná-los proprietários, por meio do esforço individual no trabalho e das privações que teriam de enfrentar para amealhar algum recurso que possibilitasse arcar com os compromissos contraídos na aquisição da casa própria, aparecia como salvaguarda da sociedade. (...) Na construção da cidade, a iniciativa privada, em nome de compartilhar a solução do problema da moradia com o trabalhador, deixava a encargo do Estado obras e serviços urbanos, a fim de assumir a provisão da moradia urbana. Assim, ao Estado caberia assegurar o projeto burguês de construção da cidade, de uma lado, provendo as condições gerais, de difícil mercantilização e, de outro, garantindo a reprodução do capital na construção por meio de «auxílios valiosos» e reduzindo o «embaraço» para a produção de moradias destinadas ao mercado, as quais seriam construídas precipuamente para atender à necessidade de «habitações econômicas»”<sup>25</sup>*

Mas por que o acesso à moradia, como propriedade privada, *higiênica* e *separada*, poderia aparecer como uma solução «harmônica», ou como um elemento balsâmico na contradição entre capital e trabalho? Talvez porque, em relação ao higienismo, fruto de modelos nascidos no desenvolvimento histórico das ciências parcelares, por poder objetivar o controle da provisão de força de trabalho que se submete a dispositivos disciplinares postos pelas relações de produção, que por sua vez asseguram sua reprodução contra as revoltas, greves ou revoluções, as quais poderiam paralisar temporariamente a produção privada ou atacar o sistema como um todo. Em relação a sua forma separada, por um lado por se basear no núcleo familiar, que reitera um certo comunitarismo tradicional e patriarcal (sem se esquecer que o «verdadeiro» *Pai* acaba se personificando no patrão, na empresa e, no limite, no próprio Estado), e neste sentido, atua contra a possibilidade do desenvolvimento de formas de associação, de coletivismo ou de autogestão; e por outro lado, por realizar a fragmentação

<sup>25</sup> IDEM, *ibidem*. Pág. 152-154.

da terra, que assume a forma de mercadoria imobiliária, produzida para gerar lucros e reproduzida (consumo) para gerar rendas. Neste sentido, a relação entre terra, trabalho e capital permite que o *pater-Patrão* valorize seu capital na medida em que o *pater-Estado* assegura a produção de difícil mercantilização. E esse movimento passa a ser legitimado e naturalizado por sua prole que se inclui na modernidade anômala<sup>26</sup> através do acesso à propriedade privada identificada à liberdade, mas que, no entanto, contribui para sua *exploração* e *espoliação*.

Como esta relação se realiza? O capital incorporado que se intensifica nas propriedades fundiárias passa a ser compensado pela extensão das propriedades imobiliárias, isto é, através de sua verticalização. Porém, quanto mais altos os edifícios, mais caras as construções, o que poderia diminuir a massa de valorização de capital acumulada em tais processos. Qual solução? O adensamento das unidades através da redução de seus volumes, tanto no que se refere às dimensões dos pés-direitos, quanto às dimensões relativas à proximidade entre os edifícios, intensificando tecnicamente a construção e permitindo que a mesma renda fundiária possa ser repartida (e realizada) através de um número maior de unidades de mercadorias imobiliárias. Por outro lado, para se reduzir os custos de produção, sem que se reduza a renda obtida pelo monopólio fundiário e imobiliário, intensifica-se a exploração da força de trabalho, que se realiza, no entanto, sem que se altere a composição orgânica do capital (deixa-se de incluir maquinário, reiterando-se as formas de cooperação dentro do canteiro). Mas também, o outro lado da mesma moeda, que a intensificação da exploração da força de trabalho, realizada no interior do processo que incorpora mais e mais capital à terra, aumentando seus preços, expulsa os moradores para áreas mais distantes das áreas centrais (e caras) da cidade, o que «intensifica» a espoliação do trabalhador.

O mercado imobiliário aparece como uma possível unidade entre terra e capital, que se assenta sobre a exploração do trabalhador através da cooperação sem máquinas, e a espoliação do morador através da redução das necessidades expressas nas quantidades e qualidades arquitetônicas e urbanísticas (no limite da própria cidade), ou mesmo no encarecimento geral da reprodução da força de trabalho (bens e serviços), empobrecendo-o *relativamente* ao processo social como um todo. O trabalhador, antes qualificado, e o morador, antes localizado em área central, passam a se constituir como um *operário em construção*<sup>27</sup>. Por outro lado, a *Cidade* que se engendra, a partir de sua experiência histórica como uma forma de reunião de espaços de encontros, passa a ser transformada num imenso meio de produção, que destina estruturas físicas específicas para o trabalho, tais como os estabelecimentos industriais e comerciais; para a reprodução da força de trabalho, tais como as moradias e o lazer; além das conexões sistêmicas entre estes momentos, tais como as circulações de mercadorias em geral, de mercadorias força de trabalho, de informações<sup>28</sup>. Esse processo ainda teve que contar com soluções produtivas arquitetônicas e urbanísticas, que pudessem garantir a alta produtividade, com baixos salários e pouca maquinaria, sem que se erigisse uma massa construída precária ou ineficiente (nos termos do higienismo e do separado).

Deste modo, a produção de Conjuntos Habitacionais, como um particular no processo de urbanização da produção capitalista do espaço em geral, se estabelece ao longo da história como uma forma de produção que é capaz de assegurar a reprodução das relações capitalistas de produção que, por sua vez, se realiza mediante a produção do espaço (incorporação

<sup>26</sup> Cf. MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000.

<sup>27</sup> Cf. OSEKI, Jorge Hajime. *Arquitetura em construção*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1983.

<sup>28</sup> Cf. FOLIN, Marino. *La ciudad del capital y otros escritos*. Barcelona: Gustavo Gili, 1976.

e extração de mais-trabalho à terra) e da legitimação ideológica da propriedade privada (fundiária e imobiliária) como essência dessa realização. São nessas produções os momentos em que os técnicos e a Técnica contribuem com a construção efetiva, as quais realizam o funcionamento maquinista da cidade e a imagem de modernidade que se identifica a esses espaços. Neste sentido, poderíamos pensar que o arquiteto e a Arquitetura, particularmente dentro da divisão social do trabalho, assumem o papel de uma espécie de *homem livre*, de um agregado, ou ainda um superintendente, na medida em que sua condição de existência, a fruição de suas atividades estético-artísticas, de um lado se funda na exploração do trabalho e do trabalhador, e de outro lado na acumulação capitalista do industrial e do rentista. Que situação!

Esse movimento até aqui exposto pode ser exemplificado por uma relação econômica e ideológica que associa a técnica, o trabalho e a terra. A produção de Conjuntos Habitacionais pode ser percebida então como um particular da produção da indústria da construção civil e da produção em geral. Associa, deste modo, os momentos da *produção*, que se baseiam na exploração da força de trabalho, e os momentos da *reprodução*, sobre a espoliação do trabalhador. Se, de um lado, esse processo de acumulação capitalista, mediado pela propriedade privada, pode nos parecer perverso, por outro lado é legitimado socialmente através das ideologias que o (aparente?) acesso à propriedade pode permitir. Neste espectro ainda, inclui-se o arquiteto e a Arquitetura como formas de conhecimento e de produção que se inserem na complexa divisão de trabalho, cuja *relação* é, em certa medida, velada pelos aspectos ideológicos que a fetichização de sua técnica autonomiza.

Por isso foi necessário percorrer, ainda que brevemente, o movimento de imbricação histórica que produziu e realizou a *Forma Conjunto Habitacional* em especificidade geográfica. Se a *propriedade* privada aparece como uma contradição fundamental, como uma forma socialmente legitimada, ela se constitui como uma importante fronteira.

### C. SUBMISSÃO AOS MODELOS CIENTÍFICOS: DOS CIAM AOS UTÓPICOS

A partir deste momento, passaremos a observar como se deu um processo histórico de concepção *a priori* de modelos de ordenança ambiental no contexto da *Metrópole*. Essa especificidade de relação entre a expansão das relações capitalistas e a produção do espaço conforma uma espécie de *matriz* da Arquitetura e Urbanismo Modernos, a qual influenciou a produção de Conjuntos Habitacionais pelo mundo, inclusive, nossas experiências aqui estudadas. Iniciaremos pela problemática desenvolvida pelos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna e tentaremos buscar suas relações com os debates dos Socialistas Utópicos, uma espécie de *origem*. A experimentação desses modelos, em geral, bem como a constatação de seus limites, nos interessa na medida em que podemos ver ecos dessas experiências aqui realizados. Se, no entanto, percebemos através de fragmentos, intentamos com este sub-capítulo engendrar uma reflexão um pouco mais ampla, contendo, se possível, aspectos da totalidade. O projeto é pretensioso...

A reconstrução das cidades européias destruídas pela Segunda Guerra Mundial, mais particularmente a produção de Conjuntos Habitacionais, poderia ter seguido diversos modelos, debatidos e experimentados nos anos anteriores. Bernard Huet<sup>29</sup> nomeia três, por exemplo: o *Regional*, de reconstrução dos centros históricos; o *Racional*, de tradição moderna, mas que conserva o traçado urbano existente; e o da *Ville Radieuse*, identificado aos princípios da *Carta de Atenas*<sup>30</sup>. Esta

<sup>29</sup> Cf. HUET, Bernard. *A cidade como espaço habitável – alternativas à Carta de Atenas*. Em AU Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, nº 9, Dez 86 – Jan 87.

<sup>30</sup> Cf. LE CORBUSIER, *A carta de Atenas*. São Paulo: Hucitec / Edusp, 1993.



La Ville Radieuse!

defendia a tábula-rasa na cidade existente e sua posterior reconstrução mediante as concepções modernas, de separação de funções e de conexões sistêmicas entre os setores e fragmentos dispersos pelo território. Neste sentido, a cidade existente e suas relações sociais deveriam ser riscadas do mapa, como meio de se deixar para trás toda sorte de anacronismos. Mas o *modelo Carta de Atenas* teve sua aplicação generalizada em função de conceber uma prática urbanística de produção em massa, subordinada à indústria da construção civil, que se adequava a um sistema econômico em crise e dependente da intervenção do Estado. Se o modelo *machine à habiter* partia da industrialização pesada de elementos construtivos e da provisão de serviços e equipamentos necessários ao cotidiano de seus moradores, é através de incentivos e subsídios do Estado que se passou a agir diretamente no mercado interno, assentando-se sobre realidades históricas pré-existentes, destituindo-as e as recompondo numa *justaposição ordenada sistematicamente*. Pôde realizar a baixos custos um grande número de unidades habitacionais, incentivando o desenvolvimento das forças produtivas, ao mesmo tempo em que alojou um grande contingente de trabalhadores nessas novas e distantes periferias urbanas (liberando as áreas centrais mais valorizadas para a valorização imobiliária e para as renovações urbanas realizadas através das demolições de cortiços ou mesmo de bairros inteiros). Este processo de urbanização identifica as políticas sociais de combate ao déficit habitacional às políticas de desenvolvimento econômico, desviando as concepções da *Carta de Atenas*, que nasce de desdobramentos e ajustes dos temas desenvolvidos nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, os CIAM, os quais aparecem como um meio de se responder à precarização ambiental decorrente da industrialização que se desenvolvia à todo vapor.

O primeiro congresso é realizado no ano de 1928 em *La Sarraz* – Suíça, com a fundação de uma espécie de «internacional da arquitetura moderna», que se deu com a convocação de arquitetos que já estavam trabalhando com a produção de Conjuntos Habitacionais no *Estado*, sendo convidados a expor, comparar e debater os projetos realizados<sup>31</sup>. Dois momentos importantes dessa participação são representados pelas experiências da Holanda e da Alemanha.

<sup>31</sup> Cf. AYMONINO, Carlo. *La vivienda racional*. Ponencias de los Congressos CIAM 1929-1930. Barcelona: Gustavo Gilli, 1973.

Vejamos brevemente.

Na Holanda, o crescimento econômico decorrente de sua industrialização tardia, do comércio colonial e da existência de portos estratégicos, não promoveu um desenvolvimento correspondente em relação às condições de vida da classe trabalhadora, que pagava altos aluguéis a um mercado rentista especulativo, cujas habitações eram praticamente alcovas com insolação e ventilação precárias, que por sua vez, contribuía para o declínio da produtividade dos trabalhadores na indústria e para as epidemias decorrentes de baixas condições sanitárias. É nesse contexto que o Estado passa a intervir na produção de moradias, contrariando o liberalismo econômico tão apregoado pela economia clássica, através da promulgação das primeiras leis de habitação de interesse social. As *Woningwet* de 1901, onde o Estado atua como regulador, financiador, ou mesmo como realizador direto das habitações. Dentre essas experiências, destacam-se as realizadas na expansão sul de Amsterdã, os projetos urbanísticos de *Berlage*.



Embora fossem bastante influenciados por concepções urbanísticas identificadas à Cidade Jardim, seus bulevares, áreas verdes, construções expressivas, pátios internos e etc., diferenciavam-se fundamentalmente dessas experiências do *livre mercado* em função do controle da terra urbana e da posse coletiva dos espaços. Como exemplo, se comparado ao *Ensanche Cerdà* de Barcelona, embora ambos partam de uma concepção *formalista* do desenho urbano, isto é, do alinhamento de fachadas, gabaritos, proporção dos arruamentos; em Barcelona o espaço privado, os pátios internos passam a ser totalmente ocupados em decorrência do «poder absoluto da propriedade privada», diferentemente dos espaços dos conjuntos de Amsterdã sul, regulados pelo Estado (*Enfiteuse*) preservando seu uso coletivo.

Já na Alemanha, especialmente em Frankfurt, a produção habitacional se realizava a partir das noções de «habitação mínima», controle urbano e produção industrializada, como alternativa aos cortiços insalubres que geravam precárias condições de vida aos trabalhadores. O Estado passa a comprar terras e produzir Conjuntos como forma de conter a especulação imobiliária em torno da habitação alugada. Destacam-se as experiências de *Ernst May*, na região criada pela retificação da várzea do Rio Nidda, de produção de Conjuntos Habitacionais (Romerstad, Praunhem, Westhausen). São Conjuntos concebidos como unidades urbanas autônomas conectadas umas às outras pelos sistemas de transporte. Fundam-se em noções que dialogam com a criação da Bauhaus em 1919, que pretendia unir a escola de artes e ofícios (formação de artesãos) à escola de belas artes (formação de artistas), para deste modo, se pensar tudo aquilo que a indústria deveria produzir para a habitação mínima dos trabalhadores: mobiliários, instalações sanitárias, equipamentos. A demanda pelo espaço mínimo, com condições ambientais adequadas, é estudada a partir da otimização dos movimentos realizados pelos trabalhadores dentro de suas



moradias. Dessa pesquisa de aspecto *taylorista* resulta a experiência da *Cozinha de Frankfurt*, cujo estudo dos movimentos na cozinha conduziu para a noção do preparo dos alimentos como uma linha de montagem: cada etapa da produção, da armazenagem ao cozimento, seria realizada a partir de equipamentos especializados e produzidos industrialmente. A cozinha em si é o dimensionamento ótimo para a justaposição eficiente desses equipamentos de trabalho.

Esse movimento encerra a idéia de que o novo espaço produzido pela arquitetura moderna deveria engendrar o novo comportamento da classe trabalhadora, que incluiria a liberação da mulher de suas tarefas domésticas (para o seu emprego na indústria), a redução da família à sua forma nuclear (pai, mãe e filhos), além do tempo do não-trabalho ser amparado pelas atividades esportivas, sol, verde e pelos equipamentos coletivos que complementaríamos as necessidades diárias da classe trabalhadora: escolas, creches, lavanderias. Nesse contexto, indica-se um novo papel aos arquitetos: deixar de lado a produção *estética* da arquitetura, realizada a serviço das artes e da burguesia; para se destinar à produção *ética* da arquitetura, a serviço da indústria e da classe trabalhadora<sup>32</sup>.

Esses temas são abordados no segundo CIAM, de 1929 em Frankfurt (habitação mínima para os trabalhadores) e no terceiro CIAM, de 1930 em Bruxelas (o agrupamento dessas habitações). Visavam estabelecer plataformas pragmáticas, subsídios práticos para serem efetivamente aplicados pelos arquitetos ligados à provisão pública de moradias (notadamente os alemães, holandeses e belgas, que dominaram esses congressos). Em Frankfurt, realizou-se a partir das discussões apontadas por *Gropius* sobre os estudos sociológicos da estrutura nuclear da família, por *Le Corbusier* sobre a pré-fabricação seriada dos elementos construtivos, redução de custos e uso de modernos materiais, por *Bourgeois* sobre a ciência da iluminação e ventilação dos ambientes, por *Schmidt* sobre aspectos relativos a legislações específicas. Em Bruxelas, realizou-se a partir da relação da altura dos edifícios, com as formas de implantação no tecido urbano e dos custos de sua realização, através dos modelos de *Le Corbusier*, sua «*Ville Radieuse*» com edifícios de 150 pavimentos, de *Gropius* e seus edifícios de 10 pavimentos e de *Boehman* e *Kaufman* com seus edifícios de 5 pavimentos. Essas formas seriam implantadas em função da insolação, das áreas livres que possibilitam o verde, dos custos e das técnicas construtivas.



Os arquitetos estavam tão envolvidos com a questão da *cidade funcional* que muitos deles acabaram migrando para a União Soviética no período dos planos quinquenais, por ser o momento em que se apresentava propício para *pôr em prática as concepções dos planos urbanos modernos*. Tal era essa a circunstância, que o quarto CIAM iria se realizar em Moscou, onde o real planejamento do espaço teria suas condições de efetivação dadas a partir do Estado em poder do proletariado. Mas, com a falta de comprometimento do governo soviético em realizar o congresso e com a instauração do *estilo oficial* de arquitetura vernácula, o *Realismo Socialista*, o congresso se realiza num navio de cruzeiro, entre Marselha e Atenas, no ano de 1933. O quarto CIAM acontece sem a presença dos arquitetos mais engajados, além de receber a «contribuição»

<sup>32</sup> Cf. KOPP, Anatole. *Quando o moderno não era um estio e sim uma causa*. São Paulo: Nobel, 1990.



daqueles ligados aos regimes autoritários da Europa. Nesse contexto *Le Corbusier* formula suas idéias de *plano urbano*, que posteriormente foram publicados sob o nome de *Carta de Atenas*, consolidando um modelo em que trata as suas questões de uma maneira normativa, universal e abstrata. A atividade da arquitetura estabelecerá *tipologias* e variações de acordo com a classificação e sistematização dos usos e programas de necessidades a serem satisfeitas, desenvolvendo, conseqüentemente, os métodos e modelos de construção. Programas como hospital, escola, sistemas de transporte, habitação, entre outros, poderiam contribuir através de sua especificidade e sua autonomia com o ordenamento do espaço e do tempo mínimos do indivíduo, reorganizando a sociedade em torno da efetividade industrial. As formas de organização e, talvez de disciplina, do tempo de trabalho passam a ser estudadas para além do horário da fábrica, fazendo-se necessário criar dispositivos disciplinares nos momentos de reprodução da força de trabalho. Reprodução das relações de produção.

A *tipologia* habitação passa a ser definida como uma unidade autônoma familiar, confirmada pelas pesquisas sociológicas empreendidas por Gropius, por exemplo, que revelam a redução da família ao seu núcleo (pai, mãe e filhos), mas também contribuindo para separá-las e organizá-las, enquanto unidade social mínima, no espaço e no tempo. Este procedimento na escala social da cidade é rebatido para a organização espacial intra-moradia: a família se decompõe numa soma justaposta de *indivíduos*, e a organização espacial os identifica às células individuais, tais como salas e dormitórios. Esse isolamento é ainda sustentado pela possibilidade de se introduzir na moradia as células sanitárias, tais como cozinha e banheiro, antes coletivos<sup>33</sup>. Essa rigorosa classificação e sistematização permitem, por exemplo, que Le Corbusier, numa espécie de *reviva/utópico* (como se verá mais adiante), identifique a desordem das cidades contemporâneas à falta da razão e de controle, e sua forma mais elementar de organização à geometria, como expressão formal e lógica da razão construtiva. As ciências modernas e as técnicas de produção industrial deveriam ser habitadas pelas necessidades humanas classificáveis e ordenáveis por esta razão. O *corpo*, ou a forma que ele assume nesse pensamento, a *escala humana*, daria o conteúdo para a razão, porém, de uma maneira idealizada, pois identificada às proporções da geometria (números áureos «provenientes da natureza», seus módulos, cuja «naturalidade» confere à razão a idéia de beleza)<sup>34</sup>.

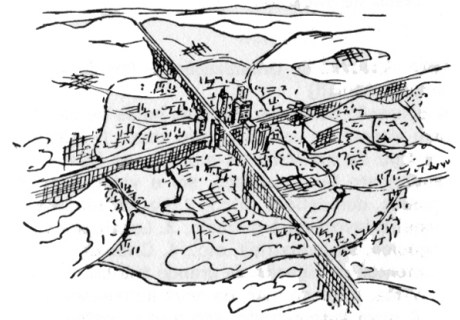
*“Procurar a escala humana, a função humana, é definir as necessidades humanas. Elas são pouco numerosas; são bastante idênticas a todos os homens, pois os homens foram feitos com o mesmo molde desde as épocas mais longínquas que conhecemos.”*<sup>35</sup>

Deste modo o arquiteto, em particular Le Corbusier, teria em mãos todos os instrumentos para se conceber o *devoir*, concepção amparada pela classificação das necessidades humanas a serem satisfeitas pelo uso racional da técnica moderna. O *Habitat* deveria, então, se erigir sobre e contra o existente, produto do caos e da irracionalidade da história. Pelo novo habitat se chegaria ao novo habitar, concebido através das unidades autônomas ou sistemas que agrupam moradias, serviços, infra-estruturas. O *devoir da razão e pela razão* produz seus modelos, uma sociabilidade do espaço concebida *a priori*: seja num plano urbano como a *Ville Radieuse*, seja num único edifício arquitetônico como a *Unité d’habitation*, seja

<sup>33</sup> Cf. KRAFT, Sabine. *L’apprentissage de l’habitat*. Em SERAJI, Nasrine. *Logement, matière de nos villes: chronique européenne, 1900-2007*. Paris : Picard et Pavillon de L’Arsenal, 2007.

<sup>34</sup> LE CORBUSIER. *El Modulor: Ensayo sobre una medida armónica a la escala humana aplicable universalmente...* Barcelona: Editorial Poseidon, 1976.

<sup>35</sup> LE CORBUSIER Em CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979. Pág. 185.



pela síntese mediadora engendrada pela complexidade e dimensão construtiva possibilitada pelo domínio das técnicas modernas de produção, que engendra ainda, seus projetos para as cidades de Argel, Montevideú, Buenos Aires, São Paulo e (o já citado para o) Rio de Janeiro: os imensos edifícios-circulação concebidos como lâminas, retas ou serpenteadas, que perpassam toda a cidade, além de organizar o território a partir de suas lajes, seus programas e do diálogo com a geografia<sup>36</sup>. Uma (re)visão radical da forma de se conceber o espaço que dedica um novo papel ao *projeto*, na medida em que pretende superar a separação histórica entre as atividades de *Arquitetura* e de *Urbanismo*: um misto entre razão e sensibilidade na concepção do devir, que engendra modelos, e que por sua vez, servem de notável inspiração a um de nossos melhores exemplares de habitação social, o Conjunto do Pedregulho projetado por A. E. Reidy.

#### SOCIALISTAS UTÓPICOS

No entanto, essa maneira de conceber modelos *a priori*, que identifica a ordenança ambiental à ordenança social não se restringe aos arquitetos e à Arquitetura discutidos por agora, mas inclui também, os socialistas utópicos de outrora. Esses modelos surgem em oposição aos fenômenos urbanos da industrialização. São resoluções tiradas de algumas *cabeças* pensantes para o ordenamento de todo um processo social. A *Utopia* consiste no fato desta reflexão não poder engendrar formas práticas, residindo apenas no questionamento das relações sociais de seu tempo. Esse *não-lugar*, portanto, é baseado na total recusa do presente e o seu tempo ou é lançado diretamente para o futuro, numa visão de *progresso*, ou restitui nostalgicamente as relações do passado, numa visão de *cultura*, segundo nos conta Françoise Choay<sup>37</sup>. Esses recuos temporais do não-lugar se apresentam como modelos, que apesar desse seu idealismo, por assim dizer, têm como potência a positividade imaginada da totalidade das relações sociais, aparentemente libertadas das contradições por eles denunciadas, não se subsumindo ao pragmatismo e ao reducionismo impostos pelos *fenômenos mal elucidados* do presente. Esses modelos são, segundo a autora, *imagens* monolíticas, indissociáveis da soma de seus detalhes.

O Modelo *Progressista* baseia-se primordialmente na *identidade* entre Homem e Razão. O indivíduo humano aparece como um *tipo*, independente de toda contingência de lugares e tempos específicos, como uma forma ontológica. O *Ser* e suas *Necessidades* seriam cientificamente dedutíveis, classificáveis, especificáveis e sistematizáveis, tal como se faz nas Ciências da Natureza. A ordem avança sobre a desordem. Essa análise racional, essa ordem-tipo, poderia ser aplicável a qualquer agrupamento humano: espaços amplamente abertos, vazios e verdes. Seriam uma maneira de assegurar a higiene através da exuberância do ar, da luz, da água. Neste sentido, a análise das funções humanas, através de sua classificação e sistematização rigorosas, engendraria o espaço urbano organizado a partir de seus momentos separados e autônomos: Habitat, Trabalho, Cultura, Lazer. Este mesmo procedimento *científico* se reproduziria na classificação e sistematização no interior desses próprios momentos: em tipos de habitat, em tipos de trabalho, em tipos de cultura, em tipos de lazer. Nada escapa! A lógica formal dessas sistematizações deveria engendrar formas simples e apreensíveis de organização sócio-

<sup>36</sup> BOESIGER, Willy. *Le Corbusier*. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1976. Pág. 174-201.

<sup>37</sup> Cf. CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

ambiental. Portanto, nas concepções progressistas, a importância dada à visualidade identifica nesses espaços a idéia de beleza à idéia de razão. Como um aspecto lógico. O *viver* se identifica ao *ver*. Esta lógica da visualidade, como advento da razão, separada e alheia, faz crer tão apaixonadamente nela que, aquele que crê, desiste de vivê-la para apenas vê-la<sup>38</sup>.

Cada pensador dessas formas utópicas progressistas tem suas características e nem sempre forma em seu conjunto um todo harmônico. Mas a idéia de *alojamento padrão* se erige, necessariamente, sobre a recusa de padrões precedentes, tanto artísticos como urbanos. Eles imaginam situações autônomas de vida coletiva a partir de suas localizações fragmentadas (em oposição ao histórico e ao orgânico). Essas unidades sócio-espaciais auto-suficientes e bem delimitadas poderiam ser indefinidamente justapostas e entre elas o imenso verde representado pelos parques ou pelos campos de produção agrícola. Esta justaposição seria capaz de resolver a contradição entre *campo* e *cidade*, expressa pela essencial divisão entre o trabalho *materiale* e *intelectual*. No entanto, sua possibilidade de infinita aplicação traz em si a característica da não transformação da natureza qualitativa da soma desses espaços. Quem seriam seus ocupantes? Como eles reagiriam ao ordenamento preexistente? Quem assegura a ordem?<sup>39</sup>

Por outro lado, o modelo *Culturalista* parte da noção de indivíduo concreto, humano, em oposição ao Ser universal e abstrato do modelo progressista. O objeto de sua investida é a expansão do processo de industrialização, que age sobre o desmantelamento da unidade orgânica entre os indivíduos e o espaço, sobre a desagregação da comunidade e do seu auto-reconhecimento, bem como suas relações de produção. A saída proposta por esse modelo é recuperar essa organicidade social perdida através da cultura, da participação e daquilo que seria considerado como qualitativo: as necessidades *espirituais* deveriam prevalecer às necessidades *materiais*. Este ideal culturalista de se reviver as formas do passado se expressa numa visão nostálgica das cidades medievais e de suas relações de produção baseadas nas corporações de ofício, implicando numa forma de ação, ou de planejamento de espaço, menos rigorosa em suas delimitações, mais aberta e flexível à ação específica de cada indivíduo.

Sua dificuldade consiste em achar seu *lugar* de ação entre o *nada a fazer*, um *não-modelo* totalmente aberto à ação e à participação de seus agentes diretos; e o *fazer tudo*, numa concepção monolítica e técnica de um modelo fechado que incide sobre seus agentes<sup>40</sup>. Este lugar seria o da concepção medieval de arte, contra a sociedade industrial que «deforma» a cultura e hostiliza seus trabalhadores. O uso de simetrias, de linhas retas e dos paralelismos se identifica a uma arte e à atividade sem protótipos nem padrões. Assim, a negação desses recursos geométricos aparece como uma forma de restituir

<sup>38</sup> "Essa lógica funcional deve traduzir-se numa disposição simples, que impressione imediatamente os olhos e os satisfaça". IDEM, *Ibidem*. Pág. 9.

<sup>39</sup> "Apesar dessas disposições, destinadas a liberar a existência cotidiana de uma parte das taras e servidões da grande cidade industrial, as diferentes formas do modelo progressista apresentam-se como sistemas limitadores e repressivos. A limitação exerce-se, num primeiro nível, pela rigidez de um quadro espacial predeterminado. Fourier regulamenta até os embelezamentos da cidade, esses «ornamentos forçados» que, sob a égide dos «comitês de aparato», vão enfeitar os diferentes anéis concêntricos, em oposição à «licença anárquica atual». Num segundo nível, a ordem espacial prova que deve ser assegurada por uma limitação mais propriamente política. Esta toma ora a forma do paternalismo (em Cabot, por exemplo); às vezes, enfim, como em Fourier, é um sistema de valores comunitários, assépticos e repressivos, que se esconde por trás de fórmulas amáveis, pelas quais se quer opor ao tecnocratismo despótico dos sansionistas a defesa do consumidor e a preocupação para com ele". IDEM, *Ibidem*. Pág. 10-11.

<sup>40</sup> "No entanto, para poder realizar a bela totalidade cultural, concebida como um organismo onde cada um mantém seu papel original, a cidade do modelo culturalista deve apresentar, também, um certo número de determinações espaciais e de características materiais. (...) Ao contrário da aglomeração do modelo progressista, essa cidade é, antes de tudo, bem circunscrita no interior de limites precisos. Enquanto fenômeno cultural, ela deve formar um contraste sem ambigüidade com a natureza, cujo estado mais selvagem tenta-se conservar". IDEM, *Ibidem*. Pág. 12-13.

a tradição e o artesanato que são identificados às formas de produção e de suas relações sociais contidas nas corporações de ofício, comunidade de alma coletiva e democrática, relações harmoniosas entre os indivíduos e o seu trabalho, que não mais se baseariam na noção industrial do *rendimento*, mas sim na felicidade e harmonia contidas na atividade.

*“No entanto, para garantir o funcionamento do modelo culturalista, segundo as normas pré-industriais que acabamos de definir, a limitação reintroduz-se aí insidiosamente. A integração do passado no presente só se efetua com a condição de eliminar o imprevisível. É disso que dão testemunho o malthusianismo, a que as cidades estão sujeitas, e o ostracismo, que aplica as transformações técnicas introduzidas pela revolução industrial nos modos de produção. A temporalidade criadora não tem curso nesse modelo. Fundado sobre o testemunho da história, fecha-se à historicidade”.*<sup>41</sup>

Pois bem, apesar do risco de me basear apenas em uma autora, será por meio dela que passaremos brevemente pela descrição dos *modelos* concebidos pelos Socialistas Utópicos. Tanto progressistas como culturalistas. Cabe salientar que, embora esses modelos, em sua maioria, tenham sido apenas descritos, isto é, não tenham sido efetivamente realizados, essas formas de concepção de soluções espaciais para determinados problemas sociais percebidos por seus contemporâneos, apresentam semelhanças com relação aos modelos realizados pelos Arquitetos Modernos, notadamente os Conjuntos Habitacionais, bem como com relação aos nossos próprios seis Conjuntos estudados. Mais adiante, tentaremos refletir sobre o problema mesmo da forma de pensamento dos *Socialistas Utópicos*, seu caráter, por assim dizer, idealista (descolado dos processos concretos de produção). Esta passagem nos é importante, pois em certa medida, esse descolamento também é presente nas nossas experiências contemporâneas. Assim, esse *paralelismo* (que não é apenas visual...) intenta se constituir como um método de análise.

De qualquer modo, depois desta advertência, passemos a perceber os modelos urbanos concebidos por esses socialistas.

Robert Owen (1771-1858), como um progressista, credita a constituição do indivíduo ao seu meio. Deste modo a busca do *Homem Novo*, construído pela Razão, em oposição à desordem da expansão da indústria, poderia ser engendrada através da organização de seu habitat. Ele parte da criação de Associações Modelo, ou pequenas cidades novas auto-sustentáveis e autogovernadas, que poderiam criar e ocupar todos os seus membros. Owen se baseia em formas determinadas de educação (infantil e posteriores) e na igualdade entre seus habitantes, a começar pela igualdade entre homens e mulheres (que, por sua vez, *deveria* ser assegurada por cada cidadão), a fim de contribuir para a eficiência e o rendimento da força de trabalho.

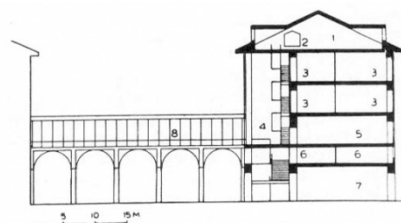


Estas associações seriam implantadas a partir de um plano quadriculado, uma forma geométrica resultante do apelo à razão de sua época. Em seu centro são localizados os edifícios públicos, contendo uma cozinha e um refeitório destinados a preparar e servir refeições econômicas e agradáveis. Ao redor deste edifício central estão localizados os espaços destinados ao jardim de infância, locais de reunião e culto, escola para crianças mais velhas, biblioteca, sala de reunião de adultos, o comitê. O interior vazio do quadrado é destinado ao lazer, aos exercícios físicos e ao verde. Os alojamentos são situados nas

<sup>41</sup> IDEM, *Ibidem*. Pág. 14.

demais alas. Seu tipo básico é destinado a um casal com filhos pequenos, cujas exceções, como por exemplo, o maior número de filhos ou os filhos de mais idades, são alojados em dormitórios específicos, onde se localiza a sala do vigilante do andar. Em suas extremidades, a enfermaria e a hospedaria. No entorno desse quadrado haveria jardins e estradas que permitem as longas vistas do horizonte, ao mesmo tempo em que separam suas alas das áreas destinadas à agricultura coletiva. Estas, por sua vez, isolam para ainda mais longe as áreas destinadas às indústrias, matadouros e toda a sorte de atividade que pudesse trazer malefícios à higiene e à moral de seus trabalhadores se estivessem diretamente em contato com seus locais de descanso, sociabilidade e educação<sup>42</sup>.

Nesta linha, Charles Fourier (1772-1837) credita a constituição do *Homem Novo* à ruptura radical com as formas precedentes, tanto em relação às urbanas, com sua distribuição bárbara e confusa de edifícios e usos no espaço, lugares das precárias condições de vida dos trabalhadores, como a organização social baseada na família. Opõe-se, também, ao que chama de «forma simplista» de organização do espaço, identificada ao embelezamento urbano que age apenas sobre as áreas públicas da cidade ou sobre as fachadas dos edifícios, através de seus alinhamentos e gabaritos, expressão do *vício* da propriedade simples, restrita aos interesses individuais, que por sua vez se realiza em detrimento das possessões coletivas. A partir do momento em que se pudesse *garantir* a salubridade e o embelezamento dos espaços, tanto exteriores como interiores, apareceriam as *virtudes* da propriedade composta baseada nas possessões coletivas, as associação entre seus membros. Isto destina à arquitetura, portanto, um papel central, na medida em que é uma atividade que dá soluções formais a esses aspectos.



Seu modelo urbano consiste numa *unidade central* mais dois anéis concêntricos. Neste centro, casas isoladas uma das outras por meio de jardins, com distanciamento determinado em função de suas alturas e suas fachadas alinhadas. Uma forma de preservar a proporção e garantir unidade construtiva. A taxa de ocupação do solo, a partir desta solução, *deve* ser de metade construída e metade vazia. No segundo anel estão localizadas as grandes fábricas, cuja ocupação não deve superar um terço do solo. E no terceiro anel, avenidas e subúrbios, cuja ocupação se restringe à quarta parte do solo. Entre esses anéis, relvas e plantações que asseguram o trabalho e a vista para o horizonte. A *comuna tipo* é um lugar destinado para 1600 pessoas, numa nova construção de propriedade social, denominada *Falanstério*. Na sua parte central estão localizadas as atividades de tipo *tranqüilas*, como refeitório, conselho, biblioteca, salas de estudo. Em seqüência, o templo, a torre da ordem, o telégrafo e o correio. Nas alas subseqüentes, hospedarias, salas de banho, salas de reunião com visitantes. Nos extremos estão separados e localizados os lugares destinados às atividades ruidosas como as oficinas, as

<sup>42</sup> "Para transformar radicalmente a condição e o comportamento dos desfavorecidos, é preciso retirá-los do meio cuja nefasta influência sofrem atualmente, colocá-los em condições adequadas à constituição natural do homem, condições estas que não podem deixar de melhorar sua sorte, o que é do interesse de todas as classes". Robert Owen em: IDEM. *Ibidem*. Pág. 64.

indústrias e as crianças. Os alojamentos são apartamentos individuais, ligados entre si e com o resto do edifício (as salas de relações públicas, salas para atividades específicas e seus ambientes de apoio, gabinetes de trabalho) através de ruas-galerias cobertas por vidro, funcionais e climatizadas, livre das imposições das intempéries. Por fim, o pátio interno voltado para si mesmo, é destinado a jardins e aos passeios.

Victor Considérant (1808-1893) é um seguidor de Fourier<sup>43</sup>. Ele identifica diretamente as contradições sociais com a desordem do ambiente construído. Esta aparece na justaposição caótica dos alojamentos, de animais, de fábricas e serviços. Assim o problema da *superpopulação* e da precariedade desses espaços *deve* ser combatido a partir de um ordenamento sócio-espacial, da *separação* e *reunião* dos elementos do *caos* segundo sua classificação por gêneros e espécies. Este ordenamento de espaços e atividades segue a lógica produtivista e a do bem-estar, que por si conduziram às relações sociais harmoniosas erigidas contra a segregação. Seu modelo prototípico se origina no Falanstério, desenvolvendo-o. O edifício é uma unidade autônoma, uma mini cidade (em oposição deflagrada ao real), contendo todas as funções urbanas desejadas para assegurar a constituição do *Novo Homem*, realizadas a partir das técnicas existentes, da razão e, por consequência, da idéia engendradora da beleza.



Etienne Cabet (1788-1856) seguindo a influência dos autores anteriores coloca grande importância nas idéias de *rendimento* e *eficiência*, que no limite, justificariam seu sistema proposto de coação e de repressão. Como os outros, ele identifica a desordem do meio construído a uma irracionalidade social e propõe seu modelo redentor baseado fortemente nas noções de *higiene física e moral*. Este seu ordenamento se inicia com a utilização dos recursos formais da geometria e do paralelismo como soluções dadas para a setorização e hierarquia urbana. Os alojamentos são dispostos em bairros essencialmente homogêneos, produto de consultas e concursos que definiriam a *forma-ótima* a ser reproduzida incessantemente. Este procedimento *deveria* ser reproduzido em todas as instâncias, desde outros usos, outros equipamentos, até mobiliários, a partir de uma forma idealizada de participação democrática que se realizaria através assembleias e grupos de trabalho. Por sua vez, esta participação refletiria as linhas mestras da divisão social do trabalho, que conduz a uma prática social ordenada e eficiente. Em sua aparência, esses bairros reproduzem os mais belos exemplos de monumentos e arquiteturas das cidades das principais nações, um conjunto de simulacros, o «resumo do universo terrestre», uma forma de garantir a não monotonia das soluções idealizadas.

Seu ordenamento prossegue com a adoção de medidas sanitárias capazes de garantir ar, água e insolação necessários ao conforto ambiental. A normatização construtiva, a classificação de materiais destinados a usos específicos e o seu ordenamento devem ser realizados tanto dentro de um alojamento quanto nas áreas públicas. No interior de um edifício,

<sup>43</sup> "Depois de viver num falanstério, onde a população de 2000 pessoas pode entregar-se a todas as suas relações civis ou industriais, ir ao trabalho, ver seu mundo, circular" (pelas ruas-galerias) "das oficinas aos apartamentos, dos apartamentos aos salões de baile e de espetáculos, ocupar-se com os negócios e com os prazeres, ao abrigo das intempéries; depois de viver dois dias nesse meio régio, quem poderia suportar as cidades e aldeias civilizadas, com suas lamas, suas imundices?". Victor Considérant em: IDEM. *Ibidem*. Pág. 83.

depósitos, cozinha, refeitório, salas de reunião e dormitórios, *devem* seguir a lógica de produção e de eficiência, evitando contradições entre os usos. Nas áreas públicas, a separação de tipos de transporte e circulação (pessoas ou cargas, pequenos veículos ou trens e barcos), além dos sistemas de abastecimento, saneamento e drenagem, permitiriam alcançar a desejada assepsia dos espaços. Seu ordenamento termina na higiene moral de seus ocupantes. Não são permitidos quaisquer usos «desviantes», como cabarés, tabernas, cafés ou pequenas lojas. Tudo deve ser padronizado, de comportamentos a espaços, em função do funcionamento ótimo do modelo.

Pierre-Joseph Proudhon (1809-1863) parte de uma recusa explícita aos modelos nostálgicos do passado. Ele compreende que a indústria tem um papel fundamental na constituição do *Novo Homem* através da racionalização do meio e de seu comportamento. Ao desenvolver a linha de raciocínio baseada no ordenamento sócio-espacial e nos moldes da eficiência e da higiene, aparece com a idéia de *Cidade Funcional*, que se erige em oposição às realizações arquitetônicas identificadas ao academicismo passadista dos monumentos. Seu objeto de referência são os novos mercados públicos<sup>44</sup>. Para ele, os materiais produzidos pelo conhecimento moderno e pela indústria, como o aço e o vidro que cobrem os mercados, fazem banhar de luz as «trevas de tifo» das pesadas construções passadistas de alvenarias e suas ordens estéticas, as fachadas, fechadas e escuras. Esta simplicidade resultante de uma razão técnica deve engendrar novas soluções construtivas para os alojamentos. Casinhas funcionais, isoladas uma das outras, para pequenos proprietários. Moradia associada a uma produção agrícola ou manufatureira, base de sustento de um banco de trocas.

Benjamin Ward Richardson (1828-1896) também lança mão de um modelo ideal de aglomeração urbana. Assim o faz em oposição à precariedade dos espaços decorrente das altas densidades populacionais em alguns setores da cidade, que por sua vez provocam a precarização das condições sanitárias em função das formas construtivas realizadas. Seu modelo ideal busca resolver essas questões de densidade e de higiene propondo uma *distribuição* racional e *homogênea* da população sobre o território, construído e regulado segundo a abundância de ar, de água, de luz e entremeado de áreas verdes e jardins. Esses espaços *devem* se livrar dos odores fétidos e fumacentos das fábricas e da confusão de chaminés das cozinhas. As coberturas dessas edificações podem ser ocupadas mediante a utilização de materiais modernos e adequados, como o asfalto, por exemplo, que proporcionam uma sucessão de terraços-jardins, permitindo o banho de sol e o embelezamento do conjunto edificado. As medidas sanitárias visam estabelecer condições mínimas de habitabilidade, através da especificação de materiais funcionais à assepsia, tal como ladrilhos e azulejos, e de dimensões determinadas e volumes mínimos de ar específicos para cada ambiente. Os alojamentos são controlados e fiscalizados por autoridades sanitárias, *superintendentes*, que assegurariam a realização de suas funções essenciais: comer, higienizar-se, dormir. Necessidades mínimas identificadas ao alojamento que devem ser satisfeitas. Já as atividades relacionadas ao trabalho,

<sup>44</sup> "O ideal de um mercado, onde se acumulam materiais que se decompõe rapidamente, seria que fosse a céu aberto; mas como a inclemência do nosso clima não o permite, o melhor seria que a cobertura fosse de algum modo suspensa, como uma lâmpada no teto; se ainda faltasse ponto de apoio podia se recorrer a colunas que sustentassem o teto, mas que ocupassem o menor lugar possível; muito ar, muita água, tal era o programa utilitário, sanitário. O engenheiro dos mercados centrais entendeu isso: nada sobra em seu monumento; ele só buscou o simples e encontrou o grandioso". Pierre-Joseph Proudhon em: IDEM. *Ibidem*. Pág. 97. Impossível não associar estas imagens de Proudhon às de Le Corbusier. Este, em seu tempo, reverencia as formas modernas, funcionais e racionais das pontes, carros, aviões e transatlânticos, produzidos pelos engenheiros e em oposição ao academicismo passadista dos arquitetos. Cf. LE CORBUSIER. *Por uma arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 1994.

lazer, cultivo ao corpo, devem ser realizadas em áreas específicas, separadas das moradias, corroborando para o zoneamento e especificação de funções separadas no espaço da cidade.

John Ruskin (1818-1900), na linha dos modelos culturalistas, identifica a pobreza da arte, da arquitetura e do planejamento urbano com o processo de *reificação* do trabalho, decorrente do modo de produção industrial, que se baseia na busca incessante do lucro em detrimento das forças essenciais humanas identificadas, por exemplo, ao trabalho artístico. A *virtude* deste trabalho seria a de produzir *obras*: a cidade pode ser assim mais apreciada que a própria natureza, pois nela os seus trabalhadores livres se vêem como num espelho. No entanto, a indústria produz a repetição e induz a uma simplificação forçada dos atos e artefatos produzidos, que resulta na pobreza a qual as cidades industriais estariam sendo destinadas. A diversidade *deve* se erigir contra a repetição e a monotonia, causas do tédio e do desinteresse das formas fragmentadas e justapostas da cidade. A diversidade é um aspecto da Natureza, que seria reproduzida na cidade através do trabalho artístico, seu espetáculo e sua unidade.

O modelo urbano que Ruskin tem em mente é o das ruas medievais, uma complexa unidade de monumentos e de construções simples resultantes da contribuição individual de cada construtor. A diversidade dessas formas está em «harmonia solene», na medida em que uma se ergue com relação à outra pré-existente, num processo de autovalorização pelo auxílio mútuo. O artesanato é sua forma elementar de trabalho, pois não aprisionaria o corpo, tornando-o refém de máquinas ou de movimentos sincronizados e repetitivos. Essa harmonia das formas e dos atos é a maneira pela qual se constitui a cidade enquanto comunidade, em oposição à obsolescência das atividades e de seus produtos: as casas e a cidade, e principalmente, seus produtores, homens e mulheres moribundos reféns de um poder alheio.

William Morris (1834-1896) também é tomado pela idéia de arte e de beleza. No entanto ele se diferencia de John Ruskin por seu envolvimento com uma militância de esquerda. Ele não menospreza o progresso, mas também se apóia em relações pré-modernas de trabalho como modelo de sua utopia. O *belo trabalho* só pode ser a expressão de uma cultura total, patrimônio da classe trabalhadora. No entanto, o contexto industrial, objeto de suas investidas, está conduzindo ao seu contrário: produtores alheios à produção e aos seus produtos. Diz ele: "cada nova construção, ao invés de ser testemunho do progresso, é sempre mais vulgar e mais feia que a realizada anteriormente". Esta degeneração da construção como arquitetura, como um particular da degeneração geral dos produtos, seria decorrente da banalização do trabalho e do trabalhador submetido à indústria<sup>45</sup>.

Seu modelo, por um lado, critica a estreiteza pela qual as formas utópicas identificadas ao modelo de Fourier satisfazem as necessidades sociais, identificando-as como «refúgios de pura indigência» na medida em que faltaria a satisfação de necessidades para além das estritamente materiais, isto é, as necessidades espirituais. Por outro lado se opõe às grandes cidades produzidas pelo trabalho banalizado da indústria, densas e *ilimitadas*. Elas devem ceder lugar às pequenas cidades, que expulsam de suas imediações a indústria banalizada e banalizadora. Deste modo, a aldeia rural destruída pelo processo

<sup>45</sup> "Por sua natureza própria, o antigo artesanato, até a Renascença pelo menos, implicava um trabalho inteligente; em nosso caso trata-se ou de um trabalho que não é inteligente, ou de um trabalho de escravos, motivo suficiente para a degradação da arte, já que significa o desaparecimento da arte popular, da civilização. A arte popular, a arte que resulta da cooperação de numerosos espíritos, de temperamentos e de talentos diversos, onde cada um subordina sua atividade à da comunidade, sem perder a individualidade, esta arte é inestimável e sua perda irreparável". William Morris em: IDEM. *Ibidem*. Pág. 131-132.



de expansão das cidades industriais sobre o campo, ressurgem das cinzas como uma fênix para se tornar *o modelo* ideal a ser seguido. A oposição entre cidade e campo engendrada historicamente, é desta forma superada: as relações de trabalho comunitárias e artesanais, historicamente localizadas no campo, encontram as virtudes do trabalho intelectual da cidade, produzindo a partir dessa união harmoniosa, uma vida feliz e cheia de prazeres.

#### ASPECTOS DA DISCIPLINA

Além de possíveis semelhanças e desdobramentos que esses modelos utópicos apresentam em relação ao nosso conjunto de Conjuntos, por exemplo, no que se refere à delimitação rigorosa ou não dos espaços, as formas de produção mais alinhadas à indústria ou ao artesanato, a especificação anterior de usos e necessidades ou sua abertura à imponderabilidade do devir; eles nos servem também para analisarmos o papel da *concepção de modelos* em um momento separado de sua realização efetiva, isto é, que essas cabeças pensantes não chegam a pôr suas concepções em movimento, em situações reais e concretas, portanto complexas e contraditórias, de realização. De um lado, se olharmos diretamente os resultados desses modelos, poderemos refletir sobre a *pretensa* forma de disciplinamento social mediada pela ordenação espacial, fruto de concepções *históricas* de razão e beleza; e por outro lado, em decorrência, que esta separação e estranhamento seriam fruto diretamente do contexto histórico que as compõem, o qual teria impossibilitado a esses socialistas utópicos, a percepção de formas materiais e concretas de superação efetiva.

Nos termos da *disciplina*, poderíamos pensar que a concepção analítica das funções e atividades humanas, por sua vez, passíveis de se expressarem e se realizarem mediante o espaço específico e determinado, seria a forma, talvez inconsciente, de realização desses modelos. Isso, em certa medida, reitera o estranhamento essencial entre trabalhador e trabalho, que reduz o *Homem* a modelos de cunho científico, portanto, a uma *Cóisa* que toma seu lugar central na constituição da humanidade do Homem. O que é *conhecido* aparece como o resultado de um saber e de uma razão, portanto, como forma desejável de expansão e domínio do Homem sobre a Natureza. O *desconhecido*, por outro lado, limite imposto pelas formas de conhecimento, aparece como desvio do real, como irracionalidade e desordem. Deste modo, o *outro*, aquele que sofre ou é afetado pelos modelos, não existe enquanto Ser e Saber, mas sim, apenas, enquanto objeto de modelos concebidos, portanto, objeto das coisas. Se as contradições do real poderiam aparecer como ausência de razão, esta, por sua vez, expressada pelos seus próprios cidadãos, seria necessário ordenar ao mesmo tempo o território bem como suas atividades e formas de apropriação, especificando em pedaços a relação uso-espaço, através das formas históricas das ciências.

A disciplina divide e distribui os indivíduos no espaço<sup>46</sup>, restabelecendo novas fronteiras e cercamentos. Ela *define* um espaço, dá-lhe um fim, determina uma *região*, um *limite*, (justa) põe em relação atividades sociais. Ela classifica, ordena, engendra um processo hostil de *equivalência*, desconstitui relações pré-existentes e as constitui à sua maneira, estabelece

<sup>46</sup> "O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quantos corpos ou elementos há a repartir. É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde é e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico". FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes 1987. Pág. 123.

uma fronteira entre o permitido e o proibido, uma divisão, uma *di-visor*, em função de um saber e de uma autoridade. Um *autor*. Fragmentos justapostos, unidos enquanto separados, segundo uma ordem e uma hierarquia, resultando numa totalidade homogênea. Totalitária e totalizante. O espaço da disciplina é *celular*. Uma unidade mínima e uma localização funcional. Uma atividade determinada, um tempo e um gesto. Separação e repetição. O indivíduo tomado em sua *função* cola-se a este espaço pré-determinado e *pré-definido*. Sua posição social, sua relação com o funcionamento de todo o conjunto, identifica-se à sua posição espacial. Esses espaços ordenados e assentados sobre a *idéia* de emancipação se identificam, ao espaço dos movimentos repetitivos, ao espaço dos trabalhadores, ao espaço destinado a trabalhadores. A disciplina engendra uma *eficiência*, potencializada pela divisão social e técnica do trabalho, concorrência e cooperação, enquanto a totalidade esquartejada é recomposta através de uma unidade aparente, visual e *espetacular*.<sup>47</sup>

Caberia nos indagarmos se a forma urbana que assume o Conjunto Habitacional poderia ser identificada, portanto, como fruto de uma *racionalidade* e de um sistema de integração e separação de partes autônomas segundo uma lógica e uma eficiência produtiva, tal qual a exposta nos termos da *disciplina*. Por um lado, à habitação se adiciona a totalidade dos momentos e movimentos da vida, do cotidiano, pré-determinados e colados às formas e instituições correspondentes: na fábrica, na eficiência doméstica da reprodução da força de trabalho, na escola, no posto de saúde, no teatro, no parque e na praça. Nestes lugares, come-se, higieniza-se, diverte-se e dorme-se. Cada espaço e cada tempo são reduzidos à sua unidade mínima, celular, correspondente a uma atividade e a um tipo, uma ordem, uma espécie e uma classe. Neste sentido, o desenvolvimento das forças produtivas (como causa e conseqüência do desenvolvimento da divisão social do trabalho) estende seu campo de ação sobre as relações pré-existentes, seus grupos sociais e seus territórios, múltiplos e heterogêneos, dividindo-os, subdividindo-os, tornando-os eficientes. Cada pedaço um uso e uma forma de administração.<sup>48</sup>

Por outro lado, não podemos fetichizar as formas e os dispositivos disciplinares. Não bastam as boas ou más intenções, elas têm que ser postas em movimento. Ainda que haja vontades estranhas de se instaurar tais dispositivos, elas não são correspondidas necessariamente, como uma relação causa-efeito, com as formas de ocupação e apropriação do espaço (podemos notar isso, mesmo que brevemente, na pesquisa de campo registrada no Capítulo 3 «Conjunto de Situações»). A homogeneidade espacial, fruto de concepções analíticas, é vivida de diversas formas pela heterogeneidade social. Ela é, portanto, vivida e transformada. Mesmo assim, cabe pensarmos sobre a finalidade e a possibilidade de instrumentalização do espaço, fundado na separação essencial entre produtor, produção e produto, por sua vez, baseada na legitimação do «discurso competente<sup>49</sup>» que se utiliza da ciência como forma e expressão da razão e do conhecimento. Essa possível instrumentalização transforma as relações sociais em objetos de modelos e, também, reduz as possibilidades de transformação sócio-espacial a partir da *experiência*, na medida em que são concebidas no interior do estranhamento.

<sup>47</sup> Cf. DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

<sup>48</sup> «Os territórios estariam ligados a uma ordem de subjetivação individual e coletiva e o espaço estando ligado mais às relações funcionais de toda espécie. O espaço funciona como uma referência extrínseca em relação aos objetos que contém. Ao passo que o território funciona em relação intrínseca com a subjetividade que o delimita. (...) [os] equipamentos coletivos, de certo modo, são instrumentos para fabricar espaço e tornar liso o território. Para que o território possa ser traduzível, para que ele possa ser tomado em relações de comunicação, que ele possa entrar em relações funcionais com os conjuntos sociais. E isso correndo até o risco de mutilar os territórios existentes nos quais estas cidades estão se inserindo». GUATTARI, Félix. *Espaço e poder: a criação de territórios na cidade*. Revista Espaço e Debates, Nº 16. Pág. 110-111.

<sup>49</sup> Cf. CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 2001.

#### D. IMPLICAÇÕES SOBRE O CONJUNTO HABITACIONAL

Nos movimentos anteriores discutimos a idéia de acumulação capitalista através da produção do espaço, onde a *propriedade privada* aparece como uma forma econômica e ideológica de sua realização; e a idéia de que a concepção de *modelos a priori* contribui com a organização da produção e reprodução especificamente capitalista, onde a cientificidade aplicada a estes modelos aparece como uma forma econômica e ideológica de realização, também. Nestes dois movimentos, os aspectos ideológicos se associam ao econômico e, por sua vez engendram especificidades técnicas para sua realização.

Pois bem. Aqui neste sub-capítulo tentaremos analisar como essas duas concepções implicam na forma de produção de espaço associada à tipologia de Conjunto Habitacional. Tentaremos observar de uma maneira não restrita a aspectos isolados (podendo-se fetichizar os referentes à técnica, à terra ou ao trabalho, isoladamente), mas tentando perceber através de suas possíveis relações. A produção de Conjuntos Habitacionais pode ser considerada como uma produção particular da Indústria da Construção Civil. Esta, por sua vez, como uma particular da produção em geral.

Como visto, o «problema da habitação» surge no contexto de precarização ambiental promovido pelo mercado rentista, no qual beneficiava o aluguel de habitações em detrimento de suas vendas. Essa precarização ambiental dá a legitimidade para a intervenção pública, particularmente pela provisão de moradias e equipamentos coletivos por meio dos Conjuntos Habitacionais. Se naquele momento anterior as *rendas* (fundiárias e imobiliárias) apareciam como principal forma econômica de remuneração do capital investido na produção do espaço, neste momento posterior são os *lucros* (e juros) que remuneram o capital investido em grandes empreendimentos. Esta transformação, por sua vez, não se restringe à habitação: é a cidade inteira que se transforma com a passagem da «cidade comercial» para a «cidade industrial»<sup>50</sup>.

Porém, com a paulatina incorporação de trabalho à terra, intensificando-se capitais dentro de uma mesma fronteira, os interesses imobiliários (baseado na extração de *rendas*) parece ressurgir como forma econômica preponderante de remuneração do capital investido na produção do espaço. Acentuam-se os processos de *Renovações Urbanas*. Seria um novo mercado rentista? Independente de qual seja seu nome, cabe destacar que a reserva de valor fixa em um pedaço de terra dá a esta «parcela do globo terrestre», captada sob forma de *propriedade privada*, a possibilidade de se tornar uma renda capitalizada. Uma valorização futura. Isso, por sua vez abre portas às formas de *financeirização do espaço*. Bom, isso seria uma longa discussão se fôssemos tratar dela. Deixemos para outra ocasião. Pelo momento, passemos por esse movimento enunciado, sendo que desejamos destacar alguns aspectos referentes à própria atividade da Arquitetura, que se transforma no interior deste processo de transformação das relações de produção do espaço.

#### EIS AQUI O GRANDE CONJUNTO

A provisão de moradias e equipamentos coletivos por meio de Conjuntos Habitacionais vai paulatinamente deixando de ser uma forma residual de produção do espaço para se tornar, junto com as demais formas sistêmicas de produção, um elemento que estrutura o espaço urbano como um todo. Sua complexidade se desenvolve conforme se desenvolve a complexidade das relações de produção, as forças produtivas, tais como as infra-estruturas de transporte, de saneamento e de energia, habitações, localizações das empresas, trabalhos, serviços, equipamentos, lazer. Mas essa forma sistêmica

<sup>50</sup> Podemos destacar como paradigma de «cidade comercial» a cidade de Veneza; e como paradigma de «cidade industrial» a cidade de Los Angeles.

torna-se central, na medida em que transforma as *formas* de produção existentes, ajustando-as às suas determinações. Assim, é um processo que teve que se despir de aspectos *morais*, simplesmente baseados no apelo à razão ou na «vontade política», como forma de superação das contradições pré-existentes. É uma forma que está em movimento. Ou ainda em disputa e construção. Para se cumprir as promessas de atingir a escala de grande abrangência, acaba por negar seu caráter idealista, que hipostasia uma nova forma de sociabilidade, que por sua vez se identificava à beleza das soluções arquitetônicas e urbanísticas. Essa negação «dá lugar<sup>51</sup>» às soluções de caráter economicista, decorrentes do aumento da produtividade e cuja racionalidade germinal se exaure nas experiências monótonas e repetitivas dos *Grands Ensembles*, realizadas tanto na reconstrução do pós-guerra europeu como no desenvolvimentismo da ditadura militar brasileira.

A presença do arquiteto e da Arquitetura nesses empreendimentos de grande porte, suas muitas unidades habitacionais, além dos equipamentos e serviços coletivos correspondentes, se dá mediante uma determinada posição que esta atividade ocupa no interior do processo produtivo e suas correspondentes formas de divisão de trabalho e especialização de saberes. Neste sentido, a quantidade de produto impinge uma qualidade de produção<sup>52</sup>. Assim, a forma de produção, associada à tipologia Conjunto Habitacional, é resultado de um desenvolvimento histórico de disputas políticas que imprimem uma forma de racionalização da produção capitalista associada à indústria da construção civil e à valorização da terra. Isso interfere, por um lado, no próprio produto, sua arquitetura e o urbanismo específicos de conjuntos habitacionais em geral, e por outro lado, na própria atividade do arquiteto, como mais um agente que contribui com o movimento da máquina produtiva. Esta *forma* é a expressão, por assim dizer, de uma forma-ótima de produção dos equipamentos coletivos, das unidades habitacionais e infra-estruturas, que ao longo do processo histórico resultam na redução das equivalentes necessidades sociais a serem satisfeitas, através do adensamento dessas unidades, da redução de áreas verdes, da redução das dimensões volumétricas dos edifícios, da estreiteza dos equipamentos coletivos e das infra-estruturas. Portanto, este processo de produção é resultado de uma forma específica de divisão técnica de trabalho baseada na produção serial, normatização e estandardização, que se realizam sobre as formas sociais de repartição da propriedade fundiária e os valores de mercado decorrentes. A arquitetura produz a indústria e a indústria produz a arquitetura.

<sup>51</sup> Se nos restringirmos à análise das transformações das *formas* de produção corremos o risco de autonomizá-las com relação às disputas políticas que lhes sustentam. Neste sentido, não devemos tratar tal processo simplesmente como um fenômeno, e sim como uma construção histórica que está em disputa. Agradeço a Aida Nogueira por ter gentilmente lido meus rascunhos da dissertação e tecido alguns comentários, dos quais destaco o trecho a seguir: “Por exemplo, o grupo de Reidy, que atuava dentro do Estado (DHP), batalhava por um programa habitacional muito interessante, e que teve na produção de Pedregulho o seu ponto alto. Esse departamento existiu por 15 anos. Foi extinto por Lacerda, depois de uma campanha de difamação contra as pessoas desse departamento. Lacerda, a pessoa que iria tomar um papel de proa na formação do BNH e de suas políticas (...)”.

<sup>52</sup> “O problema da «organização» da produção de construções não só afeta as empresas, ainda que isto seja o aspecto essencial, mas que afeta também a outras profissões e sobretudo os arquitetos: por trás do mito do artista-criador-solitário-profissão liberal, a «profissão de arquiteto» sofre profundas transformações: transição do modo artesanal ao modo de produção capitalista (do pequeno processo onde o arquiteto efetua por si mesmo a maior parte do trabalho, ao processo importante no qual o «patrão» é fundamentalmente um homem de negócios que emprega vários arquitetos) e evolução do lugar ocupado pelo «arquiteto» na divisão social e técnica do trabalho”.

PRETECEILLE, Edmond. *La producción de los “Grands Ensembles”*. Barcelona: Gustavo Gili, 1976. Pág. 22.

Porém, cabe salientar que a noção de «artesanal» associada à produção da Indústria da Construção Civil não dá conta de explicar suas especificidades. A idéia de industrialização por meio exclusivo de maquinaria é uma transposição ruidosa das formas de percepção da indústria em geral para a especificidade da Indústria da Construção Civil. Nesta, seus aspectos de desenvolvimento e racionalização industrial se relacionam às formas de cooperação sem que seja, necessariamente, imprescindível a utilização de maquinaria. Cf. CORIAT, Benjamin. *O processo de trabalho de tipo «canteiro» e sua racionalização*.

Tradução de Jorge H. Oseki, mimeo, s.d.; e PEREIRA, Paulo Cesar. *Espaço, Técnica e Construção*. São Paulo: Nobel, 1988

Esta forma de produção condiciona a provisão de equipamentos, serviços coletivos e infra-estruturas à lógica da produção e do mercado imobiliário. Assim as políticas sociais (saúde, educação, transporte, etc.) das secretarias de governo, bem como as suas formas específicas de financiamento, seguem a dispersão e a irracionalidade da *operação* da produção desses *Conjuntos*, ocasionando custos de deslocamentos intra-urbanos que não são computados e comprometendo a efetividade das próprias políticas setoriais. A terra, a propriedade do solo, determina ao menos em parte, o processo de produção, em função de sua forma, dimensão e estrutura, mas também em função de seu preço, que deve ser compatível com os capitais investidos e os lucros presumidos, reproduzindo as estratégias de especulação e valorização que a propriedade jurídica do solo garante. Assim, o planejamento das políticas públicas, tanto em sua especificidade e autonomia, quanto à sua expressão urbana, ficam comprometidas pela própria racionalidade do modo que operam.

Deste modo, moradias, equipamentos, serviços coletivos e infra-estruturas de transporte, saneamento e energia, a um só tempo, figuram como elementos da reprodução da força de trabalho, através dos salários diretos e indiretos, e como elementos da acumulação capitalista, através da extração da mais-valia nos momentos de produção e de reprodução, sem se esquecer que a relação entre salário e mais-valia se dá em proporção inversa: suas qualidades e quantidades se opõem uma à outra. No entanto, esta forma de provisão deve operar pela unidade entre esses opostos, pela identidade entre sua expressão de política social e sua expressão de política econômica, na medida em que reduz as necessidades sociais a serem satisfeitas, determinadas para a classe trabalhadora, às determinações funcionais à reprodução ampliada do capital. Esta necessária unidade entre as atividades e produtos parcelares, a fim de que se realize a massa produzida, determina a especificidade *formal* de cada empreendimento: os produtos autônomos de cada política setorial específica, sua forma social e econômica, são justapostos num determinado espaço produzido a partir e para as condições dadas pelas forças produtivas, pelas formas de distribuição da propriedade fundiária e pela luta de classes que dinamiza essa relação<sup>53</sup>.

O Conjunto Habitacional como uma forma capitalista de provisão e, portanto, também de política social, é resultado de sua forma específica de produção: o processo de trabalho que associa materiais, técnicas e mão de obra, é também um processo de valorização que se compõe de capitais variáveis, capitais constantes e mais-valia. Este capital operativo, por assim dizer, se associa aos de comércio e de financiamento para, deste modo, se realizar. A coordenação geral deste processo é efetivada pela forma de Capital que é dominante nesta composição, cujo domínio se refere à proporção do investimento desses capitais particulares em relação à massa total dessas *propriedades privadas* específicas que são investidas. Esse coordenador geral, esse *superintendente*, é aquele que efetivamente pode interferir no produto, em seus ajustes, nas suas formas de produção e de valorização econômica. É um processo que destituiu a Arquitetura e o arquiteto do *lugar* central dessa organização espacial e produtiva, relegando a estes, agora incorporados à divisão do trabalho, um papel, por assim dizer, secundário, fetichesco ou imagético: restar-lhe-iam as fachadas, as imagens apelativas e os discursos ideológicos que hipostasiavam simulacros de vida harmoniosa e feliz. As *imagens* se autonomizam da produção *efetiva* e a Arquitetura se reduz ao seu instrumento e à sua (ideo)lógica própria: o desenho puro e autocelebrativo.

<sup>53</sup> "Por um lado, a necessidade social de reprodução da força de trabalho, dentro da atual divisão social de trabalho, implica que os trabalhadores disponham de valores de uso complexos e uma socialização do consumo. Por outro lado, o desenvolvimento geral da acumulação capitalista se traduz por uma tendência à transformação de cada valor de uso particular em mercadoria que deve ser produzida e posta em circulação como tal, dentro de processos de produção e de circulação distintos e dominados pelo rendimento de cada fração de capital". PRETECEILLE. *Ob. cit.*, pág. 15.

*“Uma falsa dicotomia se estabelece e desabrocha entre arte e técnica. A arquitetura então, faz sobressair exageradamente seus traços irracionais (a opção plástica, a escolha que vai além do conhecimento possível) por uma espécie de vingança ou compensação; transfigura assim os seus traços numa irracionalidade regressiva. Esta hipótese afasta a técnica ainda mais da arquitetura e reforça numa batalha deslocada, enquanto a verdadeira causa se mantém imune. A falsa oposição entre a arquitetura e a técnica faz da produção um mistério para o arquiteto – e mesmo obstáculo. Doentia inversão: em vez de ser instrumento, mediação, as forças produtivas que dão corpo à realidade do projeto são percebidas como obstáculo; grosseira materialização onde se perdem as mais caras intenções. Porque é na produção material, na densa obscuridade da manufatura, que todos os conflitos tornam-se mais agudos, a arquitetura contornando a técnica e a técnica frustrando a arquitetura. (...) Se técnica e arquitetura, atividades teoricamente convergentes, se chocam, dando origem a uma deformação mútua, esta aparência nos remete à essência que ela esconde: a irracionalidade de exploração, onde a violência se traduz tecnicamente na manutenção forçada de uma forma arcaica de produção”.*<sup>54</sup>

Desta forma, a produção oficial, que se desinteressou pela arquitetura, encontrou nas condições históricas, isto é, no incremento demográfico, no déficit habitacional, na *crise da habitação* e nas políticas sociais decorrentes, o lugar da extração de lucro, juros, renda. Associa o acesso do trabalhador à pequena propriedade privada da terra, que *parece* se opor à separação fundamental entre o trabalhador e os meios de produção (condição da acumulação originária), aos seus efeitos sociais pacificadores, pela *aparente* supressão das desigualdades sociais e pela incorporação dos trabalhadores à pequena burguesia: cada um isolado em seu jardim privativo, exercendo suas atividades artesanais, onde a vida sadia e dócil os afasta das «tabernas imorais e subversivas». O *Conjunto Habitacional* é (não outra coisa que) a exacerbação da propriedade privada<sup>55</sup>. Privação, seja na fragmentação em pequenas unidades comercializáveis, seja na fragmentação das atividades relacionadas que priva(tiza)m o próprio modo de conceber e de produzir.

As políticas habitacionais de lá (HLM) e de cá (BNH)<sup>56</sup>, são momentos em que as instituições do Estado proporcionam, através da seguridade da produção e da realização desses investimentos, as condições para que o capital se reproduza por si. É um processo que contribui para a acumulação capitalista privada baseada na indústria da construção civil, ao extrair altas taxas de mais-valia, através das precárias condições de trabalho, e possibilitar incorporá-las à terra, contribuindo com a elevação dos preços e a constituição de um mercado imobiliário. A *racionalidade* da produção, que exacerba os fragmentos e se submete às formas de distribuição da propriedade fundiária, se expressa numa *irracionalidade* urbana, identificada com o caos e a crise da cidade que perde seus limites e seus contornos, e que proporciona a desestruturação do tecido social: homens e mulheres reduzidos a uma forma equivalente universal, «trabalhadores assalariados». Braços! Máquinas! Coisas! A pobreza *material* engendrada pela controversa repetição de formas homogêneas pelo espaço, destituído das rugosidades sociais, agora também é pobreza *espiritual*, ou a vida social sem sentido para além do capital.

<sup>54</sup> FERRO, Sérgio. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac e Naify, 2006. Pág. 205-206.

<sup>55</sup> Em oposição à idéia de que os Conjuntos Habitacionais Modernos aboliram a propriedade privada. Esta suposta *abolição* teria sido a responsável pelas formas de depreação e falta de adaptação dos Conjuntos-guetos europeus e norte-americanos, legitimando, inclusive, suas demolições.

<sup>56</sup> Cf. PRETECEILLE. *Ob. Cit.*, e BOLAFFI, *A casa das ilusões perdidas: aspectos sócio-econômicos do Plano Nacional de Habitação*. São Paulo: Brasiliense, 1977; respectivamente. As abreviaturas se referem: HLM – *Habitations à loyer modéré*; BNH – Banco Nacional de Habitação.



Conjunto Habitacional Pruitt Igoe

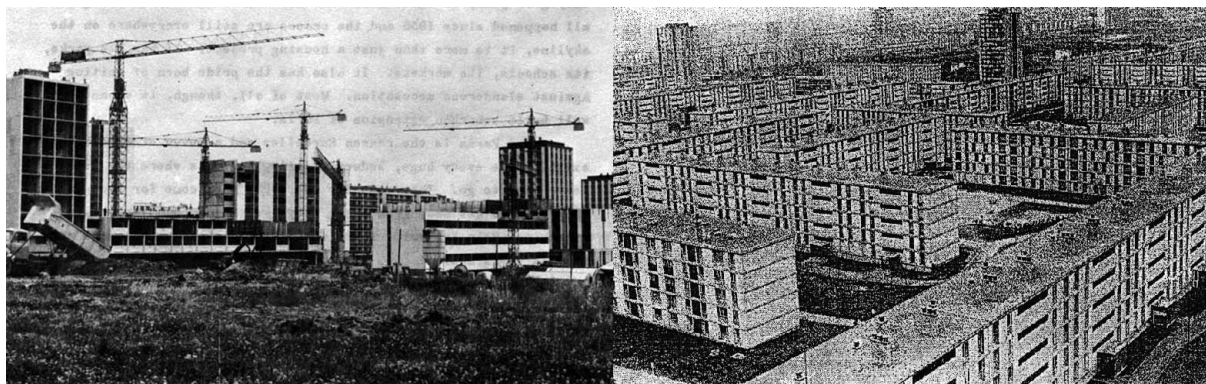
### O PROBLEMA DA HABITAÇÃO COMO INÍCIO E FIM DO PROCESSO

Este movimento aqui exposto, brevemente, nos auxilia a pensar e conceber a forma de produção por meio de Conjuntos Habitacionais como uma forma social que se desenvolve e se transforma a partir da história e das relações de produção. Ela sugere que a partir do modo de produção baseado nas *formas de renda* (o mercado rentista), que geram desvalorização da *força de trabalho* e dos *meios de produção*, engendram relações sociais que legitimam a intervenção do Estado no processo de produção, com a finalidade de se desenvolver a acumulação capitalista com base no *lucro e no juro* (os CIAM e IAP, por exemplo). No entanto, com a paulatina fixação de capital no espaço, decorrente do desenvolvimento do processo produtivo, volta-se a engendrar relações sociais baseadas nas *formas de renda*, tais como as renovações urbanas e os trabalhos com comunidades, palcos de diversos «ismos» arquitetônicos. Passemos a percorrer brevemente agora.

Os anos posteriores a 1970 marcam uma espécie de passagem da forma de produção baseada nos princípios da *Carta de Atenas*, com a forte presença do Estado em grandes empreendimentos, para as Renovações Urbanas, identificadas ao mercado especulativo e financeiro, com a expansão do liberalismo econômico e as privatizações dos serviços públicos. A demolição do Conjunto Habitacional *Pruitt Igoe* e os problemas sociais associados ao Conjunto Habitacional de *Sarcelles* são exemplos emblemáticos dessa passagem. A depredação e o abandono desses espaços, os altos níveis de insatisfação de seus moradores, a desagregação das comunidades, obrigaram os agentes envolvidos a buscar novas soluções arquitetônicas e urbanísticas para essa forma de produção<sup>57</sup>. O termo *novo* aqui não é empregado de uma maneira muito precisa, pois estas soluções diversificadas para a produção de habitação de interesse social já estavam sendo experimentadas há bastante tempo. O que o contexto sugere é que a forma hegemônica de produção (o grande Conjunto Habitacional) já não poderia mais ser reproduzida sem contestação<sup>58</sup>. Por outro lado, a situação de descontentamento com as condições de vida nesses

<sup>57</sup> Incluem-se nesse movimento algumas pesquisas de ordem sócio-econômicas para se tentar decifrar os problemas relacionados a esses espaços num contexto um pouco mais amplo. No caso da França, por exemplo, PRETECEILLE. *Ob. cit.*, e no Brasil, por exemplo, BOLAFFI, Gabriel. *Ob. cit.*

<sup>58</sup> Embora no contexto europeu e norte-americano esse modelo «entre em crise» a partir dos anos 1970, aqui no Brasil é quando passa a ser extremamente utilizado. O Plano Nacional de Habitação, assegurado pela estrutura do Sistema Financeiro de Habitação e o Banco Nacional de Habitação – SFH/BNH – durante a ditadura militar desses anos, consolida uma produção federal estruturada em termos de financiamento, aparato burocrático e produtivo; dando a largada para o aumento paulatino do número de unidades habitacionais produzidas. Bom, seus resultados arquitetônicos e urbanísticos são bem conhecidos. Embora reproduzissem aqui o modelo, suas soluções formais são infinitamente inferiores se comparadas às realizações do pós-guerra europeu ou às contemporâneas norte-americanas. Ainda por cima, produção esta, que *dispensou* o desenvolvimento das forças produtivas, cuja utilização de



Conjunto Habitacional Sarcelles

anos pós-1970 não deixa de revelar uma estranheza ao se realizar em plena *Affluent Society*, que teria garantido, por um lado, a satisfação de «todas» as necessidades básicas aos trabalhadores (resultado das políticas sociais empregadas pelo *Welfare State*, baseadas na educação, saúde e habitação) e por outro lado, o incremento do padrão de consumo da sociedade de uma maneira geral. O que estaria faltando?

O desenvolvimento dessas forças produtivas seriam as responsáveis pelo processo de deteriorização da paisagem urbana, identificada à suburbanização descontrolada e à expansão do tráfego do automóvel particular (o que implicaria num maior controle público sobre o processo de urbanização e a estruturação do espaço a partir dos sistemas de transporte coletivo), além de criar uma «cidade» não mais passível de ser reconhecida enquanto tal por seus habitantes. Neste momento se coloca a necessidade de *re-introduzir* o urbano, a necessidade de *des-homogeneizar* do espaço, a necessidade de se criar identidade entre o *espaço* e o *grupo social*. Deste modo, poderíamos chamar esses anos de *momento de inflexão*, pois é a partir daí que a produção de arquitetura e de urbanismo, que fará parte com maior destaque do debate internacional, se divide em duas *formas opostas* de se tratar o problema: de um lado, formas alternativas de habitação de interesse social, a partir de soluções contextuais e mais particularmente a partir do *trabalho com as comunidades*, e por outro lado, as *renovações urbanas* identificadas aos interesses do capital especulativo que tem como base a intervenção cirúrgica em pontos estratégicos da cidade. Estas experiências colocam maior acento nas iniciativas organizadas do setor privado e destinam, de certa forma, um papel secundário ao Estado<sup>59</sup>.

O que chamo aqui de *soluções contextuais* se refere, basicamente, na busca de uma produção identificada a certas tradições culturais e construtivas, adaptadas a um território e um grupo social determinados. Inclui-se, também, a busca da satisfação de *necessidades* e *desejos* revelados a partir do contato direto com esse grupo social. O *contexto*, sem prescindir de uma racionalidade construtiva, aparece como uma opção ao *genérico-abstrato* do modernismo funcionalista, que

---

procedimentos estritamente industriais, industrialização pesada, pré-fabricação etc., dá lugar à realização a partir das formas mais arcaicas de produção, com alta exploração da força de trabalho e em precárias condições.

<sup>59</sup> O termo *secundário* precisa ser mais definido, pois o Estado sempre está por trás destas intervenções, por exemplo, através das legislações urbanísticas, das formas de financiamento e provisão de infra-estruturas em geral. Os altos custos referentes a estas intervenções não são, normalmente, possíveis numa ação exclusivamente privada. Secundário, talvez, na forma de condução desses processos, nas estruturas de planejamento desses espaços, na diminuição das «políticas sociais» em benefícios das «políticas econômicas». Uma análise bastante fecunda do papel do Estado no Liberalismo encontra-se em: OLIVEIRA, Francisco de. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.



baseado nas relações de produção genéricas da indústria, promove formas urbanas e necessidades humanas também genéricas: a máquina de morar, o homem moderno, etc. Como exemplo de experiências de contexto tem-se a arquitetura identificada como o *novo empirismo* dos países escandinavos, que buscavam «humanizar o funcionalismo», ou que os edifícios deveriam servir aos *homens concretos* e não às *abstrações teóricas* de cunho geométrico ou econômico.

Mas também, *soluções contextuais* a partir da constatação de que em espaços deteriorados pode haver relações sociais bem estruturadas<sup>60</sup>, e que em espaços bem estruturados pode haver relações sociais deterioradas. A pesquisa em torno da relação entre *sociedade e espaço* engendrou práticas de trabalho com a comunidade, como a produção crítica e prática de *Alison & Peter Smithson* e os projetos de *Álvaro Siza* em *Haia*, na Holanda. São experiências que mostram bons resultados quanto às formas de arquitetura e urbanismo e da apropriação desses espaços por um determinado grupo social, que se constitui enquanto *grupo* ao participar do processo de concepção e de produção desses Conjuntos. Isso, no entanto, se realiza sem que o arquiteto perca o seu lugar no processo de definição das questões relacionadas ao espaço, sua *atividade de arquiteto*. Apenas identifica a produção de um determinado *espaço* à constituição de um *grupo social* que irá ocupá-lo. Em muitos casos, o trabalho com as comunidades se dá a partir da organização de um grupo social que passa a pressionar o poder público e, desta forma, assegurar soluções únicas para esses futuros ocupantes, que contribui para uma estabilidade desses espaços. No entanto acabam por se restringir à produção das moradias e seus equipamentos diretamente complementares ao grupo social marginal (por exemplo, os imigrantes no contexto europeu<sup>61</sup>), ficando de fora outras atividades necessárias à vida cotidiana.

Já as *renovações urbanas*, realizadas em áreas centrais degradadas (demolições de cortiços, de antigas áreas portuárias ou industriais, ou seja, de padrões urbanos obsoletos em relação aos colocados pela *Affluent Society*), passam a ser alvo e objetivo da especulação imobiliária, ligada ao mercado restrito dos grandes negócios bancários e financeiros, que buscam valorizar seu capital investido na produção desses espaços. Tal como



<sup>60</sup> Como por exemplo, a partir das fotografias de *Nigel Henderson* do bairro londrino *Bethnal Green*, que se revelou extremamente apropriado pelo conjunto de seus moradores. Mas também: JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

<sup>61</sup> A problemática referente ao estigma desses espaços, que concentram trabalhadores imigrantes justapostos aos trabalhadores *locais*, prejudicados pela concorrência com esses «forasteiros» é analisada por: BOURDIEU, Pierre (Coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2007.

no caso londrino (cenário do cotidiano *yupe*), as intervenções públicas de cunho cultural nas cidades, como a Paris de Mitterrand<sup>62</sup>, ou para situar a cidade no mapa daquelas que podem atrair investimentos externos (a competição entre cidades), como a Barcelona das Olimpíadas<sup>63</sup>. Essas experiências são palco da expressão de diversos «ismos» arquitetônicos, que propõem formas que qualifiquem esses espaços obsoletos, re-introduzindo uma diversidade *urbana* que foi destituída pelo planejamento funcionalista. Agora, sua forma cirúrgica de intervenção, em partes determinadas do tecido urbano «doente», associa-se à iniciativa privada e à desregulamentação da ação direta do Estado. Além de contribuir para crescimento das desigualdades sócio-espaciais, inclusive com a remoção de seus antigos moradores e usuários para *aqueles* Conjuntos Habitacionais distantes, limita a ação do poder público sobre o controle do território. Isso restitui a busca pela valorização a partir da especulação imobiliária, o que nos faz pensar se estariam re-introduzindo, também, uma nova forma de rentismo imobiliário, tal como aquele que foi, talvez, desmontado pela intervenção do Estado, no início do século XX, por causa, exatamente, das precárias condições de vida que estavam sendo relegada uma parcela específica de seus cidadãos.

#### A PRODUÇÃO DA CIDADE COMO MERCADORIA

Vimos até aqui, através da produção de habitações, que ela se altera ao longo do processo histórico. Seja em relação à quantidade de sua produção, seja em relação à sua qualidade, e aqui cabe destacar o papel da técnica e da arquitetura que estão inseridas no bojo deste movimento. Mas, também é importante destacar que a habitação produzida se insere num movimento mais amplo de produção social, no caso, do desenvolvimento



econômico e suas relações de produção. A partir deste ponto, é importante salientar que essa dimensão *social* da produção de moradias tem sua expressão, também, na própria forma urbana. Aliás, uma outra forma de dizer, que a produção urbana na qual está inserida a «questão da habitação» se transforma ao longo do desenvolvimento das relações capitalistas de produção. A produção do espaço se torna produção capitalista do espaço. Neste sentido, uma nova ordem é engendrada pela expansão das relações capitalistas de produção: a cidade começa a se constituir como um *meio de produção*, e o particular da *habitação* deve ser analisado através de sua dimensão social de produção, o processo de urbanização<sup>64</sup>.

A partir de que momento isto parece se tornar mais evidente? Entre 1852 e 1870, por exemplo, Barão de Haussmann inaugura em Paris sob Napoleão III uma forma de intervenção no espaço que iria posteriormente se expandir como modelo para outras cidades: a abertura de grandes «artérias» (o uso desse *termo*, ao se identificar ao corpo humano, seria uma

<sup>62</sup> Cf. ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. *Urbanismo em Fim de Linha e Outros Estudos sobre o Colapso da Modernização Arquitetônica*. São Paulo: Edusp, 1998; e IDEM, *O lugar da Arquitetura depois dois Modernos*. São Paulo: Edusp, 2000.

<sup>63</sup> Cf. ARANTES, Otilia, VAINER, Carlos & MARICATO, Erminia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

<sup>64</sup> É interessante perceber que nesse movimento que se inicia com a «entrada» do Estado na produção em massa de moradias através dos Conjuntos Habitacionais, por sua vez em oposição ao mercado rentista, termina, por assim dizer, com sua «saída» na reintrodução de formas rentistas de acumulação capitalista, que se dão através das renovações urbanas. Nestes dois momentos onde é acentuado o caráter rentista da acumulação, a problemática da cidade se revela mais claramente como uma totalidade de relações, não se fazendo aparecer apenas como um particular da habitação.

forma de se naturalizar as relações sociais?) de circulação sobre o traçado medieval da cidade não só intervém sobre os escombros das revoltas populares acontecidas nos anos anteriores, a Comuna de Paris, mas também abrem a cidade à nova ordem de produção: racionalização das vias expressas, estações para o sistema de transportes, especialização de setores urbanos, negócios e habitações, novas funções urbanas acessíveis por estes sistemas como grandes lojas e equipamentos, suburbanização, etc. A *cidade* passa a ser um grande negócio, que é sustentado por questões de ordem econômica, política e ideológica (a modernização...). Ela se transforma em cidade-mercadoria, cidade-meio-de-produção, sendo que a terra e a propriedade imobiliária são sua essência: um conjunto de localizações que dão suporte para um determinado quantum de trabalho socialmente necessário.

Deste modo, à relação entre *trabalho* e *capital* incorpora-se a *terra* como agente definidor da distribuição do produto social, ou o equivalente que remunera seus proprietários em decorrência de ser *simplesmente propriedade*. Esta forma tríade se constitui *capitalisticamente* através da desconstituição das relações sociais de produção pré-capitalistas, ou seja, as relações baseadas na propriedade fundiária feudal, asseguradas por divina providência. O capitalismo se desenvolve sobre essas relações, destruindo-as e as reconstruindo sob seus domínios, sob suas determinações, rompe as barreiras naturais, divinas ou monárquicas (que, como na igreja, é legitimado pela providência divina) que impediam a expansão da forma-mercadoria. As suas atuais barreiras são aquelas que o próprio processo constitui, isto é, suas contradições internas.

O espaço, ou mais especificamente a *produção do espaço*, é deste modo uma mediação necessária para esta forma tríade, entre trabalho, capital e terra, na medida em que estabelece uma relação, a um só tempo, entre as relações de produção, seja pelo avanço do capitalismo sobre as formas *futuras* de produção, seja pelo seu avanço sobre as formas *passadas* das relações sociais<sup>65</sup>. O primeiro em função do desenvolvimento das forças produtivas que vai paulatinamente abstraindo as determinações sociais concretas do trabalho através de sua equivalência geral, o *trabalho abstrato*, e o segundo pela incorporação da *propriedade da terra* como elemento que garante ao seu dono abocanhar parcela do trabalho social sem que este tenha contribuído com qualquer gota de suor de trabalho. A produção do espaço, portanto, estabelece uma relação entre aquilo que é *homogêneo* nas formas de produção capitalista e aquilo que é *único* dos tempos e lugares onde estas formas se estabelecem<sup>66</sup>. Deste modo, esse momento da *produção do espaço* é um lugar em que se podem explicitar as contradições do processo social e assim contribuir para a sua superação.

Para tanto a própria forma de se analisar a produção do espaço teve que se alterar. Para se perceber e explicar os *fenômenos* observados na urbanização, não mais bastava denunciar suas contradições. Assim, podemos pensar que esta determinada experiência histórica de constituição capitalística da produção do espaço abriu para seus contemporâneos possibilidades de pensamento, que a um só tempo visavam questionar as formas de produção bem como as formas de se refletir criticamente sobre tais eventos.

<sup>65</sup> Cf. LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

<sup>66</sup> Cf. OSEKI, Jorge. *O único e o homogêneo na produção do espaço*. Em MARTINS, José de Souza (org.). *Henri Lefebvre e retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.

## E. MOVIMENTOS NO PENSAMENTO

Nos movimentos anteriores tentamos analisar as relações que se estabelecem entre a produção do espaço e as formas de acumulação capitalista. Neste processo encontramos como um produto da reflexão um movimento que associa o «problema da habitação» a um processo que se inicia e termina com a remuneração de capital através do monopólio da propriedade privada. As rendas capitalizáveis. Porém, esta forma que se nos apresenta *às avessas* tem uma legitimidade social, seja por seus aspectos ideológicos, seja por seus aspectos políticos e econômicos. Daqui para frente tentaremos analisar aspectos teóricos que amparam estes movimentos anteriores, que por sua vez vêm a se encontrar com as condições materiais de produção, inclusive a produção do espaço, como meio de superação do caráter especulativo (abstrato) do pensamento. Esse percurso que iremos seguir, que se apresenta quase com um caráter de resumo e de imbricações entre os movimentos, não deseja contribuir com a vulgarização desses autores. Mas, apesar desse risco, creio ser importante fazê-lo, na medida em que pode contribuir, por outro lado, com a desfeticização de formas de pensamento.

Mais uma vez um projeto pretensioso...

### ATRAVÉS DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

A expansão das relações especificamente capitalistas de produção pode ser caracterizada como a constituição de uma ordem que se dá pela desconstituição da anterior. Assim sua racionalidade avança com suas bases materiais de produção e reprodução sobre as cidades pré-existentes, através de um processo extremamente contraditório. Porém, aos socialistas utópicos essas *contradições* não lhes aparecem como tal, como parte constituinte do próprio movimento, e sim como um sintoma de desordem e caos do sistema: a produção de um espaço fragmentado, a destruição das fronteiras e limites herdados da cidade comercial, o incrível crescimento populacional e seus amontoados de trabalhadores exilados do campo.

No entanto, seus instrumentos de análise eram a observação de fatos isolados, tais como a ordenação quantitativa e estatística para a criação de *leis* de crescimento. Eram a busca de se compreender o presente *fenômeno* da urbanização, através da eleição de causas e efeitos. No entanto, esse olhar, fortemente contagiado por preconceitos e juízos de valor de ordem *moral*, identificava a *imoralidade* e a *promiscuidade* dos assentamentos proletários à ausência de sentimentos humanitários e religiosos (outros juízos de valor morais), os quais puderam se desenvolver ao serem sustentados pelo positivismo das ciências sanitárias e médicas. Essa combinação (anti)explosiva teria sido a forma encontrada por esses pensadores de conter a «deterioração moral e física» da classe trabalhadora, proletariado urbano em formação, fonte de energia de trabalho para a indústria nascente. A partir disso, como já visto, as soluções para tais dilemas se encontrariam na *organização* e *planejamento* do território, das relações de produção e de reprodução. Uma forma de racionalização.

O processo de destruição-construção da cidade não poderia ser percebido como uma racionalidade na medida em que a própria idéia de Razão não permitiria *contradições*. Deste modo, embora os autores utópicos tenham realizado denúncias e ataques profundos às contradições de seu capitalismo contemporâneo, elas não poderiam ser explicadas através de seus modelos, na medida em que suas relações de produção, à época, estariam num estágio de formação e, portanto, ainda não amplamente desenvolvidas. Deste modo, a experiência em profundidade e complexidade das relações sociais, necessária às suas formulações teóricas, seria interdita para esses autores. Em função de não poderem explicá-las, não conseguiriam

contribuir com a sua destruição. Neste sentido, esses autores seguem os passos do pensamento iluminista do século XVIII onde a *Razão* é a sua *forma* de especulação filosófica. A *Razão*, para este pensamento, deve submeter todas as instituições e autoridades externas ao seu crivo. A religião, a concepção da natureza, da sociedade e da ordem estatal, devem ser postos em xeque, devem ser submetidas ao seu *império*. É pela *Razão* que as contradições engendradas na história seriam resolvidas. No entanto, esse *Império da Razão*, afirmado como universal e ontológico, é uma forma construída historicamente e, deste modo, reflete o contexto material que lhe produz<sup>67</sup>.

Esse momento histórico, do inicial desenvolvimento das relações capitalistas de produção, impunha o confronto e o antagonismo entre os *representantes* da velha forma de produção feudal, a aristocracia rural e a Igreja latifundiária, e os *representantes* da nova forma de produção, os burgueses e toda sorte de «trabalhadores explorados», que por sua vez participavam desse confronto na condição de *representados* pela burguesia. Os trabalhadores explorados ainda apareciam como uma classe proletária *em formação*, incipiente, na medida em que as relações especificamente capitalistas de produção, o confronto imediato entre *capital* e *trabalho*, ainda não eram possíveis<sup>68</sup>. Deste modo, a relação entre *burguesia* e *trabalhadores* se realizava de uma maneira ambígua, que por sua vez, não poderia ser compreendida pelo pensamento utópico, pois seus autores eram, de fato, representantes desta burguesia que solapava os trabalhadores<sup>69</sup>. Embora fizessem denúncias e ataques contra as contradições do capitalismo, as suas ações efetivas não poderiam ser também radicais sob pena desses ataques se voltarem contra si mesmos. Deste modo, denunciavam e atacavam como *ausência da Razão* a partir do interior da contradição. Ao imputarem à *Razão Absoluta* a resolução dos conflitos engendrados pela história, ao porem-na como universal, não poderiam compreender o processo histórico de sua formação, onde a falta de razão é, em verdade, a contradição entre diversas formas de racionalidade parcelares<sup>70</sup>. Assim, os sistemas utópicos lhes apareciam como perfeitos, porém ao não se basearem no processo histórico e geográfico, mas na *razão absoluta* (de quem e de onde?), para existir precisavam de um poder emancipador vindo de fora, um poder extraterrestre, um poder alienígena<sup>71</sup>.

<sup>67</sup> “Já sabemos hoje que esse império da razão não era mais do que o império idealizado pela burguesia; que a justiça eterna tomou corpo na justiça burguesa; que a igualdade se reduziu à igualdade burguesa em face da lei, que, como um dos direitos mais essenciais do homem, foi proclamada a propriedade burguesa; e que o Estado da razão, o «contrato social» de Rousseau, pisou e somente podia pisar o terreno da realidade, convertido na república democrática burguesa”. ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: Global, 1981. Pág. 30.

<sup>68</sup> Cf. MARX, Karl. *O Capital: Capítulo inédito (Cap. VI)*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

<sup>69</sup> Por um lado, elas precisavam estar *unidas* na disputa com os representantes feudais. Alguns levantes populares serviram e indicaram para isso, tais como o Luteranismo, Calvinismo e a própria Revolução Francesa. Elas se uniram através da constituição da religiosidade e dos valores morais que colocavam a virtude no *trabalho* e condenava a *usura* e o *desperdício* identificados à aristocracia. Deste modo, a *classe trabalhadora* assumia uma dimensão *positiva*, na medida em que a burguesia precisava dela nesses embates e, principalmente, como fonte de trabalho. Por outro lado, elas precisavam estar *separadas*, pois era a burguesia que se constituiria como classe hegemônica. As formas religiosas e morais também serviriam como formas de distinção. A burguesia, sem a tradição da aristocracia, teve que engendrar uma nova ordem de valores. A classe trabalhadora assumia, deste modo, uma dimensão *negativa*, na medida em sua existência dependia da disputa pelo produto de seu trabalho com a burguesia, proprietária dos meios de produção. Ou seja, a existência do burguês depende da dilapidação da existência do trabalhador, forma de sua negação.

<sup>70</sup> “As concepções dos utopistas dominaram durante muito tempo as idéias socialistas do século XIX (...). Para todos eles, o socialismo é a expressão da verdade absoluta, da razão e da justiça, e é bastante revelá-lo para, graças à sua virtude, conquistar o mundo. E como a verdade absoluta não está sujeita às condições de espaço e de tempo nem ao desenvolvimento histórico da humanidade, só o acaso pode decidir quando e onde esta descoberta se revelará”. ENGELS. *Ibidem*. Pág. 43-44.

<sup>71</sup> No entanto, por dependerem de «seres alienígenas» (tentaremos problematizar a questão da Alienação mais adiante), os ideais formulados por essa razão acabariam por se realizar da maneira avessa. *Saint-Simon* creditava ao *Terceiro Estado* o triunfo da Revolução Francesa. Neste momento, a grande

Ao pensamento utópico da *razão absoluta* faltava a contribuição de Georg W. F. Hegel, que restaurou o princípio da dialética dos gregos no moderno pensamento alemão. A dialética, em oposição à metafísica, baseia-se na *Natureza* e na *História Humana*, isto é, nas concatenações e influências recíprocas que se dão entre partes em transição, em movimento. Daí a «missão» das ciências naturais e da história, pois elas trariam o material para o pensamento filosófico. No entanto, essas ciências precisam de tempo para constituir seu *arcabouço de experiências*, para poderem proceder ao exame crítico através da comparação, ordenamento, classificação, especificação etc. Porém, por outro lado, ao *focar e isolar* processos (ordens, classes, espécies etc.), acaba por subtrair do *movimento* suas concatenações, isto é, deste modo *fixa*. A Vida é movimento e a morte é fixidez. A fixação é um procedimento da metafísica e seu método de especulação opera apenas através de antítese, sem meio-termo: ou uma coisa *é*, ou uma coisa *não é*. O *positivo* e o *negativo* se excluem em absoluto.

O problema deste método, portanto, é que ao se centrar na fixidez perdem-se as concatenações: *“obcecado pelas árvores, não consegue ver o bosque”* (F. Engels). Neste sentido, as categorias do real são relativas, suas fronteiras são indefinidas, elas mudam, se transformam, estão em movimento. Os dois pólos de uma antítese, o positivo e o negativo, são inseparáveis. Um se define com relação ao outro, os antagonismos, portanto, penetram-se reciprocamente. O que num dado momento *aparece* como causa, noutra é efeito. A dialética se detém nas concatenações, no nascimento, apogeu e morte. Se a *Natureza* é sua «pedra fundamental», notadamente a partir das descobertas das ciências naturais (Darwin, Newton, Laplace), esta dialética da natureza é transposta para a filosofia e seu apogeu é Hegel. Este concebe a *Natureza*, a *História* e o *Espírito* como um processo, uma mudança, uma transformação, um movimento<sup>72</sup>.

---

massa da nação, os representantes da produção e do comércio, se erige sobre as camadas ociosas, a nobreza e o clero. No entanto esse triunfo acabou por ser restrito a uma pequena parte desses vencedores. O poder político conquistado pela burguesia possuidora lhe assegurou, desde os tempos revolucionários, benefícios com a especulação de terras, que foram confiscadas da igreja e depois vendidas. Processo este realizado com o apoio do exército, que também se beneficiava através dos recursos financeiros oriundos dessa especulação. Essa denominada classe de «trabalhadores» do Terceiro Estado, em oposição aos ociosos aristocratas, incluía todos aqueles que se envolviam com a produção e com o comércio, tais como fabricantes, comerciantes, banqueiros e os descamisados. Estes, no entanto, eram considerados inaptos às funções de governo em função das «experiências de barbárie» acontecidas no período da Revolução. A consequência desse processo foi levar a França à ruína, proporcionando as justificativas ideológicas do golpe de estado de Napoleão Bonaparte.

*Charles Fourier* põe a nu a miséria material e moral do mundo burguês, desmascara sua fraseologia ideológica e enciclopédica que corresponde à mais cruel realidade. Parte de uma concepção histórica de quatro etapas subsequentes de desenvolvimento, o *selvagemismo*, a *barbárie*, o *patriarcado* e a *civilização*. Esta, por sua vez, coincide com aquilo que veio a ser a sociedade burguesa. O seu desenvolvimento mover-se-ia por ciclos viciosos, reproduzindo constantemente as contradições sem superá-las, ao contrário, chegando-se sempre ao seu avesso: a pobreza brota da abundância. *Robert Owen* parte de um contexto um pouco além de aspectos meramente ideológicos ou morais. É na Inglaterra que está se desenvolvendo *a todo vapor* a indústria e nesse contexto a divisão da sociedade em grandes capitalistas de um lado e o proletariado sem posses de outro. A potência da indústria e da riqueza nacional é a origem das calamidades sociais.

Assim, *Owen* ergue-se como um fabricante reformador, desejando pôr «ordem no caos» e estabelecer melhorias nas condições de vida de seus trabalhadores, a começar pela educação infantil e a equidade social entre homens e mulheres. Estas melhorias proporcionariam aumentos na produção, sem que, no entanto, desenvolvessem humanamente as propriedades do trabalho. Para isso, deveria superar as instituições essenciais da burguesia a fim de poder instaurar seu caminho de reforma social: a propriedade privada, a religião e a forma de casamento. Como não bastavam apenas as boas intenções, esse eminente industrial cai em falência diante da concorrência apesar da defesa *racional* desses ideais.

<sup>72</sup> *“Contemplada deste ponto de vista, a história da humanidade já não parecia como um caos inóspito de violências absurdas, todas igualmente condenáveis diante do foro da razão filosófica hoje já madura, e boas para serem esquecidas o quanto antes, mas como o processo de desenvolvimento da própria humanidade, que cabia agora ao pensamento acompanhar nas suas etapas graduais e através de todos os desvios, e demonstrar a existência de leis internas que orientam tudo aquilo que à primeira vista poderia parecer obra do acaso cego”*. ENGELS. *Ibidem*. Pág. 49-50.

O movimento histórico, enquanto conteúdo diverso e mutante, se dá em relação às formas de pensamento, que estabelecem suas leis e conflitos internos. Não há objeto sem contradições nem determinações diferentes. Ao contrário, um objeto só pode existir sem contradições se ele for afirmado como uma abstração pura. Porém, é deste modo um objeto morto e imóvel, além do que, para se manter esta abstração e assegurar sua *pureza* é preciso a violência: escamotear suas determinações antagônicas, obrigar suas equivalências. No pensamento dialético, ao contrário, o *momento negativo*, aquilo que nega ou aquilo que se define em relação ao positivo, expressa o movimento do conteúdo. Confrontado com outras determinações, explícita no objeto negado sua aparente unilateralidade. A negação se agrega ao objeto negado enriquecendo-o, ampliando-o e assim produzindo um *terceiro termo*, uma síntese e uma superação dos termos em oposição. Deste modo o pensamento se move e a *contradição* deixa de ser confusão de pensamento para ser posta lucidamente em relação, num movimento de afirmação, oposição, resolução e síntese<sup>73</sup>.

O devir, ou o *terceiro termo*, é a primeira forma de existência determinada e concreta, dos quais os termos anteriores em contradição são os momentos abstratos. O devir é algo, um *ser*, cuja oposição, o *nada*, é passageira. É transição até outra coisa, desaparecimento e criação. Dada uma afirmação, sua negação é o início de novas determinações. O *outro*, o segundo termo, é tão «irreal» quanto o primeiro. No entanto, para o pensamento idealista, não são as coisas em si que nos servem de material para o pensamento, suas formas apreendidas pelos sentidos humanos, mas sim a *idéia* que delas fazemos. As coisas são o que pensamos sobre as coisas. Deste modo, as contradições que são reveladas pelo pensamento crítico idealista são postas em movimento, mas apenas enquanto idéia que temos das coisas e, deste modo, tudo e todos podem ser resolvidos pelo movimento (mental) de superação, chegando a um ponto em que a *superação total* se efetiva no pensamento. Isto implica em afirmar uma *verdade absoluta*, fruto do mais amplo raciocínio humano, mas que se realiza (um trabalho...) descolado das determinações do real. A razão dialética hegeliana, portanto, acaba por não destruir efetivamente as *determinações unilaterais* e as *afirmações do pensamento* da lógica formal, que é a lógica do instante, estática e fixa: ela afirma seus objetos isolados e assim os protege por meio da pura abstração. Quando se faz necessário exprimir o devir, a atividade, o tempo e o movimento, a dialética idealista abandona a abstração, mas de uma forma metafísica, *afirmando* (quem, como, por que?) os momentos concretos reais como manifestações temporárias da idéia uma protegida em sua abstração pura.

*“Quando, partindo das maçãs, das pêras, dos morangos, das amêndoas reais eu formo para mim mesmo a representação geral de «fruta», quando, seguindo adiante, imagino comigo mesmo que a minha representação abstrata «a fruta», obtida de frutas reais, é algo que existe fora de mim (...) acabo esclarecendo – em termos especulativos – «a fruta» como a «substância» da pêra, da maçã, da amêndoa etc. Digo, portanto, que o essencial da pêra não é o ser pêra (...). Que o essencial dessas coisas não é sua existência real, passível de ser apreciada através dos sentidos, mas sim o ser abstraído por mim delas e a elas atribuído, o ser da minha representação, ou seja, «a fruta». (...) As frutas reais e específicas passam a valer apenas como frutas aparentes, cujo ser real é «a substância». (...) Por isso o filósofo especulativo desiste da abstração da «fruta»,*

<sup>73</sup> “O movimento, no conteúdo e na forma do pensamento, tem uma estrutura antagônica. O devir atravessa os termos em oposição, engendra frente a cada um deles, a seu nível e grau, seu «outro» que está em conflito com ele, e finalmente supera a oposição criando o novo”. LEFEBVRE, Henri. *El materialismo dialectico*. Buenos Aires: Pleyade, 1971. Pág. 31.

*porém desiste dela de um modo especulativo, místico, ou seja, mantém a aparência de não desistir dela. (...) Se a maçã, a pêra, a amêndoa, o morango na verdade não são outra coisa que «a substância», «a fruta», cabe perguntar-se: como é que «a fruta» por vezes se me apresenta na condição de maçã e por outras na condição de pêra ou amêndoa? (...) As diferentes frutas profanas são outras tantas manifestações de vida da «fruta una», cristalizações plasmadas «pela própria fruta»<sup>74</sup>.*

Neste sentido, segundo Marx e Engels, fracassa o método de Hegel. Porém, o seu mérito teria sido o de tê-lo exposto. Sua forma de exposição. Esse fracasso se basearia, apesar de sua genialidade, na *limitação* de seus próprios conhecimentos e pelas concepções de sua época. Hegel, deste modo, é um idealista: as idéias que vinham da *sua cabeça*, não seriam idéias abstratas sobre as coisas ou os fenômenos, mas sim a projeção de uma *Idéia ontológica*. As concatenações do real foram postas de pernas para o ar, apresentando-se às avessas. Segundo Engels, seu sistema é genial, mas falso! Ele engendra uma contradição interna absurda, pois parte da concepção *histórica da história*, sem verdades absolutas, mas que se apresenta como a soma e a síntese dessa verdade absoluta. Um sistema universal que plasma o conhecimento da natureza e da história, incompatível com o pensamento dialético. Em oposição a esse idealismo invertido surge o Materialismo Histórico, que vê na *história* o processo de desenvolvimento da humanidade e nela estão as leis a serem explicitadas. Para esta doutrina há história inclusive na natureza, ponto de vista diferente em relação aos pensadores franceses do século XVIII que a identificavam como imutável, como essencial, como base das igualdades e diferenças «por natureza». O Materialismo já conteria substancialmente a dialética, e as ciências naturais deveriam se encontrar com a filosofia formando uma ciência superior, a ciência natural do homem, a ciência humana da natureza.

Bom, esta revolução no pensamento só poderia ter ocorrido em função do material histórico e natural de sua experiência, por sua vez submetidos ao pensamento filosófico. A luta de classes entre a burguesia e o proletariado enfim é formada a partir do desenvolvimento da grande indústria e da dominação política recém conquistada pela burguesia. Esses fatos revelam, portanto, a não-identidade entre *capital e trabalho*, diferentemente da idéia de harmonia e bem estar social, frutos da livre-concorrência, presentes no *utopismo* francês, na *economia política* inglesa e no *idealismo* alemão. Os fatos revelam que a luta de classes é resultado das relações de produção e de troca, portanto, relações *econômicas*, e suas formas histórico-geográficas determinadas de realização constituem as bases reais cujas propriedades explicam o processo social<sup>75</sup>.

<sup>74</sup> MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A sagrada família ou a crítica da Crítica crítica*, São Paulo: Boitempo, 2003. Pág. 72-73.

<sup>75</sup> Deste modo, o «fenômeno» da urbanização já não mais poderia aparecer como simples *desordem*, mas sim como contradições engendradas no interior do processo de expansão das relações capitalistas de produção. Não é por acaso que a *situação da classe trabalhadora* aparecia para estes filósofos como indicio de que o *Capital* para se expandir tenta liquidar aquilo que lhe é essencial, isto é, o próprio trabalho.

*(...) amontoamento nos bairros mais sórdidos das grandes cidades, de uma população arrancada de seu solo; dissolução de todos os laços tradicionais dos costumes, da submissão patriarcal e da família; prolongação abusiva do trabalho, que sobretudo entre as mulheres e as crianças assumia proporções aterradoras; desmoralização em massa da classe trabalhadora, lançada de súbito para condições de vida totalmente novas – do campo para a cidade, da agricultura para a indústria, de uma situação estável para outra constantemente variável e insegura*” ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: Global, 1981. Pág. 40. *“Mesmo a carência de ar livre deixa de ser, para o trabalhador, carência; o homem retorna à caverna, que está agora, porém, infectada pelo mefítico [ar] pestilento da civilização, e que ele apenas habita muito precariamente, como um poder estranho que diariamente lhe subtrai, do qual ele pode ser diariamente expulso, se não pagar. Tem que pagar para a casa mortuária”*. MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004. Pág. 140.



Se Hegel liberta da metafísica a concepção da história, tornando-a dialética, o materialismo, por sua vez, liberta a dialética da concepção idealista hegeliana tornando-a histórica. Assim, o socialismo moderno, denominado como *científico*, em oposição ao *socialismo utópico*, aparece como produto necessário da luta de classes formadas historicamente, entre a burguesia e o proletariado. O socialismo tradicional, o *utópico*, era incompatível com o materialismo histórico, pois ele criticava o modo de produção capitalista, mas não conseguia explicá-lo, nem destruí-lo ideologicamente, apenas podia afirmá-lo como *mau*. Deste modo, o método da crítica à economia política consiste em *expor* o modo de *produção* capitalista nas suas concatenações históricas, demonstrar a necessidade de seu desaparecimento ao revelar suas contradições internas<sup>76</sup>.

Isto só se tornou possível com a «descoberta» da *mais-valia*, ou a parcela de valor que o burguês extrai do trabalhador assalariado, apesar deste ser remunerado com uma quantidade de valor *equivalente* ao custo médio da reprodução de sua força de trabalho. Apesar da relação entre o Trabalhador e o Capitalista se dar aparentemente de forma igualitária, mediante a troca (salário por força de trabalho), o valor que se tem no final da produção é maior do que aquele que se tem em seu início. Esse *plus* é criado pelo trabalho do trabalhador, mas que é incorporado à propriedade privada do dono dos meios de produção<sup>77</sup>. A *mais-valia*, portanto, é criada no momento da *produção*, onde a *igualdade formal* existente entre compradores e vendedores de mercadorias, suas trocas realizadas no mercado, é desvelada pela *desigualdade real* dos valores produzidos e distribuídos. A *produção*, portanto, constitui o momento central onde as contradições podem ser explicitadas, onde a relação entre *trabalho* e *capital* se efetiva como disputa e não como harmonia. A isso se adiciona o fato de que na *produção* estão contidos os momentos da *troca*, *distribuição* e *consumo*, na medida em que o consumo engendra a produção, a distribuição engendra a produção, a troca engendra a produção e, a um só tempo, também o inverso, a produção engendra a troca, a produção engendra a distribuição e a produção engendra o consumo<sup>78</sup>.

#### A LEGITIMAÇÃO SOCIAL DA CONCORRÊNCIA ENTRE CAPITALISTAS

Passemos agora por um movimento que mostra relações que são estabelecidas entre capitalistas em disputa sobre o trabalho excedente do trabalhador. À esta relação eminentemente econômica, no entanto, deve se misturar as relações ideológicas que lhe sustentam, as quais velam as relações entre desiguais, fazendo-as aparecer, como num espetáculo ilusionista, que a riqueza é produto da própria riqueza. A pobreza? Um desvio...

Muito bem. O processo *global* de produção capitalista é a unidade entre o processo de *produção* e de *circulação*. Disso decorre que a *produção* e a *reprodução* se dão no âmbito social, ou seja, estão situadas para além de suas formas *privadas* e específicas. Ainda mais, o que no privado se realiza na contradição entre *capital* e *trabalho*, entre trabalho necessário e trabalho excedente, entre trabalho abstrato e trabalho concreto, no processo global aparece como a *concorrência entre capitalistas*, a qual faz parecer que sua acumulação se dá por decorrência *do capital*, por decorrência da astúcia dos

<sup>76</sup> "A sua missão já não era elaborar um sistema o mais perfeito possível da sociedade, mas investigar o processo histórico econômico de que, forçosamente, tinham que resultar essas classes e o seu conflito, descobrindo os meios para a solução desse conflito na situação econômica criada". ENGELS. *Ibidem*. Pág. 53.

<sup>77</sup> Cf. MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*, Volumes I, II, IV e V. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

<sup>78</sup> Cf. MARX, Karl. *Elementos fundamentais para la crítica de la economía política (Grundrisse)*, Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2001. (Introdução).

*capitalistas individuais*, a sua personificação. Isso interessa à economia política na medida em que vela o real movimento da produção capitalista, pois vela que a acumulação provém da exploração da força de trabalho, da parte do valor produzido pelo seu produtor direto que não lhe retorna como salário, configurando-se a mais-valia que pertence ao proprietário dos meios de produção, o Capitalista.

Faz parecer que sua acumulação se dá por decorrência *do capital*, pois o lucro do capitalista aparece como proveniente da diferença entre o capital adiantado necessário à produção e o preço das mercadorias que são realizadas na circulação, no mercado. O *valor* de uma mercadoria, segundo a Crítica à Economia Política, é a soma de capital constante e variável necessários à produção, além da mais-valia, o excedente de trabalho não-pago:  $M = CC + CV + MV$ <sup>79</sup>. Mas para o capitalista individual aparece apenas como *preço de custo* o capital adiantado:  $PC = CC + CV$ . Descontando-se a parte relativa ao trabalho que não é paga, aparece apenas como elementos *do capital*, como o preço dos meios de produção<sup>80</sup>.

No entanto, em relação à formação do preço de custo, o capital constante adiantado se diferencia entre *capital circulante* e *capital fixo*. O *circulante*, composto por energias e matérias-primas, é totalmente consumido no processo de trabalho, sendo que deste modo transfere seu valor integralmente à mercadoria. Já o capital *fixo*, tal como máquinas, edifícios industriais e infra-estruturas, transfere apenas uma parte de seu valor às mercadorias, correspondente à sua depreciação no processo produtivo. Para se reproduzir todo o processo produtivo, ou o *preço de produção*, é necessário que o capitalista reinvesta a massa de capital correspondente apenas àquela que foi *consumida* no momento anterior, quer dizer, além da totalidade do capital variável, representada nos salários, e do capital constante circulante, energia e matéria-prima, deve constar na reprodução da produção apenas a parte relativa ao desgaste do capital constante fixo. Desta forma diferencia-se o *capital adiantado*, a totalidade de capitais empregados, do *preço de custo de produção*, apenas referente ao que foi consumido no processo produtivo<sup>81</sup>.

Esta diferença se torna mais relevante a partir do momento em que os capitais *concorrem* entre si. Os *preços de custo* tendem a se homogeneizar em ramos de produção cuja massa de capital é equivalente, em função da média social de capital que é investido para sua valorização, apesar de cada um desses ramos poder realizar massas distintas de mais-valia. Essa igualdade *de preços de custo* constitui a base da *taxa média de lucro*. No entanto, apesar dessa igualdade dos custos de produção e das taxas médias de lucro, os capitais que possuem uma composição onde predomina o capital *constante* abocanham uma maior parte do produto social. De que maneira? Como visto, o preço de custo da produção aparece ao capitalista como a soma dos preços do capital variável (salários) e do capital constante (fixo e circulante). No entanto é apenas a parcela que se representa no desgaste do capital fixo que é repassada ao valor da mercadoria, constituindo-se no

<sup>79</sup> Os *capitais constantes* se referem aos edifícios industriais, matérias-primas e energias necessárias à produção, máquinas e instrumentos, etc., já o que é chamado de *capital variável* corresponde aos salários dos trabalhadores e, deste modo, corresponde à única parcela viva de trabalho, trabalho que realiza. Os capitais constantes, por outro lado, são produtos de trabalhos vivos, mas de trabalhos já realizados e, portanto, trabalhos mortos. Se decomusermos todo trabalho realizado, como a soma de trabalhos vivos e seus meios de produção, que por sua vez são resultantes de outros trabalhos vivos pretéritos, poderemos chegar que a produção é basicamente trabalho vivo e não capital em sentido estrito.

<sup>80</sup> "O custo *capitalista* da mercadoria mede-se no dispêndio em *capital*, o verdadeiro custo da mercadoria no *dispêndio em trabalho*". Em MARX, Karl. *O Capital...* Livro terceiro, volume IV. São Paulo: Nova Cultural, 1985-1986. Pág. 24.

<sup>81</sup> "A *mais-valia* constitui, no entanto, um *acréscimo* não só da parte do capital adiantado que entra no processo de valorização, mas também da parte que não entra nele; portanto, um *acréscimo de valor* não só do capital despendido, que é repostado a partir do preço de custo da mercadoria, mas do capital empregado de modo geral na produção". IDEM. *Ibidem*. Pág. 28.

valor da mercadoria. No momento da reprodução, apenas a parte *consumida* deve ser reposta, e não a totalidade do capital constante *empregada* na produção, embora esta seja, como a totalidade de capital adiantado, contabilizada no cálculo do lucro a que se deseja conquistar a partir de um determinado investimento. O capital que é composto por uma parcela maior de capital constante se reproduz com um preço de produção relativamente inferior, embora os custos de produção e as taxas de lucro possam ser *socialmente* as mesmas<sup>82</sup>.

Neste sentido, pode-se dizer, que a concorrência busca garantir certas *vantagens* na disputa pelo mercado, por mais que sejam momentâneas. Como, por exemplo, o incremento das forças produtivas do trabalho para se produzir um maior número de mercadorias com um menor valor unitário. Isto pode se realizar a partir do *emprego de máquinas* e, por conseqüência, pelo *desemprego de força de trabalho*. Deste modo, embora o trabalhador possa estar sujeito à miséria, em função de seu *desemprego*, do ponto de vista do capitalista, é apenas uma alteração da composição do seu capital, alteração da relação entre *capitais constantes e variáveis*, que entram no processo produtivo apenas como mercadorias, como meios de produção, como elementos *do seu* capital. Mas as vantagens podem aparecer também não diretamente na produção das mercadorias, e sim no processo de sua *circulação*. Do ponto de vista do *capitalista industrial*, a circulação é um momento complementar à produção, pois é no mercado que se realiza a venda das mercadorias, sendo a condição para que o dinheiro retorne e possa ser novamente investido como *capital* no processo produtivo ( $M - D - M$ ). Se o *capitalista industrial* vende para um *comerciante*, ao mesmo tempo em que se libera de vendê-las no mercado e da competição com outros vendedores, ele já pode reproduzir o processo de produção com o dinheiro obtido na venda dessas mercadorias. O preço pago pelo industrial por essa vantagem é representado pela parte do *lucro industrial* que fica nas mãos do comerciante, que aparece sob a forma de *lucro comercial*.

Este comerciante, por sua vez, *compra* as mercadorias a fim de *vendê-las* com um lucro, que são obtidos pela diferença de seus preços, valorizando seu capital adiantado que é *investido* na compra das mercadorias produzidas pelo capitalista industrial ( $D - M - [D + \Delta D]$ ). Assim como o capitalista produtor, o comerciante busca garantir lucro a partir de uma certa quantidade de capital investido e esta proporção se dá também pela média social, pela concorrência, pela taxa média de lucro que seria realizada em *qualquer investimento*. Ele é um agente dentro da complexa divisão de trabalho que se desenvolve em torno das forças produtivas e que se especializa em vender as mercadorias no mercado. O comerciante não

<sup>82</sup> “Embora, portanto, os capitalistas das diversas esferas de produção, ao vender suas mercadorias, recuperem os valores-capital consumidos na produção dessas mercadorias, não resgatam a mais-valia, nem portanto o lucro, produzida em sua própria esfera de produção dessas mercadorias, mas apenas tanta mais-valia, e portanto lucro, quanto mais-valia global, ou lucro global, produzida em todas as esferas da produção em conjunto, em dado espaço de tempo, pelo capital social global, que cabe, com repartição igual, a cada parte alíquota do capital global”.

“Finalmente: se já na mera transformação da mais-valia em lucro, a parte do valor, o preço de custo da mercadoria, de modo que aqui já desaparece para o capitalista a concepção do valor, porque ele tem diante de si não o trabalho global, que na forma de meios de produção, vivos e mortos, ele pagou, aparecendo-lhe assim o lucro como algo exterior ao valor imanente da mercadoria – agora essa idéia fica plenamente confirmada, consolidada, ossificada, uma vez que o lucro adicionado ao preço de custo, considerando-se cada esfera particular de produção, não é determinado, de fato, pelos limites da formação de valor que se dá dentro dela mesma, mas é fixado de modo inteiramente externo”.

IDEM. *Ibidem*. Pág. 124 e 130, respectivamente.

interfere diretamente no valor das mercadorias, mas pode, tão somente, escolher em qual ramo de produção pode ser mais *competitivo*<sup>83</sup>.

Quanto mais se acelera a rotação do capital comercial (dinheiro que compra mercadorias e, ao vendê-las, se transforma em mais dinheiro), menor a sua parte em relação ao capital global, quer dizer, menor a proporção do capital global que está contido em meios de circulação ou do comércio e, portanto, menor o custo de seu funcionamento que irá se expressar no valor da mercadoria. Deste modo, investimentos realizados em transportes e comunicações contribuem para a elevação da taxa média de lucro. Do ponto de vista do capitalista comercial, é um investimento de uma determinada massa de capital que deverá ser valorizada a partir de uma taxa média de lucro. Se são muitas mercadorias com baixo valor unitário ou se são poucas com alto valor, não depende de sua vontade, já que não é ele quem as produz. Depende da taxa média de lucro e do grau de desenvolvimento do modo de produção capitalista. No mais, ele pode buscar apenas melhores condições para a realização da venda, meios de circulação a fim de garantir vantagens dentro da concorrência entre capitalistas comerciais<sup>84</sup>.

O desenvolvimento de forças produtivas – que acarreta na maior produtividade industrial e na dinamização da circulação comercial – pode ser realizado a partir de um capital que esses *capitalistas em funcionamento* propriamente não possuem: eles podem recorrer a um *prestamista*. Este é um outro agente dentro da divisão do trabalho cuja característica é ser *proprietário* de uma massa de dinheiro ou de mercadoria. Estas são emprestadas como *capital*, ou seja, como valor que se valoriza. O prestamista empresta por um determinado tempo e para uma determinada valorização. O capitalista *funcionante* que recorre a este prestamista *investe* em sua atividade produtiva desenvolvendo-a, e assim podendo garantir *vantagens* na competição do mercado. Do *lucro* criado (a partir da exploração da força de trabalho e de uma *taxa média* de lucro) se retira a quantia que lhe foi *emprestada* mais uma parcela estipulada como *juros*, ou propriamente a valorização do capital emprestado pelo do prestamista. Deste modo, os juros são o pagamento do mutuário pelo *uso capitalista* do dinheiro alheio, da *propriedade alienável de outrem*. É uma transação assegurada por contratos jurídicos pré-estabelecidos, cuja proporção da parte do juro sobre o lucro é estabelecida antes mesmo de sua realização na produção efetiva, do *processo de produção e circulação*, dadas como pressupostas, na medida em que a regulamentação *jurídica* se autonomiza das relações

<sup>83</sup> “Portanto, o capital de comércio de mercadorias é apenas o capital-mercadoria do produtor, que tem de efetuar o processo de sua transformação em dinheiro, executar sua função de capital-mercadoria no mercado, só que essa função, em vez de aparecer como função secundária do produtor, aparece agora como operação exclusiva de um gênero especial de capitalista, o comerciante de mercadorias, tornando-se autônoma como negócio de um investimento especial de capital”. IDEM. *Ibidem*. Pág. 205.

<sup>84</sup> “O número de rotações do capital comercial em diferentes ramos comerciais afeta, pois, diretamente, os preços mercantis das mercadorias. O acréscimo mercantil do preço, da parte alíquota do lucro mercantil de dado capital, a qual grava o preço de produção da mercadoria individual, está em proporção inversa ao número de rotações ou à velocidade de rotação dos capitais comerciais em diferentes ramos de negócios. Se um capital comercial rota 5 vezes ao ano, então só agrega, ao capital mercadoria de igual valor, apenas 1/5 do acréscimo que outro capital mercantil, que só pode rotar 1 vez ao ano, agrega a um capital-mercadoria de igual valor. (...) Se a concorrência o força a tanto, então ele pode vender mais barato do que seus comparsas, sem reduzir seu lucro abaixo da média; Se as condições que o capacitam a efetuar uma rotação mais rápida são, elas mesmas, condições compráveis, por exemplo localização dos pontos de venda, então pode pagar uma renda extra por isso, ou seja, parte de seu superlucro se transforma em renda fundiária”. IDEM. *Ibidem*. Pág. 233-235.

*econômicas* efetivas e, também, que a taxa de valorização do capital emprestado, isto é, a taxa de juro, é definida antes mesmo da valorização real do capital investido na produção<sup>85</sup>.

Isso faz *parecer* que o processo de valorização não depende da *produção*, ou melhor, da exploração da força de trabalho que se vê obrigada a vendê-la para poder se reproduzir enquanto trabalhador, mas sim da *transação jurídica* entre proprietário de dinheiro e proprietário de meios de produção. Esta *forma autônoma* se reproduz como uma *relação social*, por um lado fazendo parecer que o capitalista funcionante é tão *trabalhador* quanto o trabalhador efetivo – pois ele está lá na fábrica ou no comércio cuidando que o negócio funcione direitinho – e que o prestamista é o real responsável pela produção, na medida em que é *dono* do capital – é ele quem se arrisca ao emprestar seu dinheiro antes entesourado. Essas formas são legitimadas socialmente, fazendo que as aparentes relações entre iguais, *trocas jurídicas*, velem as relações entre diferentes, *exploração da força de trabalho*.

Na medida em que o lucro aparentemente se autonomiza da produção efetiva, isto é, como se fosse o resultado do trabalho do *capitalista industrial*, do *capitalista comercial* e do *capitalista monetário*, ele aparece como a soma de duas fontes: do *ganho empresarial* e dos *juros*. Mas são duas formas que disputam entre si os resultados do trabalho não-pago realizados numa determinada *produção*. No entanto, como o *capitalista monetário* é «apenas o dono do dinheiro», ele aparece como uma espécie de usurário que retira certa parte do produto sem ter trabalhado. Já o *capitalista industrial* aparece como aquele que realmente trabalha. Porém, não é uma simples *aparência*, o capitalista industrial *de fato* recebe um salário: surge nesse momento o papel do *superintendente*, um agente cujo trabalho é fazer com que os outros trabalhem direito (daí o papel das competências, dos especialistas, das ciências, que asseguram as formas de *distinção* entre ele e os demais trabalhadores). No entanto, esse *capitalista-trabalhador* não precisa ser necessariamente o *proprietário* dos meios de produção, podendo ser apenas um *trabalhador qualificado*. Mas como é um agente que racionaliza e organiza o processo produtivo, e não é necessariamente o próprio *capitalista*, isso mostra a *possibilidade* deste se tornar *supérfluo* na gestão do processo produtivo, e mais, que a sua função essencial, como se realiza, reside no fato de ser *proprietário* dos meios de produção, nada mais<sup>86</sup>.

Embora o *processo de produção* seja a unidade entre o *processo de trabalho* (forma de satisfazer as necessidades do homem, «do estômago ou da fantasia», ao apropriar-se da Natureza externa e interna ao produtor e humanizá-la, produzir a humanidade do homem) e o *processo de valorização* (determinado *quantum* de trabalho socialmente necessário, que se

<sup>85</sup> “Ponto de partida e ponto de retorno, entrega a restituição do capital emprestado, aparecem assim como movimentos arbitrários, mediados por transações jurídicas e que ocorrem antes e depois do movimento real do capital, e que nada têm a ver com o capital. (...) à medida que se trata, portanto, apenas do movimento do próprio capital emprestado entre prestamista e mutuário, esses dois atos (separados por um período mais ou menos longo, durante o qual se efetua o movimento real de produção do capital) abrangem a totalidade daquele movimento. (...) O movimento real do dinheiro emprestado como capital é uma operação situada além das transações entre prestamista e mutuários. Nestas, essa mediação é apagada, invisível, não se está diretamente implícita. Como mercadoria de natureza peculiar, o capital possui também um modo peculiar de alienação. O retorno não se expressa aqui portanto como consequência e resultado de determinada série de atos econômicos, mas como consequência de um ato jurídico especial entre comprador e vendedor. O prazo de refluxo depende do refluxo do processo de reprodução; no caso do capital portador de juros, seu retorno como capital parece depender do simples acordo entre prestamista e mutuário. De modo que o refluxo do capital, com respeito a essa transformação, já não aparece como resultado determinado pelo processo de produção, mas como se o capital emprestado tivesse perdido a forma dinheiro”. IDEM. *Ibidem*. Pág. 262.

<sup>86</sup> “O trabalho de superintendência e direção surge necessariamente em todo o lugar onde o processo direto de produção tem a figura de um processo socialmente combinado e não se apresenta como trabalho combinado de produtores autônomos”. IDEM. *Ibidem*. Pág. 286.

expressa numa determinada massa de mercadorias, num determinado valor)<sup>87</sup>, seu produto social passa a ser *distribuído*, não segundo o quantum de *trabalho* realizado por cada indivíduo ou grupo, mas sim em função do quantum de *propriedade* representada por cada um desses agentes. O *trabalhador*, proprietário de sua *força de trabalho*, recebe o equivalente ao custo de sua reprodução enquanto *trabalhador assalariado*. O *capitalista industrial*, proprietário dos meios de *produção*, recebe em função do quantum de seu capital que está investido, o *capitalista comercial*, por sua vez, como dono daquilo que está investido na *circulação*. O *Prestamista*, o agente que personifica o processo por ser o *dono do dinheiro*, em função do quantum *deste seu bem* que é emprestado. Todos em função de *formas sociais abstratas* que se erguem frente à sociedade: o *trabalho abstrato*, o *salário*, o *lucro*, o *juro*, o *dinheiro*. Mas com o *proprietário fundiário* é um pouco diferente. Sua fonte de rendimento se origina, pelo simples fato de *possuir* (aqui também uma forma social abstrata) uma determinada parcela «do globo terrestre», isto é, uma parcela da Natureza, de uma especificidade *concreta* do espaço. O que se remunera é a simples propriedade, ausente de qualquer gota de suor de trabalho, que *monopoliza* determinado aspecto da natureza ou do espaço capturado a uma finalidade produtiva determinada. É a propriedade pura, juridicamente assegurada.

O modo de produção capitalista se baseia na produção de *mercadorias*, produtos produzidos *para* serem vendidos. Seu desenvolvimento histórico avança sobre relações de produção pré-existentes e as recombina de modo que funcionem como relações *capitalistas de produção*. Se a produção agrícola era a menos desenvolvida, realizada para a subsistência, passa a funcionar como uma *indústria* de base agrária: um capitalista investe uma determinada quantia de capital na produção e, a partir da exploração da força de trabalho assalariada, produz as mercadorias para serem vendidas no mercado. Agora, se esse capitalista, por razões históricas não possui a terra, precisará utilizar a terra de outrem e pagará uma determinada quantia por esse uso em um determinado prazo. Deste modo, a *renda fundiária* aparece como a forma econômica que remunera a *propriedade fundiária* monopolizada nas mãos do proprietário. É uma forma de produção que relaciona o *proprietário fundiário*, o *arrendatário* e o *trabalhador assalariado*.

No entanto, o preparo da terra ou o desenvolvimento dessas forças produtivas não é realizado pelo proprietário do terreno, mas sim pelo capitalista que está investindo numa determinada produção. Alguns desses investimentos são consumidos inteiramente no processo de produção ou ao longo do tempo em que foi combinado o arrendamento, repassando à mercadoria todo o seu valor. Mas alguns investimentos se conservam para além deste prazo estipulado e, deste modo, acabam por serem *incorporados* à terra como uma massa de capital que se *fixa ao solo*, como se transformasse numa *propriedade natural* destas suas fronteiras, passando às mãos do seu *proprietário*. Assim, parcela do trabalho social é capturada por este sujeito sem que tenha contribuído para tanto, sem que haja correspondência a um *quantum* de trabalho, mas apenas por poder alienar temporariamente sua *propriedade*. Ele ganha com o desenvolvimento social sem nada ter colaborado para tanto<sup>88</sup>.

<sup>87</sup> Cf. Marx, *O Capital...*, Livro I, Capítulo V.

<sup>88</sup> “Os investimentos de capital fixo de caráter mais permanente, consumíveis a longo prazo, incorporados à terra, também são feitos em grande parte (...) pelo arrendatário. Assim que, no entanto, estiver concluído o período de arrendamento fixado por contrato – e esta é uma das razões pelas quais, com o desenvolvimento da produção capitalista, o proprietário da terra procura encurtar ao máximo o período de arrendamento –, as melhorias incorporadas ao solo passam a pertencer ao dono desta, como acidente inseparável da substância, o solo. Ao novo contrato de arrendamento que conclui, o proprietário

A *propriedade fundiária*, por um lado, *aparece* como meio de se *libertar* dos desmandos alheios, quer dizer, se o produtor (seja o trabalhador, seja o capitalista arrendatário) não é proprietário deve *ceder* necessariamente uma parcela de seu trabalho como *forma de pagamento* pelo uso da terra que não possui. Ao possuí-la, estaria livre desta cessão. Mas, mesmo que a *propriedade privada* de um se baseie na *privação* do outro, o *acesso à terra* aparece como *acesso à liberdade*, legitimando sua *forma social*. Por outro lado, esta forma social se fundamenta em *ganhos econômicos* efetivos, como a renda fundiária pelo monopólio. Quanto maior for a renda fundiária e o preço da terra, menor deverá ser o salário, na medida em que aquela é parte da mais-valia extraída desta. E se numa produção específica, mediada por condições médias (taxa média de lucro), o monopólio de um pedaço de terra que contém um determinado aspecto da *natureza* funcional a esta produção, permite ao seu proprietário a redução do preço desta produção particular (em relação à média social), o lucro adicional em função desta redução, desta diferença, é o *sobrelucro*. Se o *capitalista* quer comprar este pedaço de terra para se beneficiar no processo produtivo, ou melhor, se o seu *proprietário* quer vender o *monopólio* dessa vantagem específica, seu preço corresponderá ao ganho que o *equivalente de valor* deste sobrelucro criaria se fosse investido em qualquer outro ramo de produção, regulado pelas taxas médias de lucro e juros. A renda que essa terra fornece se *capitaliza*, a propriedade privada permite um ganho econômico a ser realizado no futuro, um ganho originado pela *diferença* entre o *possível* dado pelas forças produtivas sociais e o *real* já incorporado à terra em particular.

Contudo, o desenvolvimento das forças produtivas, além de ampliar as *possibilidades* que são fontes do sobrelucro futuro, é acompanhado pelo incremento da divisão de trabalho. A especialização de cada atividade particular obriga uma parcela cada vez maior de trabalhadores não trabalhar na produção *direta* dos meios de subsistência. Desta forma, a produção de bens necessários à reprodução de toda a classe trabalhadora passa a ser realizado por apenas uma parcela dela: a agricultura deve produzir os meios de subsistência tanto para os seus produtores diretos como para os produtores da indústria. Portanto, esse *desenvolvimento* deve, por um lado, conter a *possibilidade* de o produtor direto produzir além do estritamente *necessário* à sua reprodução e manutenção como produtor, isto é, deve conter as condições materiais de produção do *excedente* sem que se consuma toda a força de trabalho; e, por outro lado, quanto mais se desenvolve a força produtiva, maior será a demanda por produtos da agricultura e maior será a parcela do produto social que é capturada pela *propriedade fundiária*. Como se sabe, a renda paga pelo *capitalista-arrendatário* ao *proprietário fundiário* vem do mais-trabalho extraído do *trabalhador assalariado*. É uma disputa entre o *capitalista* e o *proprietário* na extração do mais-trabalho do *trabalhador*, mas com a diferença de que o proprietário fundiário não contribui com a produção da riqueza material. Ele não trabalha. Ele apenas consome: sua fonte de rendimento, dada socialmente, é garantida sem trabalho, sem produção, sem nada fazer<sup>89</sup>.

---

*fundiário acrescenta à renda propriamente dita os juros pelo capital incorporado ao solo, quer ele alugue ao arrendatário que fez as melhorias, quer ele o faça a outro arrendatário". MARX. O Capital... Livro III, Volume V. Pág. 127.*

<sup>89</sup>" Na medida em que, com a produção capitalista, se desenvolve a produção de mercadorias e, por conseguinte, a produção de valor, desenvolve-se a produção de mais-valia e de mais-produto. Mas na mesma medida em que esta última se desenvolve, desenvolve-se a capacidade da propriedade fundiária no sentido de captar, mediante seu monopólio sobre a terra, uma parte crescente dessa mais-valia. O capitalista é ainda um agente que atua no desenvolvimento dessa mais-valia e desse mais-produto. O proprietário da terra só tem de apropriar-se do mais-produto e da mais-valia que cresce sem sua colaboração". IDEM. *Ibidem*. Pág. 139-140.

O sobrelucro vem da diferença entre o real e o possível, entre o preço de produção individual e a média social. O espaço aceita investimentos constantes, aumentando constantemente esse *possível* e a possível diferença entre individual e social. Esse aumento pode se dar de duas formas: extensiva e intensiva. A primeira estende as fronteiras do capital e a segunda intensifica o capital das fronteiras. A primeira rompe as relações sociais baseadas em renda, para privilegiar a produção, e a segunda rompe as relações sociais baseadas na produção, para privilegiar as rendas. Desconstitui-se uma ao se constituir a outra: o espaço da catástrofe! O *limite* é dado pelo *possível*, pela força produtiva, pois se ganha com o muito que ela pode fazer, e com a diferença existente entre o real de uma determinada localização e o possível que se pode produzir.

O processo de produção capitalista é a unidade entre o ato de *conservação* do capital existente, investido em meios e materiais de produção, e o ato de sua *valorização*, através da exploração da força de trabalho e extração de mais-valia. Este processo se expressa numa massa de mercadorias que deve ser realizada no mercado e, deste modo, reproduzir todo o processo de forma ampliada. A competição entre os capitalistas obriga que cada um deles aumente seu capital em particular, para deste modo, aumentar sua força produtiva e sua *competitividade* no mercado, reproduzindo o processo. Para se conservar e valorizar se pressupõe uma acumulação capitalista progressiva. No entanto, a disputa entre os capitalistas *particulares* sobre o excedente produzido *socialmente* pelo trabalhador se realiza através da aparente autonomia desses sujeitos e de suas formas de rendimento. A *racionalidade* contida nos momentos privados se expressa nas formas *irracionais* da concorrência. O capital se organiza para produzir cada vez mais mercadorias, sobre o trabalho que recebe em troca cada vez menos.

O crescimento econômico é por si contraditório. Pressupõe a existência de um excedente de força de trabalho, que deve estar concentrado e disponível para alimentar a expansão da produção; pressupõe a oferta de meios de produção, desde máquinas e matérias-primas a infra-estruturas, condicionando a expansão do capital às formas de reinvestimento; pressupõe também a existência de um mercado capaz de absorver essa produção, que se realiza em função do padrão de consumo e das formas de reprodução da força de trabalho, aparecendo como elementos da própria produção. No entanto, um se constitui ao desconstituir o outro, isto é, estão em proporções inversas. Deste modo, cria-se no interior desse processo barreiras ao seu próprio desenvolvimento. Estas barreiras são criadas pelo próprio processo de produção, e não mais fora dele, ao operar de forma contraditória. O resultado é uma superprodução que se torna irrealizável, mais valores com menos salários. Processo este que culmina na *desvalorização* dos termos da relação, da força de trabalho, dos meios de produção e consumo, ou seja, constitui uma crise, que revela a aparente autonomia particular de cada termo<sup>90</sup>.

No entanto, esse processo de racionalização empreendido por meio das *crises* tem um custo social altíssimo. As crises restabelecem uma certa coerência produtiva, ajustes econômicos. A destruição é produtiva, tal como as guerras. Mas ao mesmo tempo põe em xeque o processo social que lhe dá amparo, as falências e o desemprego. Elas mudam o nível do processo de acumulação: contribuem com o aumento da produtividade da força de trabalho através do incremento de força produtiva, as máquinas e equipamentos ficam mais baratos com essa desvalorização; o custo da força de trabalho se reduz

<sup>90</sup> “Como não há outras forças compensatórias em ação dentro da anarquia competitiva do sistema econômico capitalista, as crises possuem uma função importante: elas impõem algum tipo de ordem e racionalidade no desenvolvimento econômico do capital”. HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005. Pág. 46.



em função da abundante oferta de mão-de-obra desempregada, proporcionando um acúmulo de capital adicional; possibilitam um excedente de capital a ser investido produtivamente; proporciona um acréscimo e um novo nível de demanda, na produção e no consumo, em função de esferas de produção que são criadas, da criação de desejos e necessidades, do crescimento populacional e da oferta de força de trabalho, e pela expansão das fronteiras geográfica do comércio. A incorporação de territórios para o capital proporciona o aumento do tempo de circulação do capital, que deixa de ser investido na produção de mercadorias e, assim, rebaixa as possibilidades de acumulação capitalista. Mas pode ser compensado pelo desenvolvimento de sistemas de transporte e circulação de mercadorias, que reduzem as barreiras espaciais à expansão da forma-mercadoria, anulando o espaço pelo tempo<sup>91</sup>.

O espaço se anula pelo tempo. A mercadoria não pode se perder em deslocamentos inúteis e perambular de forma improdutiva pelo espaço. É preciso discipliná-la a fim de que se proporcione maior velocidade no giro do capital e no processo de intensificação de sua acumulação. O espaço é paulatinamente reduzido a uma determinada forma *ótima* e eficiente. Ele se reduz estritamente à base de circulação de mercadorias a se realizar em maior velocidade e de maneira mais concentrada, com menor tempo percorrido. A velocidade se opõe à permanência! Além da velocidade, o tempo de giro do capital também pode ser *virtualmente* reduzido através da oferta de créditos, que possibilita a reprodução do processo produtivo antes mesmo de sua prévia realização. Conta-se com a realização futura. Lançam-se mais mercadorias no mercado, que encontra outras barreiras espaciais para sua *expansão*. Os mercados, deste modo, devem se *intensificar*. Esse processo de otimização da circulação de mercadorias engendra aglomerações urbanas, *localizações funcionais*, que racionalizam as atividades especializadas, umas em relação às outras, reduzindo tempos de deslocamentos<sup>92</sup>.

A anulação do espaço pelo tempo cria uma tensão entre os movimentos de expansão e concentração (intensificação). Entre as periferias e o centro. Mercados e produção. O capital acumulado e incorporado em determinados lugares, é fixo e imóvel, são meios de produção como as infra-estruturas e os equipamentos fabris. Impõe a necessidades de aumentar seu uso, de consumi-lo, para conservar e reproduzir o valor equivalente ao seu desgaste, a se realizar em um processo produtivo. Se o capital fixo está em desuso, perde seu valor. Destrói-se e se reconstrói<sup>93</sup>. Isso impõe a necessidade de contínua produção e, portanto, de reprodução das relações de produção, cada vez mais ampliada. A cidade se desenvolve

<sup>91</sup> "O modo capitalista de produção fomenta a produção de formas baratas e rápidas de comunicação e transporte, para que «o produto direto possa ser realizado em mercados distantes e em grandes quantidades», ao mesmo tempo em que novas «esferas de realização para o trabalho, impulsionadas pelo capital» podem se abrir. Portanto, a redução nos custos de realização e circulação ajuda a criar espaço novo para acumular capital. Reciprocamente, a acumulação de capital se destina a ser geograficamente expansível, e faz isso pela progressiva redução dos custos de comunicação e transportes. No entanto, o acesso a mercados mais distantes, a novas fontes de matérias-primas e novas oportunidades para o emprego de mão-de-obra sob relações sociais capitalistas possui o efeito de aumentar o tempo de giro do capital, a menos que haja melhorias compensatórias na velocidade de circulação. O tempo de giro de um determinado capital é igual ao tempo de produção mais o tempo de circulação. Quanto mais longo o tempo de giro de determinado capital, menor é o rendimento anual da mais-valia. Os mercados mais distantes atam o capital, em processo de circulação, por períodos de tempo mais longos e, assim, têm o efeito de reduzir a realização da mais-valia para determinado capital. Justamente por isso, qualquer redução no tempo de circulação aumenta a produção do excedente e intensifica o processo de acumulação". IDEM. *Ibidem*. Pág. 50.

<sup>92</sup> "A expansão geográfica e a concentração geográfica são ambas consideradas produtos do mesmo esforço de criar novas oportunidades para a acumulação do capital". IDEM. *Ibidem*. Pág. 52.

<sup>93</sup> Talvez os processos de demolição dos próprios Conjuntos Habitacionais, apareça como uma forma de se superar a ineficiência desses espaços em relação às formas de produção e reprodução do capitalismo contemporâneo. Na França, a investida do Estado contra os Conjuntos Habitacionais estatais é discutida na obra de LEFEBVRE, Jean-Pierre. *Faut-il brûler les HLM?* Paris: L'harman, 2008.

nesse sentido. Ela é a expressão do movimento de incorporação da riqueza social, produzida e acumulada através do trabalho passado, em meios de produção. Engendra uma *paisagem urbana* que contém as contradições desse processo. Seus prédios são cada vez mais espelhos. Reflete-as. Ao mesmo tempo em que é refletida: os centros devem intensificar o uso do capital, a fim de realizar o valor que está fixo e imóvel. Consome-se e se produz através do espaço existente. Porém, quanto maior a parcela de capital fixo em processos produtivos, menor a proporção de extração de mais-valia. Esta deve se realizar na expansão das fronteiras do capital, na expansão das periferias, baseadas essencialmente na força de trabalho. A queda da taxa de lucro é compensada pela produção extensiva. É um *ajuste espacial* à reprodução do capital que se baseia no consumo do espaço existente e na criação de novos espaços para a acumulação. O espaço é determinante. O tempo se anula pelo espaço, por suas fronteiras.

O capital se depara com a possibilidade de sua reprodução sem fim: a tendência de *crise* é minimizada pelas formas correspondentes de *ajuste*. A concorrência entre capitalistas obriga a cada um deles a intensificar seu processo de produção. Os mais fracos perdem, são incorporados a outras empresas capitalistas. Criam-se as sociedades anônimas, os *trustes*. A concorrência vira monopólio. A necessidade de reprodução ampliada impõe cada vez mais vultosos investimentos em produção, a fim de se conservar e valorizar mais e mais capital existente. É o Estado que assume esse papel. Ele é o único capaz de fazê-lo. A burguesia se torna supérflua, todos são funcionários do Estado, são os *assalariados*. São alguma coisa que possa ser chamada de hiper-superintendentes. O proletariado assume o controle e a produção social se realiza através do planejamento, que aniquila as contradições e irracionalidades postas pela anarquia da produção<sup>94</sup>.

Neste sentido, a *superação* aparece como um curso natural dos acontecimentos... No entanto, a expansão geográfica do capital, da produção e dos mercados, das equivalências forçadas, da redução do trabalho concreto a um quantum de trabalho socialmente necessário, abstrato, se realiza sobre territórios específicos, contextos determinados. Lutas de classe. Avança sobre um espaço social e suas práticas sociais, que se contrapõem ao processo de expansão homogeneizante do capital. Reintroduzem contradições, há lutas. Idas e vindas. Marcação e demarcações<sup>95</sup>. O espaço do capital é puro e purificador. Ele expande as fronteiras e rompe as barreiras, ele se engendra como se fosse sem fim, *ilimitado*. É um espaço infinito, mas analítico e abstrato. Sobre esta *concepção*, age o processo social, restabelecendo novas demarcações e novas fronteiras. Novas contradições. O *vivido* aparece como uma negação daquela condição analítica do espaço. Uma negação determinada: a invasão do corpo e da natureza. A sujeira, o ruído, o conflito sobre a pureza. Porém, esse processo de demarcação, ou remarcação daquilo que foi desmarcado, não se realiza sem contradições: são corpos e natureza privados, fragmentos restituídos pelas *limitações*, são grupos, guetos e parcelas. Gestos e atos condicionados pela produção e reprodução. Condições e condicionamentos. Espaços acessíveis e espaços proibidos. Espaços reduzidos às contradições e às privações. Priva-cidade. A casa é o refúgio, o regresso ao útero materno, a proteção em relação aos medos do mundo exterior, os movimentos. Resíduos? A totalidade social é esquartejada em fronteiras e suas costuras. O que poderia ser um espaço sem-fronteiras? Percebido. Ilimitado mas não em função das necessidades de reprodução ampliada *do capital*.

<sup>94</sup> “À medida que desaparece a anarquia da produção social, vai-se diluindo também a autoridade política do Estado. Os homens, donos por fim da sua própria existência social. Tornam-se senhores da natureza, senhores de si mesmos, homens livres”. ENGELS. *Do socialismo utópico ao socialismo científico...* Pág.79.

<sup>95</sup> Cf. LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Éditions Anthropos, 1974.

Ilimitado em função da negação da parcialidade em que se realiza o processo social. Negação da negação. Superação positiva. Os atos e artefatos, a produção de relações sociais e a produção de espaços se estabeleceriam em unidade efetiva: o produtor, a produção e o produto se constituem mutuamente. Necessidade = Trabalho = Fruição<sup>96</sup>. Neste caso, quem precisaria de fronteiras delimitadas se as definições espaciais e atividades afins e seriam produzidas socialmente?

Mas não. A Forma percebida historicamente se funda numa negatividade (quase) absurda. O *Homem* assim parece se alienar de sua potência humana, da produção de sua humanidade. O Trabalho é assalariado, a Indústria é industrialização, o Urbano é urbanização. Mas ainda são produtos humanos! Caberia então à prática e à reflexão teórica, sucedidas e interpenetradas, uma à outra, engendrar formas de superação. Negar as existentes.

Especulações à parte, o que poderia ser a *forma* a ser negada?

#### F. CONJUNTO HABITACIONAL: FORMA CONTRADITÓRIA DA «CRISE DA HABITAÇÃO»

A acumulação capitalista se estabelece no interior da concorrência *entre capitalistas*, na disputa entre o os lucros industriais, os lucros comerciais, os juros bancários e as rendas (fundiárias e imobiliárias), sobre o excedente extraído na produção, o trabalho não-pago do trabalhador, a mais-valia. Quanto mais baixo o salário do trabalhador, maior a mais-valia e, portanto, maior o excedente acumulado a ser distribuído entre os capitalistas: a *riqueza das nações* é a pobreza dos produtores. O lucro (e a sua transformação em juros) é estabelecido com a alta produtividade, quanto maior o número de mercadorias, menor o seu valor unitário e, portanto, mais facilmente realizável no mercado. Já as rendas (fundiárias e imobiliárias) se originam da escassez de um determinado produto, cujo monopólio desse bem permite que seu proprietário ganhe com o processo social de produção sem que contribua com trabalho. A habitação é uma dessas mercadorias. Porém ela é, a um só tempo, um elemento da reprodução da força de trabalho, devendo constar nos salários dos trabalhadores, e mercadoria da indústria capitalista, que ora ganha com a larga escala produzida, lucros e juros, ora ganha com a escassez<sup>97</sup>, monopolizável em propriedades fundiárias.

A *crise da habitação* é, portanto, a presença de um grande contingente de trabalhadores que não pode ter uma casa, seja por meio de aluguel, seja por meio de compra. Não podem ter uma casa na medida em que seus salários foram amplamente rebaixados, financiando a acumulação capitalista. Porém, a redução dos salários pode se dar tanto no momento da *produção* (seja a produção em geral, seja aquela de canteiros de obras da Indústria da Construção civil, que se

<sup>96</sup> Talvez pudéssemos desdobrar esta tríade em outra: Família – Trabalho – Lazer. Onde a Família, núcleo celular da organização social, encontra seu espaço na moradia, momento necessário da reprodução da força de trabalho. A Fruição aparece como oposição à sua dupla negação, a Necessidade e o Trabalho; o Lazer em oposição à Família e ao Trabalho. Sobre este aspecto ver: NASSER, Ana Cristina. *Sair para o mundo: trabalho, família e lazer na vida dos excluídos*. São Paulo: Hucitec Fapesp, 2001.

<sup>97</sup> A idéia de «escassez» poderia ser identificada como *absoluta*, por assim dizer, quando nos deparamos com carências efetivas, isto é, a falta de moradia, de serviços e equipamentos coletivos. Esta *carência* contribui para a espoliação do trabalhador em seu cotidiano, que se vê prejudicado no momento da reprodução de sua força de trabalho. Mas por outro lado, podemos pensar a escassez como *relativa* ao conjunto do processo social, isto é, ainda que haja a provisão de tais moradias, serviços e equipamentos, suas qualidades e mesmos seus custos relativos aos salários podem ser uma forma de espoliação do trabalhador. Isto em função de, por um lado, representar uma «pobreza relativa», em função da parcela do produto social que é destinada para estas formas específicas de reprodução ser inferiores às destinadas as elites, por exemplo, que, conseqüentemente, engendra um processo de concentração de renda, e por outro lado, que essas qualidades e custos de reprodução da força de trabalho abocanham uma mais parcela ainda maior dos salários dos trabalhadores, contribuindo, ainda assim, com sua espoliação no cotidiano.

desenvolve a partir dos trabalhos cooperados e não pelo incremento de maquinarias) quanto no momento da *reprodução*, pelos processos espoliativos aos quais os trabalhadores-moradores estão submetidos. E isto se acentua com a paulatina incorporação de trabalho à terra, que aumenta as rendas (fundiárias e imobiliárias), aumenta o custo de Reprodução da Força de Trabalho, seus usos e serviços necessários, além de contribuir com ajustes nos processos produtivos. À exploração da força de trabalho se associa a espoliação do trabalhador. Portanto, o contingente de *desabrigados* é produto do próprio capital, tal como a migração dos camponeses expulsos do campo para a cidade, o desemprego de trabalhadores pelo emprego de máquinas que aumentam a produção, o incremento do exército industrial de reserva que conserva um estoque de trabalhadores ociosos prontos para substituir os trabalhadores ativos, rebaixando seus salários, mas ainda a intensificação de capital em fronteiras de terra, aumentando-lhes suas rendas. Esta *crise* se realiza, portanto, por causa da grande oferta de moradias que não podem ser realizadas (consumidas), mas que, no entanto, beneficia os proprietários que extraem rendas através do aluguel de «alcovas mortuárias».

*“Numa tal sociedade, a crise da habitação não é uma acaso, é uma instituição necessária”*.<sup>98</sup>

Então, como é que a burguesia reformista pretende resolver o problema da habitação? Ela pretende resolver o problema da habitação no interior do estranhamento capitalista, querendo transformar os trabalhadores sem-posses em trabalhadores pequenos proprietários. A origem de toda a miséria da sociedade burguesa, isto é, a separação entre o trabalhador e seus meios de produção por meio da propriedade privada, da propriedade que *priva*, é mantida ao mesmo tempo em que se deseja abolir os males que são por ela criados. Busca-se harmonizar a relação entre *capital* e *trabalho* mediante a propriedade da *terra*, como se pudesse existir uma *burguesia sem proletariado* (como se diz por aí, uma sociedade sem classes), a fim de consolidar a sociedade burguesa. No entanto, ela só pode ter argumentos morais, identificando a crise da habitação à condição *naturalmente egoísta do ser humano*<sup>99</sup>, na medida em que não pode intervir, de fato, no processo que engendra essa crise, na qual se beneficia. Assim, a constante reprodução da crise, do *déficit habitacional*/se preferir, é um mercado seguro para se ganhar com a produção, através da alta produtividade, e ou com a falta de produção, através da escassez necessária para a especulação com os terrenos. E qual é a contrapartida «do trabalhador» para a solução burguesa? Ele deve poupar e economizar a fim de comprar uma casa. Não pode gastar seus fracos rendimentos em desvios imorais, tais como as bebidas e as tabernas (gastos que são identificados como desvios decorrentes da ignorância, imoralidade, falta de vontade de sua classe e etc.). Sua fruição, portanto, deve ser o trabalho árduo.

O grande capital especula com a miséria! A mobilidade do trabalho e do trabalhador, diante da instabilidade do processo de produção que explora a força de trabalho num determinado momento e depois a descarta, um constante movimento de emprego e desemprego, é compensada pela *aparência* de fixidez e seguridade que o acesso à propriedade privada traz: o trabalhador pode se enraizar na terra<sup>100</sup>. Ao se enraizar «liberta-se» da sombra dos despejos ou de se perder no mundo. Por outro lado, a *casa* do trabalhador é um elemento que assume um valor econômico que pode ser transferido

<sup>98</sup> ENGELS, Friedrich. *O problema da habitação*. Lisboa: Editorial Estampa, 1975. Pág. 48.

<sup>99</sup> Cf. MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.

<sup>100</sup> O «problema da habitação», portanto, não é um problema de acesso à terra. Acesso, aliás, amplamente verificável em todas as periferias. Dinamizar o acesso à terra é apenas um «azeitar da máquina», ainda mais se retomarmos as questões referentes à espoliação «absoluta e relativa» do trabalhador.

«aos seus» por meio de herança e patrimônio. Substância da liberdade dos desmandos do mundo hostil. Um *refúgio*. A propriedade destinada ao trabalhador, no entanto, apresenta uma forma urbana específica: ela é distante dos locais valorizados da cidade, que são destinados à burguesia que ganha com o acúmulo de trabalho social incorporado nesses espaços, e separadas em pequenas parcelas de território com suas necessidades e dimensões mínimas. Beneficia a um só tempo, os capitalistas que produzem diretamente essas mercadorias, valorizando e conservando a massa de capital investido nessa determinada forma de produção, através da venda dessas unidades; e os proprietários fundiários que monopolizam o meio de produção, o suporte utilizado nesse processo de valorização do capital, a terra. Como a casa é um elemento da reprodução da força de trabalho, cujo valor correspondente deve constar nos salários, na medida em que o trabalhador poupa e compra uma, seu valor correspondente deixa de ser *necessário*, isto é, deixa de constar em sua cesta de consumo, contribuindo para o rebaixamento do salário e para a acumulação capitalista<sup>101</sup>.

A alta produtividade da indústria se associa aos ganhos econômicos com a especulação da terra. Esses ganhos representam a possibilidade de futura valorização em função do trabalho incorporado a ela e em função de ser um meio de produção monopolizado nas mãos de um proprietário fundiário. Isso empurra o espaço urbano para além de suas fronteiras e limites existentes, onde o processo social realizado já incorporou trabalho à terra. A separação fundamental entre campo e cidade, o primeiro como o lugar de produção de alimentos e o segundo como lugar do consumo, entra em crise. Esses termos estão em oposição: a cidade avança sobre o campo. O processo de urbanização decorrente do desenvolvimento capitalista deteriora tanto o campo, que se urbaniza precariamente, quanto à cidade, que perde seus contornos identificáveis. Nesse movimento, a habitação para a burguesia é sempre um investimento *lucrativo* e ou *rentável*. Dado as formas de acumulação privada na sua produção direta, como em sua forma indireta, através do aumento da força produtiva decorrente do rebaixamento dos salários e da *otimização* do fornecimento de força de trabalho concentrada em estruturas *urbanas* específicas para este fim (a cidade como um meio de produção). Se *economicamente* são favoráveis à burguesia, *moralmente* também o são: essas «colônias» novas e distantes alojam os trabalhadores longe das áreas centrais das cidades, locais do esplendor e cultura que seriam destinadas apenas aos burgueses. A indústria, o local do trabalho feio, sujo e barulhento, onde se extrai a mais-valia, é localizada distante destas áreas, ela é escondida no horizonte dos modelos urbanos, e é justaposta às colônias dos trabalhadores. Como nos disse Marx certa vez, “à produção se chega pelas portas dos fundos!”. Porém, se a produção da habitação é um investimento seguro, lucrativo e rentável, por que o *Capital* não acaba com a crise da habitação? Ele não acaba com a crise da habitação porque não quer abolir a *crise da habitação*. Não se pode resolver o «problema da habitação» conservando suas relações de produção capitalistas. Suas soluções sempre recriam o problema<sup>102</sup>.

<sup>101</sup> “Mas qualquer redução das despesas de produção da força de trabalho, quer dizer, qualquer redução um pouco durável do preço dos meios de subsistência do operário, equivaleria, «partindo das leis de bronze da doutrina de economia política», a exercer uma pressão sobre o valor da força de trabalho que implica finalmente uma redução equivalente do salário. Este seria reduzido da importância economizada em média sobre o aluguer corrente, o que quer dizer que o trabalhador pagaria o aluguer da sua própria casa, não como anteriormente, sob a forma de uma importância em dinheiro paga ao proprietário, mas sobre a forma de trabalho não pago executado por conta do industrial que o emprega”. ENGELS. *Ibidem*. Pág. 53.

<sup>102</sup> As formulações burguesas para o problema da habitação, de cunho filantrópico e moral, só podem se apoiar em modelos irrealizáveis, onde a decomposição dos termos em oposição aparece como uma relação harmoniosa entre trabalho e capital, entre campo e a cidade “Quando, em seguida, o senhor Sax...” (o burguês com quem Engels dialoga em *O problema da habitação*.) “... parte de existência das grandes cidades e discorre demoradamente

“(…) as ruelas e becos mais escandalosos desaparecem e a burguesia glorifica-se altamente com esse imenso sucesso, mas ruelas e becos ressurgem imediatamente noutra lado e muitas vezes em vizinhança imediata”.<sup>103</sup>

O processo de desenvolvimento urbano, portanto, se funda na constante incorporação de trabalho à terra, adicionando valor, que nas mãos de poucos proprietários fundiários e imobiliários, esses monopólios, lhes garantem extrair renda, que se capitalizam. Essas áreas valorizadas expulsam os trabalhadores para as áreas menos valorizadas, produzindo a demanda para novos trabalhos, a se incorporar à terra e reproduzir todo o movimento. Não se trata de *egoísmo natural* do ser humano, nem suas soluções podem ser dadas através de decretos jurídicos do tipo “doem-se propriedades!”. As propriedades são produtos de trabalho. Lá já se extraiu mais-valia. É todo um processo social que a legitima. O problema da habitação, por assim dizer, já está contido na própria *forma-habitação* historicamente constituída: a *habitação mínima*, ou as necessidades mínimas a serem satisfeitas, em oposição à precariedade ambiental dos alojamentos *rentistas*, desenvolvimento econômico estranhado ou a separação entre produtor, produção e produto; a constituição do *homem moderno* em abstração do indivíduo real, submetido às formas de fetichização do capital. O nosso problema está diante do espelho que criamos.

Assim, a *Forma Conjunto Habitacional* é identificada como um momento particular do processo de expansão urbana decorrente das relações capitalistas de produção, que poderíamos pensar que se realiza em quatro movimentos sucessivos e simultâneos: a acumulação originária, a mais-valia absoluta, a mais-valia relativa e a renda monopolista. O primeiro momento se identifica às *fronteiras* espaciais que se abrem e produzem o espaço propriamente urbano, quer dizer, são criadas sobre um território natural ou agrário. São fronteiras produzidas de maneira *informal*, a partir do trabalho do próprio trabalhador que é expulso de áreas mais valorizadas e que produz esse espaço sem ser remunerado, não existindo como *custo de reprodução da força de trabalho*. Isso dá as condições para o que espaço se *urbanize* ao acumular o trabalho não-pago. O momento seguinte se identifica à expansão do capital que se acumula, ainda através do *sobretabalho*, mas sobre uma base urbana. São as *autoconstruções*, realizadas com parcelas de valor sem equivalente em salários e que representam a extensão da jornada de trabalho do trabalhador para além da *produção* estrita. Até aqui, o rebaixamento do custo da reprodução da força de trabalho e dos salários, se dá em decorrência do trabalho não-pago realizado como forma necessária de assentar o trabalhador precariamente na cidade. Trabalho não-pago em sua forma *absoluta*. Num terceiro momento, esses pedaços da cidade passam a receber investimentos pesados do Estado, tais como infra-estruturas de transporte, energia e saneamento, e também com a produção de *Conjuntos Habitacionais*. São formas que rebaixam *relativamente* o custo da reprodução da força de trabalho ao financiar os salários indiretos e dinamizar o processo global de

---

sobre as colônias operárias que devem ser erigidas a par das cidades, descrevendo-nos todas as suas maravilhas, as suas «canalizações de água, a sua iluminação a gás, o seu aquecimento central a ar e a água, as suas cozinhas-lavanderias, estufas de secagem de roupa, casas de banho, etc.», com «jardins infantis, escolas, salas de oração (!) e de leitura, bibliotecas..., cafés e cervejarias, salões de dança e de música com a melhor das intenções», com o vapor que poderá ser conduzido por uma canalização a todas as casas, «permitindo assim em certa medida transferir a produção das fábricas para a oficina doméstica»: isso não altera coisa nenhuma. Essa colônia, tal como ele no-la descreve, é tomada directamente dos socialistas Owen e Fourier pelo senhor Huber que a emburguesou completamente, privando-a simplesmente de tudo que tinha de socialista. Nenhum capitalista tem o interesse em construir tais colônias, por isso elas não existem em parte nenhuma do mundo...”. IDEM. *Ibidem*. Pág. 56.

<sup>103</sup> IDEM. *Ibidem*. Pág. 75. E São Paulo nos mostra isso insistentemente...

produção capitalista, através da concentração de trabalhadores no espaço, que se encontram ligados às infra-estruturas, que por sua vez, os conectam funcionalmente aos locais de trabalho. A isso se adiciona a idéia de «espoliação relativa».

Cada um desses momentos acumula capital no espaço, fixa uma parcela do produto social e, conseqüentemente, aumenta o preço da terra. Este terceiro momento que se realiza através do Estado, organiza e *racionaliza* a intervenção no espaço urbano, produzindo as condições materiais para que o capital possa se reproduzir por si, que seria o quarto momento, aquele que pode reiniciar todo o processo, ao expulsar os trabalhadores das áreas valorizadas para as áreas a valorizar, tornando-se interessante ao movimento especulativo que busca rendimentos com a valorização *diferencial* nesses espaços, tal como nas chamadas *renovações urbanas*. São camadas sucessivas e simultâneas de investimento que vão paulatinamente se incorporando ao espaço<sup>104</sup> e criando *localizações* vantajosas, monopolizáveis, que passam a garantir formas determinadas de renda urbana. Se em um determinado momento se põe mais acento sobre as formas rentáveis ou sobre as formas lucrativas, isso quer dizer que são determinados pelo contexto histórico e geográfico da luta de classes, que ora beneficia os capitalistas *proprietários*, ora beneficia os capitalistas *funcionantes*<sup>105</sup>. Ambas podem ocorrer a partir do Estado que *dirige* o processo, seja em sua *presença às avessas*, seja em sua *presença efetiva*. Mas devem ocorrer necessariamente a partir da extração do mais-trabalho do trabalhador, explorado no momento da *produção* e espoliado no momento da *reprodução*. Esta relação exploração-espoliação sustenta a acumulação capitalista.

Neste sentido, por uma espécie de *desvio*, podemos definir a Forma Conjunto Habitacional como uma contradição inerente ao «problema da habitação». Toda a vida das sociedades cujas modernas condições de produção de mercadorias e de espetáculos têm sua contrapartida na terra, na cidade, no espaço; o *problema da habitação* se resolve numa *imensa coleção de Conjuntos Habitacionais*, sendo a realização particular uma expressão determinada desta *forma* de produção. O Conjunto Habitacional é, deste modo, produto de um complexo processo de trabalho que relaciona e organiza diversos agentes e atividades específicas, tais como arquitetos, engenheiros, assistentes sociais, fornecedores, incorporadores, banqueiros, proprietários fundiários, burocracia impessoal de Estado e, finalmente, trabalhadores assalariados, que produzem diretamente esses espaços que lhes destinam. Destino este que se realiza mediante a compra de uma unidade habitacional. Esse objeto externo satisfaz necessidades humanas determinadas, «do estômago ou da fantasia», necessidades estas, por sua vez, que se realizam a um só tempo «como meio de subsistência e como meio de produção».

O Conjunto Habitacional, ou o conjunto de moradias e equipamentos coletivos, é um momento da reprodução da força de trabalho. Ele é, portanto, um equivalente de valor que deve estar contido nos salários. Estes Conjuntos se realizam mediante a produção da indústria da construção civil, momento em que se extrai lucro e juros, além de se realizar através das e sobre as formas sociais de distribuição da propriedade da terra, lhes conferindo renda. Deste modo, é um momento particular na relação entre o *trabalho*, o *capital* e a *terra*, que se dá sob o capitalismo e sob as políticas sociais e econômicas de *Estado*. Relação esta que determina a produção, o consumo, a distribuição e a troca da *riqueza social*.

<sup>104</sup> Podemos conceber esse movimento a partir de: PEREIRA, Paulo Cesar. *Obs. Cits.*; MAUTNER, Yvonne. *A periferia como fronteira de expansão do capital*. Em CSABA, Deák & SCHIFFER, Sueli (orgs.). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp, 1999; e VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

<sup>105</sup> Cf. MARX, *O Capital...*, Livro Terceiro, Volume V: Capítulos XLVIII, A Fórmula Trinitária; e LII, As Classes.

Ao apresentar-lhes como uma *forma*, esta *forma* se nos apresenta como mágica! Parece estar livre de qualquer contingência: ela foi e é experimentada tanto pela direita como pela esquerda, tanto em países desenvolvidos como em países em desenvolvimento, ela experimenta tanto formas fetichizadas para todo o sempre, como formas rechaçadas desde que vieram ao mundo:

*“Além de se pôr com os pés no chão, ela se põe sobre a cabeça perante todas as outras mercadorias e desenvolve de sua cabeça de madeira cismas muito mais estranhas do que se ela começasse a dançar por sua própria iniciativa”.*<sup>106</sup>

Esta *forma urbana mágica* se caracteriza pela distribuição funcional e homogênea de usos e equipamentos sobre o espaço: infra-estruturas, sistemas de transporte, energia e saneamento, equipamentos e serviços coletivos, unidades habitacionais. Ela é determinada por uma cientificidade aplicada, nos momentos da produção e da reprodução. Aqui, o movimento de transformação da *técnica* e da *arquitetura*. As questões relacionadas à normatização, seriação, estandarização, que engendram a pré-fabricação racionalizada das construções etc., encontram o seu par na classificação e hierarquia das *atividades* e *necessidades* humanas determinadas que serão alojadas nesses novos territórios. Tempos e espaços divididos. Homens e Atos. Teoria e Prática.

A produção do homem? A produção humanamente do espaço? O possível ainda está impossível.

Haja experiências!

---

<sup>106</sup> MARX, *O capital...* Volume I, pág. 70.





DAS FRONTEIRAS DO CONJUNTO AO CONJUNTO DAS FRONTEIRAS

## **6. CONJUNTO DE CONJUNTOS**

### A. JOUEZ LA SCÈNE À SIX!

O conjunto de Conjuntos constitui um campo de comparação cujos contextos de produção<sup>1</sup> nos permitem propor a elaboração de algumas categorias como instrumento de análise. Elas levam em consideração suas soluções arquitetônicas e urbanísticas tipológicas, bem como a relação entre usos, formas de apropriação de seus espaços e seus projetos originais. O vivido em relação com o concebido. No entanto essas *categorias* não se fixam, elas se constituem no conjunto dos aspectos analisados, pois se sob um determinado ponto de vista, dois Conjuntos se identificam, sob outro esta unidade transforma-se em diferença. Estão em movimento. A relação entre os seis Conjuntos, dada através dessas categorias, estabelece uma espécie de «jogo» que será mostrado como se fosse uma narrativa dos espaços, um registro das experiências que relacionam o presente, a partir da pesquisa de campo, e a história, pela transformação dos processos de produção e suas políticas habitacionais correspondentes. Estes processos encontram sua expressão no urbano.

Deste modo, este capítulo será uma «narrativa» que fará referências constantes aos capítulos anteriores. Tanto em relação às observações de campo, as representações de seus agentes e minhas interpretações correspondentes; quanto aos movimentos históricos e conceituais estabelecidos na relação entre a forma de produção do espaço por meio de Conjuntos Habitacionais e as relações de produção e acumulação capitalista. Esta narrativa, por sua vez, percorrerá um movimento que será ilustrado pela ampliação da escala de abordagem, isto é, partiremos das unidades habitacionais, passaremos pelas suas plantas-tipo e implantações, até chegar aos dados representados em mapas censitários, cujos recortes territoriais não se limitam às fronteiras específicas de cada Conjunto. Serão utilizados desenhos e esquemas gráficos para melhor expor tais questões. A representação como instrumento de análise.

Percorrido este caminho, ao final do capítulo tentaremos estabelecer uma espécie de conclusão preliminar a ser exposta a partir de questões construídas no bojo do conjunto de Conjuntos. Esta «conclusão» abrirá caminho para se refletir sobre possíveis apontamentos que cada uma dessas experiências tem, em seu conjunto, para a constituição do *devir*, isto é, como suas experiências empiricamente dadas poderiam engendrar possíveis de superação da *Forma Conjunto Habitacional*.

### B. UNIDADES HABITACIONAIS, TIPOS E IMPLANTAÇÕES

Se nós começarmos a análise pelas *unidades habitacionais* poderemos ver que elas se situam em três grupos tipológicos: o CECAP com três dormitórios; COHAB, COPROMO, CDHU e CINGAPURA com dois dormitórios; e o Parque do GATO com dois dormitórios, um dormitório e quitinete. Este é o único Conjunto, portanto, que apresenta variação de tipologias. A partir deste momento podemos estabelecer duas questões: a primeira é se existe uma clivagem de renda pelo número de dormitórios; e a segunda é qual seria o benefício de uma variação de tipologia.

Em relação à primeira questão, o CECAP de fato abriga um grupo social de maior renda, que pôde não só comprar um apartamento de maiores dimensões, mas também assegurar a possibilidade de arranjos familiares mais diversificados. Por outro lado, isso talvez seja em função dessas famílias terem sido originadas há mais tempo, pelos trabalhadores que buscavam suas moradias a partir dos financiamentos públicos dos anos 1970 que se situavam anteriormente às políticas de arrocho salarial e à recessão econômica, cujo processo contribuiu para a precarização da condição de trabalho e o

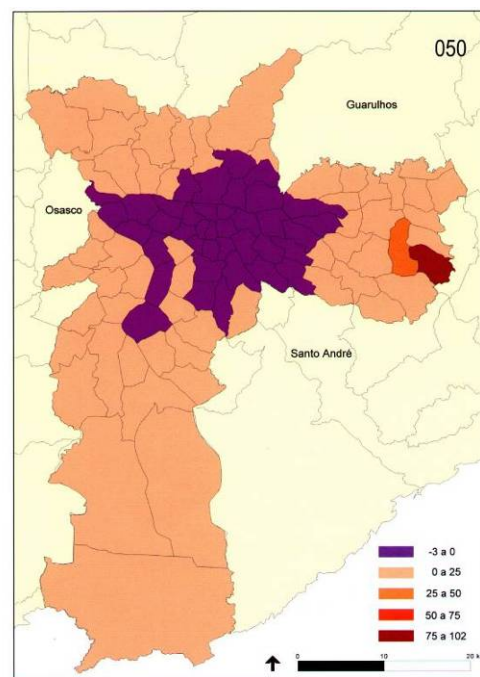
<sup>1</sup> Os seis Conjuntos: CECAP, COHAB, COPROMO, CDHU, Parque do Gato e Cingapura.

empobrecimento geral dos trabalhadores. Porém essa possível clivagem de renda não é um processo que se limita às suas origens, pois ainda se transforma nos anos recentes: há uma importante substituição dos moradores ao longo do tempo e uma transformação da forma da inserção do Conjunto no percurso da urbanização, que passa a integrá-lo à cidade. Movimento este que é acompanhado em paralelo pelo maior poder aquisitivo do conjunto de seus moradores.

Em relação aos Conjuntos de dois dormitórios, suas moradias também são acessadas mediante os financiamentos públicos, mas há diferenças entre eles. Na COHAB, os seus anos de existência não garantiram que a demanda composta pelos trabalhadores fosse assegurada por uma melhor inserção no mundo do trabalho. Esta demanda se constitui por famílias que foram paulatinamente empurradas para longe das áreas centrais da cidade a partir dos processos de renovação urbana, cujas famílias acessam a moradia mediante a compra, mas também mediante a autoconstrução, como no caso das casas-embrião. Neste sentido a produção deste espaço, originalmente estatal, é completada pelos recursos humanos e financeiros dos próprios trabalhadores. Uma situação que se agrava na medida em que neste distrito a presença de locais de trabalho e emprego é bastante reduzida (a não ser pelos estabelecimentos informais e cotidianos que se apresentam abundantes em algumas localizações). Isso proporcionaria uma baixa relativa da renda de seus moradores, que por sua vez, é

acompanhada pelo crescimento populacional deste distrito, um dos maiores da cidade<sup>2</sup>. Este crescimento, seja em função das constantes unidades habitacionais que ainda são produzidas, seja pelo próprio crescimento vegetativo de sua população, proporciona muitas vezes a presença de moradias com uma alta densidade de habitantes por domicílio.

No COPROMO, o acesso à moradia se dá mediante o trabalho comunitário, o denominado mutirão autogerido. Nele predominam trabalhadores que teriam dificuldade em acessar os financiamentos públicos «normais», que pedem uma comprovação de renda formal superior a capacidade de muitos deles. Se, por um lado, esta produção comunitária pode contribuir com a precarização das relações de trabalho, ao basear-se em trabalhos e trabalhadores informais nos fins de semana (estendendo-se a jornada e deixando de se remunerar com salários parte do trabalho), por outro lado permite o acesso a moradias de qualidade superior às oferecidas pelo mercado informal. Deste modo, o trabalho realizado em canteiro pelos próprios moradores permitiu que esse grupo social, excluído das possibilidades oferecidas predominantemente pelos financiamentos públicos, pudesse acessar a moradia através destas formas oficiais de produção<sup>3</sup>.



Crescimento Populacional Anual - 1980-1991(%)

<sup>2</sup> Como pode ser visto no mapa "Crescimento Populacional Anual – 1980-1991 (%)". Cf. SPOSATI, Aldaiza (coord.). *Mapa da exclusão / inclusão social da cidade de São Paulo 2000: dinâmica social dos anos 90*. São Paulo: Arquivos digitais, Pontifícia Universidade Católica, 2000.

<sup>3</sup> Ver entrevista com Wilton, o trabalhador-morador do COPROMO, no Capítulo 3 «Conjunto de situações».

Com os Conjuntos da CDHU é um pouco diferente, pois aqui se observa quatro situações: as unidades acessadas mediante o programa dedicado aos *funcionários públicos*, as mediante *sorteio*, as construídas em regime de *mutirão* e aquelas destinadas a *populações removidas*. Cada uma dessas situações<sup>4</sup> dá conta de rendas familiares relativamente distintas, as quais são «equilibradas» dentro de um mesmo processo de produção por empreiteiras: o financiamento para os trabalhadores mais bem remunerados subsidia o financiamento dos menos. Deste modo, uma mesma tipologia habitacional abriga grupos sociais de diferentes origens e formas de inserção no mundo do trabalho, seja formal ou informal.

Os Conjuntos Cingapura e o Gato são destinados às famílias removidas nos processos de urbanização de favelas. No entanto o acesso à moradia, no primeiro caso, é mediado pela compra financiada e, no segundo caso, pelo aluguel subsidiado. Estes dois Conjuntos, mais o CDHU de *remoção*, são os que apresentam o aspecto de degradação ambiental mais evidente. Isso talvez se dê pelo custo da manutenção desses edifícios e espaços condominiais ser superior aos possíveis dessas famílias, mas talvez, também, pelas suas formas de organização que são (ou não) engendradas a partir do momento em que passam a habitar esses lugares. Estas unidades habitacionais são normalmente super-habitadas, pois os custos referentes à produção de «unidades-padrão» não correspondem diretamente às dimensões familiares existentes. Por outro lado, se a existência de variação tipológica possibilita que sejam alojadas famílias de composições diferentes, essa variação realizada apenas no Parque do Gato, se restringe à oferta de dois dormitórios para menos.

Deste modo, podemos passar para a segunda questão anteriormente mencionada, de qual seria o benefício de uma variação tipológica quanto ao número de dormitórios. Se tomarmos como ponto de partida «números médios», ou uma forma média de organização familiar, a decorrente oferta homogênea de unidades habitacionais poderia responder às demandas de toda uma sociedade. Se tomarmos como referência uma concepção *ideal* (mas quem e como o define? Quais são seus indicadores e metodologias?), como uma concepção daquilo que *deveria ser* a família média (liberada dos anacronismos e idiosincrasias), a oferta de unidades habitacionais de tipologia homogênea poderia garantir a satisfação de *necessidades* iguais para todos, aparecendo deste modo como uma forma de democratização: necessidades mínimas e habitação mínima para os trabalhadores. Se nos fixarmos nestes pontos de partida, a sociedade e a família ideais, a presença de diferenças, representada pela variação tipológica, poderia legitimar e reiterar as desigualdades realizadas no interior desta mesma sociedade.

Mas, em contrapartida, incluiremos outros problemas: de que *necessidade* está se falando e em que medida a *média* e o *ideal* não subsumem possibilidades reais de uso e apropriação. Pois outras formas de organização familiar, para além da baseada no pai, na mãe e nos filhos, são reais e legítimas; e por outro lado, quantitativamente dois ou três dormitórios por si podem significar ou não possibilidade de *fruição* adequada no interior da moradia. Esta fruição depende de suas dimensões, materiais, qualidades ambientais e formas de uso. Mas, proponhamos ainda mais um problema: a habitação, que se constitui como um bem durável, é utilizada por uma família que se transforma ao longo do tempo. Deste modo, a forma fixa do espaço pode ser utilizada de diversas maneiras ao longo do tempo. Por outro lado, por ser uma *mercadoria*, uma propriedade privada passível ser passada a outras pessoas, há sempre usos e formas de apropriação que são imprevistos.

<sup>4</sup> Esses tipos de acesso à moradia passarão a denominar no percurso desta dissertação especificamente cada um desses Conjuntos da CDHU.

Sigamos adiante!

Vamos associar ao problema da tipologia, as técnicas construtivas e a organização espacial interna à moradia.

O Conjunto do CECAP é o único que é construído com planta-livre, isto é, sua estrutura é independente das vedações internas, que são realizadas com divisórias leves e são passíveis de serem transformadas. Os demais Conjuntos são construídos em alvenaria estrutural, o que faz coincidir a organização interna dos espaços com os elementos construtivos, não permitindo alteração. Se levarmos em conta que a composição familiar e que a forma de cada uma delas de se apropriar do espaço pode variar ao longo do tempo, a solução em planta-livre permite uma adaptação mais maleável ao uso do espaço. Já os edifícios em alvenaria estrutural fixam uma determinada forma, que restringe as transformações espaciais a apenas alguns arranjos exclusivos aos mobiliários.

Como isso se relaciona com as questões anteriores? Partimos do princípio que o CECAP se baseia numa condição *ideal*, isto é, como uma forma de democratização do produto do trabalho social que é realizada através da provisão de unidades habitacionais, por sua vez, correspondentes a uma concepção do que deveria ser a família moderna liberada dos anacronismos e idiosincrasias<sup>5</sup>. Se esse *ideal* se fixa num modelo, representado por uma tipologia homogênea, sua maleabilidade interna possibilita que esse espaço seja transformado a partir das inúmeras necessidades contidas no *real*. Mas, por outro lado, se este Conjunto expressa a constituição de um grupo social de renda familiar mais elevada, em função das condições históricas de financiamento público e da transformação de sua inserção no percurso de urbanização, essas possíveis transformações espaciais que correspondem às diversas formas de apropriação e uso do espaço, podem reiterar seu aspecto de «exclusividade», na medida em que o trabalho necessário para estas transformações exigem outros custos financeiros suplementares. Se a tipologia abre possibilidades de transformação ao longo do tempo, elas apenas se efetivam na medida em que sua família enriquece.

Já em relação aos demais Conjuntos, os construídos em alvenaria estrutural, a tendência à imobilidade espacial proporcionada pela solução construtiva parece refletir a tendência à imobilidade social. Por que? Se são Conjuntos Habitacionais destinados a famílias com menos renda, seus inumeráveis arranjos familiares devem se adaptar (ou não!) às formas arquitetônicas oferecidas, e que não podem ser transformadas. Porém nestes Conjuntos construídos em alvenaria estrutural, podemos destacar duas situações nas quais a tendência à imobilidade espacial aqui exposta é atenuada pela suas especificidades de produção. Seriam, portanto, meio-exceções: o COPROMO e o Parque do Gato.

No primeiro caso, por ser um Conjunto construído a partir do processo de mutirão e autogestão, é assegurado ao COPROMO especificidades quanto às relações de produção em canteiro e quanto às formas de constituição de seu grupo social determinado. Neste sentido, em função da identidade entre o processo produtivo e as relações sociais, as necessidades a serem satisfeitas tendem a ser mais próximas às demandadas. Mas ainda podemos adicionar o fato de que

<sup>5</sup> O CECAP é produzido num contexto de desenvolvimento das relações de produção capitalistas de base urbana e industrial. Estas relações se constituem através da desconstituição das relações de base agrária (conforme discussão apontada no Capítulo 5 «Recuo Histórico – Acumulação primitiva pela produção do espaço»). Neste processo podemos indicar que as relações sociais *comunitárias* passam a ser redefinidas pela sua inserção nas relações especificamente *sociais*, isto é, que não se restringem a identificação de um grupo social específico a um espaço e determinado. O espaço e o social alcançam o mundo. Essa passagem do *comunitário* para o *social* é experimentada neste Conjunto a partir da configuração de seus espaços coletivos, como base material que ampararia a constituição de relações sociais *modernas* (em oposição, portanto, ao comunitarismo *arcaico*). Porém, em função do «arcaico» ser constituinte do nosso processo histórico, os espaços coletivos *sociais* só poderiam aparecer *ideais*.

essa construção se realiza mediante a autogestão dos financiamentos públicos, que elimina (ou ao menos atenua) os desperdícios e reduções materiais quantitativas e qualitativas, normalmente realizados nos empreendimentos produzidos por empreiteiras. No segundo caso, por ser o Parque do Gato uma habitação alugada, tende a não fixar seus moradores à moradia mediante a propriedade privada. Pode ser identificado como uma habitação provisória. Ainda mais se considerarmos o fato de que este Conjunto se destina a uma população que precisa de subsídios públicos ainda maiores para o acesso à moradia (se comparados às outras situações), representado pela transposição da condição de habitação em favela para uma moradia «saneada». Deste modo, nestas duas situações, a fixidez espacial imposta pela solução construtiva tende a ter menor impacto sobre as formas de organização familiar, bem como a relação que elas têm com seu espaço.

Mas vejamos um pouco mais de perto.

CONJUNTO	ÁREA TOTAL	POSIÇÃO	HABITANTES	ÁREA / HAB.	POSIÇÃO	POSIÇÃO FINAL	CLASSIFICAÇÃO
CECAP	63,90 m <sup>2</sup>	1 <sup>o</sup>	5	12,78 m <sup>2</sup> /hab	3 <sup>o</sup>	2 <sup>o</sup>	GRANDE
COHAB	45,50 m <sup>2</sup>	3 <sup>o</sup>	5	9,10 m <sup>2</sup> /hab	8 <sup>o</sup>	5 <sup>o</sup>	MÉDIA
COPROMO	59,40 m <sup>2</sup>	2 <sup>o</sup>	4	14,90 m <sup>2</sup> /hab	1 <sup>o</sup>	1 <sup>o</sup>	GRANDE
CDHU	43,00 m <sup>2</sup>	5 <sup>o</sup>	4	10,75 m <sup>2</sup> /hab	6 <sup>o</sup>	6 <sup>o</sup>	PEQUENA
GATO – 2 D.	44,70 m <sup>2</sup>	4 <sup>o</sup>	4	11,18 m <sup>2</sup> /hab	5 <sup>o</sup>	3 <sup>o</sup>	MÉDIA
GATO – 1 D.	36,80 m <sup>2</sup>	7 <sup>o</sup>	3	12,26 m <sup>2</sup> /hab	4 <sup>o</sup>	7 <sup>o</sup>	PEQUENA
GATO – 0 D.	29,30 m <sup>2</sup>	8 <sup>o</sup>	2	14,65 m <sup>2</sup> /hab	2 <sup>o</sup>	4 <sup>o</sup>	MÉDIA
CINGAPURA	42,60 m <sup>2</sup>	6 <sup>o</sup>	4	10,65 m <sup>2</sup> /hab	7 <sup>o</sup>	8 <sup>o</sup>	PEQUENA

TABELA 1: TAMANHOS DAS UNIDADES HABITACIONAIS E SUA RELAÇÃO COM O NÚMERO DE HABITANTES.

Na TABELA 1 estão anotadas as áreas construídas totais e sua proporção em relação ao número de habitantes. Este número foi estabelecido em função da quantidade de dormitórios de cada uma das unidades habitacionais e do número médio de pessoas por família que era considerado pelas políticas de habitação em cada um de seus momentos. Assim atribuí, como recurso de análise, o número de 5 habitantes para as unidades do CECAP e da COHAB; 4 habitantes para o COPROMO, CDHU, Cingapura e Gato 2 dormitórios; 3 habitantes para o Gato 1 dormitório; e 2 habitantes para o Gato Quitinete. Evidentemente esses «atributos» não dão conta de unidades habitacionais que sejam super-habitadas, mas em função das posições de cada uma em relação a suas áreas totais e as áreas por habitante, podemos classificar o conjunto de Conjuntos em três categorias: as unidades habitacionais *pequenas*: Cingapura, Gato 1 dormitório e CDHU; as unidades *médias*: COHAB, Gato 2 dormitórios e Quitinete; e as *grandes*: CECAP e COPROMO, respectivamente<sup>6</sup>.

Podemos destacar uma questão: as maiores unidades habitacionais tendem a ser aquelas em que o papel dos arquitetos pôde ser mais preponderante em relação às respectivas Companhias de Habitação, tais como o COPROMO, o CECAP e o Gato. No caso do COPROMO em função de sua relação com o movimento social organizado e a autogestão; no caso do CECAP em função da notoriedade de seus arquitetos e em seu momento histórico. No caso do Parque do Gato, já um pouco reduzido às estruturas institucionais de sua produção, em função da forma de inserção dos arquitetos na Companhia.

Porém ainda se faz necessário relacionar essas quantidades às qualidades, que aqui serão expostas pelas formas como seus moradores entendem seu espaço (conforme a pesquisa de campo, no Capítulo 3 «Conjunto de Situações») e por minha interpretação. Como é que seus moradores representam essas unidades? No CECAP, apesar de ser numericamente a maior

<sup>6</sup> Conforme a coluna «posição final» exposta na TABELA 1.

das unidades (área total construída), é considerada pelos seus moradores como pequena, embora confortável. Isso em função da abundância de ventilação e iluminação que são possibilitadas pela solução das janelas corridas ao longo das fachadas. No entanto, as divisórias leves utilizadas na conformação espacial (sua relação entre os ambientes, notadamente os quartos em relação à sala e cozinha), conferem a esta unidade, segundo os moradores entrevistados<sup>7</sup>, um problema de *exposição*: não haveria formas de distinção entre as áreas coletivas e as individuais, tanto interna quanto externa às unidades habitacionais, que a tornam «devassada». Situação que é agravada pelos ruídos que se propagam de um ambiente ao outro. Isso talvez explique a identificação que é feita pelos seus moradores de que o apartamento do CECAP é pequeno. Mas outra questão se associa a esta representação: de que se faz necessário impregnar nos espaços, através de sua transformação, elementos construídos que possam conferir um caráter de distinção (entre os vizinhos e entre eles e os não-moradores do CECAP). Talvez pudéssemos avaliar tal situação como um *Conjunto Habitacional* que foi destinado para trabalhadores, mas que agora querem deixar de ser identificados como «trabalhadores», isto é, que passam a se representar como moradores de *Condomínio*. Esta situação pode ser notada, por exemplo, pela identificação que se faz entre a Vila Barros (um loteamento popular construído próximo ao CECAP) e a idéia de «perifona barra pesada», como o local das pessoas «mais humildes e pobres». Esta Vila Barros, em oposição ao Conjunto Habitacional transformado em Condomínio, parece assumir o sentido de «espaço de trabalhadores».

No COPROMO, a unidade habitacional aparece para seus moradores como muito maior do que se poderia. Seus ambientes são considerados funcionais. A moradia construída também é representada como o resultado de um trabalho árduo em sua produção, que conferiu um resultado superior se tomada em relação àquelas que são ofertadas pelo mercado informal. A unidade habitacional representa, deste modo, uma forma de ascensão social, e não só pelo fato do uso em si como moradia, mas também pela possibilidade de ser vendida, como forma de realização de uma reserva de valor que pode ser capitalizada. No COPROMO, problemas referentes à exposição entre moradores não são relatados, mas sim sua necessidade de organização comunitária: como que fazer desta conquista uma conquista permanente.

As unidades habitacionais da COHAB também são interpretadas pelos seus moradores como uma forma de ascensão social. Mas com a complexidade desta ascensão se realizar em detrimento de usos e relações cotidianas estabelecidas no momento pré-Conjunto, isto é, o acesso à propriedade privada lhes conferiu estabilidade, mas também um isolamento em relação aos equipamentos, serviços e laços de vizinhança estabelecidos no contexto de suas antigas moradias. De certa forma isso se repete nos Conjuntos da CDHU, que inclusive compartilham de uma situação urbana similar à COHAB, na medida em que também se localizam na Zona Leste do Município de São Paulo. Mas os diferentes grupos sociais que ocupam esses Conjuntos da CDHU representam de formas também diferentes seus espaços: o Conjunto construído por mutirão – embora não seja por autogestão – parece proporcionar qualidades materiais e ambientais superiores aos demais. O Conjunto para os funcionários públicos, cuja inserção no mundo do trabalho é mais regular que os demais, apresenta formas de organização comunitária mais consolidadas. O Conjunto de sorteio, por sua vez, apresenta deficiências construtivas, de usos e equipamentos, que são suprimidas paulatina e informalmente pelos moradores, cuja organização se constitui através deste processo. Já o Conjunto de remoção parece reproduzir no interior de seus muros a precarização

<sup>7</sup> Toda vez que eu me referir às entrevistas e observações de campo, remeto-me àquelas que foram expostas no Capítulo 3 «Conjunto de Situações».



ambiental identificada à favela, isto é, parece não alterar fundamentalmente sua condição ambiental pré-Conjunto. De qualquer modo, para os moradores dos Conjuntos da CDHU suas unidades são pequenas e dificultam as atividades realizadas em seu interior, notadamente as de caráter coletivo, tais como festas e reuniões.

Os Conjuntos Cingapura e Parque do Gato são considerados pequenos e reproduzem a desorganização das relações comunitárias pretéritas com o processo de deslocamento (similar ao CDHU de remoção). No mesmo sentido, por concentrar trabalhadores removidos de favelas, essas unidades habitacionais passam a ser estigmatizadas como moradia de *favelados*, sendo a ascensão social representada de forma ambígua e controversa. Mas estes casos, quando localizados na área central da Cidade, oferecem uma melhor inserção do conjunto dos moradores nos equipamentos e serviços públicos.

De fato as representações de seus agentes não coincidem necessariamente com os pontos de vista dos «técnicos» ou dos «tecnocratas». O conjunto de Valores de um pode não ser o mesmo que do outro<sup>8</sup>, como por exemplo, na relação entre os espaços internos à unidade habitacional, os espaços integrados tipo cozinha junto com a sala. Para os arquitetos, essa forma de integração de espaços aparece de uma maneira positiva, em função de seu uso poder variar de acordo com as necessidades do morador ao longo do tempo. Isso, por sua vez, permite que quando usado (estar e cozinhar, por exemplo) esses espaços se apresentam maiores e melhores do que aquele cujas funções são especificadas e reiteradas pela separação dos ambientes, isto é, utilizados exclusivamente como sala ou como cozinha. Mas, por outro lado, para seus moradores essa sobreposição de usos num mesmo ambiente parece remeter à desorganização vivida realizada nas habitações anteriores aos Conjuntos, nas quais são normalmente identificadas como precárias. Assim, se para os arquitetos as possibilidades de transformação espacial no interior das unidades, bem como a sobreposição de usos, podem ser consideradas como um meio de não se funcionalizar o espaço, isto é, como um meio de não se especificar de maneira alheia e fragmentada a relação espaço-uso; para seus moradores essa «indefinição», que reproduz sua sociabilidade pretérita, aparece como uma «desorganização» que deve ser negada<sup>9</sup>.

A imponderabilidade de usos se mostra aos arquitetos como um *vazio* a ser ocupado, movimento que projeta no devir uma virtualidade, uma ação idealizada. Mas do ponto de vista de seus moradores este mesmo vazio pode ser identificado à indefinição ou a reprodução de precariedades ambientais que devem ser negadas, sendo o vazio, deste modo, ocupado pelos *cheios* que lhes conferem formas de e da distinção: as marcas e os vestígios pessoais (seja entre os moradores de um mesmo Conjunto, seja entre eles e as pessoas dos «arredores»). Talvez ainda pudéssemos associar, como uma metáfora, o *vazio* a uma idéia de *ágora* para os arquitetos, e por outro lado, o *cheio* a uma idéia de *agorafobia* para os moradores. A primeira talvez seja contaminada com concepções idealistas (às vezes ideológicas) e a segunda talvez seja uma forma de negação do idealismo ou meio de produção de relações sociais que se realizam a partir destas marcações e demarcações.

Uma outra oposição entre sistemas de valores pode ser destacada: como se interpreta a questão da *repetição*? Se a repetição das soluções construtivas, tanto as relativas aos edifícios quanto ao conjunto destes (típicas de um processo de produção industrial) pode ser identificada como algo *popular* (termo tomado no sentido de precário ou de inferior às formas tidas como *eruditas*), é na impregnação de vestígios pessoais e «customizados» que se produz, ao menos aparentemente, a

<sup>8</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre. *Raisons pratiques: sur la théorie de l'action*. Paris: Seuil, 1994.

<sup>9</sup> Cf. Wagner Germano em entrevista localizada no Capítulo 4 «Conjunto Concebido».

individualidade de cada um dos moradores. Deste modo, se temos uma idéia que concebe a repetição como meio de se superar as carências materiais mediante a produção industrial, é na negação aparente desta repetição que se constituem concretamente os valores e normas sociais, expressando um modo de viver e de interpretar tal vivência<sup>10</sup>. O que se equivoca, a repetição ou os valores nela projetados? Por enquanto deixemos isso *in hold*. As representações de seus moradores e o jogo de interpretações decorrentes saem de cena por enquanto. Vamos retornar às moradias, analisando suas plantas.

#### PLANTA DAS UNIDADES HABITACIONAIS E SUAS RELAÇÕES

Em relação aos arranjos internos (sala, núcleo hidráulico e quartos) podemos observar que a tipologia do CECAP se desdobra diretamente nas soluções das tipologias da COHAB e CDHU e apenas indiretamente nas tipologias do COPROMO e do Cingapura. O CECAP organiza seus espaços basicamente pelo acesso à unidade através da sala, a presença de um núcleo hidráulico (composto pela cozinha e pela lavanderia-banheiro) e uma das fachadas totalmente destinada aos dormitórios. As unidades da COHAB e CDHU variam em relação a esta forma de disposição apenas na ordem de suas dimensões ou alguns ajustes internos; as unidades do COPROMO e do Cingapura apenas com um «desmonte» da forma predominantemente retangular. Por outro lado, as unidades do Parque do Gato se organizam através das instalações hidráulicas em linha, paralela à circulação horizontal externa, seus dormitórios são voltados para a fachada oposta e as salas com as duas fachadas.

Na unidade do CECAP, as fachadas são compostas por armários e janelas corridas, que ocupam toda sua extensão. Isto, somado às divisórias leves e à planta livre, permite uma quase total liberdade de disposição interna (com exceção das instalações hidráulicas fixas). Porém, da maneira como foi proposta, seus ambientes são «cortados» por circulações internas diagonais, o que poderia comprometer alguns arranjos internos<sup>11</sup>. Este aspecto se desdobra nas unidades similares, mas com a perda da possibilidade de transformação espacial em função de seus elementos construtivos (alvenaria estrutural). Porém, no COPROMO, sua forma «desmontada» permitiu que se concentrassem as circulações internas (elas pelo centro e os arranjos nas periferias), sendo organizadas e distribuídas pelo *hall* central, rebatido na sua lógica construtiva, que permite uma gama maior de arranjos internos (evidentemente restritos aos elementos estruturais). Porém, com o processo de redução da metragem quadrada das unidades (partindo-se do CECAP em direção ao Cingapura) há ainda um aumento da dificuldade de arranjos internos que poderiam prejudicar seus usos. Podemos notar que equipamentos de apoio, como os eletrodomésticos em geral, são cada vez mais ignorados como um programa de necessidades nas unidades de tamanho reduzido, apesar de existirem nessas habitações. Isso provoca a ineficiência de uso de alguns ambientes (tais como nos momentos de estudo, refeição, descanso, lazer, serviços), sendo a expressão da redução dos elementos «necessários» à composição da moradia dos trabalhadores. Isso reflete o pragmatismo produtivista em que a habitação social se enveredou.

<sup>10</sup> Podemos ilustrar diferentes pontos de vista sobre a questão da *repetição* através da noção de “repetição exemplar”, exposta por Paulo Mendes da Rocha em sua entrevista situada no Capítulo 4 «Conjunto Concebido», e a idéia de que o Conjunto oferecia apenas o «básico» e que todos eram iguais (como no filme “Eduard, mãos de tesoura”), expostas nas entrevistas com ex-moradores, registradas no Capítulo 3 «Conjunto de Situações».

<sup>11</sup> Isso em função da planta organizada em «H», que concentra as circulações verticais e, conseqüentemente, os acessos às unidades habitacionais. Veremos mais adiante em «Planta dos andares tipo». Contudo a «circulação diagonal» poderia ser eliminada, por exemplo, com a adoção da entrada pela cozinha, mas a «entrada pela cozinha» não é uma solução muito bem vista pelo conjunto de moradores, por ser esse ambiente (de fato?) “menos nobre” que a sala. Menos nobre a mais íntimo. Às vezes revelam a «bagunça» da casa. Seria um resquício da sala de visitas?

DESENHO DAS UNIDADES HABITACIONAIS <sup>12</sup>

FIGURA 1: CECAP - 63,90 m<sup>2</sup>

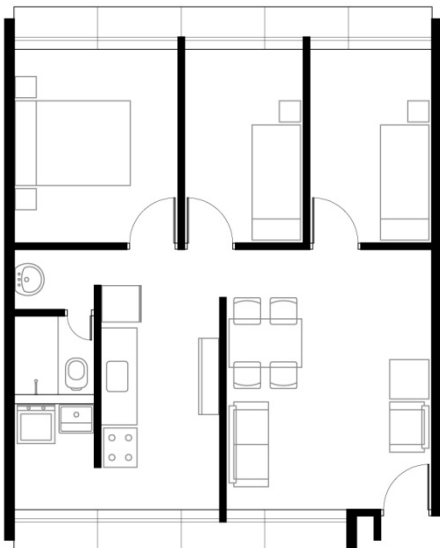


FIGURA 2: COPROMO - 59,40 m<sup>2</sup>

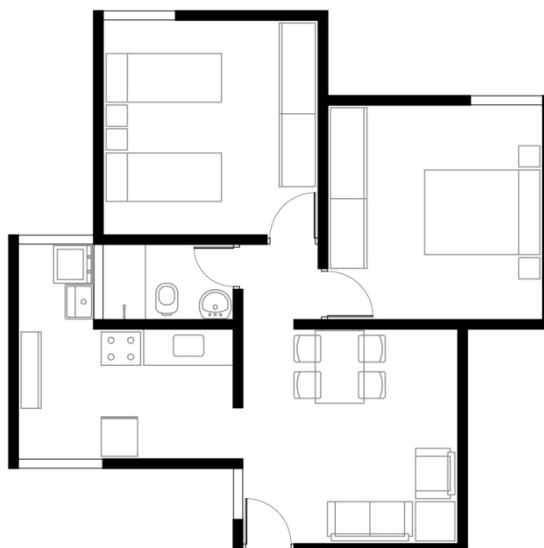


FIGURA 3: CDHU - 43,00 m<sup>2</sup>

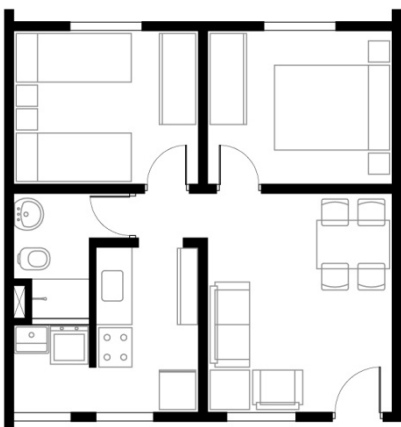
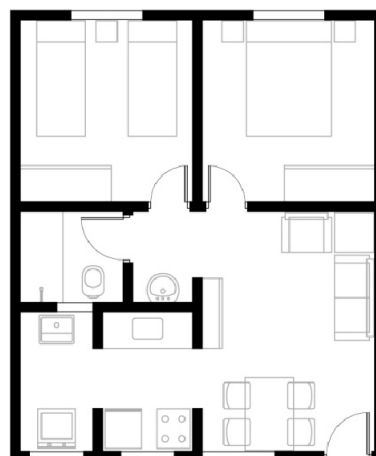


FIGURA 4: COHAB - 45,50 m<sup>2</sup>



<sup>12</sup> Os desenhos estão representados todos na mesma escala de 1/125.

DESENHO DAS UNIDADES HABITACIONAIS

FIGURA 5: CINGAPURA - 42,60 m<sup>2</sup>

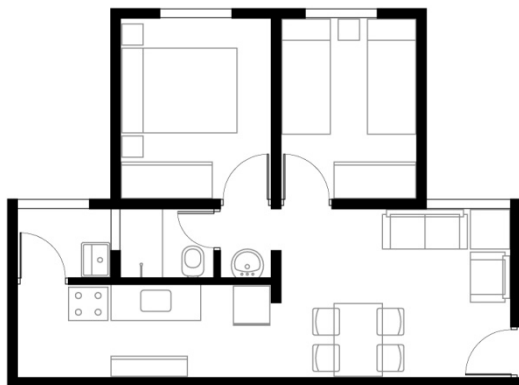


FIGURA 6: GATO 2 DORMITÓRIOS - 44,70 m<sup>2</sup>

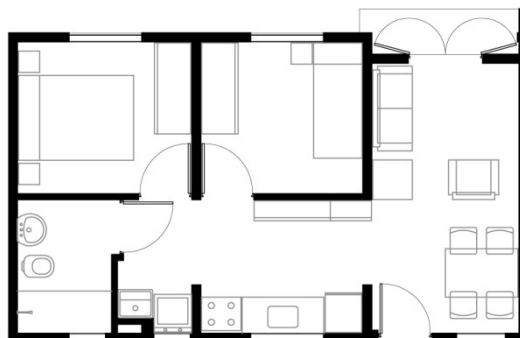


FIGURA 7: GATO 1 DORMITÓRIO - 36,80 m<sup>2</sup>

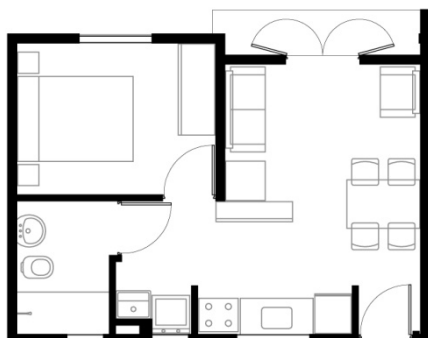


FIGURA 8: GATO QUITINETE - 29,30 m<sup>2</sup>



## PLANTA DOS ANDARES TIPO

Em relação às circulações verticais, podemos dividir os Conjuntos em três grupos: quatro unidades habitacionais organizadas em torno de uma escada, com uma planta em «H», como o CECAP, a COHAB, o CDHU e o Cingapura; quatro unidades para uma escada, mas com varandas, como o COPROMO; e doze unidades arranjadas sobre circulações horizontais por meio de varandas e passarelas, como o Gato. Nas plantas em «H» as áreas destinadas estritamente à circulação tendem a ser relativamente menores, portanto (tendem a ser) mais funcionais. Na situação da circulação corredor, a proporção da área de circulação tende a ser maior, caso que poderia representar desvantagem se utilizada exclusivamente para este fim. Em todos os conjuntos essas circulações são apropriadas pelos moradores, seja para configurar suas entradas (portas, vegetação), seja como área externa de lazer, notadamente as varandas do COPROMO cuja possibilidade de encontros entre os moradores de um mesmo andar parece ser maior, inclusive com a apropriação compartilhada pelos mesmos. Diante disto, é necessário se pensar a relação entre a *funcionalidade estrita* de circulação, produto da separação e classificação *a priori* de atividades possíveis dos moradores em seu cotidiano, e a gama imponderável de usos e apropriações que espaços adequados podem proporcionar: os usos tendem a variar com relação ao tempo.

CONJUNTO	ÁREA TOTAL	CIRCULAÇÃO	PERCENTUAL	HAB/PAVIM.	CIRC. / HAB.	PERÍMETRO ALV	ID
CECAP	1.257,00 m <sup>2</sup>	117,50 m <sup>2</sup>	9 %	100	1,175 m <sup>2</sup> /hab	331,00 m	0,37
COHAB	536,15 m <sup>2</sup>	45,90 m <sup>2</sup>	8 %	60	0,765 m <sup>2</sup> /hab	189,30 m	0,43
COPROMO	469,30 m <sup>2</sup>	53,50 m <sup>2</sup>	11 %	16	3,345 m <sup>2</sup> /hab	208,00 m	0,36
CDHU	338,70 m <sup>2</sup>	38,90 m <sup>2</sup>	11 %	32	1,215 m <sup>2</sup> /hab	129,30 m	0,50
PARQUE GATO	430,00 m <sup>2</sup>	105,30 m <sup>2</sup>	24 %	38	2,925 m <sup>2</sup> /hab	193,75 m	0,37
CINGAPURA	286,80 m <sup>2</sup>	54,60 m <sup>2</sup>	7%	64	0,855 m <sup>2</sup> /hab	286,60 m	0,33

TABELA 2: ÁREAS DOS ANDARES TIPO E SUA RELAÇÃO COM AS ÁREAS DE CIRCULAÇÃO E EXTENSÃO DAS ALVENARIAS EXTERNAS.

Nesta TABELA 2, observamos os valores referentes às plantas-tipo de cada Conjunto, que são compostas pelas unidades habitacionais e suas circulações horizontais e verticais. Estão anotadas as quantidades das áreas totais construídas, as áreas de circulação, bem como as proporções entre elas e o número de habitantes por pavimento. Por fim, a geometria de cada planta-tipo que confere uma relação entre a área total construída e a extensão das alvenarias externas. Isso nos interessa em função da necessidade de se garantir a estanqueidade das unidades habitacionais contra as intempéries, possibilitando o conforto ambiental. Como as alvenarias externas devem ser realizadas mediante um custo maior de produção, sua relação com a área total construída representa um indicador de eficiência econômica, que é denominado como Índice de Compacidade<sup>13</sup> (ID). Quanto maior seu número, mais compacto é o edifício.

A partir dos Índices de Compacidade de cada planta tipo, podemos ver que os Conjuntos da COHAB e da CDHU são os que apresentam valores maiores. Isso quer dizer que suas formas de organização expressam uma maior eficiência sob este aspecto. Os Conjuntos COPROMO, Parque do Gato e CECAP apresentam índices intermediários, o que não deixa de ser interessante, pois mostra que a forma recortada e compacta do COPROMO, em relação às laminas dos outros dois Conjuntos, não é por si ineficiente. Mas o mesmo não ocorre com o Cingapura, pois associa sua forma recortada a um edifício tipologicamente linear, torna-o ineficiente sob este aspecto da compacidade.

<sup>13</sup> Índice de Compacidade:  $IC = (2\sqrt{A\pi}/p)$ . Onde A = área, P = perímetro. O valor 0,88 representa um quadrado, a menor proporção de perímetro por área.

Por outro lado, a tendência à compacidade (ou não), de cada planta tipo deve ser relacionada às soluções construtivas específicas de cada uma de suas fachadas, que por sua vez correspondem aos sistemas construtivos. No CECAP, como já relatado, são utilizados os armários pré-moldados e as janelas corridas. Se por um lado essa solução representa custos de produção maiores, pois são realizados mediante a indústria de alta composição orgânica de capital; por outro lado são produtos de um aprimoramento técnico capaz de garantir a durabilidade por mais tempo.

O COPROMO é construído em alvenaria estrutural cerâmica e precisa ser adicionado à fachada produtos que garantam sua estanqueidade, tais como os hidrofugantes. No entanto, por ser construído a partir da força de trabalho de seus próprios moradores, a qualidade da execução e dos acabamentos tendem a ser mais elevadas em relação aos demais conjuntos construídos em alvenaria estrutural por empreiteiras: COHAB, CDHU, Cingapura e Parque do Gato.

Em relação a esses quatro conjuntos, pudemos observar que naquelas situações cuja manutenção dos edifícios era mais complicada, isto é, os casos dos Conjuntos destinados à população removida, os danos ambientais decorrentes da falta de manutenção são maiores. Revelando, de certa forma, que apesar da sua compacidade, sua forma de construção de qualidade inferior passa a ser muito mais determinante em relação à qualidade ambiental e aos custos de produção.

Seguindo nos dados da tabela, agora passaremos às formas de circulação externa.

Os edifícios organizados em «H» tendem a apresentar uma proporção menor entre a área de circulação e a área total. Mas se observado o valor percentual de cada uma das plantas-tipo (TABELA 2), poderemos ver que o Conjunto CDHU apresenta um valor similar ao do COPROMO, cuja circulação é organizada através de corredores e varandas, e que deveria, portanto, representar uma maior proporção de área de circulação do que as organizadas em «H». Nos casos do CECAP, COHAB e Cingapura, esta proporção é efetivamente reduzida, sendo que nestes dois últimos apresentam áreas de circulação por habitantes ainda menores. No entanto, esta proporção reduzida não quer dizer, necessariamente, que seja resultado de uma eficiência ou racionalização de projeto ou da construção, mas sim resultado de um processo de adensamento populacional e uma redução quantitativa das áreas de suas unidades habitacionais.

Por outro lado, os Conjuntos que não se organizam diretamente ao redor das escadas, como as plantas em «H», são aqueles cuja parcela de circulação em relação às unidades habitacionais é maior. Porém, como já mostrado, se observarmos o percentual de circulação em relação à área total do Conjunto COPROMO poderemos ver que sua relação é igual à do CDHU, mas com a diferença de que no COPROMO suas áreas de circulação não se restringem exclusivamente a esta finalidade: elas também são varandas coletivas. O Parque do Gato é aquele cuja área de circulação é muito maior. Evidentemente! Pois se utiliza uma única escada para dois corredores-varanda, que acessam a totalidade de doze unidades habitacionais. Se observados os valores referentes às áreas de circulação por habitante, poderemos ver que o Gato não é a situação limite (mas sim o COPROMO, que é o Conjunto que tem a maior área de circulação por habitante).

De qualquer modo, essas quantidades não refletem necessariamente a qualidade de seus espaços e suas formas de apropriação: elas podem ser escadas e circulações escuras ou abertas, podem ser utilizadas apenas como circulação ou como um estar temporário coletivo ou individual. Nesses termos, podemos pensar em dois grupos de Conjuntos: aqueles em que o custo é preponderante em relação às soluções arquitetônicas, resultando na menor área possível de circulação e no menor uso possível de aberturas ou janelas, como nos casos da COHAB, CDHU e Cingapura; e aqueles Conjuntos cujas

circulações são concebidas não só como uma forma econômica eficiente, mas sim como formas que contém possíveis de apropriação e fruição, como no caso do COPROMO, através de suas varandas que podem ser ocupadas e compartilhadas entre os moradores de um mesmo pavimento; e nos casos do CECAP e do Gato, cujas circulações proporcionam visuais aos edifícios e aos espaços coletivos.

Deste modo, se ainda nos mantivermos diante da organização dessas unidades em relação às formas das circulações verticais e horizontais, mas adicionando-se a maneira como são implantados no terreno, poderemos dividir o conjunto de Conjuntos em dois grupos (que reiteram a divisão descrita anteriormente): por um lado, aqueles Conjuntos cujas mediações espaciais são mais tênues ou inexistentes, como a COHAB, o CDHU e o Cingapura; por outro lado aqueles Conjuntos em que são experimentadas relações espaciais e usos mais diversificados, como o CECAP, o COPROMO e o Gato. Neste grupo, onde há um predomínio das concepções arquitetônicas na produção, são propostos espaços e usos que seriam considerados como ineficientes ou excessivos segundo a lógica dos imperativos econômicos da racionalidade produtiva do primeiro grupo, que por sua vez são identificados aos padrões das Companhias de Habitação.

Vejamos suas relações através dos desenhos das plantas tipo.

O CECAP se baseia nas freguesias, que são uma unidade urbana que articula gradativamente usos e funções: dos mais individuais aos mais coletivos. Como é isso? Podemos observar na FIGURA 9: 4 unidades habitacionais em torno de uma escada, sendo que cinco escadas compõem um pavimento (com 20 unidades), em seguida três pavimentos que são acessados por essas escadas, que por sua vez configura um bloco sobre *pilotis*, somando-se 60 unidades. Em função desses *pilotis*, os blocos situados lado a lado criam uma sucessão de espaços cobertos e descobertos, que podem amparar as atividades mais diretamente ligadas às habitações: os espaços de lazer, estacionamentos, áreas verdes. O conjunto de oito blocos (480 unidades) hoje configura um condomínio, delimitado pelas grades e marcado pela guarita. No meio de quatro condomínios (que em projeto configurava uma freguesia – 1920 unidades) estariam situados equipamentos e serviços coletivos destinados a esses moradores, tais como escolas primárias, pequenos centros comerciais de dimensão local, áreas de lazer e de esporte. Esta forma de organização, com seus edifícios laminares e paralelos sobre *pilotis*, e associados a equipamentos e serviços coletivos, poderia ser repetida em outras situações, configurando um modelo, por assim dizer, matricial (como num gráfico matemático, que avança suas unidades numéricas ao longo de um eixo X e um Y, compondo uma trama), que tem como virtualidade atingir toda a dimensão do território.

Por outro lado, o COPROMO configura uma sucessão de espaços ligados mediante o percurso. São algumas praças configuradas pela forma côncava dos edifícios (FIGURA 10) que se correspondem diretamente às unidades habitacionais, destinadas como áreas de lazer. Elas se interligam através de passagens criadas entre as formas «desmontadas» dos edifícios. Se no CECAP os espaços podem se abrir aos horizontes, com a possibilidade de se reproduzirem infinitamente sobre o território, no COPROMO sua concavidade lhe dá uma dimensão centrípeta, conduz seus espaços para dentro. Mas há algo que se situa para além dessas formas: as concepções que engendram o CECAP visavam, não sei se idealmente, atingir todo o território, e isso aparecia como uma maneira de se incorporar ao processo de desenvolvimento social toda a sociedade. O COPROMO aparece de outra maneira. Seus moradores são os próprios trabalhadores de sua produção. Eles se constituem através de um processo específico e restrito. Esse conjunto de pessoas se forma através de movimentos sociais

organizados, que por sua vez se formam a partir das lutas contra a carestia urbana: o mundo ao redor é um moinho, ele contribui com a precarização de suas condições de vida. Deste modo, a concavidade exposta nas formas dos edifícios parece expressar uma atitude de negação do mundo hostil, na medida em que marca uma separação formal (em oposição aos espaços «infinitamente contínuos» do CECAP) entre aquilo que «é Conjunto» e aquilo que «não é Conjunto». Ainda que não promova uma superação efetiva dos males do mundo, na medida em que se reduz a um grupo social determinado e, conseqüentemente, a um espaço restrito, e só nessa particularidade estabelecida entre a identidade do espaço e do grupo social que são possíveis usos comunitários que são imprevisíveis nas formas oficiais de produção (CDHU, por exemplo). Ao delimitar claramente aqueles que pertencem ao Conjunto (e conseqüentemente aqueles que não pertencem), a provisão de equipamentos e serviços se dá a partir de um mútuo reconhecimento, identificando-os no âmbito da *personalidade*<sup>14</sup>.

Bom, em passagens anteriores representei esta oposição descrita logo acima como uma oposição entre a tendência ao universal-abstrato que estaria contida na reprodução matricial do CECAP e a tendência ao reforço particular-concreto que estaria contida no COPROMO. No primeiro caso isso se daria em função de seu paralelismo que se abre aos horizontes, e no segundo caso em função das concavidades que se fecham ao entorno. Isso a meu ver, de certo modo reflete as concepções (notadamente de seus arquitetos) e os momentos históricos que engendraram esses lugares: no CECAP pela intensificação de uma vida coletiva que retira idealmente seus moradores dos anacronismos passadistas (pelo processo hipostasiado de transformação do *comunitário* em *social*), e no COPROMO pela intensificação de uma vida comunitária que nega concreta e restritamente as relações sociais hostis. Um, aposta no processo de desenvolvimento em escala social. Outro, se restringe à defesa de uma particularidade comunitária.

Contudo, não podemos nos restringir (e, portanto, fetichizar) às suas formas. De fato, as duas concepções de implantação podem ser reproduzidas *ad infinitum* em diversos contextos urbanos (se tomados, como exemplos, os outros Conjuntos Habitacionais produzidos pela CECAP ou por processos de mutirão autogerido). Mas por outro lado, elas também sempre se restringem aos seus respectivos *lotes* ou *glebas* urbanas, as dimensões de seus terrenos. De qualquer maneira, estas diferentes concepções aqui postas lado a lado, podem também ser interpretadas como um movimento de sucessão de experiências, em função de cada uma de suas épocas: o COPROMO só foi possível após a crítica que se estabeleceu aos *modernos* quanto à sua apropriação pelo capital imobiliário, representado, por exemplo, pela mudança do poder aquisitivo dos moradores do CECAP. Bom, mas talvez ainda sejam apenas representações de espaços<sup>15</sup>. Deixemos mais pra frente.

<sup>14</sup> Diferentemente daquilo que *deveria* ser o aparato republicano baseado nas relações impessoais do Estado e etc.

<sup>15</sup> Num contexto mais amplo poderíamos pensar que estas duas concepções urbanísticas correspondem a diretrizes, por assim dizer, colocadas pelas matrizes políticas que amparavam tais experiências. No caso do CECAP o Partido Comunista e no caso do COPROMO o Partido dos Trabalhadores. Em reflexões situadas temporalmente entre estas duas experiências (Cf. CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 2001 & SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988), foram mostradas limitações que o Partido Comunista teria enfrentado no decorrer do processo histórico, as quais aparentavam estar sendo superadas pela constituição do Partido dos Trabalhadores (a organização popular de base como sustento prático e ideológico da ação política, com a constituição de uma complexa «classe social» de trabalhadores a se realizar através do encontro entre os sindicatos, os movimentos sociais urbanos e os militantes de esquerda). Isso teria engendrado uma mudança de parâmetros: a primeira como processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais, que talvez pudessem ser ilustradas por suas soluções «universalizantes» (ocupando e construindo todo o território nacional), e a segunda como lutas contra a carestia urbana realizada através da constituição de relações sociais específicas, que talvez possam ser ilustradas pelas soluções «comunitárias» (agindo sobre o espólio daquele processo de ocupação). Como esta última diretriz política também se deparou com suas próprias barreiras, este campo parece estar em aberto. Em disputa.



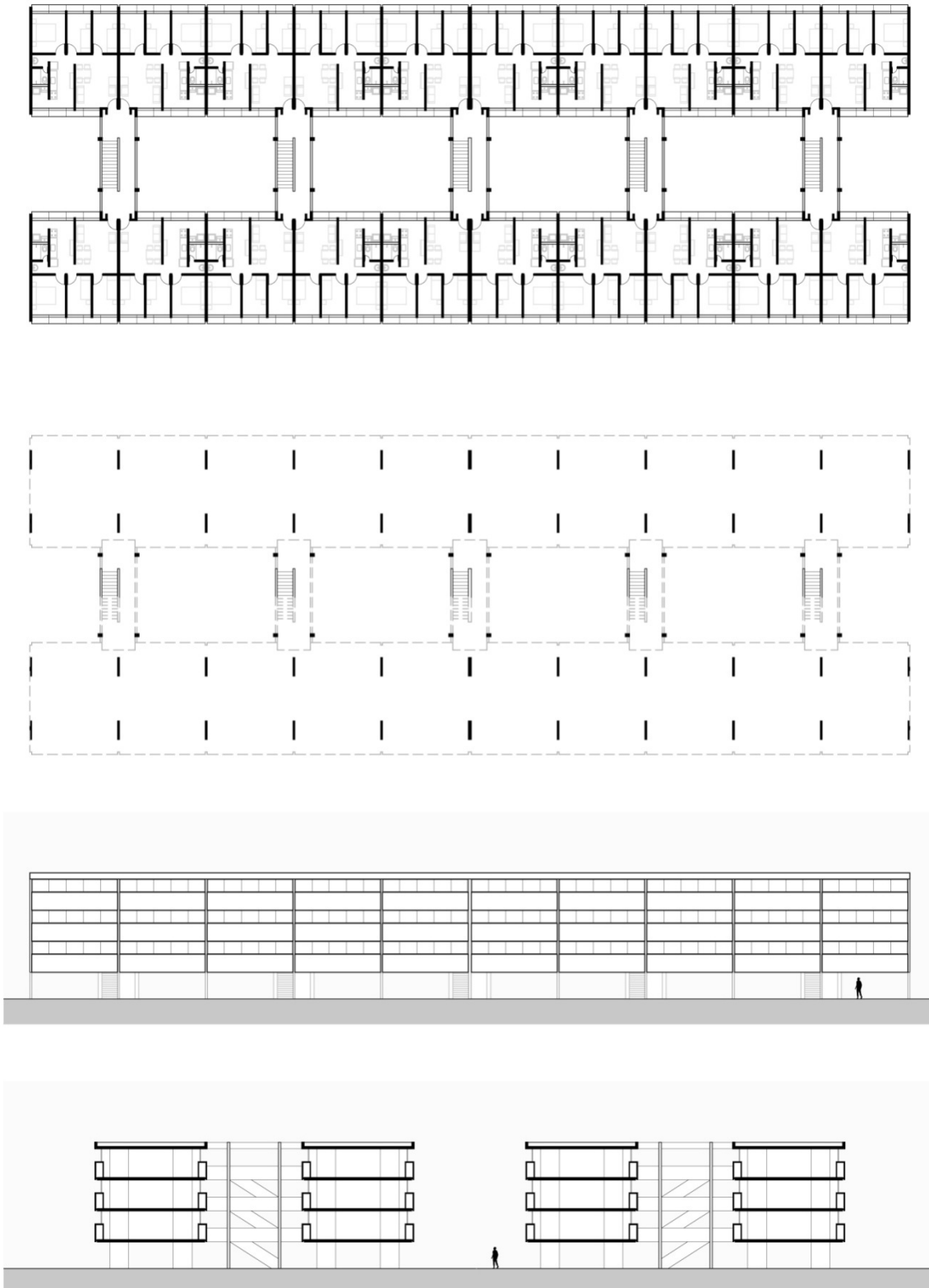


FIGURA 9: CECAP. ESC.: 1/500

Diante desta oposição, a meu ver o Parque do Gato parece ser um meio termo. Podemos observar na FIGURA 14 que cada pavimento tipo é composto por 6 unidades habitacionais de cada lado (somando-se, portanto, 12 unidades habitacionais por pavimento tipo), que por sua vez são acessadas mediante as circulações horizontais (varandas e passarelas) e a vertical (escada). Cada bloco é composto por dois edifícios, sendo que um deles, que chega até o chão, contém cinco andares (30 unidades), e o outro de quatro andares é sustentado pelos *pilotis* (24 unidades). O bloco é composto pela soma total de 54 unidades. Dois blocos são justapostos, frente a frente, mas espelhados (os *pilotis* ao centro), o que proporciona a criação de um espaço entre os prédios e sob os *pilotis* que se relaciona a 108 unidades habitacionais. E é através do recurso de lâminas paralelas e *pilotis* que se busca a criação, ao mesmo tempo, de recintos e de horizontes. Isso se dá em função da solução adotada às circulações, uma escada para doze unidades por pavimento, e a intercalação de edifícios sobre *pilotis* com edifícios que chegam ao solo, conforme descrito anteriormente. A meu ver, há nesta concepção tanto uma proposta de intensificação da vida coletiva idealizada quanto uma intensificação da vida comunitária concreta (contribuindo para a idéia de meio termo): são edifícios situados numa área central da Cidade que se destinam aos moradores da Favela do Gato ou àqueles cujas rendas familiares não lhes permitiam acessar financiamentos públicos. Eles são retirados de uma situação ambientalmente precária, resultante do contraditório processo de urbanização, e são integrados numa nova situação que se erige como meio de negá-la.

De qualquer modo, se compararmos estas três situações com as demais, poderemos ver que COHAB, CDHU e Cingapura (respectivamente FIGURA 11, FIGURA 12 e FIGURA 13) engendram sua organização espacial sem que haja mediações entre os espaços individuais e coletivos: seus edifícios são justapostos, um ao outro e sobre o *terreno criado* para receber essas tipologias padrão. Digo «terreno criado» em função de que é o terreno que deve se adaptar às tipologias-padrão e não o contrário, que seria o recomendável<sup>16</sup>. Aqui impera, quase que exclusivamente, a necessidade de se conseguir implantar o maior número de unidades habitacionais possível. Não é por acaso que resultam de desdobramentos tipológicos do CECAP, pois através desse desdobramento reproduzem os aspectos que lhes confere racionalidade, mas são ajustados às formas burocráticas e institucionais de produção. Com isso são eliminadas as «gorduras» (do ponto de vistas destas empresas, é claro) que reduz as possibilidades contidas, por exemplo, no CECAP, às formas tradicionais de produção.

Neste momento podemos dividir conjunto de Conjuntos em dois grupos, que por sua vez refletem duas formas de *autoridade* na condução, ou ao menos na definição, do processo de produção de cada Conjunto: de um lado a autoridade dos arquitetos e da arquitetura, e de outro lado a autoridade das Companhias e das empresas de produção. Podemos notar que os Conjuntos «arquitetônicos», embora tenham sido concebidos através de distintas inserções no mundo, destinam à atividade da arquitetura um valor maior, que em relação aos seus espaços, se expressa em melhores condições de *uso* para seus moradores. Já os Conjuntos «empresariais» tendem a reproduzir ou ajustar formas de produção que são mais eficientes sob seus próprios critérios burocráticos e de comercialização, reduzindo os usos de seus espaços àqueles que são estritamente funcionais à produção. Essa oposição entre os Conjuntos «arquitetônicos» e os Conjuntos «empresariais» será mais desenvolvida na medida em que outros aspectos entrarem em cena. Passemos a vê-los.

<sup>16</sup> Ainda mais nas situações urbanas da COHAB e CDHU, onde predomina uma topografia bastante acidentada, que nestes casos obrigou um grande volume de cortes e aterros no processo de terraplenagem. Sem se falar na «necessidade» de desmatamento, visto no Capítulo 4 «Conjunto Concebido».

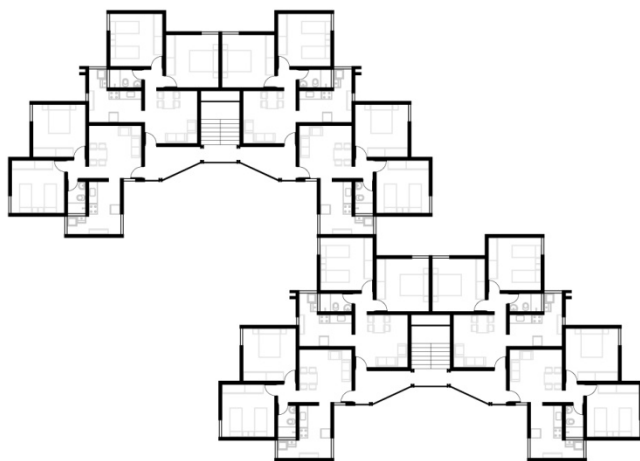


FIGURA 10: COPROMO. ESC.: 1/500

Podemos começar por uma noção de *estratégia urbana*, que resulta tanto no CECAP quanto na COHAB. Para o CECAP, a localização da moradia dos trabalhadores deve estar próxima aos locais de trabalho, condição que é assegurada pela sua proximidade à Rodovia Dutra. Por outro lado, em função do grande número de unidades a ser produzido, este Conjunto apareceu (1967) como um momento privilegiado de desenvolvimento da indústria da construção civil, a ser realizado pela relação direta entre os conhecimentos e as técnicas (engenharia e arquitetura) e a incorporação de capital produtivo das empresas privadas. Para tanto seria necessário uma grande gleba urbana, captada do meio rural. Em função dessa magnitude foi preciso prover a *nova cidadela* situada fora da Cidade com equipamentos e serviços coletivos que amparam a vida cotidiana. De modo similar ocorre com a produção da COHAB, uma cidadela descolada da cidade existente. Dentro de um mesmo empreendimento estão implantados um grande número de unidades habitacionais e equipamentos coletivos. Porém, neste caso, sua *estratégia urbana* não coincide diretamente com a idéia de inserção dos trabalhadores nas relações de trabalho, nem no desenvolvimento da indústria da construção civil. Cidade Tiradentes é composta por terrenos que foram comprados das áreas rurais e sua *lógica* reside na maior produtividade possível com o menor investimento possível.

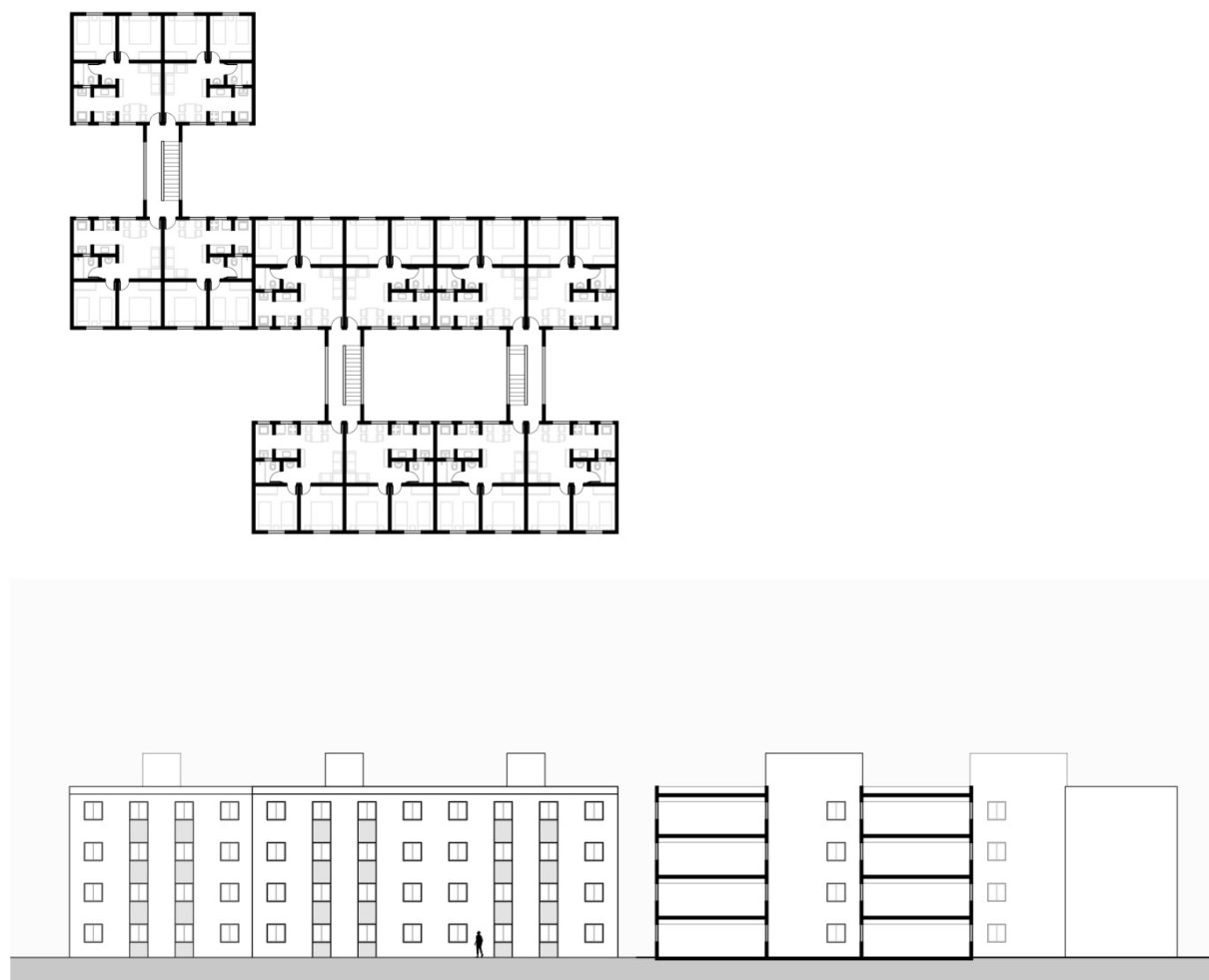


FIGURA 11: COHAB. ESC.: 1/500

Outra questão relacionada a essa estratégia se refere às formas de segregação sócio-espacial que estão contidas na COHAB: são glebas situadas em regiões urbanas historicamente produzidas através dos loteamentos periféricos e que se localizam separadas das áreas habitacionais, ditas formais, pelas áreas onde se situam as indústrias: perto do trabalho, mas longe das habitações burguesas. Por outro lado, por estar nas franjas da cidade, a produção estatal desse Conjunto foi um momento em que o processo de urbanização de áreas rurais se deu (anos 1970). Neste sentido, estes dois Conjuntos, apesar de constituir *pequenas cidadelas*, conformam uma espécie de unidade entre opostos. A vastidão contida na tipologia do CECAP, como um projeto que se situa na idéia de sucessão, portanto, que alcançaria todo o processo social, é reproduzido de forma avessa na COHAB, situada numa sucessão de fragmentos reduzidos às suas formas ótimas de produção e comercialização, que se expressa na divisão do território em sistemas viários distributivos e hierárquicos (não constituem uma rede ou uma trama) e em condomínios rodeados pelos muros e taludes íngremes. No entanto esses dois Conjuntos fazem parte de uma mesma racionalidade de produção de novos territórios descolados das tramas pré-existentis, sendo necessário provê-las de equipamentos coletivos, que os inserem nestas estruturas burocráticas correspondentes.

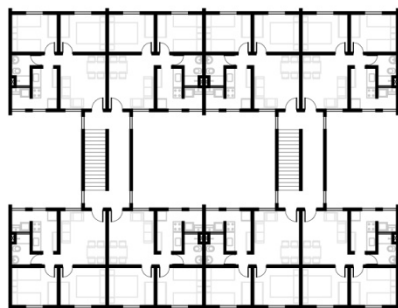


FIGURA 12: CDHU. ESC.: 1/500

Uma segunda noção entra em cena, outra unidade entre opostos: o COPROMO e o CDHU. Estes não mais engendram pequenas cidadelas, mas sim reforçam a separação entre o Conjunto e a Cidade através do estabelecimento de pequenos *condomínios*. Ao passar pela portaria, no interior de seus muros se localizam apenas as habitações, as áreas livres e o estacionamento. Quando há equipamentos coletivos, são aqueles de uso estritamente comunitários, geridos e administrados pelo corpo de moradores. O espaço coletivo assim se privatiza. Por outro lado, as relações de produção para a construção desses conjuntos se distinguem e isso se expressa nas diferentes formas de implantação e apropriação desses edifícios. O COPROMO se funda na idéia de recintos. O CDHU na justaposição de prédios, platôs e *parkings*. Mesmo assim, não quer dizer que haja, necessariamente, apropriação do espaço numa situação e não em outra. O COPROMO é bastante vazio, mas talvez em função de sua condição dormitório para os trabalhadores que se deslocam diariamente para o trabalho. Situação similar ao CDHU de funcionários. Por outro lado, a presença de jovens e adultos nos demais Conjuntos da CDHU não quer dizer, necessariamente, que seus espaços sejam mais adequados e apropriados, mas sim que predominam trabalhadores desempregados ou desocupados, além de um grande número de estudantes que têm tempo livre fora da escola.



FIGURA 13: CINGAPURA. ESC.: 1/500

Esta condição do trabalho pode ser reproduzida nos dois Conjuntos implantados na área central da Cidade, como o Cingapura e o Gato. Porém nessas situações, a presença de moradores é ainda maior que nos anteriores. Talvez isso seja em função de conterem um número ainda maior de trabalhadores desempregados, além de um número inferior de estudantes nas escolas. Seria em função desse grupo social se originar de uma remoção de favelas? Isso implicaria em dizer, por um lado, que a relação com o mundo de trabalho, anterior aos Conjuntos, se preserva nessas novas situações; mas por outro lado, a redução de tempo de deslocamentos intra-urbanos e a reprodução de redes de sociabilidade poderiam garantir que a apropriação do espaço se dê por mais tempo e gente. Mas de que modo as diferenças espaciais podem contribuir com diferenças de apropriação? O espaço do Cingapura não tem mediações: são prédios e rua. Sua população ocupa primordialmente de duas formas os espaços: diante da rua com pequenos serviços e bicos informais e no espaço interno com um amontoado de coisas (o centro que é «fundo»). Na verdade há uma terceira forma de apropriação: as entradas dos blocos são ocupadas por pessoas que se encontram. Isso talvez em função do tamanho reduzido de suas moradias que «os expulsa para fora», mas também em função da tranquilidade que essas situações podem proporcionar em relação às anteriores.

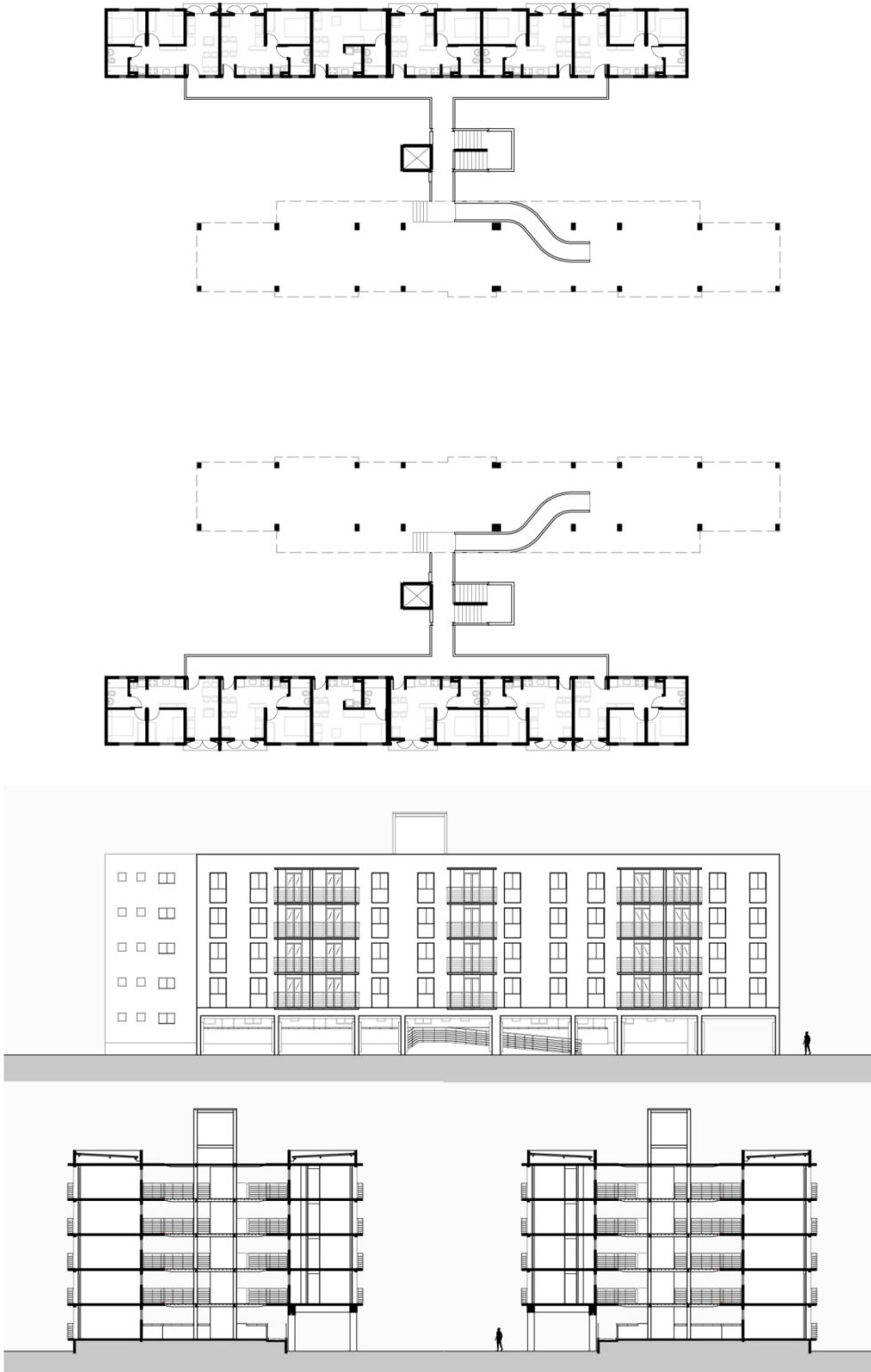


FIGURA 14: PARQUE DO GATO. ESC.: 1/500 – FONTE: PEABIRU.

No Gato, a presença de espaços diferenciados (circulações abertas, *pilotis*, prédios desalinhados) proporciona situações diferentes de uso. As circulações varandas se mostram como uma extensão das áreas internas à unidade. Objetos de uso privado são colocados para marcar uma ocupação, existindo às vezes, inclusive, o fechamento (e conseqüente privatização do espaço coletivo) das partes finais da circulação que acessam apenas uma unidade habitacional. Descendo pelas escadas, os pátios criados entre os edifícios que chegam ao solo, e sob os *pilotis*, permitem que usos como bares, encontros, mesas de conversa, se realizem. Mas também usos privativos, tais como pequenas instalações de trabalho (coleta e armazenagem de material reciclado, desmonte de peças, pequenas oficinas de conserto de bicicletas e automóveis), que de certa maneira compensam informalmente a condição de trabalho e emprego de seus moradores. Porém, nas áreas mais centrais do Conjunto, a apropriação se dá de maneira mais forte, com a construção de barracas de pequenos serviços, notadamente botequins. Aqui predominam os jovens. Lá sob os *pilotis* os adultos, idosos e crianças. No entanto estas, como que numa aventura de fruição, ocupam velozmente todos os espaços com suas bicicletas, patins ou pés descalços.

Até aqui podemos constituir três pares de unidades entre opostos, que se relacionam em dois grupos verticais, ilustrados no GRÁFICO 1. Os pares seriam das *pequenas cidadelas*, representadas pelo CECAP e COHAB; pelos *condomínios fechados* e isolados, representados pelo COPROMO e CDHU; e pela *inserção urbana em área central* de grupos sociais removidos de ambientes precários, representada pelo Gato e Cingapura. Verticalmente os dois grupos seriam os Conjuntos cuja preocupação sobre as soluções arquitetônicas e urbanísticas se apresenta de forma preponderante, representadas pela vastidão do CECAP, pelos recintos do COPROMO, e pelo meio termo do Gato; e por outro lado, os espaços sem mediações entre o individual e o coletivo, representados pelas ruas, muros e taludes da COHAB; prédios, platôs e *parkings* dos CDHU; e prédio, rua e centro-fundo do Cingapura. As unidades entre opostos parecem refletir o momento em que esses conjuntos se inserem no processo histórico de produção: as cidadelas como Grandes Conjuntos; os *condomínios fechados* submetidos às relações do mercado fundiário e conseqüente redução do número de unidades e necessidades a serem satisfeitas, e os de inserção urbana com sua grande visibilidade político-partidária. Por outro lado, a distinção entre as formas «arquitetônicas» e as «empresariais» pode nos mostrar que esses contextos não são estruturalmente determinantes na forma de produção, havendo brechas e disputas, nas quais os grupos de arquitetos, cada um a sua maneira e com seus instrumentos, tentou se agarrar e dedicar à sua atividade um sentido para além dos pragmatismos reiterados pelas Companhias.

Deste modo, em relação ao número de unidades habitacionais que foi produzido, podemos dividir os Conjuntos em três grupos, sendo os *grandes* representados pelas cidadelas do CECAP e da COHAB; os *médios* representados pelos condomínios fechados do COPROMO e CDHU; e os *pequenos* representados pelos espetáculos visuais do Gato e Cingapura. A quantidade se torna uma qualidade em função da abrangência dessas produções, inclusive com relação à presença ou não de equipamentos e serviços coletivos que promovem, em certo sentido, uma condição urbana (ainda que sejam separados da cidade). De qualquer maneira, essas diferentes inserções na cidade mostram, ao longo do tempo, a impotência deste tipo de produção do espaço, identificado ao Estado, à indústria da construção civil e à terra; onde paulatinamente se reduz o número de unidades, dando maior importância à visualidade que engendram. Este processo é ainda acompanhado pela redução do papel da arquitetura como forma de conhecimento capaz de colocar indagações para o *devoir*, o "fazer Cidade". Esta ausência, por sua vez, corresponderia a uma espécie de *crise*. O que fazer? Como romper suas fronteiras?



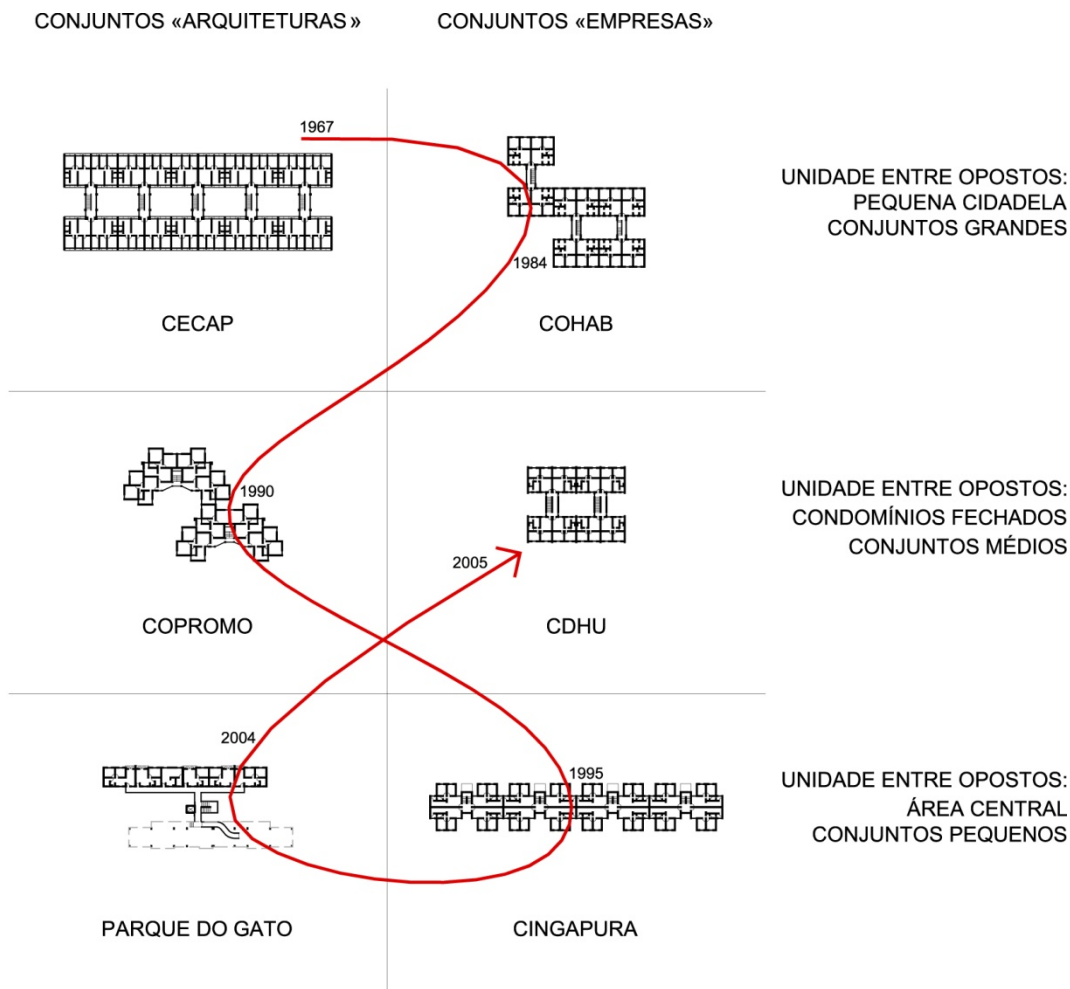


GRÁFICO 1: SOLUÇÕES PREPONDERANTES E UNIDADE ENTRE OPOSTOS

Neste gráfico estão representadas as relações anteriormente descritas. Como pode ser observado o movimento de cima para baixo representa um processo de redução das dimensões dos Conjuntos Habitacionais, que aqui são representados pelas três unidades entre opostos: pequenas cidadelas, condomínios fechados e inserção em área central. Se observarmos a linha vermelha, uma espécie de eixo temporal, poderemos ver que, diante deste universo de comparação entre os seis Conjuntos, ela se inicia com o CECAP e termina com o CDHU. Porém aqui é necessário fazer uma ressalva: os Conjuntos da CDHU (denominados como funcionários públicos, sorteio, mutirão e remoção) foram escolhidos para o jogo de comparação por serem experiências recentes. Isso, por um lado, em função de se inserirem no processo de adensamento de unidades habitacionais na Zona Leste de São Paulo, mas que está avançando para além das fronteiras do Distrito de Cidade Tiradentes, que por sua vez, se constituiu como o maior estoque de terras para a provisão pública de moradias e equipamentos coletivos por meio de Conjuntos Habitacionais. Mas por outro lado, sua situação recente é importante para se poder observar situações novas com relação à apropriação do espaço pelo grupo social que o constitui. No entanto, como já

foi mostrado (Cap.4 «Conjunto Concebido»), o aumento paulatino da produção de unidades habitacionais produzidas pela CDHU é acompanhado pela concomitante redução da produção de unidades habitacionais pela COHAB. E este processo se dá mesmo a partir de meados dos anos 1990, reiterando o movimento «de cima para baixo», isto é, o eixo temporal também poderia ser representado sem se fazer a inflexão para cima, na medida em que o processo de produção dos Conjuntos Habitacionais da CDHU, no qual se inserem os Conjuntos estudados, se inicia (mais vigorosamente) nesta época.

Esse gráfico também apresenta a divisão entre as formas de provisão cujas relações de produção são mais preponderantes, as quais proporcionam resultados arquitetônicos e urbanísticos distintos. Na coluna à *esquerda* estão situados os Conjuntos que são identificados aos valores «arquitetônicos», o CECAP, o COPROMO e o Parque do Gato; e à *direita* os Conjuntos que são identificados aos valores «empresariais», COHAB, CDHU e Cingapura. Será que essas duas orientações espaciais refletem respectivamente orientações políticas? Bom, não sei. Aqui estou expondo apenas um gráfico. Deixo para você, leitor, essa definição.

Catando o fio da meada! Vamos dar uma olhada em cada Conjunto em sua configuração completa, sua forma de implantação e os equipamentos coletivos correspondentes. Nesta TABELA 3 são anotadas as quantidades de unidades habitacionais e equipamentos coletivos por Conjunto. Podemos observar a redução quantitativa do número de unidades habitacionais e de equipamentos e serviços coletivos. Essa relação de quantidades exerce uma relação de qualidade: a forma de produção por meio de Conjuntos Habitacionais se altera *essencialmente*, isto é, por um lado a abrangência dessas soluções (a se ver pela dimensão de seu território, por exemplo) e, por outro lado as necessidades a serem satisfeitas (por exemplo, os serviços e espaços coletivos de caráter eminentemente públicos). Porém são situações que se inserem no mesmo *presente*. E esses diferentes produtos, de cada relação histórica, parecem implicar maneiras diferenciadas de vivência nesses espaços. Vejamos um pouco mais de perto.

CONJUNTO	Nº UNIDADES	ESCOLAS	EQUIP. SAÚDE	LAZER	COMUNITÁRIO	COMÉRCIO
CECAP	10.600 <sup>17</sup>	7	2	8	1	12
COHAB	12.596 <sup>18</sup>	17	2	3	2	3
COPROMO	1.000				1	
CDHU	2.580	2		1	13	
PARQ. DO GATO	486	1				
CINGAPURA	700					

TABELA 3: RELAÇÃO DE NÚMERO DE UNIDADES E EQUIPAMENTOS COLETIVOS

No CECAP (FIGURA 15 e FIGURA 18), em dia de semana, os espaços coletivos são bastante vazios. Há pessoas apenas nas situações onde se localizam algum tipo de comércio e serviço, que por sua vez estão próximos aos eixos de circulação. A maior densidade de «encontros» está no entorno do centro comercial entre os condomínios São Paulo, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Paraná. São as primeiras construções, além de serem as que chegam mais próximo da forma freguesia nas quais foram projetadas. Uma outra área bastante ocupada não se situa rigorosamente dentro do Conjunto, mas está

<sup>17</sup> Foram construídas 4.800 unidades habitacionais; projetados 6 centros educacionais e 1 de ensino técnico, 1 hospital e 1 centro de saúde; 1 estádio, 6 clubes e 1 piscina; 1 igreja; e 11 comércios locais e 1 abastecimento geral.

<sup>18</sup> Santa Etelvina I/VI-A: 3.769 apartamentos, 613 embriões e 782 casas; Santa Etelvina II-A: 7.024 apartamentos e 417 embriões. 4 escolas estaduais, 6 EMEIs, 2 EMEFs e 2 creches. 1 UBS, 2 igrejas e um clube municipal, além do Hospital Cidade Tiradentes e o CEU, que são obras recentes.

diretamente conectada a ele: Vila Barros. É um loteamento periférico onde estão localizados os pontos finais de diversas linhas do ônibus metropolitano (EMTU). Suas casas são predominantemente transformadas em pequenos comércios, mercearias e botequins, e dão suporte às moradias internas ao Conjunto. Há também outras situações, mas onde é presente o uso esporádico, tais como as praças, a pista de Cooper e ciclovia. No entanto parece ser uma apropriação individual, possibilitada, inclusive, pelo silêncio, isolamento e solidão.

Já as áreas privativas, internas aos condomínios, são utilizadas sem a mesma intensidade. Fazem parte diretamente do cotidiano de seus moradores, mas se realizam na medida em que estão separadas do convívio público. Nos térreos sob *pilotis* passeiam os idosos ou se reúnem as mães com seus filhos. Nas quadras os jovens praticam seus esportes prediletos. No final de semana, a única diferença que salta aos olhos são os campos de futebol e as canchas de bocha. Além de um número maior de carros que passam. São espaços barulhentos e predominantemente masculinos. Uniformizados e competitivos. Ao redor, os times que esperam a próxima partida e os botequins que amparam essas sociabilidades. Não se vê muitas mulheres. Estariam elas em casa cuidando de «seus» afazeres domésticos? Seriam heranças comunitárias rurais?

O CECAP aparece com uma intensidade de relacionamentos apenas no período da infância de seus moradores, período representado pelos que hoje são adultos<sup>19</sup>. Podemos dizer, portanto, que essa infância, ou melhor, que essa sociabilidade infantil, é histórica: hoje já não pode mais ser visto com a mesma intensidade (nem em minhas visitas à campo, nem pela observação de seus próprios moradores). Essa forma de relação espacial, por assim dizer lúdica, com sua beleza e erótica<sup>20</sup>, produto de uma concepção arquitetônica que relaciona as potências humanas à transformação da natureza, foi restrita às crianças. No entanto o povo envelhece. Abre-se a possibilidade para contradições e desvios engendrados em seu próprio seio: o espaço exposto torna-se *voyeur*, a erótica do espaço infantil, *pedófila*. Evidentemente estas metáforas psicanalíticas param por aqui! Mas tratam de referências a questões que ficam mal resolvidas, pois ao se debutar na vida do trabalho, perde-se a infância e seu espaço de relação, que representa uma *idéia* de sociabilidade. Quer dizer, a partir do mundo do trabalho, suas relações extrapolam os limites do Conjunto e alcançam à cidade. Mas uma cidade que não lhes aparece da mesma maneira, idealizada no período da infância que, de certo modo, reitera o espaço do lazer, o espaço do não-trabalho, o espaço que se efetiva cotidianamente sem a presença do trabalho<sup>21</sup>. Como seria o momento de produção destes espaços?

Deste modo, remeto-me à questão que ora fiz sobre o Mutirão<sup>22</sup>: é possível construir um programa complexo através desta forma de produção? O trabalhador diz que sim. O arquiteto diz que não. Por que? São os trabalhadores quem fazem

<sup>19</sup> Conforme as entrevistas com Renato, Patrícia e Simone, ex-moradores do CECAP, que passaram sua infância e adolescência nesses espaços.

<sup>20</sup> A idéia de *erótica* foi exposta, de uma maneira muito bonita e poética, pelo arquiteto Paulo Mendes da Rocha na conversa realizada em seu escritório. Traz consigo a possibilidade de se transformar a natureza a partir de determinações que proporcionem fruições múltiplas e inesperadas ao devir. As águas, o vento, a paisagem, inseridas numa concepção moderna de mundo, poderiam ser identificadas aos parâmetros de beleza e harmonia. Suas indagações... Esta conversa está registrada no Capítulo 4 «Conjunto de Concepções».

<sup>21</sup> O «trabalho», como produção da humanidade do homem, relação entre homem e natureza mediada pela atividade, aparece no capitalismo como um momento de martírio, como um meio de se ter salário. Deste modo, as atividades de fruição realizadas no CECAP parecem acontecer apenas mediadas pelo consumo, e não pela produção (ainda que a produção engendre o consumo, o consumidor e suas necessidades). Quer dizer, na cotidianidade a *moradia* e o *lazer* separados do *trabalho* é uma condição de se reproduzir o trabalhador em sua forma *assalariada*. Historicamente determinada. Haveria como reuni-los novamente? Podemos conceber o *trabalho*, o *lazer* e a *moradia* em identidade? De qualquer modo não se trata de reproduzir o *modelo ideal* de Proudhon, que previa o trabalho agrícola associado às «casitas». O *trabalho-lazer-moradia* em identidade talvez possa aparecer na produção do próprio espaço...

<sup>22</sup> Cf. entrevistas com o morador Wilton (Capítulo 3 «Conjunto de Situações») e o arquiteto Wagner (Capítulo 4 «Conjunto Concebido») do COPROMO.

efetivamente, mas talvez sem engendrar sua forma de organização. Porém, qual seria a virtude do mutirão do modo aqui exposto? Alcançar a dimensão *social* através do trabalho *comunitário*. Mas como transformar o comunitário em social? Isso, em certa mediada, é realizado pelo CECAP, através de um primeiro momento meio brusco, que é o de expor as relações comunitárias de uma maneira *primitiva* ao contato coletivo. Mas bastam suas conexões funcionais com a cidade? Talvez devêssemos ter conexões frutivas. De qualquer modo, esse papo está parecendo se chorar pelo leite tirado da pedra e depois derramado! Mas por que insistir nessas questões? Porque o CECAP hoje parece estar parado no tempo, seu cotidiano «intra-muros» parece engendrar uma reprodução de *déjà-vu*. De que modo isso se realiza?

Vamos adiante! Na COHAB, os usos mais intensos do espaço se localizam próximos à Avenida dos Metalúrgicos. É ferro e fogo! A intensa circulação de pedestres atrai os serviços e comércios providos pelos próprios moradores. Nesta situação, além deste tráfego, a morfologia parece contribuir com tal empreitada: as casas embrião são expandidas de acordo com os recursos humanos e financeiros de seus moradores. Sem se esquecer de suas necessidades e desejos! São nossas virtudes<sup>23</sup>? Talvez, e talvez às avessas, pois contribuem com a precarização dessas construções. De qualquer modo, é na beira da Avenida onde se concentra a maior parte dos estabelecimentos autoconstruídos de comércios e serviços (além, é claro, dos grandes equipamentos públicos falocráticos<sup>24</sup>). Mas conforme vai se subido a ladeira, em direção às alturas, as formas de apropriação vão reduzindo sua intensidade. Mas elas ainda existem: são os fechamentos dos prédios através dos muros, são as marcações e demarcações dos espaços, elementos sonoros e visuais de distinção. Mas, por mais que sejam em menor número, os botequins e mercearias são presentes. Eles são restritos a situações *exemplares*, algumas esquinas, alguns pés de talude. Mas são sempre em muros: rompe-se um pedaço e constrói-se um abrigo.

Aqui o «espaço infantil» pode ser formulado de uma outra maneira: o estar se engendra pela circulação. Diante da justaposição e do anonimato, a potência dos encontros. É verdade que no CECAP os equipamentos comerciais também estão diante dos deslocamentos, mas são mais vazios se comparados aos de Cidade Tiradentes. Aqui a existência de um número maior de estudantes que circulam, de trabalhadores ou desempregados que circulam, de automóveis e ônibus que circulam, são mais marcantes. Assim esta *Cidade* parece se fazer como tal na medida em que deixa de ser Conjunto (tal qual o CECAP). Talvez esta seja a questão: a cidade se faz na medida em que se produz espaço com os recursos dos trabalhadores. A cidade de moradias da COHAB torna-se um grande loteamento periférico. Por outro lado ainda é terra da COHAB, pois essa informalidade, que não se restringe aos comércios (contratos de gaveta, ocupações e o infundável pagamento dos financiamentos), conservam muitas das unidades habitacionais como propriedade da Companhia. Ainda se está sob tutela do Estado. Daí o «espanto»: como é que esse espaço de propriedade pública pode estar precário? Bom, o espanto advém de uma ingenuidade que identifica «vontade política» e «razão de Estado» como sendo necessariamente positivas. Mesmo assim, diante das imagens e das ideologias, ele não pode simplesmente abandoná-lo. Há que fazê-lo: eis os projetos piloto, incentivos a formas próprias de organização (sob tutela, é claro), grandes equipamentos públicos, ainda que estes funcionem mais nos catálogos publicitários do que efetivamente no cotidiano. De qualquer modo é uma sucessão de trabalhos: primeiro a COHAB constrói, depois os moradores produzem e em seguida o Estado reproduz.

<sup>23</sup> Um desvio de “A nossa riqueza pode ser exatamente as nossas necessidades”. Cf. conversa com Paulo Mendes da Rocha, mencionada anteriormente.

<sup>24</sup> A idéia de «falocracia», um espaço que expressa poder, foi emprestada de LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Éditions Anthropos, 1974.

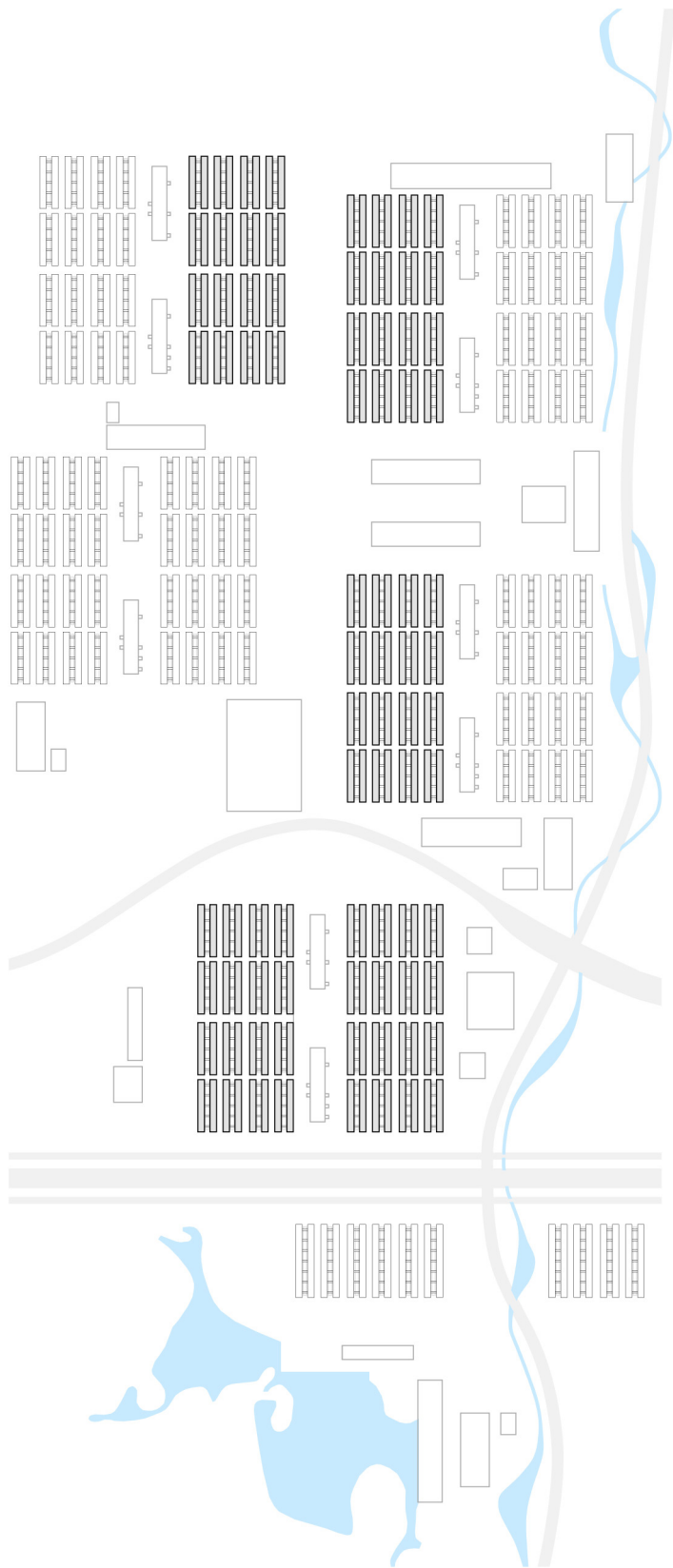


FIGURA 15: CECAP ZEZINHO MAGALHÃES PRADO, ESC.: 1/10.000.

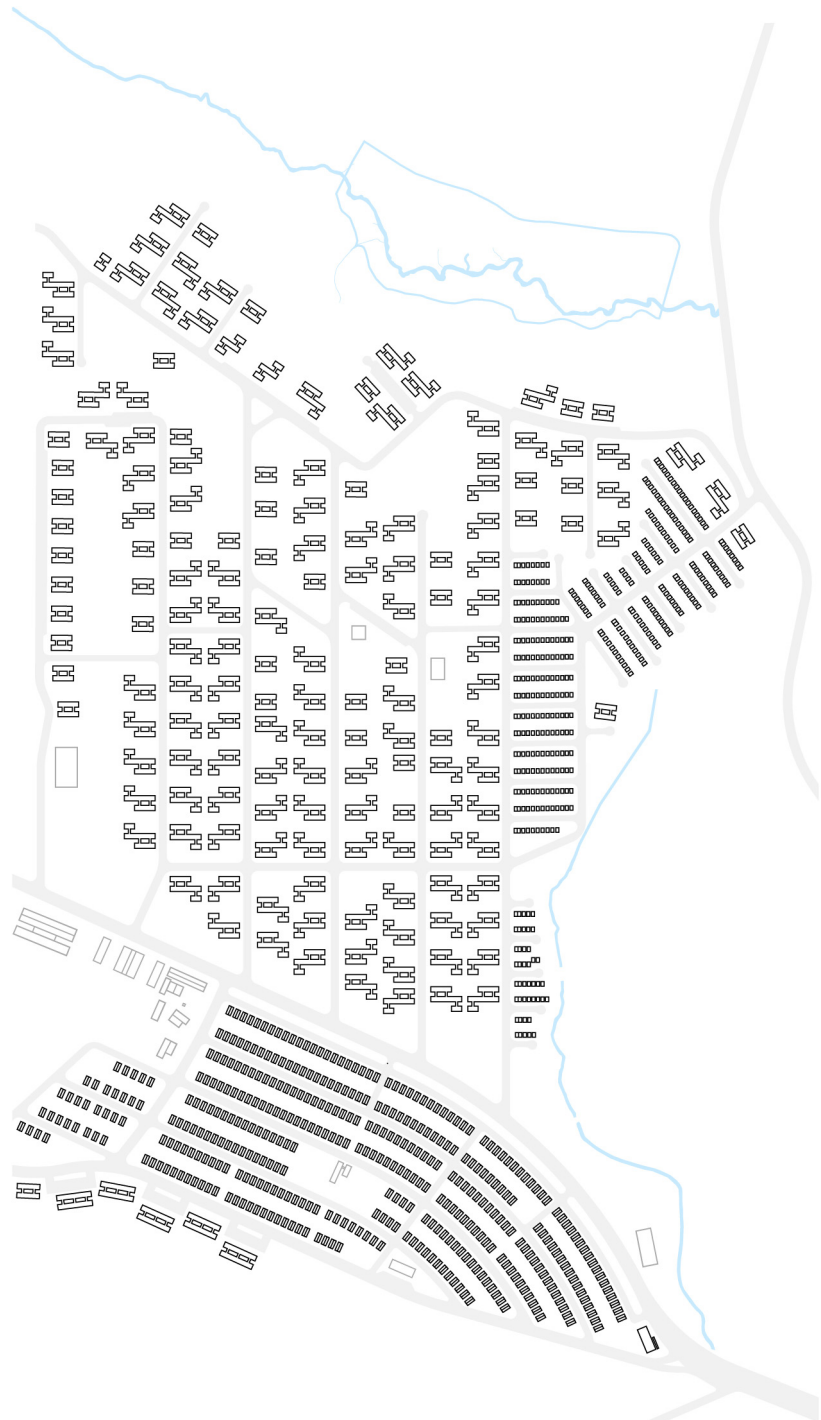


FIGURA 16: COHAB SANTA ETELVINA I / IIA – ESC.: 1/10.000

Passemos para a segunda forma de inserção no urbano: os Conjuntos de Condomínio. O acesso ao interior de seus espaços necessariamente se dá mediante a passagem por portarias. No COPROMO há ainda em seu entorno uma Cidade: uma via de grande movimento, um escola técnica, um hospital, além de comércios e do casario «tradicional» de uma expansão urbana. Os Conjuntos da CDHU são diferentes: eles se situam sobre o morro cujos acessos são exclusivos a estas áreas. Porém, diante destas portarias, as condições urbanas se equalizam. No COPROMO se percebe poucas pessoas andando. Porém no seu recinto central estão estacionados diversos automóveis, indícios que há gente ali. Ao sair dessa praça viária, pode-se percorrer os seus recintos, que é o momento em que se percebe a «presença humana nesse universo»: eles estão em suas casas. No entanto, dado pelos sons emitidos por suas janelas (no geral é bastante silencioso), imagina-se que não há muita gente por aí. Algumas aparecem nas varandas, estão sentadas papeando. São senhoras e algumas crianças. Algumas destas parecem desafiar a autoridade das avós (isso é pura imaginação minha!) e descem as escadas em direção aos pátios. São poucas, mas estão lá brincando em algum cantinho agradável. Deste modo podemos pensar que o COPROMO é um Conjunto efetivamente de trabalhadores, isto é, estão em seus empregos ou ocupações informais pelo mundo afora. Se ainda não são trabalhadores, como os estudantes, provavelmente o serão.

Caso que acontece de maneira mais parecida apenas com o CDHU de funcionários. Lá ficam ao longo do dia apenas os desempregados, aqueles que executam algum trabalho da produção do espaço, ou mulheres e seus filhos. Predomina o vazio. Nestes dois casos, COPROMO e CDHU «funcionário», esses condomínios estão bastante arrumados, suas gramas cortadas, pavimentação bem mantida, os carros bem limpos e estacionados de forma que possam ser bem vistos a partir das janelas dos apartamentos. São condomínios isolados: ainda que o entorno se faça presente, talvez pelos mitos, talvez pela força. Os muros fazem a separação. Inclusive entre eles mesmos. A propriedade é fixa, mas o trabalho não.

Nos outros Conjuntos da CDHU, as pessoas estão nas ruas. Suas portarias são mais abertas (com exceção do «mutirão», que ainda estava em obras). Predominam as mulheres e os adolescentes. Alguns homens sentam-se nos bares improvisados no meio da rua (meio mesmo!). Seriam os «sorteados» e os «removidos» desocupados? Certamente seus espaços pretéritos não se coincidem. O CDHU engendrou um novo encontro: a casa própria, ainda que possa ter gerado tantos outros desencontros com seus amigos e trabalhos. Mas a coisa se refaz, à sua maneira. De uma aparência geral, são felizes.

As situações mais vazias são aquelas que se estabeleceram em melhores condições ambientais, suas construções, que demarcam maior separação com relação ao entorno «hostil». Nesse resguardo não há usos de *trabalho* (com exceção dos reparos que são feitos cotidianamente), mas apenas comunitários (equipamentos condominiais). Estes estariam reforçando o isolamento? Talvez esta condição esteja impedindo a profusão de comércios e serviços providos pelos próprios moradores. Já naqueles Conjuntos cujos moradores são mais presentes, talvez sejam situações que resultem numa reintrodução da precariedade ambiental, os usos informais aparecem. Nos Conjuntos de mutirões e de autogestões (noções ambíguas e às vezes contraditórias), a sociabilidade comunitária reitera o isolamento. Mas, por outro lado, aparece como possível a produção do espaço em identidade com a produção das relações. Nos Conjuntos realizados exclusivamente por empreiteiras e comercialização, a sociabilidade se estende às ruas. Mas, por outro lado, isso se realiza na medida mesma do «abandono» à sua sorte. De qualquer maneira, situações urbanas similares, tipologias arquitetônicas similares (CDHU), engendram formas de ocupação e apropriação do espaço pelas pessoas de maneiras distintas.



FIGURA 17: EM SENTIDO HORÁRIO, CDHU, COPROMO, GATO E CINGAPURA. ESC.: 1/10.000  
 Notar a redução da dimensão destas implantações com relação às dos Conjuntos CECAP e COHAB

A terceira forma de inserção urbana é a dos Conjuntos situados na área central de São Paulo: o Gato e o Cingapura. Estas duas situações se distinguem de maneira mais decisiva que as anteriores. Esses espaços são densamente povoados, são os menores Conjuntos, são destinados aos processos de remoção de favelas, são as marcas (político-partidárias) de gestão. A que se refere esse povoamento? Ele se dá nas mesmas circunstâncias que as anteriores? Parece que não. Devemos nos indagar se é por uma ausência de empregos, se seus moradores perdem menos tempo nos deslocamentos diários, se se reproduz redes de sociabilidade pretérita a tais Conjuntos. De qualquer modo são eles os mais degradados, embora sejam relativamente novos. Será que são placebos de políticas sociais públicas? (Mas há tanto trabalho, tantas intenções...) Por outro lado, sua condição urbana lhes assegura vantagens, pois os bicos e trabalhos informais realizados no interior da cidade formal têm ali espaço: catadores, pequenas oficinas, fonte de trabalhadores domésticos. Se pudermos seguir com as metáforas, estes Conjuntos estão para as favelas como as pequenas cidadelas estão para os loteamentos clandestinos. Porém é tudo Estado! Mas como dizia a minha avó, "de boas intenções o inferno está cheio!".



Essas pequenas categorias<sup>25</sup> jogadas até então, de certa forma ainda estabelecem fronteiras entre os Conjuntos, por mais que elas se movam como as demarcações de terra no Brasil. E isto pode ser um ato violento! No entanto, é o pensamento que fixa o movimento<sup>26</sup>. Diante deste problema, pois pensamos e não queremos fixar o movimento com o pensamento, essas categorias é que vão jogar agora entre si. Parece brincadeira, mas não é. É um meio de se tentar desconstruir a correspondência linear (causa e efeito) que se criou entre um Conjunto determinado e uma *forma* encontrada de representá-lo, como se fosse sua propriedade natural. Os Conjuntos estão na cidade, que aqui ampara o movimento, e para não fixar as formas de demarcação de fronteiras o jogo que criou estas categorias, agora lhes questionará. Como se pudesse dizer: todos os Conjuntos são pequenas cidadelas, todos eles são condomínios isolados e todos são inseridos no urbano. É um conjunto de relações. De que modo isso se realiza? Quais as especificidades e quais as generalidades? Como também se trata de representações, vamos lançar mão a elas como instrumento de análise. O que registram? As formas percebidas de apropriação e produção do espaço. Essas qualidades, por sua vez, serão confrontadas, diante do possível, com as quantidades mostradas pelos dados censitários. É tiro pra todo lado! Talvez não acerte nada ou ninguém. Mas está em movimento! E o movimento prevê uma história, que deixa marcas e vestígios no presente.

No que se refere à categoria «pequena cidadela», que questões isso nos aponta? Diante da possibilidade de urbanização «sem-fronteiras», engendrada pelas relações sociais em escala mundial, a presença de pequenas cidadelas isoladas, ao menos na forma de pensamento, deve nos soar estranha. Por um lado em função do movimento de separação e de apartamento, onde os trabalhadores são deslocados, de forma hostil ou voluntária, para situações cuja urbanidade é inexistente. Porém, como estamos tratando de pensamento, o que seria efetivamente «urbanidade»<sup>27</sup>? Mas por outro lado, em função da intenção de se buscar constituir relações sociais a partir da provisão das coisas no espaço, os equipamentos e serviços coletivos. Uma concepção que parece suprimir a história e o produto social que é engendrado pelo tempo. É uma baita pretensão da técnica! (Ou seria idealismo? «Ideo-logismo»? ). Porém, se é estranho a provisão de cidadelas, diante da urbanização sem-fronteiras, haveria outra forma possível de produção que atenda a dimensão e a complexidade social?

<sup>25</sup> As *categorias* surgiram a partir de minha análise comparativa entre os Conjuntos Habitacionais, cujo movimento foi ilustrado pelo paulatino aumento da escala de observação, isto é, iniciamos pelas unidades habitacionais, passamos pelas plantas tipo, formas de implantação e as formas de apropriação dos espaços de cada um dos Conjuntos. Mas ainda cabe ressaltar que essas análises, por sua vez, estão também sempre se remetendo às observações e pesquisa de campo (cf. Capítulo 3 «Conjunto de Situações») bem como as formas de concepção desses Conjuntos (cf. Capítulo 4 «Conjunto Concebido»). Este universo que associa diretrizes técnicas e econômicas, desenhos arquitetônicos e urbanísticos, formas de apropriação e representação dos espaços por seus respectivos grupos sociais e etc., constitui, portanto, o material de minhas posteriores interpretações. A eles me refiro. Um conjunto de relações.

<sup>26</sup> "(...) à consciência, para a qual o pensamento conceitual é o homem real e, por conseguinte, o mundo pensado é como tal a única realidade – e a consciência filosófica está determinada deste modo –, o movimento das categorias se lhe aparece como o verdadeiro ato de produção (o qual, ainda que seja chato reconhecê-lo, recebe unicamente um impulso do exterior) cujo resultado é o mundo; isto é exato na medida em que – porém temos novamente aqui uma tautologia – a totalidade concreta, como totalidade do pensamento, como um concreto do pensamento, é de fato um produto do pensamento e da concepção, porém de nenhuma maneira é produto do conceito que pensa e se engendra a si mesmo, de fora e por cima da intuição e da representação, se não que, pelo contrário, é um produto do trabalho de elaboração que transforma intuições e representações em conceitos. O todo, tal como aparece na mente como o todo de pensamento, é um produto da mente que pensa e que se apropria do mundo do único modo (que lhe é) possível..."  
MARX, Karl. *Elementos fundamentais para la crítica de la economía política – Grundrisse* – Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2001. Pág. 22.

<sup>27</sup> Talvez seja a possibilidade de usos e apropriações diversificadas do espaço, onde uma certa *gratuidade*, noção que é posta em oposição às reduções determinadas pelo atual «mundo da troca», possibilitem encontros, festas, constituição de espaços coletivos de participação política. O espaço como um meio e reflexo da constituição de relações especificamente humanas, liberadas dos determinismos naturais e sociais que transformam o *possível* da «sociedade urbana» em impossível. Seus caminhos abertos. Cf. LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

Que questões nós podemos desenvolver com relação à categoria «condomínios isolados»? A produção do espaço decorrente dos processos de cercamento ou fechamento de unidades habitacionais dentro de uma fronteira, através de seus muros e portarias, por exemplo, pode ser considerada como o resultado do confronto entre a «produção serial e repetitiva» dos Conjuntos Habitacionais com as diferentes maneiras que esses espaços são vividos cotidianamente pelo conjunto de moradores. Como se pudesse dizer, esse confronto imprime marcações e demarcações, estabelece fronteiras determinadas ao produto aqui considerado como «abstrato e homogêneo». Neste sentido, essa construção de muros, cercas, portarias e guaritas é uma forma de produção de espaço que é engendrada por um determinado grupo social (em sua particularidade) ao se estabelecer com relação às estruturas sociais de produção em geral. No limite, entre o «mundo do uso» e o «mundo da troca». Assim, a totalidade abstrata, por assim dizer, da sociedade passa a se concretizar através de fragmentos urbanos isolados e justapostos: condomínios fechados. Se, por um lado, isso expressa a constituição de relações sociais concretas (em oposição ao social-abstrato e mediadas pela produção do espaço), por outro lado podemos dizer que produz uma forma urbana redutora, privatista, comunitarista. Uma contradição da sociedade percebida através do espaço.

Contudo, esta ambigüidade aqui exposta, não se restringe às minhas interpretações, ocorrendo também nas maneiras como seus moradores representam tal processo<sup>28</sup>. O apartamento de unidades habitacionais se constitui sob a alegação do medo e da distinção (que vêm de dentro e de fora). Mas onde está a violência e o que ela efetivamente é? Onde está a diferença e como ela efetivamente se manifesta? Nem sempre são fatos materiais conclusivos. Às vezes são imagens, às vezes são representações. Acertos e erros. De qualquer modo, diante dos desejosos espaços-sem-fim, idealizados pela Arquitetura Moderna, por exemplo, o processo de fechamento dessas unidades urbanas aparece aos nossos olhos como um imenso balde de água fria. O “sonho feliz de cidade” se reduz a cada cabeça e a cada sentença... Manifestações contraditórias entre valores contraditórios.

Agora, como se trata de Conjuntos Habitacionais, eles estão efetivamente separados da cidade? De forma alguma! Nestas situações urbanas podem estar presentes rupturas espaciais, barreiras, dificuldades de deslocamentos e até mesmo longas distâncias a serem percorridas diariamente pelo conjunto de moradores. Mas os Conjuntos são espaços sociais, não se tratam nem de guetos, nem de burgos, nem de ilhas, como podem ser comumente representados pelos técnicos. Estas rígidas rupturas espaciais estão nas cabeças dos especialistas. Seus moradores vivem a cidade e a representam. Movimentos sazonais e desejos. Estabelecem redes e tramas. Dramas. Quais sejam! Neste sentido as formas mentais projetadas nestes espaços (guetos, burgos, ilhas) tendem a naturalizar um isolamento social, pessoas submetidas aos modelos concebidos no interior das ciências parcelares. Quem são seus moradores? Um grupo homogêneo reduzido às suas rendas familiares? Estas, por sua vez, determinam as “necessidades mínimas para os trabalhadores”? “Habitação mínima”... Mas, por outro lado há virtudes na *machine à habiter!* Não podemos dispensar as virtudes da técnica e das relações de produção da Indústria. Talvez o problema se remeta ao poder de visão e de divisão. De ver a cidade e de viver a cidade. Valores e atores.

Obcecados pelas Coisas deixamos de ver o Homem.

<sup>28</sup> Notadamente os moradores do CECAP, que representam tanto positivamente quanto negativamente o processo de cercamento das *freguesias*. Mas também os moradores da COHAB, da CDHU, do COPROMO que vêm nos cercamentos a possibilidade de se constituir formas de gestão capazes de se resolver os problemas entre os vizinhos, mas que, no entanto, sentem a falta de relações comunitárias entre esses mesmos vizinhos, em seus respectivos espaços coletivos. Ver as entrevistas registradas no Capítulo 3 «Conjunto de Situações».

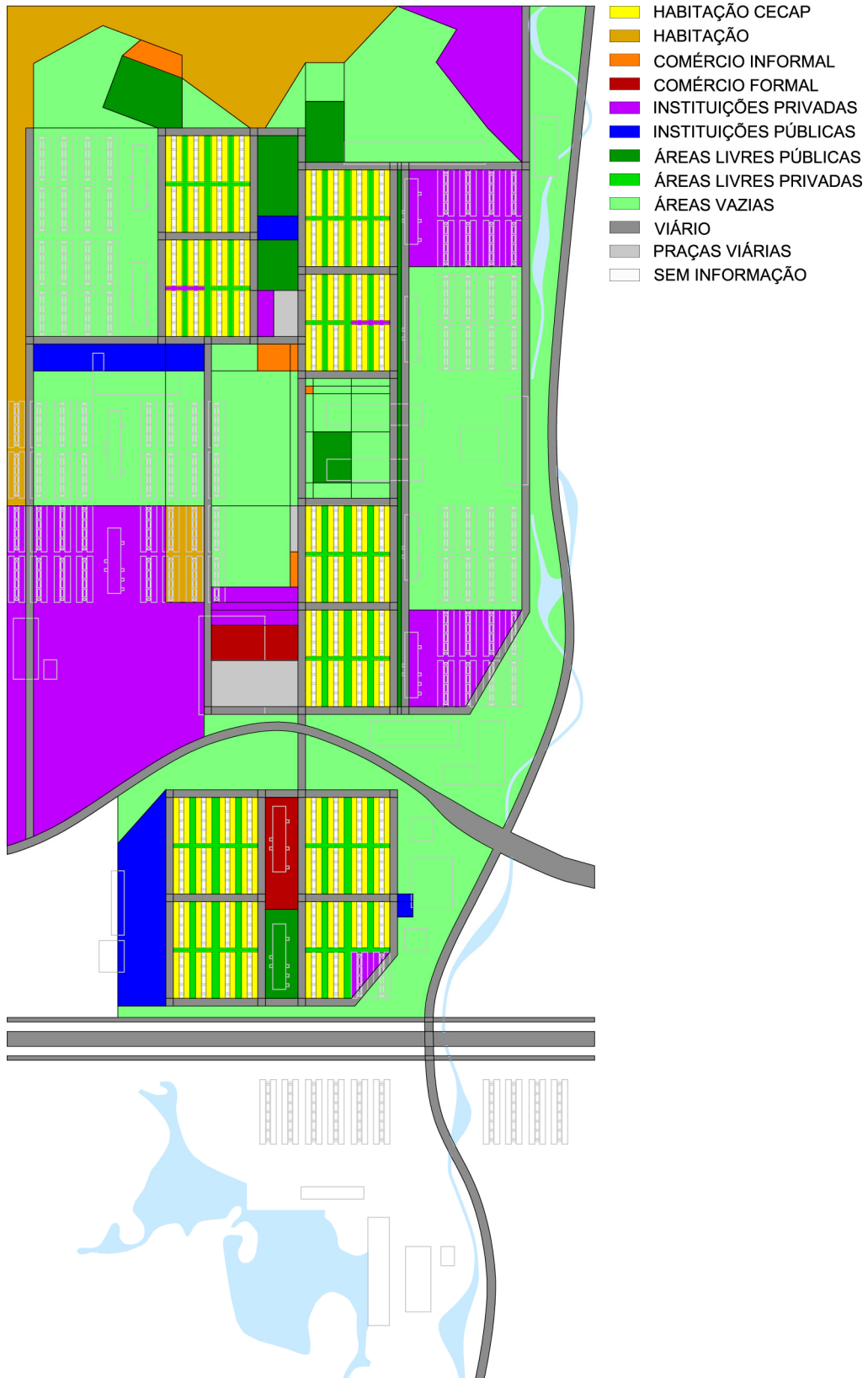


FIGURA 18: CECAP Zezinho Magalhães Prado, esc.: 1/10.000.

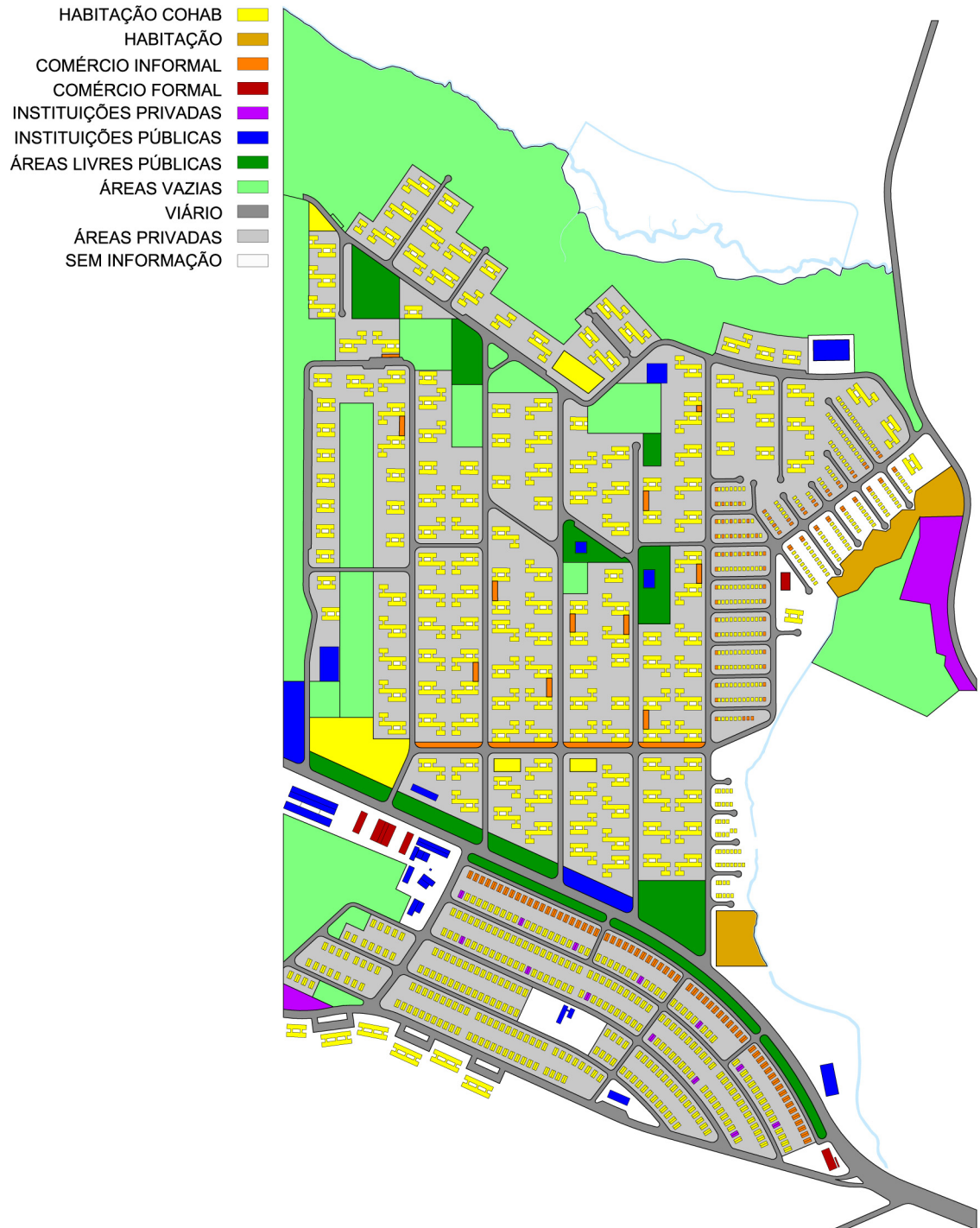


FIGURA 19: COHAB Santa Etelvina I / IIA – esc.: 1/10.000

Cada Conjunto expressa uma maneira de ser pequena cidade. O CECAP e a COHAB aparecem como um processo de transformação do território pré-existente. A passagem do rural ao urbano. Mas também, a forma como são providos os serviços e equipamentos coletivos, como uma trama regular de usos, funções e atividades, dispostos sobre o espaço a partir da concepção científica daquilo o que seria eficaz e necessário. Pondera-se o imponderável: as inúmeras maneiras de se viver a cidade passam a ser determinadas pela razão técnica das relações de produção. Sob seus pontos de vista. Como se estivessem diante de uma linha de montagem foi preciso organizar racionalmente sobre o espaço atividades prescritas. Na dose certa: tantos moradores, tantas vagas nas escolas, tantos leitos ambulatoriais, tantos espaços para diversão e lazer e etc. Uma classificação e especificação *cooperativa*. São estabelecidas através de regras, hierarquias, indicadores, formas de conhecimento. Uma espécie de divisão técnica do trabalho. Mas quem é (ou são) o superintendente? Esta figura (um trabalhador especializado) aqui aparece com a função de organizar, de cima para baixo, de um lado ao outro, a forma como seus habitantes deveriam ocupar o território. E o *dever* implica uma moral: descolada dos processos concretos de produção, a tecnocracia especifica normas e valores nos quais devem ser submetidos os trabalhadores. Mas eles assim o fazem de forma unívoca, como um condicionamento? Claro que não! A divisão técnica passa a ser desviada pela divisão social do trabalho: através da competição e da concorrência<sup>29</sup>. No interior das racionalidades e hierarquia dos modelos concebidos *a priori*, aparecem as irracionalidades e contradições através das formas de ocupação. Da ordem às disputas. Mas quais? Simples: o espaço se transforma de maneira não esperada, não projetada, não prescrita. Eles se fecham em algumas situações. Em outras ele se abre. Vazios se ocupam. Praças se tornam desertas.

Mas estes dois Conjuntos ainda mostram diferenças entre suas formas de se «fazer cidade». No CECAP a natureza transformada aparece como matriz de um possível luxuriante! Como erótica da vida. As formas da natureza, bem como seus mecanismos de funcionamento, são mediados pelas concepções modernas da indústria. Rigor geométrico, ciências humanas e naturais, que produzem, por exemplo, a transformação dos cursos d'água para serviço dos homens. O prazer do encontro. Vistas à paisagem, sua relação com a delicada topografia: "a geografia é a arquitetura primordial!". Assim a especificidade do *lugar* faz o espaço mediante sua transformação, suas possibilidades viram as potências do projeto. Como uma síntese.

Mas na COHAB, pelo contrário, essa relação se dá como um mau encontro. A natureza deve ser negada, arrancada, soterrada. Remexida até as suas entranhas: não há espaço para o supérfluo. A potência de seus recursos torna-se impotência. Alguns poderiam dizer, "mas a natureza é sábia!". De fato, mas sem se persistir nesse processo de personificação, o embate engendrado pelo encontro entre a natureza e o homem produz seus resíduos: danos ambientais, enchentes, desmoronamentos, erosão. Uma segunda natureza, que hostilizada se volta hostil. Troco da troca. Aqui na COHAB a impotência da industrialização (em relação ao possível da indústria). Lá no Conjunto de Guarulhos, parece estar concebido como um meio de superação. Uma identidade entre o homem, suas forças sociais e a natureza. Deste modo, a partir desses dois Conjuntos, podemos pensar em dois modelos de cidade. Porém suas fronteiras não são evidentemente claras, pois uma se contém na outra. Ambas se pertencem. É uma espécie de demarcação «político-administrativa» bizarra! Dois corpos ocupando o mesmo espaço mental.

<sup>29</sup> Cf. LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

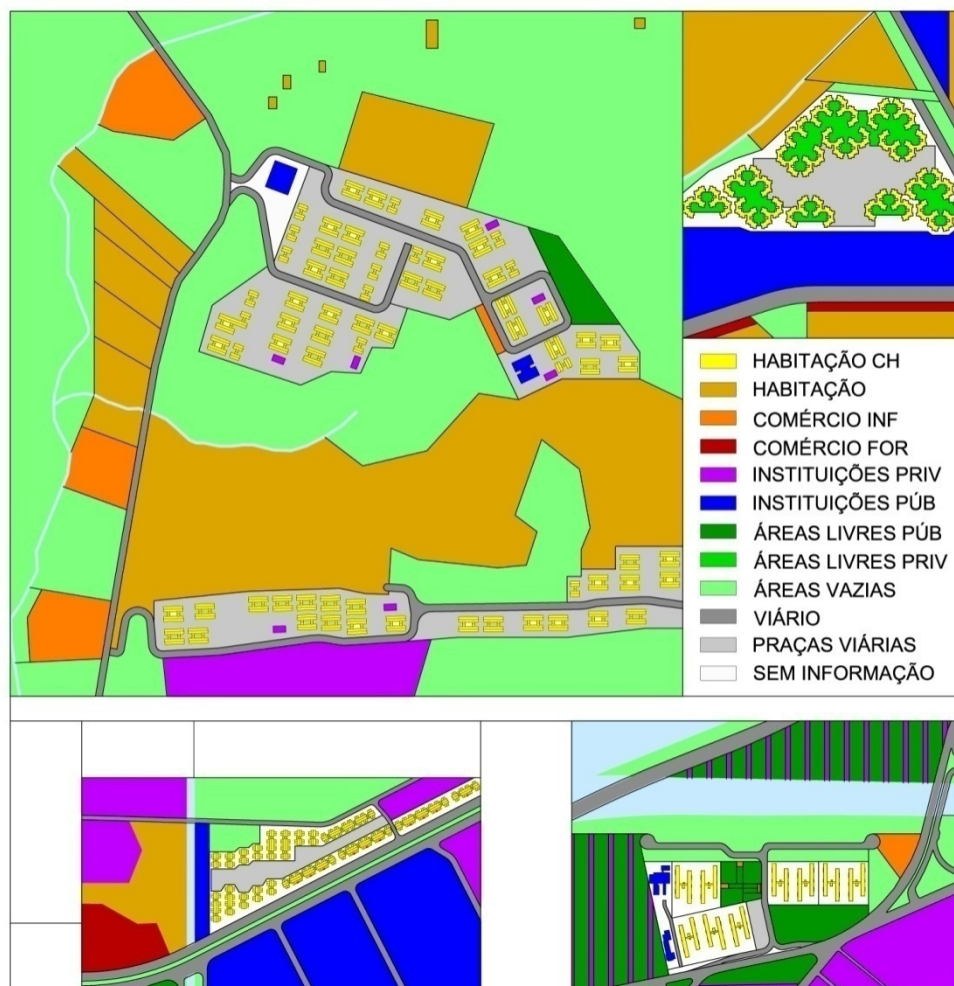


FIGURA 20: Em sentido horário, CDHU, COPROMO, Gato e Cingapura. Esc.: 1/10.000

COPROMO e CDHU também são cidade. Mas uma cidade que se apresenta de maneira mais fragmentada, pois se funda no apartamento. Nestas situações o «sonho feliz» desistiu de acordar, pois reitera as relações sociais mediadas pela privação da propriedade. De que modo? A lógica dos fragmentos fundiários reproduz na produção desses espaços suas mesmas delimitações. Os processos anteriores de grandes desapropriações de glebas urbanas, com a extensa provisão de equipamentos e serviços (de classificação a priori de necessidades e usos), tornam-se aqui restritos às moradias, às casas. Estamos fritos! Parece ser muito mais fácil organizar a totalidade social apenas a partir de unidades mínimas. Doses certas, mas prescritas de outra maneira. A casa como refúgio «universaliza-se», objetiva e subjetivamente. Parece ser o novo meio de se “apaziguar as feridas cívicas”. Vão-se os pavilhões<sup>30</sup>, mas ficam-se os dedos. Neste jeito aqui exposto pode parecer que estejamos privilegiando o Grande Conjunto, em detrimento destes menores. De fato COPROMO e CDHU são mais enxutos e nem mesmo têm blocos lineares e cinzentos. Mas as aparências podem enganar, pois em essência ainda são

<sup>30</sup> A moradia isolada, identificada ao núcleo familiar e patriarcal, aparece a um só tempo como meio de se *cooptar* a classe trabalhadora que passa a se incorporar numa «classe» de pequenos proprietários, além de reduzi-la aos laços tradicionais e comunitários, em oposição a uma de vida coletiva e pública. Cf. RAYMOND, Marie-Geneviève. *La politique pavillonnaire*. Paris: Centre de Recherche d'Urbanisme, 1966.

Conjuntos Habitacionais. Só que diferem dos anteriores (CECAP e COHAB) na medida em que o resto da cidade em seus arredores também se «Conjuntifica». O espaço esquadrinhado pela divisão técnica do trabalho, identificado aos Grandes Conjuntos, alcança a cidade como um todo: vias expressas, conexões funcionais, zoneamentos de usos prescritos. O processo de urbanização. Mas há ainda uma outra diferença: o papel do dirigente geral, do superintendente, também se fragmenta. Inclui-se nas hierarquias e nos processos de homogeneização. Seus dedos? Continuam em riste!

Porém a cidade não é feita apenas de artefatos. São as atividades humanas que a engendram e elas se realizam mediante relações sociais e suas divisões: elas se diferenciam. No COPROMO a relação entre os trabalhadores se forma a partir de um caso concreto. A construção dos edifícios. Naturalmente essas relações passam a existir sem que se possa abranger o todo. Mas como elas se formam? A partir da luta coletiva contra as carências expressas no urbano. E essas carências são produzidas pela sociedade em que vivemos: eis o mundo hostil. Neste sentido, as relações sociais que são criadas no bojo do processo de construção parecem ser baseadas numa comum negatividade, que por sua vez engendram espaços e relações: o centro comunitário, os recintos, os percursos, as pracinhas, como formas que amparam a os encontros entre os trabalhadores, que se tornam vizinhos. Esta identidade entre o grupo social e seu espaço, ainda que seja restrita às fronteiras do Conjunto e das propriedades privadas, pode repercutir em outras formas de organização social. Constitui-se como uma experiência de atuação política.

Em se tratando de encontros, os Conjuntos da CDHU se formam da mesma maneira. Mas suas origens diversas (funcionários, sorteados, mutirantes, removidos) se espelham numa mesma tipologia habitacional e urbana, comum a toda cidade. Estranha simetria! Se não são os artefatos que lhes espelham, são suas atividades. Cada qual à sua maneira. Assim se diferenciam. Estas pequenas cidades se reproduzem pelos trabalhos realizados *a posteriori*. Deste modo, poderíamos pensar que a condição de ser humano no mundo, da transformação da natureza no processo de humanizá-la, aparece aqui como um arremedo: diante da grande potência estatal (organização institucional e financeira de produção) o cotidiano deve ser mediado pelas formas de autoprodução informais e precarizadas (trabalhos domésticos). De que modo isso repercute na inserção dessas pessoas na sociedade? Talvez na coisa pública que é nada. Talvez na reiteração de comunidades que são estabelecidas a partir de processos cujo movimento é alheio. Mas também, talvez na cidade que assim se cria, erigida sobre os anéis que são perdidos apenas em aparência: onde estão as centralidades de poder e de decisão? Diante do *lugar* reduzido que ocupa, o Conjunto Habitacional na dinâmica de toda a sociedade, o ultrapassar de suas fronteiras aparece como o sentido e finalidade. E *fronteiras* são produtores, produtos e produção. Mas como? Por onde? Por que?

Algo que talvez seja engendrado pelos Conjuntos de área central, como o Gato e o Cingapura. Nestas situações a cidade é um dado. Agora, por mais que seja potente esta forma de produção, ao intervir no ambiente consolidado, diante de seus horizontes é quase total impotência: são Conjuntos pequenos e, de certa maneira, pontuais. Será este o equívoco? A localização urbana, o preço da terra, a intensidade de capital fixo já acumulado, parecem condensar esses dois Conjuntos Habitacionais como um pedaço de carvão que se transforma em diamante. São pequenas cidadelas erigidas dentro da Cidade de São Paulo. Mas por menor que sejam, são os que têm maior destaque: jóias político-partidárias. As entrevistas, as fotografias, os depoimentos emocionados daqueles que se incluem na modernidade através da competência de seus gestores ofuscam o prosaico cotidiano. Ganham-se casas, votos e popularidade. Isso é coisa de gente grande!

Porém (e sempre há poréns), esses Conjuntos realizam uma façanha: destinam para os trabalhadores historicamente empurrados para as periferias ou amontoados em interstícios das áreas centrais, moradias em Conjuntos Habitacionais localizados na área central, dotadas de equipamentos, de serviços, de transportes, de locais de trabalho. Enfim, a própria cidade. No entanto, esta façanha se restringe aos lotes urbanos que de alguma maneira sobraram ao longo do tempo, revelando que, de um modo ou de outro, não interessaram ao processo de renovação urbana. São sistemas viários, áreas de questões fundiárias complexas e irresolutas, danos ambientais. Mas será que atrás desses *outdoors* publicitários existe um caminho, uma saída? Talvez, mas a cidade que assim se erige se conforma com as relações de produção e apenas atenua seus efeitos: reproduz as relações de mercado, ajusta o fornecimento de força de trabalho aos serviços, ao mesmo tempo em que elimina os «focos» de pobreza (que puxam para baixo a valorização fundiária ao redor). O pior é que são edifícios tanto laminares como recortados. Vários «ismos» possíveis. Que situação! E eles parecem mostrar, meio desesperadamente, que o processo de provisão de moradias, equipamentos e serviços públicos por meio de *Conjuntos Habitacionais*, encontra limites. As imagens são potencializadas, os discursos, *papers*, seminários e congressos são potencializados, as campanhas publicitárias são potencializadas. Mas a efetividade desse *zum-zum-zum* é restrita. Se são efetivamente formas-limite, o que define suas fronteiras? Como poderíamos sobrepassá-las, rompê-las?

Tentemos buscar no conjunto de relações. De que jeito cada Conjunto é um Condomínio? Passemos um a um. No CECAP, o conjunto de edifícios que formaria uma freguesia, se transforma em quatro condomínios (São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul). Em suas outras situações nem chegam mesmo a ser concluídas, ou seja, apenas foi construída metade das unidades habitacionais. Outros condomínios. Como eles se realizaram? Num processo de paulatino fechamento dos espaços através das cercas ao redor dos oito blocos, coroadas com suas portarias nas vias principais. Esse movimento engendrado pelos seus moradores tem um duplo sentido: segurança e distinção. O primeiro para proteger seus autos, seus eletrodomésticos, mas também para se proteger do «outro» (talvez um mito, um desconhecido, representado). A distinção assim se assegura. Mas ela se dá também no intra-cercas, através dos autos modernos e brilhantes, das músicas e vestimentas. Sinais apresentados pelas coisas que diferenciam as pessoas. Em essência? Assim, esse duplo sentido reaparece como uma relação. Distinção-separação entre os de dentro e os de fora, segurança e proteção entre os objetos de dentro e os de fora. Mas não é um ato convicto, aparece como um mal necessário. As marés do mundo vão lhe mandando ondas: o medo e a indústria do medo. O modo de se viver na cidade através do apartamento. Conjuntos Habitacionais como condomínios fechados: presença e representação. Quem os sofre mais? No meu ponto de vista parece atingir mais as crianças, que deixam de fruir sobre os espaços contínuos. Os adultos? Estão no mundo do trabalho, onde navegar é preciso.

Já na COHAB os condomínios se formam de uma maneira um pouco diferente. Num primeiro momento seus moradores são alojados em unidades homogêneas. Há aqueles que sem perceber erram seus caminhos e descobrem que não é a sua casa quando a chave da porta não gira. É tudo igual, não há distinções. Inicialmente são apenas prédios e ruas. E muitos conflitos entre vizinhos: contas d'água coletivas, invasões. Os condomínios se erigem com a tutela do Estado, assistentes sociais e os de cobrança. É preciso se organizar para não pagar o pato (do outro). Cada prédio, ou cada dois prédios, conformam um condomínio. Fazem os muros, portarias e garagens (construídas como caixa-forte para proteger, talvez, o maior bem que possuem: os autos, que são, a um só tempo, condição e condução de sua existência na cidade).



Nestas duas situações (Conjuntos-cidadelas) os condomínios surgem *a posteriori*, porém agem de maneiras diferentes: no CECAP reduz seus horizontes, na COHAB reduz seus conflitos. Na primeira como um meio simbólico de deixar de ser Conjunto Habitacional de trabalhadores, na segunda como meio efetivo sê-lo. Renda e menos renda. Trabalho e menos trabalho. A coletivização emancipatória concebida no CECAP e o alojamento funcional concebido na COHAB se realizam mediante o *apartamento*. Eta solidão! Mas assim o são porque assim é o movimento da própria cidade. E nós mesmos...

Os Conjuntos COPROMO e CDHU já são erigidos como condomínios isolados e suas formas urbanas reiteram tal sentido, pois organizam sobre uma determinada gleba intra-muros, exclusivamente as moradias e os espaços condominiais. Neles a cidade não há. Nem nas possibilidades de se fazê-la, nem nas formas de se concebê-la: são restritas a um fragmento, isto é, à secretaria pública ligada exclusivamente à provisão de moradias. Outros equipamentos e serviços não compõem esses espaços. As escolas, as creches, os centros comerciais, os postos de saúde, por exemplo, são realizados apenas do lado de fora de suas glebas. Deste modo, a ambição estatal de prover a totalidade de usos, equipamentos e serviços coletivos, identificados aos Grandes Conjuntos, aqui se reduz às formas de provisão pelo mercado. O espaço construído ao redor.

No entanto, em função das especificidades de cada uma de suas produções, estes Conjuntos-condomínios apresentam diferenças. No COPROMO, suas divisões condominiais reproduzem as etapas de produção: os quatro primeiros prédios um condomínio, um segundo prédio isolado outro. E assim por diante. Nos Conjuntos da CDHU esses condomínios são realizados antes mesmo da demanda social lhes ocupar. É institucionalizada. Nos dois casos a organização (ou não) de cada conjunto de moradores sob um determinado condomínio, engendra a organização (ou não) de cada um de seus espaços. Isso determina as condições ambientais, as formas de manutenção e equipamentos que são produzidos.

Em que diferem estes Conjuntos-condomínios dos Conjuntos-cidadelas? Se observarmos exclusivamente seus espaços condominiais, não há muitas diferenças: são recintos exclusivos a uma determinada quantidade de moradias e moradores, que estão diretamente sob seus domínios, vontades ou possibilidades. Estes espaços são destinados aos usos comunitários e familiares. Lazer e recreio. No entanto, por outro lado, de que maneira e *espaço público* ao redor do Conjunto-cidadela se manifesta diferentemente do ao redor do Conjunto-condomínio? Seriam diferentes apenas em relação à sua unidade visual, pois, por um lado, nos Conjuntos-cidadela os equipamentos públicos são constituintes de seus espaços, seja em relação às secretarias e seus respectivos equipamentos públicos, seja em relação às próprias formas dos edifícios, identificadas à racionalidade estatal da produção; por outro lado, nos Conjuntos-condomínio os equipamentos e serviços complementares à habitação são provisões privadas, sejam informais ou não. Deste modo, talvez a diferença essencial seja que os Conjuntos-cidadela contêm, ao menos idealmente, o Estado como agente regulador do processo de produção do espaço social, e os Conjuntos-condomínio, esta mesma função idealizada, se apresenta como uma desistência. Função esta que é assumida pelo Mercado. Diferenças engendradas pelas especificidades de cada momento histórico? Ideologias dominantes?

Como se realizam os condomínios nos Conjuntos de área central? Em certa medida reproduzem o mesmo processo dos Conjuntos COPROMO e CDHU. Eles já são construídos através da relação entre o número de unidades e formas de gestão. A presença de espaços diversificados do Gato, e a ausência destes mesmos espaços no Cingapura, convivem com as mesmas separações administrativas e institucionais dos *condomínios*. Estes aparecem como uma forma social que se autonomiza em relação aos conteúdos sociais efetivos. Mas e em relação às formas de inserção urbana? Em função destes Conjuntos se

localizarem na área central da cidade, seus condomínios parecem ser mais devassados. Porém isso se realiza de maneiras distintas entre eles: no Parque do Gato se chega através da praça, dos espaços coletivos e públicos. Ao longo do caminho estão os condomínios, que se concretizam através das cercas que contornam os prédios. Eles estão abertos e podemos entrar: chegar aos *pilotis*. Já no Cingapura as fronteiras condominiais reproduzem os limites dos blocos de apartamentos, organizados em torno das escadas. Neste Conjunto não há portarias, e sim portas! Não há mediações, é da rua ao hall. Se entrar no Parque do Gato significa percorrer seus recintos, aqui no Cingapura não há essa mesma possibilidade.

Enfim, todos esses Conjuntos se baseiam nos condomínios privativos. Tanto os Conjuntos que contêm mais espaços públicos, coletivos e diversificados, quanto os que não contêm. O acesso à moradia se realiza mediante o acesso à propriedade privada, um fragmento do globo terrestre, uma mercadoria<sup>31</sup>. Mesmo na situação do Gato, cuja moradia é alugada, não repassando formalmente seu título para o ocupante, a lógica pode ser considerada a mesma. O que há de estranho nisso? Há a idéia (talvez bastante contaminada com desejos e crenças utópicos) de que as formas de se morar na cidade deveriam contribuir com a constituição de relações sociais mais livres e modernas. Doce ilusão! Doces bárbaros! O condomínio aqui é tomado como uma relação contraditória: por um lado aparta e reproduz formas comunitárias, que em certa medida são anacrônicas, impossibilitando o devir de uma sociedade urbana<sup>32</sup>; e por outro lado expressa e realiza a inserção concreta de pessoas (normalmente subsumidas aos cadastros, aos números, às políticas públicas alheias) que marcam e demarcam o espaço através de suas relações, constituindo-se como atores e autores<sup>33</sup>.

Seguindo no estranhamento (das coisas e a idéia que fazemos das coisas) mesmo com as possibilidades técnicas de se prover espaços contínuos e múltiplos, que seriam erigidos a partir e para as relações sociais que se constituem nessas produções, integrando os espaços e as pessoas da toda a cidade, o que efetivamente é realizado são os fragmento comercializável e suas decorrentes fronteiras. Santa alienação! Que é a nossa também, pois tentamos enxergar desesperadamente nas suas *formas* concebidas e construídas (lajes, pisos, paredes, praças...) espaços e relações sociais. "A Arquitetura não é só uma questão de arquitetura". Neste sentido, se tratamos de uma relação contraditória, deve haver positivities nos condomínios. Devemos entender o espaço como relações de produção do espaço. *Produção* é processo e conflito, locais e mundiais. É o tempo e o corpo (ainda que apareçam distorcidos pelas concepções modernas da industrialização que, para continuar na obsessão da visualidade, formam e deformam nossos olhos) que ocupam o espaço contraditoriamente. Como perceber o real? As coisas e a idéia que formamos sobre as coisas. Que conjunto!

O terceiro momento do jogo de categorias se dá a partir das formas de inserção urbana de cada Conjunto. O CECAP e o COPROMO em municípios da Região Metropolitana de São Paulo, Guarulhos e Osasco respectivamente. A COHAB e a CDHU na Zona Leste do Município. O Parque do Gato e o Cingapura na região central. O CECAP, no momento de sua implantação era bastante isolado. Sua relação com o tecido urbano existente seria através de uma conexão funcional, não

<sup>31</sup> Ver conversa com Margareth Uemura (Capítulo 4 «Conjunto Concebido»), onde discute o problema entre o *acesso à moradia*, como um valor de uso assegurado pelo Estado (técnicas, financiamentos, *formas*), e o *acesso à propriedade privada*, como um valor de troca (também) assegurado pelo Estado. Estes diferentes acessos engendram relações de produção e de produtos também distintos, cujos impactos na política habitacional (e em sua publicidade correspondente) podem se apresentar, também, diferentemente: a locação de imóveis existentes (tais como os edifícios vazios ou apartamentos dispersos pela cidade) pode permitir o aumento do acesso de trabalhadores à moradia, porém esta forma dispersa pela cidade tem impactos publicitários menores.

<sup>32</sup> Cf. LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

<sup>33</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

havendo *cidade* durante a transposição de uma situação à outra. Mas com o passar do tempo o processo de urbanização, de dentro para fora, através da provisão de equipamentos e das transformações dos espaços engendradas pelo conjunto de moradores, e de fora para dentro, através da expansão dos loteamentos periféricos situados ao redor e da implantação de novos equipamentos e serviços no entorno, acabou por integrá-los. Uma espécie de pororoca que vai insistentemente batendo sobre as margens e vazios, desconstituindo-os. O Conjunto se urbaniza na medida em que deixa de ser Conjunto. De pequena cidadela à cidade efetiva.

O COPROMO se realiza num terreno cuja inserção urbana é bastante acessível. O acesso aos seus condomínios se dá através de uma pequena rua que se liga à Avenida Getúlio Vargas, uma via que faz a conexão entre a cidade de Osasco, na parte Norte da Rodovia Castelo Branco, e a cidade de São Paulo. Neste terreno, originalmente destinado à produção de 2.000 unidades habitacionais, foi implantado na metade superior e mais visível da Avenida um conjunto de equipamentos públicos pelo município de Osasco. Ao redor, comércios e instalações de serviços. Deste modo, para seus moradores o entorno poderia oferecer a satisfação de necessidades cotidianas e a fácil conexão com os sistemas de transporte, podendo permitir, portanto, a reiteração dos espaços intra-muros como condomínios isolados, sem necessariamente precisar provê-los com equipamentos e serviços coletivos.

Já a COHAB situada no Distrito de Cidade Tiradentes foi implantada numa situação urbana cujo acesso é mais complicado. Nas franjas da cidade, sobre antigas áreas rurais e sobre o mar de morros, a mobilidade é agravada pela precária implantação de sistemas de transportes e pelas condições físicas da geografia. Em suas origens era bastante isolado, mas com o correr do tempo a urbanização foi conquistando os espaços vazios, que ligaram o distrito ao tecido existente. Este processo realizado sobre o isolamento, associado à paulatina provisão formal e informal de equipamentos e serviços, também contribuem para a decomposição de suas fronteiras enquanto Conjunto, mas o faz na medida em que a urbanização se dá de maneira precária e fragmentada. Apesar dessa situação, que dificulta os deslocamentos diários de seus moradores e encarece a provisão das infra-estruturas, as questões relacionadas à provisão habitacional abundantemente questionada, os Conjuntos da CDHU reproduzem essa forma de produção, agora nas beiradas do Distrito de Cidade Tiradentes. No entanto, suas glebas fragmentadas não são providas como pequenas cidadelas, mas sim como uma justaposição de pequenos condomínios. Devido ao seu recente tempo de existência e a essa redução à forma condominial, esses Conjuntos potencializam ainda mais o isolamento, que é atenuado apenas na medida em que a cidade existente em seu entorno se configurou de maneira diferente àquela da condição das origens de Cidade Tiradentes.

Já nos Conjuntos da área central, o Parque do Gato e o Cingapura, sua inserção urbana é quase direta. No primeiro caso é dificultada pelas vias expressas e pelos rios espessos, no segundo caso pela via também bastante movimentada e pelos usos de comércios e serviços predominantes de seu entorno. Mas a cidade está lá. É verdade que uma parte que foi produzida sem a função de *morar*. Mas também, em certa medida, reproduz o raciocínio das duas formas de implantação anteriormente descritas, as pequenas cidadelas e os condomínios: alojar trabalhadores em pequenas unidades controladas e controláveis próximas aos locais de trabalho e serviço. Estas vantagens abissais em relação aos outros conjuntos são atenuadas na medida em que a *condição* desta situação urbana é agravada pelas formas de abandono de suas respectivas políticas sociais de habitação. Seus espaços se degradam no coração da cidade.

### CONCLUSÃO PRELIMINAR

Este conjunto de relações foi estabelecido através do encontro entre as experiências percebidas em campo (seja pelas visitas e derivas, seja pelas entrevistas com moradores e ex-moradores), que por sua vez se relacionam às concepções dos projetos, suas especificidades técnicas (arquitetônicas e urbanísticas), bem como condições e limites impostos pelos respectivos momentos históricos. Neste sentido, buscou-se evitar a fetichização de suas *formas* ou intenções, buscando relacioná-las ao complexo movimento da história, por sua vez resultado de lutas e contradições. Neste sentido a *comparação* entre os Conjuntos Habitacionais, tão contraditórios como seus respectivos contextos, apareceu como um meio interessante de se romper suas fronteiras, as quais tendem, nos termos das formas em que são concebidos e representados<sup>34</sup>, aprisionar um grupo social e isolá-lo de sua dimensão social efetiva. As *categorias* nasceram desses encontros. Não foram concebidas como *modelos a priori*, mas sim um resultado de relações.

Estas categorias, num primeiro momento da análise, servem de referência para o processo de reflexão, fixando momentaneamente, por assim dizer, um determinado aspecto para se relativizar outro. Porém, se a fixidez de um determinado conceito contribui para sua fetichização, naturalizando aspectos dos objetos estudados, foi necessário relativizar também as próprias categorias, como meio de suas respectivas desconstruções. Quando me deparo com os objetos que estudo, eu os vejo a partir de uma concepção teórica que não está diretamente contida neles. Identificada a eles. E isso também ocorre quando converso com seus agentes, sejam moradores, sejam técnicos. Neste sentido, faz-se necessário desconstruir estas mesmas concepções, sem que, no entanto, nós as abandonemos. O meio encontrado foi a comparação e o movimento de análise subsequente. Se ao longo deste capítulo tentamos chegar cada vez mais perto dessas experiências, entrando nos Conjuntos, analisando suas formas, seus processos e suas possíveis relações com o social; agora se faz necessário sair deles e alcançar o mundo<sup>35</sup>. O conjunto de relações. Os Conjuntos no mundo e o mundo nos Conjuntos. Então, a maneira encontrada para se dar o primeiro passo (em direção ao infinito...) foi a análise de indicadores sociais que são representados através de sua espacialização por meio de setores censitários. Nosso próximo item.

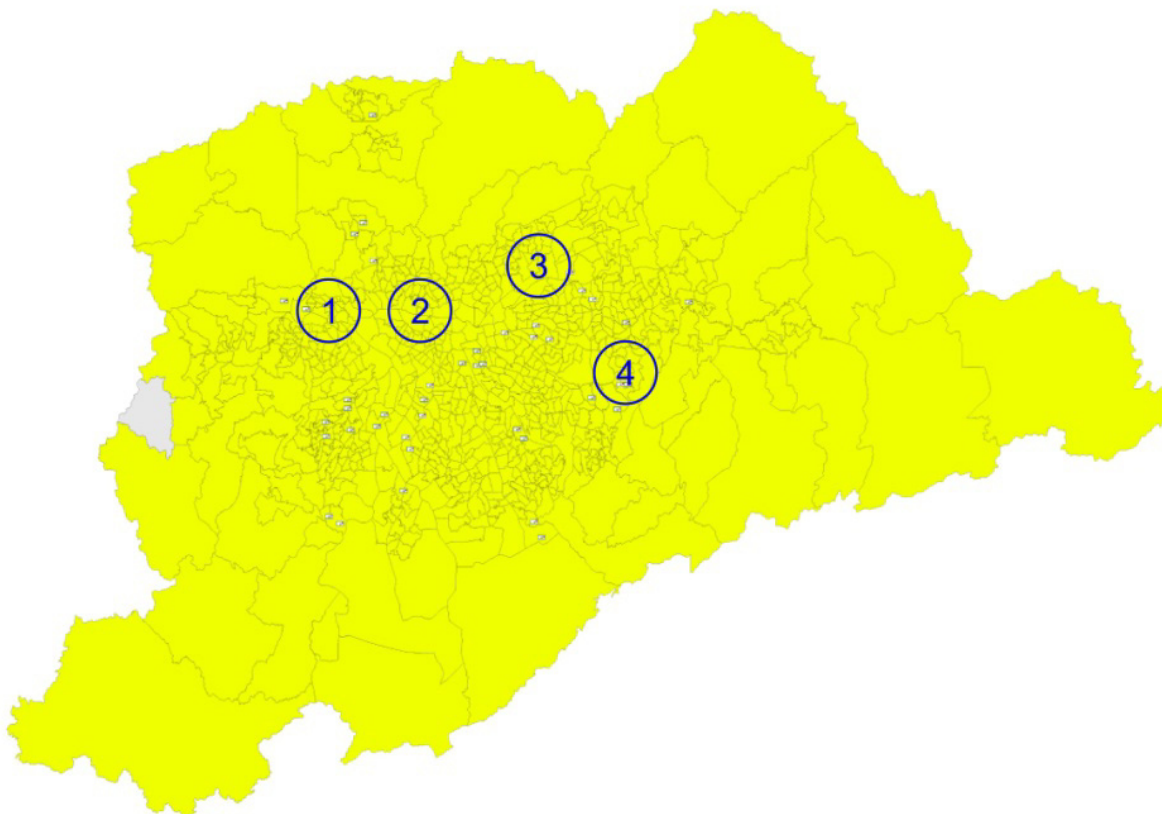
### C. MAPAS CENSITÁRIOS

Neste item do capítulo percorreremos alguns mapas que representam, identificados a fragmentos do território, os seus setores censitários, indicadores sociais relativos à Região Metropolitana de São Paulo. São outros recortes. Outras formas de se ver a metrópole. Porém, esta *espacialização* de indicadores tem com virtude relacionar os processos contraditórios, que são engendrados no interior de uma sociedade dividida em classes, com os territórios da cidade, construídos como meio e reflexo dessas relações sociais. O Espaço, ou mais especificamente a *produção do espaço*<sup>36</sup>, não pode ser concebido, portanto, apenas como um suporte de relações sociais. Nesta produção está também a materialização das estratégias e disputas (e das irracionalidades) da reprodução das relações de produção. Mas devo fazer novamente uma advertência: devemos trazer conosco as discussões apontadas anteriormente como suporte da análise. Vejamos.

<sup>34</sup> Tanto as representações dos autores como as minhas interpretações dessas mesmas representações dos autores.

<sup>35</sup> Evidentemente não podemos ignorar a efetiva impossibilidade de se alcançar o mundo através do pensamento. Qual seja ele...

<sup>36</sup> Cf. LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Éditions Anthropos, 1974.

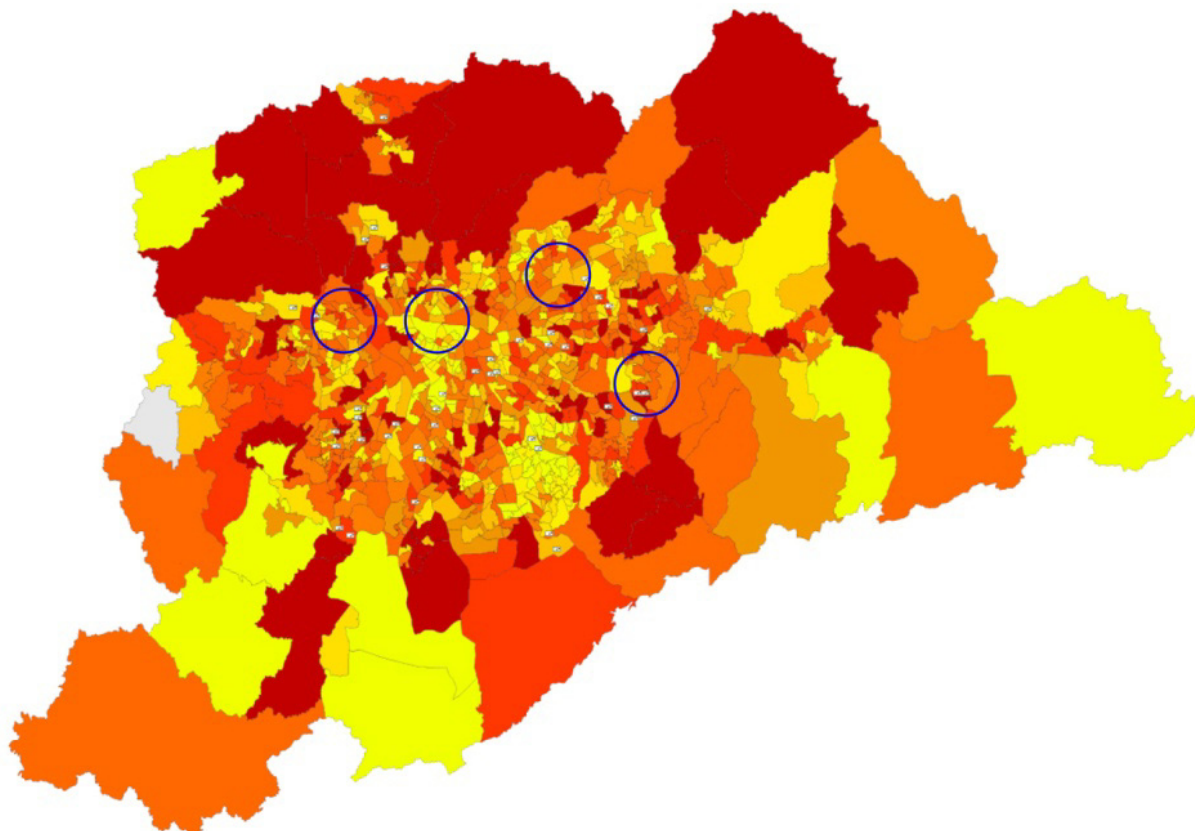


MAPA CENSITÁRIO 1 – REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO.

Fontes: Censo Demográfico 2000-IBGE com a elaboração de CEM/CEBRAP.

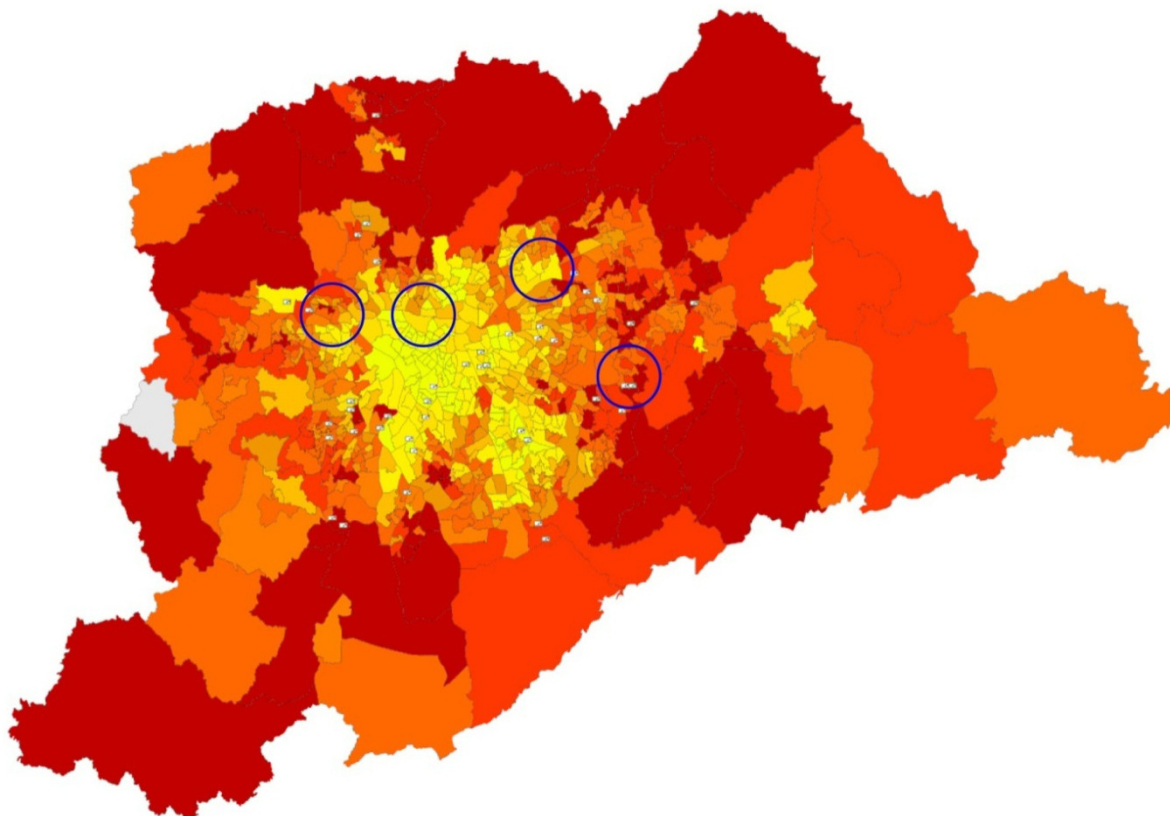
Observação: esses dados foram obtidos, portanto, antes da construção-ocupação dos Conjuntos Parque do Gato e CDHU Iguatemi. Por isso nos remetemos especificamente às regiões correspondentes a cada um dos Conjuntos, não aos Conjunto em si.

Este desenho acima representa a Região Metropolitana de São Paulo dividida em seus diversos setores censitários. A área indicada com o número 1 se refere à região onde se localiza o COPROMO, em Osasco; o número 2, na região central de São Paulo onde se situam os Conjuntos Gato e Cingapura; o número 3 o CECAP em Guarulhos; e o número 4 os Conjuntos COHAB e CDHU na Zona Leste do Município. Essas anotações servirão de base para a observação dos demais mapas censitários da Região Metropolitana. Esses dados aqui expostos são referentes aos seus setores censitários, não sendo exclusivos a cada Conjunto em separado. Por outro lado, não sabemos qual foi a metodologia adotada na elaboração desses mapas, nem sobre composição desses mesmos setores, suas dimensões territoriais ou populações correspondentes. Mas de qualquer forma esses mapas servirão como base de comparação entre os seis Conjuntos Habitacionais estudados, dados equivalentes e divididos numa escala gradativa de dez unidades, estabelecida diante da escala metropolitana. Posteriormente a apresentação de cada mapa será exposta uma pequena interpretação de seus dados, que se relacionarão às demais questões colocadas até então e aos possíveis que essas mesmas questões podem indicar. É um jogo nas alturas! Talvez possa ser uma forma de se realizar a passagem de dentro e de perto para de fora e de longe, abrindo caminhos para as questões próprias do urbano, da história, bem como sua relação com o social que lhes intervém e ocupa.



MAPA CENSITÁRIO 2 – TOTAL DE PESSOAS RESIDENTES NA ÁREA DE PONDERAÇÃO.  
Fontes: Censo Demográfico 2000-IBGE com a elaboração de CEM/CEBRAP

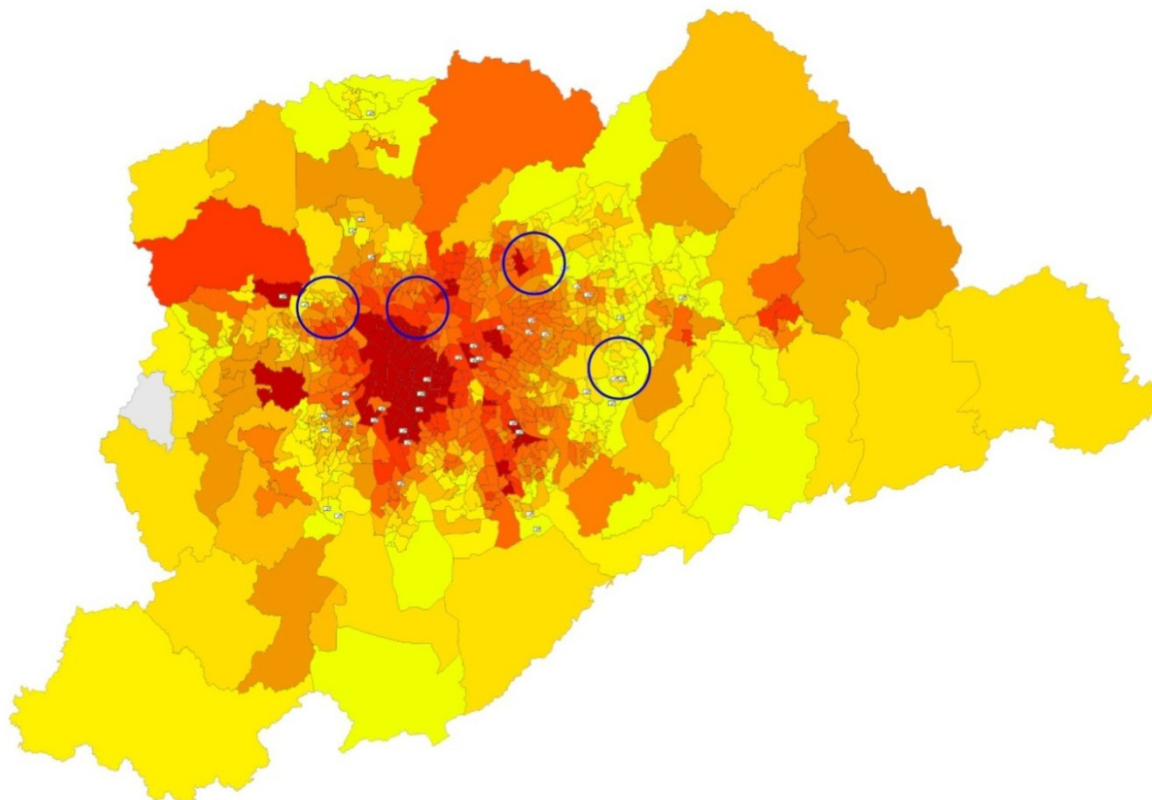
Neste mapa está representado o total da população distribuída pelos setores censitários. Os marcados em amarelo somam até 14.000 habitantes e, gradativamente até a décima camada, anotados em bordô, acima de 31.000. Pelo mapa podemos ver que os Conjuntos situados na Zona Leste (COHAB e CDHU) são aqueles cuja população é a maior dentre os Conjuntos, seguidos pelo COPROMO em Osasco, e pelo CECAP em Guarulhos. Os Conjuntos da área central (Gato e Cingapura) são inseridos numa situação urbana onde não apresenta uma superpopulação. Nestas três situações referentes à população (grande número, médio e pequeno) podemos anotar que os Conjuntos mais populosos são aqueles mais «isolados» da cidade. Os mais centrais, pelo contrário, são aqueles que são menos populosos. Isso nos leva a crer que a localização primordial da moradia dos trabalhadores, diante de uma «disputa» pelos espaços da cidade, se realiza para além das áreas onde situam trabalho e emprego, separando-as das habitações formais e burguesas. Os Conjuntos situados na Região Metropolitana de São Paulo (COPROMO e CECAP) apresentam uma distância média em relação ao centro da Cidade de São Paulo e ainda são conectados mais facilmente às infra-estruturas de transporte, notadamente as rodovias (Castelo Branco, no primeiro, e a Dutra, no segundo). Quanto maior a presença de sistemas de transporte, menor a população residente. Um aspecto contraditório! Ao menos que isso possibilite, numa espécie de dialética das distâncias, que se concentrem os trabalhadores nas áreas periféricas e com isso forneçam um grande número deles para as instalações de trabalho e emprego. Mas passemos agora a observar as rendas familiares nesses setores censitários.



MAPA CENSITÁRIO 3 – PESSOAS COM RENDA ATÉ MEIO SALÁRIO MÍNIMO  
 Fontes: Censo Demográfico 2000-IBGE com a elaboração de CEM/CEBRAP

As situações anotadas em bordô são aquelas em que apresentam um número superior a de 3.300 pessoas com esses rendimentos. As anotadas em amarelo apresentam um número inferior a 175. Podemos observar que, com exceção da Zona Sul de São Paulo, os locais onde se aglomeram as pessoas com rendimentos muito baixos são predominantemente os municípios periféricos à Cidade de São Paulo. Mas dentre os Conjuntos, os situados na Zona Leste, em primeiro lugar, e depois o COPROMO, são aqueles em que as localizações urbanas concentram o maior número de pobres. Dado que a COHAB e CDHU são os mais populosos, isso indica uma questão referente às localizações das moradias dos trabalhadores: não se situam no Centro. Os Conjuntos da área central apresentam, neste mapa, um número relativamente menor de pessoas com baixos rendimentos (excluindo-se o CECAP, que se localiza numa região onde a presença de pessoas com esses rendimentos é ainda menor), mas é a região que contém um menor número absoluto de pessoas. Deste modo, não sabemos se esse resultado se dá em função de uma baixa renda ou não, ou ainda, se em função do reduzido número de habitantes.

De qualquer modo, ou os Conjuntos se localizam longe das áreas centrais, concentrando e isolando um grande número de trabalhadores pobres, ou se localizam próximos às vias expressas de conexão com os locais de trabalho, representando uma maior renda relativa. Daí uma questão: a *localização* empobrece? Será que ela reitera a baixa de renda ocasionada pela expulsão dessas pessoas para as áreas cujos preços das terras são menores? Outra questão é o fato desses Conjuntos produzidos (e ainda produzidos) na Zona Leste serem ofertados aos trabalhadores pelo Estado, que engendra o isolamento.

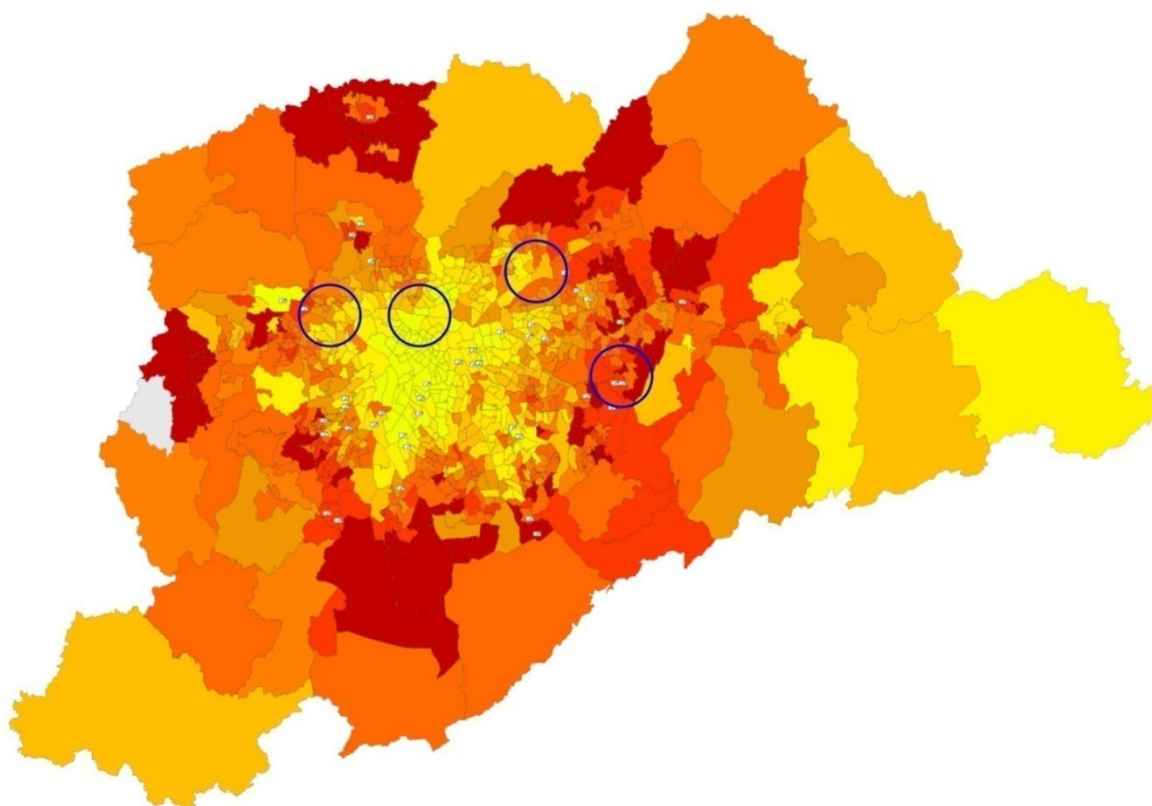


MAPA CENSITÁRIO 4 – RENDA MÉDIA PERCAPTA EM SALÁRIOS MÍNIMO  
 Fontes: Censo Demográfico 2000-IBGE com a elaboração de CEM/CEBRAP

Neste mapa estão anotados em amarelo os setores cuja renda média não passa de cinco salários mínimos, e em bordô, os setores que contêm rendas médias superiores a 23 salários. Podemos observar que os Conjuntos da Zona Leste apresentam as menores rendas, se comparadas aos demais Conjuntos e mesmo em relação à Região Metropolitana. O COPROMO aparece numa situação intermediária, mas que faz uma espécie de fronteira com situações onde os rendimentos médios são menores. Já o Parque do Gato e o Cingapura estão implantados em regiões cujos rendimentos médios são mais altos que os anteriores, mas ainda inferiores aos da região central (mais o centro expandido e vetor sudoeste, que concentram os altos rendimentos). O CECAP, por sua vez, aparece como uma situação onde os rendimentos médios se equiparam aos das regiões mais ricas da Região Metropolitana. Quer dizer, numa escala de 1 a 10, sendo que este último representa os rendimentos superiores aos 23 salários mínimos, este Conjunto Habitacional parece estar situado entre 7 e 9.

Talvez pudéssemos classificá-los em três formas: os Conjuntos onde predomina a população pobre, e que reiteram essa pobreza, tais como o COHAB e CDHU; aqueles cuja inserção urbana parece conferir vantagens, no que tange às rendas, tais como o COPROMO, Gato e Cingapura; e aquele que parece ter deixado efetivamente de ser Conjunto de Trabalhadores, tal como o CECAP, que apresenta rendas médias bem superiores aos demais. Se comparado ao mapa anterior (até meio salário mínimo), podemos ver que na Zona Leste concentram pobres, no CECAP concentram ricos e que no COPROMO, Gato e Cingapura parece haver uma mistura de renda maior, se comparado as duas situações anteriores.



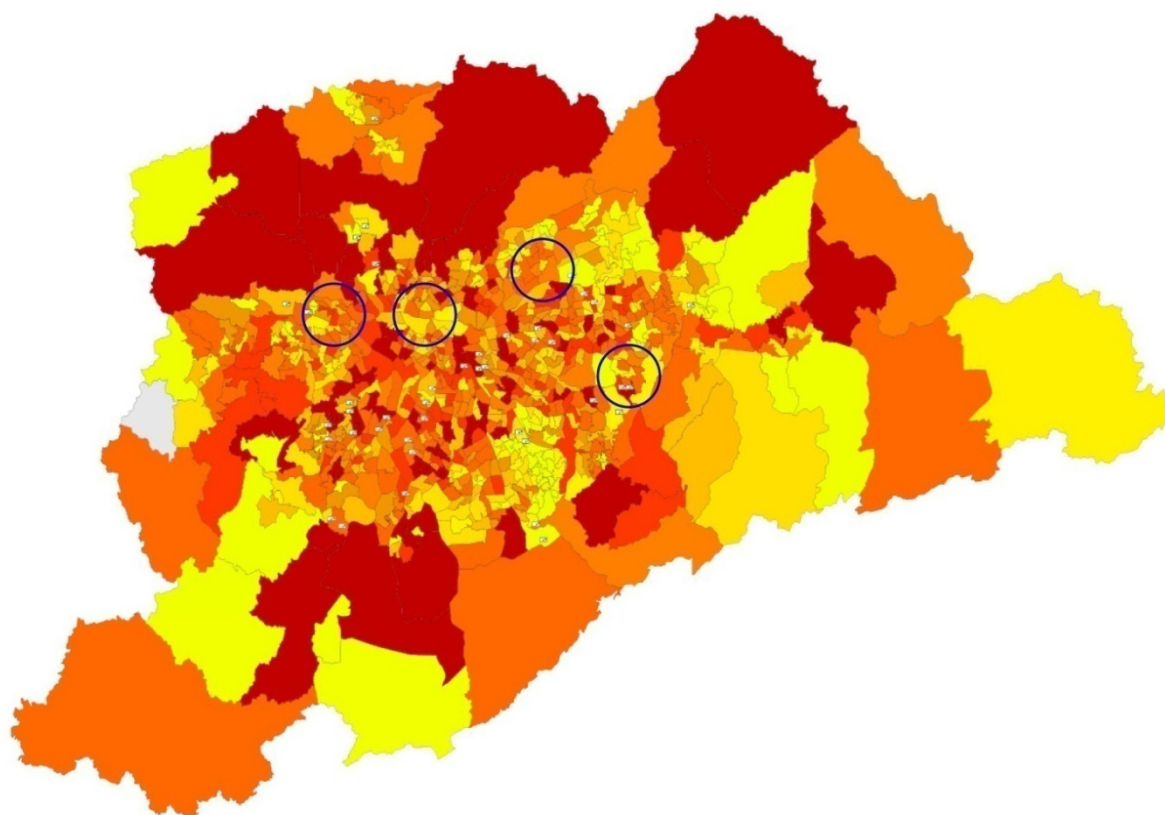


MAPA CENSITÁRIO 5 – TAXA DE DESEMPREGO.

Fontes: Censo Demográfico 2000-IBGE com a elaboração de CEM/CEBRAP

Os setores em amarelo representam uma taxa de desemprego inferior a 11%, os em bordô próximo a 26%. Se comparado aos mapas anteriores, de renda e população total, poderemos ver que as regiões mais pobres são aquelas onde se tem a maior taxa de desemprego. Novamente os Conjuntos da Zona Leste são os que mais sofrem com a falta de trabalho. Posteriormente podemos observar que os Conjuntos COPROMO e CECAP, um pouco mais próximos à área central de São Paulo, apresentam taxas de desemprego intermediárias. Já a região dos Conjuntos da área central, Gato e Cingapura, apresentam taxas menores. Deste modo parece poder se concluir que quanto maior a distância dos locais de trabalho (que tendem a localizar-se nas áreas centrais), maior a dificuldade de deslocamento, maior número de trabalhadores, maior a parcela destes que tem menores rendimentos, e, portanto, maior a taxa de desemprego.

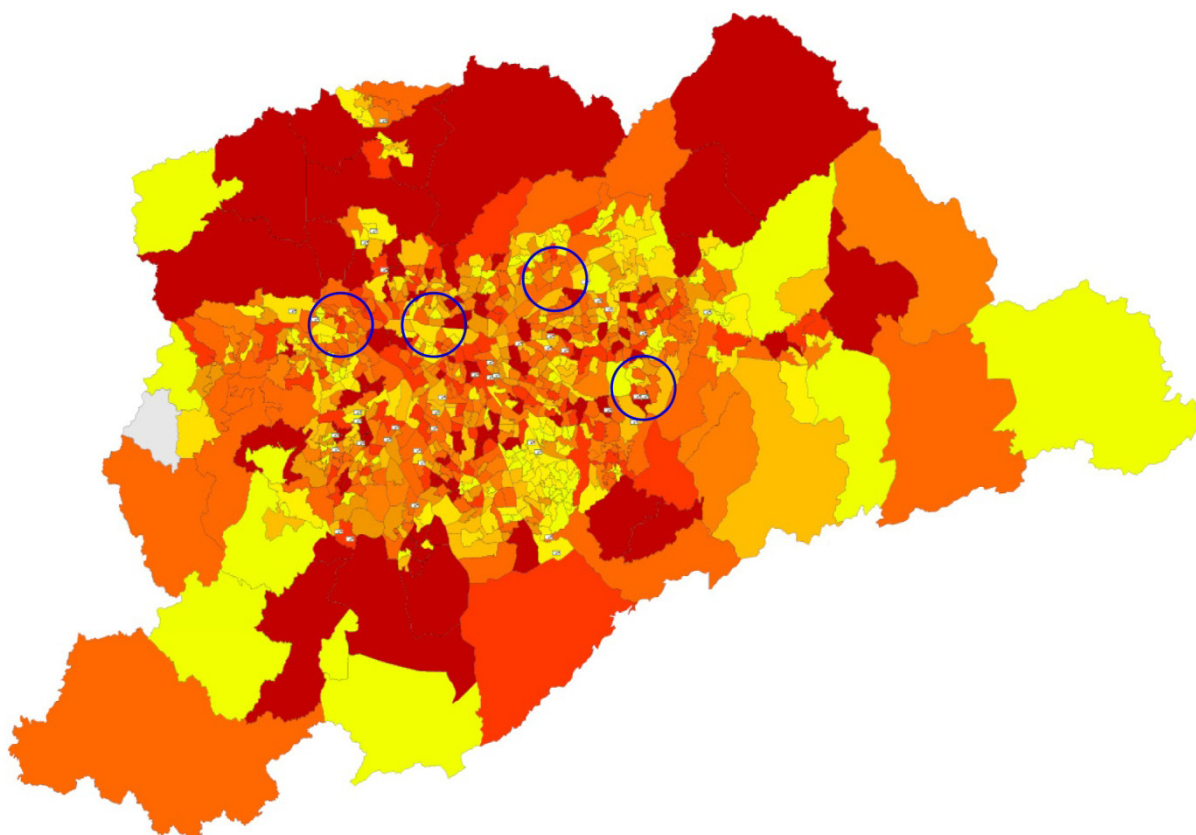
Podemos então pensar que a provisão dos Conjuntos periféricos tende a reiterar a condição de pobreza do trabalhador. Isso se realiza em função dos benefícios que a propriedade privada da moradia parece conferir. No entanto, em função do acesso a essa mesma propriedade se fundar no preço que ela tem, em relação à Região Metropolitana, esse processo parece engendrar um ciclo vicioso: quanto mais pobre, mora mais longe; mas quanto mais longe mora, mais pobre fica. Na medida em que os rendimentos familiares correspondem a um determinado custo de reprodução da força de trabalho, pressionando ou não o aumento de salários, esses grandes contingentes populacionais de baixa renda constituem um exército industrial de reserva e proporcionam a acumulação capitalista. Mas, seus rendimentos e energias que ainda sobram, são consumidos nos deslocamentos intra-urbanos. A exploração do trabalhador na produção e a espoliação do morador da reprodução.



MAPA CENSITÁRIO 6 – PESSOAS COM OCUPAÇÃO  
 Fontes: Censo Demográfico 2000-IBGE com a elaboração de CEM/CEBRAP

Neste mapa está anotado o total de pessoas com ocupação. Em amarelo com um número inferior a 5.800 habitantes e em bordô com um número superior a 12.400. Se comparado com as taxas de desemprego podemos observar que a população com algum tipo de ocupação (que não corresponde necessariamente ao emprego formal) está espalhada pela Região Metropolitana, existindo inclusive nas áreas centrais. Deste modo podemos indicar duas possíveis questões: por um lado, que efetivamente há deslocamentos diários entre periferia e centro, que por sua vez engendram uma condição de trabalho e de sua reprodução de maneira penosa; e por outro lado, que a presença de bicos e trabalhos informais em áreas centrais permite que trabalhadores obtenham suas rendas através da precarização das relações de trabalho. Os Conjuntos com maior número de desempregados, COHAB e CDHU, são aqueles que apresentam o maior número de ocupados. Os Conjuntos intermediários, COPROMO e CECAP, são os que apresentam um número intermediário de ocupados. Os de área Central, Gato e Cingapura, menos ocupados.

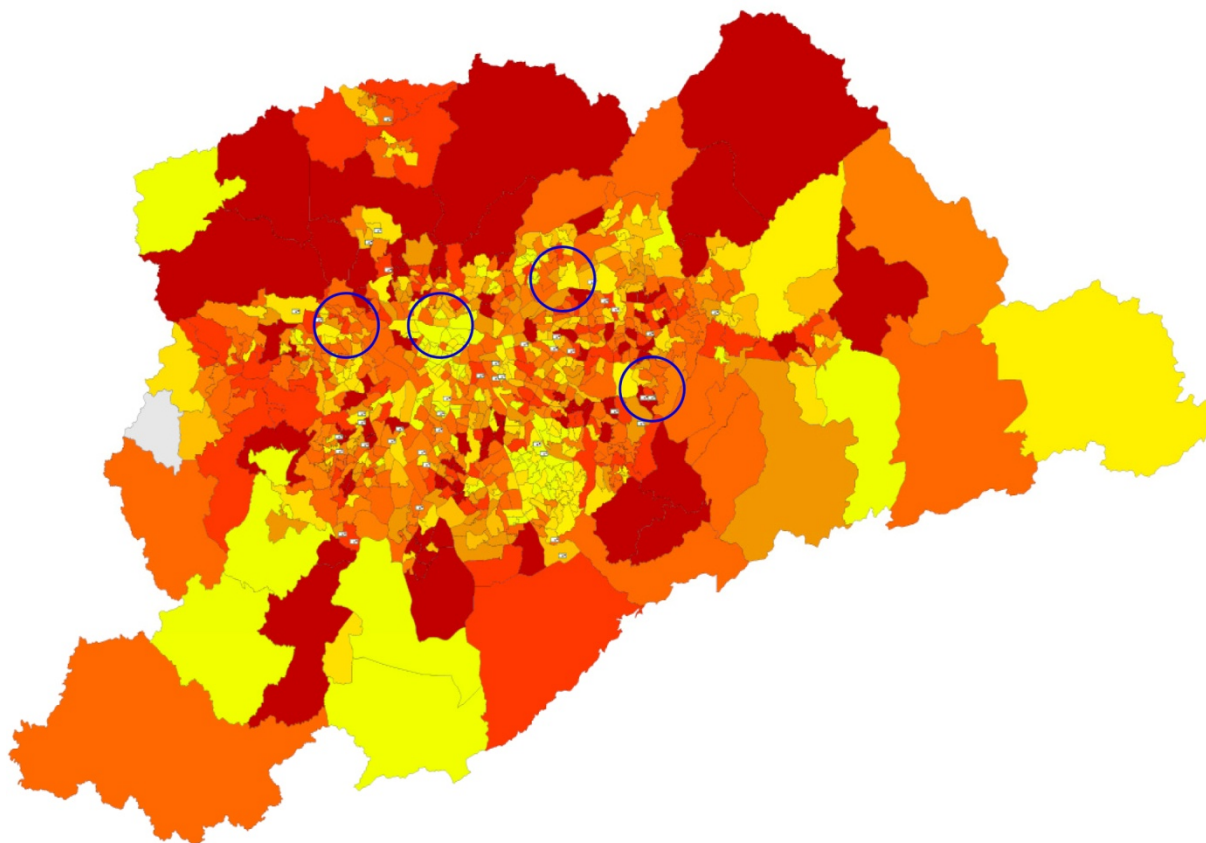
Mas por outro lado, em função das pessoas ocupadas estarem espalhadas pela Região Metropolitana, pode-se indagar se os trabalhadores desempregados, que moram nesses Conjuntos, vão buscar suas ocupações exclusivamente nas áreas centrais. Isto é, eles podem garantir seus rendimentos apenas nas áreas do centro expandido, sem necessariamente se deslocar para a região central. Disso, duas questões: por um lado reduz a penúria dos deslocamentos, mas por outro lado, a partir dessa penúria, reduz a própria mobilidade intra-urbana do trabalhador. A cidade do efetivo apartamento.



MAPA CENSITÁRIO 7 – TOTAL DE DOMICÍLIOS.

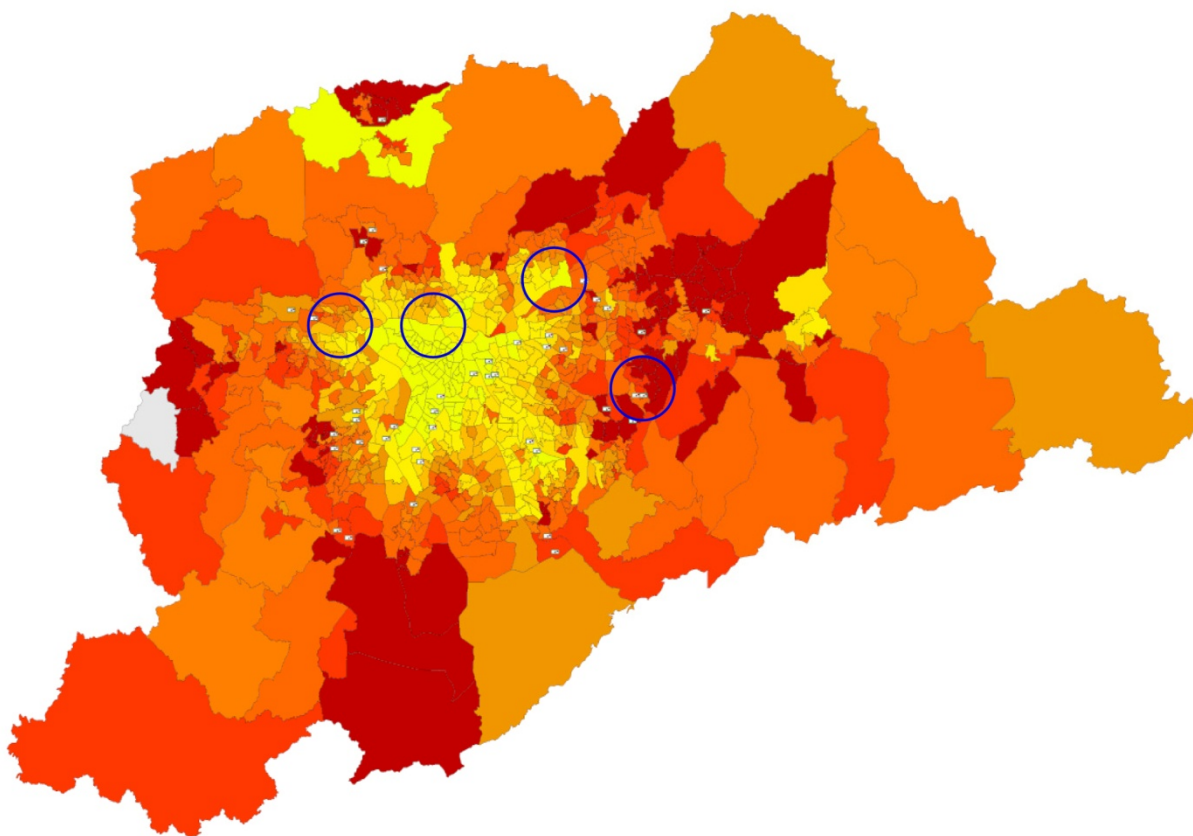
Fontes: Censo Demográfico 2000-IBGE com a elaboração de CEM/CEBRAP

Neste mapa estão indicados em amarelo até 4.200 domicílios por setor censitário e em bordô um número acima de 8.000. Podemos observar, ao menos a partir dos setores censitários de tamanhos similares, que há uma certa uniformidade na ocupação do território em relação ao número de domicílios, isto é, existem apenas alguns setores cujo número é superior aos 8.000. Mas essa uniformidade é relativa, em função dos dados apresentados nos mapas anteriores: há um maior número de pessoas que têm baixos rendimentos e estão formalmente desempregadas que habitam um mesmo espaço (e até mesmo um mesmo domicílio). A maior densidade de domicílios é acompanhada pela maior densidade de pobres. Esta situação pode ser mais bem constatada nos Conjuntos da Zona Leste, seguido pelos Conjuntos COPROMO e CECAP, e finalmente os de área central, Gato e Cingapura. Outra questão que daí se desdobra é o fato de um grande número de domicílios periféricos, nos quais habita uma parcela maior da população da Região Metropolitana, está relativamente desprovido de infra-estruturas urbanas, as quais se localizam de forma concentrada nas áreas mais ricas da cidade. Mas também que, se nas áreas centrais vivem menos pessoas, o número de domicílios, aparentemente homogêneo na Região Metropolitana, indica que nestas situações pode haver um sub-povoamento e nas áreas periferias pode haver um superpovoamento. Se as rendas médias familiares são compostas pelas rendas médias per capita, nos domicílios periféricos cujo número de integrantes da família é maior, pode indicar que suas rendas individuais são ainda menores. Caso que se inverte na situação dos domicílios localizados nas áreas centrais.



MAPA CENSITÁRIO 8 – TOTAL DE PESSOAS RESIDINDO EM DOMICÍLIOS PARTICULARES E PERMANENTES  
Fontes: Censo Demográfico 2000-IBGE com a elaboração de CEM/CEBRAP

Nesta situação estão demarcados em amarelo os setores censitários que contêm um número inferior a 14.300 domicílios particulares e permanentes, e em bordô acima de 30.000. Podemos ver que nas áreas centrais predomina uma quantidade intermediária (anotadas em escala de laranjas). O que quer dizer que há um número importante de domicílio que não são permanentes. Os setores censitários que apresentam maior densidade de domicílios particulares estão localizados nos anéis periféricos do centro expandido, sendo anotada entre estes, particularmente, a região do Conjunto da COHAB situado na Zona Leste da Cidade. Já as regiões do CDHU, do COPROMO e do CECAP apresentam, ao menos aparentemente, índices intermediários, e na região dos Conjuntos do Gato e Cingapura, índices inferiores. Se observarmos que a maioria da população metropolitana reside nas áreas periféricas, e que também, nessas situações predominam os baixos rendimentos familiares, poderemos ver que o número maior de domicílios particulares e permanentes representados nessas situações pode indicar que o acesso à casa própria se dá mediante o deslocamento para as periferias, onde o preço da terra (que talvez corresponda à quantidade de trabalho social incorporado ao solo) é menor. Por outro lado, se observarmos que os domicílios de precária condição ambiental (cortiços) estão localizados predominantemente na área central, ou em seus anéis expandidos, podemos pensar que estas situações, em certa medida, são complementares aos domicílios particulares e permanentes localizados nas periferias. Só que a vantagem dessas localizações, que lhes atribuiriam um maior preço, é «compensada» por sua condição ambiental. E nesses casos se “tem que pagar pela casa mortuária”.

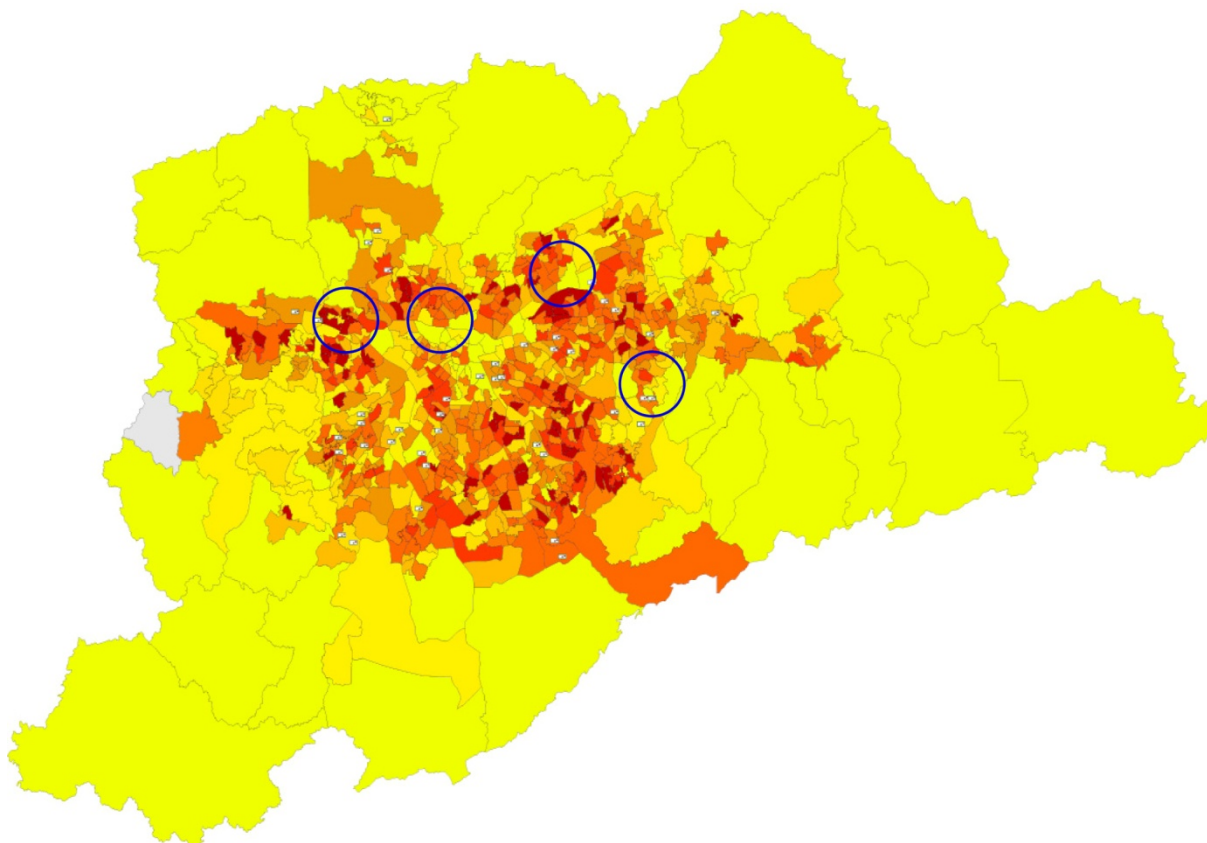


MAPA CENSITÁRIO 9 – TAMANHO DOS DOMICÍLIOS

Fontes: Censo Demográfico 2000-IBGE com a elaboração de CEM/CEBRAP

Neste mapa está representado o tamanho médio dos domicílios. Mas não sabemos seus critérios nem suas unidades: se são em metros quadrados ou se pessoas por domicílio. Em função da legenda adotaremos o número médio de pessoas por domicílio. Os setores anotados em amarelo representam um valor até 3,04; e os anotados em bordô acima de 3,88. Assim podemos observar que as maiores densidades estão localizadas nas periferias, notadamente à Sul e a Nordeste da Região Metropolitana. Isso é um dado que reitera as questões anteriores, pois são as áreas que concentram um maior número de pessoas e com baixos rendimentos.

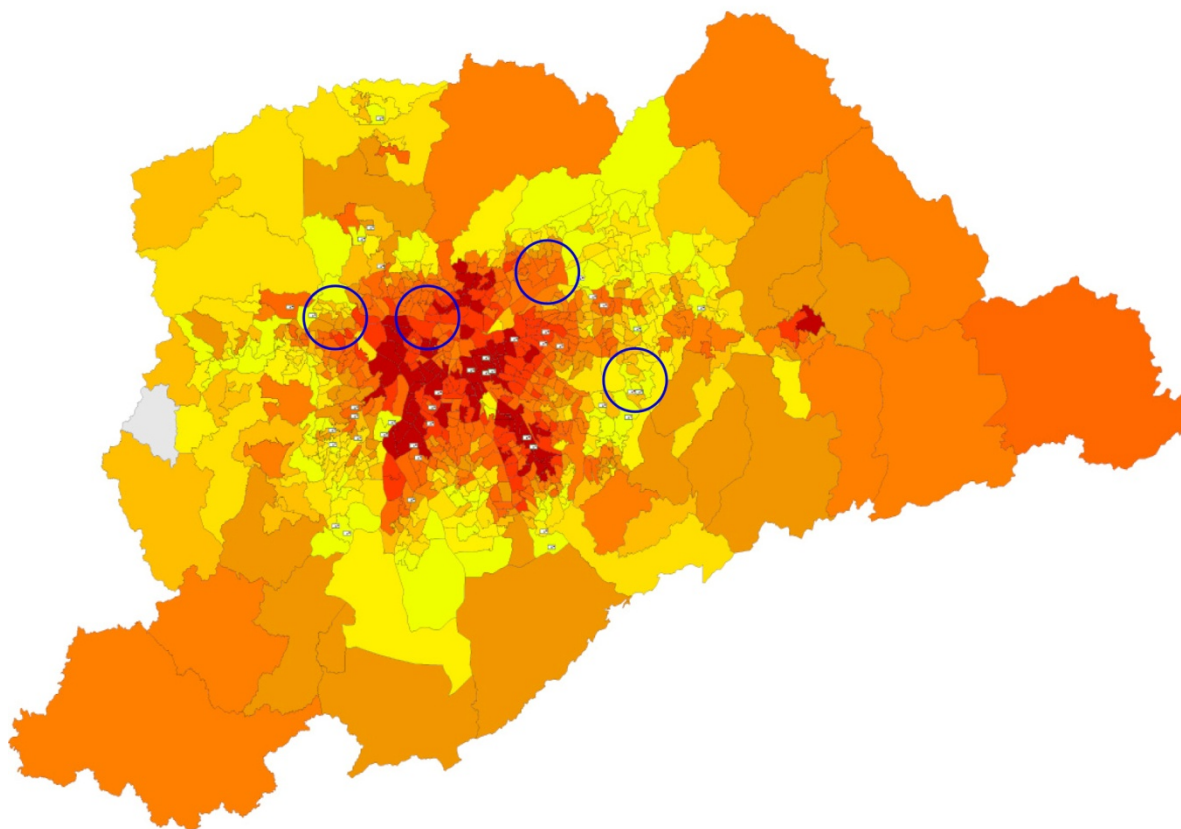
Dentre os Conjuntos, os situados na Zona Leste da cidade são os mais densos. Se lembrarmos que há outros grandes Conjuntos da COHAB nesta região, por exemplo, Itaquera e José Bonifácio, que foram implantados em períodos anteriores e mais próximos ao Centro, podemos pensar que a provisão pública de moradias nesta situação tende a adensar cada vez mais trabalhadores em lugares cada vez mais distantes. Os Conjuntos COPROMO e CECAP apresentam densidades intermediárias, o que pode indicar que se situam no processo mesmo de expansão urbana (e adensamento) de seus municípios em relação à cidade de São Paulo. Eles estariam localizados em frentes de expansão que são determinadas pelas estruturas viárias de deslocamento. Já os Conjuntos da área central situam-se num processo de esvaziamento, podendo ser observado pelo baixo índice de tamanho das unidades. Seriam essas situações uma espécie de «contra fluxo»? Talvez eles indiquem que a demanda por habitações públicas está se transformando, expandindo suas fronteiras: favelas e cortiços.



MAPA CENSITÁRIO 10 – PORCENTAGEM DE DOMICÍLIOS COM COLETA DE LIXO  
Fontes: Censo Demográfico 2000-IBGE com a elaboração de CEM/CEBRAP

Neste mapa estão representados em amarelo os setores cuja porcentagem de coleta de lixo chega a 93%. Em bordô aqueles cuja coleta passa de 99%. Numa primeira observação podemos perceber um vazio amarelo que, em certa medida, acompanha as várzeas dos Rios Tietê, Pinheiros e Tamanduateí (e talvez do Aricanduva). Depois, sobre as colinas, os setores que são mais bem atendidos pela coleta. Em seguida, podemos observar alguns picos (bordô) de quase total atendimento e alguns buracos que são menos atendidos, assim como o imenso contorno da Região Metropolitana. Não deixa de ser interessante que, num primeiro momento, a coleta (ou não) de lixo corresponda a uma dimensão da geografia física da cidade: lixo e rios. Porém depois, essa dimensão física passa a ser relativizada por uma dimensão humana, pois os picos e buracos devem expressar as íngremes distâncias sociais realizadas em paralelo pelas barreiras espaciais: os setores ricos e os interstícios pobres. E o lixo desce a ladeira num dia de chuva forte!

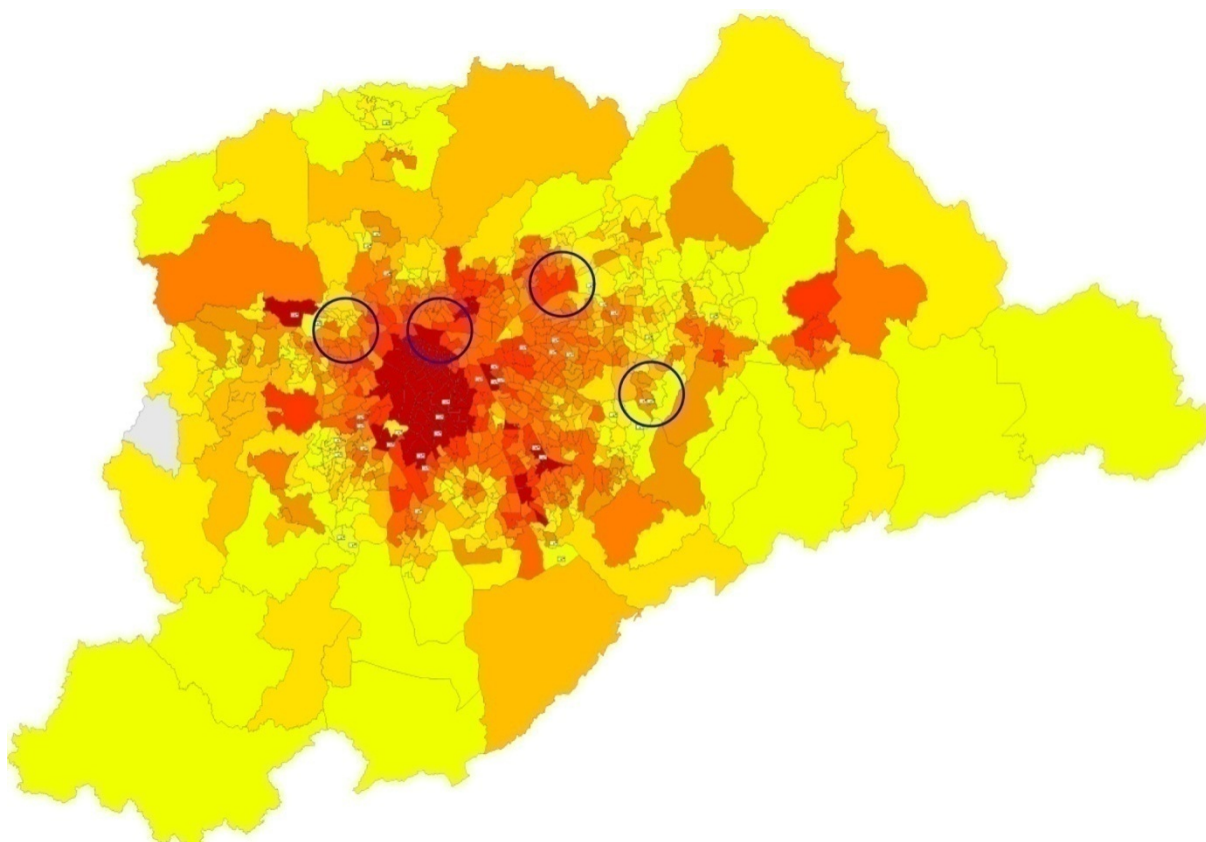
Dentre os Conjuntos, a região do COPROMO é aquela que apresenta a maior porcentagem de coleta de lixo. Seguida pelo CECAP e depois pelas regiões dos Conjuntos da Zona Leste, a COHAB e o CDHU. Já os Conjuntos situados próximos às vias expressas e aos rios espessos da área central situam-se em regiões cuja coleta é inferior em relação aos demais. Será que é um campo fértil para as cooperativas (ou não) de catadores? De qualquer modo isso pode representar uma condição ambiental inferior se tomada em relação aos demais. E ainda mais que essas condições ambientais são precarizadas na medida em que se precariza o próprio ambiente. Insustentável leveza do ser.



MAPA CENSITÁRIO 11 – IDADE MÉDIA DOS RESPONSÁVEIS PELOS DOMICÍLIOS  
 Fontes: Censo Demográfico 2000-IBGE com a elaboração de CEM/CEBRAP

Aqui estão mostrados em amarelo os setores cuja média de idade dos responsáveis pelo domicílio é inferior a 39 anos. Em bordô, superior a 56 anos. Os setores responsáveis mais velhos se concentram no vetor sudoeste da cidade. Mas há também setores nestas condições nos municípios do ABC e de parte da Zona Leste, notadamente nos bairros mais próximos ao centro de São Paulo. Se retomarmos o mapa de renda familiar, poderemos ver que os setores mais ricos são aqueles em que predominam os responsáveis com mais idade. A sabedoria confere renda! E essa sabedoria é exclusivista, pois são as situações urbanas onde habitam um menor número de pessoas. Torna-se diferencial!

Em relação aos seis Conjuntos, podemos ver que os situados na região central são aqueles cujos responsáveis são os mais velhos. Isso se dá, talvez, em função da dinâmica do próprio Centro (na qual se originam esses dados) e não em função direta a esses Conjuntos em si. Em seguida vemos o CECAP e, posteriormente, o COPROMO, como duas situações intermediárias. Por fim, os Conjuntos da Zona Leste, onde a idade média dos responsáveis pelo domicílio é inferior à idade das demais situações. Nesta região predominam os jovens, seja em função da reduzida longevidade, seja em função da composição de cada família. Agora, se nessa região periférica está localizada uma parcela maior da população, sendo que predominam os jovens, isso pode indicar que o aumento de sua população total ainda pode acontecer. A situação se inverte se tomada a região central, que tende a perder ainda mais população. Mas, se novamente retomarmos o mapa de renda, poderemos perceber um movimento que reitera esta sua concentração, que se realiza mediante o espaço, o preço da terra.

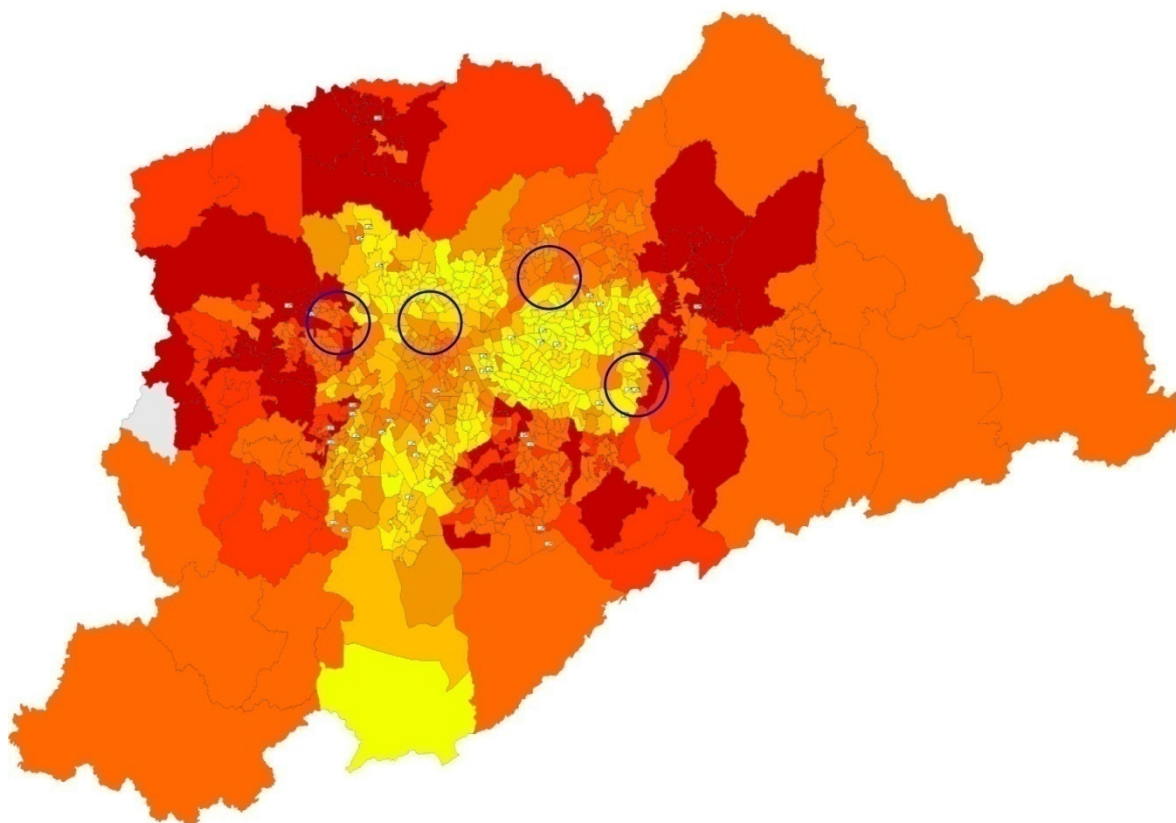


MAPA CENSITÁRIO 12 – ANOS MÉDIOS DE ESTUDO DO CHEFE DE FAMÍLIA  
Fontes: Censo Demográfico 2000-IBGE com a elaboração de CEM/CEBRAP

A região central da cidade de São Paulo, onde se concentram os setores anotados em bordô, representa uma média acima de 10 anos de estudo para o chefe de família. Para além do cinturão laranja, o centro expandido, estão situados na periferia os setores em amarelo, que representam um período inferior a 5 anos de estudos para o chefe. A longevidade do estudo reflete a dimensão das rendas e é inversamente proporcional à taxa de desemprego. Outra tendência é de quanto maior o número de anos de estudo, menor o tamanho do domicílio (pessoas por família) e, não tão diretamente, mais velho o chefe de família.

A região dos Conjuntos do Gato e Cingapura é a que apresenta, em relação aos demais Conjuntos, o maior número de anos de estudo. Esse dado, novamente, deve refletir mais sua situação urbana em relação ao Centro da Cidade, do que em relação aos Conjuntos em si. Posteriormente podemos ver que o CECAP concentra chefes de família com mais anos de estudo, e essa concentração pode ser percebida também em relação à sua própria cidade de Guarulhos. Esse processo, talvez com menor intensidade, se repete no COPROMO e sua relação com Osasco. De fato, são nos conjuntos da Zona Leste em que a queda de anos de estudo se acentua. Ela quase se equaliza aos reduzidos de anos de estudo dos setores situados no entorno. Será que a provisão massiva de equipamentos educacionais realizada no distrito de Cidade Tiradentes pôde garantir uma melhoria nos padrões educacionais? O que são efetivamente as políticas educacionais nessas periferias?

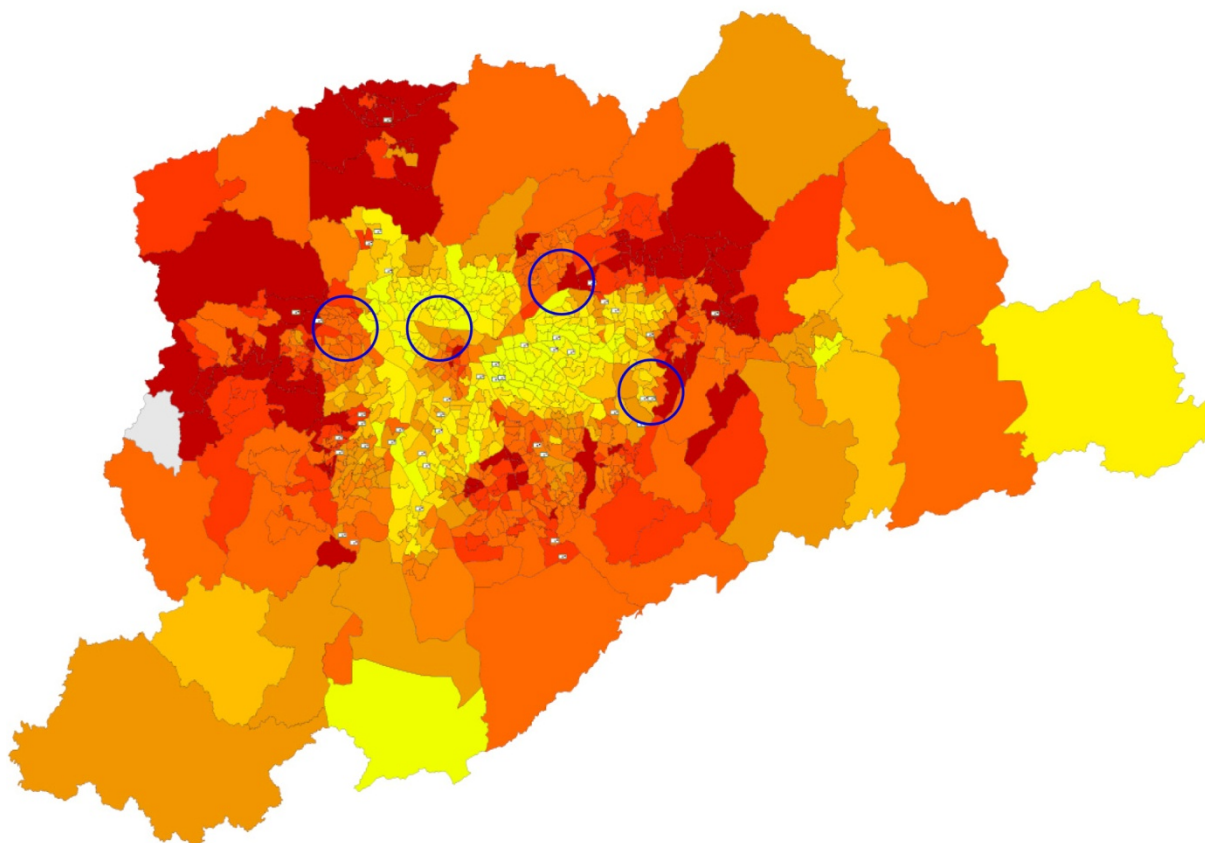




MAPA CENSITÁRIO 13 – PORCENTAGEM DE PESSOAS COM MENOS DE TRÊS ANOS DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO  
 Fontes: Censo Demográfico 2000-IBGE com a elaboração de CEM/CEBRAP

À primeira vista esse mapa impressiona por ser o primeiro dentre os outros que apresenta o Município de São Paulo com características distintamente diferentes dos demais da Região Metropolitana. É possível perceber, através desses dados, os contornos da cidade. Em amarelo estão os setores com cerca de 2% de sua população recém moradora da cidade. Em ocre 4%. Os setores laranjas, acima de 20%. Em bordô, 25%. Podemos notar, de cara, que a grande maioria de recém moradores dos municípios se localizam, não em São Paulo de modo geral, mas nas cidades ao redor da capital. Em São Paulo eles se concentram nas áreas centrais, e nos municípios vizinhos se localizam próximos às suas fronteiras com a capital. Parece que se ergueu um burgo ao redor do castelo.

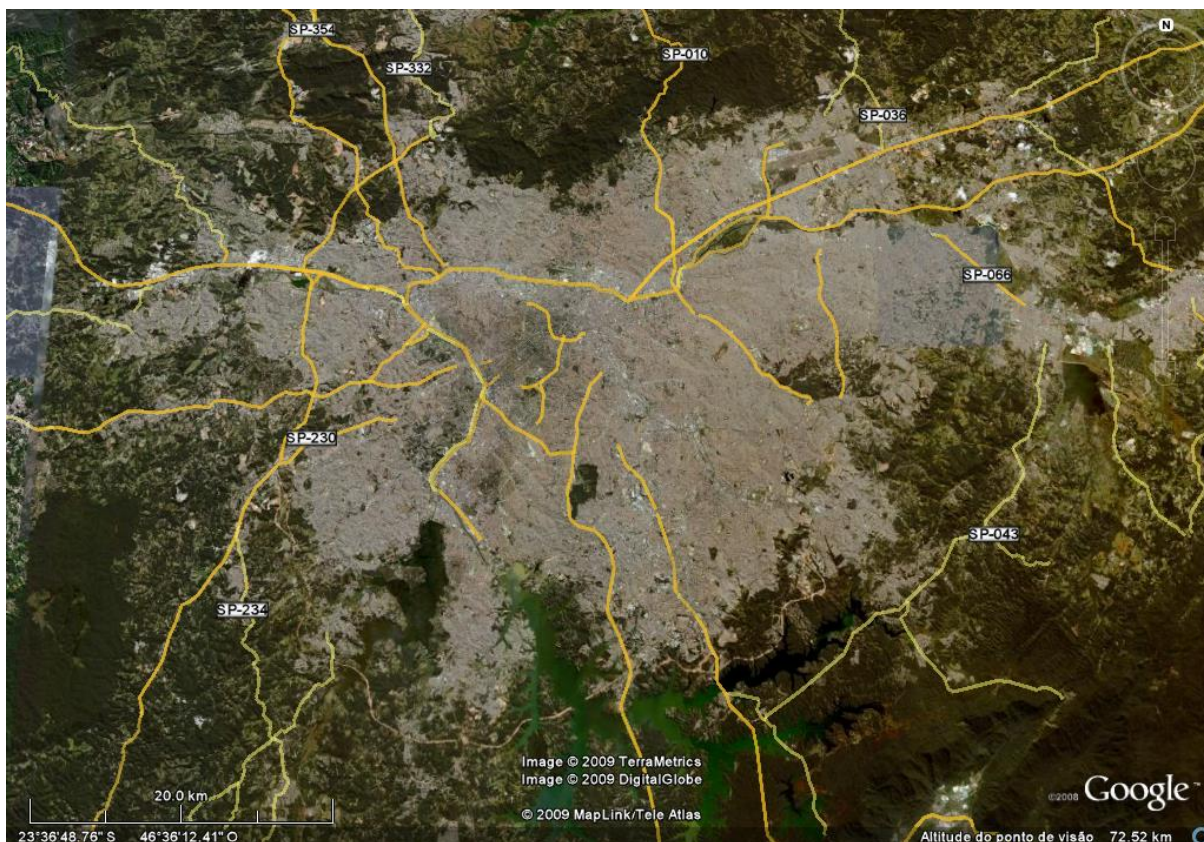
Se essa população migrante for representada em sua maioria por pessoas pobres (dado que se atribui em função de suas localizações de destino), podemos pensar que a provisão de moradias e equipamentos coletivos, para de certa forma atendê-las, deve ser realizada ainda muito mais distante das áreas centrais, se comparado aos Conjuntos. Por outro lado, isso pode representar um tiro no pé, na medida em que reitera o processo de expansão das fronteiras urbanas, seus custos e suas irracionalidades correspondentes. Além, é claro, de acentuar a espoliação desses habitantes que devem (ou não) se deslocar no interior da cidade. Diante disso, talvez seja mais razoável atender a demanda que pulsa e reivindica o coração da própria cidade de São Paulo, que bate, sangra e esvazia. Se tomarmos este ponto de partida, será necessário «apenas» romper com as barreiras que são impostas pela propriedade privada, além de suas relações de (re)produção decorrentes.



MAPA CENSITÁRIO 14 – PORCENTAGEM DE PESSOAS QUE NASCERAM EM OUTRO MUNICÍPIO  
Fontes: Censo Demográfico 2000-IBGE com a elaboração de CEM/CEBRAP

Aqui estão representados em amarelo os setores onde cerca de 30% da população nasceu em outros municípios e em bordô aqueles cuja porcentagem de imigrantes passa dos 60%. Vemos que, com exceção do Centro de São Paulo, suas áreas expandidas, inclusive regiões da Zona Norte, Sul e Leste, apresentam indicadores menores, se comparados às demais regiões. É no Centro da cidade e nas áreas limítrofes à fronteira do Município que apresentam índices intermediários. Já nas cidades a Oeste, a Norte e a Leste de São Paulo aparece o índice de maior acréscimo de população migrante.

Ao observarmos as regiões dos Conjuntos, podemos ver que nessas situações a presença de imigrantes é maior que as demais situações da cidade de São Paulo. Se observarmos exclusivamente os Conjuntos COPROMO e CECAP, situados em outros municípios, poderemos ver que nessas situações apresentam índices menores se comparados aos de suas respectivas cidades. Agora uma questão relacionada aos Conjuntos de São Paulo: são neles onde se alojam predominantemente os imigrantes desta cidade? Outra questão, agora relacionada aos Conjuntos de Osasco e Guarulhos: esses conjuntos recebem as pessoas que emigram de São Paulo? Talvez pudéssemos representar três situações urbanas onde os imigrantes pobres predominantemente se alojam na Região Metropolitana: ou em cortiços na área central, ou em loteamentos populares nas longínquas periferias, ou em Conjuntos Habitacionais situados no anel intermediário. Simultaneamente três condições de acesso à terra. Sendo que uma delas é diretamente mediada pelo Estado, que a subvenciona e a produz. Cativeiros...



Mancha urbana da Região Metropolitana e as principais vias de transporte.  
Fonte: GOOGLE EARTH

Este conjunto de relações pode expressar o complexo processo de urbanização que se dá a partir da particularidade da produção de Conjuntos Habitacionais. A identidade entre a «questão da habitação» e a «questão social» se realiza através das disputas pelas localizações da cidade, que por sua vez expressam e legitimam a forma social da *propriedade privada* e seu correspondente preço. Como se tratam de provisões públicas, não podemos identificar a *presença do Estado* no processo de produção como um meio de racionalização do território e de suas relações. Ele é mais um «agente» (nas mãos de quem?) que entra na disputa. Por outro lado, o «problema da habitação» (como um particular do «problema da urbanização») não se dá pela presença ou não do *acesso à terra*, na medida em que os 20 milhões que habitam a Região Metropolitana efetivamente habitam a Região Metropolitana. Uma tautologia. Disso decorre que esta própria *forma de produção*, que foi concebida, desenvolvida e transformada ao longo da história, contribui para a reprodução dos problemas sócio-ambientais, que desejava resolver. Reproduz as relações de produção. Isso se dá em função de encontrar na própria cidade (e em sua produção, mais especificamente) o suporte material desses empreendimentos. Deste modo, a produção baseada nas questões fundiárias e imobiliárias encontra na *terra*, reduzida à sua expressão jurídica de propriedade, a forma de valorização do capital, que se realiza a partir da privação do uso desta mesma terra pelo conjunto de moradores, os quais passam a ocupar espaços cada vez mais distantes das áreas centrais, produzidos para este fim. A urbanização, portanto, aparece como um processo dentro das demais relações de produção da sociedade. Meio e espelho de suas contradições.

#### D. QUESTÕES PARA ADIANTE

Neste item tentaremos formular algumas problematizações que servirão de pano de fundo para o capítulo «conclusivo». Elas surgem, por assim dizer, através das relações que foram estabelecidas ao longo das passagens da dissertação, reunindo aspectos trazidos pela pesquisa de campo, pelas concepções de cada Conjunto, bem como pelo jogo de análises. Neste sentido, esses momentos devem estar aqui presentes para se compor um universo de relações.

Vejamos brevemente.

A provisão pública de moradias e equipamentos coletivos por meio de Conjuntos Habitacionais sempre esbarrou na dificuldade de superar o *déficit habitacional*, pois se funda, basicamente, na venda de unidades para um *mercado* com limitações de renda. Com o objetivo de se baixar o valor unitário da mercadoria-moradia foi cada vez mais necessário ampliar a quantidade de produção em um determinado empreendimento. Deste modo sucedem dois aspectos: grandes glebas distantes dos centros urbanos, que permitem as grandes produções; e alta concentração de trabalhadores de baixa renda, restritos a uma faixa de 3 salários mínimos para cima, como forma de viabilizar economicamente o empreendimento. O Conjunto Habitacional, neste sentido, não é estritamente *conjunto*, na medida em que está isolado sócio-espacialmente. Mas por outro lado, por se restringir às faixas de renda pretendidas pelos financiamentos públicos, não consegue acessar a população cujos rendimentos familiares são inferiores aos 3 salários mínimos. Como tentativa de se superar esses impasses, as separações sócio-espaciais citadas acima, buscou-se através da política de Locação Social prover unidades habitacionais em áreas centrais e para um grupo social historicamente excluído dos financiamentos públicos. Algumas experiências foram realizadas. Com sucessos e insucessos, que se relacionam com as formas de gestão do espaço e de organização dos moradores, e indiretamente com as soluções arquitetônicas dadas: usos, dimensões, quantidades, manutenção. Deste modo passa-se a compreender a função social da arquitetura como uma mediação, isto é, embora seja *necessária* para a produção de espaços com qualidade, não é por si *suficiente* na constituição do sucesso desses empreendimentos.

No caso desta política habitacional, o acesso à moradia não se dá mediante a *compra* da unidade habitacional, mas sim através de *aluguel social* que foi engendrado, de um lado pela tutela do Estado e dos programas de locação social, e de outro lado pelas inovações legais trazidas pelo Estatuto da Cidade. Assim seria permitida a estabilidade de moradores numa determinada localização urbana. De certa forma os programas de locação social têm como objetivo romper com o viés patrimonialista historicamente engendrado em torno da *propriedade privada* (fundiária e imobiliária), que aparece como uma forma sócio-espacial de dois aspectos: por um lado, como meio de se garantir ao seu proprietário a estabilidade e a segurança no interior dos processos de renovação urbana, fixando-se numa determinada *localização*; e por outro lado, por representar um determinado valor correspondente ao trabalho social, possibilita para seu proprietário uma reserva de valor, uma renda futura que é realizável mediante a venda ou o aluguel (capitaliza-se, portanto). Aqui se estabelece uma primeira contradição: a *fixidez* da propriedade privada entra em oposição à tendência de *flexibilização* do trabalho, representando para o *trabalhador* um aumento da dificuldade (sua espoliação) dos deslocamentos diários entre sua casa e seu local de trabalho, sendo que este último pode variar sua localização. Mas, por outro lado, estabelece-se uma outra contradição, no interior do processo capitalista de produção: para o *capita* a tendência à fragmentação engendrada pela pulverização de pequenas propriedades esbarra na necessidade de constituição de grandes glebas para os grandes empreendimentos (lucros

e rendas). E qual seria o papel do Estado nesses momentos? Talvez sejam momentos que aparecem o Estado populista, o Estado desenvolvimentista ou o Estado liberal neo-rentista.

A *propriedade* é assegurada por títulos jurídicos. Mas a fragmentação desses títulos, que se autonomiza em relação à produção, acaba por dificultar, e até mesmo impedir, que sejam implementadas as políticas públicas de habitação por repasse de propriedade, notadamente o caso dos Grandes Conjuntos (dentre os quais, o CECAP, a COHAB, o COPROMO). Estes Conjuntos teriam sido realizados, respectivamente, como uma estratégia urbana, como uma estratégia comercial e como pressão popular. E quais alternativas teriam sido engendradas? Ou se submete ao mercado fundiário, como no caso dos Conjuntos da CDHU, ou se amplia o estoque de terras públicas sem que se utilize o recurso de Grandes Conjuntos Habitacionais periféricos, tal como o caso do Parque do Gato e, talvez, o do Cingapura Zaki Narchi. Se o Conjunto Habitacional é isolado dos contextos sócio-espaciais é preciso provê-los com equipamentos e serviços públicos necessários para o cotidiano dos moradores «intra-muros». Se sua relação com a *cidade* é mais direta, pode-se contar diretamente com a infra-estrutura existente já instalada.

No caso da provisão de equipamentos e serviços coletivos ainda se faz necessário integrar políticas secretariais específicas, seus recursos humanos e financeiros estabelecidos no interior da fragmentação institucional. O que não é fácil, sendo às vezes até impossível! Isso engendra uma nova contradição: têm-se os recursos humanos e financeiros, mas a burocratização das operações torna impossível sua realização de cunho unitário. O loteamento dos espaços correspondentes a essas instituições é um desses elementos. Mas a fragmentação institucional ainda tem outras implicações: ela não sabe de si. Os equipamentos públicos produzidos acabam tendo gestões privadas. Cada fragmento do secretariado sabe apenas de suas tarefas pré-estabelecidas e que são expelidas conforme suas normas e operações. A unidade (inter-secretarias) torna-se impossível! Que saída? Romper as fronteiras estatais a partir do Estado? Isso recolocaria um outro problema: como assegurar tais políticas através da tutela do Estado? Diante desta lacuna, um elemento chama para si o meio unificador: o *moderno* aparece como monumental, sendo ótimo para as políticas espetaculares<sup>37</sup>. Mas apesar de toda dificuldade, a provisão de novas unidades habitacionais ainda se dá de forma hegemônica através de Grandes Conjuntos. Por que? Porque além de serem políticas institucionais de caráter *social*, são políticas econômicas baseadas nos ganhos da valorização da terra e da indústria da construção civil. Deste modo, os *moradores*, ou se poderia dizer «usadores», são em verdade *clientes*. E é por isso que não se consegue acessar as «faixas inferiores de renda»: eles não são, justamente, *clientes*, estão fora da possibilidade de o serem. Se pensarmos a partir daí, então o *déficit habitacional* «não aumenta», mas ao contrário, ele «diminui» ao excluir esse numeroso grupo social do mercado de habitações, e produzirão, através de seus recursos humanos e financeiros, as novas fronteiras da cidade: sejam as periféricas, sejam nos interstícios.

Bom, dissemos a pouco que a arquitetura não é suficiente, apesar de ser necessária, isto é, apesar dos bons espaços (quem e quando se define deste modo?) e de suas relações formais, sua apropriação (e posterior manutenção) se dá mediada pelo grupo social e pelas instituições públicas que os administram. Neste sentido a atuação dos arquitetos «engajados» buscou dar formas urbanas mais adequadas ao processo social que se tinha em mente, seja o do presente,

<sup>37</sup> Seria a mesma inserção dos Conjuntos dos IAPs de Vargas desenvolvimentistas? Nossa modernidade anômala, para ser vista e não vivida, cf. MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000.

seja o do futuro. Para este raciocínio, a homogeneidade espacial identificada à tipologia Conjunto Habitacional (*homogeneidade* que aqui pode ser mais bem definida como *repetição* em função de uma racionalidade produtiva) passa a ser vivida de diversas formas pela heterogeneidade social. A repetição por si pode não ser necessariamente redutora das possibilidades urbanas, e sim o seu contrário, na medida em que pode estabelecer um patamar *mínimo* para que as relações sociais se realizem e se apropriem dos espaços, e esse mínimo pode(ria) garantir benefícios que se situam para além das formas produzidas pelo mercado<sup>38</sup>.

Deste modo, se o problema não é estritamente o da *repetição*, devemos formular a questão de outro modo, pois a *repetição* ainda aparece como um problema, que por sua vez é associado, inclusive, à idéia de autoritarismo: o reducionismo das possibilidades urbanas, identificado à visualidade da repetição, nos mostra que percebemos o espaço (e sua produção) muito colado à sua *aparência*, cuja fetichização não nos permite perceber suas relações sociais de produção. É assim que *ver* o mundo torna-se o meio de se *viver* o mundo. Condição que é aguçada na medida em que esta determinada *visualidade* associa à idéia de geometria a *forma* de manifestação da razão. Neste sentido, como uma *forma lógica* projeta-se nas edificações, como quem contempla uma imagem sagrada, a noção de organização visual (por meio da geometria e da razão) como meio de se organizar a desorganização ambiental. Assim, arrumar o ambiente aparece como maneira de se arrumar as contradições colocadas pelas relações de produção (ausências de razão). Aparece como um recurso da *lógica*. Porém, não podemos interpretá-la como pura abstração, pois esta lógica se identifica às formas de *produção*. Sua racionalidade não se restringe a uma concepção *geométrica*, pura e simples, mas se dá pela racionalização *produtiva* que tem como sentido a transformação quantitativa e qualitativa do território.

O que aqui desejamos problematizar é que o que aparece como preponderante ao pensamento é o foco que se dá sobre a «coisa», produto material de relações sociais baseadas em concepções técnicas e estéticas de produção específicas e determinadas. Porém, é no «entre-coisas», ou dito de outra forma, no «não-coisa», que se situa o espaço imponderável da relação social, suas atividades, lutas e processos contraditórios. Numa palavra, o tempo. Neste sentido, a racionalidade que aparece como universal (produto da lógica, geometria e razão, que engendram materialmente os espaços) reaparece como uma forma particular de produção, determinada pelo seu contexto histórico (as necessidades e os meios de satisfazê-las). A *arquitetura*, entendida como uma atividade particular da produção do espaço, só pode engendrar a «coisa», que por sua vez se completa no mundo social pelas formas de uso e de apropriação. Limita-se, portanto, tanto como produto material e quanto como atividade. Neste sentido, a diversidade de suas *formas* espaciais que são possíveis (ou ainda que

<sup>38</sup> As «formas urbanas adequadas», no meu ponto de vista, se referem aos espaços que possibilitam uma grande possibilidade de usos, fruições e encontros. Porém, com a expansão das relações de produção especificamente capitalistas, o próprio espaço urbano se transforma, passando a se identificar aos princípios da setorização funcional, classificação de usos e etc., cuja *padronização* e *hierarquização* se identificam aos princípios de produção industrial. É neste aspecto que o espaço torna-se *homogêneo*, na medida em que todas as necessidades e suas formas de satisfação tendem a ser reduzidas e determinadas pelas necessidades *do capital*. Assim, para o pensamento urbanístico, por assim dizer, a matriz formal que se identifica à qualidade dos espaços urbanos, tomada em oposição às mazelas da homogeneidade industrial, é a das cidades europeias antigas, cujos espaços públicos, coletivos e diversificados se apresentam (fora do lugar e do tempo, portanto) como *modelo* a ser «reintroduzido». Mas, por outro lado, são as virtudes da *razão industrial* (as técnicas e os conhecimentos) as que abrem a possibilidade de produção de um «novo território», em seu conjunto, ao se constituir outros modelos de produção. Neste sentido que a *repetição*, como uma forma de racionalidade produtiva, pode proporcionar um outro paradigma de produção, desde que ela seja destituída de seu caráter (histórico) redutor determinado pelas relações de produção e reprodução capitalista.

seja não-diversidade) apenas mostra um lado do problema, que pode ser interpretado tanto como *positivo* quanto *negativo*, dependendo do sistema de valores de quem os observa e analisa, além do contexto histórico que «delimitam» esses valores.

Assim, no percurso desta análise, se não queremos nos restringir à objetividade produzida pela arquitetura (o que nos conduziria a fetichizá-la), também devemos pensá-la através dos aspectos que são postos pelo tempo (processos, lutas e contradições). Aspectos que lhe são complementares. Para se situar além da «coisa», portanto, é necessário destacar o sentido da sua *experiência* na história, que pode ser pensado tanto no momento de produzir o espaço, ao se apropriar das técnicas e das linguagens, quanto no momento de produzir as relações sociais, ao se construir em identidade um espaço coletivo de participação política. A *experiência*, portanto, deve ser considerada como uma espécie de *virtude do vício*, pois apesar de se realizar no interior da sociedade alienada (propriedade privada, troca, divisão do trabalho) tem a possibilidade de superá-la concretamente: por um lado, na medida em que através da *experiência* se repete e se reproduz possíveis «erros e acertos», que se interpretados e transformados adequadamente podem ser considerados como *os* grandes «educadores»<sup>39</sup> do processo de produção; e por outro lado, na medida em que a interpretação e transformação das relações de produção se realiza de forma auto-mediada, pode não depender de um «ser-outro», alheio, que conduziria efetivamente a atividade. Isto sim é quem reproduz efetivamente o conhecimento pré-estabelecido, engendrado a partir das relações de estranhamento, da divisão de trabalho e de saberes. Ao se focar o pensamento em separado, seria o vício da virtude?

A experiência se reproduz em *rotinas*, que podem ser tanto empobrecedoras, pela repetição de tarefas, como enriquecedoras, pela repetição de benefícios. Eis que uma «moral das empreiteiras»: "elas *deveriam* ser assim!" (melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores). Se assim são, o são na medida em que isso engendra valorização econômica, porque antes de tudo, são processos de valorização de capital: trocas e mais-valia. Já os «valores de uso», por assim dizer, tais como a qualidade das relações de trabalho, não se expressam em ganhos econômicos e só podem vir a ser demanda efetiva se forem a partir dos próprios trabalhadores: a luta de classes é sua experiência. Apenas pela organização dos trabalhadores e sua decorrente pressão sobre as instituições públicas é que se pôde, como no caso do COPROMO, estabelecer relações de produção e de produtos diferentes daquelas realizados nas «formas oficiais». Esse poder, ou as relações de poder, é para aqueles que conseguem se inserir no processo de produção uma outra atividade de arquitetura, não mais tão restrita aos imperativos econômicos e burocráticos reproduzidos pelas Companhias de Habitação. É uma *potência* da arquitetura que em outros momentos se realizava pelas relações de cunho pessoal e de competência técnica e política dos «grandes arquitetos», tal como o caso do CECAP, cujas figuras são notoriamente reconhecidas como autoridades<sup>40</sup> nos assuntos da habitação e do urbanismo. Aqui, esta comparação não visa estabelecer diferenças e rupturas entre as posturas dos arquitetos, mas sim perceber como a inserção da arquitetura mudou no decorrer do tempo: a sua «autoridade» posterior (COPROMO) advém de um «poder» engendrado pela pressão popular; sendo que anteriormente (CECAP) se definiam pelos próprios arquitetos-agentes. Insistindo: não se trata neste caso de questionar, ou valorizar, uma ou outra inserção, mas sim perceber como é que a arquitetura, mediada justamente por esses autores e autoridades, passa

<sup>39</sup> Cf. *A alienação e a crise da educação*, em MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.

<sup>40</sup> A autoridade é capaz de estabelecer os limites e fronteiras da forma de atuação, além de ser reconhecida e *autorizada* como tal pelos sujeitos envolvidos no processo de produção. Cf. *A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região*, em BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

a ser inserida no processo de produção desses Conjuntos, isto é, sua realização «plena» dependente das relações de produção que se situam para além das relações delimitadas à arquitetura, sejam seus discursos, seja sua «epistemologia» (corpo técnico e crítico). Se “nossas *necessidades* são as nossas riquezas”, engendradas através de um determinado *sentido* da produção, as relações que estão situadas para além da arquitetura passam a determinar, ou ao menos a contribuir, para seus modos de satisfação. Porém, se estas se restringem às «coisas», isto é, ao material ou à casa, “estamos fritos!”: o homem sucumbe à máquina. A produção do espaço em identidade com a produção de relações sociais deve estar mais além: são relações políticas e técnicas com a finalidade de se editar o novo (espaços e relações). Neste sentido, a produção do *novo*, enquanto relação e enquanto experiência, recoloca continuamente outras necessidades e meios de sua satisfação. Portanto, o *sentido do projeto* seria o de amparar um processo que não é definitivo, mas sim um que está em andamento: “o eterno inacabamento humano!”. A idéia de *sucesso* vem da noção de *sucessão*.

O *projeto* do espaço se situa no tempo e encontra nas formas de planejamento (territorial e econômico) sua possibilidade de plenitude. Tal como apareceu aos arquitetos modernos do quarto CIAM ao se aproximarem da União Soviética. Lá, a técnica e o conhecimento poderiam compor a totalidade material que amparariam a produção social. Mas isso depende, ou ao menos dependeu, de um poder político central e forte, na medida em que poderia realizar a «razão suprema» (ausência das irracionalidades do mercado). Uma pergunta: o *planejamento* elimina as contradições do tempo? O que sei é que de fato a concorrência dos mercados elimina a possibilidade de um *projeto uno*. Neste sentido, quando alguém diz “isto é um *projeto nacional*”, o que efetivamente seria? Qual, de quem e como? Será que a virtude do conhecimento e da técnica não seriam formas idealizadas similares ao «Estado Moderno Hegeliano»? Diante do sentido hipostasiado, o *planejamento* que ampara as atividades humanas, mediado pela *Cidade* e pelo erotismo e beleza, relativiza-se. Porém são errados estes pressupostos? Certamente não. Mas, em oposição ao idealismo poríamos simplesmente a «realidade errática»? Certamente não, também: ela é real, mas apenas invertida. Colocando uma questão: como superar as separações entre Necessidades e Fruições mediadas pelo Trabalho? Através da experiência efetiva, erros e acertos, produção auto-mediada do homem. Seria este o sentido do «eterno inacabamento», de transformar as necessidades e desejos em *virtudes*, isto é, em formas de fruição, desde que se saiba como fazê-los (conhecimento e técnica)? Essas necessidades e desejos são sempre transformados e a potência humana reside nas sucessivas formas de fruição, liberadas do atraso e que editam o novo. A experiência como uma sucessão de momentos: teoria – filosofia útil – prática. O problema estaria na forma idealizada de como aparece. O real se percebe mediante contradição: o «vício da virtude», que hipostasia o devir e reproduz o real invertido, e a «virtude do vício», que experimenta a sucessão e é apenas «um capítulo» do movimento histórico. Suas conclusões estarão sempre em aberto. Deste modo, o CECAP e o COPROMO se identificam. Assim como os outros Conjuntos. Evidentemente seus vícios e virtudes são específicos. A arquitetura se estabelece em relação às outras formas de conhecimento, lhes devolvendo indagações de como organizar o espaço com uma finalidade, um sentido: uma experiência e sucessão.

Enquanto forma de conhecimento, talvez seja um vício da virtude não perceber a virtude do vício da experiência.





DAS FRONTEIRAS DO CONJUNTO AO CONJUNTO DAS FRONTEIRAS

## **7. APONTAMENTOS: ABRINDO UMA CONCLUSÃO**

## A. INTRODUÇÃO

Aqui neste capítulo, tentaremos ensaiar o que poderiam ser os apontamentos de cada um dos Conjuntos Habitacionais para a constituição de um *devir*. Esses apontamentos corresponderiam um processo de abertura em direção a uma conclusão, que se desenvolverá a partir da problematização de aspectos anteriormente abordados. No entanto isso se dará quase como um esboço. Deste modo, não fecharemos nada. Por outro lado, as questões serão aqui trabalhadas a partir de uma hipótese<sup>1</sup>, um *possível*: a identidade entre a *produção do espaço* e a *produção de relações sociais* como meio de superação efetiva das separações e dos estranhamentos, realizada tanto nos momentos práticos, quanto nos teóricos, os quais se encontram historicamente legitimando a separação.

Essa hipótese poderia compor uma espécie de *Desenho Ambiental*.

Mas se temos como horizonte um *possível*, este já deve estar contido no real, ainda que realizado de forma latente. Por outro lado, esta «latência» indica que a partir deste universo dado e restrito (o conjunto de Conjuntos<sup>2</sup>), os apontamentos não seriam possíveis se fossem tomados cada um dos Conjuntos em separado. Os apontamentos devem se referir à «forma Conjunto Habitacional» propriamente dita. O conjunto de suas relações, pois se nós tomássemos as experiências em isolado, reiteraríamos o isolamento dessas experiências. Como uma tautologia. Portanto, nossa hipótese deve se constituir através do conjunto de Conjuntos, aqui considerado como um universo de comparação, de jogo, de movimento.

Mas o que poderia significar então o «Desenho Ambiental»? A primeira vez que vi este termo foi na análise feita por Roberto Segre sobre a arquitetura e urbanismo cubanos pós-Revolução<sup>3</sup>. Ele usa esta expressão para estabelecer a relação possível entre o *espaço* e o *social*, que se libera das amarras da propriedade privada e, por isso, pode se desenvolver e expandir livre das fragmentações e rupturas espaciais. Esses espaços fluidos, contínuos e integrados, por sua vez, identificam-se às instituições criadas pelo processo revolucionário (tais como os CDR – Comitês de Defesa da Revolução – e as associações de bairro) que estabelecem praticamente a gestão coletiva de um determinado espaço por um determinado grupo social: suas formas de gestão, produção e instituições.

Posteriormente, esbarrei outra vez com este termo a partir de Jorge Hajime Oseki<sup>4</sup>. Mas neste caso, à relação binária entre *espaço* e *social* exposta por Segre é adicionada as determinações ambientais (a natureza), compondo-se uma tríade, que pode ser caracterizada pelo desdobramento da «tríade fundamental» exposta por Marx<sup>5</sup>, entre terra, capital (técnica) e trabalho, isto é, como forma desdobrada entre Natureza, Indústria e Homem. Essa tríade comporta tanto as atividades teóricas quanto as práticas correspondentes (ciências naturais, ciências técnicas e ciências humanas), compondo-se assim, como um *possível*, uma ciência humana da natureza, uma ciência natural do homem, que se estabelece praticamente na

<sup>1</sup> No sentido em que aponta Henri Lefebvre (*A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999). A hipótese aparece como uma possibilidade que serve para podermos analisar o processo histórico do presente ao passado, para ver como se dão as concatenações entre os movimentos, suas identidades e rupturas. A partir daí, talvez se possa apontar para o futuro, no campo das possibilidades. O possível, que encontra como impossível na experiência histórica mostra virtualidades para o *devir*. Isso consistiria em seu método de análise denominado progressivo-regressivo.

<sup>2</sup> O que chamo aqui de «o conjunto de Conjuntos», «seis Conjuntos Habitacionais», ou os «Conjuntos estudados», refere-se aos Conjuntos CECAP Zezinho Magalhães Prado, COHAB Santa Etelvina, COPROMO de Osasco, CDHU Iguatemi (quatro situações), Parque do Gato e Cingapura Zaki Narchi.

<sup>3</sup> Cf. SEGRE, Roberto. *Arquitetura e Urbanismo da Revolução Cubana*. São Paulo: Nobel, 1987

<sup>4</sup> Cf. FAUUSP AUT 5816 – Tecnologia de Construção de Paisagens e Direitos do Cidadão.

<sup>5</sup> Cf. MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*, Volumes I, II, IV e V. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

mediação da produção do espaço. O Desenho Ambiental seria aquele que se estabelece a partir do encontro entre especialidades, seus respectivos momentos teóricos e práticos, na busca da totalidade efetiva, de uma nova espacialidade.

Mas por que isso tudo? Porque a Arquitetura Moderna pôde, mediante a técnica, abrir seus espaços para a imponderabilidade do devir, isto é, pôde não se fixar em determinadas relações funcionais estabelecidas entre usos e espaços pré-concebidos<sup>6</sup>. A partir da Arquitetura Moderna pôde se desmontar as fachadas (e aquilo que seria a frente e o fundo; a entrada e a saída, as portas, as portarias e os porteiros), pôde se integrar os espaços ao libertá-los dos alinhamentos e dos lotes das cidades antigas, das pesadas paredes. Das trevas e do escuro. Da topografia, da água, dos solos pantanosos. Enfim, o espaço se abre ao mundo: "As cidades como as casas. As casas como as cidades". Pode construir todo o território, livre das amarras e afirmar o devir. Porém (e sempre há poréns) essa imponderabilidade é hipostasiada, "a praça é do povo como o céu é do condor" acaba por ser reduzida aos Conjuntos Habitacionais, isolados, fragmentados, homogêneos. Mas, por outro lado, estes mesmos Conjuntos são momentos de constituição de «um novo homem»! Pois é, as boas e infernais intenções... Ao passar do tempo esta produção se reduz (ou efetivamente se explicita como tal) à *reprodução das relações capitalistas de produção*. Lucros, juros e rendas na disputa entre os capitalistas. Simultaneidades e sucessões. Exploração e espoliação do trabalhador. O Homem? Está sujeito à máquina, aos modelos pré-concebidos, as fragmentações das especialidades e das espacialidades. E o que se fez do «novo homem»? O trabalhador moderno assalariado e seu cotidiano dividido entre os tempos e espaços de trabalho, lazer e família.

Os Conjuntos Habitacionais são formas históricas contraditórias, pois são realizações, cada um à sua maneira e com sua especificidade, da negação do possível, mas ao mesmo tempo eles contêm virtualmente formas de superação, suas positivities parciais. Eles são relações sociais. Assim, alguns experimentam novas formas de espaço, mas que, no entanto, reproduzem as relações sociais de exploração e espoliação. Outros experimentam novas relações sociais de produção, mas que, no entanto, reproduzem as formas fragmentadas e isoladas de espaço. Neste sentido, o problema parece ser que a produção do espaço não se identifica imediata e praticamente à produção de relações sociais, em suas positivities. Deste modo, o Desenho Ambiental aparece como um meio possível dessa identificação, como uma necessária *forma social* de superação histórica dos processos de alienação, isto é, podemos conceber a idéia de que apenas se terá novos espaços quando se tiver novas relações de produção, efetivamente realizados em identidade. Seria uma superação prática dos termos em contradição, espaço e social, que por sua vez espelham as práticas e as teorias parciais envolvidas nessas produções. Isso implicaria em dizer, em função da superação dialética mediante a prática, que os termos em oposição superados não se conservariam exatamente como antes, pois se enriqueceriam com o encontro. Mútua negação. O que quer dizer que nem as especialidades, nem as espacialidades, mas também, nem as relações sociais de produção realizadas até então, seriam as mesmas. Com isso é necessário refletir como elas são, ainda que através de um pequeno fragmento (o Conjunto de Conjuntos). A partir daí, e também da percepção de suas *fronteiras* que tendem a se clarificar mediante a comparação dessas experiências particulares, podemos vislumbrar suas positivities, negando-se as suas negatividades. Sejam elas propriamente espaciais, sejam elas relacionadas à atividade, que aqui no caso é mais diretamente relacionada à própria (atividade de) arquitetura.

<sup>6</sup> Com a dúvida se a «forma segue a função» ou a «função segue a forma». Um grande falso-problema...

Em nosso caso, estabeleceu-se uma oposição «absurda» entre correntes práticas e teóricas que engendraram modelos de Conjuntos Habitacionais, os quais foram seguidos às vezes criticamente, às vezes como um fetiche. Esta oposição pode ser ilustrada através do encontro entre o CECAP Zezinho Magalhães Prado e o mutirão autogerido COPROMO. O primeiro aparece como uma positividade da técnica e do desenho, o segundo como uma negação de sua suposta contribuição ao processo social que é representada pela separação entre a produção desses espaços (que poderiam aparecer como *hostis*) e do grupo social que o produz. Chamei de *negação* na medida em que seu processo produtivo se funda no encontro entre o espaço e o grupo social. Essa oposição que chamei de absurda (mais no sentido de «aguda» do que no sentido de «errada»), não poderia se desviar numa antinomia, ou numa oposição insolúvel, nem podemos desistir de tais potências da técnica e do desenho, mas também não podemos ignorar as relações de exploração e espoliação do trabalhador. Nesse sentido, as duas experiências se apresentam como *incompletas* se tomadas em isolado, o que aponta para a necessidade de mútua integração, ou em outras palavras, a uma necessidade de superação desses termos em oposição.

Mas ainda caberia ressaltar que a relação que se estabelece entre estes Conjuntos, uma identidade entre opostos, ao mesmo tempo em que se identificam como experiências *inconformadas*, produtos históricos da atividade da arquitetura que visam contribuir com o processo social e, deste modo, negar as experiências que se realizam «nos conformes», tais como COHAB e CDHU, essa unidade entre opostos inconformados acaba por se equivaler às tais experiências conformadas quando observamos suas formas arquitetônicas e urbanísticas características da tipologia *Conjunto Habitacional*. Se as formas produzidas mediante as positivities da técnica e ou das relações sociais de produção se equivalem às formas economicistas e típicas de uma produção por empreiteiras, alguma coisa está fora do lugar... Ou alguma coisa escapa às formas de pensamento que se estabelecem. Deste modo, essa dupla relação de identidade entre opostos (primeiro o CECAP com relação ao COPROMO e segundo estes dois com relação a COHAB e CDHU) implica em dizer que as experiências inconformadas apresentam não só aspectos positivos, mas também aspectos negativos, e por outro lado, que as experiências conformadas não só apresentam aspectos negativos, mas também aspectos positivos. Evidentemente, esse jogo de palavras não pode ser identificado como um mero recurso retórico, mas sim como um meio de se perceber as fronteiras e tentar desconstruí-las. Indicar caminhos. Um método.

O que podemos estabelecer é que a «forma Conjunto Habitacional» contém diversas especificidades históricas, muitas vezes contraditórias entre si, que é uma *forma* (nos termos de um *conceito* que se liga a *práticas sociais*) que está em contradição consigo mesma. Neste sentido, sua permanência enquanto *tipologia* Conjunto Habitacional, separada e isolada, constitui um dos aspectos negativos. Por outro lado, há aqueles aspectos que podem ser considerados positivos, ainda que de forma ambivalente. Estes se referem à própria produtividade desta relação de produção, que associa técnicas, meios de financiamento e organização burocrática do Estado. Se os tomarmos em comparação com os processos exclusivamente *privados* de produção, podemos notar o alcance (em relação ao número de unidades, equipamentos e serviços coletivos) maior da organização pública de produção. Porém, diante das unidades entre opostos, essa *quantidade* produtiva relaciona-se a *qualidades* distintas de produção. Se nas experiências «inconformadas» a maior qualidade produtiva apresenta, em certa medida, quantidade menor, nas experiências «conformadas» a maior quantidade produtiva apresenta, em certa medida, qualidade menor. Constitui-se, novamente, uma «forma-absurda».

Neste sentido, para se afirmar as positivities e negar as negatividades que se expressam nessas relações entre opostos aqui exposta, é necessário adicionar ainda os outros dois Conjuntos Habitacionais, como um recurso de análise, como meio de comparação: o Parque do Gato e o Cingapura. Estas duas experiências podem ser consideradas como «anti-Conjunto», na medida em que se realizam em situações urbanas centrais, negando sua forma histórica de isolamento e autonomia; mas também, por outro lado, como «hiper-Conjunto», na medida em que exaurem a forma de produção por meio de Conjunto Habitacional, reduzindo a intensidade das políticas públicas às experiências piloto, que negam qualquer forma de produção de novas relações sociais ao serem subsumidas às relações de reprodução tutelar do Estado. Essas duas experiências tipo «anti-hiper», por assim dizer, abrem e fecham possibilidades de superação das oposições anteriores. São também momentos possíveis e impossíveis.

Se a efetiva *superação* da «Forma Conjunto Habitacional» se nos apresenta no horizonte, poderíamos denominá-la como Meta-Conjunto. Este já está, em certa medida, sendo experimentado teórica e praticamente no real, ainda que permaneça em sua «latência». Por um lado através das conexões urbanas e infra-estruturais dadas em escala mundial, “do Oceano Atlântico ao Pacífico”, onde o *parcial* se relaciona com o *universal* de maneira complexa. Suas costuras sobre o já realizado. Esta forma de produção do espaço não reproduz, em certa medida, concepções ultrapassadas que expressavam antigas relações de produção. Assim a *idéia* de «qualidade espacial» identificada às praças das cidades comerciais, com seus monumentos e edifícios «autênticos» reconhecíveis pela «comunidade», passa a ser transformada pelas conexões em nível mundial onde os «vestígios» pessoais são menos expressivos<sup>7</sup> e a experiência urbana se funda nos encontros e nas impessoalidades. Dito de outro modo, o espaço deve ser concebido como o meio das relações sociais que abrangem a totalidade do globo terrestre, e não como base material de relações que se restringem à comunidades determinadas. Conexões sistêmicas? Talvez. Por outro lado, a noção de Meta-Conjunto deve superar a contradição que se estabelece entre as formas mentais concebidas e as relações sociais que vivem esses espaços. Uma deve se expressar na outra. Neste sentido, deve-se perceber o encontro, num constante processo de concepção e vivência que, ao longo de sua sucessão, podem experimentar formas práticas de soluções de conflitos. Produção e reprodução.

Bom, se retomarmos alguns possíveis da Arquitetura Moderna, poderemos ver que ela se fundam numa contradição (que em certa medida reproduz a contradição dos modelos urbanos dos *socialistas utópicos*): através da arquitetura faz-se «coisas», mediante a técnica, recursos, trabalhos e materiais, os quais são amparados pela virtude da indústria e do conhecimento, que asseguram as infra-estruturas de grande intensidade utilizáveis por um grande número de pessoas<sup>8</sup>. Contudo, faz-se «coisas» para se conquistar as «não-coisas», isto é, as atividades, os encontros, as formas imponderáveis de apropriação do espaço. Como um momento da produção da humanidade do homem. As «coisas» podem dar formas para as «não-coisas», configurar seus *espaços*, seus vazios ocupáveis. Por meio desta relação («coisa» e «não-coisa») podemos conceber uma relação entre objeto e homem, entre trabalho e natureza e, portanto, entre homem consigo mesmo. Se isso se funda numa idéia de Meta-Conjunto, podemos pensar na constituição (a partir desta relação) de um novo espaço

<sup>7</sup> Estou pensando na discussão apontada por Walter Benjamin a respeito da «reproduzibilidade técnica», em relação à autenticidade da arte «manual», e da experiência da industrialização, em relação aos vestígios de vida privatista burguesa. Cf. BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas Volume I: Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

<sup>8</sup> Por exemplo, a diferença entre Trem/Metrô e Ônibus no transporte intra-urbano.

para um novo homem, liberado a um só tempo das amarras do passado e das cisões entre as especialidades e espacialidades. O novo espaço e o novo homem, por assim dizer, se constituem reciprocamente, em relação, um ao outro, podendo não haver uma hierarquia ou relação causa-efeito estabelecidas *a priori* entre eles. Diante desses «aforismos», proponhamos mais um outro:

*O espaço se constrói pelo tempo, isto é, o tempo dá forma ao espaço mediante as apropriações; e o tempo se constrói pelo espaço, isto é, o espaço dá forma ao tempo mediante a experiência.*

Esses dois termos (apropriação e experiência) podem ser relacionados às expressões espaciais e temporais que poderíamos denominar como sendo suas *categorias*. Como categorias espaciais podemos destacar a fluidez, a integração, a diversidade, as ligações que se estabelecem através das formas históricas e geográficas, as quais poderiam compor um espaço sem fronteiras (propriedade privada, divisão do trabalho, troca). Como categorias temporais podemos destacar as contradições, as lutas, os embates democráticos, espaços públicos de participação política, as quais poderiam compor um tempo sem fronteiras (autoridades e competências alheias). Assim, se a constituição-em-relação do novo espaço com o novo homem se dá através da relação entre espaço e tempo, podemos pensar que a fluidez espacial se identifica aos embates democráticos, ou a diversidade e integração, às lutas e contradições, e assim por diante. Uma constituição que se media.

Neste sentido, isso implica na necessidade de que os apontamentos nasçam através do encontro dessas experiências, sucedidas e conectadas ao longo do tempo e do espaço. Arte(f)atos! Formas concebidas, vividas e percebidas. Através, portanto, da forma social que elas configuram (ainda que seja restrito, com efeito de análise, aos seis Conjuntos estudados). Mas se os apontamentos nos aparecessem como *possível*, pode(re)mos ver na história, nas suas experiências simultâneas e sucessivas, que esse *possível* se nos apresenta como *impossível*. Neste sentido, a Produção do Homem<sup>9</sup> torna-se impossível em função das relações sociais serem alienadas dessa finalidade. Assim, partiremos para uma breve reflexão sobre a temática da Alienação do Homem (uma negatividade da Produção do Homem) como meio de se analisar o conjunto de Conjuntos. Ou melhor, o conjunto de relações analisados através da problemática da alienação. Os *apontamentos*, portanto, surgirão como aquilo que contém a possibilidade de negação prática da alienação, que por sua vez interdita a constituição de uma ciência natural do homem, de uma ciência humana da natureza, mediada pela produção do espaço.

Mas atenção: o Desenho Ambiental apenas apontamentos, não como modelos!

## B. ATRAVÉS DO PROBLEMA DA ALIENAÇÃO

A relação entre produtor, produção e produto se dá de forma separada. Esta *separação*, no entanto, foi uma condição histórica para que se desenvolvessem as relações de produção especificamente capitalistas, que se baseiam, por sua vez, na exploração da força de trabalho assalariado. Por outro lado, esta força de trabalho deve reproduzir-se (a denominada reprodução da força de trabalho), enquanto que energias vitais, funções biológicas e ser social, através das necessidades a serem satisfeitas de forma cotidiana. A reprodução da força de trabalho, contudo, é um momento mesmo da Produção em geral, na medida em que através dela se «perpetua» a provisão de trabalhadores para a produção e reprodução ampliada

<sup>9</sup> Cf. LEFEBVRE, Henri. *El materialismo dialéctico*. Buenos Aires: Pleyade, 1971.

do Capital. O Trabalho, como meio de se humanizar a natureza, transformando-a para as necessidades e fruições especificamente humanas, aparece sob o capitalismo como forma social de valorização e ampliação do capital, como o Valor que se valoriza. Neste sentido, a finalidade do Trabalho se encontra de um modo não especificamente humano, ainda que as relações capitalistas de produção e o próprio Capital sejam efetivamente produtos humanos. O Homem cria o ser que é hostil ao Homem.

A separação entre produtor, produção e produto se constitui como uma forma de alienação do Homem. *István Mészáros* ao investigar *a teoria da alienação em Marx*<sup>10</sup>, indica que esta apresenta quatro aspectos que se desdobram um no outro. O primeiro se refere à alienação do Homem com relação à Natureza, ou o estranhamento com a coisa produzida. O produtor se encontra separado de seu produto, e neste sentido, encontra-se separado do mundo sensível exterior, os objetos da (sua) natureza. O segundo aspecto se refere à alienação do Homem com sua própria atividade, um auto-estranhamento. O ato de produção, mediação entre o Homem e a Natureza, como forma de satisfazer a si próprio, necessidades e poderes, aparece ao produtor (em função da separação entre ele e seu produto) como uma coisa alheia. Sua necessidade de trabalho é para outra coisa, uma troca (o dinheiro, por exemplo), que não o seu próprio trabalho, e por outro lado, ele é útil não para si, mas sim para outro (o comprador de sua força de trabalho). A partir desses dois aspectos, pôde formular o terceiro, que se refere à alienação do Homem com seu Ser Genérico, como um membro da espécie humana, ou estranhamento de suas relações. Se o objeto de trabalho e a própria atividade são momentos de constituição da humanidade do homem, forma de se transformar a natureza para as determinações especificamente humanas, na medida em que o Homem é alienado (do produto e da produção), «ele» se aliena do processo de objetivação da vida da espécie humana, o conjunto dessas relações. Deste modo, contemplando-se a si mesmo, ou seja, seu ser genérico, sua natureza, seus produtos e atividades, o Homem não se vê. Assim, tanto na consciência, dada teoricamente, como na operação, dada praticamente, o mundo criado pelo homem não lhe (a)parece como humano, o que corresponde ao quarto aspecto, que se refere à alienação do Homem com relação ao próprio Homem. Ele estranhado do seu produto, de sua produção e do seu Ser genérico, defronta-se consigo mesmo e com os demais como se fosse *Outro*. O Homem se defronta com o «des-homem». Desumano e desnatura. Na medida em que um ser se torna objeto para um outro, o uso das trocas e as trocas de uso, o Homem se reifica.

Um dos aspectos da Alienação se refere à contradição estabelecida entre o *parcial* e o *universal*. Isso, por sua vez, se desdobra noutra forma historicamente determinada: a sociedade dividida em classes, na qual o interesse parcial de uma classe em particular se coloca como o interesse universal das classes. Esta universalização (fictícia e ideológica, portanto) se dá mediante a violência, seja através da imposição do interesse particular, seja pelo processo forçado de equivalência entre interesses. As coisas que são únicas «tornam-se» homogêneas. Por outro lado, se vislumbramos negar o aspecto fictício e ideológico de uma determinada parcialidade que se impõem como universal, não podemos fazê-la através da postulação (afirmação) de outro modelo também parcial, pois recorreríamos no mesmo problema<sup>11</sup>.

<sup>10</sup> Cf. MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.

<sup>11</sup> “É por isso que não pode haver lugar para a universalidade autêntica, mas apenas para a falsa universalização da mais crua parcialidade, juntamente com um postulado ilusório, teórico-abstrato, da universalidade como negação – meramente ideológica – da parcialidade efetiva, predominantemente prática”. IDEM. *Ibidem*. Pág. 35.



Outro aspecto da Alienação se refere à sua forma de *vendabilidade universal*, na qual os elementos de distinção social que eram assegurados por divina providência (Igreja e Feudalismo), passam a ser comprados e vendidos através das reformas do Luteranismo. Isso aparecia como meio de libertação do homem com relação aos desmandos divinos (Clero e Aristocracia). Então a *liberdade* aparece como a possibilidade de se alienar (dar ou vender a propriedade de alguém) aquilo que lhe pertence, aquilo que lhe é próprio, portanto, sem o intermédio de desmandos alheios. Através da vendabilidade da «propriedade divina da terra» pôde então se desenvolver as relações mercantis, na medida em que se estabelece um *contrato social* apoiado nesta noção de liberdade. O uso de alguém (mediante a venda de sua força de trabalho e, no limite, de si mesmo) para uma *determinada função*, pôde se realizar com o consentimento daquele que é usado, pois é «livre para ser alienado», que aliena «voluntariamente» aquilo que lhe pertence (sua força de trabalho). Esse processo coincide com a reificação dessa pessoa (seria servidão voluntária?), que pôde se desenvolver na medida em que as relações sociais que amparam o *dinheiro* como equivalente universal também se desenvolviam, abrindo caminho para a universalização da «servidão a uma necessidade egoísta», que se torna uma virtude em seu culto à propriedade e à privacidade<sup>12</sup>.

A partir destes dois aspectos levantados, se quisermos negar, por exemplo, a noção de *homem genérico* do movimento moderno (que vem a ser o «trabalhador assalariado», outra parcialidade), não poderemos fazê-la mediante uma parcialidade universalizada<sup>13</sup>. Porém, se somos alienados em relação ao nosso produto, à nossa atividade, ao nosso Ser Genérico e a nós mesmos, essa tarefa (monumental) de dissolução das parcialidades deverá ser realizada tanto em relação aos aspectos teóricos quanto aos práticos, pois estaríamos no interior da experiência alienada. Nesse caminho, como um exercício *particular* à nossa análise aqui exposta, poderíamos conceber o Desenho Ambiental como uma possível universalidade autêntica, na medida em que seria um meio social de produção que se estabeleceria no e pelo encontro entre as parcialidades teóricas e práticas. Mútua determinação. Mas também, se pensarmos que a idéia de *homem genérico* se identifica à provisão de moradias mínimas isoladas em Conjuntos Habitacionais, isso parece contribuir com a legitimação da *vendabilidade universal* na medida em que esta determinada forma de produção se realiza através de fragmentos justapostos e comercializáveis, por sua vez produzidos diretamente com a finalidade de serem mais facilmente vendidos

<sup>12</sup> O «egoísmo humano» aparece como uma forma de se privar o *outro*, de não se «socializar» com o *outro*. O outro é privado para poder ser utilizado conforme «minhas» necessidades. Mas isso não seria um aspecto da natureza humana, essencial ao Homem, e sim uma forma histórica do Homem se relacionar com outro Homem, e essa relação é, por sua vez, fundada na noção de liberdade que foi assegurada pela vendabilidade da alienação. Se pudermos dizer que os homens são iguais em sua forma essencial, as suas apresentações em formas diferentes (e ou desiguais) se dão em função dos contextos históricos. Se as diferenças e as desigualdades, portanto, não são explicadas historicamente, em oposição à noção de «essência humana», elas serão de forma fictícia, *metafísica*, que afirmam as diferenças parciais como *diferenças por natureza*, ou naturalmente desiguais.

<sup>13</sup> Isso indica a necessidade de se buscar soluções através de *experiências práticas*, e não através de especulações teóricas. Mas se a superação desta contradição se dá mediante a prática, qual seria o papel da crítica? Tentar dissolver postulados fictícios e ideológicos da teoria. Neste sentido, se quero negar a parcialidade, no caso, da «Forma Conjunto Habitacional», devo fazê-lo através da dissolução de seus aspectos parciais que se nos apresentam como universais, tais como a sucessão de modelos engendrados *a priori* que resolvem problemas irresolutos dos modelos anteriores. Essa sucessão de modelos não faz mais que reproduzir a mesma contradição entre a *parcialidade* e *universalidade*, ainda que possa assumir formas diferentes. Isso pode ser representado pela sucessão de experiências de Conjuntos Habitacionais, que postulam (um depois do outro) novas *formas* urbanas que supostamente resolvem os problemas associados às antigas *formas* urbanas questionadas. Porém, ao se universalizar a *forma* como meio de resolver tais problemas, velam que este determinado processo de produção se dá, ao longo da história, como meio de se valorizar capital (fundário e imobiliário) e que, por sua vez, este processo de produção encontra meios de se reproduzir de forma ampliada, reiterando as carências e as demandas (renovações urbanas, por exemplo), bases para novas produções. Simultaneidades e sucessões.

(mercadorias homogêneas e relativamente autônomas umas das outras, as moradias e os serviços complementares). Mas além deste aspecto por assim dizer econômico (realização da produção de mercadorias), a identidade que se estabelece entre o *homem moderno* e a *unidade mínima separada* parece reproduzir a estratégia política de se identificar a casa isolada numa pequena propriedade privada à tradição patriarcal (família como suporte desta relação), que por um lado reduz as possibilidades de associação e cooperação, e por outro com isso se altera as formas de distribuição do produto social sem que se alterem suas relações de produção<sup>14</sup>.

Se uma noção particular (posta como universal) é fictícia e ideológica, as demais noções que nela se funda também o serão<sup>15</sup>. Neste sentido, o *homem genérico moderno* torna-se fictício na medida em que sua existência, enquanto *noção*, só pode ser realizada por fundar-se no «trabalhador por natureza» (ou «trabalhador universal por natureza»). Se o *homem genérico moderno* é considerado uma noção fictícia, todas as outras noções que em torno dela orbitam também fictícias serão: as *necessidades mínimas* (para os trabalhadores), a *habitação mínima* (para os trabalhadores), a *machine à habiter* (para os trabalhadores). Contudo, se estas noções tornam-se fictícias, outras noções parciais que nelas ainda se fundam também se tornarão. Então as políticas sociais (parciais, mas que se apresentam como universais) que se realizam por meio de Conjuntos Habitacionais, também se tornam fictícias<sup>16</sup>. O «trabalhador por natureza», base desses desdobramentos de ficções, torna-se um mero consumidor *coisa!*, alienando-se de sua dimensão especificamente humana. Na medida em que se situa numa sociedade dividida em classes, seu grupo social complementar e correspondente, o «não-trabalhador por natureza», torna-se universal(izado) mediante suas «competências»<sup>17</sup>.

Neste sentido, a historicidade do homem (contradições sociais concretas em movimento) é degradada numa pseudo-historicidade, cuja forma histórica, associada às concepções modernas de produção do espaço, pode ser identificada ao *funcionalismo*, no qual se tenta (quem? como?) liquidar a historicidade através da reprodução das relações de produção mediante formas separadas e «competentes» de especialização do espaço<sup>18</sup>. O funcionalismo, deste modo, tende a reduzir toda a complexidade do homem (seus «sentidos e paixões ontológicos de ser natural») às determinações *do capital*, num processo histórico que se autonomiza. Assim, aquilo que pode ser considerado como *essencialmente humano*, isto é, o trabalho produtivo como mediação entre o homem e a natureza (condição de sua existência objetiva e fonte de seus objetos naturais que determina de sua consciência, experiência e necessidades), esse trabalho produtivo passa a ser empregado

<sup>14</sup> Cf. RAYMOND, Marie-Geneviève. *La politique pavillonnaire*. Paris: Centre de Recherche d'Urbanisme, 1966.

<sup>15</sup> A mera existência de *escravos* na sociedade brasileira revelava o caráter fictício dos ideais *liberais* de seus contemporâneos. Assim o «escravo por natureza» põe em xeque as demais parciais complementares e correspondentes, tais como o «homem livre por natureza». Se a *escravidão por natureza* aparece como uma universalização de uma forma particular de organização social, a *escravidão por natureza* destrói também a noção de *liberdade por natureza*, na medida em que esta se funda numa noção que é fictícia. Cf. SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

<sup>16</sup> Universalidades fictícias com relação à aparência de política social, mas que se realiza com a necessidade de conservar a demanda por moradias e equipamentos coletivos (déficit habitacional), que possibilita a amortização de investimentos econômicos que são investidos na produção em grande escala.

<sup>17</sup> Cf. CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 2001.

<sup>18</sup> “A concepção «orgânica» da sociedade, por exemplo, segundo a qual todo o elemento do complexo social deve atender à sua «função adequada» – isto é, uma função predeterminada pela «natureza», ou pela «providência divina», de acordo com um rígido padrão hierárquico – é uma projeção totalmente a-histórica e invertida das características de uma ordem social estabelecida sobre um suposto «organismo» (o corpo humano, por exemplo), que deveria ser o «modelo natural» de toda a sociedade”. MÉSZÁROS, *Ibidem*. Pág.40.

como uma atividade que é reduzida às próprias finalidades do capital, «artificiais» ao próprio homem. Se o capital tende a dominar a totalidade das relações sociais, a necessidade de superação efetiva da alienação não pode se restringir a práticas parciais. Impõe-se a necessidade de uma «radical transformação ontológica da estrutura social como um todo», que não se reduz às formas especificamente políticas de gestão do capital<sup>19</sup>. Diante da parcialidade das ações, a necessidade de superação efetiva da alienação reduz-se a aspectos da *moral*, que indicam as soluções que *devem* (como e por quê?) ser realizadas.

O problema da concepção moral implica na utilização de fenômenos da realidade para a construção de seus modelos, na medida em que a parcialidade não pode engendrar uma prática de superação efetiva. Busca-se um *contrato social harmonioso*. Neste sentido, diante da realidade criticável (fruto de contradições entre «parcialidades») a solução reformista burguesa só pode ser *moralizante* na medida em que é uma solução proveniente de uma «vontade geral» que não nega radicalmente toda a estrutura social que a sustenta e, assim, do ponto de vista burguês de onde a solução é concebida, não se altera efetivamente as contradições históricas que produzem tais efeitos criticáveis. Portanto, «o que deve ser feito<sup>20</sup>», embora empregue toda sua potência na concepção daquilo que vê como o ideal (tais como «todas» as dimensões da vida sob relações de produção *do capital*), num Conjunto Habitacional se reduz à representação de uma série de equipamentos e usos coletivos organizados sistematicamente sobre o território. Esses modelos concebem o *urbano*. Engendram a urbanização. Porém, como se realizam as relações sociais nestes espaços?

Assim, as soluções-modelo para o espaço coletivo (Conjuntos Habitacionais, por exemplo), sejam elas concebidas pelos utópicos, sejam pelos modernos, só podem ser morais, pois suas soluções parciais que aparecem como universais são concebidas por alguns desses indivíduos. A totalidade do processo social acaba por se reduzir às concepções (técnicas e científicas) alheias à esta mesma totalidade. Mas, talvez seja o mais importante, é que os modelos concebidos não superam o processo mesmo que engendra as contradições reais, que são as bases pelas quais os «Com-juntos» aparecem como solução<sup>21</sup>. Ele é um movimento que está contido no desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, um momento mesmo da realização do *lucro* e da *renda*. Deste modo, sua produção reproduz as condições ambientais que gostaria (ao menos afirma) de superar. Mas reproduz de outra forma, como condição de vida dos trabalhadores assalariados no cotidiano e na cidade. Portanto, recoloca o problema da alienação. A *Moral* vela o *Real*, e assim ficamos perdidos entre a

<sup>19</sup> Se em nosso conjunto de Conjuntos estudado pode se apresentar aspectos que se dirigem ao Possível, por eles realizarem, por assim dizer, ataques *parciais* à alienação efetiva do homem, aquilo que nos apresentam como possível conservam-se historicamente como *impossíveis*. Assim a prática coletivizante no CECAP, por exemplo, ao realizar sua produção em abstração dos indivíduos reais reduz-se às formas de privatização. Ou as formas de reiteração da propriedade privada comunitarista do COPROMO que transformam a autogestão coletiva em gestão condominial privada. Ou, ainda, a constituição de um uso coletivo de terra pública no caso do Parque do Gato, que mediada pelo Estado «político-partidário» estranhado, reduz às formas de tutela «a insurreição do uso» (Cf. SEABRA, Odette. Em MARTINS, José de Souza (org.). *Henri Lefebvre e retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996

<sup>20</sup> A moral do «deve ser assim» aparece como uma consciência-inconsciente na medida em que é alienada e reprodutora das mediações capitalistas de «segunda ordem» (propriedade privada, divisão de trabalho e trocas) como se fossem nossas «necessidades ontológicas». Pensa-se superar a reificação capitalista mediante a indústria (trabalho produtivo que media a relação entre homem e natureza), porém se pensa a partir e através do interior da reificação capitalista, na medida em que esse pensamento é separado (ciências parcelares e práticas estranhadas correspondentes) e separador (análises sistemáticas do vivido concebidas cientificamente pelos «superintendentes competentes»).

<sup>21</sup> O Conjunto Habitacional aparece como uma solução à precarização das condições de vida dos trabalhadores, que por sua vez pode ser pensada a partir da reprodução da força de trabalho através do *lucro* e da *renda* – a disputa entre os capitalistas.

potência genérico-abstrata das suas concepções e as limitações concretas efetivas. Em que se fundaria a universalidade fictícia dos *modelos a priori*? Eles tendem a eliminar a imponderabilidade do sujeito (indivíduo-social), que fica reduzido, no interior destes modelos concebidos, às tarefas e à divisão de tarefas prescritas como meio de ordenação das relações sociais (e sua correspondência ambiental). O indivíduo-social é (ou deve ser?) auto-mediador, isto é, ele deve se produzir e se reproduzir a si mesmo no ato da produção: as necessidades e potências humanas para sua satisfação. Neste sentido, o indivíduo-social é um produto humano e não metafísico<sup>22</sup>.

Como nos produzimos naquilo que produzimos (além de estarmos desenvolvendo uma conclusão aberta de uma dissertação de Arquitetura), devemos então trazer essa análise àquilo que nos concerne diretamente: a atividade de Arquitetura sendo considerada como necessidade e potência humanas, como um meio ou uma obra aberta ao processo de produção social. Se isto é verdade, possivelmente implicaria num outro estatuto para a atividade, o de poder assegurar a diversidade *formal* (materialidade construída) para os processos de luta que se referem à diversidade social produtora. Diferenças formais que se relacionam às diferenças dos conteúdos sociais, as atividades e os sujeitos. Mas, por outro lado, a chance de se criar um imbróglio é tremenda, pois poderíamos lançar mão aos discursos críticos, mas ao final hipostasiar os conteúdos sociais para justificar tais diferenças formais. Eis aqui o apelativo pós-modernismo. «Arte pela arte». Deste modo, como realizar efetivamente a tal «obra aberta» ao processo social? Afinal, nós produzimos coisas e o produto da atividade fixa uma *forma* (historicamente determinada de organização) no espaço. Fixa-se, mas a queremos aberta à imponderabilidade<sup>23</sup>.

Na produção de Conjuntos Habitacionais esta questão foi trabalhada, a um só tempo, como meio de produzir espaços para uma nova ordem social, liberada das precárias condições ambientais, mas também como indicação de um novo meio de se viver. A partir do Habitat engendraria o Habitar. Mas o *problema da habitação* é um problema produzido no interior dos processos de valorização do capital que é empregado na indústria da construção civil e na terra, que por sua vez recolocam (reproduzem) o problema da habitação (cf. Capítulo 5 «Recuo Histórico»). A superação historicamente necessária das contradições do capitalismo deve estar livre de postulados *morais*, portanto, deve estar para além de seus efeitos desumanizadores da alienação. *Deve-se* (aqui novamente um postulado moral?) buscar o entendimento do fundamento ontológico objetivo do processo de desumanização, do processo de objetivação que surge como alienação. Deste modo,

<sup>22</sup> Em Rousseau, a alienação do homem se dá em relação à concepção de uma natureza idealizada, concebida como originalidade pura. Para ele, a civilização é um processo que corrompe o homem, um processo que o desvia de sua essência natural de homem (religar-se à natureza seria uma forma de religião?). A civilização, portanto, separa-o desta sua origem pela introdução, de fora (de onde, meu deus?...), de toda a sorte de *vícios* alheios ao homem. A civilização destrói sua bondade natural e o vício floresce no processo de crescimento das cidades (como uma expressão desviada de civilização). Neste sentido, temos quase que uma bravata de "retornemos ao campo!". Estamos com os pés descalços... A *Cidade* (que aparece como a realização das necessidades artificiais e desejos inúteis) entra em contradição com o *Campo* (que aparece como relação «imediata» com a natureza). Conseqüentemente, a indústria entra em contradição com o artesanato. Por outro lado, a cidade e a civilização se constituem como a vida dos indivíduos e do Estado moderno. Assim, para se resolver esta pendenga (retornar para o campo ou ir em direção ao Estado moderno), o homem não *deveria* se alienar nos processos sociais que instituem a vendabilidade universal, pois assim ele se transforma num mercenário egoísta, o tal fundamento (moral) de toda a sorte de vícios humanos. O egoísmo e o vício humanos «são» os responsáveis pela pobreza, assim como o *pobre* é mantido em sua pobreza por uma falta de *razão*. Não surge nesse horizonte a *perspectiva* (para agradar nossos colegas *voyeurs*) de uma força material capaz de deslocar as relações pelas quais se conservam os pobres como pobres. Cf. MÉSZÁROS, *Ob. cit.*

<sup>23</sup> Vale a pena lembrarmos a problemática apontada com relação aos Socialistas Utópicos (Capítulo 5 «Recuo Histórico») que tendia ou a objetivar a provisão total de «coisas» para o processo social (numa concepção *progressista*), ou, pelo contrário, a não prover nada (numa concepção *culturalista*).

deve ser observado e percebido a partir do ponto de vista do *trabalho* e não a partir da apropriação do trabalho alheio, do ponto de vista do capital, do mercado da habitação, aquele do “fazer a roda da economia girar”<sup>24</sup>...

A auto-alienação do trabalho é uma forma historicamente determinada. Sob o capitalismo ela se dá baseada na divisão social do trabalho. Aqui, portanto, o trabalho é a base para toda a alienação. Como se conceber a transcendência positiva da alienação? Apenas aparece como possível através da superação das mediações «de segunda ordem», isto é, da propriedade privada, da troca e da divisão de trabalho, que se colocam entre o homem, sua atividade e seu produto, impedindo-o de realizar seu trabalho no exercício de suas capacidades criativas, necessidades e poderes, que incluem a apropriação humanamente dada do produto de sua atividade. São mediações historicamente determinadas, portanto não são ontológicas, entre o homem e sua natureza: homem – (propriedade privada, troca e divisão de trabalho) – natureza. A existência humana é inconcebível sem o trabalho, sem uma atividade produtiva que transforma a natureza (interna e externa aos corpos) com finalidades especificamente humanas. Nossa «presença no universo». Neste sentido, qualquer forma de superação efetiva da alienação *deve* se referenciar ao trabalho humano, mas em oposição à sua forma historicamente determinada de alienação<sup>25</sup>.

Neste sentido, em nosso caso, temos uma contradição em termos! O Conjunto Habitacional, objeto de nossas «investidas», em verdade se realiza como uma produção e como produtos *isolados* (fragmentados). Conjunto de isolados (!) realizado a partir da divisão do trabalho, que se nos apresenta como aparente autonomia dos indivíduos (e suas correspondentes atividades). Se temos como horizonte possível um sentido que se determina contra a forma histórica de alienação (e assim, conseqüentemente, contra a forma isolada do Conjunto), devemos contrapor as formas de alienação à plena realização da «natureza humana», isto é, mediação por uma atividade produtiva auto-mediadora: o homem produz

<sup>24</sup> Caso contrário, é o (de)novo “minha casa, minha vida”, meus projetos político-partidários, minhas empreiteiras... Por isso insistimos: do ponto de vista do trabalho! Porém, cabe nos perguntarmos: somos nós todos proletários? Se não, ao menos somos proletarizados... Eis, novamente, a concepção do papel histórico do proletariado que transcende a si mesmo, na medida em que não pode deixar de superar a alienação (parcial e universal) no processo de realização de seus próprios (meios) objetivos, que coincide com a re-apropriação da essência humana.

<sup>25</sup> Mas por que insistimos nessa relação Homem-Trabalho-Natureza? O Homem é natureza, mas é uma parte específica desta. Identifica-se e se distingue dela. Ele precisa *produzir* (e produzir-se a si mesmo) para se manter, seja em função de necessidades «físicas e originais», seja em função de necessidades desenvolvidas conforme se desenvolvem as relações de produção, isto é, aquelas que se situam para além das necessidades estritamente «naturais ou animais». As necessidades humanas comportariam, também, necessidades de tipo «espirituais», que se engendram com base na (auto)produção material como uma expressão do intercâmbio complexo e possível entre homem e natureza. Assim o homem se faz a partir e através do trabalho, portanto, a atividade produtiva é o momento necessário de mediação que engendra a humanidade do homem em sua relação com a natureza. Ele é, ao mesmo tempo, natureza e não-natureza, pois não pode recair naquela forma exclusiva nem se dissolver em seu objeto de trabalho. Deste modo, a atividade produtiva é sua fonte de consciência e as condições materiais de produção engendram as condições «espirituais» de consciência. Porém, se atividade é alienada, ou se o homem está alheio à sua própria atividade, sua consciência deverá ser também alienada. Neste sentido, os meios objetivos alienados condicionam a consciência do homem, que se dá na forma de auto-alienação do trabalho. Se focarmos o produto do trabalho, poderemos vê-lo como um corpo inorgânico externo ao homem. No entanto, se é produto de uma atividade auto-alienada, esse produto pode aparecer simplesmente como uma mercadoria (repleta de mediações de «segunda ordem»...) e não como uma condição da humanidade do homem, isto é, como uma *Obra*, como sua obra que o reflete. Um espelho. Isso se dá na medida em que tanto o produto do trabalho quanto sua produção se realizam, não por si mesmos, com a finalidade de produção do homem e de construção da consciência e da experiência humanas, mas sim como meios de se obter dinheiro (equivalente geral das mediações de «segunda ordem»). “A atividade produtiva na forma dominada pelo isolamento capitalista – em que «os homens produzem como átomos dispersos sem consciência de sua espécie» – não pode realizar adequadamente a função de mediação entre homem e natureza, porque «reifica» o homem e reduz suas relações e o reduz ao estado de natureza animal”. IDEM, *Ibidem*. Pág. 80.

objetos e produz a si mesmo mediante o trabalho. Mas como isso se daria numa prática que engendra a superação do Conjunto-isolado? Retomemos a relação contraditória na qual o parcial se universaliza de forma fictícia<sup>26</sup>.

No âmbito da arquitetura, se considerarmos que o *projeto de arquitetura* é a nossa «universalidade fictícia» e «base de nossa existência», na medida em que sua presença histórica é questionada como parcialidade fictícia (em função de sua contraditoriedade com relação ao processo de produção em canteiro), a própria existência da arquitetura parece ser questionada. Na medida em que o *projeto*, como é dado histórica e historicamente (mediador da divisão de trabalho), aparece como forma universal da arquitetura, ao se criticar a divisão do trabalho (que se realiza como divisão social do trabalho) parece estar se criticando a própria existência da arquitetura<sup>27</sup>. Caberia então nos perguntarmos se poderia existir uma outra forma social de *Projeto* (“formação da consciência e da linguagem”) que poderia conservar sua dimensão técnica e artística complexa, espelho da complexidade do desenvolvimento social, sem que seja uma mediação de «segunda ordem». Como esse *projeto* poderia se constituir teórica e praticamente como uma mediação adequada entre o Homem, a sua atividade, a natureza?

<sup>26</sup> Para Hegel, a *atividade* é determinada por sua forma universal, independentemente de sua forma sensível, isto é, ela é realizada e resolvida pelo pensamento. Já para os economistas políticos, a forma histórica do trabalho, isto é, a divisão social do trabalho, aparece como ontológica do homem (como se fosse constituinte de sua natureza). Neste sentido, ao se questionar o pensamento e a troca (através destas formulações fictícias acima citadas) se questiona também a própria existência do homem. Deste modo, suas soluções parciais devem permanecer no interior do estranhamento, sob penalidade de inviabilizarem todo o sistema mental que as sustentam. Cf. MÉSZÁROS. *Ob. cit.*

<sup>27</sup> Cf. FERRO, Sérgio. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac e Naify, 2006. Quando o *Autor* nega o caráter de exploração da força de trabalho que o desenho contém historicamente, ele acaba sendo (*re*)negado como alguém que nega a própria existência da arquitetura. “Isto não é arquitetura...!”. Mas, tentemos refletir um pouco sobre essa problemática. A relação entre Homem e Natureza, sendo mediada pela indústria, cria novas necessidades ao mesmo tempo em que pode satisfazer as existentes anteriormente. O homem criou a indústria ao mesmo tempo em que a indústria criou o Homem. O produto dessa atividade social, seu meio, sua «segunda natureza», pode ser identificado ao Urbano (processo de urbanização), que aparece como um momento desta «natureza humana». Resgatando um fio deixado contra o vento, o *Desenho Ambiental* pode aparecer como sua ciência humana da natureza e como sua ciência natural do homem. Porém, a Indústria e o Urbano identificados como algo «mau», isto é, como industrialização e urbanização, são frutos da percepção dos *fenômenos* de certo estágio do desenvolvimento dessas relações, dessas atividades produtivas. Mas identificá-los exclusivamente como «más» não nos permite indicar soluções possíveis, pois retroceder ao pré-industrial e pré-urbano seria um utopismo tragicamente insolúvel. Mas, e o Desenho Ambiental? Este seria uma espécie de meta-desenho, ou a negação efetiva do «desenho» que submete o Homem às condições precárias de trabalho. Porém o «desenho mau» não pode ser concebido como um «mau por natureza», pois é uma percepção das contradições de uma etapa determinada das relações sociais de produção. Negá-lo *em absoluto* é eliminar as possibilidades contidas na atividade humana (arquitetura como um particular). A questão é que o «desenho» está submetido às relações sociais de produção e reprodução, que lhe institui separações. Está, portanto, mediado e mediando. O problema não é o «desenho em si», mas sim as mediações reificantes do desenho. Por outro lado, a relação de produção que se estabelece em canteiro de obras é de fato desumana. E assim o é através da mediação do desenho, que separa o produtor direto de seu produto. O produto estranhado do produtor direto e do indireto, no caso o arquiteto, conduz a atividade deste último a uma aparente autonomia, pois sua «realização» restringe-se ao *projeto*. O trabalhador e a obra (ou a técnica e a construção) aparecem deste modo, como um «mal necessário» para a confirmação pré-determinada do projeto. Inclusive, pela pureza de sua autonomia, eles aparecem como «elementos deturpadores» (cf. FERRO. *Ob. cit.*). No entanto, a recusa total do «projeto» impossibilita a realização do produto que satisfaz necessidades humanas mais complexas, fruto do processo de desenvolvimento social engendrado pela *indústria*, notadamente a partir da separação da divisão do trabalho. O retorno ao *artesanato* é o mesmo retorno à *natureza original* idealizada como anti-indústria, como anti-queda teológica do homem. Anjos do pau oco! Mas, para apaziguar os nervos, não é nem fetichizar «projeto», nem negá-lo em absoluto, mas sim restituir-lhe praticamente sua potência social de emancipação, como momento auto-mediador da atividade produtiva do homem. O primeiro termo afirma *logicamente*: o «projeto» emancipa o homem. O segundo termo afirma (ao negar o primeiro) o «projeto» é alienado e alienante (isto é, não emancipa). A contradição: no nosso momento histórico o «projeto» tem aspectos que contribuem com a emancipação e aspectos que contribuem com a alienação. A superação dessa contradição só poderá ser realizada praticamente, identificada à superação efetiva do modo de produção. Isso quer dizer que ela deve ser continuamente experimentada, pois a superação do modo de produção será aquilo que for produzido por e com este propósito, seja negando (praticamente) aspectos da alienação, seja afirmando (praticamente) aspectos da emancipação.

Pois é, a tal necessidade histórica de superação da alienação não é uma tarefa fácil, mas devemos empreendê-la em *conjunto*. No entanto essa superação não pode se realizar como um ato-imaginário, de um (conjunto de) sujeito(s) pensante(s), e sim através das experiências práticas que se sucedem, no tempo e no espaço. Se são experiências, são contradições. O que fazer? “A abolição das mediações alienadoras de segunda ordem!”. Como? Práticas sucessivas em direção à liberação do trabalho de sua sujeição reificada ao poder das coisas – necessidades externas. Assim, a atividade prática deveria ser realizada como momentos de realização das necessidades e dos poderes inerentemente humanos, em sua própria atividade produtiva. Poderíamos pensar, talvez, através de uma trílice identidade entre necessidade, trabalho e fruição<sup>28</sup>. Isso, no âmbito da arquitetura, desviaria a produção dos espaços funcionais (reiterativo do mundo da troca) para os espaços «frucionais» (indicadores do mundo do uso). Mas não é uma tarefa fácil, pois o dinheiro é o que se apresenta (fictícia e realmente) como o equivalente geral dos valores (valores de uso e valores de troca). Ele é a representação efetiva e a efetividade da representação das mediações de «segunda ordem». Neste sentido, a sujeição de uma ciência humana a uma finalidade que lhe é alheia (ao dinheiro, por exemplo) se dá em decorrência de seu caráter fragmentário e autônomo (atividade produtiva alienada). As atividades autônomas possuem finalidades particulares e alcances restritos e fragmentados. Sua finalidade *universal*? Só pode ser dada a partir de fora, por alguma coisa extraterrestre, alienígena.

Como não podemos falar em nome do universo, embora o habitemos, falemos mais um pouco de nosso *métier*.

A arquitetura que se apresentar como uma atividade autônoma é produto da divisão social do trabalho, da produção alienada em geral, que aparece nas definições «precisas» e epistemológicas de suas *fronteiras*<sup>29</sup> (o “isto é arquitetura” e, conseqüentemente, o “isto não é arquitetura”). A delimitação dessas fronteiras lhe impõe um «território de ação» (embora seja através do fragmento que se desenvolve exponencialmente a sua capacidade produtiva). A sua finalidade do tipo «em geral» para o processo social acaba sendo imposta de fora, que sob as relações de produção capitalistas, esse papel é assumido pelo dinheiro. Quanto mais se desenvolve o discurso da arquitetura, mais esta atividade se restringe no interior do processo social, reduzindo-se à arquitetura do discurso. No entanto, este suposto equívoco, representado pela redução das possibilidades, não reside *no* discurso em si (tipo «mau por natureza»), pois este pode ser um momento de reflexão crítica acerca da atividade arquitetural prática, mas sim na crescente «autonomização<sup>30</sup>» da atividade, que por sua vez, encontra

<sup>28</sup> Cf. LEFEBVRE, Henri. *Psicologia das classes sociais (capítulo IV)*. Revista GEOUSP – Espaço e Tempo nº 17, 2005.

<sup>29</sup> Cf. *A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região*. Em BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

<sup>30</sup> Retomemos um dos problemas centrais: o trabalho deixa de ser visto como um «agente humano da produção» e passa a ser reduzido a simples fato material (pode ser comprado e, portanto, ser assalariado). Se numa determinada concepção de arquitetura esta *redução do trabalho* não aparece aos arquitetos, que se concentram nos esforços emancipadores de sua atividade e de seus produtos idealizados, tornando pontos cegos as relações de exploração realizadas em canteiro; numa outra concepção esta redução do trabalho do trabalhador é acompanhada pela negação absoluta da própria atividade de arquiteto, como agente «responsável» pela superintendência da exploração em canteiro realizada através do desenho, negando também a contribuição, a partir de sua atividade específica, ao processo social. Assim se estabelece uma oposição árdua, à ferro e rocha! Se numa posição que identifica o «projeto» como essencialmente emancipador não vê o processo de desumanização do trabalhador em canteiro, a posição que vê esta redução do *trabalho* às mediações históricas não vê as potências emancipadoras do trabalho do arquiteto. Neste sentido, o desumano no trabalhador e o emancipador no arquiteto não se estabelecem como uma unidade contraditória (dialética) e, portanto, histórica, mas sim apenas como uma antinomia. Porém, a emancipação do trabalhador só poderá ser realizada na medida em que o próprio trabalho do arquiteto também se emancipa. A desumanização do trabalhador só ocorre porque assim também o é o trabalho do arquiteto. O trabalhador é separado do produto por meio da propriedade privada (dos meios de produção), porque assim pode garantir mais-valor ao seu proprietário. O arquiteto é separado do trabalhador porque, embora também separado

no discurso sua forma de «realização». A palavra autonomização foi posta entre aspas, pois a arquitetura é dependente do processo social geral no qual, efetivamente, lhe determina sua finalidade geral, que por sua vez, entra em contradição com aquilo que sua finalidade particular do discurso apregoa. Deste modo, o sentido que a Arquitetura tem para os arquitetos (e isto mesmo uma universalização fictícia) parece existir apenas para os arquitetos e a prática efetiva desta atividade, para o processo geral, passa a ser mediada pela impossibilidade de sua realização efetiva. Atesta-se uma crise!<sup>31</sup>

Em oposição a esta «autonomização», podemos conceber o Desenho Ambiental como um meio de se engendrar a produção do espaço através das inúmeras relações possíveis entre os momentos teóricos e práticos que se apresentam separados. Ele aparece, portanto, como um momento possível<sup>32</sup> da «ciência humana» e, por sua vez, a produção do espaço

do produto e produtor de mais-valia, essa separação permite um salário maior se comparado ao trabalhador, na medida em que exerce um controle sobre o trabalho (sobre a produção da mais-valia que lhe é alheia, mas que também lhe remunera) por meio do projeto, de sua atividade. Um superintendente. A atividade do arquiteto consiste em fazer o *outro* trabalhar direitinho para um terceiro, mas que, no entanto, aparece somente como um «discurso sobre o território». Como a fruição arquitetônica não pode ser pensada a partir do martírio do trabalhador do canteiro (sob pena de se tornar imoral, tal como o «trabalhador por natureza» e «arquiteto por natureza»), restringe-se ao seu discurso auto-proclamador e auto-celebrativo. Antinomias e autonomias...

<sup>31</sup> O «confronto» entre as experiências particulares de produção do conjunto de Conjuntos não pode se reduzir a *eleição* de uma de suas alternativas, em detrimento das demais. Essas experiências representam possibilidades, como que contivessem um «quê» de filosofia especulativa e um «quê» de ciência natural abstratamente material. A alternativa é superá-las em conjunto! O que chamo de «especulativo» pode ser observado brevemente em cada Conjunto. O CECAP apresenta as gradações sócio-espaciais de suas formas urbanas onde há definições daquilo que é «social» (as necessidades básicas e as formas satisfazê-las) e daquilo que é «urbano» (uma gradação de espaços que percorre do mais individual ao mais coletivo, passando por situações intermediárias), e sua relação a ser posta em movimento por uma grade de acontecimentos previstos em *projeto*. Estas definições *a priori* seriam o fruto do processo especulativo. O COPROMO apresenta sua forma de auto-gestão como processo de transformação social, cuja posse coletiva de um meio de produção conduziria *naturalmente* a um processo de autogestão (esse termo teria sido mais utilizado pelos «de fora» ou pelos «de dentro»? O que se entende como tal?). Especula-se por uma identificação de classe sobre um grupo social heterogêneo que se constitui através do processo de «aquisição da casa própria», residindo traços arcaicos insolúveis frente à «tomada de consciência» (qual consciência se quer que se tome?). O Parque do Gato apresenta sua forma de localização de trabalhadores em áreas centrais assentados sobre terras públicas livres da concorrência do mercado e das relações de propriedade privada. Posses coletivas e temporárias. Mas nega efetivamente as divisões de trabalho? E os demais Conjuntos? A satisfação de uma necessidade «ontológica» (também presente nos três anteriores) de acesso à casa própria, através de políticas de grande impacto, seja numericamente, seja espetacularmente. Enfim, é difícil separar o *especulativo* do *abstratamente material*, pois são construções de discursos e de práticas (canteiros de obra), tornando-se inseparáveis. O abstratamente material é (identificado aqui como) a construção do espaço em si, que dentro dos limites decifráveis de ação da ciência (a arquitetura, no caso) parece comprovar «em laboratório» a eficácia do discurso: de fato o CECAP tem essas gradações, o COPROMO produz espaços menos hostis pela auto-gestão, o Parque do Gato está no Centro e os demais Conjuntos são numerosos e espetaculares. Tal como «conforme queríamos demonstrar». Se há oposições entre cada um desses Conjuntos, há também identidades. Aqui se restitui a *forma*, mas uma forma que está em contradição consigo mesma. Especulativa e abstratamente material.

<sup>32</sup> A propriedade privada aparece como um momento historicamente necessário, mas de caráter «transitório». É necessário, pois somente mediante a indústria desenvolvida (que se dá a partir da mediação da propriedade privada, da divisão de trabalho e das trocas) é que vem a ser a *essência ontológica humana*, isto é, a mediação entre homem e a natureza pela atividade produtiva capaz de superar os determinismos sociais e naturais (cf. LEFEBVRE, Henri. *El materialismo dialéctico*). A propriedade privada, portanto, contém aspectos positivos, donde a auto-alienação do trabalho que se desenvolve através (potência produtiva) do fragmento e da divisão do trabalho; e aspectos negativos, donde a contradição social entre propriedade privada e trabalho humano (contradição percebida apenas a partir do ponto de vista *do trabalho*, no qual aparecem reduzidas as possibilidades do trabalho em sua universalidade auto-transcendente (cf. MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos*). Aqui nos deparamos novamente com a necessidade de superação efetiva das relações sociais de produção, pois se historicamente o estabelecimento da propriedade privada contribuiu para o desenvolvimento das relações de produção, conforme acima citado, as relações de produção já contêm como possível sua realização sem esta mediação de «segunda ordem», na medida em que pode se realizar sem a privação de um determinado grupo social em benefício de outro. Assim, «a cidade para todos» só pode ter sua existência objetiva a partir da ausência da propriedade privada (liberando-se dos lotes urbanos). Se no campo das relações de produção há as possibilidades de efetivação social, a aplicabilidade de uma «ciência humana transcendental» é dependente da prática social, onde as necessidades intelectuais estão em identidade (em relação) com as necessidades materiais. «A «ciência humana», portanto, torna-se uma realidade na medida em que a alienação é suprimida praticamente e assim a totalidade da prática social perde seu caráter fragmentário». MÉSZÁROS, *Ibidem*. Pág. 108.



aparece como o momento prático dessa «ciência da desalienação». A superação da alienação, nos termos da prática social, não pode ser concebida sem a superação da separação entre as ciências parcelares. Assim, ele deve surgir como *texto e contexto*, isto é, ao mesmo tempo em que suprime praticamente as fronteiras territoriais da produção e reprodução (portanto, autogestão do espaço em *obra* e em *cotidiano*), e isso implica formas arquitetônicas e urbanísticas contínuas, diversificadas e integradas; deve também suprimir praticamente as fronteiras dos campos teóricos, estabelecendo em ato seus processos contraditórios de superação. O Desenho Ambiental constitui-se como uma unidade entre práticas e teorias, no momento de negação de suas parcialidades e de afirmação de sua universalidade<sup>33</sup>.

Embora a fronteira crítica da arquitetura deva ser desmontada, enriquecendo-se com as contribuições de outras formas de conhecimento, e assim, a partir desse encontro, contribuir-se com a constituição de uma «ciência humana da totalidade», a atividade do arquiteto é (ainda?) restrita a Arquitetura<sup>34</sup>, projetando em sua atividade noções parciais que lhe aparece como universal. O que da arquitetura é tomado como universal, mas que é efetivamente histórico? Se pensarmos que a Arquitetura Moderna surge como uma forma social de produção que poderia operar sob o designo da racionalidade industrial, isso conduz ao conceito de *necessidades mínimas* a serem satisfeitas, como meio garantir a continuidade dessa forma específica de racionalidade (reprodução das relações de produção). Deste modo, o mínimo, a habitação mínima, as necessidades mínimas, a casa e a cidade, não podem ser concebidos como qualidades e quantidades ontológicas e universais (o “eterno abrigo humano”), mas apenas como necessidades historicamente determinadas. Agora, o modo de produção industrial (capitalista) supõe a homogeneização das etapas de produção, de seus tempos e espaços, que por sua vez entraria em contradição com a especificidade local e temporal das necessidades a serem satisfeitas. Deste modo, «revolvendo» essa contradição, as necessidades satisfeitas são aquelas, e apenas aquelas, que satisfazem também o modo de produção e reprodução capitalista. E são essas necessidades as quais são postas a serem «consumidas e consumadas<sup>35</sup>».

Neste sentido, o Conjunto Habitacional pôde ser formulado desta *forma* apenas quando as possibilidades reais de produção material *já* proporcionavam as condições de desenvolvimento desta produção. A produção da humanidade do homem, no entanto, reduz-se às relações sociais de produção e reprodução que engendram a desumanização do homem,

<sup>33</sup> O primeiro ato histórico do homem é a *criação* de uma nova necessidade. Satisfeita a «necessidade original», formula-se um problema e os meios para resolvê-lo. O campo é e está aberto. Toda necessidade é histórica e, neste sentido, rumam ao desaparecimento (na medida em que se produzem os meios de sua satisfação). O sentido da história também é aberto. Assim, o Desenho Ambiental deve se constituir sem *formas* a priori. Fixação por modelos. Só se pode constituir praticamente, uma nova forma que ao se realizar produz outras relações de produção e, simultaneamente, novas relações de produção que ao se realizar produz outras formas.

<sup>34</sup> Deste modo, poderíamos vislumbrar, a partir da arquitetura, uma ciência total do Desenho Ambiental apenas nos termos das formas espaciais produzidas. Aquilo que vier a ser o espaço do desenho ambiental deve se constituir contra a fragmentação social, que por sua vez se realiza mediante a também fragmentação espacial. Deverá ser, portanto, aberto às formas de uso e apropriação imponderáveis. Essa *forma-espacial* só poderá ser realizada efetivamente a partir da produção simultânea e sucessiva de relações sociais não-alienadas, as quais dão às formas espaciais seus conteúdos, isto é, a partir da auto-gestão. Esse momento deve ser o de superação prática da contradição entre (propriedade privada do) trabalho e capital, de suas mediações de «segunda ordem» reificantes (as históricas), como trabalho assalariado, divisão social do trabalho e propriedade fundiária. Essas mediações transformam a *natureza* numa espécie de anti-arquitetura e a *arquitetura* numa espécie de anti-natureza. Um mau-encontro, na medida em que quanto maior o preço da terra, maior a necessidade artificial dos futuros rendimentos de sua produção, sendo assim, menor o espaço para usos imediatos. Maior a fragmentação, reintroduzindo a contradição que se estabelece entre o parcial e o universal.

<sup>35</sup> O que talvez explique as «incompletudes» das produções de Conjuntos Habitacionais em nosso contexto histórico. Fez-se essencialmente aquilo que «interessava» ao processo de produção e reprodução capitalista.

com base nas alienações, e isso começa a ser notório a partir do momento em que as condições de vida nas grandes cidades, nos grandes centros urbanos dotados de toda a infra-estrutura possível, tornam-se insuficientes, voltando-se hostis aos homens. Os problemas relacionados ao «caos» da urbanização. Isso tanto num contexto latino-americano como o nosso, quanto como no europeu, universalizando-se a hostilidade<sup>36</sup>. Aqui, no entanto, o cotidiano exaustivamente repetitivo ainda não se realiza totalmente, pois muitos vivem uma espécie de «infra-cotidiano», em função da informalidade (o que também é funcional à reprodução e acumulação capitalista<sup>37</sup>) e da Forma Conjunto Habitacional (e o Estado de Bem-Estar) não se realizar universalmente. Quer dizer, nossa cotidianidade é diferente da das metrópoles, pois se funda, ainda, numa acentuada exploração do trabalhador e espoliação do morador. Se lá a abrangência das políticas sociais (mesmo funcionais à reprodução capitalista<sup>38</sup>) é universal, aqui essa universalidade é apenas aparente, é espetacular e incompleta. Anomalias tropicais. Se lá os problemas relacionados aos Conjuntos Habitacionais (falta de adaptação, depredação, demolição) se relacionam com a «total» provisão de necessidades e formas de satisfação, aqui os problemas se relacionam à sua incompletude (falta de equipamentos, de espaços adequados). A Habitação Mínima, portanto, não pode ser considerada como uma *necessidade ontológica*, mas sim uma *necessidade histórica*, passível, portanto, de se alterar ao longo do tempo e das relações de produção, mas também, ainda, que reflete um determinado processo histórico de formulação (concepção) dessas necessidades consideradas como sendo mínimas.

Os nossos Conjuntos Habitacionais talvez possam apresentar alguma positividade em direção à superação efetiva da alienação. Mas por realizarem de forma parcial, essas possibilidades tornam-se impossíveis, na medida em que reiteram processos sociais de produção e de reprodução das relações de produção. Como *possíveis* podemos assinalar a vivência coletivizante do CECAP, através da idéia de sucessão prática dos modelos teóricos, mas a produção, a distribuição, a troca e o consumo se dão de formas mediadas, através da compra e venda de mercadorias (entre elas a própria força de trabalho); também as experiências de produção e gestão da produção e dos espaços pelo coletivo de trabalhadores (que são também os moradores) do COPROMO, mas que ao findar o processo e restituir a «casa própria» acessada mediante a compra e o (sobre)trabalho comunitário, reduzem os contatos e proporcionam o (auto-)isolamento; e, por fim, no caso, o uso de espaços públicos destinados à habitação no Parque do Gato, mas que cuja forma de provisão engendrada «para além» da propriedade privada da terra e do edifício, «rompendo-se» a forma social de fragmentação da propriedade fundiária urbana, se reduz às formas de tutela «competente» do Estado, que está em constante disputa pelas forças político-partidárias, as quais afirmam ou «des-arfirmam» essas experiências em função de suas colorações partidárias.

Esses aspectos impossíveis vêm impedir o desenvolvimento da essência humana na natureza, denominada como socialidade. Isso vem a ser o conjunto de relações sociais interdependentes. As relações sociais livres do estranhamento não podem se restringir aos indivíduos isolados nem a uma forma de sociedade que abstrai os indivíduos concretamente. Deve se estabelecer uma relação dialética entre a parte e o todo, numa associação consciente que, por sua vez, projeta na divisão do trabalho uma nova e necessária dimensão: os trabalhos cooperados se complementam e se auto-determinam sem que se

<sup>36</sup> Representado pelos processos de depredação e abandono dos Conjuntos Habitacionais de lá e de cá, exposto no Capítulo 5 «Recuo Histórico».

<sup>37</sup> Cf. OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

<sup>38</sup> Cf. OLIVEIRA, Francisco de. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

perca com as vantagens da divisão do trabalho. Assim, a «essência humana da natureza» se percebe e se constitui em relação ao homem social, onde a existência de um indivíduo é dependente da do outro (e do outro da sua). A sociedade, portanto, aparece como uma espécie de unidade entre homem e natureza (sociedade do trabalho livre). Sendo assim, a realização humana não pode se realizar em abstração da natureza. A consciência é humanamente sensível, isto é, mediada pelos sentidos naturais do homem, que são (ou podem ser) humanamente desenvolvidos. E essa consciência é a consciência do ser social. Ao se abstrair o ser social, seja através do individualismo, seja através da *sociedade em abstrato*, a consciência reproduz-se como alienada.

O homem é um ser natural, portanto, tem necessidades e poderes *naturais* para sua satisfação e fruição; mas também, ele é um ser social, vive em sociedade, e assim produz as condições de sua existência, que se dá socialmente; ele é um ser social produtivo, donde a criação de novas necessidades e poderes, uma espécie de segunda natureza; como ser social ele transforma o mundo à sua volta de uma maneira especificamente sua, humana, marcando e demarcando a natureza, refletindo-a numa espécie de mimese estética; ele as estabelece como condições de vida sobre a base natural e material, desdobrando-se praticamente e podendo se contemplar na sua criação; cria ainda mais novas necessidades e poderes, refletem-nos, desdobra-se intelectualmente. O homem é um ser auto-mediador, suas necessidades e poderes são produtos dele mesmo, não depende nem de deus, nem de suas instituições criadas (igreja, Estado, dinheiro). As necessidades e os poderes são tanto mais complexos quanto mais complexos forem suas forças produtivas, suas experiências. Assim como os sentidos humanos, que se desenvolvem conforme se desenvolvem a relação com a atividade produtiva sobre a natureza.

Neste sentido, o espaço e a produção do espaço parecem ser mediações necessárias de constituição da humanidade do homem. Meio que condiciona, mas que também os reflete. Se isso parece muito vago, não é absolutamente impossível, pois na história houve um momento que, mesmo de forma embrionária e efêmera, pôde se experimentar a produção de relações sociais «não-alienadas». Porém foi um processo aberto que acabou sucumbindo às forças burguesas de contra-ataque. Isso teria ocorrido na Comuna de Paris onde se instituiu uma luta contra as instituições produzidas historicamente pela classe dominante, no caso a burguesia, o Estado, a burocracia, suas instituições e a cultura morta. Neste momento, se realiza praticamente a «missão histórica do proletariado» ao romper (ainda que tenha sido por um curto período) com as estruturas que sustentavam o *estranhamento*. Segundo Henri Lefebvre<sup>39</sup>, teria sido experimentada a «verdadeira ditadura do proletariado», não no sentido que se desenvolveu posteriormente com o stalinismo, mas sim o de uma auto-defesa, auto-determinação e, no limite, de auto-gestão da vida e dos espaços. Seus heróis coletivos. Esta «ditadura» instituiu uma prática social nova, baseada na alegria, no ócio, no trabalho-livre, momentos essenciais para a auto-determinação do homem, sua auto-produção. Como se pudesse dizer: experiências em ato! No entanto, a abertura aos processos contraditórios, experimentados, apropriados, talvez numa dimensão jamais ocorrida, isto é, a auto-gestão coletiva das instituições coletivas, assembléias, participação e etc., proporcionou brechas para que esses mesmos processos fossem apropriados pelos seus inimigos, sendo cooptados e desvirtuados. Ao fim, mortos.

<sup>39</sup> Cf. *La significacion de la Comuna*. Em LEFEBVRE, Henri (e outros). *La crisis actual de la política*. Buenos Aires: Rodolfo Alonso Editor, 1972. Mas, ver também: COGGIOLA, Oswaldo (org.). *Escritos sobre a Comuna de Paris*. São Paulo: Xamã. 2003.

Quais aspectos da «auto-determinação» seriam relacionados à autogestão? Poderíamos pensar na espontaneidade liberada pela destruição consciente das instituições produzidas historicamente sob hegemonia de uma classe social. A produção de uma constelação de livres-associações, fim dos trabalhos estranhados. Assim, se trouxermos à particularidade da arquitetura, impõe-se a necessidade de um duplo papel a esta atividade, onde a destruição das formas institucionais precedentes (seu aspecto negativo) se encontra com a construção de novas relações sociais e práticas (seu aspecto positivo). Constrói-se destruindo, afirma-se negando. Neste sentido, a auto-determinação, por assim dizer, da morte de uma forma e de formas positivas de superação, não podem ser realizadas mediante «canetadas» que hipostasiam o devir, afirmam a superação, mas sim, e apenas assim, através de relações concretas de produção, sob as quais não temos o controle. Afirmar uma prática revolucionária, portanto, é pura ideologia. Uma espécie de *trotskismo fashion*.

Disso nos faz pensar como as formas de experimentação do possível devem ser constantemente reinventadas, defendidas, trabalhadas. Revoluções permanentes. Tendo em vista, seguindo-se com as piruetas mortais, que os Conjuntos Habitacionais, nos quais pôde-se experimentar alguma coisa que «inconformada», mas que posteriormente passam a *compôr* com os processos oficiais de produção. Composição esta, evidentemente, conflituosa e contraditória, não sendo uma assimilação passiva nem diretamente reiterativa. Neste sentido, as concepções comunistas do CECAP passam a ser incorporados à produção da Ditadura Militar, o mutirão em regime de auto-gestão do COPROMO passa a ser incorporado pelo mutirão feito pelas empreiteiras da CDHU, o uso coletivo de terras públicas do Parque do Gato passa a ser incorporado e identificado às imagens político-partidárias espetaculares. Do outro lado de seus espelhos, um tanto distorcidos, a produção em massa da COHAB, as «empreitadas integrais» da CDHU, os simulacros de casinhas «ser feliz na favela onde nasci» do Cingapura, assumem a forma preponderante de produção. O que seria um «urbanismo revolucionário»? Talvez seja o ataque prático aos signos petrificados da «velha ordem», captando fontes de sociabilidade que engendram a produção do espaço social. Neste caso, a destruição nos aparece como um ato simbólico, negação prática das negações produzidas, quebra das trivialidades, de aspectos sociais naturalizados, destruição de poder hierarquizado.

O CECAP (seguindo a trilha da Comuna) realiza saltos produtivos que o processo burguês não realizou em muito tempo, que aparece como possível a produção da totalidade do território engendrada pela coletivização dos espaços, suas formas de encontro, a erótica da vida; o COPROMO realiza a produção identificada às relações sociais, que engendra uma identidade entre espaço e social, cujo produto (o Conjunto de edifícios) expressa relações qualitativas e quantitativas superiores se comparadas às soluções oficiais, refletindo formas de uso e apropriação de seus moradores; o Parque do Gato realiza, além de uma espécie de síntese formal entre CECAP e COPROMO, seus horizontes abertos e seus recintos configurados, cuja possibilidade da produção da totalidade dos espaços se encontra com a identidade entre estes e o grupo social, expressa-se sobre a constituição de espaços coletivos sobre terras públicas, a fruição na e sobre a cidade existente.

Mas ao final dessas experimentações, esses Conjuntos são incorporados aos processos «normais» de produção em função de deixarem algumas «veias abertas» (onde se escorre todo seu sangue), nas quais as relações oficiais se apropriam e a incorporam. Barreiras. Limites. Fronteiras. Um novo modo de produção só supera o anterior quando este está esvaído totalmente, onde suas possibilidades de transformação se reduzem completamente às relações de reprodução, ou se pudesse dizer, quando se apresenta como uma forma morta: “agora sou uma estrela!”. Deste modo, o CECAP não supera a

Ditadura, chega-se à autonomização do desenho que vela as relações de exploração da força de trabalho no canteiro de obras, onde se aniquila seu potencial subversivo (como a coletivização dos espaços e a produção industrial planejada no tempo e no espaço) e se conserva seus aspectos arcaicos (como os cercamentos comunitários e produção manufatureira), dando-se na COHAB; o COPROMO não supera as empreiteiras, chega-se nas relações de produção baseadas no sobretrabalho, onde se aniquila seu potencial subversivo (como a autogestão da produção e dos recursos financeiros) e se conserva seus aspectos arcaicos (como o mutirão comunitário), dando-se na CDHU; o Parque do Gato não supera a propriedade privada, chega-se à personificação «messiânica» de caráter paternalista político-partidário, onde se aniquila seu potencial subversivo (como a apropriação coletiva de espaços públicos) e se conserva seus aspectos arcaicos (como a tutela estatal e o favorecimento), dando-se no Cingapura.

Mas então como conceber a superação da alienação mediante a prática se a consciência que brota dessas mesmas práticas é alienada, em função das formas de estranhamento, uma consciência alienada<sup>40</sup>? Como se pudesse dizer: como educar o educador alienado na medida em que o «não-alienado» só pode existir fora da sociedade alienada e, portanto, apenas em pensamento abstrato, sem sua existência objetiva? A virtude do pensamento não se encontra com o vício da prática (e vice versa). O que institui uma aparente dualidade. Neste caminho, poderíamos pensar o Desenho Ambiental como uma espécie de virtude do vício, na medida em que é apenas pela prática experimentada e sucedida, através dos erros e acertos apropriados e interpretados, que se pode construir uma oposição efetiva da tendência à alienação.

Tentemos ver o mesmo de outro ponto de vista. O Homem se afirma no mundo objetivo, no mundo natural que se torna humano, através das marcas da sua atividade. Mas como estamos numa «indústria estranhada», o que significam as marcas de um processo estranhado? Como um particular desta «demarcação», a fruição do arquiteto se funda no martírio do trabalhador. Assim como a fruição do *outro* pode realizar através do martírio do arquiteto. O que está em jogo é uma espécie de salvaguarda da atividade da Arquitetura de sua «extinção de sentido», através de sua autonomização celebrativa, por se realizar como relação entre martírio e fruição<sup>41</sup> entre agentes envolvidos em sua produção. Esse «salvar» não significa «matá-la» como solução impossível, mas sim matar aquilo que a faz penosa: a divisão do trabalho em sua forma histórica, dada como presença da divisão social na qual as diferenças entre as atividades particulares aparecem como desigualdades sociais entre seus agentes. Posso me relacionar humanamente com as coisas se as coisas se relacionam humanamente comigo. Diante disto, qual o sentido da beleza? A beleza está no objeto espelho da atividade social. Algo que satisfaz nossos sentidos naturais e raciocínio desenvolvidos (que não podem estar baseados numa relação *imoral* entre martírio e fruição). Sua alienação? Sentidos humanos reduzidos apenas aos seus aspectos *utilitários (funcionalistas)*, determinados por finalidades alheias, que resultam, portanto, no empobrecimento dos sentidos. Eis que, outra vez, a privatização do desenvolvimento capitalista: a natureza perde seu caráter humano e torna-se hostil aos homens. O gozo humano implica num nível de *satisfação* superior aos utilitários, a espontaneidade da experiência.

Diante desta crise atestada, a atividade *autoral* do arquiteto parece guardar uma potência *inconformista* (positiva, portanto), pois se dedica à criação do novo no âmbito da multiplicidade, do mais além das necessidades e satisfações

<sup>40</sup> Cf. "Alienação e a crise da Educação" em MÉSZÁROS, *Ob. Cit.*

<sup>41</sup> As noções de *martírio* e *fruição* identificadas ao *trabalho* cf. MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos*, São Paulo: Boitempo, 2004.

estritamente utilitárias. Guarda traços da atividade de ser Arquiteto, não sendo, deste modo, homogeneizada, reduzida à abstração do trabalho assalariado. Por outro lado, a crítica que se estabelece contra a «arquitetura autoral» se refere às formas de imposição pela *autoridade*, que submete a isso todo o processo de trabalho: “eis o traço genial!...” (e o tracinho pode machucar muita gente... Cf. FERRO, Sérgio. *Ob. cit.*). Mas a crítica à autoridade não pode recorrer à total ausência de *autor*, como momento de total fetichização da abstração da impessoalidade engendrada pelo capitalismo. O sujeito subsumido a uma idéia de ser universal e abstrato<sup>42</sup>. Até porque só se é *autoridade* na medida em que está em relação, na medida em que aqueles nos quais o poder da autoridade se exerce reconhecem-no como tal, autorizam o autor a tornar-se autoridade. O Problema não seria o *autor em si*, mas sim as formas de desigualdade social que se originam e se reiteram pelas diferenças de trabalhos, diferenças das atividades. Divisões de trabalho e visões de autor e de Projeto<sup>43</sup>. Se não temos a necessidade de nos relacionarmos com o *outro* enquanto ser humano livre, isto é, se este se nos apresenta como um objeto, nossas necessidades satisfeitas são apenas necessidades «animais» desumanizadoras. Não satisfazemos nossas necessidades «humanas», de socialidade e liberdade, porque nos objetivamos no *outro* como um objeto coisificado para o «eu». A nossa atividade alienada é fruto da alienação do outro, que está diante de nós reduzido à sua «animalidade»: gastos de energias vitais! O poder de compra do Capital pode transformar o *outro* em um objeto para minhas necessidades estranhadas. Um meio de produção. Mas se nos relacionamos com o *outro* como um sujeito, portador de valores e atividades diferentes, estes momentos se relacionam à base de um processo conflituoso de luta e superação. As oposições se complementam diante da experiência.

Neste sentido, devemos romper as barreiras que são criadas pela idéia que se tem dos Conjuntos, associando-os como *formas históricas da incompletude*, cujo sentido e direção são os processos de apropriação e de experiência. Mas não seria uma finalidade qualquer, e sim a finalidade de constituição de relações sociais de produção do espaço que contribuam com a superação efetiva das alienações, contra as formas de estranhamento. O «Reino da Liberdade» certamente deverá contar com relações livres de produção e, por conseqüência, seu espaço considerado como meio e espelho, deverá se libertar também das necessidades históricas e artificiais que o contêm. O *Autor*, seja o arquiteto, seja o mestre-de-obras, seja aquele que age através das formas de apropriação do espaço, constitui um universo em ato de produção. Movimentos... Relações conflituosas que se resolvem (ou não) através de embates democráticos, negando-se as mediações de segunda ordem que reiteram o estranhamento.

Enfim, diante desta questão aqui apresentada o que poderia ser o Meta-Conjunto, ou ainda, a atividade de sua produção, o Desenho Ambiental? Desculpe-me, mas não saberia responder. Poderia apenas fazer a partir de apontamentos

<sup>42</sup> “Para encontrar uma solução, não é preciso recorrer à esfera da abstração, porque ela é dada como uma realidade potencial – uma potencialidade efetiva – na unidade potencial dos membros dessa oposição ou contradição prática. Assim, a negação da alienação não é uma negatividade «absoluta» (vazia), mas, pelo contrário, a afirmação positiva de uma relação de unidade, cujos membros existem realmente em oposição efetiva um ao outro. Segue daí que, se alguém tentar livrar-se de apenas um lado da oposição, sua «solução» deve continuar fictícia e alienada. E isso se aplica, é claro, a ambos os lados, tomados separadamente. A simples abolição do «privado» é tão artificial e alienada quanto a «fragmentação», a «atomização», a «privatização» do «público». A absolutização de qualquer um dos lados significa ou que o homem está privado de sua individualidade e se torna um «produtor público» abstrato, ou que ele está privado de sua socialidade e é transformado num «consumidor particular» igualmente abstrato. Eles são, ambos, «homens-mercadoria», com a diferença de que, enquanto um define sua própria essência como «produtor de mercadorias», o outro encontra autoconfirmação em ser um «consumidor de mercadorias» autocontido”. MÉSZÁROS, *Ob. Cit.* Pág. 168.

<sup>43</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre. *Raisons pratiques: sur la théorie de l’action*. Paris: Seuil, 1994.

possíveis. Pois bem: seria uma forma de organização social que se estabelece mediante relações conflituosas, que se expressaria na produção e reprodução do espaço e por intermédio dos momentos de reflexão, isto é, em ato de pensamento e de produção. Se as relações se resolvem, ou ao menos se embatem livremente sobre um jogo, onde as regras são estabelecidas em processo construído por todos, as demarcações espaciais, seus limites e fronteiras, passam a ser definidas, não mais por «cercas alienígenas», mas através da organização e autogestão dos espaços. Se estamos livres das fronteiras, a Arquitetura se liberta e pode experimentar toda sua potência técnica e estética, para além das demarcações das propriedades privadas. Eis que surge a “cidade para todos”!

Mas a propriedade que priva os homens de suas relações livres é uma construção histórica que é constantemente reiterada por nós mesmos. Sejam as propriedades imobiliárias, sejam as mobiliárias. Essa construção histórica, por sua vez, aparece como um momento necessário de desenvolvimento das relações de produção: o homem pode se libertar dos determinismos da natureza. Mas mesmo assim, os determinismos alheios se mantêm. Criamos outros, agora socialmente. Temos deus, temos os templos, temos as ideologias, temos os fetiches. Novamente, não são puras mistificações, pois elas engendram práticas e interpretações dessas práticas. E dançam sobre nossas cabeças... E somos nós novamente seus produtores. O processo de produção, de espaços e de relações sociais, se dá sob o capitalismo. Seu fundamento é a extração da mais-valia. Esta, por sua vez, se desdobra na produção do espaço: forças de trabalho e construções. Esta relação determina as relações de produção, ora extensiva, ora intensiva. As técnicas de construção, bem como as necessidades a serem satisfeitas por esses espaços se definem com relação às formas sociais de produção, os mercados imobiliários e fundiários. Lucros, juros e rendas. Parece se engendrar um movimento sucessivo e simultâneo de incorporação de trabalho à terra, sua valorização e rendimentos em função do monopólio que priva o uso de outros, a desvalorização do trabalho e do trabalhador, as soluções modelo realizadas no interior do estranhamento capitalista, a intervenção na propriedade, a grande produção, a incorporação de trabalho à terra...

A cidade? Resulta num desastre. Porém é a cidade a forma humana que podemos conceber atualmente, que possibilita a libertação do homem dos determinismos da natureza. Mas não é mais a cidade antiga, as praças onde se concentravam as sedes de poderes políticos, religiosos e econômicos, mas a cidade que se realiza em escala mundial. A cidade torna-se o *Urbano*, com o domínio técnico da natureza (interna e externa aos nossos corpos), as relações e integrações impensadas na história, as relações humanas com sua *paisagem*. Agir sobre o espaço. Uma outra consciência sobre a natureza, gratuidade, fruição, totalidade. Estamos nós recaindo em outros modelos *a priori*? Não... Não são *modelos*. Por ventura podem vir a ser um *projeto*. Um sentido.

### C. ABRINDO UMA CONCLUSÃO

O Desenho Ambiental surge como possibilidade de uma auto-educação estética. As formas e os conteúdos em unidade dialética. Produtos, produções e produtores. Os Conjuntos Inconformados (CECAP, COPROMO, Parque do Gato) nos apresentam possibilidades de constituição de relações, ainda que parciais ou efêmeras. Mas certamente contraditórias. Buscar alcançar as «não-coisas» através das «coisas». O espaço como relação, o mais além da forma materialmente construída. Sendo assim, a partir dos conhecimentos e das técnicas de produção, é possível se propor formas urbanas que amparam a imponderabilidade do ser. Organizam-se através dos encontros, dos espaços coletivos, onde se permite a fruição e o gozo. Vejamos em Conjunto.

No CECAP os espaços se libertam das amarras e fragmentações da geografia e da história. O território pode ser construído inteiramente novo a partir daquilo que há de mais positivo de seu encontro com a natureza (que não nos oferece mais medo e sim alegria) e de seu encontro com o *outro* cidadão (a sociedade, na soleira da porta ou na esplanada coletiva). Mas esse espaço produzido originariamente se constitui como um vazio silencioso, que é proporcionado pela ausência efetiva de cidade (produzida pela justaposição funções, pelas setorizações funcionais de equipamentos e serviços coletivos). Porém o «vazio» passa a ser ocupado pelo grupo social determinado que se constitui como tal no interior do processo de produção do espaço, ao transformá-lo de acordo com suas necessidades e desejos. Este processo de transformação espacial pode ser percebido através de dois momentos complementares, aqui chamados de *cidadela* (com a integração sócio-espacial do Conjunto ao entorno urbano, negando-se as fronteiras e delimitações precisas que correspondem à Forma Conjunto Habitacional) e os *cercamentos* (com o processo de transformação – inclusive em relação às palavras – das «freguesias» em «condomínios»). Estes cercamentos, por sua vez, podem ser interpretados como um processo que culmina na privatização dos espaços coletivos, que se realiza paralelamente como um meio de se atribuir *segurança* contra a violência presente-ausente nesses espaços<sup>44</sup>.

Esses dois momentos complementares (cidadela-cercamentos) avançam sobre as relações sócio-espaciais «originárias», transformando aquilo que era uma espécie de «imediaticidade engenhosa<sup>45</sup>» em «equipamento centralizado», cuja administração se dá através da institucionalização alheia e impessoal. Neste sentido, a noção de «coletivo» (através da concepção daquilo que seria a relação social necessária) equilibra-se entre um comunitarismo familiar (representação do espaço burguês patriarcal e a necessidade de individualização contra o «coletivo em abstrato») e a impessoalidade pública (a interferência do «mundo» sobre o Conjunto, representada pelos processos de institucionalização das relações sociais). Essa ambigüidade aqui discutida pode ser percebida através da representação que seus moradores e ex-moradores<sup>46</sup> têm desses espaços, ao considerá-los *pequenos* quando se tornam muito expostos (a falta de privacidade interna ou externa às unidades habitacionais, por exemplo), ou *grandes* quando existe a pré-disposição para os encontros.

<sup>44</sup> Eles seriam um meio de *distinção* social pelo seu «emburguesamento», mas também, de proteção contra o «mundo hostil», que se realiza pela expansão urbana que vem «de fora» e pela constituição de relações comunitárias concretas (em oposição ao Homem Universal Abstrato) que vem «de dentro».

<sup>45</sup> Algo como as relações estabelecidas entre o grupo social e seus espaços a partir dos poucos recursos materiais existentes, como por exemplo, as brincadeiras infantis sob os blocos dos edifícios, os equipamentos improvisados nas praças ou as reuniões nos apartamentos.

<sup>46</sup> Cf. entrevistas registradas no Capítulo 3 «Conjunto de Situações».



Esses dois valores, normalmente associados a quantidades espaciais, aqui expõem diferentes qualidades ao serem relacionadas a diferentes momentos da apropriação cotidiana. No entanto, a *apropriação* é mediada pela *produção de espaços de lazer*, situada, portanto, para além do binômio (constituído mentalmente) entre casa e trabalho. O espaço de lazer, que apresenta uma dimensão coletiva, no entanto, se realiza através de sua provisão comunitária (tais como as padarias, os quiosques, os trailers). Se por um lado, a produção de espaços de lazer provê necessidades concebidas para além das estritas às determinações do Capital, isto é, a produção e reprodução da força de trabalho assalariado, fazem-no a partir de relações privadas que se constituem em detrimento das públicas: os espaços privados construídos se dão sobre o vazio (subjetivo e objetivo) da produção pública e, neste sentido, o *público* aparece como terra de ninguém, ermo, que passa a se particularizar através da provisão privada de equipamentos e serviços comunitários.

Essa relação cotidiana entre trabalho, lazer e moradia, mediada pela apropriação e produção privada do espaço, engendra-se a partir de um processo de negação prática da Forma Conjunto Habitacional, expressa pela transformação (objetiva e subjetivamente) do Conjunto Habitacional em Condomínio Fechado (de dentro pra fora, com os cercamentos, e de fora pra dentro, com a valorização imobiliária de suas localizações). Se a idéia de *Conjunto Habitacional* é associada aos trabalhadores assalariados «todos iguais», a idéia de *Condomínio* aparece como uma «mescla», que por sua vez se instaura pelo processo de decomposição das fronteiras através da produção de espaços de lazer, ou pelas «necessidades espirituais» não planejadas (tais como o «consumo de cultura»). Assim, o *coletivo* (identificado à forma concebida de «freguesias» do CECAP, com suas gradações espaciais) é representado de modo ambíguo no âmbito das pessoas que ocupam seus espaços. Aparece negativamente, como sujeição a uma autoridade alheia, em função da impossibilidade de transformação estrutural dos espaços (das unidades habitacionais e dos prédios, onde a «casa» aparece como um modelo que isso é possível); e positivamente, na medida em que essa mesma forma construída da «freguesia» do CECAP, efetivamente não aparta pelo apartamento, representando a possibilidade de encontros, trocas e laços de amizade que se realizam num ambiente construído com qualidades superiores se comparados aos construídos pelo mercado informal<sup>47</sup>.

No entanto, quando alguns de seus moradores deixam o Conjunto (uma forma de superação e de representação da Forma Conjunto Habitacional), esse movimento de «sair para o mundo» também aparece de modo ambíguo. Por um lado, como sinal de *liberdade*, em função da constituição da individualidade associada à impessoalidade das relações sociais que a «cidade» propicia (as atividades, os encontros sem o controle do *outro* que está atrás das cortinas). Mas, por outro lado, essa impessoalidade conquistada a partir da «experiência urbana», também aparece como efetivo isolamento: o mundo sem encontros, a solidão brutal! Isso se dá no momento de expansão das fronteiras da experiência individual que se enriquece em relação àquelas restritas ao Conjunto. Mas por ser representada de forma ambígua (liberdade e solidão), talvez possamos identificar à superação da Forma Conjunto Habitacional (ou aquilo que poderia ser o Meta-Conjunto) a necessidade deste «coletivo» se realizar, efetivamente, nem restrito às fronteiras espaciais pré-determinadas, nem a partir da abstração dos indivíduos e suas relações concretas que se estabelecem no cotidiano. Se não sabemos o que fazer, pelo menos sabemos o que não fazer.

<sup>47</sup> Este conjunto de interpretações que fiz se baseiam nas entrevistas (moradores e ex-moradores) registradas no Capítulo 3 «Conjunto de Situações».

Mas se, por outro lado, ainda, o Conjunto aparece como lugar de redução de experiências (ao se restringir às suas fronteiras *déjà vu*), aparece também como forma de conhecimento e de produção de espaços superiores às atividades parcelares e isoladas representadas pela urbanização periférica, os loteamentos populares, por exemplo. A potência produtiva do Conjunto, portanto, é uma positividade que é engendrada no interior das relações de produção identificadas à indústria (em oposição ao «artesanato» dos loteamentos, os quais não deixam de ser [e representados como] «populares»). Assim, «O Conjunto Habitacional», mediado pela experiência do CECAP, historicamente determinada, expressa a constituição de um *repertório*, de uma possibilidade, de um processo de *Educação Estética*, onde a «necessidade de beleza» aparece como ato-reflexo dos sentidos humanos humanamente desenvolvidos – repertório de experiências – que representa, ao menos nos termos do *possível*, a “nossa forma de organizar os espaços”, isto é, as atividades humanas e as «coisas» dispostas com finalidades e sentidos especificamente humanos.

Nesse conjunto de relações o tempo parece impor suas marcas, seja pelos processos que são instituídos em oposição à Forma Conjunto Habitacional, rompendo-se suas fronteiras; seja pelo amadurecimento das relações sociais, que têm no espaço um parceiro destas relações (coletivização, espaço público, indústria). Isso é um processo conflituoso, pois é um movimento que está se abrindo para as relações (o galgar espaços), mas, ao mesmo tempo, fecha-se para as relações (os cercamentos). Neste sentido, se caminhamos em direção ao Meta-Conjunto, podemos perceber no CECAP uma determinada positividade radical: sua abertura ao ato<sup>48</sup>. A incompletude aqui representada aparece como meio possível de completude pela experiência. Pelas formas de apropriação dos espaços e das relações de produção dos espaços. Esse Conjunto aposta na construção de espaços coletivos de relações. Aposta esta, que se dá pela configuração espacial que visa amparar a imponderabilidade de usos, ou uma forma de se conquistar as «não-coisas» através das «coisas». O invisível pelo visível<sup>49</sup>.

Enfim, para continuarmos com o nosso calcanhar de Aquiles, passemos a ver (no sentido de complementaridade) outros apontamentos possíveis, por sua vez, mediados por outra experiência. O COPROMO aponta para a necessidade de identificação entre o espaço e o grupo social. Identificação esta, baseada nos momentos de suas respectivas *produções*, que em certa medida, se realizam na construção de seus edifícios e negam as especializações de tempos e de espaços: o trabalho se associa ao lazer à família. A “festa no canteiro!”. Essa identidade engendra uma forma de apropriação do espaço que não permite supérfluos. E aqui há uma contradição se tomados como referência os Conjuntos «conformados»: o que é necessário para o COPROMO, tais como as pracinhas e seus recintos, é considerado como excedente nas formas oficiais de produção, que diante de sua lógica produtivista (onde só se faz aquilo que se considera como o necessário à reprodução do capital) engendra uma profusão de espaços inúteis, tais como os taludes ao pé do muro, os espaços entre os edifícios, as sobras dos arruamentos e etc<sup>50</sup>. Esses espaços inúteis (frutos de uma concepção daquilo que é necessário) são

<sup>48</sup> O uso da palavra «ato» é empregado no sentido de *atividade humana*, de trabalho humano que transforma a Natureza (a «natural» e a construída) com meios e finalidades especificamente humanos. O Homem se produz ao produzir as coisas. Ele se media. Nem Deus, nem Capital (alienação da consciência da atividade prática). Cf. MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos*, São Paulo: Boitempo, 2004.

<sup>49</sup> Ainda que isso possa ter uma *aparência* enganosa, tal qual “*ver* melhor que *viver*”. Mas finquemos os pés no chão, pois qual seria o sentido da experiência se nós nos convencemos apenas pelos olhares?

<sup>50</sup> Ver COHAB e CDHU através das visitas de Campo e Derivas, registradas no Capítulo 3 «Conjunto de Situações», e Capítulo 4 «Conjunto Concebido».

produzidos em função da organização fragmentária dessas relações de produção. As instituições e suas formas de gestão e financiamento.

No Conjunto COPROMO são constituídas centralidades (como expressão de identidade entre espaço e social), tais como os centros comunitários (que se efetivam como tal) através da participação política e da (auto-)definição do processo de execução da obra. No entanto, essa centralidade se erige através do desdobramento de um ato-originário que é, por assim dizer, subversivo: a ocupação coletiva da terra. Neste momento está sendo colocado o embate entre a *apropriação* do espaço, com a finalidade de usos determinados, e a *propriedade* da terra, captada pelas estruturas sociais que asseguram a privação do homem no mundo das trocas: os títulos jurídicos e o poder de polícia. No entanto, por outro lado, esse processo subversivo de ocupação da terra pode aparecer, não só como resultado de uma ação coletiva, mas sim como um produto de «heróis» que personificam o processo, reiterando as relações de favores e tutelas político-partidários<sup>51</sup>.

Esse tipo de ambigüidade não pára por aí (nem se restringe a esta experiência específica, como já visto). Ela se desdobra, por assim dizer, na própria apropriação do processo produtivo. Se por um lado a maior identidade com relação à produção do espaço possibilita melhorias ambientais qualitativas e quantitativas<sup>52</sup>, por outro lado essa apropriação se dá nos moldes arcaicos, que são representados pela baixa capitalização do processo produtivo (e muito trabalho árduo...), revestidos de *luta e penitência*, acentuando seu caráter comunitário, religioso e partidário. A negação de uma determinada impessoalidade do Estado (alheio) passa a se efetivar então através da personificação do processo em um «líder comunitário», que pode vir a se beneficiar com formas de favorecimento e apadrinhamento.

Só que esse processo contraditório (e por causa mesmo da contradição) abre brechas para a participação política (nos termos da solidariedade comunitária) de pessoas que seriam excluídas dos padrões de financiamento dos empreendimentos públicos «oficiais». O que não deixa de ser ambivalente na medida em que a «solidariedade» pode se sobrepor à idéia de «justiça<sup>53</sup>», que por sua vez engendraria uma disputa radical pelos recursos (financeiros e operacionais) do Estado e, no limite, disputa contra o Estado. Noutras palavras: por um lado se tem o acesso à habitação, mediado por um processo de luta coletiva e de um «merecimento universal» comunitário-religioso, e por outro lado reproduz a precariedade do trabalho, (em função do rebaixamento dos salários e da extensão da jornada de trabalho) e a privação-separação da propriedade.

Se no CECAP a *experiência* do coletivo se dá preponderantemente no momento da *reprodução*, no COPROMO é na *produção* que ele se dá. Se isso nos mostra, por um lado, um duplo sentido de incompletude (o coletivo ausente na produção do CECAP e na reprodução do COPROMO), por outro lado o momento da produção efetiva não se *naturaliza* no Conjunto de Mutirão. Isso tem uma potência incrível: como particular do processo de produção da cidade, o Conjunto não pode ser percebido como um *fenômeno*, e sim como resultado de decisões políticas, que pressupõem lutas e contradições. Isso implica em uma outra forma de «consciência e de linguagem». O que inclui a *arquitetura* e o *projeto* (o desenho para a obra que também se altera). O autor coletivo, dos arquitetos aos trabalhadores do canteiro de obras, não está submetido e

<sup>51</sup> Ver entrevista com o trabalhador-morador do COPROMO Wilton registrada no Capítulo 3 «Conjunto de Situações».

<sup>52</sup> Além de poder ser a efetivação da negação da forma estranhada de agir do Estado (tanto nos termos da tecnocracia quanto nas formas de cooptação e favorecimento), abrindo possibilidades para a autogestão.

<sup>53</sup> Cf. MARTINS, José de Souza. *O Cativoiro da Terra*. São Paulo: Hucitec, 1986. Notadamente a nota 18, página 224, do Capítulo 5 «Recuo Histórico».

nem submete a sua atividade exclusivamente àquilo que seria *autorizado* a fazer. Assim são desconstruídas algumas fronteiras. Podem ser rompidas algumas especialidades e espacialidades.

O COPROMO aponta como positividade radical o «abre-alas» à interpenetração «promíscua» entre as atividades parcelares. Elas se misturam. Estão em relações. Elas podem se constituir mutuamente. Seus espaços produzidos? São frutos do gozo daqueles que participam dessa «desordem». Tabernas imorais muito bacanas... Mentes e mãos cheias, oficinas do diabo! É uma possível radicalidade quando efetiva, através da relação entre seus agentes, os espaços sociais produzidos e apropriados de maneira menos mediada (ao menos como tendência). Eis um sentido preciso da experiência: ainda que depois de findar a construção muitos agentes se restrinjam aos seus refúgios, às casas próprias, eles se produziram enquanto agentes, podendo se expandir para outras direções, sentidos e finalidades. A luta coletiva tem a possibilidade de extrapolar as fronteiras da habitação popular. Neste sentido, a «erótica da vida» que se abre ao imponderável, como o caso do CECAP, encontra-se com o processo de interpenetração recíproca dos atos e dos agentes do COPROMO. As formas produzidas, bem como as formas de produção e de produtores, podem se encontrar com seus conteúdos complexos e contraditórios. Podem fazer cidade!

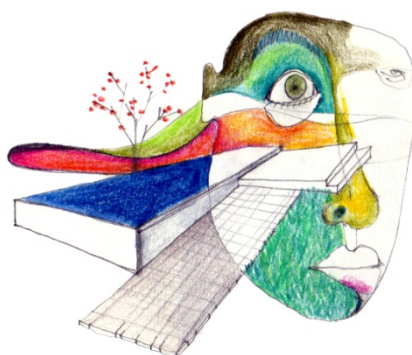
Porém, a cidade já existe, seja ela a do «desastre<sup>54</sup>» ou não. Neste sentido, o Parque do Gato nos aponta a possibilidade de desconstrução das fronteiras estabelecidas entre aquilo que é Conjunto e o que é Não-Conjunto. Ele se insere na cidade. É um meio de intervenção no espaço urbano já construído, provido de infra-estruturas e equipamentos, sendo necessário costurá-las, integrá-las, romper com as barreiras que reiteram seus isolamentos recíprocos. Isso indica a possibilidade de não mais se fazer a tábula-rasa, onde a destruição aparece também como meio determinado de construção (finalidades econômicas: vide Nova-Luz, por exemplo). Mas outro aspecto é bastante relevante: ao se engendrar um processo de produção que não se identifica diretamente aos imperativos da propriedade privada (seja a fundiária como suporte da produção, seja a imobiliária como suporte da valorização, rendas capitalizáveis) expande os meios de provisão pública de moradias (ainda que isso possa ser um *ajuste* nesta forma de produção). O fato de se basear na Locação Social de empreendimentos públicos possibilita que a gestão coletiva dos recursos de Estado possa ser realizada para se sobrepor às fragmentações das propriedades privadas.

Neste sentido, se a unidade estabelecida anteriormente entre CECAP e COPROMO aparece como uma possível unidade entre os meios de se fazer cidade (pela constituição de relações coletivas nos espaços da produção e reprodução), o Parque do Gato aqui contribui com a necessidade desta realização se dar num contexto sócio-espacial consolidado, através das disputas e processos de intervenção no ambiente construído que se utiliza da máquina do Estado para sobrepor às formas de privação. É neste contexto urbano, por assim dizer, que o Parque do Gato realiza uma espécie de outra identidade entre CECAP e COPROMO, a se ver pela sua forma de implantação: associa à expansão quase que infinita de seus horizontes (as lâminas e os *pilotis* que permitem o espaço aberto) a constituição de relações particulares (os recintos configurados). Mas

<sup>54</sup> O «desastre» está colocado no sentido em que Paulo Mendes da Rocha expõe o processo de produção do espaço, na medida em que as formas de valorização econômica identificadas à especulação imobiliária (ainda que o termo «especulação» não seja muito preciso) se sobrepõem aos possíveis (para a emancipação social) colocados pelas formas do conhecimento e da técnica. Como a produção da cidade é fruto de disputas políticas, as quais são desastrosas diante das possibilidades concebidas, a tarefa do arquiteto inconformista é a de contribuir com o consertar desses erros, que por sua vez encontra na integração das infra-estruturas existentes um meio de realização. Ver entrevista registrada no Capítulo 4 «Conjunto Concebido».

esta outra unidade também é contraditória, na medida em que utiliza relações de produção existentes (presentes no CECAP) associada às técnicas tradicionais de produção (presentes no COPROMO). Deste modo, deixa de lado duas potências contidas nestes dois outros Conjuntos (novas técnicas e novas relações de produção, respectivamente). Neste sentido, o Parque do Gato aguça (sem desistir de uma racionalidade produtiva, a «poética da economia») as relações formais possíveis para uma identificação entre o grupo social «universal e particular», ao mesmo tempo em que aguça (realiza o amesquinamento, a «economia da poética») as formas de reprodução das relações de exploração e espoliação dos trabalhadores.

Os demais Conjuntos (COHAB, CDHU, Cingapura) apresentam-se como uma negação determinada. Uma negação em relação aos *inconformados*. Mas, por outro lado, não podemos nos esquecer que eles apontam para a possibilidade de realização efetiva da produção em grande escala: não lhes faltam recursos financeiros, técnicos, territoriais ou políticos. Falta-lhes *sentido* para além das determinações econômicas. Mas por outro lado, a presença-ausência do Estado «funcionalista», diante da enorme quantidade de produção (o que impinge uma outra qualidade urbana), permite – sem se esquecer que é tremendamente contraditório – que os moradores se organizem e construam a seu modo uma boa parte do território (e do cotidiano). O pragmatismo estatal-empresarial é «substituído» (entre aspas, pois se estabelece a partir de relações contraditórias) pelas formas de apropriação. Evidentemente, não nos esqueçamos que esse *sobretabalho* representa a extensão da jornada de espoliação do trabalhador. Mas é a partir desse estranhamento que se pode (ou apenas se pôde) produzir os espaços situados para além das instituições. Os usos mistos e múltiplos «Meta-COHAB», «Meta-CDHU» e «Meta-Cingapura». Esse processo, em larga escala, desconstitui as fronteiras dos Conjuntos. Seus territórios e suas formas se modificam. A cidade, ou mesmo os cacoc que dela sobraram, invade as fronteiras.



Enfim, estamos abrindo uma conclusão. No entanto esse *fim*, decretado pelo tempo e pelo espaço, implica em um recomeço: deixar as incompletudes para a experiência. A presente dissertação? Apropriem-na! Transformem-na! Deste modo ela poderia ser simplesmente um *projeto*, um sentido. Então sigamos adiante!

DAS FRONTEIRAS DO CONJUNTO AO CONJUNTO DAS FRONTEIRAS

## **8. BIBLIOGRAFIA**

- ANDREOLI, Elisabetta & FORTY, Adrian (org.). *Arquitetura moderna brasileira*. São Paulo & Londres: Phaidon, 2004.
- AJZENBERG, Armand. *As classes sociais e suas formas modernas de luta*. Revista GEOUSP – Espaço e Tempo n° 17, 2005
- ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. *Urbanismo em Fim de Linha e Outros Estudos sobre o Colapso da Modernização Arquitetônica*. São Paulo: Edusp, 1998.
- \_\_\_\_\_. *O lugar da Arquitetura depois dois Modernos*. São Paulo: Edusp, 2000.
- ARANTES, Otilia Beatriz Fiori & ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentido da formação: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- ARANTES, Otilia Beatriz Fiori, VAINER, Carlos & MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- ARANTES, Pedro Fiori. *Arquitetura nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefevre, de Artigas aos mutirões*. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Reinventando o canteiro de obras*. Em ANDREOLI, Elisabetta & FORTY, Adrian (org.). *Arquitetura moderna brasileira*. São Paulo & Londres: Phaidon, 2004.
- \_\_\_\_\_. *O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2004.
- ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Projeto e Destino*. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- ARTIGAS, João Batista Vilanova. *A função social do arquiteto*. São Paulo: Nobel, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Arquitetos brasileiros*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi / FVA, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Caminhos da Arquitetura*. São Paulo: Cosac Naifi Edições, 1999.
- ARTIGAS, Rosa (org.). *Paulo Mendes da Rocha*. São Paulo: Cosac Naify, 2000.
- ASCHER, François. *Contribuição à análise da produção da construção civil*. Tradução de Jorge H. Oseki, mimeo, s.d.
- AYMONINO, Carlo. *La vivienda racional*. Ponencias de los Congressos CIAM 1929-1930. Barcelona: Gustavo Gili, 1973.
- BARBARA, Fernanda. *Dois tipologias habitacionais: o Conjunto Ana Rosa e o Edifício Copan. Contexto e análise de dois projetos realizados em São Paulo na década de 1950*. Dissertação de Mestrado FAUUSP, 2004.
- BARROS, Francisco. *Limites à produção da moradia social no centro de São Paulo*. Relatório final de iniciação científica PIBIC-CNPq / FAUUSP, 2003.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas Volume I: Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOESIGER, Willy. *Le Corbusier*. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1976.
- BOLAFFI, Gabriel. *A casa das ilusões perdidas: aspectos sócio-econômicos do Plano Nacional de Habitação*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema*. Em MARICATO, Ermínia (org.). *A produção capitalista da casa e da cidade do Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Affonso Eduardo Reidy, arquitetos brasileiros*. São Paulo: Editora Blau e Instituto Lina Bo Bardi, 2000.

- BOUDON, Philippe. *Pessac de Le Corbusier : 1927-1967, Étude socio-architecturale*. Paris : Dunod, 1969.
- BOURDIEU, Pierre. *Raisons pratiques: sur la théorie de l'acion*. Paris: Seuil, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Contrafogos 2: por um movimento social europeu*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- \_\_\_\_\_. (Coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades / Ed 34, 2001.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34 / Edusp, 2000.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 2001.
- CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- COGGIOLA, Oswaldo (org.). *Escritos sobre a Comuna de Paris*. São Paulo: Xamã. 2003.
- CORÍAT, Benjamin. *O processo de trabalho de tipo «canteiro» e sua racionalização*. Tradução de Jorge H. Oseki, mimeo, s.d.
- CULLEN, Gordon. *Paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70, 1983.
- DAMIANI, Amélia Luisa. *A cidade (des)ordenada, concepção e cotidiano do conjunto habitacional Itaquera I*. São Paulo: Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo no departamento de Geografia, 1993.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DIOGO, Erica. *Habitação social no contexto da reabilitação urbana na Área Central de São Paulo*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2004.
- ENGELS, Friedrich. *O problema da habitação*. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.
- \_\_\_\_\_. *La situación de la clase obrera en Inglaterra*. Madrid: Ediciones Jucar, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: Global, 1981.
- FERRO, Sérgio. *O canteiro e o desenho*. São Paulo: Vicente Wissenbach, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Nota Sobre «O Vício da Virtude»*. Novos estudos CEBRAP, 2006, Nº 76.
- FICHER, Sylvia. *Subsídios para um estudo do Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães Prado*. FAUUSP s/d.
- FIX, Mariana. *Parceiros da exclusão: duas histórias da construção de uma «nova cidade» em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- FOLIN, Marino. *La ciudad del capital y otros escritos*. Barcelona: Gustavo Gili, 1976.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes 1987.
- FREITAS, Carlos Geraldo (coord.). *Habitação e meio ambiente – abordagem integrada em empreendimentos de interesse social*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – IPT, 2001.



- FRÚGOLI, Heitor. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GUATTARI, Félix. Em Revista AU n° 43, Pini, Ago./Set. 1992.
- \_\_\_\_\_. *Espaço e poder: a criação de territórios na cidade*. Revista Espaço e Debates, N° 16.
- HARVEY, David. *Los límites del Capitalismo*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- \_\_\_\_\_. *A condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- \_\_\_\_\_. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- HEIDEGGER, Martin. *Ensaio e conferências*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1973.
- HUET, Bernard. *A cidade como espaço habitável: alternativas à carta de Atenas*. Em AU Arquitetura e Urbanismo, São Paulo n. 09, Dez 86 / Jan 87.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- JAPPE, Anselm. *Guy Debord*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- JENKS, Charles. *The language of post-modern architecture*. Londres: Academy Editions, 1978.
- KOPP, Anatole. *Quando o moderno não era um estio e sim uma causa*. São Paulo: Nobel, 1990.
- KOWARICK, Lúcio. *A espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- LE CORBUSIER, *El Modulor: Ensayo sobre una medida armónica a la escala humana aplicable universalmente a la arquitectura y a la mecánica*. Barcelona: Editorial Poseidon, 1976.
- \_\_\_\_\_. *A carta de Atenas*. São Paulo: Hucitec / Edusp, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Por uma arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- LEFEBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Península, 1971.
- \_\_\_\_\_. *El materialismo dialéctico*. Buenos Aires: Pleyade, 1971.
- \_\_\_\_\_. *O fim da história*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1971.
- \_\_\_\_\_. *La significacion de la Comuna*. Em LEFEBVRE, Henri (e outros). *La crisis actual de la política*. Buenos Aires: Rodolfo Alonso Editor, 1972.
- \_\_\_\_\_. *La production de l'espace*. Paris: Éditions Anthropos, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Espacio y política: el derecho a la ciudad II*. Barcelona: Península, 1976.
- \_\_\_\_\_. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1981.
- \_\_\_\_\_. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Psicologia das classes sociais (capítulo IV)*. Revista GEOUSP – Espaço e Tempo n° 17, 2005.
- LEFEBVRE, Jean-Pierre. *Faut-il brûler les HLM?* Paris: L'harmattan, 2008.
- LOPES, João Marcos. *O anão caolho*. Novos estudos CEBRAP, 2006, N° 76.

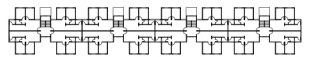
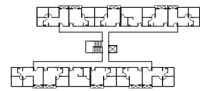
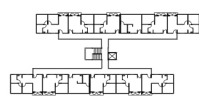
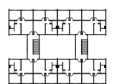
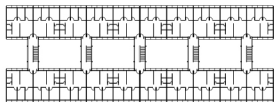
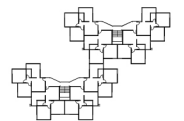
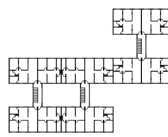
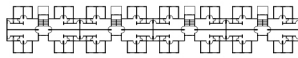
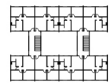
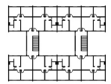
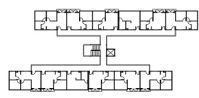
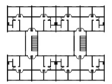
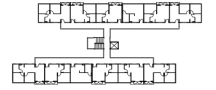
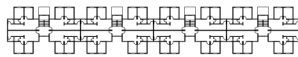
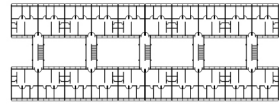
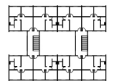
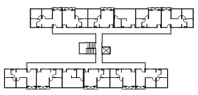
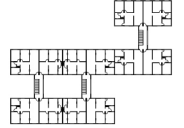
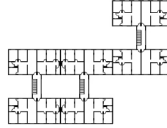
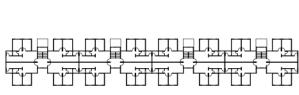
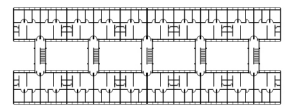
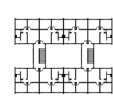
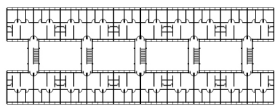
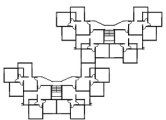
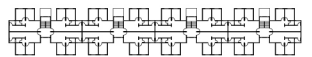
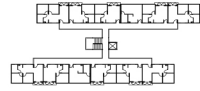
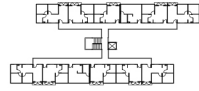
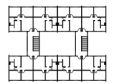
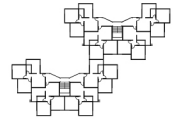
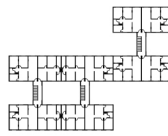
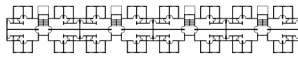
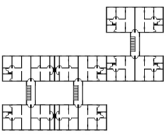
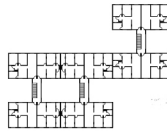
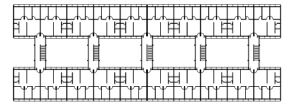
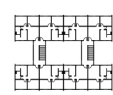
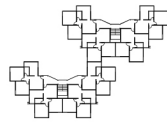
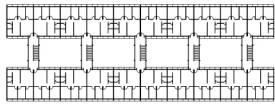
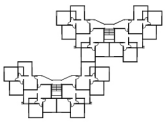
- MAGNANI, José Guilherme. *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*. Revista Brasileira de Ciências Sociais – Anpocs, volume 17, Nº 42, Junho 2002.
- MARICATO, Ermínia. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Ômega, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Política Habitacional no regime militar: do milagre brasileiro à crise econômica*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- \_\_\_\_\_. *São Paulo, entre o arcaico e a pós-modernidade*. Revista Caramelo Nº 9, GFAU USP, 1997
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*, São Paulo: Hucitec, 1986.
- \_\_\_\_\_. (org.) *Henri Lefebvre e retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- \_\_\_\_\_. *A sociologia que examina as margens, os sonhos e a esperança*. Entrevista concedida a Mariluce Moura e Marcos de Oliveira. Revista FAPESP, Edição Imprensa 147 - Maio 2008.
- MARX, Karl. *O Capital: Capítulo inédito (Cap. VI)*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- \_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*, Volumes I, II, IV e V. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Manuscritos econômicos-filosóficos*, São Paulo: Boitempo, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política – Grundrisse – (Introdução)*, Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2001.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A sagrada família ou a crítica da Crítica crítica*, São Paulo: Boitempo, 2003.
- MAUTNER, Yvonne. *A periferia como fronteira de expansão do capital*. Em CSABA, Deák & SCHIFFER, Sueli (orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999.
- MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- NAKANO, Anderson Kazuo. *4 COHABs da Zona Leste de São Paulo: território, poder e segregação*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2002.
- NASSER, Ana Cristina. *Sair para o mundo: trabalho, família e lazer na vida dos excluídos*. São Paulo: Hucitec Fapesp, 2001.
- NOGUEIRA, Aída. *O habitar no espaço urbano periférico: conjuntos de habitação social*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes*. Em MOISÉS, José Álvaro et alli. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- \_\_\_\_\_. *A navegação venturosa, ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- \_\_\_\_\_. *O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil*. Novos estudos CEBRAP, 2006, Nº74.
- OSEKI, Jorge Hajime. *Arquitetura em construção*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1983.
- \_\_\_\_\_. *O único e o homogêneo na produção do espaço*. Em MARTINS, José de Souza (org.). *Henri Lefebvre e retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.

- PEABIRU TRABALHOS COMUNITÁRIOS E AMBIENTAIS. *Consulta urbana – Guarulhos: melhorias da vida urbanas em favelas e bairros precários*. Relatório do Seminário final, Prefeitura Municipal de Guarulhos, 2007.
- PEREIRA, Paulo Cesar. *Espaço, Técnica e Construção: O desenvolvimento das técnicas construtivas e a urbanização do morar em São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1988
- \_\_\_\_\_. *São Paulo – a construção da cidade – 1827-1914*. São Carlos: RiMa, 2004.
- PETRELLA, Guilherme Moreira. *Espaços coletivos de apropriação cotidiana: Conjunto Habitacional Santa Etelvina Distrito Cidade Tiradentes*. Trabalho Final de Graduação, FAUUSP, 2002.
- PIGNANELLI, Paulo. *Origens históricas e involução da arquitetura: os últimos vinte anos de projetos da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2003.
- PRETECEILLE, Edmond. *La producción de los «Grands Ensembles»*. Barcelona: Gustavo Gili, 1976.
- RAYMOND, Marie-Geneviève. *La politique pavillonnaire*. Paris: Centre de Recherche d'Urbanisme, 1966.
- REVISTA CAMELO 6. GFAU – FAUUSP, 1993.
- REVISTA CAMELO 9. GFAU – FAUUSP, 1997.
- REVISTA CAMELO 10. GFAU – FAUUSP, 1998.
- REVISTA CAMELO EXTRA. GFAU – FAUUSP, 1999.
- REVISTA CONTRAVENTO 2. GFAU – FAUUSP, 2004.
- REVISTA DESENHO 4. GFAU – FAUUSP, 1972.
- ROCHA, Angela. *Considerações sobre a arquitetura e a identidade do homem no mundo contemporâneo*. Revista do Programa de Pós Graduação da FAUUSP. São Paulo, v. 14, p. 48-56, 2004.
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1999.
- \_\_\_\_\_. *São Paulo: Leste / Sudeste. Reestruturação urbana da metrópole paulistana: análise de territórios em transição*. São Paulo: Arquivos digitais de relatório final de pesquisa, Pontifícia Universidade Católica, 2000.
- ROYER, Luciana. *Política habitacional no Estado de São Paulo: estudo sobre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, CDHU*. Dissertação Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2002.
- RUPRECH, Denise. *Conjunto Habitacional Jundiá-A: dois modos de arquitetar*. Dissertação de Mestrado: Mackenzie, 2003
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SAMORA, Patrícia Rodrigues. *Notas sobre qualidade arquitetônica e habitação em favelas*. Segundo Trabalho Programado (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- SANTOS, Milton. *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1990.
- SERAJI, Nasrine. *Logement, matière de nos ville: chronique européenne, 1900-2007*. Paris: Picard et Pavillon L'Arsenal, 2007.
- SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

- SEGRE, Roberto. *Arquitetura e Urbanismo da Revolução Cubana*. São Paulo: Nobel, 1987.
- \_\_\_\_\_, *Arquitetura y urbanismo modernos, capitalismo y socialismo*. Ciudad de Habana: Arte y Literatura, 1988.
- SLOMIANSKY, Adriana Paula. *Cidade Tiradentes: a abordagem do poder público na construção da cidade*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.
- SCHMIDT, Alfred. *El concepto de naturaleza en Marx*. Siglo XXI: Madrid, 1976.
- SOUZA, Gustavo de Oliveira. *Do projeto ao vivido, a construção do lugar: meio ambiente na produção de conjuntos habitacionais*. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 1997.
- SPOSATI, Aldaíza (coord.). *Mapa da exclusão / inclusão social da cidade de São Paulo 2000: dinâmica social dos anos 90*. São Paulo: Arquivos digitais, Pontifícia Universidade Católica, 2000.
- TAFURI, Manfredo. *Projecto e utopia: arquitetura e desenvolvimento do capitalismo*. Lisboa: Presença, 1985.
- THOMAZ, Dalva Elias. *Um olhar sobre Vilanova Artigas e sua contribuição à arquitetura brasileira*. Dissertação de Mestrado: FAUUSP, 1997.
- USINA CENTRO DE TRABALHOS PARA O AMBIENTE HABITADO (vários autores). *Cidade Tiradentes. Plano de Ação Habitacional e Urbano*. Programa Bairro Legal, Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura do Município de São Paulo, CITIES Alliance. São Paulo, 2003.
- VANEIGEM, Raul. *A arte de viver para a geração nova*. Porto: Afrontamento, 1980.
- VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- \_\_\_\_\_, *Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira*. In Souza, M. A. de S. *Metrópole e globalização*. São Paulo: Cedesp, 1999.
- WOLF, José. *O apenas uma metáfora: «último imperador»*. Em Revista AU nº 18, Pini, Ago./Set. 1988.
- XAVIER, Alberto (org.). *Arquitetura moderna brasileira: depoimentos de uma geração*. São Paulo: ABEA/FVA/Pini, 1987.
- ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2000.







# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)



[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)